

uff **Universidade Federal Fluminense**

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ALBANO LUIZ FRANCISCO TEIXEIRA

A DEMOCRACIA BURGUESA POSSÍVEL NO CAPITALISMO
DEPENDENTE: LUTA DE CLASSES NO MUNICÍPIO DO RIO DE
JANEIRO (1989-1992)

Orientador: Dr^a Zuleide Simas da
Silveira

Co-orientador: José dos Santos
Rodrigues

Niterói, julho de 2018

ALBANO LUIZ FRANCISCO TEIXEIRA

A DEMOCRACIA BURGUESA POSSÍVEL NO CAPITALISMO
DEPENDENTE: LUTA DE CLASSES NO MUNICÍPIO DO RIO DE
JANEIRO (1989-1992)

Tese apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Educação da
Universidade Federal Fluminense
como requisito para obtenção do grau
de Doutor em Educação.
Área de concentração: Educação,
Sociologia, História Social e Política

Orientador: Dr^a Zuleide Simas da Silveira

Co-orientador: Dr. José dos Santos Rodrigues

Niterói, julho de 2018



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Programa de Pós-Graduação em Educação

Nº: 338

Ata de Exame de Qualificação do doutorando
Albano Luiz Francisco Teixeira na forma que se segue:

Aos catorze dias do mês de junho de dois mil e dezessete, às catorze horas e trinta minutos, na sala 514 da Faculdade de Educação do Campus do Gragoatá, instalou-se a banca examinadora de Qualificação de Doutorado em Educação de **Albano Luiz Francisco Teixeira**, formada pelos Professores Doutores: **Zuleide Simas da Silveira (Presidente - UFF)**, **José dos Santos Rodrigues (Co-orientador - UFF)**, **Kênia Aparecida Miranda (UFF)** e **Jailson dos Santos (UFRJ)**. Abertos os trabalhos, a presidente da banca passou a palavra ao doutorando para que expusesse oralmente o seu trabalho intitulado: **A EXPERIÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA CARIOCA COM O PROJETO NEOLIBERAL: UM MOMENTO NA CONTINUIDADE DA IMPLANTAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E A RESISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (1989-1992)**. Feita a exposição, a presidente da banca passou a palavra aos outros membros para que comentassem o trabalho e arguissem ao doutorando, para, a seguir, também comentar o trabalho e as observações feitas pelos professores que a antecederam. Feitos os comentários e arguições, a banca se reuniu e emitiu o seguinte parecer:

A BANCA DESTACA A RELEVÂNCIA DA TEMÁTICA, A ORIGINALIDADE DO MATERIAL EMPÍRICO E A PERTINÊNCIA DA ABORDAGEM TEÓRICA. NESSE SENTIDO, A BANCA APROVA O TEXTO E PARABENIZA O AUTOR.

Nada mais havendo, foram encerrados os trabalhos e eu _____, lavrei a ata que vai por mim assinada e pelos membros da banca. Niterói, 14 de junho de 2017.

Zuleide S. Silveira

Zuleide Simas da Silveira (Presidente - UFF)

José dos Santos Rodrigues

José dos Santos Rodrigues (Co-orientador - UFF)

Kênia Aparecida Miranda

Kênia Aparecida Miranda (UFF)

Jailson dos Santos

Jailson dos Santos (UFRJ)

a gente não quer só comida
a gente quer comida, diversão e arte.
a gente não quer só comida,
a gente quer saída para qualquer parte.
a gente não quer só comida,
a gente quer bebida, diversão, balé.
a gente não quer só comida,
a gente quer a vida como a vida quer.
a gente não quer só comer,
a gente quer comer e quer fazer amor.
a gente não quer só comer,
a gente quer prazer pra aliviar a dor.
a gente não quer só dinheiro,
a gente quer dinheiro e felicidade.
a gente não quer só dinheiro,
a gente quer inteiro e não pela metade.

Trechos da música Comida.

Autores: Arnaldo Antunes, Sérgio Brito e Marcello Fromer

SUMÁRIO	
1º CAPÍTULO: O imperialismo, o capitalismo dependente e a expansão imperialista.	
I.1- Introdução ao primeiro capítulo	
I.2 – A fase imperialista: continuidades e determinações	
I.3 - A tentativa da estabilidade burguesa na fase imperialista e a estratégia revolucionária: a Teoria da Revolução Permanente e a Teoria da Hegemonia	
I.4 – A Hegemonia Ideológica do Período: o neoliberalismo	
I.5 - O neoliberalismo no Brasil: similaridades e particularidades deste processo.	
I.6 – Conclusão do primeiro capítulo	
2º CAPÍTULO: As transformações na formação social brasileira, na classe trabalhadora e nos trabalhadores da educação nas últimas décadas do século XX.	
II.1 – Introdução ao segundo capítulo.	
II.2 – A sociedade brasileira do final do século XX: mudança de regime e de modelo de desenvolvimento, ascenso do movimento social e renovação e acomodação das lideranças sindicais.	
II.3 – Servidores Públicos: sua emergência na luta de classes e as polêmicas quanto a sua real natureza de classe	
II.4 – Um breve histórico sobre o processo de constituição da educação pública e de seus trabalhadores na formação social brasileira	
II.5 – A formação social brasileira: ocidentalização e consenso fraco	
II.6 – A tipificação de Florestan Fernandes para as possibilidades revolucionárias no Brasil	
II.7 – Conclusão do segundo capítulo	
3º CAPÍTULO: uma experiência de construção de hegemonia no Brasil.	
III.1 – Introdução ao terceiro capítulo.	

III.2 – A realidade dos municípios brasileiros, em particular o do Rio de Janeiro, no processo da transição do regime civil-militar para o democrático (1982-1988)	
III.3 – Uma nova conjuntura se abre no município do Rio de Janeiro: o governo protoneoliberal de Marcello Alencar	
III.4 – 1990: a organização da resistência e da preservação das principais conquistas da categoria	
III.5 – 1991: a contínua construção da resistência e da contrapropaganda	
III.6 – 1992: final do mandato e um novo choque vigoroso: a greve “da banana” de 1992	
III.7 – Governo César Maia; continuidades e discontinuidades	
III.8 – Conclusão do terceiro capítulo	
4º CAPÍTULO: Políticas educacionais: transição entre regimes, ascenso e demandas sociais e busca por uma nova configuração hegemônica	
IV.1 – Introdução do quarto capítulo	
IV.2 – O Livro dos CIEPS: uma resposta salvacionista à demanda por uma educação pública de qualidade	
IV.3 – “O Livro Azul”: um retrato histórico de um longo processo de tentativas de acomodações e acordos	
IV.4 – O CPM-UERJ: um ponto de contato entre a política governamental e uma reivindicação dos profissionais da educação	
IV.5 – Conclusão do quarto capítulo	
Considerações Finais	
Referências Bibliográficas	
Anexos	

LISTA DE SIGLAS

AMES RIO: Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro
AOERJ - Associação dos Orientadores Educacionais do Estado do Rio de Janeiro
APAC: Associação de Pais, Alunos e Comunidade, originalmente PAC
APAERJ - Associação de Pais e Alunos do Rio de Janeiro
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
ASSEERJ: Associação dos Supervisores Educacionais do Estado do Rio de Janeiro
BANERJ: Banco do Estado do Rio de Janeiro
BQD: Boletim de Qualificação e Desempenho
BTN: Bônus do Tesouro Nacional
BTN Fiscal: Bônus do Tesouro Nacional Fiscal
CAP: Colégio de Aplicação
CBTU: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CEC - Conselho Escola Comunidade
CEE: Conselho Estadual de Educação
CEP-RJ: Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro
CEPE-RJ: Centro Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro
CGT: Central Geral dos Trabalhadores
CIEP: Centro Integrado de Educação Pública
CME: Conselho Municipal de Energia
CNTE: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação
CONCLAT: Congresso Nacional da Classe trabalhadora
CONCUT: Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores
CPB: Confederação dos Professores do Brasil
CPPB: Confederação dos Professores Primários do Brasil
CPM-UERJ: Curso de Pedagogia-Magistério de 1ª a 4ª séries do 1º grau
CSPB: Confederação dos Servidores Públicos do Brasil
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DEC: Departamento de Educação e Cultura
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DOM: Diário Oficial do Município
DRT: Delegacia Regional do Trabalho

ENTOES: Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical

FAFERJ: Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro

FAMERJ: Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro

FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FORÇA SINDICAL: Força Sindical

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IASERJ: Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro

ICM: Imposto sobre Circulação de Mercadorias

ICMS: Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e comunicação

IPC: Índice de Preços ao Consumidor

IPTU: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

IRSM: Índice de Reajuste do Salário Mínimo

ISS: Imposto sobre Serviços

ICV/DIEESE: índice do Custo de Vida / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico

MEC: Ministério da Educação e da Cultura

MR-8: Movimento Revolucionário Oito de Outubro

MST: Movimento dos Trabalhadores sem Terra

NEPEP: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Permanente

ONGs: Organizações Não Governamentais

OTN: Obrigação do Tesouro Nacional

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PCdoB: Partido Comunista do Brasil

PDS - Partido Democrático Social

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PEE: Programa Especial de Educação

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSTU - Socialista Unificado dos Trabalhadores

PTB - o Partido trabalhista Brasileiro,

PT - Partido dos Trabalhadores

RFFSA – rede Ferroviária Federal

SEP: Sociedade Estadual dos Professores

SEPE-RJ: Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro

SINPRO: Sindicato dos Profissionais do Município do Rio de Janeiro e Região

SISEP: Sindicato dos Servidores Públicos do Município do Rio de Janeiro

SMA: Secretaria Municipal de Administração

SMTU: Superintendência Municipal de Transportes Urbanos

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF: Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNE – União Nacional dos estudantes

UNIF: Unidade Fiscal

UNSP: União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil

UPB: União dos Previdenciários do Brasil

UPE: União dos Professores Estaduais

UPERJ: União dos Professores do Rio de Janeiro

UPPDF: União dos Professores Primários do Distrito Federal

UPPE: União dos Professores Primários Estaduais

URP: Unidade de Referência dos Preços

USAID: Agency for International development

USI: União Sindical Independente

AGRADECIMENTOS

A lista de agradecimentos é muito longa, pois tive muitas formas de auxílio para a execução deste trabalho e preciso, quero e necessito demonstrar todo o meu agradecimento por todas as colaborações.

Em primeiro lugar, porque nenhum trabalho de pesquisa é individual, ele é coletivo já a partir do momento que ele nasce de uma primeira equipe: o que ocupa a posição de estudante e o que ocupa a posição de orientador. Daí essa equipe só faz crescer, visto que no período de quatro anos discuti, apresentei, inquiri, busquei ajudar e fui ajudado por um conjunto de professores e colegas de disciplinas que em muito auxiliaram, seja ao me apresentarem suas críticas, seja ao me encaminharem a determinados textos, seja ao me oferecerem diretamente artigos para leitura.

Depois, e em paralelo, tem o auxílio e a contribuição de todos os autores que li, a todos aqueles que constituem minhas referências bibliográficas. Com eles conversei em pensamento, estranhei parágrafos e análises, alguns tive a necessidade de reler mais de uma vez para poder entender com mais inteireza sua linha de raciocínio e desmembrar minhas concordâncias de minhas divergências.

E teve todos os viventes que me auxiliaram na empreitada. Desde meu primeiro orientador, professor José Rodrigues (sempre muito objetivo e esclarecedor em suas pontuações), a orientadora que o sucedeu, após sua saída do programa, professora Zuleide Silveira, que sempre se mostrou muito disposta a todas as minhas solicitações e não deixou de pontuar suas questões nas leituras que fez do meu trabalho. Acho que o papel dos dois ao me criarem mais angústias, ao fim e ao cabo, foi fundamental, por mais que tenham me levado a algumas muitas noites mal dormidas ou mesmo quase insones. Faz e fez parte.

De novo, à funcionária do sindicato, Eniete Dias, que foi o mais solícita possível no sentido de me orientar e encaminhar aos arquivos dispersos do sindicato e também devo prestar meus agradecimentos ao funcionário que teve a disposição de me acompanhar, nas quatro visitas que realizei, à sala onde se encontram os amarrados do projeto de Centro de Memória do SEPE. Aos dois a minha gratidão.

O que falar de todos os que se dispuseram a ser entrevistados por mim? Suas entrevistas foram fundamentais para pôr por terra algumas teses, construir e alicerçar outras. De novo, um grande apontamento que, ainda no período do mestrado, José

Rodrigues tinha me apresentado. Então meus maiores agradecimentos aos professores Cecília Goulart e Luiz Antônio Senna das faculdades de educação da UFF e da UERJ, respectivamente. E muito maiores ainda a todos os demais, foi uma oportunidade de reencontrar velhas companheiras de lutas, debates, conflitos e encontros de um período importantíssimo para minha formação política e pessoal. Vocês são ouro em pó, inextinguível, por quanto durar esta minha existência.

Um agradecimento final a minha irmã, Cláudia Maria, e sua amiga da mais tenra infância, Lorraine, uma se dispôs a fazer uma revisão de toda a tese após eu ter dado o ponto final e a outra se dispôs a fazer o abstract da tese. De novo não somos absolutamente nada se não estamos no coletivo. Pena que a ideologia dominante insista em dizer o contrário.

RESUMO

Esta tese de doutorado em educação é um prolongamento e um desdobramento da dissertação de mestrado que defendi em 2014. Ela busca, ao fim e ao cabo, evidenciar, através da análise histórica do processo de conflitos entre o governo de Marcello Alencar e a categoria dos profissionais da educação, no período entre 1989 a 1992, o quanto é limitado, restritivo e marcado pela coerção o regime democrático burguês que se constrói em nosso país. O quanto no momento em que se consolidava a transição do regime civil-militar para o democrático no Brasil, a categoria dos profissionais da educação e seu sindicato o SEPE, amargaram um processo de imposição e autoritarismo por parte da prefeitura, ocupada por um representante de um partido político, que, na época, se apresentava como sendo uma alternativa progressista aos que ocupavam o poder federal. Para chegar a esta caracterização fundamentei-me nos suportes teóricos desenvolvidos por Lênin, León Trotsky, Antônio Gramsci, Florestan Fernandes, E. P. Thompson, David Harvey e Virgínia Fontes, principalmente. Os dois primeiros foram fundamentais no sentido de entender os fundamentos do período histórico que vivemos no capitalismo e quais as possíveis orientações para sua superação. Gramsci fundamentalmente pela categoria de hegemonia. Florestan por toda a contribuição para compreender o processo histórico de nossa formação social a partir da caracterização do capitalismo dependente. Thompson pela grande contribuição no sentido da experiência e do “fazer-se da classe”, que, ao meu ver, resgata a figura das pessoas de carne e osso nesse processo. David Harvey por toda a contribuição no entendimento do momento atual, de hegemonia da doutrina neoliberal e das possibilidades de superação da mesma. Virgínia Fontes pela contribuição na conceituação da forma como a hegemonia burguesa se construiu em nosso país.

Palavras-chaves: capitalismo dependente, neoliberalismo, sindicalismo, luta de classes, profissionais da educação.

ABSTRACT

This doctorate thesis on education is a stretching of the master's thesis that I have defended in 2014. It seeks to highlight, through the historical analysis of the conflict process between the government of Marcello Alencar and the category of education professionals in the period between 1989 and 1992, how limited, restrictive and coercive is the bourgeois democratic regime that is being built in Brazil. At the moment when the transition from the civil-military regime to the democratic regime in Brazil, the category of education professionals and their union the SEPE, embittered a process of imposition and authoritarianism on the part of the city hall, occupied by a representative of a political party, which at the time appeared to be a progressive alternative to those in federal power. In order to reach this characterization, I have based myself on the theoretical supports developed by Lenin, Leon Trotsky, Antônio Gramsci, Florestan Fernandes, E. P. Thompson, David Harvey and Virgínia Fontes. The first two were fundamental in understanding the fundamentals of the historical period we live in capitalism and what possible guidelines for overcoming it. Gramsci fundamentally by the category of hegemony. Florestan for all the contribution to understand the historical process of our social formation from the characterization of dependent capitalism. Thompson for the great contribution to the experience and the "making of class"m which, in my view, rescues the figure of people of flesh and blood in this process. David Harvey for all the contribution in the understanding of the current moment of neoliberal's hegemony doctrine and of the possibilities of overcoming it. Virgínia Fontes for the contribution in the conceptualization of the way bourgeois hegemony was built in Brazil.

INTRODUÇÃO

Esta tese teve seu embrião, sua primeira proposição, ao final do ano de 2013, quando estava escrevendo minha dissertação *“Greve Geral dos Servidores Públicos Municipais do Rio de Janeiro: luta de classes no processo de implantação da política neoliberal no município do Rio (entre 1987 e 1989)”*. Nesse momento ocorriam as mobilizações que já passaram para a história como as *“Jornadas ou Levante de Junho”* e, em seguida, a meu ver, como uma decorrência daquele processo, a greve das redes municipal e estadual do Rio de Janeiro.

No caso específico da rede municipal, foi uma verdadeira explosão de mobilização, que surpreendeu a todos, inclusive as próprias mídias, no meu caso, em particular, a televisiva, que anunciavam que aquela greve quebrava um “jejum” de 19 anos sem uma mobilização de tal porte. Reportei-me desta forma a coincidência dos fatos:

Por fim, como se fosse possível pensar que encantamentos existem, no momento em que estudo e analiso a grande greve de 162 dias dos servidores municipais do Rio, como se ao bater as teclas de meu computador conjurasse as forças titânicas que se escondem dentro da estrutura corpórea e mental de cada trabalhador, fomos todos brindados por esta forte, magnífica, educativa e também histórica greve dos profissionais da educação do município do Rio de Janeiro.

Se nas primeiras manifestações de junho se dizia que “o gigante acordou”, podemos dizer que após uma “hibernação” de praticamente duas décadas, a categoria dos profissionais da educação do Rio de Janeiro também “desabrochou” para a nossa “Primavera dos Povos”. (TEIXEIRA, Albano L. F., 2014, p. 18)

Eu analisava e finalizava minha pesquisa de mestrado descortinando um quadro da conjuntura e das relações entre os profissionais de educação, o sindicato e os governos municipal e estadual marcado por um ataque sincronizado dos executivos sobre duas conquistas muito caras para a categoria: o plano de carreira do magistério e as eleições para as direções de escolas.

Naquele momento, diante de um refluxo muito forte nas duas principais redes que compunham a base social do sindicato, o sindicato tinha voltado a chamar assembleias conjuntas e ações também conjuntas (dias de mobilizações, paralisações, atos e etc.) para fazer frente a um ataque que se dava, na prática, unificado:

Por fim, nossa pesquisa termina com a análise das últimas assembleias do ano de 1989, que tiveram o caráter de assembleias unificadas em função tanto das derrotas acumuladas pelas duas principais bases do sindicato (a rede estadual e da capital) quanto pelo fato de que ambos os governos, apesar de suas rivalidades político-partidárias, terem se unificado na prática nos ataques a categoria, pois as últimas assembleias vão girar primordialmente em torno tanto da garantia das eleições para as direções das escolas e pela manutenção dos princípios norteadores dos planos de carreira nas respectivas redes públicas.

No caso específico do município, as ações da prefeitura indicam o avançar da implementação do projeto neoliberal, que por um lado, para ter todos os caminhos abertos para implementar suas políticas, não poderia conviver com eleições democráticas nas unidades escolares, o que poderia representar uma oportunidade maior de articulação da categoria com a comunidade contra as orientações governamentais e, através da revisão ou mudança global do plano, poder melhor aplicar a política neoliberal para o funcionalismo, como a implementação de pagamentos de salários diferenciados a partir de critérios meritocráticos, como parece depreender das informações obtidas (vide a discussão de um boletim de merecimento na p. 166), mas isso é pesquisa para mais à frente. (TEIXEIRA, Albano L. F., 2014, p. 178)

Foi inspirado no que eu escrevia e analisava, conjugada aos vestígios que minha própria memória me assinalava (nesse período histórico, eu iniciava minha experiência como dirigente do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação), que me veio uma primeira tese, a qual eu já apontava nas conclusões de minha dissertação: a de que o mandato de Marcello Alencar à frente da prefeitura do Rio de Janeiro representou a continuidade da aplicação de várias diretrizes do que seria o projeto neoliberal no Brasil.

Um projeto que, como tudo no mundo social, é em parte planejado e almejado, em parte é fruto das interseções das múltiplas determinações que formam o mesmo mundo dos seres humanos, ou seja, entre a vontade e o projeto e o que de fato é realizado há um desvão. Uma das forças que mais se faz atuar para construir esta mediação é a luta de classes.

Mas, no momento das minhas primeiras reflexões, em grande parte influenciado pelo trabalho que recém terminara, que demarcava um momento de uma importante derrota da categoria municipal diante do governo, destacava-se muito mais em minha mente o caráter da imposição, da coerção. Destaco um trecho das considerações finais onde deixo claro este entendimento:

Porém, para além dessas caracterizações, este trabalho indica que a prefeitura, capitaneada a partir de 1989 pelo prefeito eleito Marcello Alencar, teve como uma estratégia política aprofundar a derrota sobre os servidores, em especial, os profissionais da educação ao longo do ano daquele ano.

Assim se explica a intransigência do governo em relação à proposta de promoção automática; em relação ao abono dos 15 dias de fevereiro (a partir do dia 13); da questão dos diretores exonerados e dos concursados de 1986.

Tais ações indicam que o governo municipal percebia nesta categoria e no seu representante sindical, o SEPE-RJ, o seu principal adversário a ser derrotado no âmbito da prefeitura. (TEIXEIRA, Albano L. F., 2014, p. 177)

Hoje posso corroborar essas minhas conclusões com parte de uma das falas da entrevistada professora Vera Nepomuceno – que no período histórico em questão faria em sua trajetória de vida a passagem de uma militante de base, na greve de 1988/89, para membro do comando de Greve de 1992 e, em seguida, membro da Direção Central do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE/RJ) -, diz ela:

Primeiro assim, as greves da rede municipal do Rio de Janeiro, quando elas conseguem se realizar elas têm uma potência. Porque nós não estamos falando de qualquer rede, estamos falando da maior rede da América Latina. [...]. Eu lembro que foi um processo de formação muito grande e foi uma greve muito potente, porém ela foi e aí não é a memória já é a avaliação minha, que eu tenho mesmo, **é como existia uma energia muito grande ali era necessário que houvesse uma derrota muito grande, né?** (negrito nosso) [...] A derrota econômica foi muito grande, a derrota política ela veio e aí eu lembro de direções exoneradas; pessoas que perderam há...foram movimentadas [...] **então a percepção que eu tenho é que este movimento foi muito forte, mas o processo de abafar foi esmagador.** (negrito nosso)

A análise de que o que imperou, foi mais presente, teria sido o caráter coercitivo no processo de correlação de forças entre a prefeitura do Rio de Janeiro e a categoria dos profissionais da educação poderia ser percebido na primeira denominação que dei ao projeto de pesquisa do Doutorado: *A Continuidade da Implantação da Política neoliberal no Município do Rio de Janeiro e a resistência dos Profissionais da Educação (1990-1992)*.

Em muito me auxiliaram para o desenvolvimento deste projeto de tese não só as indicações feitas pelos meus orientadores quanto também pelas que foram oriundas dos debates teóricos e de análises dos projetos ocorridos nos quatro semestres que participei no *Seminário Permanente de Produção de Conhecimento (SPPC)*, que fazem parte da programação da linha de pesquisa de Trabalho e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.

O cronograma do curso indica apenas três semestres, porém, eu entendi que deveria fazê-los até o período próximo a elaboração do material da qualificação. Acredito que esta foi uma decisão muito correta. Tudo só veio a somar.

Hoje, entendo que o governo buscou atuar também no sentido de obter um “consenso”, dentro da concepção gramsciana do bloco no poder conceder demandas secundárias para manter a coesão social e a estabilidade. Porém haviam limites objetivos

muito concretos para impedir que tais concessões fossem efetivamente suficientes para evitar os conflitos. O principal deles, o fato de que somos uma formação social que se forjou e se mantém dentro da situação social e histórica do capitalismo dependente, com toda as limitações muito concretas e materiais no campo das possibilidades de concessões a serem feitas para as classes dominadas.

A aparente “normalidade” foi obtida muito mais pelos impactos das medidas intervencionistas, autoritárias e repressivas emanadas do governo. Contudo, mais uma vez, o processo das entrevistas com participantes reais de todos estes embates auxiliou-me a definir um aspecto que acredito fundamental. Replicando o raciocínio da professora Maristela Abreu – nesta época também numa transição de militante de base na greve de 1988/89 para iniciar sua participação como diretora da Regional III da capital e o seu primeiro mandato na Direção Central do SEPE/RJ, podemos afirmar que não houve mais greve, mas continuou havendo luta. A categoria passou a fazer paralisações e greves curtas por questões pontuais.

Trabalhei esta problemática no terceiro capítulo, mas só destaco agora para ressaltar que a categoria não abandonou de todo a luta reivindicatória – por mais que esta possa ter se colocado talvez em um quadro econômico- corporativo mais acentuado do que antes -, mas a resistência continuou, baseada em uma vivência que a categoria de conjunto sofreu nestes anos de virada da década de 1980 para 1990 nas suas relações com o governo municipal.

O entendimento da tentativa de construção da hegemonia veio acabar por se evidenciar na mudança do nome do projeto de pesquisa. Dei a ele o seguinte título: “*Uma Experiência de Construção de Hegemonia no Brasil Atual: a continuidade da Implantação da política neoliberal no município do Rio de Janeiro (1990-1992)*”. Contudo, nessa primeira tentativa de problematizar a análise, esqueci-me do papel de resistência que os profissionais da educação realizaram.

Esse foi um evidente desequilíbrio, que viria a ser confirmado a partir das análises do material empírico, já que, as concessões foram, naquele momento histórico, muito acanhadas em relação a curva de perdas salariais e funcionais que ocorreram. Mas, se elas aconteceram, ainda que muito limitadas, não deixam de trair a necessidade e a preocupação dos dirigentes do Estado burguês em aliviar de alguma forma as duras condições materiais de vida dos servidores municipais de conjunto, em particular, no nosso caso, os da educação. Havia-se que evitar um aguçamento da luta de ambas as formas.

Para cimentar esta análise, em muito colaborou o pensamento de Florestan Fernandes e sua contribuição seminal para o entendimento do desenvolvimento do modo de produção capitalista em nosso país. Baseio-me especialmente em dois livros desse autor, nomeadamente, *A Revolução burguesa: ensaio de interpretação sociológica* (1975 a) e *Capitalismo dependente e classes sociais na América latina* (1975 b). O fato de que a formação do capitalismo dependente não se trata de uma anomalia do sistema, mas de uma variante do desenvolvimento mundial e histórico do capitalismo, uma decorrência da lei de desenvolvimento desigual e combinado, lei tendencial do capitalismo desenvolvido por Lênin, Trótsky e Novack.¹

À burguesia nacional definiu-se o papel de garantir a sobreexploração das classes dominadas, garantindo a repartição da taxa de acumulação da riqueza social entre si e a burguesia internacional. Para permitir a continuidade de tal ação, quando muito, fruto de pressões oriundas das lutas de classes, além de outras determinações, esta burguesia pode conceder no máximo uma *democracia restrita* ou uma *autocracia burguesa* (conceitos de Fernandes).

Isso não pode nos permitir desembocar em outro extremo, como acho que ocorreu nas obras de Florestan. Ao buscar evidenciar de forma mais clara o arremedo de regime democrático em que vivíamos até o golpe de 1964, ele acabou por exaltar as democracias dos países capitalistas avançados (que, diga-se de passagem, viviam ainda o vácuo do modelo keynesiano, ou, de outra forma, o início do fim do mesmo).

O que não se pode olvidar é que toda democracia burguesa traz, sem si, um elemento ditatorial (ou sociedade política nos termos gramscianos), que tem a ver com o fato de que todo Estado é a sedimentação legal-jurídico-coercitiva de um poder já estabelecido nas sociedades de classes. Mas, que obviamente, ainda mais na sua forma

¹ Foi sempre a partir de observações sobre determinadas situações histórico-sociais (os países *atrasados*) que Trostky formulou e desenvolveu sua lei do *desenvolvimento desigual e combinado*.

Contudo, o revolucionário russo não chegou a produzir uma obra mais propriamente teórica dedicada especificamente à sua “descoberta”. Caberia ao trostkista norte-americano George Novack (1905-1992) a realização dessa tarefa intelectual nada simplória.

Com uma linguagem bastante clara, Novack expôs o que ele denominou ser o “duplo caráter” da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, isto é, a fusão, no interior desta – e que na verdade a constitui enquanto tal –, das duas leis científicas intimamente relacionadas (a *lei do desenvolvimento desigual* e a lei, decorrente da anterior, *do desenvolvimento combinado*).

Desse modo, o marxista norte-americano, recheando o texto de exemplos históricos, demonstrou como o processo de desenvolvimento de determinadas formações sociais acaba por conter em si (por *combinar*) elementos correspondentes a distintas etapas do desenvolvimento de outras formações sociais. Tal fato (a *combinação*), como frisou Novack, só se faz possível porquanto o ritmo histórico mostra-se diferenciado (*desigual*) no que diz respeito tanto à evolução das várias formações sociais (se comparadas entre si) assim como à evolução das diversas instâncias (economia, tecnologia, cultura, política etc.) no interior de cada uma dessas próprias formações. (Apresentação Felipe Demier, 2008, p. 7 a 9)

democrática, necessita ser permeável as demandas da sociedade, em particular, as dos setores subordinados. Contudo, se as concessões devem sempre ser de forma a não ameaçar o âmago deste modo de produção (a propriedade privada e a acumulação também privada da riqueza). Como se daria isso numa sociedade dependente e subdesenvolvida, como a nossa, na qual pela formação compósita da classe dominante (burguesia interna e externa), a extração de sobre trabalho é muito mais intensa e exclusivista?

Também um outro desacordo na análise de Florestan Fernandes é a caracterização que ele pinta das classes dominadas. Em alguns momentos, parece que elas sofreriam quase que um aplastamento político e ideológico insuperável, ou uma dificuldade intrínseca de conseguir se organizar e avançar na luta, por mais que ele sempre pontue que a maior possibilidade era de uma revolução “contra a ordem”, de caráter socialista e organizada pelos trabalhadores assalariados e o que ele chama de “massa dos despossuídos”.

Também outra fonte de análise, de espectro mais atual, que muito me valeu durante o mestrado e a qual retorno é a de uma série de trabalhos mais recentes do geógrafo marxista David Harvey. Harvey em seus livros *O Neoliberalismo: história e implicações* (2008), *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo* (2011) e *Condição pós-moderna* (2012) em muito me auxiliaram e auxiliam eu compreender este período conjuntural no qual a *doutrina neoliberal* (2011, p. 21) se tornou hegemônica a ponto de suas propostas para superação das crises do capitalismo virarem uma espécie de cantilena, uma prece, um receituário que continua sendo apresentado desde o final da década de 1970 até os dias de hoje.

Apesar de que concordo com a avaliação que houve uma espécie de “atualização” do projeto neoliberal, a partir do final da primeira década de sua aplicação, para um melhor ajuste, sem ferir seus dogmas principais, quando se passa a dar uma importância maior para ação social focada – via ongs, especialmente – buscando evitar, ou melhor dizendo, contornar as tensões sociais decorrentes do verdadeiro ataque de classe que este projeto e doutrina significam (Martins e Neves). Harvey chega a chamar de “contrarrevolução neoliberal” (2011, p. 96).

Em particular o livro *O Enigma do Capital* me remete a um conjunto de reflexões sobre o quanto a combinação de dois processos, o da contínua “modernização” e superextração de mais valia que ocorre nos países capitalistas dependentes e o avanço dos projetos neoliberais no conjunto do mundo. Dois processos que ocorrem paralelos, simultâneos e intercambiantes, não possam estar indicando que a busca pela acumulação

crescente de riqueza não esteja aproximando, em suas realidades sociais, de certa forma, os países capitalistas avançados dos dependentes e subdesenvolvidos, como não se viu durante o século passado. E aproxima as realidades no sentido das condições de vida e reprodução da vida dos “de baixo”, como diria Thompson.

Mas, observando o entrelaçamento desses dois processos pelo ângulo do Capital poderíamos inferir que o agudizamento das crises capitalistas a partir da década de 1980 e a tendência imperiosa de que o aparato estatal (a sociedade política de Gramsci) vá se tornando cada vez mais uma “cidadela” classista, exclusivista, elitista e antidemocrática, em função das mesmas crises e da necessidade de manter/recuperar uma taxa ideal de crescimento signifiquem um fortalecimento de uma tendência a governos com executivo “forte”, bonapartistas, ou declaradamente conservadores, reacionários e autoritários, a serviço de uma classe dominante com ares cada vez mais parasitários. Viva Lênin e sua prodigiosa previsão em seu livro *O Imperialismo, fase superior do capitalismo!*

Para efetuar a análise no campo mesmo da dinâmica dos confrontos objetivos e sociais, busquei incorporar o conceito de experiência thompsoniano, pois me pareceu que eu buscava recuperar parte do processo vivencial de uma fração da classe trabalhadora no confronto com as impetuosidades do ideário neoliberal e a sua forma de moldar a sociedade e os indivíduos.

Considero que ainda encontra-se válida a avaliação das Considerações Finais da dissertação de que prevaleceu muito mais a coerção, o ataque, a intervenção. Só a imposição do novo Plano de Carreira e suas diretrizes significou a imposição de um marco histórico dos limites de concessão de reposição da força de trabalho dos profissionais da educação por parte do governo municipal que continuam, como procurarei provar no terceiro capítulo, até os dias de hoje.

Percebe-se que busquei incorporar o conceito de experiência thompsoniano, pois me pareceu que eu tentava recuperar parte do processo de vivência de uma fração da classe trabalhadora com as impetuosidades do ideário neoliberal e a sua forma de moldar a sociedade e os indivíduos, mas tive o cuidado de recolocar a questão da resistência, que é um elemento, ao meu ver, dos mais importantes no tocante a experiência da classe. O título ficou então da seguinte forma: *Uma Experiência de Construção de Hegemonia no Brasil Atual: a continuidade da implantação da política neoliberal no município do Rio de Janeiro e a resistência dos profissionais da educação (1990-1992)*. Notem que eu ainda trabalhava com o corte temporal de 1990 a 1992.

Foi apenas no início do ano de 2017 que fui levado a compreender que precisava recuperar na minha tese todo o período que buscava reconstituir a situação dos municípios brasileiros no início da década de 1980, o período do mandato do prefeito Saturnino Braga e da crise da falência do Rio e o mandato do prefeito Marcello Alencar no período dos anos de 1989 do texto de minha dissertação.

Apesar de entender que qualquer governo da classe dominante busca se construir não só apenas sobre o processo coercitivo, ainda mais quando isso se dá em um regime democrático, compreendo que o que prevaleceu foi mesmo o caráter coercitivo, em função, particularmente da própria realidade do período, marcado por uma profunda crise econômica, um processo vertiginoso de hiperinflação e do início de uma aplicação mais sistematizada do projeto neoliberal, que em muito reduziu as possibilidades das ações que buscavam construir consenso.

Minha avaliação é que no período, debalde tentativas de convencimento, destacou-se com maior intensidade o caráter da coerção, como procurarei desenvolver no transcorrer da tese. Em função de todas essas reflexões, que inclusive, explicitarei melhor nos próximos parágrafos, quando discorrerei sobre os aportes do campo teórico marxista, por fim, compreendi que o título deste trabalho deveria ser o que abre esta tese: *A Democracia Burguesa Possível no Capitalismo Dependente: luta de classes no município do Rio de Janeiro (1989-1992)*. Assim como, compreendi que era necessário resgatar parte do material de minha dissertação, também entendi que esse resgate deveria estar presente no título dessa tese.

Sendo a presente pesquisa doutoral uma continuidade do que foi apresentado em minha dissertação, entendo que necessito retomar e pontuar algumas análises que considero nevrálgicas para a evolução desta tese. Estes pontos se distribuem nos três capítulos que abri. Inclusive, utilizei-me de partes do texto da dissertação ao longo dos capítulos até agora escritos, em algumas vezes com citação em outras como o próprio texto narrativo, visto que em muito já sintetizavam parte do trabalho agora continuado nesta tese, cronologicamente, por mais três anos, e renovado com novas questões.

Iniciando, então, a retomada destas análises, em primeiro lugar, vou tratar da caracterização da atualidade da tese da época imperialista elaborada por Lênin e atualizada por uma série de intelectuais marxistas ao longo do século passado e das primeiras décadas do atual.

Trata também da atualidade das análises de dois intelectuais orgânicos surgidos do bojo das lutas frontais de classe ocorridas no início do século passado, que tiveram sua

culminância, do ângulo das classes dominadas e sua perspectiva emancipatória, no processo revolucionário na Rússia czarista e na construção da Terceira Internacional. As análises, tanto de Leon Trotsky, quanto de Antônio Gramsci, têm suas respectivas gêneses no âmbito da construção do que deveria ter sido um aparelho contra hegemônico mundial a elaborar as estratégias para a expansão da revolução na escala mundial, a Terceira Internacional e seus debates dos quatro primeiros congressos, antes da fração stalinista iniciar seu processo de hegemonização e depuração.

Ambos, em suas reflexões isoladas (não sobreviveu nenhuma prova concreta que ambos tenham tido alguma forma de contato ainda que através de seus textos), buscaram dar continuidade, a partir dos debates abertos naquele fórum, das análises das diferenças dos processos entre o *Ocidente* (na verdade, os países capitalistas avançados, em particular na Europa) e o *Oriente* (os países dependentes e regiões periféricas, em particular, a Rússia, onde a revolução havia triunfado). Na verdade, podemos ver uma aproximação da Teoria da Revolução Permanente com a Teoria da Hegemonia Civil, por mais que o próprio autor desta última assim não o visse.

Digo mais, a análise de diversos aspectos da teoria da hegemonia ganha toda a uma nova luz ao ser vista à luz da teoria da revolução permanente, ganha claramente um perfil revolucionário e afasta as tentativas de transformá-la na teoria da reforma gradual e crescente e todo o seu campo de ilusões.

Trata-se de ressaltar que, em particular, nos países capitalistas ditos atrasados, tardios ou periféricos, a possibilidade de construção de uma hegemonia burguesa no sentido gramsciano na qual prevaleceria o aspecto de um convencimento ideológico em detrimento do aspecto ditatorial próprio do aparato estatal ou sociedade política e de forma mais estável, torna-se muito mais dificultado pelas próprias debilidades da classe burguesa (sua dependência e entrelaçamento com capital estrangeiro e sua limitada margem de concessão, entre outros aspectos).

Mas, isso não significa que tal tentativa de buscar acomodar as classes subalternas ou dominadas aos seus interesses históricos prescindia dos mecanismos de convencimento e que o domínio só seja realizado através da coação violenta estatal ou paraestatal.

O processo em sociedades como a brasileira exige uma síntese diferenciada entre estes dois aspectos de dominação (hegemonia mais ditadura), onde o aspecto coercitivo se mantenha mais atuante e seja usado, inclusive, para forçar uma aceitação mais resignada em relação às respostas da classe dominante às demandas sociais reclamadas. Ou seja, levar as classes subalternas ou dominadas “às cordas” para poder conceder dentro

do limite possível ou tolerável pelas frações burguesas de nossa sociedade, até o momento que até estas concessões possam ser revistas e ainda mais reduzidas. Nesse quesito, o ideário neoliberal serve à perfeição com todo seu discurso antiestatizante e hiperindividualista.

Isso não significa dizer que o conflito esteja totalmente eliminado, pois as contradições não se encerram apenas porque a violência de classe é mais intensa, mas esta violência garante que estas lutas sejam mais contidas e até mais rapidamente debeladas ao longo dos tempos. Mais uma vez a fala da professora Maristela Abreu em sua entrevista é emblemática, quando relaciona a mudança das formas de lutar da categoria dos profissionais de educação da rede municipal com os acontecimentos importantes da luta de classes na década de 1990:

Greve de tempo indeterminado, que tivemos grandes polêmicas se saia, se não saia greve naquele momento, **eram greves de uma semana** (destaque nosso), só que eram greves num contexto, entendeu?! Da derrota da greve dos petroleiros, né?! A greve que aconteceu, no contexto da privatização do BANERJ, na privatização, num contexto de uma mudança de conjuntura. Então não teve greve [por tempo indeterminado] nesse contexto, né?!

Inclusive, isto é ressaltado pelo próprio Gramsci em sua famosa passagem quando explica o que para ele seria a superação da fórmula da revolução permanente pela da hegemonia civil, quando especifica que a sua teoria da hegemonia civil não se aplicaria aos países atrasados e colônias (GRAMSCI, 2007, p.27).

Para além desses debates, uma série de conceituações gramscianas, revistas e atualizadas, a meu ver, auxiliam na caracterização das sociedades capitalistas hodiernas, a brasileira inclusive. E como as formações sociais e o próprio modo de produção capitalista estão em contínuo processo de renovação e continuidade, a visão um tanto quanto dicotômica colocada por Gramsci na década de 1930 (entre Estados modernos e os atrasados e coloniais) em relação a como via o processo de transformação social deve ser atualizada nesses primórdios do século XXI, inclusive também as de Trotsky. O mundo capitalista não para de se complexificar e colocar novos desafios de análise a quem se propõe trabalhar na lógica da ruptura revolucionária.

É fato que o Brasil que adentra o novo século apresenta aspectos societários bem diferenciados daquele contemporâneo de Gramsci. Sem ter resolvido as demandas de caráter democrático mais básicos e convivendo com traços até de barbárie (vide as denúncias de genocídio de povos indígenas, a selvageria das revoltas em presídios, o nível

de violência das periferias, a sistemática destruição ambiental e etc.), o Brasil apresenta-se hoje com a oitava economia do mundo, como um país urbano e onde as mais recentes inovações tecnológicas não demoram muito a chegar para o consumo, em alguns casos, de caráter bastante popular, como ocorre com os telefones móveis; ainda que nos últimos 30 anos, por força da aceitação e implantação do projeto neoliberal, tenha se tornado mais um receptor de inovações tecnológicas do que um potencial criador das mesmas.

Como diria Carlos Nélon Coutinho, o Brasil teria se “ocidentalizado” parcialmente (COUTINHO, 2006, p. 186), ou poderíamos dizer que nossa sociedade se transformou sob a lógica da “via prussiana” – modernização econômica através da ação estatal e do compromisso entre as classes proprietárias “arcaicas” (latifundiários) e “modernas” (burguesas) -, inserindo-se de forma resoluta no modo de produção capitalista ao longo das sucessivas conjunturas mundiais sem romper com a égide do imperialismo. No máximo, no momento de maior fragilidade do mesmo (no período que vai da Grande Depressão até o imediato pós Segunda Grande Guerra) buscou uma relativa autonomia em relação ao capital internacional, sem nunca aventar a hipótese de romper os elos com o mesmo.

Também poderíamos afirmar que o Brasil se tornou neste último período histórico entre a última década do século passado e os inícios deste novo século em uma peça muito importante dentro do modo de produção capitalista mundial, em uma importante “joia da coroa”, como base de instalação de importantes corporações monopolistas, um fundamental mercado produtor de commodities para o mundo e um importante mercado interno consumidor.

Daí ter sido uma formação social que num espaço de menos de um século migrou de um país eminentemente rural para um país urbano, de uma produção baseada em latifúndios baseados em relações de trabalho semi-capitalistas para grandes empresas agrícolas de capital nacional e estrangeiro e com uma importante planta industrial construída. Sem, contudo, erradicar traços de “atraso”, tais como, existência de trabalho infantil, existência de trabalho não remunerado, falta de saneamento básico em quase 50% dos domicílios, persistência do analfabetismo (combinado com o analfabetismo funcional) e etc. Ou seja, um claro exemplo de um desenvolvimento dependente e periférico.

O resgate das formulações trotsquistas se tornam fundamentais a partir do momento que entendemos que não existe possibilidade a partir de uma ação burguesa de se construir em uma sociedade capitalista dependente e periférica como a nossa uma

estabilidade social de fôlego - na qual haveria resolução das demandas de caráter democrático de forma plena ou, ao menos, de forma muito mais abrangente -, que é o mesmo de dizer que o espectro da rebelião dos setores subalternos/dominados, a perspectiva emancipatória, esteja relegada para as calendadas gregas.

Em particular, quando defende que é o proletariado, em especial, o da grande produção, a classe social que tem intrinsecamente, por sua posição no modo de produção e pelas características sociais de modo de vida daí oriundas, melhores condições de dar cabo de se tornar dirigente do conjunto de classes, segmentos e frações explorados. Dirigente politicamente num processo que avance das demandas democráticas (questão agrária, soberania nacional, igualdade social de fato) para as socialistas:

Uma vez no poder, o proletariado não quer e nem pode se limitar ao marco de um programa democrático-burguês. [...] O proletariado, então, chegando ao poder, não deve se limitar ao marco da democracia burguesa, mas deve empregar a tática da *revolução permanente*, isto é, anular os limites entre o programa mínimo e o programa máximo da socialdemocracia, passar para as reformas sociais cada vez mais profundas e buscar um apoio direto e imediato para a revolução na Europa ocidental. (TROTSKY, 2011, P. 29-30)

Mas, retornando às contribuições gramscianas para analisar e caracterizar a sociedade capitalista, busco me apropriar de parte das análises elaboradas por Carlos Néelson Coutinho e Virgínia Fontes, em particular, esta última que, acredito, desenvolveu variações de conceitos basilares gramscianos que me auxiliam a enxergar o período histórico que estudo.

Por fim, tem o estudo empírico, no qual procuro confirmar minhas teses de que o governo de Marcello Alencar a frente da prefeitura do Rio de Janeiro, entre 1989 e 1992, não só se caracteriza como um governante protoneoliberal² - como o caracterizei ao final de minha dissertação - como também mostra que ele tentou construir um processo de hegemonia, ou seja, uma estabilidade política na qual poderia dar conta de realizar suas prioridades de governo, sem maiores questionamentos ou movimentações sociais. E nesse momento que as análises de “ampliação restrita do Estado”, “nacionalização truncada” e “consenso fraco” de Fontes muito me ajudam a entender a conjuntura que analiso. Inclusive, ousou dizer que tais categorias em muito querem caracterizar os mesmos

² Utilizei-me do termo protoneoliberal em referência ao fato da ascensão de Collor de Mello ser considerado o primeiro governo a claramente assumir consciente e efetivamente o projeto neoliberal para o país. O prefixo proto indicaria que, antes de 1990, outros governos já poderiam estar aplicando de forma mais restrita espacialmente (estados, municípios) parte do ideário. (N.A.)

elementos da nossa realidade que Florestan, em outro, denominou “democracia restrita” e “autocracia burguesa”.

Posso neste momento dos meus estudos sustentar que o governo buscou em primeiro lugar derrotar politicamente a categoria e seu sindicato, para aí então oferecer suas concessões em um nível mais rebaixado do que aquele pleiteado pela categoria.

No tocante a população em geral, o processo de hegemonia buscou se construir a partir de se mostrar como um governo que “tirou a cidade do vermelho” (ainda que para isso muito tenha contribuído uma série de medidas tomadas no governo Saturnino Braga e que só tiveram sua aplicação concreta no governo posterior); na inflexão dos investimentos do governo que se deslocaram das áreas sociais, como educação e saúde, para as obras de urbanismo, tais como o Rio Orla.

E, por último, mas não menos importante, a conjunção desses dois elementos para buscar resgatar a nível das consciências um sentimento que chamo de “patriotismo carioca”, de orgulho cívico, bastante prejudicado desde a perda do status de capital federal (1960), de cidade-estado (1975), culminando com o episódio da “falência” da cidade, no momento exato que a mesma elegia, pelo voto popular, pela primeira vez em sua história, o prefeito (1985-1988).

É fato, porém, que o prefeito Marcello Alencar não conseguiu fazer seu sucessor, que era exatamente o seu secretário municipal de obras e urbanismo, Luiz Paulo Corrêa da Rocha e uma das determinações que auxiliou no processo, dentro do âmbito da categoria, foi a situação salarial da mesma.

Trago já aqui a fala de uma das minhas entrevistadas, a professora Eliane Ramos, quando inquirida sobre a posição da categoria no processo eleitoral de 1992. Vejam o que ela diz:

Eu acho que dentro da escola já tinha também, acho que a categoria nunca perdeu dentro da escola, as migalhas que o Marcello dava não tirava uma coisa, **o salário era ruim, o que a gente tinha era penduricalho, mas o salário era ruim** (negrito nosso) mesmo com....Só aumentava ali na hora [quando do reajuste], mas na hora que ia se aposentar, ia se aposentar com o que?

Mas não poderíamos deixar de levar em consideração uma série de outras determinações de caráter mais superestrutural, chegando no limite até nas disputas políticas intrapartidárias que combinadas com o processo de crise econômica e política vivenciado neste período – que é exatamente o período no qual se tem as primeiras

tentativas de implantação das medidas de cunho neoliberal pelo governo federal e que resultaram num período de crise bastante violento, em particular para os trabalhadores – tenham interferido para a não continuidade do PDT e do grupo marcelista à frente da prefeitura.

No sentido de tentar perceber quais os elementos que podem ter auxiliado para a não consecução deste objetivo podemos arrolar o fato de que a política salarial do governo Marcello Alencar para os profissionais da educação, se por um lado buscou conceder reajustes salariais quase mensais, por outro lado, ao implantar um novo plano de carreira que, no geral, comprimiu/reduziu steps (percentuais de um nível salarial para o outro) e níveis tanto de forma linear quanto em relação à titularidade, auxiliou para a construção de uma tendência histórica de achatamento salarial da categoria, em particular, nos últimos níveis. É o que nos indica o trabalho de Junqueira e Muls - O Processo de pauperização docente. *Revista Semestral Temática de Ciências Sociais e Educação*, Rio de Janeiro IEC, nº 2, set/1997.

Além disso, minha pesquisa levantou um dado muito importante neste tocante, em relação a defasagem entre a inflação anual e os reajustes aplicados. No ano de 1992, até setembro, mês anterior ao da eleição para a sucessão de Marcello Alencar, o acumulado dos reajustes orçava em 339,06% e o da inflação era quase o triplo (IGPM/FGV – 1038,08; FIPE/IPC – 1050,29; INPEC/IBGE – 1038,28 e DIEESE/ICV – 1045,10) (vide p.268).

Fato é que, mais adiante, o então ex-prefeito Marcello Alencar e seu grupo político se retirariam do Partido Democrático trabalhista (PDT) e adentrariam no recém-formado Partido da Socialdemocracia Brasileira (PSDB), que viria a se configurar como um dos pilares para a aplicação do ideário neoliberal em nosso país, na “Direita para o social” (MARTINS, NEVES, 2015), como falaremos mais adiante.

Porém, para além das derrotas e vitórias eleitorais do então prefeito, posteriormente, governador do estado do Rio de Janeiro, uma questão colocada em meu projeto se refere a possibilidade desta ação deliberada do governo municipal de atacar e derrotar politicamente a categoria e o sindicato, mas buscar fazer algumas concessões mínimas, entre elas a de reajustes quase mensais de salário, tenha auxiliado na construção de uma concepção na categoria da inutilidade do instrumento da greve, visto que ocorreu um lapso de 19 anos até que a categoria explodisse em uma poderosa greve em 2013 no rastro das jornadas de junho daquele ano.

A pesquisa indica que a tese se confirmou com o aspecto coercitivo ter uma dominância em relação ao da hegemonia, ao meu ver. De alguma forma, as ações tiveram algum êxito, ainda que retardado, visto que a cessação das greves ocorre, de fato, no governo seguinte, o de César Maia. O que afirmo ao final deste trabalho é que, combinado a continuidade das medidas repressivas às ações coletivas, teria ocorrido um nível de concessões mais substancial (carta de crédito para aquisição de imóveis; concessões monetárias diversas, etc.), numa conjuntura que, a partir de 1994, teve um arrefecimento da escalada inflacionária, advinda da implementação do Plano Real.

A chave para os esclarecimentos necessários para tantas indagações veio, em grande parte, das entrevistas realizadas, principalmente no mês de novembro passado. O objetivo inicial era de conseguir fazer essas entrevistas a partir da técnica do grupo focal³, porém, em função dos compromissos de cada um dos possíveis entrevistados, somente quatro dos nove encontros se deram desta forma, cinco encontros acabaram transcorrendo como entrevistas individuais, embora, eu buscasse colocar nessas entrevistas afirmações e análises surgidas nos outros encontros.

A maioria das entrevistas foram feitas com mulheres (15 entre 17 entrevistados); a maioria se encontrava no período histórico da pesquisa entre os 20 e os 34 anos (eram 13 das 17 pessoas ouvidas) e a maioria casadas ou em união estável antes ou durante o período de 1989 a 1992. A esmagadora maioria se encontrava vivendo a primeira década de serviço público (14). Uma parte do grupo entrevistado, no total quatro pessoas, solicitaram o anonimato e, portanto, eu as indicarei através das quatro primeiras letras do alfabeto (A, B, C, D)

Infelizmente, não consegui realizar o mesmo processo com funcionários de apoio. Apenas consegui uma única indicação e não consegui realizar a entrevista. Este setor continua, infelizmente, marginalizado na discussão da educação no município do Rio de Janeiro. No terceiro capítulo darei mais detalhes sobre o grupo pesquisado.

A grande maioria era profissional de educação da prefeitura, mas quatro eram vinculados à rede estadual, contudo considerei suas entrevistas necessárias porque ocuparam cargos na direção central do sindicato.

³ A coleta de dados é efetuada por grupos de observação e pesquisadores sob controle do seminário central. As principais técnicas utilizadas são a entrevista coletiva nos locais de moradia ou de trabalho e a entrevista individual aplicada de modo aprofundado. [...] Ao lado dessas técnicas, também são utilizáveis questionários convencionais que são aplicáveis em maior escala. (Thiollent, M. , 1986, p. 64)

Além dessas pessoas também entrevistei os professores Cecília Goulart e Luiz Antônio Senna, respectivamente docentes das faculdades de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), pelas informações importantes que dariam para a análise em relação as discussões e propostas educacionais dos governos municipais e sobre o curso de graduação em alfabetização nas séries iniciais (CPM-UERJ) oferecido para os professores da rede municipal.

1º CAPÍTULO: O imperialismo, o capitalismo dependente e a expansão imperialista

I. 1 – Introdução ao primeiro capítulo:

Neste primeiro capítulo, de caráter teórico, assim como o fizemos na dissertação, procuramos nos alicerçar quanto a análise, a partir do acervo de estudos e categorias desenvolvidas dentro do materialismo histórico e dialético, que embasará o desenvolvimento deste trabalho. Portanto, se torna importante que se especifique em que momento do modo de produção capitalista nos inserimos na atualidade e no qual também se encontra inserida, ainda com as peculiaridades próprias daquela conjuntura, o tema de nossa pesquisa.

Para nós, ainda que com todas as transformações e evoluções por que passou, nos encontramos ainda na etapa imperialista, e dessa forma, nos encontramos num momento que na perspectiva histórica se expressa por uma agudização das contradições do capitalismo, em particular, em suas tendências as tensões decorrentes do aumento das disputas pelo mercado, pela contínua busca por ampliação das esferas de realização do capital; pela intensa tendência à monopolização – nunca efetivada na íntegra-; a tendência crescente da queda dos lucros; a tendência constante e permanente de hegemonia da fração financeira sobre as demais frações ; a contínua delimitação da relação centro-periferia, entre outros aspectos.

Ainda adentraremos na obra de Florestan Fernandes, em especial, nesse primeiro capítulo, nas relações profundamente imbrincadas que este destacou entre o processo evolutivo de nossa sociedade (não entender como evolucionismo) e o coroamento do capitalismo e a formação peculiar de sua burguesia (compósita, como o mesmo classificou), com o próprio processo de transformação do capitalismo que redundou na sua fase imperialista.

Outros aspectos da análise de Florestan, mais afeitas as relações sociais em nossa sociedade deixaremos para o segundo capítulo em diálogo com as análises de fundo gramsciano de Coutinho e Fontes.

No entendimento deste período ainda achamos que são válidas, em sua essência, as contribuições teóricas de Léon Trotsky quanto ao entendimento de como, em linhas gerais, no campo das forças sociais, advindas da estrutura de classes da sociedade capitalista (particularmente nas sociedades capitalistas dependentes e periféricas), quais

são aquelas que detêm o potencial revolucionário para realizar as tarefas inacabadas da revolução burguesa e avançar para a construção da sociedade socialista. Trata-se de resgatar a Teoria da Revolução Permanente (2011) desenvolvida entre as primeiras décadas do século passado.

Entendemos que as contribuições de Gramsci na busca por entender como se dão as ações por parte da burguesia e seus aliados de classe no sentido de garantir a preservação da sociedade capitalista também tem sua valia. A combinação de ditadura e consenso (coerção + hegemonia, ou seja, sociedade política + sociedade civil), em síntese, o conceito **de Estado integral ou ampliado, também** muito auxilia a entender a continuidade desta sociedade.

Nos auxilia a compreender de como passados já mais de dois séculos de existência e da ultrapassagem da fase do capitalismo dito liberal, para o capitalismo monopolista e o avanço para a etapa imperialista, ainda se mantém, já com alguns sintomas de barbárie, este modo de produção, que como todos os outros que o precedeu, é histórico e, portanto, fadado a se extinguir em algum momento.

De que forma se dará esta extinção deve ser a preocupação para os que defendem a saída pela estratégia emancipatória dos despossuídos e oprimidos.

Por fim, analisamos a tendência dominante junto à burguesia a nível internacional; em essência, ainda que adaptada a cada região do mundo e a cada formação social, da política que se apresenta de forma hegemônica para tentar dar conta de continuar garantindo a expansão do capital, a contínua acumulação de riqueza e, combinado a isso, dar um ataque implacável sobre a classe trabalhadora e o conjunto da população, nos direitos sociais, trabalhistas e de seguridade social. Direitos que ao longo de séculos a classe e demais setores explorados e oprimidos conseguiram, de alguma forma, por sua ação política direta ou indiretamente como parte de uma ação de concessão preventiva, arrancar do Estado e da burguesia.

Trata-se então de buscar analisar o neoliberalismo e como ele se apresentou como a alternativa classista e histórica para a saída da crise do modelo keynesiano-fordista da década de 1970.

Fecharemos este capítulo apresentando e criticando as análises de Harvey em seu livro *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo* (2011), em particular, em que pese que usamos fartamente outras contribuições analíticas e teóricas deste intelectual, no tocante de entender e expor o que significa esta conjuntura histórica neoliberal, mas principalmente, dialogarei com o livro em destaque, porque no mesmo percebo que o

autor quis auxiliar num processo mais profundo de debate que se instalou em todo mundo sobre os motivos que levaram a pior crise do capitalismo desde 1929.

Creio que, discutir e analisar a realidade em que vivemos pela ótica marxista e buscar traçar os caminhos políticos que podem levar a superação deste modo de produção e iniciar uma nova fase da humanidade. Acho que Harvey pensa o mesmo e, creio que de tudo que ele colocou, algumas análises e propostas chamaram minha atenção e creio, que, pelo menos no Brasil, se está tentando construir a aliança que ele aponta como necessária para tanto. Mas, existem polêmicas minhas com o que ele apresenta. Aproveito esta tese para colocar minhas modestas análises.

I.2 – A fase imperialista: continuidades e determinações

Em termos de uma análise macroestrutural parto do entendimento de reafirmar que vivemos na fase ou etapa caracterizada como "imperialista", apesar de suas transformações ao longo desse mais de um século.

Ao longo deste período a humanidade tem vivenciado diversas conjunturas ou subfases que partem desde o fim dos impérios coloniais construídos ao final do século XIX e início do XX até a criação e atuação das agências internacionais; da ação, cada vez mais ampla e monopolística das transnacionais e da expansão da financeirização da economia mundial. Também faz parte das contínuas análises alguns prognósticos mais preocupantes, no sentido dos elementos destruidores que o capitalismo em sua fase mais tardia carrega.

Retomo de minha dissertação, defendida em 2014, alguns trechos significantes da análise leninista da categoria "imperialismo":

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro" da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. **O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro**, (destaque nosso) adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 1984, p81-82)

E ainda em relação ao caráter parasitário que passa a definir o capitalismo, em função da hegemonia do capital financeiro, e como tal situação transforma o mundo “num punhado de Estados usurários e numa maioria gigantesca de Estados devedores” (LÊNIN, 1984, p. 92), o que pode ser percebido como uma evolução naquele chamado "núcleo duro" do capitalismo, como nos relata Hobsbawn (1988, p. 33), concluindo que o imperialismo pode ser visto como:

Capitalismo de transição ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante. [...] então percebe-se com evidência que nos encontramos perante uma socialização de produção, e não perante um simples ‘entrelaçamento’, percebe-se que as relações de economia e de propriedade privada constituem um invólucro que não corresponde já ao conteúdo, que esse invólucro deve inevitavelmente decompor-se se a sua supressão for adiada artificialmente, **que pode permanecer em estado de decomposição durante um período relativamente longo (no pior dos casos, se a cura do tumor oportunista se prolongar demasiado)**, (grifo nosso) mas que, de qualquer modo, será inelutavelmente suprimida. (LÊNIN, 1984, p. 114-5)

Vale destacar que, a uma possível crítica de uma análise “precipitada” “panfletária” ou “conjuntural” de Lênin sobre a superação do modo de produção capitalista, o que, para alguns não se confirmou, o trecho grifado deixa claro que não são apenas as condições objetivas que determinam a transformação social, há que se ter o desenvolvimento das condições subjetivas, ou seja, da própria organização e ação daquele que era visto como o sujeito social da revolução o proletariado, sob a direção política de um partido revolucionário, como defendia Lênin. O processo revolucionário em si pode ser entendido como uma síntese de múltiplas determinações, na qual, sem dúvida a referente a situação econômica tem um importante destaque, e podemos fazer uma ponte desta percepção com a teoria da coevolução de Harvey, como veremos adiante.

Devemos nos lembrar sempre de uma máxima marxiana que deve, a meu ver, nortear todo o pensamento que segue pelo caminho da transformação na perspectiva do socialismo, o de que a história é realizada por seres reais⁴, ou seja, não podemos desumanizar ou descarnar os processos sociais e históricos deste conteúdo demasiado humano, o de que somos todos nós, com nossas limitações/fronteiras individuais, de

⁴ “Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por ele já encontradas como as produzidas por sua própria ação.” (MARX, K. e ENGELS, F. 2007, p. 86-87)

classe, coletivas e circunstanciados pelo momento histórico que conduzimos a barca da humanidade.

Se for uma verdade a de que recebemos ao nascer um mundo cultural e social “pronto”, podemos apesar de todas as ações conservadoras, lutar para sua superação.

A conceituação da realidade em termos estruturais, como busca fazer o materialismo histórico-dialético, em que estamos inseridos não deve e não pode escamotear esta dimensão do humano ao tentar explicar a realidade, com o risco de se afastar da mesma para uma concepção esquemática e distante do processo que vislumbra entender.

Também vale a dupla significação dada por Lênin ao caracterizar o estágio imperialista mundial. No que resumi em minha dissertação de que Lênin, ao formular sua concepção sobre o imperialismo lhe deu uma dupla significação: tanto enquanto uma “fase”, portanto, expressando um novo momento no desenvolvimento do modo de produção capitalista, quanto como “etapa”, no sentido de uma espécie de “limite máximo” (agonizante) do modo de produção que exacerbaria determinados aspectos, nos quais o mais importante talvez seja o caráter crescentemente parasitário dos primeiros; a criação dos “Estados-rentiers”.

Prosseguindo e, de certa forma, retornando ao eixo central da discussão sobre a propriedade da caracterização de uma fase ou etapa imperialista dentro do modo de produção capitalista, a tese de Corrêa (2012) evidencia que tanto a discussão sobre a fase imperialista quanto a própria discussão de sua validade ou não acompanhou as diversas conjunturas do século passado.

Tal debate foi marcado seja pelo seu “engessamento” em virtude da dogmatização pela qual a teoria marxista passou durante a hegemonia stalinista no chamado “bloco socialista”, processo que se irradiou pelos partidos comunistas espalhados pelo mundo, seja pelo discurso dos que advogavam sua datação circunscrita a uma determinada conjuntura entre o final do século XIX e o início do século XX, dando como um dos exemplos para tal posição o fato de que após a Segunda Grande Guerra os impérios coloniais, tal como tinham se constituído, se desmantelaram, ou o excepcional período de expansão econômica (a chamada “*Era de Ouro*”⁵) que se seguiu após o final daquele

⁵ A uma Era de Catástrofe, que se estendeu de 1914 até depois da Segunda Guerra Mundial, seguiram-se cerca de 25 ou trinta anos de extraordinário crescimento econômico e transformação social, anos que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que, qualquer outro período de brevidade comparável. Retrospectivamente, podemos ver esse período como uma espécie de Era de Ouro, e assim ele foi visto quase imediatamente depois que acabou, no início da década de 1970. [...] Na década

conflito, talvez a maior conjuntura de crescimento do capitalismo em toda sua história, que demonstraria o equívoco de se perceber uma fase terminal do capitalismo ou ainda o aparente arrefecimento dos conflitos intercapitalistas.

De fato, diante de uma nova configuração geopolítica do mundo, agora dividido em dois blocos - um capitalista, capitaneado pela grande potência vencedora do conflito, os Estados Unidos; e outro, visto e divulgado tanto por seus defensores quanto seus detratores como sendo o bloco socialista encabeçado pela União Soviética, a antiga formulação do imperialismo como uma etapa de contínuos conflitos inter imperialistas parecia totalmente ultrapassado pela força dos fatos.

Corrêa (2012) destaca que o tema tem um primeiro novo “impulso” nas décadas de 1960 e 1970 em consequência da crise do modelo de acumulação (o “consenso” keynesiano – fordista) com todo seu modelo de acumulação e de alguma concessão ao mundo do trabalho e teve como seus principais teóricos os que se reuniam em torno da *Monthly Review* nos Estados Unidos e aqueles que vão centrar o debate sobre o imperialismo na nova conjuntura mundial que se estabelece através das relações entre as economias capitalistas “avançadas” e o restante do planeta (o terceiro mundismo e a Teoria da Dependência) e, por último, no trotskismo, na figura de Ernest Mandel.

Corrêa destaca a obra *Capitalismo Monopolista* de Sweezy e Baran de 1966 que – retornando à conceituação leninista sobre a etapa monopolista do capitalismo, centraram sua análise no papel das transnacionais nas economias avançadas e sua expansão sobre o restante do planeta na busca da obtenção da lucratividade numa combinação que ia de “campanhas de vendas” ao uso do militarismo. (CORRÊA, 2012, p. 168-9)

Mas, a frente veremos que Harvey retorna a estes autores para defender a categoria “Capitalismo de Estado Monopolista”, para destacar o quanto, nesta conjuntura que se abriu a partir do esgotamento do modelo keynesiano-fordista a burguesia, em particular e em primeiro lugar a fração financeira, necessita da intervenção do Estado burguês (o que ele chama de nexos Estado-finanças) para garantir a contínua expansão do capital, particularmente nas áreas atinentes a aplicação e expansão dos créditos financeiros. (HARVEY, 2011, p. 50)

de 1980 e início da de 1990, o mundo capitalista viu-se novamente às voltas com problemas da época do entre guerras que a Era de Ouro parecia ter eliminado: desemprego em massa, depressões cíclicas severas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigos sem teto a luxo abundante, em meio a rendas limitadas de Estado e despesas ilimitadas de Estado. (HOBSBAUWM, 1995, p. 10-13-14)

Bom, sempre nos resta a pergunta: e quando a burguesia prescindiu do seu Estado? Acho que o mais coerente com a história do capitalismo e da burguesia é dizer que esta dependência mudou em seus requisitos e ações desde a chamada fase do capitalismo liberal, na qual a Inglaterra era a “fábrica do mundo” incontestemente até os atormentados e tormentosos dias de hoje.

Outro autor, Magdoff (apud CORRÊA, 2012, p. 158) buscou documentar de forma mais profunda as intensas relações entre as ações das agências internacionais, a ação militar e das relações comerciais e financeiras estadunidense, concluindo que mesmo com o aumento dos custos da máquina estatal norte-americana, tais ações imperialistas eram mantidas, pois significavam manter abertas áreas do mundo para ação do grande capital norte-americano e a reserva de matérias primas estratégicas. (ibidem, p. 169)

Já a segunda corrente que abarca a discussão sobre o chamado “Terceiro Mundo” e a Teoria da Dependência buscava demonstrar que a trajetória de subordinação econômica e política dos países latino-americanos estava relacionada à ação histórica do imperialismo na região e que, portanto, todos os projetos de modernização capitalista lá desenvolvidos (nacional-desenvolvimentismo) não romperiam com a situação de dependência/subdesenvolvimento, mesmo que, como prognosticava Marini, em alguns países, como o Brasil, o processo de expansão da economia capitalista pudesse chegar ao estágio monopolista e redundasse na constituição de um *subimperialismo*. (ibidem, p. 169-73)

Não poderíamos discutir sobre a conceituação ou redefinição que o conceito imperialismo sofreu com o desenvolvimento da Teoria da Dependência sem citar a evolução nos padrões de dominação externa desenvolvida pelo sociólogo Florestan Fernandes (1975b) a respeito. Fernandes historiciza a evolução, na América Latina, do Antigo Sistema Colonial mercantilista até o que foi conceituado como Capitalismo Dependente. A partir daqui, nos centramos nas análises e teorizações de Fernandes, na relação entre o desenvolvimento da formação social brasileira e em sua interação profunda com o imperialismo.

Assim sendo, evoluímos de uma situação pré-capitalista, que se insere naquilo que Marx denominou de “a chamada Acumulação Primitiva do Capital”, para uma fase entre o final do século XVIII até as primeiras décadas do século XIX, por ele denominada *neocolonialista*. Esse período corresponde à passagem da dominação político-administrativa pelos países ibéricos para a hegemonia comercial, política e diplomática inglesa, comumente caracterizada como a fase do capitalismo liberal, na qual, a

Inglaterra, como “oficina do mundo”, centro do desenvolvimento da produção industrial capitalista, ampliava sua influência comercial por todas as partes do mundo, não sofrendo, nem de longe, o risco de concorrência de nenhum outro país do mundo, aparecendo muitas posições atrás a França nas relações comerciais com os Estados recém-nascidos. (FERNANDES, 1975b, p. 14-5).

Poderíamos perceber aí uma conexão desta formulação com a do chamado *Império informal* de Gallagher e Robinson (CORRÊA, 2012, P. 166), por exemplo, e outros que se basearam nessa formulação. Outro aspecto importante que devemos destacar aqui e que prenunciava, já em grande parte, como o processo de evolução da formação social brasileira se daria é quando Fernandes demarca que a luta pela independência não se tratou de uma luta contra “os privilégios do Antigo Regime”, mas sim contra o “jugo colonial”. O que os latifundiários queriam era manter a liberdade comercial que tinham obtido com a transferência do staff do Estado Absolutista português para o Brasil, além de manter e ampliar o controle sobre a administração. (ibidem, p. 90-91)

Em seguida, até a irrupção da Primeira Grande Guerra, segundo Fernandes, teríamos a implantação do imperialismo, entendida como uma fase de concorrência mundial entre as nações capitalistas mais avançadas da Europa e, já no século XX, com participação importante dos Estados Unidos. Importante, que para Fernandes neste período cronológico (em torno de meados do século XIX) já existe o imperialismo, quando por exemplo Lênin tipifica esta situação mais para as últimas décadas do século.

De novo, me parece que Fernandes faz uma análise pelo ângulo do “Sul do Planeta”, pois ainda que o marco cronológico que ele coloca seja visto como o da passagem da fase do capitalismo liberal para o monopolista, não deixa de representar a expansão do modo de produção capitalista pelo mundo e sua intensificação a partir do momento que a cada década novos países se colocam na perspectiva da disputa do comércio mundial e dos respectivos mercados. Ou seja, entre eles, o nosso mercado e o de toda América Latina.

Nessa fase já se tem uma “incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural” (ibidem, p. 16), uma penetração do modo de produção capitalista em todas as esferas da vida social (econômica, social, política, cultural, que se reflete, entre outros aspectos, pelo “aburguesamento” das antigas oligarquias e sua fusão com os novos setores sociais

urbanos vinculados às atividades “modernas”). Nessa nova fase, para ele, surge o capitalismo dependente. E ele é um fenômeno da fase imperialista.

Por fim, surge o que Fernandes (1975b) denomina *Imperialismo Total*, que marca a hegemonia estadunidense e é paralela ao desenvolvimento na América Latina, com todas as suas peculiaridades, da fase do capitalismo monopolista, caracterizada pela entrada maciça das empresas multinacionais, do contínuo aprofundamento da internacionalização da economia, do enraizamento da associação das burguesias locais com a internacional, o que para ele significa a concretização do que ele chama de “Revolução Burguesa”, ou seja, a revolução nos marcos do capitalismo possível no continente, sem os ganhos de ordem político-social ou, como queiram, democráticas, que ocorreram nos países da Europa Ocidental e EUA.

Interessante destacar que para Fernandes o período que vai desde a Primeira Grande Guerra até o final da Segunda – período claramente colocado de transição do eixo do sistema capitalista da Europa Ocidental para os Estados Unidos; do marco da Grande Depressão que se iniciou em 1929 e da ascensão dos fascismos e eclosão de um novo conflito Inter imperialista mundial – foi um período de “maturação” de nossa burguesia, no qual setores vinculados a burguesia e a pequena burguesia tentaram copiar o modelo de desenvolvimento europeu, estimular um proposta nacionalista, mas sem ir a fundo nesse objetivo, ou seja, realizar de fato um processo que desembocasse em uma revolução democrática nacional. Para ele, quando muito serviu apenas para desenvolver o que ele chama de uma “demagogia populista”. (FERNANDES, 1975 a, p. 314)

Isso se deu porque para tal processo ocorrer, em primeiro lugar, estes setores sociais, estas frações teriam que querer de fato romper com a vinculação ao imperialismo e, em segundo, para realizá-la teria que contar com a mobilização exatamente dos setores subalternos e isso significava um grande perigo.

Vejamos, Fernandes nos avisa que esta burguesia que se forma ao longo do século XIX guarda entre outros aspectos das antigas estruturas pré-capitalistas uma “tradição colonial de subserviência como um componente dinâmico” (FERNANDES, 1975 b, p. 12), isso porque não só buscou preservar toda uma noção de privilegiamentos e status sociais de concepção estamental, quanto não constrói ou tem vínculos profundos com os setores mais abaixo delas, em grande parte, descendentes dos ex-escravos, indígenas aculturados e mestiços livres pobres. Fernandes indica que a burguesia os elege como o “inimigo principal” àqueles e seus descendentes, que formaram ao longo do processo os setores assalariados e o que ele chama de “massa despossuída” ou “desvalidos da terra”.

E também não é apenas por questões intestinas que tal fato ocorre, temos que lembrar que o mesmo momento (aquela que Fernandes demarca como o do segundo tipo de dominação externa, o do *neocolonialismo*) corresponde ao período no qual não só a burguesia na Europa ainda adota para si a estratégia revolucionária, mas na qual, vai se construindo a classe operária e no processo de 1848, a ruptura de projetos se coloca. A partir daí a burguesia europeia redefine suas estratégias e alianças.

Daí que a saída encontrada por esta burguesia, que podemos chamar de sua “fração interna”, para buscar seu desenvolvimento – sem arriscar o controle social, econômico e político desta sociedade – teve que ser obtido através da contínua unidade com o capital internacional e o imperialismo, vinculando seus interesses. Este foi eleito como o “aliado principal”. Sendo que a parcela interna desta burguesia vai ser a responsável por extrair o sobre trabalho necessário para seus objetivos e os da burguesia internacional. E a primazia das consecutivas modernizações pelas quais esta sociedade passa partiram sempre do acordo com esse aliado, que a partir da hegemonia norte-americana pós segunda guerra (*O Imperialismo total*) se faz presente não apenas pelas grandes corporações:

Elas abrangem instituições oficiais, semioficiais ou privadas, encarregadas de conduzir a política de controle global das finanças, da educação, da pesquisa científica, da inovação tecnológica, dos meios de comunicação em massa, do emprego extranacional das políticas, das forças armadas e mesmo dos governos. (FERNANDES, 1975 b, p. 24)

Mas, esta vinculação não se dá sem problemas ou contradições. Fernandes afirma que ela vive duas séries de antagonismos distintos: com o inimigo principal e com o aliado principal. (FERNANDES, 1975 a, p. 359). Neste último, porque, entre outras coisas, sua vinculação aos interesses do imperialismo – ainda que conjugados aos seus internos - leva a constantes avanços ou tendências a processos de desnacionalizações. (FERNANDES, 1975 b, p. 79)

Para Fernandes (1975a, p. 334), a chegada ao Brasil desse “amadurecimento” enquanto formação social, só pode ser obtida através de uma contrarrevolução política (o Golpe militar de 1964 e a instauração do regime autoritário civil-militar), que significou a superação do período do capitalismo competitivo e a inserção decidida na fase do capitalismo monopolista.

Por fim, mas não por último, temos a contribuição do intelectual trotsquista Ernest Mandel à discussão da atualização da análise da realidade mundial pós Segunda Guerra.

Sua maior contribuição foi no sentido da periodização do desenvolvimento capitalista e a elaboração da categoria “capitalismo tardio” como forma de explicar o que seria uma subfase da etapa imperialista para designar o mundo que ascende da crise dos anos 1960/70 na qual o processo de concentração internacional capitalista avança para a centralização internacional capitalista e a empresa transnacional passa a ser “a forma capitalista determinante do grande capital.” (CORRÊA, 2012, p. 174)

Todavia foi um novo “abalo” na conjuntura internacional que fez com que a discussão sobre o imperialismo recobrasse forças, exatamente quando a conjuntura histórica se transformou com o fim da Guerra Fria, a queda do regime soviético, o fim do bipolarismo mundial e da ascensão do capitalismo estadunidense a posição de única potência mundial incontestada.

Contudo, aliado a estas mudanças geopolíticas e ao discurso triunfalista dos epígonos do capitalismo e seu “fim da história”, as fortes “sacudidas” que as crises econômicas em várias partes do mundo (México, Leste Asiático, Rússia, Argentina) nos anos noventa apontavam que este novo mundo de prosperidade e harmonia sem limites garantido pela “globalização” não se sustentava diante da realidade.

A transformação dos Estados Unidos em única potência planetária, a violenta contraofensiva capitalista em todos os níveis (econômica, política, cultural, ideológica e militar) no mundo, abarcando o já iniciado processo de expansão das políticas neoliberais e da reestruturação econômica, com a implantação e ampliação do modo de acumulação flexível, suscitou de novo o debate sobre a caracterização mundial e ali estava o conceito “clássico” do imperialismo, tanto para ser abandonado quanto para ser revisto, repensado e criticado analiticamente.

Ao final, chamo a atenção para algumas questões, as quais tenho acordo, que acabam por ser reafirmadas por novos pensadores marxistas sobre o imperialismo, tais questões seriam: 1) como possível característica primordial, tínhamos uma transferência do peso maior do aspecto oligo/monopolista para o relativo ao capital financeiro ou das finanças; 2) ampliação das áreas de ação do capital financeiro ou a ocorrência de um processo de “financeirização” da economia mundial, como nunca antes visto; 3) não superação do papel dos Estados nacionais como centro de irradiação das ações imperialistas, em que pese a hegemonia do imperialismo norte-americano sobre os demais Estados imperialistas; 4) a contínua expansão por todo o mundo das empresas transnacionais e seu também contínuo processo de fusões/aquisições/incorporações ampliando cada vez mais o caráter internacional da economia mundial, 5) perpetuação da

relação “centro-periferia”, ainda que, não mais sob a forma de domínio colonial, como na virada do século XIX para o XX.

I.3 - A tentativa da estabilidade burguesa na fase imperialista e a estratégia revolucionária: a Teoria da Revolução Permanente e a Teoria da Hegemonia

Neste momento do desenvolvimento de nossas ideias torna-se necessário nos voltarmos para a contribuição de dois intelectuais e quadros dirigentes do movimento proletário e socialista do século XX e que muito contribuíram e ainda contribuem para o entendimento da sociedade capitalista contemporânea. Um deles, inclusive, já se fez presente a partir da utilização parágrafos acima de alguns de seus conceitos fundamentais. Refiro-me a Antônio Gramsci. O outro, a quem pretendo introduzir para confluir num debate com o primeiro, é o dirigente da Revolução de 1917, Léon Trotsky.

Não se trata aqui de querer forçar uma total confluência ou identidade de pensamento ou de tentar demonstrar que Gramsci era um “trotskista inconsciente” e que Trotsky era um “gramsciano in natura”, mas sim como estes dois homens, que viveram e, até certo ponto, conviveram numa mesma conjuntura histórica e política, se aproximaram ou tiveram como pontos focais de seus pensamentos a busca por respostas aos dilemas da estratégia revolucionária no século XX.

Ambos foram intelectuais, militantes e dirigentes mesmo antes do processo que culminou na Primeira Grande Guerra e na Revolução Socialista. Estes dois acontecimentos históricos desembocaram em processos de ruptura e reorganização nos meios políticos e sindicais proletários e nas reflexões que passam a ser feitas dentro ainda da III Internacional para entender a não expansão do processo revolucionário pela Europa e pelo mundo.

Além desses aspectos conjunturais que os aproximam, podemos também demonstrar outra proximidade entre ambos: o mútuo infortúnio que, a partir da década de 1920, em situações diferenciadas, ambos sofreram com a perseguição por suas ideias, os confinamentos e, por fim, direta ou indiretamente, o apressamento do fim de suas vidas

Antônio Gramsci em grande medida ainda que produzindo suas análises nas primeiras décadas do século passado, em muito se ateve em entender a problemática da construção do processo revolucionário no “*Ocidente*”, a área da Europa que apresentava um capitalismo avançado, ou seja, aqueles países que formavam o seu “núcleo duro”, irradiador de tal projeto societário.

Tais Estados-nações apresentavam um profundo desenvolvimento das forças produtivas que se refletiam em sua disputa pelos mercados internacionais, na crescente produtividade, ancorada no contínuo desenvolvimento da ciência e tecnologia e, em decorrência desse processo, uma crescente urbanização e desenvolvimento da classe trabalhadora e setores médios. Uma sociedade que se complexificava e diversificava cada vez mais sob os desígnios da hegemonia burguesa.

Importante relembrar uma passagem de Marx (1982) onde o mesmo destaca – muito antes desta característica da diversificação se tornar tão evidente – que a sociedade burguesa era o mais evoluído e complexo da história da humanidade, que trazia em seu interior fragmentos e partes de todos os outros modos de produção e organizações anteriores. Só esta percepção denota o quanto o estudo profundo desta sociedade e seu respectivo arcabouço político-jurídico e uma condição *sine qua nom* para a luta no sentido de sua superação. Vejamos a citação:

A sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos ela foi edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva de arrastão desenvolvendo tudo que fora antes apenas indicado que toma assim toda a sua significação e etc. (MARX, 1982, p. 17)

E já esta sociedade mais complexa e desenvolvida propiciou a formação de uma estrutura política também muito mais complexa, o que levou Preobrazhenski (2013), num material de polêmica com os anarquistas, afirmar:

O Estado burguês também é um instrumento para a dominação sobre as massas trabalhadoras, mas agora a serviço do capital e também da nobreza, cujos direitos se igualaram aos direitos de toda a burguesia. Este aparato opera no interesse de uma minoria sufocando a resistência da enorme maioria da população

Destacamentos isolados do proletariado intervindo de forma dispersa contra o governo estão condenados ao fracasso, uma vez que a burguesia (que em si representa uma força não muito grande, comparada com milhões de operários) é suficientemente forte para destruir estes destacamentos um por um com a ajuda de seu aparato governamental.

É especialmente importante lembrar isto, porque este dado da enorme superioridade da organização governamental burguesa na luta contra a classe explorada invalida por si só e completamente todos os discursos anarquistas sobre lutar contra o inimigo através de destacamentos não ligados por um centro dirigente, por uma disciplina e por um plano comum. Se nossa revolução operário-camponesa venceu o poder burguês na Rússia, foi somente porque o proletariado empregou o máximo de organização e porque a união governamental da classe burguesa foi enfrentada em nível nacional com a

união de todas as forças proletárias, organizadas nos soviets e no partido bolchevique. A organização burguesa se chocou contra a organização proletária e foi vencida por esta. (PREOBRAZHENSKI, 2013, p. 31-32)

Em que pese as ponderações feitas pelo autor acima, quanto a complexidade do aparato estatal burguês, por outro lado a antiga Rússia czarista, em termos de desenvolvimento social, enquadrava naquilo que viria a ser designado como uma sociedade de “tipo oriental”, que segundo Gramsci era o que vigorava, com todas as particularidades possíveis de cada formação social, na Europa dos finais do século XVIII até os últimos decênios do século XIX:

[...] a sociedade ainda estava sob muitos aspectos, por assim dizer, no estado de fluidez: maior atraso do campo e monopólio quase completo da eficiência político-estatal em poucas cidades ou até mesmo numa só (Paris para a França), aparelho estatal relativamente pouco desenvolvido e maior autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal, determinado sistema das forças militares e do armamento nacional, maior autonomia das economias nacionais em face da relação econômicas do mundial, etc. No período posterior a 1870, com a expansão imperial europeia, todos estes elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais do Estado torna-se mais complexas e robustas; (GRAMSCI, 2007, p. 24).

Esta sociedade, em um de seus escritos feitos no cárcere fascista, apresentava, segundo Gramsci, uma estruturação muito mais desenvolvida, em particular daquilo que ele irá chamar de “sociedade civil”.

Na verdade, Gramsci deita sua atenção em desvelar o quanto o processo no “Ocidente” seria diverso do “Oriente”. Esta preocupação não é de sua autoria, mas fruto de uma reflexão coletiva levada por dentro da recém-iniciada Terceira Internacional e já problematizada por Lênin e Trotsky, em particular, no Terceiro Congresso (1921). Este importante Congresso se realiza após a derrota e sufocamento da vaga revolucionária que tinha atingido em cheio uma série de países europeus, tendo seus epicentros na Alemanha e na Hungria, ao mesmo tempo que a guerra contrarrevolucionária tinha sido derrotada pelos bolcheviques:

A revolução mundial, isto é, a destruição do capitalismo, a concentração das energias revolucionárias do proletariado e a sua organização em força agressiva e vitoriosa **exigirá um período muito longo de combates revolucionários.**

A agudeza dos antagonismos, a diferença da estrutura social e dos obstáculos a enfrentar segundo os países, **o alto grau de organização da burguesia nos países de alto desenvolvimento capitalista da Europa Ocidental e da América do Norte, são razões suficientes para que a guerra mundial não conduza imediatamente à vitória da revolução mundial.** Os

comunistas tiveram, portanto, razão ao declarar, ainda durante a guerra, que o período do imperialismo conduzirá a uma longa série de guerras civis no interior dos diversos países capitalistas e guerras entre os Estados capitalistas de uma parte, os Estados proletários e os povos coloniais explorados de outra parte.

A revolução mundial não é um processo que siga em linha reta; é a dissolução lenta do capitalismo e a saga revolucionária cotidiana, que se intensificam em certos momentos e se concentram em crises agudas. (Tese sobre Tática. Manifestos, teses e resoluções do 3º Congresso - III Internacional comunista, 1989, p. 77-78) (os negritos são nossos)

Pensamento que Gramsci viria a corroborar, por exemplo, num texto encaminhado ao PCD'I em agosto de 1926: “nos países de capitalismo avançado, a classe dominante possui reservas políticas e organizativas que não possuía, por exemplo, na Rússia, isto significa também que crises econômicas gravíssimas não têm imediata repercussão no campo político.” (GRAMSCI, apud: BIANCHI, 2008, p. 211)

Em outra parte dos seus cadernos ele deixaria claro a resignificação que ele fez das categorias “sociedade civil” e sociedade política” ao problematizar sobre a categoria de “intelectual”, ao buscar pensar como se poderia construir uma estratégia revolucionária para o “ocidente”:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. Seria possível medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é 1) consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo dominante”, [...] 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2006, p. 20-21)

E destaca o papel dos intelectuais como “prepostos” a serviço da manutenção e perpetuação da hegemonia do grupo dominante, numa diversificação, que não deixa de refletir uma divisão ou uma superespecialização dentro das próprias atividades

intelectuais entre os que elaboram e os que executam: “no mais alto grau, devem ser postos os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.; no mais baixo, os mais modestos “administradores” e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada.” (GRAMSCI, 2006, p. 21).

Esta mesma sociedade capitalista, ao se desenvolver e se complexificar, gera um processo de massificação na produção desses intelectuais e não deixa de atrair para essas novas categorias aspectos vivenciados pelos setores já proletarizados:

“A formação em massa estandardizou os indivíduos, na qualificação intelectual e na psicologia, determinando os mesmos fenômenos que ocorrem em todas as outras massas estandardizadas: concorrência (que coloca a necessidade da organização profissional de defesa), desemprego, superprodução escolar, emigração, etc.” (OP CIT, 2006, p. 22).

Gramsci caracteriza a formação de intelectuais advindos dos estratos da pequena burguesia rural e urbana, que veio ocupar os organismos tanto da “sociedade civil” quanto da “sociedade política” e, já no momento em que realiza estas reflexões, tipifica uma série de casos em relação a diversas sociedades, inclusive, em relação às sociedades latino-americanas, quando cita o peso do jesuitismo e do militarismo nas ex-colônias ibéricas na formação desses intelectuais (ibidem, p. 26-32).

Trotsky, por seu lado, também não deixou de verificar os processos que haviam ocorrido nas sociedades capitalista ocidentais e deixa uma contribuição ao estudo num texto de comemoração dos noventa anos da publicação do Manifesto Comunista, onde analisa o que tinha se mantido válido e o que não tinha passado pela prova do tempo. Para ele o vaticínio de que a sociedade capitalista levava à destruição da pequena burguesia e confluía para a formação de somente duas classes fundamentais – burguesia e proletariado – não se conformava exatamente desta forma.

E, mais ainda, ele buscava evidenciar o que ele considerava uma ação burguesa que buscou contra tendencialmente preservar de alguma maneira a pequena burguesia clássica, para tê-la como uma aliada frente ao proletariado organizado, ao mesmo tempo em que, por uma necessidade imperiosa do capital em se expandir, novos setores médios eram criados, pois:

(4) Tomando como base sobretudo o exemplo da “Revolução industrial” inglesa, **os autores viam de maneira muito retilínea o processo de liquidação das classes médias, com a proletarização completa do campesinato.** [...] o capital arruinou a pequena burguesia bem mais

rapidamente do que a proletarizou. **Por outro lado, a política consciente do estado burguês, desde muito tempo, visa conservar artificialmente as camadas pequeno-burguesas. O crescimento da técnica e a racionalização da grande produção, ao mesmo tempo em que engendram um desemprego orgânico, freiam a proletarização da pequena burguesia. Houve um extraordinário aumento do exército de técnicos, administradores, empregados de comércio, em uma palavra, daquilo a que chamamos “novas classes médias”.** O resultado de tudo isso é que as classes médias, cujo desaparecimento o Manifesto previa de modo tão categórico, constituem, mesmo em um país altamente industrializado como a Alemanha, quase a metade da população. Mas a conservação artificial das camadas pequeno-burguesas, há muito caducas, em nada atenua as contradições sociais; torna-as, pelo contrário, particularmente mórbidas. Somando-se ao exército permanente de desempregados, ela é a expressão mais nociva do apodrecimento capitalista. (TROSTKY apud MARX e ENGELS, 2008, p. 99-100) (Destques nossos)

Então, onde Gramsci enxerga a expansão de intelectuais orgânicos, a princípio, a serviço do Capital – Trotsky vê a formação de uma nova classe média – o que significa o mesmo processo com terminologias diferentes - que precisa ser disputada à burguesia. Disputa que também se fazia presente nas resoluções da Comitern:

20. A guerra, [...] **não parou o processo de diferenciação social; ao contrário, a proletarização das amplas camadas intermediárias, compreendida aí a nova classe média (empregados, funcionários etc.) e a concentração da propriedade nas mãos de uma pequena minoria (trustes, cartéis, consórcios etc.) fizeram, durante os últimos setes anos, progressos monstruosos nos países que mais sofreram com a guerra.** (Tese sobre Tática. Manifestos, teses e resoluções do 3º Congresso - III Internacional comunista, 1989, p. 62) (destaques nossos)

É importante destacar que Gramsci ainda no período anterior ao seu confinamento na prisão, através dos seus escritos para a imprensa socialista orientava seu pensamento e suas preocupações no sentido da disputa política e ideológica dentro da sociedade italiana e articulava uma série de contraposições entre os aparelhos hegemônicos e os contra hegemônicos e nestas contraposições, para ele a escola, a formação cultural e moral das massas, ocupava um lugar central.

Assim, ao Estado burguês contrapunha o Partido Socialista Italiano, que representava o “Estado em potência”, à imprensa burguesa, a imprensa partidária e à escola estatal burguesa uma proposta de escola pública controlada pelos grandes sindicatos italianos.⁶

Não é à toa que este pensador marxista se voltou para a discussão sobre a educação, visto que, nesta nova etapa do desenvolvimento capitalista, a necessidade de

⁶ (citado por DIAS, 2000 apud: TEIXEIRA, 2014, p. 54-55).

transmitir conhecimento e formação se tornaram vitais para o próprio processo de acumulação capitalista.

Gramsci percebeu, que o desenvolvimento do modo de produção capitalista, em particular nos países centrais, o obrigou – combinado as lutas políticas de apelo democrático – a expansão da escolarização para o conjunto da sociedade. Mas a burguesia ao ter que fazer tal ação a faz de forma fragmentária, pragmática, dirigida, focada na formação dos novos proletários, destruindo a antiga escola de formação geral humanística, que, apesar de todas as limitações classistas que possuía e, em especial, por seu alcance elitista, fornecia uma formação mais ampla do conhecimento.

Portanto, podemos caracterizar como um novo momento ou uma outra forma de abordagem no debate dentro do campo do pensamento marxista sobre o processo de controle e formação acrítica dos mesmos intelectuais desta sociedade capitalista, ampliando-se para além desta categoria para todo o conjunto das classes sociais. Uma sociedade de classes, que num patamar muito mais avançado do que no período entre guerras, demandou e recebeu o acesso universal à educação, nos países capitalistas centrais, ou pelo menos, em países como o nosso, viu aumentar as ofertas para tal acesso, ainda que a universalização não tenha ocorrido, de fato, até os dias de hoje. Mas, uma educação massiva voltada para a dominação, para a preparação daqueles que seriam dirigidos.

Neste ponto podemos inferir que muitas das preocupações de Gramsci no quesito da hegemonia e da construção do discurso e da prática contra hegemônica vão ao encontro a resoluções de congressos da Terceira Internacional, como podemos perceber nesta passagem:

Preparar além da vanguarda do proletariado revolucionário, de seu Partido Comunista, não somente todo o proletariado, mas também toda a massa dos explorados pelo capital, **esclarecê-los, organizá-los, educá-los, discipliná-los no curso da luta impiedosa e temerária contra os exploradores**, (destaque nosso) - arrancar em todos os países capitalistas, esta esmagadora maioria da população à burguesia, inspirar-lhe confiança no papel dirigente do proletariado e de sua vanguarda revolucionária. (*III Internacional: manifesto, teses e resoluções do 2º congresso 1989*, p. 54)

Inclusive podemos entender aí a grande preocupação de Gramsci para a construção de um conjunto de quadros dirigentes do proletariado, os quadros partidários

que teriam a tarefa de aglutinar, organizar, ajudar no desenvolvimento do conjunto dos setores explorados e oprimidos.⁷

Em outra passagem de seus escritos, Gramsci chama a atenção para o fato de que para o grupo dominante conseguir exercer de fato sua hegemonia, ou seja, construir um “consenso”, mais ou menos estável, visto que o elemento coercitivo não deixará de estar presente, sempre que necessário (a imagem do “Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e de hegemonia, da violência e da civilidade”) (GRAMSCI, 2007, p. 33), há que se ceder naquilo que não é o fundamental:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso **não podem envolver o essencial**, dado que, se a hegemonia é ético-política, **não pode deixar de ser também econômica**, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2006, p. 48) (destaques nossos)

Da sua forma, Gramsci retrabalhava a ideia de “Estado ampliado”, formulada no século XIX, primeiramente por Hegel, que via a sociedade civil enquanto uma etapa, marcada pelos interesses individuais, que deveria vir a ser superada por sua absorção pelo Estado, momento de universalidade efetiva. E, em seguida, novamente reformulada por Marx e Engels, ao vincular a sociedade civil às relações sociais que delimitam a sociedade burguesa, a qual está indissociavelmente vinculado o Estado, *stricto sensu*, visto a partir daí como o Estado de uma classe, no caso, a burguesa. (FONTES, 2008, p. 208-209)

Para Gramsci, a reelaboração desses conceitos buscava esclarecer os mecanismos de dominação na moderna sociedade capitalista, que a burguesia buscava tanto.

Há, porém, um nó, um estrangulamento que durante muito tempo foi visto e usado para delimitar e mesmo confrontar o pensamento gramsciano ao trotskista, o rechaço claro feito por Gramsci à Tese da Revolução Permanente, que no período entre a 2ª metade da década de 1920 e a da década seguinte foi advogada e esclarecida por Trotsky em sua

⁷ “O que se torna o partido político em relação ao problema dos intelectuais? É necessário fazer algumas distinções: 1) para alguns grupos sociais, o partido político é nada mais do que o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, [...] Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais é uma afirmação que pode se prestar à ironia e à caricatura; contudo, se refletirmos bem, nada é mais exato. Será preciso fazer uma distinção de graus; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais lato ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, intelectual. (GRAMSCI, 2006, p. 24-25)

batalha interna ao Partido Comunista soviético e na Internacional Comunista contra o avanço da fração stalinista. A pretensa discordância fica muito clara na passagem a seguir:

No período posterior a 1870, com a expansão colonial europeia, todos estes elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e mais robustas; e a fórmula da “revolução permanente”, própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política com a fórmula da “hegemonia civil”. Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. (Destaque nosso) A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações da sociedade civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição; faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra, etc.

A questão se apresenta para os Estados modernos, não para os países atrasados e colônias, onde ainda vigoram as formas que, em outros lugares, já foram superadas e se tornaram anacrônicas. (GRAMSCI, 2007, p. 24)

Ou ainda mais em trechos como o que segue:

A propósito da palavra de ordem “jacobina” lançada por Marx na Alemanha de [18]48-[18]49 deve se observar sua complicada fortuna. Retomada, sistematizada, elaborada, intelectualizada pelo grupo Parvus-Bronstein, manifestou-se inerte e ineficaz em 1905 e a seguir: era uma coisa abstrata, de gabinete científico. A corrente que a combateu nesta sua manifestação intelectualizada, por outro lado, sem usá-la “propositalmente” a empregou de fato na sua forma histórica, concreta, viva, adaptada ao tempo e ao lugar, como nascida de todos os poros da sociedade que ocorria transformar, de aliança entre duas classes como hegemonia da classe urbana (GRAMSCI, apud. BIANCHI, 2008, p. 234)

O que novas luzes vêm trazer é que tal diferenciação pode ter surgido exatamente dos percalços colocados entre ambos os intelectuais pela conjuntura da época. No Livro *A Teoria da Revolução Permanente*, Trotsky denuncia a distorção do que ele defendia – apoiado no pensamento leninista – pela fração stalinista tanto dentro da URSS quanto da Terceira Internacional. Distorção esta que se inicia ainda no ano da morte do Lênin, 1924, com a defesa do que ficaria conhecido como a “*Teoria do Socialismo em um Só País*”.

Lembre-mos que Gramsci foi preso em novembro de 1926 pela polícia fascista e que Trotsky e Zinoviev, dirigentes da Oposição Unificada, foram expulsos do Birô Político do Partido russo em outubro de 1927 e, em janeiro de 1928, Trotsky era banido para Alma-Ata, e que, para além das dificuldades de se comunicar com o mundo exterior – numa sociedade sob o avanço de uma ditadura fascista e coetaneamente de um poderoso

cercos à República dos Soviéticos – com certeza havia toda a dificuldade de interlocução com as notícias advindas da URSS e da direção da Terceira Internacional e de como e com qual conteúdo elas chegavam à Itália.

Trotsky, no livro mencionado acima, que se trata na verdade de uma coletânea de textos escritos em particular no período de seu exílio na Sibéria, busca se defender da campanha difamatória que crescia contra ele e denunciar os equívocos aos quais a fração stalinista estava levando aos partidos da Terceira cometerem, em particular, neste momento, ao desastre da revolução chinesa em 1927⁸.

Em particular, no tocante a desfazer as falsas interpretações que o colocavam como um teórico inconsequente, defensor de um “salto revolucionário”, pelo qual o proletariado, abrindo mão da busca por construir uma aliança com o numeroso campesinato russo e com suas bandeiras de caráter democrático, se arrogaria o papel de tomar o poder, destruir o Estado autocrático e implantar as medidas de caráter socialista.

O que Trotsky busca demonstrar é que na verdade, ele e Lênin (sendo que Lênin num primeiro momento elabora o conceito de uma *“ditadura democrática do proletariado e do campesinato”*, sem deixar claro quem seria o setor dirigente), percebem que a concepção marxiana de “revolução permanente” necessita de uma revisão – na verdade, uma “atualização”.

A revolução permanente, na concepção de Marx, significa uma revolução que não se contenta com nenhuma forma de dominação de classe, **que não se detém no estágio democrático.** (Negrito nosso)

A ideia da revolução permanente foi formulada pelos grandes comunistas dos meados do século XIX, Marx e seus discípulos, para enfrentar a ideologia burguesa, que, como se sabe, pretende que, **após o estabelecimento de um estado “nacional” ou democrático, todas as**

⁸Em 1927 estoura a revolução chinesa. Em um país quase tão grande como a Rússia, ainda mais atrasado e muito mais populoso, explodem lutas fenomenais que visam expulsar os ocupantes japoneses. O papel preponderante é cumprido pelo Guomindang (nova grafia de Kuomintang), o exército nacionalista-burguês de Jian Jieschi (nova grafia de Chiang kaishek), que tenta evitar a todo custo que o problema da distribuição da terra apareça como uma questão fundamental da revolução. O partido comunista é frágil, mas possui uma inserção considerável na classe operária, concentrada sobretudo nas cidades industriais do litoral. Sob o disfarce da antiga palavra de ordem de Lenin de “ditadura democrática do proletariado e do campesinato”, a direção stalinista da Internacional Comunista ressuscita na verdade a velha fórmula menchevique: por ser um país atrasado, a China não estaria preparada para a ditadura do proletariado, não deveria “saltar” a etapa democrático-burguesa de sua revolução. Para o stalinismo, essa etapa só poderia se dar pela égide do Guomindang, que era pintado como um autêntico exército do povo e, portanto, pretendente legítimo ao papel dirigente na revolução.

O resultado não tardou a aparecer: em 21 de março de 1927 os operários de Xangai, entusiasmados pelas notícias sobre a aproximação do exército de Jian Jieschi, se levantam contra o poder local e tomam a cidade. Após ser saudado como libertador de Xangai pelos operários insurgentes, Jian Jieschi realiza um verdadeiro massacre contra esses mesmos operários, deixando um saldo de milhares de mortos, ataca os sindicatos e o partido comunista e afoga em sangue o levante que o apoiava. (nota dos editores apud TROTSKY, 2011, p. 11-12)

questões possam ser resolvidas pela via pacífica da evolução e das reformas. (Negrito nosso) Marx não considera a revolução burguesa de 1848 senão como o prólogo imediato da revolução proletária. Marx se “enganou”. Mas seu erro era um erro de fato, não um erro de metodologia. (TROTSKY, L., 2011, p. 160)

Na verdade, eles atualizaram para os tempos contemporâneos a antiga orientação marxiana da Revolução Permanente. Agora a pequena burguesia radical (jacobina) não será utilizada para pressionar a burguesia a cumprir sua tarefa histórica de destruição do Antigo Regime e implantar o Estado liberal burguês e, com ele, abrir espaço para as lutas democráticas e políticas do proletariado, como, de novo, ele remarcou em seus textos: “Todas as revoluções burguesas se basearam na colaboração das massas oprimidas das cidades e das zonas agrárias. Foi o que lhes deu um caráter mais ou menos **nacional ou popular.**” (ibidem, p. 214) (destaque nosso)

Nesta nova fase é o proletariado urbano – comandado pelo proletariado da grande produção – que atuará sobre a pequena burguesia (urbana e camponesa) e demais setores explorados e subordinados para junto de si realizar no processo da revolução socialista as demandas de caráter democrático (reforma agrária, direito de sindicalização, acesso à educação, etc.) que a burguesia não se propõe mais a realizar: “na revolução russa, o proletariado industrial ocupa o mesmo posto que ocupava, no fim do século XIX, a democracia semiproletária dos artesãos e dos *sans-culottes*” (ibidem, p. 244)

O papel dirigente e impulsionador do setor pequeno burguês jacobino, apoiado na plebe de Paris, os “*sans-culottes*”, que garantiram a vitória da revolução Francesa, ao “empurrar” a grande burguesia na luta contra a monarquia absoluta e aristocracia, cabe agora ao segmento dinâmico e potencialmente revolucionário da sociedade – o proletariado urbano:

Tudo se passou exatamente como previmos. O curso da revolução confirmou a justeza do nosso raciocínio. Fez-se, primeiro, com “todo” o campesinato: contra a monarquia, contra os grandes proprietários fundiários, contra a Idade Média. E foi, assim, burguesa, democrático-burguesa. Marchou, em seguida, com o camponês pobre, com o semiproletário, com todos os explorados: contra o capitalismo, incluindo aí os camponeses ricos e os especuladores. Tornou-se, assim, socialista.” (LÊNIN, obras completas, v. XV, p. 508 apud: TROTSKY, L. 2011, p. 257)

O que Trotsky, juntamente com Lênin defendeu e que ambos apostaram foi que o papel dirigente e motivador para a realização da revolução de caráter democrático (na origem burguesa) não estava mais – em particular nos países de desenvolvimento mais

atrasado do capitalismo – nas mãos de nenhum setor burguês ou pequeno burguês, mas sim do proletariado urbano, que deveria se colocar como o setor que dirigiria o processo amalhando em seu torno e também as suas reivindicações, os demais setores explorados e subordinados, além de disputar com a burguesia a própria pequena burguesia cidadina:

2. para os países de desenvolvimento burguês retardatário e, em particular, para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a solução verdadeira e completa de suas *tarefas democráticas e nacional-libertadoras* só é concebível por meio da ditadura do proletariado, que assume a direção da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas camponesas. (TROTSKY, L. 2011, p. 311)

Trotsky avança nesta discussão, apoiando-se em Lênin, para expor que, na verdade, o fato de ser o proletariado que assume o papel de realizar as tarefas de caráter histórico-democráticas, elas rapidamente deveriam ultrapassar este substrato burguês e ganhar uma perspectiva socializante. A este processo Lênin teria dado o nome de “*transcrescimento*” (ibidem, p. 167).

Tal visão em nada quer dizer que se busque uma simplificação do processo em âmbito nacional, pois como bem deixa claro Trotsky:

Não é verdade que os traços específicos não passem de um “*complemento* dos traços gerais”, uma espécie de verruga no rosto. Na realidade, as particularidades nacionais formam a originalidade dos traços fundamentais da evolução mundial. Essa originalidade pode determinar a estratégia revolucionária por longos anos. [...] As particularidades econômicas dos diferentes países não têm uma importância secundária. Basta comparar a Inglaterra e a Índia, os Estados Unidos e o Brasil. (ibidem, p. 137)

Além disso, Trotsky no mesmo trabalho demarca quais são os aspectos centrais que destacam a teoria da Revolução Permanente. Poderíamos entendê-la como um processo que inclui três movimentos, não lineares: primeiro, ser um processo que não se extingue em um estágio democrático nos países capitalistas atrasados, mesmo quando realizada por uma revolução comandada politicamente pelo proletariado, o estágio democrático seria como que a abertura para o estágio socialista. Segundo, a própria revolução socialista se caracterizaria por um processo contínuo de transformações numa luta interior intensa, marcada ora por fases de reformas “pacíficas”, ora por momento de conflito aberto. Por fim, o caráter necessariamente internacionalista da revolução socialista para garantir a própria expansão do mesmo em cada nação. (ibidem, p. 161-3)

Então, como bem explana Bianchi (2008), o que pode ter acontecido é que Gramsci no cativeiro fascista tenha sido influenciado exatamente pelas propagandas stalinistas que buscavam desqualificar o papel dirigente e teórico revolucionário de Trotsky, mas que não existiria necessariamente um abismo entre ambos os intelectuais na perspectiva de como se realizaria a tomada revolucionária do poder.

Lembremo-nos que o cerne da campanha de difamação do dirigente revolucionário por parte da fração stalinista e daqueles que, gradativamente, renegavam as antigas posições questionadoras ao grupo burocrático emergente, seria a de que Trotsky desprezava a necessidade de uma etapa democrática e que delegava apenas e só apenas ao proletariado a tarefa de fazer a revolução socialista.

Na verdade, acredito que tanto um quanto o outro afirmam que a direção do processo deve estar a cargo do proletariado urbano que atrairia para sua coordenação os demais setores sociais, em particular o campesinato e os setores médios urbanos. Ou seja, o papel de vanguarda que Lênin e Trotsky deram ao proletariado, que sob o comando de um partido revolucionário se coloca à frente dos conflitos e agita um programa para superação dos graves problemas produzidos pelo desenvolvimento do capitalismo (tendência à concentração de riqueza, crises econômicas e sociais periódicas, não implementação plena dos direitos de ordem democrática), a meu ver, se aproxima muito do papel dirigente que Gramsci coloca que deve ser construído antes de um novo grupo se tornar *dirigente e dominante*.

Em outras palavras, que entre os setores subalternos, no tocante aos diversos movimentos sociais que lutam e resistem às ações da burguesia, se faz necessário, para a superação de uma tendência a fragmentação das demandas e das lutas, a construção de uma hegemonia política de uma classe social antes do assalto ao poder. E o setor da sociedade que teria que conquistar este papel dirigente deveria ser o proletariado urbano em particular. Mas, talvez aí haja diferenças de um para o outro.

Trotsky é claro todo o tempo que restou de sua vida na defesa de que o “quartel general” da revolução é o partido revolucionário, internacional, mas com a plena liberdade de ação dentro de cada âmbito nacional específico; guardião da memória, das experiências e das tentativas históricas de emancipação; conspirativo e cioso de suas fronteiras em relação às classes dominantes e todo seu aparato repressivo; elaborador contínuo das táticas necessárias ao avanço das lutas e à ampliação dos quadros partidários.

Já Gramsci, muitas vezes, deixa claro que, num reflexo da própria ampliação dos mecanismos privados e estatais de controle e submissão desenvolvidos pelas sociedades

capitalistas “avançadas”, também as classes subalternas apresentam uma ampliação desses aparelhos, organismos que funcionam/atuam como verdadeiros “partidos políticos”.

Um aspecto que podemos verificar de unidade entre os dois teóricos seria o de entender que a “*teoria da hegemonia civil*” de Gramsci nada mais é do que a perspectiva de tornar o proletariado e sua direção o setor dirigente da ampla gama de setores explorados e oprimidos, dos “de baixo” da sociedade capitalista – necessidade *sine qua non* para se poder lançar na conquista do Estado burguês, sua destruição e o início da implantação do processo de transformação da sociedade.

Assim, é possível entender que toda classe que possui um projeto, antes de se tornar dominante (nem que seja para, na perspectiva futura, também se extinguir) tenha que já atuar a partir de suas direções e seus organismos para ser dirigente do conjunto dos setores submetidos ao domínio das classes dominantes. Nada a ver com a lógica que entende este processo de construção de hegemonia como a ideia de ocupar progressivamente espaços na estrutura do aparato burguês e submeter, antes de derrotar, as classes dirigentes.

Não que no processo da luta de classes o proletariado galvanizando em torno de um programa comum e amplo, de forma a abarcar todas as propostas de caráter *democrático* (universalização de direitos sociais, a questão da terra e do espaço urbano, das questões de gênero, raça e orientação sexual, etc.) não possa impor em diversos momentos derrotas à burguesia, mas ao não destruir seu Estado e ao não expropriar materialmente as classes proprietárias, sempre verá tais conquistas constantemente ameaçadas, limitadas e distorcidas.

Porém, podemos construir um liame entre o pensamento dos dois intelectuais orgânicos e dirigentes, não só porque, como já colocado anteriormente, ambos, cada um de sua forma e nas possibilidades apresentadas e nas realidades vividas, estão debruçados em buscar compreender como se dariam os processos para a emancipação tanto nas sociedades capitalistas quanto nas regiões periféricas, coloniais e semicoloniais:

Para além desta constatação devemos lembrar que o caráter inconcluso de certa maneira dos cadernos, nos quais o método de investigação se confunde com o da apresentação e que, em grande parte, deixava em aberto várias pontas a serem investigadas num futuro não definido, levaram a uma interpretação que postergava para também um futuro não definido e longínquo a tarefa da tomada do poder.

O que podemos perceber é que ambos os pensadores militantes se debruçaram sobre tarefas que estavam colocadas para aquela conjuntura e que de certa forma ainda continuam colocadas e, se é verdade, que se aproximam em vários aspectos, não tiveram a oportunidade de dialogarem de forma direta, mas fica claro que o intelectual sardo desenvolveu uma série de categorias que servem em muito para a análise da sociedade capitalista que agregados à tese da revolução permanente e seu primado da luta pela revolução dentro dos limites das sociedades capitalistas, facilitam a ação sobre a realidade. Em particular o conceito de “hegemonia” que muito nos auxilia no sentido de entender o processo que se deu no município do Rio de Janeiro no período estudado.

Entendo que Gramsci buscou construir categorias que pudessem auxiliar na análise dos processos sociais – e, sendo bem exatos, na análise dos processos nas ditas *sociedades ocidentais*, ou seja, os países capitalistas avançados – no seu cotidiano, quando o período da crise revolucionária e da ruptura ainda estão distantes, inclusive com a perspectiva de construir ações conscientes da práxis revolucionária para, nos diversos embates em torno das contradições do capitalismo, auxiliar na pavimentação para alcançar o momento da superação revolucionária.

A Teoria da Revolução Permanente de Trotsky nos ajuda a afastar a interpretação reformista que se quer dar às elaborações gramscianas, como já foi dito anteriormente, recolocando que na sociedade o objetivo a ser perseguido é o da ruptura e superação dos limites do regime democrático-burguês e do capitalismo, na perspectiva de construção de uma nova sociedade e que esta só poderá se firmar se o também princípio internacionalista estiver apontado na proposição política.

I.4 – A Hegemonia Ideológica do Período: o neoliberalismo

Quando se comenta sobre o desenvolvimento capitalista ao longo do século XX, em especial no seu quarto final, devemos inserir a discussão sobre o neoliberalismo. Existente enquanto corpo teórico desde a década de 1940, passou a ganhar espaço cada vez maior a partir da crise de 1973, que deu fim aos quase 30 anos de hegemonia do que vem a ser caracterizado como modelo keynesiano-fordista.

O período de duas décadas seguintes ao fim da 2ª Guerra Mundial, viu se conformar o desenvolvimento econômico no pós-guerra, a chamada “Era de Ouro” do capitalismo e que foi alcançada sobre as bases do modelo keynesiano-fordista de regulação da economia. um modelo de expansão dentro da parte do mundo que se regia

pelas leis do modo de produção capitalista que, tendo como centro mais acabado deste modelo os Estados do Oeste europeu, baseou-se em uma espécie de pacto entre classes burguesa e trabalhadora, abraçado pelo Estado (implicava, por um lado, a cessão de certo poder de decisão para os sindicatos, em contrapartida de rejeição a luta revolucionária, e também uma limitação na acumulação da riqueza nacional pela burguesia), com a aplicação de medidas fiscais, monetárias e industriais de caráter keynesiano e na escolha do fordismo como forma privilegiada de organização da produção:

Aceito amplamente a visão de que o longo período de expansão de pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano.

Mas o crescimento fenomenal da expansão de pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. (HARVEY, 2012, p. 119-125)

Obviamente, tal modelo tinha como objetivos centrais buscar impedir que o capitalismo naufragasse novamente numa crise como a de 1929 (com todas as suas sequelas, em particular, a deflagração da 2ª Grande Guerra) e fazer uma frente ideológica ao avanço do comunismo (HARVEY, 2008 e 2012), semelhante percepção fica muito clara quando olhamos o mapa do mundo no período subsequente ao final do conflito mundial entre 1945 e 1949 e percebemos a expansão do chamado “bloco socialista” sobre os frágeis Estados do Leste europeu e os do Extremo Oriente, com destaque especial para o China.

Ainda que tal processo de expansão não tenha sido, desde início da vitória e ocupação dos exércitos comandados ou diretamente pela URSS ou por seus representantes comunistas locais (caso da Iugoslávia e da China), o desejo manifesto uma estratégia mundial global oriunda do Kremlin, Sem dúvida, os processos revolucionários na China, na antiga Iugoslávia e na Albânia, se deram à revelia dos desejos da nomenclatura stalinista.⁹

⁹ Sete países, a leste da linha alcançada pelo exército soviético na Europa Central, encontravam-se na sua zona de ocupação e influencia: Tcheco-Eslováquia, Bulgária, Romênia, Polônia, Hungria, Iugoslávia e Albânia, [...] aos quais cabe adicionar a parte oriental da Alemanha.

A bem da verdade e isso nos é destacado por Harvey no livro *A Condição Pós-Moderna* (2012), para o restante do planeta, nos países que orbitavam o centro capitalista, o Estado de Bem Estar Social nunca existiu de forma plena, senão de forma limitada, como aqui em nosso país (o que Fontes chama de “nacionalização truncada”, como veremos mais adiante) se considerarmos o seu modelo europeu como o mais acabado dentro dos seus princípios – ainda que recordemos que o mesmo Harvey nos lembre que este “mundo do trabalho protegido” abraçasse um determinado segmento da classe em detrimento de outros, em particular, aqueles que não se enquadravam no esquema “homem-hétero-caucasóide europeu”:

Nem todos eram atingidos pelos benefícios do fordismo, havendo na verdade sinais abundantes de insatisfação mesmo no apogeu do sistema. [...] as desigualdades resultantes produziram sérias tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos excluídos – movimentos que giravam em torno da maneira pela qual a raça, o gênero e a origem étnica costumavam determinar quem tinha ou não acesso ao emprego privilegiado. [...] sem acesso ao trabalho privilegiado da produção de massa, amplos setores da força de trabalho também não tinham acesso às tão louvadas alegrias do consumo de massa. (HARVEY, 2012, p. 132)

E tal situação começou a atingir os sindicatos que haviam se submetido a esta “ordem de coisas” o que também nos auxilia a entender o processo seguinte de adesão de setores dos trabalhadores aos encantos da reestruturação econômica e sua miríade de formas flexíveis de trabalho:

Mas os sindicatos também se viram cada vez mais atacados a partir de fora, pelas minorias excluídas, pelas mulheres e pelos desprivilegiados. Na medida em que serviam aos interesses estreitos de seus membros e abandonavam preocupações socialistas mais radicais, os sindicatos corriam o risco de ser reduzidos, diante da opinião pública, a grupos de interesses fragmentados que buscavam servir a si mesmos, e não a objetivos gerais. (HARVEY, 2012, p. 133)

Assim em toda parte reinava uma economia arruinada, uma penúria quase completa dos bens mais indispensáveis, inclusive gêneros alimentícios, [...] A fim de enfrentar tais tarefas constituíram-se, desde a Libertação, governos de coligação (Frente popular, Frente Nacional Democrática, União Nacional Antifascista, Frente da Pátria, etc.).

As condições em que viveu a Iugoslávia durante a guerra explicam a originalidade de sua evolução no período subsequente. [...] O novo Estado formou-se no curso da própria guerra. [...] é o “conselho Antifascista de Libertação Nacional da Iugoslávia” (A.V.N.O.J) que, sem ser um Parlamento ou um governo, é o órgão dirigente da luta; [...] Contudo, ainda não existe uma nova organização do Estado, a conselho expresso da URSS que teme a adoção de medidas revolucionárias de direito público capazes de criar embaraços com os aliados ocidentais. (CROUZET, 1973, P. 197-198-216)

Interessante também a este respeito são as observações de Sennett em seu livro *A Corrosão do Caráter* (2010), pois apresenta um quadro próximo ao de Harvey ao analisar o quanto a questão étnica-racial pontua ou demarca a questão das classes, ou melhor, dizendo, das categorias ocupacionais (SENNETT, 2010, p. 13-5; 75-7) e como a reestruturação econômica, combinada com as novas formas de acumulação vieram a destruir também esta noção de pertencimento, por mais limitado que ele fosse anteriormente:

Rodney Everts recebeu a mudança de administração como uma libertação, uma vez que a nova empresa, nacional, tinha um caráter menos racista, e acolheu as mudanças tecnológicas na padaria como reduzindo seu risco de ataque cardíaco. Recebeu bem sobretudo a aposentadoria dos gregos e a contratação de força de trabalho poliglota. [...] Mas também fica furioso com a maneira como eles trabalham cegamente, embora entenda que o baixo nível de escolaridade e qualificação não é culpa dos trabalhadores. A maioria das pessoas que escolhe fica no máximo dois anos na padaria; os jovens trabalhadores, não sindicalizados, são especialmente transitórios.

Repetidas vezes as pessoas me disseram a mesma coisa com palavras diferentes: Não sou padeiro mesmo. Eis aí pessoas cuja identificação com o trabalho é fraca. Se Bill Gates não é muito apegado a produtos específicos, essa nova geração é indiferente a trabalhos específicos. (ibidem, p. 81-83)

Ou seja, ação combinada da aplicação dos princípios neoliberais com as novas técnicas de trabalho e na renovação tecnológica ajudaram a criar uma nova sociabilidade que é marcada por uma superficialidade nas relações, na construção pelos trabalhadores de uma relação amistosa aparente para poder manter todas as chances e todas as possíveis portas de trabalho abertas e não ficar marcado (a) negativamente nos grupos e, ao final, nas empresas, pois uma característica desse novo capitalismo também é a questão das reestruturações e reengenharias constantes.

Tudo é flexível e todos caminham sobre gelo fino ou areia movediça. De certa forma o capitalismo em seu momento atual retorna àquela máxima de Marx e Engels: “tudo que é sólido se desmancha no ar”.

Mas, retornando a trajetória da doutrina neoliberal esta se construiu desde o nascedouro em um embate político e ideológico contra o modelo de regulação econômica keynesiano-fordista e, em que pese que sua primeira aparição como política concreta estatal tenha se dado na periferia do sistema (mais concretamente na ditadura do general Augusto Pinochet, no Chile, a partir de 1973), tal proposta alternativa burguesa para o capitalismo só veio a ganhar expressão mundial com sua adoção como linha de governo

em três países imperialistas: a saber, a Inglaterra com Margareth Thatcher (1979), os Estados Unidos, com Ronald Reagan (1980) e a Alemanha com Helmut Khol (1982).

Contudo, Harvey (2008 e 2011) destaca que, no caso dos chamados países do Primeiro Mundo, houve um longo processo de construção de um “consenso” ou, melhor de um “consentimento”, junto à sociedade - alcançando inclusive a setores da própria classe trabalhadora -, que mobilizou a organização ou fortalecimento de uma série de organizações classistas burguesas ou acadêmicas (que ele chama de “banco de ideias”), de influência sobre organismos de comunicação (periódicos, jornais) até representantes dos principais partidos políticos, na expansão do conjunto de ideias que vieram a ser reconhecidos mundialmente como o neoliberalismo.

E estes novos intelectuais do capital já encontraram um “meio de cultura” construído para a intervenção supranacional, pois, em que pese, que no pós-guerra tenhamos tido a expansão e o desenvolvimento do modelo de acumulação keynesiano-fordista nos espaços nacionais (que envolveu, no caso dos países capitalistas avançados que o implementaram, uma política de protecionismo), também, se buscou desenvolver, a nível de relações econômicas internacionais, a partir de 1944, em Bretton Woods, a orquestração do que poderia ser chamado de um “regime econômico” internacional baseado nas regras do liberalismo, como diz Borón:

Em consequência disso, boa parte das deliberações esteve dedicada a identificar mecanismos que assegurassem: a) o predomínio do livre comércio e a eliminação de todo vestígio do protecionismo; b) o financiamento externo de países vitimados por problemas de curto prazo (queda nos volumes e/ou preços de suas exportações, déficits orçamentários, instabilidade monetária etc.), e c) a aprovação de um conjunto de políticas dirigidas a tomar possível a reconstrução e o desenvolvimento das economias devastadas pela guerra. Essa divisão de tarefas entre a promoção do livre comércio, a estabilização macroeconômica e as reformas estruturais haveria de originar, em 1947, o General Agreement on trade and Tariffs (GATT) e as instituições gêmeas que nasceram das deliberações de Bretton Woods: o Banco Mundial em 1945 e o Fundo Monetário um ano depois.” (BORÓN, apud SADER, GENTILI, 1995, p. 92)

Ou seja, enquanto em boa parte dos países nucleares do capitalismo (Europa Ocidental e Estados Unidos) as medidas keynesianas eram implementadas, se buscava garantir em termos globais a vigência dos princípios liberais e a hegemonia do capital monopolista através de seus representantes estatais nos diversos órgãos internacionais criados no pós-guerra, com destaque para os já mencionados acima FMI e Banco Mundial.

Isto não deixava de ser uma contradição e um ponto de tensão mundial entre os países capitalistas avançados e as demais nações do campo capitalista, como o Brasil, ainda mais quando a tendência às medidas protecionistas, intervencionistas e estatizantes foram intensificadas como uma reação quase imediata à depressão econômica iniciada em 1929.

Mesmo que devamos ressaltar, que no caso de países como o Brasil, tais contradições, nunca implicaram em um desejo real de ruptura com o capital internacional. Buscou-se acomodações, acertos, negociações. Em muitas ocasiões o tom de beligerância elevado nunca atravessou exatamente este limite, o do discurso.

O próprio desenvolvimento das ações governamentais do Estado brasileiro que adotou uma política profundamente liberalizante nas relações comerciais no governo Dutra (1946-1950) – consoante com o alinhamento político continental com os Estados Unidos -, para em seguida retornar ao modelo nacionalista varguista (1951-4), com todo o corolário de tensões entre segmentos da própria burguesia brasileira e nas relações bilaterais Brasil -EUA e a tentativa de construção de uma solução mediada de garantir crescimento, modernização do parque industrial e desenvolvimento nacional com uma maior abertura para o capital estrangeiro de setores inteiros da economia nacional no governo JK (1956-60) serve de exemplo das diversas tensões implícitas e explícitas do momento histórico, as tentativas de acerto e como se refletiam em cada formação social .

Esta nova orquestração do mundo capitalista, iniciada nos Estados Unidos ainda antes da Primeira Guerra mundial, enquanto modo de produção e acumulação, marcou toda uma geração de trabalhadores que, seja em maior ou menor grau, a depender do país, ou da região, com um determinando projeto de futuro. O esboroamento deste “mundo planejado” refletiu-se profundamente na psique da maioria das pessoas gerando uma situação de “fragilização” da postura individual diante das relações humanas, seja nos locais de trabalho, seja na vida em geral.

Sennett destaca em seu trabalho como as alterações no modo de produção capitalista interferem e alteram o caráter das pessoas, o quanto a flexibilidade exigida dos trabalhadores, a técnica do trabalho em equipes, a “invisibilidade” dos chefes” (SENNETT, 2010, p.130-1) , o “não deixar que nada grude em você” (ibidem, p. 92), a capacidade de estar sempre disposto e apto a enfrentar novas tarefas (como se passa de uma janela a outra do computador), o ódio a tudo que possa representar marasmo ou

acomodação (“parasitismo”) interfere no comportamento das pessoas, gerando uma nova sociabilidade nos locais de trabalho¹⁰.

Harvey ressalta também que houve uma conjuntura favorável para a expansão das ideias neoliberais e sua ode “à liberdade” – a estagflação (uma combinação de recessão com seu desdobramento em altos índices de desemprego e de inflação) dos anos 1970 – que indicaram o limite das políticas governamentais baseadas nas ideias keynesianas, com seu corolário de limitação ao processo crescente de aquisição de riqueza pela burguesia daqueles países.

Harvey (2008) demonstra em seu livro *"O Neoliberalismo: história e implicações"*, que uma espécie de "laboratório" ou "ação-teste" marcante para afirmar algumas ações político-administrativas como a única "saída possível" para as crises financeiras dentro do capitalismo ocorreu, nada mais nada menos, em uma cidade-ícone para o capitalismo mundial, a cidade de Nova York em 1975, apenas dois anos após a ascensão da ditadura de Pinochet no Chile.

Em minha dissertação, apesar de não ser este o centro da mesma, busquei fazer uma analogia entre a situação falimentar de Nova York em 1975 e a do Rio de Janeiro em 1988¹¹. Em que pese serem duas totalidades particulares, em destaque o fato de que uma se deu na principal potência capitalista mundial e a outra em um importante, porém periférico, país sul-americano podemos fazer algumas ilações.

Em primeiro lugar, ambas ocorrem quando as sociedades respectivas vivem uma crise sistêmica; em ambos os casos os governos federais tinham novos compromissos financeiros acertados e não se dispuseram a rompê-los diante da crise das duas municipalidades; ambas as cidades, em seus respectivos países se destacam como cidades-ícones ou emblemáticas da própria nacionalidade e os fatos ocorridos nelas ganham repercussão de nível nacional e, pelo menos no caso de Nova York, internacional.

¹⁰ Sennett destaca no seu livro “A Corrosão do Caráter” que a implantação das novas formas de organização do trabalho, aparentemente mais flexíveis e humanas, impedem na verdade a construção de determinados elementos do caráter como a lealdade, confiança e ajuda mútua, exacerbando o mito das individualidades, ou somente as buscas de saídas individuais, mesmo que isto possa significar ações de exposição e exclusão dos que deveriam ser “companheiros de trabalho”.

¹¹ Em minha dissertação, baseando-se no trabalho de Burgos, verificamos que as ações que levaram a cidade a sair de sua situação falimentar, foram uma combinação de algumas mudanças de caráter legal produzidos tanto no âmbito do Executivo quanto no Legislativo federais. No caso do primeiro com a aplicação do decreto-lei nº 2.169/1984, que determinava que todos os compromissos financeiros externos de estados e municípios seriam honrados pelo Banco do Brasil, mas as contas dos governos devedores ficariam bloqueadas até que acertassem seu débito com o banco (BURGOS, 1992, p. 84); da remodelagem da distribuição dos impostos decorrente da nova carta constitucional (ibidem, p. 25 e 85) e do “calote” de 250% de reajuste nos vencimentos dos servidores (vide nota de rodapé 66 p. 122). (TEIXEIRA, 2014, p. 119 e 133)

Devemos lembrar que esta conceituação sobre a utilização da crise financeira de Nova York em nada deve implicar na ideia de que esta ação já tinha como prognóstico final a implantação mundo afora dos ditames neoliberais, como se fosse possível que toda a estratégia de expansão do neoliberalismo pelo mundo já estivesse planejada em seus mínimos detalhes e que a recuperação da cidade de Nova York fosse uma peça fundamental do tabuleiro pré-traçado.

Não, ninguém tem o futuro traçado em suas mãos, contudo, as classes dirigentes e dominantes planejam, necessitam planejar para manter-se no controle da sociedade. E projetam suas intenções a partir das instituições e/ou aparelhos hegemônicos que controlam, sejam os de ordem política, partidária, administrativa, meios de comunicação, estatais ou privados, etc. Acredito que esta desta forma que Harvey destaca que o primeiro “laboratório” foi a cidade de Nova York e o segundo foi o México em 1982. (HARVEY, 2011, p. 247)

Se a estratégia de “recuperação” da cidade não tivesse dado os resultados previstos, provavelmente outro caminho teria sido tentado, mas a “eficácia” em retirar a cidade de Nova York da “crise” (minimizando seus impactos de caráter social, em particular, a seus servidores municipais e aos mais pobres) acabou virando uma ação exemplar. Uma confirmação objetiva das bulas indicadas pelos contra reformistas neoliberais.

Ainda que, na prática, tenha posto por terra um dos “dogmas” do discurso neoliberal, o do princípio do não intervencionismo do Estado nas questões econômico-financeiras. (ibidem, p. 16). Mas, desde o início, o princípio da total liberdade do mercado para atuar foi muito mais um discurso do que uma prática efetiva ou, melhor dizendo, uma estratégia a ser usada de acordo com a oportunidade e os adversários.

O cenário foi de uma profunda reestruturação em vários aspectos da realidade social da cidade. Como escreve Harvey a ação das instituições financeiras “foi equivalente a um golpe [...] contra o governo democraticamente eleito da cidade de Nova York, e tão eficaz quanto o golpe militar que ocorrera antes no Chile (1973). Em meio a uma crise fiscal, fez-se uma redistribuição da riqueza favorável às classes altas” (HARVEY, 2008, p. 55)

Em termos da forma de governar houve um profundo ataque aos aspectos democráticos da administração. Esse ataque teve uma grande amplitude social. Desde a própria concepção de administração, que passou a ser concebida como a de uma entidade

empreendedora, quanto à forma de deliberação (“os negócios da cidade passaram a ser crescentemente realizados por trás de portas fechadas”) (HARVEY, 2008, p. 57)

Em relação à gestão das receitas, estabeleceu-se que a prioridade seria, em primeiro lugar, destinada aos acionistas e o que sobrasse iria para os serviços essenciais. Seria o que depois foi e é continuamente decantado aos quatros ventos como o respeito aos contratos. Podemos dizer que esta obrigatoriedade em se cumprir os contratos foi erigida a posição de direito sagrado como a propriedade privada.¹²

Essa forma de encarar as prioridades teve como consequência a falta de investimento e manutenção daqueles serviços, o que acabou por envolver as condições de vida e trabalho tanto dos funcionários públicos quanto dos demais segmentos da classe trabalhadora, que utilizavam estes serviços.

Por fim, mas não por último, este verdadeiro “assalto ao castelo” acabou por atingir até a garantia ao direito de moradia (processo de expulsão de moradores pobres para novos empreendimentos imobiliários). Um dos resultados de tal ação elitista e classista, a meu ver, diante da secundarização das questões sociais foi, mais à frente a própria criminalização dos setores marginalizados e empobrecidos da cidade através da “tolerância zero” do prefeito Rudolf Giuliani¹³. “O bem-estar corporativo tomou o lugar do bem-estar social” (ibidem, p. 56)

¹² Não podemos deixar de voltar a comparar a situação sofrida pela cidade de Nova York e as soluções apresentadas com a atual crise falimentar do estado do Rio de Janeiro e o conjunto de medidas propostas e parcialmente implementadas para a dita saída da crise: ataques aos direitos e salários dos servidores ativos e aposentados; abandono e deteriorização dos serviços públicos; privatização de patrimônio público, aumentos de impostos sobre os trabalhadores. Enquanto isso, as desonerações fiscais aos empresários dos mais diversos setores; o concerto com o governo federal em torno a forjar um novo compromisso de saudar a dívida estadual com os cofres da União (que, na verdade, na origem são, em sua maioria, dívidas privadas estatizadas) são princípios inegociáveis.

¹³ O modelo de tolerância zero é fruto de uma equivocadíssima política repressivista norte-americana, chamada de movimento do *law and order* (movimento da lei e da ordem). O *law and order* prega a supremacia estatal e legal em franco detrimento do indivíduo e de seus direitos fundamentais.[...] A ideia de que a repressão total vai sanar o problema é totalmente ideológica e mistificadora. Sacrificam-se direitos fundamentais em nome da incompetência estatal em resolver os problemas que realmente geram a violência.

Nos Estados Unidos, o marketing de que a redução da criminalidade urbana em Nova York foi consequência da política de tolerância zero, é severamente criticada. É pura propaganda enganosa. Não é prendendo e mandando para a prisão mendigos, pichadores e quebradores de vidraças que a macro-criminalidade vai ser contida.

Ademais, o modelo de tolerância zero é cruel e desumano. Os socialmente etiquetados sempre foram os clientes preferenciais da polícia e, com o aval dos governantes, nunca se matou, prendeu e torturou tantos negros, pobres e latinos. A máquina estatal repressora é eficientíssima quando se trata de prender e arrebentar hiposuficientes. Como aponta Vera Malaguti de Souza (*Discursos Sediciosos*. Freitas Bastos, 1997) a mensagem do prefeito de Nova York foi muito bem entendida pelos policiais que, ao torturarem Abner Louima, afirmaram: *stupid nigger...know how to respect cops. This is Giuliani time. It is not Dinkins times*” (crioulo burro...aprenda a respeitar a polícia. Esse é o tempo de Giuliani. Não é mais tempo de Dinkins [ex-prefeito negro de NY]). Essa é a face cruel do modelo, pouco noticiada. (Aury Lopes Jr, Doutor

Em termos econômicos, ocorreu uma total guinada na cidade. Podemos resumir que as instituições da elite¹⁴ da cidade investiram fortemente no setor de serviços. Em primeiro lugar, criou-se e vendeu-se a imagem da cidade como um centro cultural e turístico aberto a toda modalidade de experimentação cultural e intelectual. Nova York tornou-se a Meca da cultura pós-moderna. E, combinado a isso, estimulou-se, em especial, as atividades financeiras, de assessoria jurídica, dos meios de comunicação e um consumismo diversificado.

A partir dessa experiência concreta essa crise deu origem a um dos princípios-chave do neoliberalismo: “Acentuou que o papel do governo é criar um clima de negócios favorável e não cuidar das necessidades e do bem-estar da população” (Harvey, 2008, p. 58). Ou seja, em outras palavras, de que o Estado deve proteger a todo custo as instituições financeiras. O que veio a ser implementado quando os governos Thatcher e Reagan chegaram ao poder.

Para Harvey, a partir da experiência da cidade de Nova York, junto também com a experiência estatal chilena a partir do mesmo ano, 1975, e todos os ajustes pragmáticos que foram sendo realizados ao longo do mundo e do tempo, incluindo os governos

em Direito Processual Penal Prof. Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da PUCRS Pesquisador do CNPq, Âmbito Jurídico)

¹⁴ As teorias das elites foram construídas, notadamente por Vilfredo Pareto e Caetano Mosca, em clara e consciente oposição ao marxismo, e contradizem a concepção marxista sob dois aspectos. Em primeiro lugar porque asseveram que a divisão da sociedade em grupos dominantes e subordinados é um fato universal e inalterável. [...] Em segundo lugar; porque definem grupo dirigente da sociedade de um modo inteiramente diferente do marxismo. Pareto o faz principalmente em termos das qualidades superiores de alguns indivíduos, que dão origem à emergência de elites em cada esfera da vida. Mosca, basicamente em termos do inevitável domínio de uma ‘minoria organizada’ ou ‘classe política’ sobre a maioria desorganizada, embora também se refira a ‘atributos altamente estimados e muito influentes’ dessa minoria. O impacto dessas concepções das elites sobre o marxismo é bem ilustrado pelo caso de Robert Michels, cujo estudo dos partidos políticos (1911) foi descrito como a ‘obra de alguém que passou do marxismo revolucionário para o campo da teoria das elites’ (Beetham, 1981). Desiludido com a liderança do Partido Social-Democrata alemão, Michels colocou a questão de por que os partidos socialistas se desviam para o reformismo e respondeu-a dizendo que os líderes necessariamente se distanciam da massa dos membros e são assimilados pelas elites sociais existentes. Formulada com apoio nas ideias de Mosca e Pareto, e até certo ponto nas de Max Weber, a ‘lei de ferro da oligarquia’ de Michels define as condições sob as quais esse divórcio se produz e os líderes passam a constituir uma elite dominante no partido:

Bukharin (1921) respondeu parcialmente a essa argumentação de Michels ao dizer que a incompetência das massas é um produto das condições econômicas e técnicas do presente e desapareceria numa sociedade socialista; [...] Entre os marxistas contemporâneos, Poulantzas (1968) analisou brevemente as teorias das elites e ainda brevemente as descartou como incapazes de proporcionar qualquer explicação das bases do poder político (o que não é muito exato). Outros marxistas ou autores simpatizantes do marxismo mostraram-se mais propensos a incorporar alguns elementos das teorias das elites às suas próprias concepções e, certamente, a reconhecer que questões difíceis (embora não necessariamente irrespondíveis) foram propostas, particularmente por Michels.

De modo mais geral, a teoria política marxista ainda precisa desenvolver um conceito mais preciso de elite, bem como examinar de um modo mais compreensivo e rigoroso a relação entre elites e classes, particularmente em relação aos regimes socialistas e à distinção entre líderes e seguidores não só na vida social como um todo, mas nos próprios partidos socialistas. (BOTTOMORE, 2012, p. 180-181)

Thatcher e Reagan especialmente, foi-se constituindo o que ele chama de *Estado neoliberal*.

Este seria um Estado que compreende o sentido da garantia das liberdades dos indivíduos enquanto liberdade para os detentores da propriedade privada, dos negócios, das corporações multinacionais e do capital financeiro poderem garantir ao máximo a acumulação de riqueza. Todo o resto se secundariza a esse conjunto de interesses. (HARVEY, 2008, p. 17)

E também a expansão e a aplicação do ideário neoliberal podem ser entendidas como um processo de “guerra de classes”¹⁵, uma inflexão da classe burguesa no sentido de reverter o processo de perda relativa da apropriação da riqueza social, pois para sua expansão se torna necessário que se garanta a derrota simbólica e real da classe trabalhadora para o projeto avançar mais e mais:

Efeitos redistributivos e uma desigualdade social crescente têm sido de fato uma característica tão persistente do neoliberalismo que podem ser considerados estruturais em relação ao projeto como um todo. Gérard Duménil e Dominique Lévy, depois de uma cuidadosa redistribuição dos dados, concluíram que a neoliberalização foi desde o começo um projeto voltado para restaurar o poder de classe. (ibidem, p. 26)

Contudo, em que pese as reflexões pertinentes de Harvey, podemos inferir que o neoliberalismo, enquanto ideário e enquanto projeto social, apenas veio recolocar de forma explícita a real natureza, a essência mesmo, do caráter de classe do aparato estatal. A sua face de ditadura destacada na figura de imagem do “centauro maquiavélico” já mencionado anteriormente (vide p. 48). A realidade da existência de um conflito perene e irremediável dentro desta sociedade, entre as classes possuidoras e as expropriadas dos meios de produção, que o “interregno” keynesiano-fordista e a reconstrução e expansão do mundo no pós-guerra, de alguma forma, tinham conseguido atenuar ou esconder.

Num momento histórico que talvez seja o de maior agudização dos limites existenciais do modo de produção capitalista, quando suas contradições (necessidade ilimitada de expansão do capital; taxa tendencial decrescente dos lucros; tendência contínua e progressiva ao aumento do capital fixo) levam a que as próprias conquistas de caráter democrática historicamente “garantidas” nos países capitalistas avançados sejam

¹⁵ Mantive a expressão usada por Harvey, pois compreendo que ele, como marxista, não ignora a expressão “luta de classes”, tão basilar para o materialismo histórico dialético, mas entendo que ele buscou com aquela expressão imprimir nos seus leitores a intensidade do ataque perpetrado contra os trabalhadores e demais setores sociais defendido e orquestrado pelos neoliberais. (N.A.)

continuamente ameaçadas, o neoliberalismo, como pensado por seus formuladores, pode ser caracterizado como tanto a nova feição politicamente reacionária das forças retrógradas da sociedade (burguesia e seus aderentes), quanto, talvez, o prenúncio ou um possível vislumbre de um processo de barbárie social, pelas consequências de suas ações a longo prazo.

E da mesma forma a resistência de classe também é um dos elementos que impõe claramente um obstáculo ou uma espécie de “freio” ao avanço do projeto e de suas possíveis consequências sociais. Tal aspecto não pode ser negado em função da própria heterogeneidade na aplicação e na estruturação do modo de acumulação flexível no mundo. Em parte, tal heterogeneidade deriva de interesses diretos do Capital, como exportar o modelo fordista para áreas periféricas, em que a força de trabalho já apresentava um nível de remuneração mais rebaixado, é o que será chamado por Lipietz como “fordismo periférico” (HARVEY, 2012, p. 146). Mas em outros casos, foi resultante dos embates sociais, muitas vezes respaldados pela evolução histórica daquela região ou país.

Sennett, por exemplo, cita o banqueiro francês Michel Albert para classificar os países capitalistas avançados em dois agrupamentos os do “Reno”, onde o Estado ainda aparece com mais compromissos sociais e os sindicatos têm ainda uma maior influência (os países mais representativos seriam Holanda, França e Alemanha) e os “anglo-americanos” (que já deixam claro quais são os países matrizes) deixam mais evidente o recuo do Estado em relação às regulações das práticas econômicas. (SENNETT, 2010, p. 61-63)

Este último modelo seria visto como “neoliberal” e o outro como “capitalismo de Estado”, o primeiro teria como principal característica o baixo desemprego, contudo acompanhado de um maior distanciamento entre as faixas salariais e o outro não apresentaria uma diferenciação salarial tão aprofundada, segundo o autor, mas sofre com as taxas de desemprego. Mas ele busca deixar claro que tais diferenças não significam que em um predomina o modo de acumulação flexível e no outro o antigo modelo keynesiano-fordista, na verdade, ele pontua que: “O estabelecimento dessas diferenças enfatiza um fato simples. A operação da produção flexível depende de como uma sociedade define o bem comum. ” (SENNETT, 2010, p. 63)

Não podemos esquecer que na construção deste senso comum atuam múltiplas determinações reconstruindo o amálgama de conceitos, concepções e ideias que o compõe e neste amalgamento contínuo entram tanto o peso do discurso da “inevitabilidade”

(“There’s no alternative”, segundo Thatcher) do processo de transformação do regime de acumulação e sua real implementação pelos agentes econômicos capitalistas quanto a incorporação por determinados setores da classe dos “aparentes” benefícios nesta nova flexibilidade de trabalho como, por exemplo, a adoção do horário de trabalho parcial e no domicílio para um grande número de mulheres que cada vez mais foram sendo incorporadas ao mundo do trabalho sem as reais contrapartidas sociais de suporte às suas atividades tradicionais ligadas à maternidade e ao trabalho doméstico. (HARVEY, 2012, p. 145-6)

Podemos também pontuar que tais diferenciações no processo de expansão e implantação desse novo desenho de acumulação capitalista que envolve os princípios doutrinários neoliberais, as novas engenharias de administração e o contínuo e vertiginoso desenvolvimento tecnológico são citados por outros pensadores e pesquisadores, como, por exemplo, Anderson no texto “*Balanço do Neoliberalismo*” (2012), no próprio Harvey nos diversos livros em que analisa a questão, tais como “*A condição Pós-Moderna*” e “*O Neoliberalismo: história e implicações*”, particularmente ao citar as diferenças na forma de agir e aplicar tais mudanças nos dois que ele utiliza como países-emblemas desse processo: o Reino Unido de Margaret Thatcher e os Estados Unidos de Ronald Reagan.

Por último, Filgueiras traça uma categorização buscando sintetizar como se daria este processo em nosso país – mas que poderíamos estender para o estudo de qualquer país periférico -, segundo ele:

Preliminarmente, se faz necessário diferenciar, conceitualmente, *neoliberalismo*, *projeto neoliberal* e *modelo econômico neoliberal periférico*. O primeiro diz respeito à doutrina político-econômica mais geral, formulada, logo após a Segunda Guerra Mundial, por Hayek e Friedman, entre outros - a partir da crítica ao Estado de Bem-Estar Social e ao socialismo e através de uma atualização regressiva do liberalismo (Anderson, 1995). O segundo se refere à forma como, concretamente, o neoliberalismo se expressou num programa político-econômico específico no Brasil, como resultado das disputas entre as distintas frações de classes da burguesia e entre estas e as classes trabalhadoras. Por fim, o modelo econômico neoliberal periférico é resultado da forma como o projeto neoliberal se configurou, a partir da estrutura econômica anterior do país, e que é diferente das dos demais países da América Latina, embora todos eles tenham em comum o caráter periférico e, portanto, subordinado ao imperialismo. Em suma, o neoliberalismo é uma doutrina geral, mas o projeto neoliberal e o modelo econômico a ele associado, são mais ou menos diferenciados, de país para país, de acordo com as suas respectivas formações econômico-sociais anteriores. (FILGUEIRAS, 2006, primeira nota de rodapé da p.179).

O texto acima nos faz lembrar de um aspecto importante, qual seja, o processo de construção/implementação do neoliberalismo é fundamentalmente diferenciado se o país em questão faz parte do seleto grupo dos países centrais ou dos periféricos, dependentes ou semicoloniais e tal diferenciação se combina com a forma particular pela qual o modo de produção capitalista se constituiu e evoluiu em cada parte do mundo, ou seja, cada formação social carrega em si toda a trajetória histórica de sua formação¹⁶.

No entanto, ao discutirmos a hegemonia do pensamento neoliberal agregado as ideias monetaristas desde, pelo menos, a década de 1980, se torna importante que também façamos alguma análise de como vem se comportando economicamente o planeta e como podemos vislumbrar prognósticos para o porvir.

É nesse ponto que eu avalio que as análises, ponderações e propostas que Harvey apresenta em seu livro *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo* tem sua importância e devem ser debatidas.

Este livro trata principalmente em explicar como funciona o fluxo do capital, na verdade, ele toma didaticamente todas as esferas do mundo social nas quais o capital atua buscando a sua contínua expansão e como essa incessante busca por novas aplicações e rentáveis retornos irrefreáveis e avassaladores, “irracionais”, de fato, acabam atingindo momentos de “estrangulamento”, que são as crises periódicas que este modo de produção sofre e que são o momento para que todo o sistema se reorganize e continue.

Ele destaca, em certo ponto, (como já havia feito com mais extensão no livro *Condição Pós-Moderna*), o quanto é uma característica peculiar deste modo de produção de ter a capacidade da “criativo- destrutiva”. Destaca que tanto Marx quanto Schumpeter destacaram esta característica, abordando cada um e seus continuadores, uma das faces deste fenômeno. Os marxistas enfatizam sua capacidade de autodestruição os schumpeterianos a sua capacidade criativa, aparentemente ilimitada. (HARVEY, 2011, p, 45-46)

Isso se explica porque o capital necessita continuar se expandindo continuamente, daí o grande incentivo para avanços científico-tecnológicos cada vez mais sofisticados, assim como avanço de fórmulas matemáticas-financeiras que propagandeiam o sétimo

¹⁶ O capitalismo é um sistema econômico mundial. Nos últimos cinco séculos se desenvolveu de país a país, de continente a continente, e passou através das fases sucessivas do capitalismo comercial, industrial, financeiro e capitalismo estatal monopolista. Cada país, mesmo atrasado, foi levado à estrutura das relações capitalistas e se viu sujeito às suas leis de funcionamento. Enquanto cada nação entrou na divisão internacional do trabalho sobre a base do mercado mundial capitalista, cada uma participou de forma peculiar e em grau diferente na expressão e expansão do capitalismo, e jogou diferente papel nas distintas etapas de seu desenvolvimento. NOVACK, 2008, p. 40-41)

céu da lucratividade e também a descoberta ou transformação de áreas até então razoavelmente distantes do mundo produtivo serem convertidas em áreas de investimento e mercadorias. (HARVEY, 2011, p. 52-53-76-77-80-81)

Todo este processo ganhou uma celeridade a partir das transformações ocorridas no período entre 1972 e 1982, ou seja, a partir do momento que toda a construção de mecanismo de controle e regulação sobre o capital financeiro começaram a ser desmontados, a começar pelos Estados Unidos. O resultado disso foi que se no período de 1945 até 1973, não houve crises, elas passaram a abundar – tendo como centro o setor financeiro – a partir daquela data. O auge desse padrão de crises foi exatamente o ano de 2009, primeiro ano de crescimento negativo mundial desde 1945. (ibidem, p. 12-14-22)

Harvey argumenta, baseando-se em economistas e na imprensa financeira que uma economia “saudável” do capitalismo deve se expandir a razão de 3% ao ano. Quando se obtém abaixo de 1% representa recessão. O problema que cada vez fica mais colocado é de como conseguir absorver montanhas de capital excedente na produção de bens e serviços em um planeta aparentemente todo tomado por esta forma de produção. Há uma necessidade constante de reinvestir e para isso novos campos de atividade para absorver devem ser criados. Não podem surgir bloqueios pois aí o capital superacumulado se desvaloriza ou é destruído. (ibidem, p. 30-31)

Daí que a burguesia atuando a partir de suas instituições da ação estatal buscou e busca garantir todas as formas de promoção de boas taxas de lucratividade. Uma delas, e que vem sendo esmeradamente realizada pelos Estados e governos são as políticas no sentido do que Harvey chama de “compressão salarial” (que tem tido muito sucesso nos Estados Unidos onde esta política já avança por mais de duas décadas). Os expedientes foram e são vários, em particular, a transferência de indústrias para áreas sem essa tradição dentro e fora dos países, o estímulo à imigração, o avanço para a proletarização de populações camponesas, mulheres e crianças, os ataques aos direitos trabalhistas, sociais e previdenciários.

Outro foi invadir as áreas que já estavam tradicionalmente vinculadas a ação estatal, o setor dos serviços públicos (saúde, educação, saneamento, fornecimento de água e eletricidade e etc.), ou as empresas diretamente controladas pelo Estado. Nesse aspecto, as privatizações estão irmanadas com as políticas desregulamentadoras em geral e são um forte eixo da doutrina neoliberal. Isso ocorreu e continua ocorrendo globalmente, ainda que com muitas resistências em vários países e setores. Nesse aspecto inclusive um verdadeiro mantra é continuamente reproduzido: toda empresa estatal é ineficiente. Não

explicam ou desviam o olhar das falências, muitas vezes estrondosas, de antigas empresas, conglomerados, bancos ou empresários.

Próxima a este tipo de ação vem aquilo que Harvey chama de “acumulação por despossessão”, ou seja, a ação expropriativa da burguesia que ataca seja desde de terras de populações nativas e comunidades camponesas até o controle do código genético de espécies vegetais e animais, incluindo o próprio ser humano. A assim “chamada acumulação primitiva” nunca deixou de persistir ao longo da história da evolução do modo de produção capitalista, talvez, agora, nesses tempos neo-meio-bárbaros, ganhe uma nova importância. O capital tem fome e tem pressa! Os burgueses atrás dele idem! (HARVEY, 2011, p. 48)

Outro fortemente usado foi e é a concessão de empréstimos e financiamentos aos países subdesenvolvidos e periféricos (vide o que ocorreu na época do regime civil-militar no Brasil), que Harvey chama de “Sul Global”. E que como vimos, neste universo de grandes corporações financeiras e instâncias governamentais, com homens e mulheres de carne e osso e ternos e tailleurs, a corrupção é uma moeda de troca fortíssima, um alucinógeno feroz e depois, como sempre, até aqui, a fatura é apresentada aos trabalhadores e demais dominados. (ibidem, p. 24)

Mas, outro movimento importantíssimo é o de estimular o consumismo e agregado a este estímulo o desenvolvimento das indústrias de cartões de crédito, a expansão desenfreada das ofertas de financiamento, em particular, imobiliário e, por fim, todo tipo de investimento nas áreas rentistas, nas quais o retorno é rápido e os custos, aparentemente são baixos.

É nesse ponto que Harvey especula que cada vez esse modo de produção avança para o que possa ser um empecilho ou limite histórico: a dificuldade cada vez maior de conseguir reinvestir o capital excedente com a perspectiva de alcançar a taxa de 3%, sobre megatoneladas de capital morto e um mundo cada vez mais palmilhado, escavado, revolvido em seus recursos naturais.

Aponta que as soluções financeiras especulativas podem ser criadas, assim como o desenvolvimento de novas tecnologias, a duração destes limites se mostrariam cada vez mais curtas. Porém, o poder de uma nova área de pesquisas até então não sonhada, a descoberta de um novo metal ou conjunto de partículas, enfim, o capital também volta seus olhos cada vez mais para os mínimos detalhes do que é micro, do que é nano e do que é macro, a possibilidade de aventuras extraterrestres vai se tornando cada vez mais plausíveis. Mas, pelo histórico por ele apresentado, as recuperações tenderão a ser mais

falaciosas e mais curtas. E como ele mesmo diz, as crises são oportunidades de racionalizações.

Aí Harvey apresenta sua tese da coevolução, que me parece um resgate das instâncias ou áreas de atividade humanas e sociais infra e superestruturais que Marx apresenta no *Prefácio para a Crítica da Economia Política*, em 1859. Ele as apresenta como “esferas de atividade”¹⁷, que não tem entre si nenhuma característica de dominância, mas coexistem, se influenciam, possuem dinâmica própria e na quais o capital circula livremente. Deixemos que ele mesmo fale:

As sete esferas de atividade coevoluem na evolução histórica do capitalismo de formas distintas. Nenhuma esfera prevalece sobre as outras, mesmo quando existe dentro de cada uma a possibilidade de desenvolvimento autônomo [...] Cada uma das esferas está sujeita a uma renovação e transformação permanentes, tanto na interação com as outras quanto por meio de uma dinâmica interna que cria constantemente novidades nas questões humanas. As relações entre as esferas não são causais, mas dialeticamente interligadas pela circulação e acumulação do capital. Como tal, toda configuração constitui uma totalidade socioecológica. [...] é mais como um sistema ecológico feito de muitas espécies e formas de atividades diferentes [...] de elementos em relação dinâmica uns com os outros. (HARVEY, 2011, p. 108)

Acho que ele aqui, usando de seu approach de geógrafo, busca retirar do marxismo qualquer traço de determinismo, em particular o dito econômico, na maioria das vezes, limitado a produção de bens e mercadorias, e trazer de novo uma dialética, muitas vezes perdida na história da evolução do pensamento marxista.

Lembro de Engels na famosa *carta a Bloch*, quando ele coloca que o que se fazia na época não era marxismo; exprimia uma *mea culpa*, pela tendência dele e Marx exagerarem no materialismo na disputa teórica e ideológica contra o meio mental predominantemente idealista que enfrentavam; esclarecia que a realidade se movia por uma conjugação de vetores (a síntese de múltiplas determinações); e que, apenas em um momento de crise revolucionária, o aspecto ou melhor dizendo as determinações de ordem econômica poderiam ser as dominantes.¹⁸

¹⁷ Essa forma de pensar nos leva a sete “esferas de atividade” distintas na trajetória evolutiva do capitalismo: tecnologias e formas de organização; relações sociais; arranjos institucionais e administrativos; processos de produção e de trabalho; relações com a natureza; reprodução da vida cotidiana e da espécie; e “concepções mentais do mundo”. (HARVEY, 2011, p. 104)

¹⁸ Em segundo lugar, a história é feita de maneira que o resultado final sempre surge da conflitante relação entre muitas vontades individuais, cada qual destas vontades feita em condições particulares de vida. Portanto, é a intersecção de numerosas forças, uma série infinita de paralelogramos de forças, que resulta em um dado evento histórico. [...] Eu e Marx somos aqueles a quem, parcialmente, culpar pelo fato que as pessoas mais novas freqüentemente acentuarem o aspecto econômico mais do que o necessário. É que nós

Contudo, uma análise rápida do que ocorreu na Rússia de 1917, nos pode deixar mais próximos de Harvey e sua tese, pois, vejamos: ali nós tivemos uma profunda crise econômica advinda dos esforços de guerra e da própria (“reprodução da vida cotidiana” mais “relação com a natureza” mais “processos de produção e de trabalho”), que levam a um profundo desgaste do governo monárquico, greves, mobilizações, crises e deserções no exército (“arranjos institucionais e administrativos” mais “relações sociais”), mas que se conjugaram com o fato de existir uma organização partidária, com uma militância aguerrida, firme e centralizada, com uma direção respeitada e uma crescente influência política de e nas massas operárias (“arranjos institucionais e administrativos” mais “concepções mentais do mundo”). Parece-me que deixei de fora apenas uma das esferas de Harvey.

Algo pesou mais? Foi uma síntese de múltiplas determinações? Sim, me parece, mas existia uma singularidade em todo esse processo, a existência única de um novo experimento no campo organizacional dos dominados, o partido revolucionário de regime leninista. Foi o diferencial? Podemos entender que nem o econômico é assim tão determinante? Ou de fato, compreender que a história nunca se repete? Cada vez é de cada vez. E que todos os aspectos, todas as pressões objetivas do mundo social interagem constantemente. Mas deve existir um polo consciente da ação que se quer realizar.

Entendo que Harvey reafirma que as crises são oportunidades para, de um lado, reorganizar o capital, mas também, por outro lado, de construir os processos que levem a sua extinção. Ele constata que existe um forte sentimento anticapitalista, que se questiona se este sistema é o sistema social mais adequado para o mundo, entre a vanguarda dos movimentos. Que as práticas efetivas neoliberais esboroam o discurso idealista e utópico de seus defensores ante as ações dos Estados para socorrerem o capital financeiro. (HARVEY, 2011, p. 177-178) mas, que também não tem um movimento anticapitalista suficientemente unificado e decidido capaz de desafiar o sistema, não existe proximidade programática, metodológica, estratégica e tática, resumindo. (ibidem, p.184-9)

tínhamos que enfatizar estes princípios *vis-à-vis* nossos adversários, que os negavam. Nós não tínhamos sempre o tempo, o local e a oportunidade para explicar adequadamente os outros elementos envolvidos na interação dos fatores constituintes da história. [...] O que falta para estes cavalheiros é a dialética. Eles simplesmente olham aqui a causa e ali o efeito. Esta é abstração vazia e estas oposições polares metafísicas só existem no mundo real durante crises quando todo o vasto processo na forma de interação (embora por forças muito desiguais, com o movimento econômico sendo, de longe, o mais poderoso, inicial e mais decisivo) é aqui muito mais relativo e nada absoluto (isto, eles nunca enxergaram). Hegel nunca existiu para eles. (ENGELS, F. Carta para Joseph Bloch, 1890) ¹⁴¹

E ele propõe algo que está no cerne do pensamento marxista: a união de todos os diversos tipos de movimento que se espalham por todas as sete esferas de atividades e que se leve em consideração as oportunidades que cada uma das esferas pode dar para realizar o movimento anticapitalista e construir um ideário comum ainda que vago. Ele não deixa de colocar neste esboço o papel dos movimentos dos trabalhadores urbanos e da juventude. Mas, destaca, que talvez como nunca antes, outros sujeitos e questões ganharam seu direito a uma cadeira na primeira fila da revolução.

As apreensões de Harvey são sinceras e bastante assentadas nos diversos dilemas que a marcha da sociedade mundial capitalista nos levou, em destaque, aos efeitos que o pensamento pós-moderno causou ao estimular a fragmentação, as singularidades, o exacerbado individualismo, a descrença em um projeto societário utópico e da luta para conquistá-lo. Isso combinado ao pensamento neoliberal tem criado um grande empecilho para o avanço de “novas concepções mentais do mundo”. Mas, realmente novas, ou atualizadas? O que foi pensado anteriormente está inabalavelmente datado?

Minhas humildes críticas a este esboço de um modelo de ação estratégico e programático vai no sentido de que Harvey não assimilou coerentemente o que leva a tantos projetos políticos no campo do marxismo (comunistas, socialistas, trotskistas, maoístas) e as suas dificuldades de relação, digamos assim. Não que a postura e os cacoetes do sectarismo e do esquerdismo não cumpram um papel nefasto, porque cumprem, mas se tais posturas ainda existem elas se baseiam e se originam a partir de balanços equivocados de outros erros programáticos e estratégicos maiores. Em primeiro, os caracterizados pela capitulação ou acomodação ao *modus vivendi* e *operandi* burguês no mundo.

Parece que neste ponto a visão de Harvey, é a do senso comum. Algo como igrejas que se digladiam sem valorizar o que teriam de comum. Ele não entendeu a fundo o que levou a todos os grandes rompimentos no campo político marxista. A luta constante para preservar o cerne do pensamento marxista – a busca pela autonomia e independência dos trabalhadores diante da burguesia e seus aparatos, sempre, e a estratégia emancipatória – da ação nefasta do poder hegemônico burguês.

Foi assim que houve a ruptura da II Internacional e também da III Internacional, ainda que os processos sejam diferenciados. E dos equívocos sem número decorrentes das ações ziguezagueantes, ora esquerdistas, ora oportunistas, conciliadoras, frente populistas do stalinismo, surgiu uma miríade de pseudoprojetos, tais como os que

dominaram a geração dos anos 1960 e sua opção antiorganizativa, pragmática, voluntarista e guerrilheira.

Do setor mais consequente no questionamento ao processo contrarrevolucionário levado adiante pela fração stalinista na URSS e no Comitern, o trostquismo também tem sua cota de contribuição, pois deste ramo do que eu estou chamando no segundo capítulo de *complexo cultural*, surgiram outros desvios, ora tendendo para o sectarismo, ora para o oportunismo, quando não oscilando de um lado para o outro.

Mas o que quero resgatar aqui é que a preocupação em construir projetos alternativos anticapitalistas, amplos, mundiais, que busquem dar respostas a todos os conflitos existentes, que unifiquem ou busquem unificar ao máximo possível, todos os movimentos e lutadores de carne e osso deste planeta, passa por resgatar o projeto de uma organização partidária com o espírito da que se provou bem sucedida na história na luta pela tomada do poder.

I.5 – O neoliberalismo no Brasil: similaridades e particularidades deste processo.

Em particular ao caso do Brasil, podemos caracterizar que o processo de aplicação de forma mais coerente dos pressupostos neoliberais se deu no que é caracterizado como primeira conjuntura do capitalismo neoliberal da Terceira Via (MARTINS e NEVES, 2015), que corresponde praticamente à eleição de Fernando Henrique Cardoso até o primeiro mandato de Lula (1994 a 2006).

O Brasil evidencia um processo de aplicação de uma nova variante do ideário neoliberal, a chamada Terceira Via, no qual o papel do chamado “Terceiro Setor” será mais requisitado do que nunca. Esta abertura para a entrada das chamadas Organizações Não Governamentais (ONGS), serviu para construir uma aparência de maior abertura a participação da “sociedade” na gestão de políticas públicas, na busca de garantir, teoricamente, uma melhor eficiência nessas ações e auxiliando para a intenção de redução do papel do Estado.

Em paralelo a este processo, exatamente pelo caráter profundamente desigual e combinado que o modo de produção capitalista, em especial, por sua natureza expansionista e mundial, tem ao se desenvolver ao longo do espaço e do tempo, o Brasil passou a vivenciar um processo de reordenamento econômico, no qual se combinaram

uma espécie de reprimarização das suas atividades econômicas e até de um relativo retrocesso em suas relações econômicas mundiais.¹⁹

Em grande medida, o chamado capitalismo neoliberal de Terceira Via, ao buscar enfatizar um discurso de “preocupação social” e de atenção pra a correção dos problemas sociais, o faz combinado a um discurso de revalorização da “Teoria do Capital Humano”²⁰ – cortina de fumaça para desviar a análise dos reais motivos para os fenômenos de baixa remuneração, desemprego, baixo desenvolvimento social e demais mazelas típicas das regiões periféricas – e, escolhe enquanto uma de suas soluções principais todo um receituário baseado na elevação da escolaridade média das populações imbrincada com a preparação para o mercado de trabalho.²¹

O período que corresponde a ascensão de Collor de Melo à presidência (1989 – 1992), significou a primeira tentativa séria de tentar implantar tais concepções, mas teve como contratempo não só o relativo isolamento político do presidente quanto os próprios reflexos da conjuntura advinda das lutas sociais contra o regime civil-militar, pela

¹⁹ Em certa medida, assistiu-se a um processo de desindustrialização, com redução da participação da indústria na economia nacional, e especialização regressiva – com menor diversidade e desarticulação de cadeias produtivas nos segmentos industriais mais dinâmicos, intensivos em capital e tecnologia, e ampliação do peso relativo de ramos industriais de pouco dinamismo, intensivos no uso de recursos naturais e mão-de-obra (CARNEIRO, 2002)

Em suma, no âmbito da inserção do país na nova divisão internacional do trabalho, há uma articulação e um processo complexos. De um lado, reprimarização das exportações – agronegócio e indústria de baixo valor agregado – (GONÇALVES, 2002) em novas bases tecnológicas e financeiras (mas com uso intensivo de mão-de-obra e recursos naturais) e, de outro, o fortalecimento de alguns segmentos industriais típicos da Segunda Revolução Industrial, modernizados pelas tecnologias difundidas pela Terceira Revolução Industrial (automóveis, petroquímica e aviões).

Ao vulnerabilizar o balanço de pagamentos do país, a abertura comercial e financeira – reforçada pela sobrevalorização do real – exigiu a prática continuada de elevadas taxas de juros e uma política de privatizações que se pode denominar, no mínimo, de apressada e irresponsável. (FILGUEIRAS, 2006, p. 192-193-197)

²⁰ No fim da década de 50 e início da década de 60, Theodoro Schultz [...] elaborou o conceito de capital humano, vinculando-o a uma função agregada macroeconômica, para explicar as diferenças de desenvolvimento econômico-social entre as nações e as diferenças e desigualdades entre grupos sociais ou entre indivíduos. O impacto dessa formulação foi extraordinário e lhe valeu o Prêmio Nobel de Economia de 1979. Trata-se de um conceito que foi construído na fase áurea do modo de regulação fordista de desenvolvimento econômico e explícita, paradoxalmente, os seus profundos limites. (FRIGOTTO, 2011, p. 36)

²¹ A realização das reformas educacionais em escala internacional foi possível porque em cada formação social e bloco no poder, sustentado por certas organizações da sociedade civil e por intelectuais orgânicos, conseguiu afirmar uma agenda comum de ação frente ao que consideravam como imperativos do aumento da concorrência entre países e empresas, da abertura comercial e financeira, do avanço científico e tecnológico. Isso implicou a reconfiguração das funções do aparelho de Estado na educação e na implementação de novas políticas educacionais.

De modo geral, o resultado desse complexo processo pode ser verificado na ampliação quantitativa dos anos de escolaridade básica, na reorganização dos sistemas educacionais, no incentivo do estabelecimento de novas relações entre escolas públicas e os interesses privados, em alterações no trabalho educativo realizado pelos professores, na definição de meios para elevar o desempenho dos estudantes, passando por varios mecanismos, entre eles a revisão curricular e o controle das escolas por meio da avaliação externa em larga escala. (MARTINS e NEVES, 2015, p. 32)

construção de fortes organismos contra hegemônicos: Partido dos trabalhadores (PT), Central Única dos Trabalhadores (CUT) , Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), entre outros, pela continuidade da luta no mandato de José Sarney (1985-1988) e a própria divisão interna na burguesia quanto a proposta neoliberal em si,

Mas, em especial, a partir da Inglaterra se iniciou uma busca por uma reorientação do projeto neoliberal, sem abrir mão dos pressupostos básicos do ideário, mas abrindo uma brecha para um discurso de atenção para o alívio da pobreza e para o desenvolvimento sustentável. Um grupo de intelectuais orgânicos buscou reformar a socialdemocracia²² para que ela se apresentasse como uma alternativa viável à ortodoxia neoliberal. Se buscou construir uma formulação híbrida que combinasse a economia de mercado com a ideia de justiça social.

Como defendeu o sociólogo inglês Anthony Giddens, apontado como sistematizador desse projeto seria “mais exato falar de um único e amplo fluxo de pensamentos da Terceira Via, para o qual os vários partidos e governos estão contribuindo” (GIDDENS, 2001, apud, MARTINS, NEVES, 2015, p. 46); esses partidos (de coloração socialdemocrata) “estão sendo forçados a criar algo novo, uma vez que as doutrinas centrais do socialismo não são aplicáveis” (GIDDENS, 2007, APUD, MARTINS, NEVES, 2015, p. 46) e o “descrédito final do marxismo e as mudanças muito profundas, econômicas e tecnológicas, que contribuíram para que tudo isso ocorresse.” (GIDDENS, 2001, apud MARTINS, NEVES, 2015, p. 46)

Ou seja, no Brasil, em função das próprias disputas intraburguesas e com a burguesia internacional nas novas acomodações entre si e a resistência da classe trabalhadora e demais setores subordinados, na esfera nacional, combinada com as primeiras experiências com o receituário neoliberal nos países capitalistas avançados, o projeto já se executa com uma transformação do conceito de um Estado mínimo para um Estado regulador e aglutinador de possíveis parcerias com o chamado “Terceiro Setor” (ONGs), instituições empresariais até organizações na origem contra hegemônicas e mesmo comunidades locais.

²² É uma expressão que adquiriu varios significados nos últimos 150 anos. [...] A partir de 1945, o significado da expressão social-democracia voltou a modificar-se sob certos aspectos. Alguns partidos que eram inicialmente marxistas e afirmavam seus objetivos revolucionários renunciaram explicitamente a tais objetivos e se transformaram, de partidos da classe operária que eram, em “partidos populares” – notadamente o partido alemão (SPD) em sua conferencia de Bad Godesberg em 1959 – ao mesmo tempo em que adotavam linhas políticas que, no essencial, visam apenas a um “capitalismo reformado” e a uma “economia mista”. BOTTOMORE, T., 2012, p. 497-498)

Nessa nova fase a ação política a nível mundial precisava, além dos já atuantes Fundo Monetário Mundial (FMI) e Banco Mundial, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do fundo da Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O período que vamos analisar se enquadra, no caso brasileiro, na primeira conjuntura de aplicação das ideias neoliberais (1986 a 1994) que se caracterizaram por:

“Um período de transição político-econômica [...] caracterizado por uma crise de hegemonia da burguesia e também pela ainda forte organização de forças políticas em torno de um projeto político de caráter socializante, que pudesse garantir às classes trabalhadoras o acesso ampliado à riqueza socialmente produzida e a universalização dos direitos sociais.” (MARTINS e NEVES, 2015, p. 38)

Ou seja, um momento de disputa tanto a nível nacional quanto regional. Mas, é importante que refaçamos o processo pelo qual tais ideias conseguiram penetrar e se expandir entre diversas classes e frações de classes na América Latina.

Na América Latina, as ideias neoliberais chegaram como um sinônimo de combate à inflação e aplicação das recomendações do Banco Mundial e do FMI. Em especial, no tocante a esse discurso anti-inflacionário e as críticas à má administração pública, ao gigantismo estatal paquidérmico, o neoliberalismo apresentava-se como uma proposta moderna a ser adotada, apesar de seu conteúdo fortemente reacionário.

A título de exemplificação de como o problema da inflação galopante foi utilizada pelos intelectuais orgânicos do capital para facilitar a entrada do programa neoliberal destacamos o seguinte trecho narrado por Anderson:

Recordo-me de uma conversa que tive no Rio de Janeiro, em 1987, quando era consultor de uma equipe do Banco Mundial e fazia uma análise comparativa de cerca de 24 países do Sul, no que tocava a políticas econômicas. Um amigo neoliberal da equipe, sumamente inteligente, economista destacado, grande admirador da experiência chilena sob o regime de Pinochet, confiou-me que o problema crítico durante a presidência de Sarney não era uma taxa de inflação demasiado alta – como a maioria dos funcionários do Banco Mundial totalmente acreditava – mas uma taxa de inflação demasiado baixa. “Esperemos que os diques se rompam”, ele disse, “precisamos de uma hiperinflação aqui, para condicionar o povo a aceitar a medicina deflacionária drástica que falta neste país”. Depois, como sabemos, a hiperinflação chegou ao Brasil, e as consequências prometem ou ameaçam – como se queira – confirmar a sagacidade deste neoliberal indiano. (ANDERSON, apud, SADER, GENTILI, 1995, p. 21-2)

Como vemos, os novos intelectuais orgânicos da burguesia, guerreiros da apologia neoliberal, nativos e exógenos, os profetas do antiestatismo e da quintessência das liberdades sem amarras dos agentes econômicos souberam utilizar de forma pedagógica o próprio caos da economia capitalista em crise para “ganhar a batalha” e improváveis aliados para o desbaratamento do pequeno arcabouço de salvaguardas públicas desenvolvido em nosso país e assaltar os fundos públicos para as frações burguesas brasileiras e internacional.

No caso brasileiro, assim como de um grande número, senão a maioria, dos Estados nacionais latino-americanos, o fato da sociedade estar submetida a um governo de cunho ditatorial e a frente com uma crise do modelo implantado, ou melhor, transformado por este regime, num modelo baseado na exportação de bens manufaturados, semimanufaturados e primários para poder garantir um balanço de pagamentos capaz de absorver a contínua importação de tecnologia e de financiamentos e empréstimos internacionais, em muito auxiliou para estabelecer uma impressão equivocada de alguns dos princípios mais fundamentais do discurso neoliberal.²³

Este discurso, de caráter de classe e extremamente reacionário, ao se bater contra o "gigantismo" estatal", sua “interferência autoritária” na sociedade, sua "ineficiência" e os "gastos financeiros desnecessários" ganhava uma aparência progressista, dando a entender a muitos, que “sociedade civil” se encontrava toda unida com um mesmo propósito, forjando uma concepção antagonista entre o “Estado” e a “sociedade civil”, como se nesta não houvessem classes sociais, aparelhos ideológicos e demandas diferenciadas e conflitantes. A luta contra o regime civil-militar e pela democracia acabou sendo utilizada, cada vez, mais, por frações da burguesia e seus arautos.

Tratou-se também de uma forma de ganhar a disputa ideológica com os setores sindicais e políticos, de caráter classista e, também, de influência marxista, pela consciência da grande maioria da população, marcada pela presença histórica e constante, de um setor extremamente alijado dos mínimos direitos sociais básicos. E mesmo de

²³ Crescia a dependência da economia brasileira frente ao mercado internacional, pois as empresas multinacionais pressionavam as importações, comprando equipamentos no exterior, enquanto as remessas de lucros, o pagamento de direitos e assistência técnica enviados às matrizes contribuíam para uma sangria de recursos contínua.

Para manter o equilíbrio entre importações e exportações, não alterando os padrões de acumulação, duas alternativas eram possíveis: acelerar as exportações – o que gerava divisas – ou tomar emprestado no exterior – o que constitui a longo prazo um crescente fluxo de saídas (MANTEGA & MORAES, 1979, p. 69) [...] Ambas foram implementadas. (MENDONÇA & FONTES, 1991, p.33).

convencer senão a totalidade, os setores que se tornavam dirigentes e hegemônicos no movimento social.

I.6 – Conclusão do primeiro capítulo

A primeira conclusão que devemos tirar deste capítulo é responder a pergunta sobre o que este debate sobre a fase imperialista, a atual hegemonia do pensamento neoliberal e as discussões a respeito da utopia socialista podem ter a ver com um processo de luta e resistência de uma fração da classe trabalhadora numa metrópole nacional de um país capitalista dependente da América Latina.

A primeira resposta é de que todos os processos sociais que ocorrem no mundo têm suas singularidades, particularidades, mas ocorrem numa dada conjuntura histórica, em uma dada correlação de forças e processos dialéticos, com determinados sujeitos sociais, num dado momento histórico de um dado sistema societário em evolução. Num dado modo de produção, no caso o capitalista, em seu processo de perpetuação, transformação e possível destruição.

Nada melhor que a definição leninista para o fenômeno do imperialismo do que ser um momento ambíguo deste modo de produção, ao mesmo tempo superior, ao mesmo tempo final. Mas, que não cai de maduro, como no ditado popular. Faz-se necessário um corpo teórico e analítico e outros instrumentos constituídos por pessoas de carne e osso historicamente conscientes, conscientes historicamente o mais possível dessa necessidade. Este é um grande desafio e sua consecução não é simples nem fácil.

É fato que o imperialismo não se manteve imóvel em suas formas aparentes de atuação em mais de um século de existência, assim como o próprio modo de produção capitalista evoluiu historicamente até esse momento e marca em cada sociedade, em cada formação social uma singularidade o que faz como bem disse Trotsky que: “As particularidades econômicas dos diferentes países não têm uma importância secundária. Basta comparar a Inglaterra e a Índia, os Estados Unidos e o Brasil”. (TROTSKY, 2011, p. 137)

É fato que no início do século passado alguns intelectuais orgânicos, para se usar a categorização gramsciana, perceberam que nessa nova etapa do capitalismo, não haveria mais um papel progressista e revolucionário nem para a própria burguesia, nem para a antiga pequena burguesia radical dos movimentos do século XIX. Voltando a Gramsci,

não havia mais nenhum setor “radical jacobino” nessas fileiras. A revolução não seria iniciada, nem dirigida por nenhum setor provenientes dessas classes.

Daí que a atualização da Teoria da Revolução Permanente feita por Trotsky se torna uma ferramenta histórico-teórica fundamental para buscar se organizar as lutas de todos os setores afligidos pelo capitalismo, numa perspectiva emancipatória, sem criar ilusões em algum movimento de caráter revolucionário em nenhum outro segmento ou fração de classe que não venha dos subalternos.

É a luta teórica ao mesmo tempo contra a visão reformista, etapista, conciliadora e na perspectiva, que acho que também era compartilhada por Gramsci e, como viram, por Harvey, de se buscar constituir um bloco social, com um projeto político alternativo – socialista – que se aproveite das oportunidades lançadas para avançar na superação histórica desse estágio social.

Quanto a Harvey, acho que ele reflete de uma certa forma o desencanto com o que ficou vulgarmente conhecido como “socialismo” e “comunismo” e foge bastante da conceituação clássica desses dois momentos do projeto marxista, pois como socialismo ele acaba por se limitar aos países que aplicaram em um dado momento políticas de caráter reformista socialdemocrata ou keynesiano. Foge completamente ao conceito clássico, ainda não alcançado, e nem ao menos faz esta ponderação.

Quanto ao comunismo ele cai inevitavelmente no senso comum ao analisa-lo a partir do que ficou convencionado como “socialismo real” e não tem a discussão sobre o que representou o processo contrarrevolucionário da fração burocrática stalinista para o estancamento e mesmo o retrocesso na área da moral e dos comportamentos que este setor realizou na antiga URSS e, na sequência, nos demais países do bloco soviético.

E acaba cedendo ao que me parece uma visão “pós-moderna” de socialismo, mais parecida com as propostas libertárias e algo influenciada pelas próprias novas formas de organização empresariais (a “arquipélago” que Sennett menciona)²⁴.

²⁴ Tentativas contemporâneas de reviver a hipótese comunista tipicamente evitam o controle estatal e procuram outras formas de organização social coletiva para suplantarem as forças do mercado e a acumulação de capital como base para organizar a produção e a distribuição. Organizados como uma rede horizontal, e não mais comandados hierarquicamente, sistemas de coordenação entre coletivos de produtores e consumidores autonomamente organizados e autogovernados estão previstos no cerne de uma nova forma de comunismo. [...] Há nisso uma convergência de algum tipo entre as tradições marxista e anarquista que remontam à situação amplamente colaborativa entre elas na década de 1860. (HARVEY, 2011, p. 182-183) *Concentração sem centralização*. Um regime flexível tem uma terceira característica. As mudanças nas redes, mercados e produção que ele utiliza permitem o que parece ser um oxímoro, a concentração de poder sem centralização de poder. [...] Há um continente de poder no arquipélago de poder flexível; Iguém no continente decide que “Barbados” pode fazer o trabalho antes feito por “Trinidad” e “Guadalupe”; “Barbados” raramente prefere aumentar seus próprios fardos. [...] Outra maneira de entender o sistema de

Reafirmar que continuamos a viver numa nova fase, ou subfase ou período dentro desta circunstância histórica do imperialismo, torna-se importante para se entender que o capitalismo para continuar existindo tende, cada vez mais, a atacar de forma mais intensa as condições de vida da maioria da população mundial e o próprio planeta. E que a fase histórica do capitalismo em garantir um avanço civilizatório em potencial para o conjunto da humanidade, já se foi.

É dentro do processo de evolução histórica do capitalismo no sentido à sua fase imperialista que ocorre o fenômeno do capitalismo dependente, como parte da resolução do próprio modo de produção na construção de suas relações econômicas e políticas entre aquilo que ia se constituindo como o centro do sistema (países da Europa Ocidental, os Estados Unidos da América e o Japão) e a imensa periferia em que se transformava todo o restante do planeta. Nesse momento as contribuições de Florestan Fernandes se tornam preciosas, ainda que passíveis de críticas e atualizações.

Quando Florestan praticamente afirma a incapacidade da burguesia desses tipos de países de levarem a bom termo um processo real e coerente de revolução democrática-nacional; quando ele define a democracia que acaba por existir nesses países como uma “democracia entre iguais”; que esta burguesia assume a tarefa de desenvolver uma espoliação do excedente sobre os setores assalariados e despossuídos que é repartido entre ela e o imperialismo e que se constrói um “Estado nacional sincrético [...] como se fosse um Estado representativo, democrático e pluralista; sob outros aspectos, ele constitui a expressão acabada de uma oligarquia perfeita” (FERNANDES, 1975 a, p. 350). Parece-me que ele se acerca fortemente da perspectiva da emancipação e construção de uma nova ordem pelas mãos dos trabalhadores e demais setores oprimidos e explorados.

Por isso, esse debate se torna importante para o desenrolar desta tese, pois veremos como dentro desse cenário dominado por um modo de produção cada vez mais espoliante e instável, numa sociedade capitalista dependente, numa fase de transição de regime político, no processo de ascensão do projeto neoliberal no país, um setor dos trabalhadores lutou para buscar preservar minimamente algumas de suas conquistas recentes e evitar um achatamento ainda maior em suas condições de vida. São desses processos reais que podem e devem vir as ações e os sujeitos necessários à transformação.

poder descrito por Harrison é dizer que a contestação da velha ordem burocrática não significou *menos* estrutura institucional. (SENNETT, 2010, 64-65)

2º CAPÍTULO: As transformações na formação social brasileira, na classe trabalhadora e nos trabalhadores da educação nas últimas décadas do século XX

II.1 _ Introdução ao segundo capítulo.

Neste segundo capítulo, ainda de caráter teórico, faremos uma ponte entre o que foi apresentado no primeiro e a evolução da sociedade capitalista no Brasil, em particular, no tocante as consequências na correlação de forças no nosso país das transformações acontecidas no processo de modernização de nossa economia, ainda que no rastro do processo do que é nomeado como uma variante da “via prussiana” leninista, ou da “revolução passiva” gramsciana.

Por mais que a burguesia e demais frações e aliados de classe tenham buscado garantir o desenvolvimento de nossa economia nos marcos do modo de produção capitalista e no modelo de capitalismo dependente, por um processo capitaneado pelo estado burguês e não por um processo revolucionário burguês clássico, em função dos temores da perda do controle de tal processo, torna-se impossível que tais mudanças ou evoluções no campo estritamente econômico não venham a ter reflexos ou transformações tanto na conformação da classe trabalhadora quanto, em algum momento, nas formas de organização e na constituição ou reformulações em suas direções político-sindicais.

Analisamos então o que foi o fenômeno do chamado *novo sindicalismo*, como seu aparecimento se deu já no processo de agonia do regime civil-militar, quais seriam suas características principais no seu nascedouro, o quanto tais características refletem uma síntese de várias determinações históricas e sociais presentes naquele momento e de como, a partir destas mesmas características e delimitações, esse novo segmento de dirigentes gradativamente se acomodou e se adaptou à realidade da mudança de regime, de um regime autoritário para um democrático-burguês, e, em seguida, ao projeto neoliberal.

Além disso, torna-se importante registrar o processo no qual esta nova direção evoluiu do campo estritamente sindical para o da organização político-partidária. Com certeza um novo fenômeno não visto antes dessa forma em nossas terras. A formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) deu-se a partir de dirigentes anarquistas e já sobre os impactos tanto da Revolução Russa de 1917 quanto de uma orientação geral de organização das vanguardas revolucionárias a partir da fundação da III Internacional.

Veremos que o processo de transformação de uma fração da camada burocrática de dirigentes sindicais no nosso país para o núcleo dirigente de um partido de massas no Brasil, também se deu numa conjuntura aberta desde a crise do XX Congresso do PCUS (1956)²⁵ passando por uma série de eventos - os quais discorreremos mais a frente -, mais muito mais num clima de diáspora das forças sociais e políticas dos setores subordinados e insurgentes do que num processo semelhante aquele de agregação ocorrido a partir de 1919. A história só se repete como farsa, ou pior, com tragédia, já nos vaticinava Marx.

Na busca de ferramentas que auxiliem no entendimento deste processo de transição de um determinado polo organizativo político-partidário para outro, em particular, no período entre a década de 1950 a 2000, lançamos mão de utilizar algumas categorias marxistas vinculados a dois intelectuais que muito contribuíram na perspectiva de uma história social da cultura. Refiro-me a E. P. Thompson e Raymond Willians.

Do primeiro utilizaremos principalmente a categoria por denominada de “experiência humana” e do segundo os de “cultura emergente”, “cultura opositora” e nos arriscamos em uma construção que busca avançar por esta mesma trilha ao desenvolvermos a categoria “complexo cultura opositor”, para denominar todo o complexo arquipélago de tendências marxistas pós-Marx.

Ao discutirmos o processo de renovação das direções sindicais, entramos na análise da ascensão neste mesmo processo de avanço das lutas e de conformação de novas direções, da atuação do segmento dos servidores públicos e de como esta sua apresentação em ações de caráter claramente classista (organização por associações que passam a assumir de forma gradativa as características sindicais, o uso das táticas de paralisações e greves) foram de grande importância – ainda que com resultados econômicos diferenciados -, para o conjunto da classe trabalhadora e para o fortalecimento do setor que se colocaria a frente das principais ações da classe naquela conjuntura do final da década de 1980 e da construção da primeira central a surgir no período, a Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

Em seguida, para poder discutir a ação sindical do segmento dos trabalhadores da educação, passamos pela discussão teórica quanto a sua conceituação no âmbito do que é denominado como “setores médios”, trabalhadores assalariados não manuais”, “nova classe média”, entre outras conceituações e qual a nossa visão quanto a este debate. Em

²⁵ O Movimento Comunista Internacional entra em crise a partir da denúncia de Nikita Krushev, então secretário geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizada no XX Congresso do PCUS, em fevereiro de 1956, sobre o período de poder de Joseph Stalin na União Soviética. (Silveira, 2014, p. 3)

seguida, fazemos um recorte histórico da evolução da educação pública no Brasil a partir do momento de sua autonomia político-administrativa, ou seja, do período monárquico ao republicano e de como sua evolução em nosso país determinou a conformação e as formas de organização e reivindicação deste segmento de trabalhadores.

Por fim adentramos em um debate sobre as transformações ocorridas na sociedade brasileira no último período, como a forma como se deu, até agora, as transformações em nossa sociedade, sob a égide da burguesia e de sua aliança preferencial e principal com o grande capital internacional. De como, ainda que de forma controlada, limitada e contraditória, numa combinação do “arcaico” com o “moderno”, da preservação sob a capa das relações sociais assalariadas de características que são provenientes do período colonial e pré-capitalista, esta sociedade avançou em um processo societário que apresenta características “maduras”, ou como já foi caracterizado, apresenta um quadro de “ocidentalização”, baseando-se na categorização gramsciana.

Significa dizer que os últimos processos de modernizações pelas quais passou nossa sociedade aumentaram em grande medida as pressões internas dos setores subordinados à burguesia, por direitos e melhorias condizentes com uma sociedade capitalista avançada; trata-se, em sua maioria, de reivindicações democráticas, “por dentro da ordem”, como as que são retratadas nesta tese nos conflitos entre a prefeitura do Rio de Janeiro e a categoria dos profissionais da educação.

O destaque aí fica na apropriação dos conceitos de “ampliação restrita do Estado” e de “consenso fraco” como auxílio teórico para o entendimento das contradições e impasses de nossa sociedade na atualidade.

Por fim, terminamos esse capítulo com uma apresentação e uma discussão das nomenclaturas criados por Florestan Fernandes para caracterizar as possibilidades da realização de um processo revolucionário no Brasil. Nomeadamente estamos falando das categorias “revolução por dentro da ordem” e “revolução por fora da ordem”.

II.2 – A sociedade brasileira do final do século XX: mudança de regime e de modelo de desenvolvimento, ascenso do movimento social e renovação e acomodação das lideranças sindicais.

Após aquele primeiro capítulo no qual buscamos mostrar, de forma sinótica, as principais características do processo que o mundo vivencia na etapa imperialista do final do século XIX até a conjuntura mais recente e também discorreremos sobre as diferenças e

proximidades dos pensamentos trotskista e gramsciano e sua utilidade para os dias de hoje, se torna necessário que nos voltemos para o Brasil, na conjuntura do último terço do século passado, quando a modernização conservadora feita pelo regime ditatorial civil-militar levou a transformações sociais, seus reflexos na composição da classe trabalhadora e, foco deste trabalho, entre os servidores públicos e as suas respectivas direções sindicais.

Em relação ao processo de renovação das direções sindicais ocorridas a partir da década de 1970, precisamos contextualizar a década de 1980 como a década de fortalecimento e crescimento do chamado “*novo sindicalismo*”, que tinha como tônica um discurso bastante agressivo de ataque à estrutura sindical oficial, ao mecanismo de subvenção via imposto sindical, às ingerências do Estado nas negociações entre patrões e empregados, o recurso a ações de classe, como a greve e a relação com as bases sindicais.

Este novo sindicalismo também se destacaria, em seu início, durante as greves do final da década de 1970 por ter um discurso não só antiestatal, no sentido de combate ao intervencionismo do Estado nas relações entre patrões e trabalhadores, mas também como “apolítico”²⁶ combatendo o que entendia como sendo uma intervenção partidária no meio sindical, o que poderia ser entendido como um “eco” dos debates reflexivos ocorridos no período posterior ao golpe civil-militar, como, por exemplo, o papel político desempenhado pelo PCB dentro do movimento sindical até 1964. No caso, se referia ao balanço da política e do método que teriam marcado este período e que foi conceituado como de *sindicalismo populista*.

A matriz principal do conceito de sindicalismo populista foi elaborada por Francisco Weffort na década de 1970, ou seja, resumidamente, um sindicato de cúpulas, divorciado portanto das bases, com uma fraca organização por dentro das empresas; que apresentava um discurso e uma pauta centrada na ideologia nacionalista e numa política de reformas, desconsiderando ou minimizando as questões mais prementes das categorias; calcado em greves e movimentos decididos a partir de comandos superestruturais paralelos à estrutura oficial, baseados principalmente nas empresas estatais e servindo a uma política de conciliação de classes ao apoiar aos governos considerados “progressistas”.

²⁶ Eurelino Coelho, apresenta, em seu livro *Uma Esquerda para o Capital*, na página 53 um depoimento de Lula, no qual ele se admite um dirigente apolítico até 1977.

Estes novos dirigentes sindicais teriam como um dos seus aspectos estruturantes a rejeição também ao sindicalismo constituído no pós-64, organizado para ser um instrumento apassivado diante do Estado e da burguesia, tanto quanto ao antigo sindicalismo pré-64, ambos considerados “pelegos”, como numa fala do então dirigente sindical que surgia no cenário da luta de classes no Brasil, Luís Inácio da Silva, o Lula:

O dirigente sindical que se preza não pode em nenhum momento ver o sindicato como órgão empregatício que lhe dê um **status**. O dirigente sindical que se preza não pode deixar de denunciar as arbitrariedades existentes dentro de sua categoria. O pelego é a omissão do movimento sindical brasileiro. É de muita recepção, mas de pouca participação. Um dirigente sindical que se preza não deveria se sujeitar a ser um vogal, um juiz classista, apenas para ganhar dinheiro. (MATTOS, 1998, p.63-4)

A construção desta categoria sobre uma “nova” camada de dirigentes sindicais que se perfilam em torno das ações dos sindicatos do ABC paulista constituiu o que Boito Jr (2006, p.15) designa como de “*núcleo duro*” do novo sindicalismo: “operários das montadoras de veículos e de outras grandes empresas multinacionais, por petroleiros, por bancários de grandes bancos privados e estatais e outros setores.”²⁷ (BOITO JR, 1996, p. 15) Há também quem coloque que este novo sindicalismo reproduzia em terras brasileiras o que seria o modelo sindicalista “anglo-americano” ou “despolitizado” de tipo associativo (MATTOS, 1998, p.67)

E uma série de trabalhos historiográficos e sociológicos tem demonstrado que, se existem diferenciações em relação as antigas formas e setores dirigentes sindicais de décadas anteriores, também surgem continuidades em relação à forma de organização, gestão e comportamento político.

Primeiramente, Mattos em seu livro *Novos e Velhos Sindicalismos* (1998), evidencia que o processo interno de críticas ao comportamento dos setores que tinham se colocado mais à testa das ações político-sindicais pré-64, em particular, aqueles dirigentes militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB)²⁸, especialmente no sentido de não

²⁷ Ainda que, acredito que Boito Jr alia num mesmo grupo categorias que, particularmente, apresentam características materiais e de modo de vida bastante diferenciadas, basta se pensar que os metalúrgicos das empresas automotoras estão no campo da iniciativa privada, com todas as decorrências possíveis dessa realidade, ainda que mais bem aquinhoados em alguns direitos; os petroleiros eram uma categoria diretamente ligada ao Estado e, portanto, numa situação híbrida entre o cargo público e o setor privado e entre os bancários as situações eram por demais diferenciadas entre os funcionários dos bancos federais, estaduais e privados. (N.A.)

²⁸ Entre meados da década de 50 e o golpe de 64, observa-se uma fase de ascensão do movimento sindical. [...] Mapeando as tendências dominantes naquela fase, é possível localizar ao menos quatro agrupamentos de dirigentes sindicais: a) os católicos, reunidos nos círculos operários; b) os auto-denominados

expressar diretamente os anseios e as demandas dos locais de trabalho e, combinado com isto, de não ter uma política séria e coerente de organização pelos locais de trabalho, já haviam começado logo após o golpe de Estado e as greves de Osasco e Contagem de 1968 foram uma primeira expressão de uma nova tentativa de construção da mobilização com outras características²⁹.

Esta renovação, obviamente, ficou, “subterrânea”, “latente” em função de todo o corolário de medidas arbitrárias que o regime civil-militar desenvolveu para impedir ações reivindicativas dos setores explorados e oprimidos de nossa sociedade. Mas, como destaca Coelho (?), e também Mattos, as duas greves em destaque, foram evidências de que um processo de reflexão e transformação se passava pelas hostes da classe. E, se tal processo se dava nos meios sindicais, também se deu no tocante às reflexões e transformações quanto às formas de se pensar e agir politicamente de forma mais abrangente na sociedade.

As experiências com toda a conjuntura imediatamente anterior, particularmente entre 1961-1964, mas que tinha liames com o grande debate que se inseriu entre as vanguardas sobre o que significou todo o corolário da política stalinista mundial, iam se realizando, construindo novas culturas políticas. Experiências vividas, percebidas de forma diferenciada em função de acordo com as próprias experiências e processos históricos vividos.

Agora, mais do que nunca, para todo um setor das vanguardas (envolvendo fortemente a juventude engajada, militantes políticos e intelectuais) se abria um intenso

“renovadores”; c) os dirigentes que se identificavam como “nacionalistas”, e que agrupavam, grosso modo, os comunistas e os trabalhistas de esquerda; e d) os que se proclamavam sindicalistas “democráticos”, que se identificavam pelo vínculo anterior com os órgãos de cúpula da estrutura sindical. (MATTOS, 1998, p. 122-123)

²⁹ Mattos destaca que, muitas das caracterizações do que seria o sindicato populista podem ser contestadas quando são confrontados com os fatos e aspectos que ele levantou a partir da análise dos jornais, impressos e atas sindicais, da grande imprensa e dos diálogos com antigos dirigentes sindicais, de categorias importantes dentro do município do Rio de Janeiro, a saber, metalúrgicos, ferroviários e bancários. Fica evidente para Mattos que existia uma organização bastante ampla pela base dessas categorias, que estas representações muitas vezes rompiam ou atuavam de forma relativamente autônoma em relação às direções sindicais e que muitos movimentos se realizavam na área da iniciativa privada.

Mattos resgata através de seu trabalho historiográfico que, no campo da luta de classes, e da relação entre as direções e suas respectivas bases, surgem objetivamente, como fruto das pressões dos de baixo, a necessidade de mediações entre a política pensada pelos dirigentes e os anseios materiais e imediatos da categoria. Mediações necessárias para, sem abrir mão do que considera essencial, se possa ceder no secundário ou específico. Parece que esta tática, descrita por Gramsci como utilizada pela burguesia, também poderia ser evidenciada nas relações entre direções e bases no movimento social. (N.A.)

e acalorado debate sobre o balanço das ações passadas e de que como se trabalhar para a transformação do Estado e do regime.

Devemos abrir um parêntese para destacar que este período que vai desde 1964 até 1980 foi um daqueles momentos de profunda transformação entre e por dentro da classe trabalhadora e de todos os setores que são polarizados por sua luta histórica e social (juventude, setores médios, meios acadêmicos, etc.) em relação às linhas políticas estratégicas hegemônicas por todo um período. No caso, este período marca, pela derrota histórica que representou o golpe civil-militar para toda uma política empreendida pelo PCB³⁰, um momento de crise, de novas apostas e estratégias (no caso o engajamento na tática guerrilheira), diversos balanços sobre tais ações e novas orientações.

E não se pode pensar que este processo se deu apenas por dentro das fronteiras nacionais, na verdade, e procuraremos alinhar isto nas próximas linhas, este processo se deu, ainda que com as devidas nuances particulares e peculiares, a nível mundial e tem como marco os acontecimentos que foram do final da década de 1940 e os da década de 1960: Revolução Chinesa, XX Congresso do PCURSS, a Revolução Cubana, a Revolução Húngara de 1956 e seu esmagamento pelo exército soviético, o Maio de 1968 e, combinado a este, a Primavera de Praga e também seu brusco encerramento, entre outros eventos.

Este processo de contínuo e progressivo questionamento dos modelos dogmáticos apresentados pela linha oficial do Kremlin – mas que eram apresentados como os mais coerentes com o que se divulgava como cânone marxista - e de seus métodos diante das mobilizações sociais no Leste Europeu ganhou uma grande repercussão que rasgou de alto a baixo todos os setores sociais identificados e envolvidos na luta dos subordinados. Recorreremos ao *Miséria da Teoria* de Thompson para demarcar como uma profunda experiência intelectual, política e social atravessou as hostes vinculadas ou relacionadas à luta da classe trabalhadores e demais explorados e oprimidos:

³⁰ A origem desses grupos (que aderiram à luta armada) remonta às disputas travadas dentro e fora do PCB, quando da formulação e da implementação da linha política da *Declaração de Março de 1958*. A *Declaração* assinalara um momento de virada política na história do PCB. O aspecto mais polêmico da *Declaração*, no entanto, é que o PCB passava a orientar sua política com base em uma avaliação positiva da burguesia nacional e do movimento nacionalista e na defesa de uma ampla aliança de classes dentro desse movimento. [...] Dois elementos dessa nova política viriam a ser objeto de intensa crítica por variados segmentos políticos de esquerda. O primeiro foi o papel secundário conferido pelo PCB ao conflito de classes, no quadro da luta pela superação do atraso *semi-feudal*. O segundo, que ao primeiro estava intrinsecamente articulado, dizia respeito ao caráter da revolução brasileira, “A revolução no Brasil (...) não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática.” (MONTENEGRO, 2011, p. 67)

Porque houve outras pessoas, muitas delas em posições de destaque no movimento comunista internacional, que estiveram denunciando o “humanismo socialista” entre 1956 e 1964.

Não sei quem primeiro reviveu a expressão “humanismo socialista” como lema da oposição comunista libertária de 1956 embora sem dúvida o *New Reasoner* a tivesse levado a certas partes do mundo de língua inglesa. Mas ela surgiu simultaneamente em centenas de lugares, e em dezenas de milhares de lábios. Foi pronunciada por poetas na Polônia, Rússia, Hungria, Tchecoslováquia; por delegados de fábricas em Budapeste; por militantes comunistas no VIII Pleno do Partido polonês; por um primeiro-ministro comunista (Imre Nagy), que foi por isso assassinado. Estava nos lábios de homens e mulheres que saíam da cadeia, e dos amigos e parentes daqueles que nunca saíram.

Depois de 4 de novembro de 1956, quando as forças soviéticas invadiram Budapeste, iniciou-se uma ação disciplinar generalizada através do movimento comunista internacional: reimpor os controles disciplinares do Estado ou Partido, restabelecer a ortodoxia ideológica – na verdade, reconstruir, em condições modificadas, o stalinismo sem Stálin. (THOMPSON, 1981, p. 144 e 146)

Acontecimentos que se aproximam no sentido do caráter iconoclasta sobre aquelas formas de fazer política que tinham dominado o período anterior entre as décadas de 1930 a 1950, e nesse caso podemos pensar em um processo mundial de experiência desde os setores de vanguarda (militantes político-partidários, militantes sociais, intelectuais, etc.), até variados e amplos setores da classe, e que cujas significações e entendimentos se deram de forma diferenciada, a partir das próprias pressões, determinações objetivas, processos históricos já vivenciados, estágios de desenvolvimento interno.

Note-se que neste processo multifacetado e cheio de imbricações que passam a dominar cada vez mais o campo da luta revolucionária, já podemos começar e perceber propostas (poderíamos dizer culturas) alternativas, que, de certa forma já apontavam aspectos que começavam a se distanciar à construção da utopia socialista:

O entusiasmo despertado pela Revolução Cubana vinha se somar aos efeitos da Revolução Chinesa e dos diversos movimentos armados de libertação nacional, com a Argélia, no sentido de desencadear uma vaga *terceiro-mundista* no seio das organizações de esquerda, que colocava em xeque as velhas tradições teóricas e organizativas e enfatizava o elemento militar como núcleo fundamental da ação revolucionária [20]. Neste sentido, o que se observa é uma crescente oposição ao que muitas dessas organizações consideravam *teoricismo* e *proselitismo*, [...] Quando da formação do PT, muitas das organizações de esquerda que correspondiam direta ou indiretamente aos grupos que haviam vivido a luta armada e muitos dos militantes egressos daquele período e que já não atuavam em qualquer grupo encontravam-se **bastante marcados pela cultura política do 68 francês, mais fragmentária do que a tradição comunista e socialista, mais cética quanto aos projetos políticos de caráter universalizante e mais refratária à forma-partido.** (Destaque nosso) (MONTENEGRO, 2011, p. 69 e 72)

Este processo, de certa forma, se fechou com a conformação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a sua crescente ascensão até a hegemonia junto aos trabalhadores, pelo menos, aqueles mais bem organizados e estruturados, tendo o marco da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) como um dos pontos culminantes deste processo a nível sindical, e sua transformação em uma poderosa máquina eleitoral. Hoje, vivemos de novo, a abertura de um novo ciclo de reflexões e novas elaborações na perspectiva de se apontar uma saída para os desafios de nossa sociedade. Mas, vejamos como Coelho expõe e sintetiza em uma palavra este processo:

Naquele momento [1979, destaque nosso], a proposta de criação do PT já era suficientemente definida para traçar a linha divisória entre os que se colocavam dentro do projeto ou fora dele. Coletivos de esquerda ligados a jornais como o *Em Tempo* e o *ABCD Jornal* divulgaram os documentos recém-aprovados em seus periódicos e fizeram intensa propaganda pró-PT. Alguns intelectuais decidiram-se por incorporar-se ao partido: Francisco Weffort, que se tornaria um dos mais destacados dirigentes do círculo mais próximo a Lula, Vinicius Caldeira Brandt, José Álvaro Moisés. Ex-militantes de organizações mais antigas de esquerda, algumas das quais viviam severas crises, também se incorporaram: da Ação Libertadora Nacional (ALN), da Ação Popular (AP), do PCB, da Política Operária (POLOP) e de outros grupos. Tanto neste grupo quanto no dos intelectuais havia pessoas que regressavam ao país ou à vida pública recentemente, com o andamento do processo de anistia. Parlamentares da esquerda do MDB também ingressaram, mas em número muito menor do que era a expectativa dos líderes do Movimento Pró-PT e muitos não na primeira hora. Os militantes do movimento popular, organizado principalmente por meio da ação pastoral da Igreja (as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs – foram a experiência mais difundida) e os movimentos dos trabalhadores rurais ingressaram paulatinamente, com mais intensidade nos anos 1980. Estava em pleno movimento o “**magneto**” (destaque nosso) que atraiu para a nova organização política parte significativa dos sujeitos que protagonizaram as intensas lutas sociais do período. (COELHO, 2012, p. 62-63)

Thompson destaca em seu livro *A Miséria da Teoria*, um libelo contra o estruturalismo althusseriano, um aspecto da realidade, em particular, em relação aos segmentos sociais que vivem e vivenciam cotidianamente a hegemonia da classe dominante, a experiência, os resultados históricos, sociais, geracionais que os “de baixo” acumulam, sintetizam, repudiam, ressignificam de suas constantes lutas por tentar garantir uma existência menos sofrida, menos insegura. Vejamos o que ele diz a respeito:

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: “experiência humana”. É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de “empirismo”. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas

determinadas como necessidades e interesses e, com antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, P. 182)

Levando em consideração que ele focou seus estudos no momento de transição entre a sociedade inglesa do período pré-capitalista, rural, mercantilista, ainda presa aos direitos comunais e consuetudinários e a nova sociedade industrial, urbana, liberal e capitalista³¹ e, que nesses estudos, buscou mostrar que a classe operária não surge do nada.

Toda uma tradição de luta e organização coletivas de uma certa forma foi herdada e transmutada *pari passu* com a próprias transformações dos antigos camponeses e homens pobres livres das vilas e cidades para a nova classe proletária. Podemos fazer uma extrapolação para o que ocorreu em meados do século passado entre os diversos segmentos sociais envolvidos na luta de classes no Brasil.

Em que pese que o estudo de Thompson abarca um período histórico muito maior que o que pretendemos estudar aqui e, como já deixamos claro pela própria voz do pesquisador, o objeto de estudo do mesmo era a própria formação da classe trabalhadora na Inglaterra.

No nosso, buscamos, a partir das leituras feitas e descritas até aqui, mostrar as peculiaridades, dentro do processo de formação e desenvolvimento das lutas e projetos da classe no Brasil, dar conta de descrever um determinado ciclo, talvez, melhor dizendo de um *interregno*, uma passagem, entre dois períodos de hegemonia por dentro da classe de um determinado conjunto de aparelhos contra hegemônicos (com em ambos os momentos centrados por uma determinada organização político-partidária, ou seja, por um conjunto de pessoas de carne e osso, portadores de uma cultura política) e vê-lo como parte de um processo de experiência histórica da classe de conjunto.

³¹Temos assim um paradoxo característico daquele século: uma cultura tradicional que é, ao mesmo tempo, *rebelde*. A cultura conservadora da plebe quase sempre resiste, em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia (tais como os cercamentos, a disciplina do trabalho, os “livres” mercados não regulamentados de cereais) [...] a inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, [...] mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de usos costumeiros ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer [...]. Por isso a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes.

A cultura plebéia não era certamente revolucionária, nem sequer uma cultura proto-revolucionária (no sentido de fomentar objetivos ulteriores que questionassem a ordem social). Contudo, tampouco se deve descrevê-la como uma cultura deferente. Fomentava motins, mas não rebeliões; ações diretas, mas não organizações democráticas. (THOMPSON, E. P., 1998, p. 19-62)

Mas, nos limites dos estudos feitos até aqui, em particular sobre as percepções daqueles segmentos que se postulavam mais avançados seja no campo de elaboração teórica, seja no campo da ação prática; *sua vivência histórica em um dado momento histórico*, momento este que se apresentava com determinações, ou poderíamos também usar pulsões, objetivas e subjetivas, mais intensas e que mais marcaram aquele momento.

Houve, no caso de nossa experiência histórica com a proposta guerrilheira o fato de que a maioria das organizações de esquerda que assumiram tal tática como uma regra geral tinham pouca penetração nos setores proletários, satisfazendo-se de alguma maneira em se basear entre setores médios. Isso, não impediu que o arco de frações de classes abrangido pelo fenômeno não fosse bastante amplo e diversificado de determinada forma:

A maior parte dos militantes organizados nas diversas siglas que invocavam o marxismo-leninismo e mesmo no caso da AP, originária da esquerda católica, depois maoísta, era constituída por estudantes secundaristas e universitários. Do Partidão, muitos militantes das gerações pré-64, quadros dirigentes, intelectuais, operários e outros trabalhadores transitaram para as diferentes organizações em formação a partir de 1966. Vários ex-militares juntaram-se a Brizola, num primeiro momento, ou migraram para as várias organizações de esquerda armada, algumas de curta duração. As articulações entre organizações clandestinas e os movimentos populares e operários, como em Osasco de José Ibrahim, Zequinha Barreto e Spinoza, em Contagem, na baixada Fluminense, no Rio Grande do Sul e outras regiões, também trouxeram vários militantes de origem popular e muitos ativistas do movimento operário para a esquerda armada. A maior ou grande parte dos militantes do PCB, em São Paulo, saem acompanhando Carlos Marighella, líder do comitê estadual do PCB até então, a partir de 1967. O mesmo aconteceu em outros estados, como Pernambuco e no rio de Janeiro, O velho partidão rachou de fio a pavio, entre 1964 e 1967. (VIANNA, 2014)

Por mais que não possamos aqui aprofundar este debate, só fazemos esta observação porque diversos autores ao relatarem sobre aquele período pós-golpe até sua transição para a democracia, revelam que a maior parte dos militantes e ativistas envolvidos nos debates teórico-programáticos, eram provenientes destes setores médios, ainda que não só exclusivamente.

E, como o próprio Thompson revela, as experiências também se relacionam – não mecanicamente -, com as estruturas de classes que se forjam no processo. Para começar, as pessoas surgem no mundo já numa determinada situação objetiva, que marcará, em muito suas experiências e vivências. Não ter de imediato um modo de vida caracteristicamente proletário, num ambiente mais mediano da sociedade, deve ser visto como mais uma determinação objetiva que atua sobre as consciências e ações das pessoas. Não somente.

O fato da maior parte dos militantes que viveu a experiência da luta armada proceder de setores médios (com seus próprios *modos de vida*³², experiências e culturas), combinados a uma tradição política e cultural, até então hegemônica, no campos das classes dominadas ou subalternas, de matriz stalinista, de se colocar os dirigentes falando “*em nome e pela classe*”, como os “*verdadeiros possuidores da consciência revolucionária*” (e não o entendimento de esta consciência se constrói nos processos de lutas sociais e se expandem pelas frações da classe concomitante ao processo), ajudam ao entendimento dos equívocos assumidos no período. Ainda que, paradoxalmente, em choque e questionamento com parte do instrumental teórico construído por Stálin e seus companheiros entre as décadas de 1920 a 1940,

Acho que Thompson nos permite entender que estas experiências e suas aprendizagens não são únicas, homogêneas, não são apenas fruto das experiências locais ou nacionais, mas sofrem, incorporam, absorvem e ressignificam acontecimentos externos e suas consequências. Um exemplo histórico podemos tirar da experiência da formação da classe operária inglesa ao tratar das formas de ameaças que eram criadas sobre os ricos:

Muitos comuns são as ameaças gerais de “niveação” e as imprecizações contra os ricos.

Somente em 1795 e 1800-1, quando um matiz **jacobino** (destaque nosso) se torna frequente nessas cartas e impressos, é que temos a impressão de uma genuína corrente subterrânea de motivação política articulada. (THOMPSON, 1998, p. 19-62-195)

Vejamos o que ele nos diz, por exemplo, de como a uma nova síntese no processo de transição de determinadas manifestações de protesto por homens pobres e os novos operários na Inglaterra incorporavam aspectos, símbolos e discursos de outras regiões na composição social da nova classe:

Mas esses anos de crise durante as guerras napoleônicas (1800-1) exigiriam exame particular. Estamos chegando ao fim de uma tradição, e a nova tradição mal começou. Nesses anos, a forma alternativa de pressão econômica – a pressão sobre os salários – está se tornando mais vigorosa; existe algo mais do que retórica por tras da linguagem da sedição – organização de ligas clandestinas, juramentos, o obscuro “ingleses Unidos”. Em 1812, os tradicionais motins da fome coincidem em parte com o luddismo. Em 1816, os

³² Nesse aspecto o capítulo cinco, *Padrões e Experiências*, do segundo volume d’*A formação da Classe Operária Inglesa*, é muito esclarecedor como tais modos de vida são forjados numa síntese que envolve as ações da classe dominante e as reações, resistências a mudanças existenciais realizadas pelos trabalhadores.

trabalhadores de East Anglia não só determinavam os preços, mas também exigiam um salário mínimo e o fim do sistema *speenhamland* de assistência aos pobres. Eles antecederam a revolta muito diferente dos trabalhadores de 1830.

Quando se abre o novo século, fica-se impressionado com o crescente simbolismo do sangue, e com sua adaptação à demanda do pão. Em Nottingham, em 1812, as mulheres desfilaram com um pão enfiado numa vara, listrado de vermelho e atado com crepe negro, emblemático da “fome sangrenta coberta com saco de aniagem”. Em Yeovil (Somerset), em 1816, apareceu uma carta anônima, “Sangue, sangue, sangue, deve haver uma revolução geral [...]”, e a assinatura era um coração pingando sangue. (THOMPSON, 1998, p. 195-201)

Quanto mais, quando vivemos hoje um mundo cada vez mais interligado e conectado pelo contínuo desenvolvimento tecnológico na área das comunicações, com mais rapidez traços culturais que podem evidenciar formas radicais de questionamento, podem ser assimilados e resignificados em outros lugares por outros grupos sociais.

O que também podemos entender e aí é Williams que pode nos ajudar é que, a cada momento, a cada interstício temporal, se existe uma cultura dominante e hegemônica, ela não é única e culturais tradicionais, residuais persistem da mesma forma que novos projetos de modos de vida emergentes, alternativos e revolucionários não param de se apresentar e se confrontarem, imbricarem e serem parcialmente absorvidos pela cultura hegemônica, no nosso caso, a burguesa³³.

Podemos entender que da mesma forma isso ocorreu no Brasil dos anos 1960 e 1970 e que deixou percepções, compreensões, traços de uma cultura política até 1990, entre os trabalhadores e suas vanguardas e aqueles que se sentiam social e politicamente polarizados por aqueles. Parte dessas pessoas de carne e osso que viveram intensamente o período descrito tiveram um peso na reorganização partidária que ocorreu a partir do final da década de 1970.

Desenvolveu-se uma cultura opositora, com fortes traços provenientes de experiências estrangeiras, que não contou, porém, com uma abrangência social muito

³³ Gostaria de iniciar dizendo que em qualquer sociedade e em qualquer período específico há um sistema central de práticas, significados e valores que podemos chamar de apropriadamente de dominante e eficaz. [...] A hegemonia constitui, então, um sentido de realidade para a maioria das pessoas em uma sociedade, um sentido absoluto por se tratar de uma realidade vivida além da qual se torna muito difícil para a maioria dos membros da sociedade mover-se, e que abrange muitas áreas de suas vidas. Mas não se trata, de forma alguma, de um sistema estático, exceto na execução de um momento de uma análise abstrata. [...] Assim, temos de reconhecer os significados e valores alternativos, as opiniões e atitudes alternativas, até mesmo alguns sentidos alternativos do mundo, que podem ser acomodados e tolerados dentro de uma determinada cultura efetiva e dominante. [...] Há claramente algo que podemos chamar de alternativo à cultura dominante, e há outra coisa que podemos chamar de opositora em seu verdadeiro sentido. O grau de existência dessas formas alternativas e opositoras é ele mesmo uma questão da variação histórica constante em circunstâncias reais. (WILLIAMS, 2011, p. 53-55)

maior que um segmento, como já vimos, de militantes políticos, sindicais e sociais, apesar de que de alguma forma, a perplexidade e questionamento a forma como o governo João Goulart foi derrubado deve ter percorrido vários extratos da sociedade.

Os autores Carlos Vianna (2014) e Darlan Montenegro (2011) demarcam claramente que no processo aberto com a crise de hegemonia do PCB junto ao movimento social, havia um forte impacto dos êxitos das revoluções Chinesa e Cubana, que se combinou com o colapso da política implementada pelo PCB de construção de uma aliança com a chamada burguesia nacional na perspectiva de fomentar uma revolução de caráter democrático que garantiria o processo de desenvolvimento pleno em nosso país da sociedade liberal capitalista.

A combinação destas experiências que se ajustaram também com as marcas profundas da revolução geracional, de costumes e modo de vida imbrincadas no processo desencadeado pelo *Mai de 68* em Paris, resultavam no desenvolvimento entre um amplo setor de ativistas de um grande desprezo para as formas que se apresentavam no Brasil e no mundo ocidental de uma maneira geral, com a forma de organização partidária, que se dizia leninista (porém, já alterada substancialmente pela vitória da concepção stalinista nos idos da década de 1930)³⁴.

A forma de organização partidária, centralizada, com uma atuação política era entendida como ineficaz, quando, na verdade, não se conseguia entender entre os militantes daquele período, as consequências da burocratização e eventual verticalismo das organizações comunistas, da aplicação da tática etapista no processo revolucionário e também como corolário desta lógica, da aplicação da tática das frentes populares, que como já abordamos, era o centro da polêmica levantada por Trotsky em *A Revolução Permanente* com o autor da *Teoria do Socialismo em um Só País*.

Podemos extrapolar, aquelas categorizações de Williams para refletir o quanto a linha de desenvolvimento teórico-programático derivado das reflexões de Léon Trotsky sobre o processo de burocratização da sociedade soviética e, como prolongamento, da III Internacional, podem ser entendidos, até aí, como uma *cultura emergente opositora*, ou

³⁴ O entusiasmo despertado pela Revolução Cubana vinha a se somar aos efeitos da revolução Chinesa e dos diversos movimentos armados de libertação nacional, como o da Argélia, no sentido de desencadear uma vaga *terceiro-mundista* no seio das organizações de esquerda, que colocava em xeque as velhas tradições teóricas e organizativas e enfatizava o elemento militar como núcleo fundamental da ação revolucionária [20]. Neste sentido, o que se observa é uma crescente oposição ao que muitas dessas organizações consideravam *teoricismo e proselitismo*. (MONTENEGRO, 2011, p. 69)

melhor dizendo, como uma das variantes de todo um *complexo cultural emergente opositor* que se colocou historicamente em contraposição à sociedade existente.

O trostquismo, enquanto uma das vertentes deste complexo cultural emergente opositor, buscou analisar e caracterizar, no marco do marxismo, o processo pelo qual passava a URSS entre as décadas de 1920 a 1940. Um bom exemplo disso podemos ver nos trechos abaixo colhidos da sua obra *Em Defesa do Marxismo*³⁵:

Frequentemente, qualificamos a burocracia soviética como casta, sublinhando com isso seu caráter fechado, seu governo arbitrário, e a altivez da camada dirigente, que SE considera descendente única dos lábios divinos de Brahma, enquanto que as massas populares provêm das partes mais vis de sua anatomia. Porém, mesmo esta definição, também não possui um caráter estritamente científico. Sua vantagem relativa reside no fato de que o caráter provisório deste termo fica claro para todos, uma vez que não ocorre a ninguém, identificar a oligarquia de Moscou à casta hindu dos brâmanes. A antiga terminologia sociológica não preparou, e nem poderia preparar, um nome para um novo fenômeno social que está em processo de evolução – degeneração - e que não assumiu formas estáveis.

A oligarquia soviética possui todos os defeitos das velhas classes dirigentes, sem possuir a missão histórica destas. Na degeneração burocrática do Estado soviético, não são as leis gerais da sociedade contemporânea, do capitalismo ao socialismo, as que encontram sua expressão, mas sim um reflexo particular, excepcional e temporário dessas leis, nas condições de um país revolucionário atrasado em um meio capitalista. A escassez dos bens de consumo e a luta geral por sua obtenção dão origem ao surgimento de um policial a que se atribui a função de distribuição desses bens. A pressão hostil exercida a partir do exterior impõe ao policial o papel de “defensor” da nação, lhe dá uma autoridade nacional e lhe permite, dessa forma, saquear duplamente o país. (TROTSKY, 2011, p. 26-27)

Fazendo um ponto de conexão entre o pensamento gramsciano e o de Williams (não esquecendo do papel extremamente renovador que a chegada do pensamento gramsciano representou para a evolução dos trabalhos marxistas na Inglaterra), ponto reivindicado pelo segundo, podemos lembrar da passagem em que ele alerta que, particularmente, no período posterior à Segunda Grande Guerra, a preocupação da cultura hegemônica assimilar, engolfar, envolver as culturas emergentes se tornou ainda mais acentuada:

³⁵ Tradicionalmente publicado com título de *Em Defesa do Marxismo*, esta coletânea reúne cartas e artigos endereçados à direção, à minoria ou a membros isolados do Socialist Workers Party, seção norte-americana da Quarta Internacional, e compreende o período entre setembro de 1939 a agosto de 1940, sendo a última carta de Trotsky data de 17 de agosto, ou seja, três dias antes de seu assassinato.

A discussão travada com a minoria do SWP envolvia pelos menos quatro temas fundamentais: a) O caráter de classe do Estado soviético e a política dos revolucionários frente à guerra que se iniciava; b) A validade ou não da dialética como sistema lógico de análise da realidade; c) A composição social do partido norte-americano e a necessidade de sua proletarianização; e d) O centralismo democrático como regime interno partidário. (extraído da Nota dos Editores)

Ao contrário, só podemos entender uma cultura efetiva e dominante se compreendermos o processo social real do qual ela depende: refiro-me ao processo de incorporação. Os modos de incorporação são de grande importância social.

Por “emergente” quero dizer, primeiramente, que novos significados e valores, novas práticas, novos sentidos e experiências estão sendo continuamente criados. [...] Com efeito, é significativo em nosso período o quão alerta a cultura dominante está hoje em relação a tudo o que pode ser visto como emergente. [...] Mas só podemos entender essa relação se fizermos distinções que, normalmente, exigem análises bastante precisas entre o residual incorporado e o residual não incorporado, e entre o emergente incorporado e o emergente não incorporado.

Mas estou certo de que a sociedade que veio à existência desde a última guerra abarca progressivamente, devido aos desenvolvimentos no caráter social do trabalho, das comunicações e das decisões, muito mais do que em qualquer outro momento da sociedade capitalista, determinadas áreas de experiência, da prática e do significado até abandonadas. (WILLIAMS, 2011, p. 53-57 e 58)

Podemos então compreender que a totalidade que estou chamando de *complexo cultural emergente opositor*, surge historicamente como uma *cultura emergente opositora* ao modo de produção capitalista, fruto de uma evolução onde se intrincaram e se sintetizaram num processo objetivo de lutas sociais, elementos da cultura dita erudita e dominante (como as correntes filosóficas materialistas e idealistas, o método dialético de raciocínio, a economia política inglesa, os ideais mais básicos de matriz liberal), com os anseios e choques advindos das necessidades básicas dos setores sociais empobrecidos e expropriados que redundariam na formação do proletariado industrial.

E pode ser considerado emergente, não tanto, por um caráter temporal, mas pelo seu conteúdo revolucionário, da ambição de ultrapassar os limites impostos pelo atual modo de produção.

Porém, esta cultura emergente opositora no próprio processo histórico da luta de classes, em particular, na Europa, acabou por sofrer a ação hegemônica burguesa e veio a desembocar nas formulações de caráter reformista: num primeiro momento nos chamados partidos socialistas ou socialdemocratas e, num outro momento conjuntural, na cristalização do controle da fração stalinista no URSS e na III Internacional, nos partidos então denominados comunistas.

Porque podemos entender que houve aí um processo de incorporação social, porque tais partidos se propõem a participar das normas institucionais do regime democrático-burguês, sem maiores críticas; passam a desenvolver a ideologia de construção de alianças, frentes e campos com setores ditos progressistas das classes dominantes, antes setores ditos conservadores, reacionários, feudais, semif feudais e outros

congêneres e estabelecem um discurso no qual as possibilidades da ruptura revolucionária são apontadas para as calendas gregas.

O pensamento de base trotskista, tornou-se ele próprio uma variante durante um longo período (ainda que expressando a busca por manter os que seriam os elementos mais claramente opostos da teoria), bastante reduzido em sua expressão social. Tal situação foi construída a partir da brutal perseguição política e física que sofreu, da bem sucedida captura do patrimônio da Revolução Socialista pela burocracia stalinista e das dificuldades que seus militantes sofreram em analisar a nova realidade que se descortinou após a Segunda Guerra Mundial, como relatamos no primeiro capítulo.

Da mesma forma que todos os acontecimentos mundiais, combinados com o trauma da derrota praticamente sem reação do Golpe no Brasil, levaram a demarcar historicamente a abertura de um novo processo de reorganização da classe trabalhadora no Brasil e no mundo, também podemos avaliar que a abertura de tal processo abriu novas oportunidades de expansão para os agrupamentos político-partidários que defendiam o legado de Bronstein e da construção de uma IV Internacional revolucionária. Isso se refletiu também no Brasil.

Tais polêmicas acerca dos equívocos de orientação dominantes antes de 1964 além de levarem a um processo contínuo de conflitos e rupturas e da adoção por parte das novas organizações de uma estruturação pouco articulada e da tática da guerrilha, deixou segundo Montenegro (2011, p. 73) o *anti-teoricismo*, o *anti-político* e o *anti-estratégico* como marca ideológica – podemos entender aí como um traço cultural -, uma concepção de um certo desprezo pela discussão teórica, o que aproximou os egressos dessas organizações do pensamento *pragmático* dos sindicalistas que conformaram o chamado *Novo Sindicalismo*.

Agora, como esses “*homens de carne e osso*” surgiram, em qual processo social eles foram conformados, como a posição que assumiram frente as estruturas sindicais existentes no período ditatorial, nos explicam, em parte, a conformação de uma corrente política-sindical-partidária que acabou sendo uma determinação objetiva nos traçados do desenvolvimento de nossa formação social nas últimas quatro décadas.

Para iniciar este processo, que se deu em paralelo a toda a experiência vivida pelos setores militantes engajados na luta armada contra o regime autoritário e que viriam a se confluir mais à frente na formação da corrente *Articulação* do PT, analisaremos a estrutura sindical na qual estes trabalhadores vieram a participar.

Boito Jr. categorizou esta estrutura sindical do período de 1964 a 1985 como um *modelo ditatorial de gestão e controle governamental sobre os sindicatos oficiais*³⁶ como parte de toda a estrutura legal- institucional erguida pelo regime.

Também é óbvio, e isso é uma das premissas mais fundamentais da análise de Boito Jr. sobre a estrutura sindical e seus desdobramentos, que o fato da burguesia, através de Vargas, ter conseguido implantar uma estrutura oficial sindical outorgada pelo Estado (o que ele vai chamar de *sindicalismo de Estado* e a construção no campo ideológico de *legalismo sindical*), em muito facilitou as ações restritivas do regime autoritário após o golpe.

Foi esta conformação sindical que vivenciaram os operários advindos dos setores oriundos da inflexão da *política de substituições de importações* a partir da adoção do nacional-desenvolvimentismo nos anos 1950. Nos estudos de Maria Hermínia T. de Almeida e John Humprey (1975) destacam-se algumas caracterizações e questões importantes em relação a formação desse novo segmento do operariado que estava se constituindo no Brasil como um fruto da instalação e expansão do capital monopolista no nosso país e que vai amadurecer exatamente no período do regime civil-militar.

A primeira buscou destacar que o desenvolvimento deste setor industrial criou um segmento operário específico, que tinha como características: “De primeira ou segunda geração operária; melhor qualificado; com salários mais altos que a média, e com um mercado de trabalho relativamente estável” (ALMEIDA³⁷, HUMPREY, 1975 apud MATTOS, 1998, p. 59).

Já John Humprey (1975) buscou demonstrar em função de uma pesquisa minuciosa das condições de trabalho que tal setor “os operários [...] não eram necessariamente qualificados; estavam presos, em sua maioria, a uma política empresarial de rotatividade de mão-de-obra; e embora recebessem salários mais altos que a média, eram submetidos a um ritmo de trabalho que explicitava a superexploração, além de terem sofrido, como os demais assalariados, a compressão salarial dos anos 70.”. A preocupação do pesquisador era refutar a ideia de que havia se formado uma espécie de aristocracia

³⁶ Estatuto padrão pormenorizado com exigência de despolitização e obediência ao governo, processo eleitoral faccioso, controle da vida financeira do sindicato com obrigação de investir os fundos provenientes do imposto sindical em atividades assistenciais, determinação dos reajustes salariais diretamente pela política econômica do governo, deposição das diretorias sindicais rebeldes, etc. (BOITO JR., 1991, p. 53)

³⁷ ALMEIDA, Maria Hermínia T. de, HUMPREY, John. O sindicalismo no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. *Revista Debate e Crítica*, São Paulo: Hucitec, n. 6, 1975.

operária em nosso país. (ALMEIDA, M. H., HUMPREY, J., 1975 apud MATTOS, 1998, p. 59)

Mattos se referencia nesses autores e em outros (Rodrigues, Sader, Antunes, Boito Jr.) para tentar buscar caracterizar o processo de formação desta nova camada social e dos dirigentes que surgem da mesma e como um setor de dirigentes que surgiu, a princípio, se autodenominando de “autêntico” e “independente” e com uma profunda crítica a intervenção do Estado nas relações entre patrões e empregados, à estrutura sindical existente e a defesa do instrumento da greve como um instrumento legítimo dos trabalhadores chegará nos princípios da década de 1990 apresentando já um processo de acomodação política.

Além dos autores já citados em seu livro *Novos e Velhos Sindicalismos. Rio de Janeiro (1985/1988)*, de 1998, também me inspiro em outros pesquisadores e em outras obras por mim destacadas, que me dão subsídios para buscar entender e captar este processo em todas as suas múltiplas determinações. Neste aspecto Thompson e Gramsci também são muito importantes.

As obras mencionadas acima são, respectivamente: *Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil* (1996); *A Hegemonia neoliberal no Governo Lula*. (2006); ambas de Boito Jr.; *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. (1991), livro organizado também por Boito Jr.; *Sindicalismo no Brasil e estrutura sindical (1978-1997): rupturas e continuidades* (2007) de Teones França e *O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico* (2006) de Luís Filgueiras.

Também usaremos no sentido de caracterizar como esse núcleo duro de origem nas burocracias sindicais foi se conformando em uma corrente político-partidária, em grande medida criada como uma contrafação às organizações de base marxista que iam se integrando ao projeto PT, ora aglutinando em seu agrupamento ex-militantes sobreviventes das organizações clandestinas, novos militantes oriundos dos diversos movimentos sociais, ora, sem que isso signifique uma total desarticulação com os setores demarcados anteriormente, com as novas oposições sindicais que iam se conformando o livro *Uma Esquerda para o Capital* de Eurelino Coelho (2012).

Também contribuem para esta tarefa o artigo Valério Arcary, *Os Trotskistas e o PT, 35 anos atrás* (2014), do Blog Esquerda.online; o artigo *Esquerda e Política no Brasil (1978-1980): a Organização Socialista Internacionalista e o surgimento do Partido dos Trabalhadores* (2008), o artigo *A esquerda Contra a Política: organizações guerrilheiras e renúncia à estratégia no período da luta armada* (2011), de Darlan Montenegro e o

artigo *Brevíssimas reflexões sobre as esquerdas brasileiras, nos 21 anos de ditadura militar (1964-1985)*, de Carlos Vianna, pelo Blog Esquerda.net.

A primeira observação a ser feita é que me parece que a própria constituição deste novo segmento, em particular, nos setores da produção automotora na Grande São Paulo, de onde partiu, tanto na referência de luta quanto de direção, o cerne do chamado *novo sindicalismo*, é, em si, uma síntese de múltiplas determinações.

Pois, este setor do proletariado industrial, representa um enorme contingente de empregados, relativamente jovem, que combinava, como já exposto antes, características que os aproximam, ainda que de forma distante, de toda uma cultura organizacional derivada das grandes empresas transnacionais de origem no chamado núcleo duro do capitalismo (Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão)³⁸. Cultura essa que pode ser entendida, de uma forma mais ampla, como uma construção social e política de hegemonia a nível global.

Lembremo-nos que quando ocorre este influxo de capital para o país, vivíamos ainda a chamada Era de Ouro do capitalismo pós-guerra e, como bem nos diz Harvey esta época coincidia com o auge do modo de regulação keynesiano-fordista, que trazia como um elemento claro de controle hegemônico burguês, a abertura consentida para as reivindicações de ordem econômico-corporativa por parte dos sindicatos e a aceitação implícita dos mesmos de não romperem os limites do regime democrático-burguês e da economia de mercado³⁹.

Inclusive podemos entender que a menção, ainda em seus primórdios, como interlocutores, se não da classe de conjunto, do seu segmento, da simpatia pela concepção do sindicato-empresa, derivava desta experiência singular desses operários no contexto da realidade das relações sociais capitalistas no Brasil. Concepção essa que, mais a frente, se encaixaria muito bem dentro da lógica neoliberal, que partindo de uma de suas premissas mais fundamentais, a de defesa da desigualdade entre os indivíduos, buscou e busca fazer uma extensão de tal concepção ideológica para o movimento sindical.

³⁸ Seria a aplicação aqui do chamado “fordismo periférico” já citado na p.46.

³⁹ A derrota dos movimentos operários radicais que ressurgiram no período pós-guerra imediato, por exemplo, preparou o terreno político para os tipos de controle do trabalho e de compromisso que possibilitaram o fordismo.

Nos Estados Unidos, por exemplo, os sindicatos ganharam considerável poder na esfera da negociação coletiva nas indústrias de produção em massa do Meio Oeste e do Nordeste, preservaram algum controle dentro das fábricas sobre as especificações de tarefas, sobre a segurança e as promoções, e conquistaram importante poder político (embora nunca determinante) sobre questões como benefícios da seguridade social, salário mínimo e outras facetas da política social. Mas adquiriram e mantiveram esses direitos em troca da adoção de uma atitude cooperativa no tocante às técnicas fordistas de produção e as estratégias corporativas cognatas para aumentar a produtividade. (HARVEY, 2012, p. 125-128)

Por outro lado, estes operários e sua base sindical, viviam a realidade de uma economia dependente, sob um regime autoritário e vivenciando as experiências comuns ao restante da classe, ainda que com mediações (sua média salarial podia ser mais elevada que a média, mas era inferior aquelas das matrizes, o próprio processo de rotatividade já mencionado, o fato de em nosso país não se ter constituído uma verdadeira extensão de direitos sociais ao conjunto da população).

Não é à toa que vários autores como Mattos (1998), Boito Jr (1996 e 2006) e França (1997) destacam que uma análise da pauta de reivindicações construídas por estes setores ao longo dos anos 80 do século passado, marcam seus limites na defesa das liberdades democráticas típicas do receituário democrático-burguês e na reivindicação da construção de um Estado de Bem-Estar Social no país.

E ainda vários dos dirigentes deste novo núcleo dinâmico para aquela conjuntura histórica já se encontravam dominando e gerindo exatamente sindicatos oficiais, com todas as limitações impostas, tais como: seu perfil corporativista, de corte municipal, assim como, com suas facilidades, em particular, a de gestores de verbas derivadas de ações compulsórias estatais.

Estas direções já conheciam e utilizavam, por exemplo, o imposto sindical, que, queiramos ou não, significava um influxo anual de recursos financeiros, o que não deixa de ser uma pressão objetiva para sua permanência, ainda mais quando nos lembramos que a década de 1980 se caracterizou pelas perdas salariais frente à inflação galopante e aos períodos de estagnação econômica, que se refletiam também no cotidiano da manutenção dos aparatos sindicais e dos gastos com os momentos de mobilização.

Já vivenciavam também a ação objetiva dos privilégios decorrentes de se situar na superestrutura sindical do país, como, por exemplo, a liberação dos locais de trabalho, a estabilidade no emprego enquanto permanecesse como dirigente sindical, a licença sindical, que é outra determinação bastante objetiva de afastamento dessas pessoas da vivência cotidiana do chão da fábrica.

Arcary em seu artigo de 2014 referente a participação das organizações trotsquistas na formação do PT, deixa muito claro que, depois da direção da Convergência Socialista ter tido uma primeira caracterização sobre os chamados “sindicalistas autênticos”, como uma direção centrista, portanto, passível de ser pressionada politicamente tanto para posições mais à direita ou à esquerda, caracterizou esta nova direção emergente, com o auxílio da direção internacional da organização, como uma

fração burocrática de esquerda. Esta nos parece uma definição bastante reveladora e esclarecedora para toda a evolução posterior que este núcleo dirigente sofreu.

Também é importante ressaltar que as ações derivadas do tipo de sindicato oficial que se implantou no país, em particular, seu caráter assistencialista (departamentos médico-odontológicos, jurídicos, de lazer, etc.), combinados a restritiva expansão e regularização dos direitos sociais em nosso país, determinavam pressões objetivas de setores da categoria que queriam ver mantidas tais ações, em paralelo com aqueles setores que também objetivamente pressionavam por ações mais radicais.⁴⁰

Um quadro de heterogeneidade bastante comum à classe de conjunto e que deriva, em grande parte, das próprias diferenciações no seio do modo de produção capitalista das frações da burguesia e da extensão de seus negócios (pequena, média, grande burguesia; agrária, comercial, industrial, financeira, capital nacional ou estrangeiro, etc.)

Além disso, Coelho nos chama atenção para o fato da posição privilegiada dentro da estrutura econômica nacional do primeiro núcleo desses dirigentes (um dos setores mais importantes e dinâmicos da economia brasileira, o ABC paulista metalúrgico-automotor) e da presença carismática de Luís Inácio Lula da Silva, para sua base imediata, e após a greve de 1979, para o conjunto da classe trabalhadora brasileira. (COELHO, 2012, p. 64)

Além disso, não podemos deixar de nos lembrar que os agrupamentos de matriz marxista - em especial as que rompiam ou já combatiam a tradição reformista desenvolvida pelos PCs - vinham de uma experiência de um profundo baque em suas forças físicas e políticas no período entre de maior repressão (1968-1974)⁴¹, como

⁴⁰ Um panfleto da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo por ocasião da eleição da diretoria do sindicato dessa categoria em 1981 demonstra isso. Quando ao final da campanha havia a caracterização de que a oposição finalmente venceria o pleito e derrotaria a direção que não *largava o osso* desde 1964, a oposição apelou para o puro assistencialismo em um material intitulado: “*Vamos melhorar o atendimento médico*”. (FRANÇA, 2007, p. 72)

Para Sader, as transformações do sindicalismo devem ser entendidas a partir das categorias onde os conflitos fabris localizados geraram pressões da base sobre o sindicato. Assim, o papel dos dirigentes sindicais “autênticos” é pensado em termos de uma reação a estas pressões, na busca da garantia da representatividade dos sindicatos, como em São Bernardo na segunda metade da década de 70. (SADER, EDER. Apud: MATTOS, 1998, p. 67)

⁴¹ O processo de formação da *nebulosa* de organizações que se engajaram na luta armada pode ser dividido em dois momentos: um anterior e outro posterior ao golpe de 1964. Antes do golpe, existiam, essencialmente, três organizações disputando o espaço da esquerda socialista com o PCB: a Polop, constituída em 1961 por iniciativa, principalmente, de intelectuais e estudantes e de egressos do trabalhismo e do antigo Partido Socialista Brasileiro, que fundava suas análises em autores como Karl Marx, Rosa Luxemburgo, Leon Trotsky e Lênin, rejeitando a variante stalinista do marxismo; Partido Comunista do Brasil (PCdoB), fundado (ou, no dizer de seus militantes, que reivindicavam a herança do PCB de 1922, *reorganizado*) em 1962, por ex-dirigentes do PCB, identificados com a linha política do *Manifesto de Agosto de 1950*, defensores do papel histórico de Stálin e que progressivamente se aproximaria do

também passavam por uma fase de reorganização e reelaboração de estratégias. Vianna, Montenegro, Coelho, Macedo e Arcary nos ajudam a mapear quais eram as procedências dessas correntes e indivíduos.

Vianna ao mapear o processo de reorganização, a partir das organizações que derivaram da grande diáspora dos anos 1950 e 1960, assim relata:

A partir de 1977, lentamente no princípio, os militantes da esquerda brasileira, agora dispersos, saindo pouco a pouco das prisões, voltando do exílio ou organizando-se na clandestinidade, agora mais “suave”, forma refazendo laços e discutindo os passos a tomar.

Poucas organizações se mantiveram como tal. Mas a partir de 1977 a esquerda contava com outro protagonista: o povo que se ia organizando pouco a pouco nos sindicatos, nos bairros, nas universidades. O movimento pela anistia, que explodiu em 1978, juntou familiares e ex-militantes em todo o Brasil.

A esquerda de origem comunista, nestes anos de declínio da ditadura e prévios ao primeiro governo civil, após 21 anos de regime militar, reorganizou-se em alguns partidos ou tendências, como se identificam no movimento estudantil e popular: os partidos antigos, PCB e PC do B, o renovado MR-8, oriundo da luta armada, o PRC, dissidência do PC do B organizado em 1981 e que se extinguiu em 1987, diluído no PT, o MEP, de origem POLOP, trotskista e mais presente no movimento estudantil em renascimento e outros pequenos grupos, reunindo antigos companheiros que novamente tinham a oportunidade de se reunir, agora com mais liberdade, apesar de ainda se estar num governo militar. Muitas destas tendências ou diluíram-se ou ainda se mantêm organizadas enquanto tendências abertas no PT. (VIANNA, 2014, S/Nº)

Montenegro destaca que entre os grupos e indivíduos oriundos de corrente que reivindicavam a tradição marxista, podemos definir dois troncos principais:

Quando da fundação do PT, em 1980, houve uma importante, ainda que minoritária, participação de agrupamentos e militantes de orientação marxista. Estes agrupamentos e militantes podem ser divididos, no que diz respeito a sua orientação e trajetória e de uma maneira bastante geral, em dois grupos [...] O primeiro compreendia as correntes e organizações egressas da luta armada contra a ditadura [7] que, na sua maior parte, haviam-se originado a partir de cisões do PCB (ou de novas cisões e fusões entre si). Também podem ser incluídos nesse primeiro grupo as organizações e os militantes que provinham da Ação Popular (de origem cristã) e da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (a Polop, corrente marxista à esquerda do PCB, constituída no início da década de 60). O segundo grupo era composto pelas organizações trotskistas [8], que, em que pesem as diferenças entre si, mantiveram, em maior ou menor grau, alguma distância da luta armada, ganhando maior relevância em meados dos anos 70, justamente quando se iniciava o processo de distensão política.

maoísmo; e a Ação Popular (AP), organização oriunda da esquerda católica, com forte influência no meio estudantil, e que, ao longo dos anos 60, se aproximaria do *castrismo* e do *maoísmo*.

Após o golpe, ocorreriam novas divisões no PCB (com base em rompimentos e expulsões de militantes). A Polop, o PCsoB e a AP também passariam por divisões e recomposições, dando origem ao quadro de grande fragmentação da esquerda marxista do pós-64. MONTENEGRO, 2011, p. 68)

O primeiro conjunto de agrupamentos [...] podemos identificar, na formação do PT, egressos da Ação Popular (AP), da Ação Libertadora Nacional (ALN), das dissidências estudantis do PCB (DI-RJ, DI-GB, DI-RS etc.), do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), da Organização Marxista Revolucionária – Política Operária (ORM-POLOP), da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-PALMARES), do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), do Partido Revolucionário Comunista (PRC), entre outros. (MONTENEGRO, 2011, p. 66-67)

Arcary também faz uma divisão, mas seu critério envolve a postura que as organizações tiveram na relação com a direção formada em torno de Lula e demais sindicalistas a ele vinculados:

Mas entre aqueles que apoiaram o projeto do PT, em especial, os trotskistas, que foram, apesar de divididos, os mais influentes na esquerda do PT trinta anos atrás, existiram, também, dois campos. Resumindo e, portanto, simplificando: aqueles que se engajaram apoiando, apesar das críticas, a direção que se articulou em torno de Lula, Jacó Bittar, Olívio Dutra. E aqueles que estiveram a favor do projeto do PT, mas não depositaram confiança na direção

A operação historiográfica que diminui o papel das organizações, e agiganta o papel dos líderes sindicais e da Igreja na fundação do PT não é inocente. O surgimento do PT em 1980 era uma expressão da reorganização da esquerda e dos movimentos operários, estudantil e popular. Favoreceu um reagrupamento de organizações marxistas, todas com algo próximo a pelos mil ativistas, embora na maioria jovens estudantes, para um projeto político legal comum: CS (Convergência Socialista), OSI (Organização Socialista Internacionalista), DS (Democracia Socialista), MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado), PRC (Partido Revolucionário Comunista), e núcleos que se preservaram da Ação Popular, da Ala Vermelha, do PCBR, entre outras menores. Acabaram se posicionando com o tempo no campo majoritário sob liderança de José Dirceu e Lula, com raras exceções. (ARCARY, 2014, S/Nº)

Deste grupo o MEP era o que poderia ficar numa faixa de transição, já que derivava da antiga Polop, que não teve sua origem diretamente do PCB, por mais que possamos entender que já a sua formação indica a busca de novas avaliações e orientações político-programáticas.

O segundo tronco, que espelhava um desenvolvimento desta tradição marxista também como fruto de um debate oriundo dos balanços das experiências nacionais e mundiais com a política stalinista, ainda nas primeiras décadas do século, era o das organizações trotskistas, que pelo menos, majoritariamente, não vivenciaram a experiência em suas organizações da tática guerrilheira.

Obviamente, não se encontravam em posição mais privilegiada para o diálogo com os setores de vanguarda da classe que começavam a se levantar. No momento do

início do ascenso não eram eles os dirigentes ou não eram o agrupamento majoritário dentro das organizações sindicais, tanto que o grupo formado pelos sindicalistas “autênticos” ou “independentes”, se tornaram o eixo de aproximação de vários indivíduos e agrupamentos, quando da formação do PT⁴², logo sua capacidade de alcance junto à classe de conjunto e, em particular, aos que despontavam como a vanguarda do ascenso era mais limitada.

Arcary destaca, como já evidenciamos, que as três organizações trotsquistas (CS, OSI e DS), respectivamente, abarcavam um conjunto de mil militantes cada e estes eram majoritariamente estudantes, o que não era uma particularidade apenas das três, pelo que explicita em seu artigo. Mas, já Coelho nos relata que tais organizações já começavam a ter alguma inserção junto a setores da classe, participando da organização de oposições sindicais:

Por seu turno, entre os coletivos que ingressaram no partido de modo organizado, e que logo passaram a ser denominados de “correntes de esquerda”, encontravam-se também numerosos sindicalistas e militantes do movimento social, o que estabelecia conexões entre a dinâmica das relações entre as correntes dentro do PT e nas instâncias dos movimentos. (COELHO, 2012, p. 63).

Tal observação não significa entender que todo este segmento da classe e sua direção estavam apartados do que seria o “destino” revolucionário, em primeiro lugar porque este “destino” não existe por si só, não é algo que paira em abstrato para além dos seres humanos circunstanciados social e historicamente; não se encontra pré-moldado, pré-estabelecido a-historicamente, na verdade, ele deve ser e é fruto da ação histórica dos expropriados e oprimidos.

Mas, este próprio projeto, em seu cerne, é fruto histórico da luta da classe pelo mundo. O centro que trata da perspectiva da expropriação da propriedade privada e da destruição do aparato estatal burguês, são pontos centrais e provados historicamente.

⁴² Ao aportarem no PT, estes militantes traziam consigo sua própria concepção de como o PT deveria ser, e tinham de disputar politicamente contra concepções divergentes. Militantes oriundos de todos os grupos aproximaram-se do grupo de sindicalistas liderados por Lula. Este núcleo original, logo denominado “grupo do Lula”, tornou-se um polo de aglutinação para muitos que ingressavam no PT como “independentes”, que no vocabulário petista identificava os que não estavam ligados a uma das correntes que entravam de modo organizado. Um dos elementos comuns à maioria destes grupos era a crítica aos partidos comunistas (e, por extensão, às organizações políticas marxistas), vistos como organizações que faziam política pelas cúpulas, excluindo as bases das decisões mais importantes. Desde o início, este grupo foi majoritário no PT nacional, mas como vimos, a construção da hegemonia implicava relações políticas complexas e, não raro, tensas com outros grupos. (COELHO, 2012, p. 62-63)

Como se dará, de que forma, como a classe vai se organizar, são alguns dos aspectos que serão dados no processo, quando e se ocorrer.

O que quero ressaltar aqui é que o projeto marxista pela emancipação da humanidade é um projeto que vem se construindo historicamente a contrapelo dos interesses das classes proprietárias e exatamente por isso o trabalho cotidiano de análise da realidade, elaboração de programas, propaganda e agitação de cunho socialistas necessita ser feito com toda tenacidade, intensidade e consciência possíveis. Inegável que um legado importante do regime civil- militar para a manutenção do domínio burguês no Brasil foi o de reduzir em muito as possibilidades dessas ações pelos diversos agrupamentos que, de uma forma ou de outra, o defendiam.

Se levarmos em consideração uma máxima marxiana de que os homens atuam em circunstâncias sociais dadas (ver nota de rodapé da p.14) e da concepção thompsoniana do “fazer-se da classe”⁴³, podemos nos aproximar do entendimento das determinações estruturais e das **opções** históricas colocadas que esta direção que foi se constituindo no entrecruzamento de tantas orientações encontrou e incorporou.

Mas, é importante destacar que essa nova direção que emerge das fronteiras da classe trabalhadora, já carrega em si, em sua constituição todo um histórico de organização superestrutural, na qual uma ação preventiva da burguesia, permitiu implantar algumas pressões para acomodação muito importantes e significativas, como já evidenciamos (liberação, estabilidade e imposto sindical), que se combinaram neste período com um novo renascimento do controle político-ideológico dos sindicatos pelo regime, assim como havia ocorrido no período do Estado Novo.

Nesse aspecto, vale apresentar uma discordância com determinado viés das conclusões de Boito Jr., que apesar de considerar que para o processo de acomodação do chamado novo sindicalismo, também influenciaram as mudanças conjunturais nacionais e mundiais e não só a estrutura sindical oficial, na verdade, acaba, ao meu ver, por potencializar em enorme medida, entre as determinações objetivas, a existência da estrutura sindical outorgada pelo Estado.

⁴³ A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geramente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. (THOMPSON, 1987, P. 11)

Parece-me que ele acaba por destacar demais o peso da estrutura e minimizar os aspectos vivos dos processos sociais e dos projetos políticos elaborados e encaminhados pelos sujeitos sociais envolvidos. O fato de se herdar uma estrutura criada para impedir uma maior politização e unificação das lutas dos trabalhadores não pode ser colocada como um empecilho absoluto e ter como única alternativa a construção por inteiro de uma nova organização em paralelo a oficial, como, ele defende claramente ao comentar a experiência da utilização do que foi chamado de *Fundo de Greve* para organizar a luta no período entre 1978 - 1980 em São Bernardo e que depois foi abandonado⁴⁴.

Com isso não quero defender que aquele não seria um momento histórico favorável para fazer uma ruptura, ou iniciá-la, visto que vivíamos o maior levante de lutas sociais antes visto por este país, mas que, ao se tratar da luta de classes e dos movimentos sociais, não existe apenas uma alternativa ou possibilidade. E temos que caracterizar qual o tipo de pensamento, projeto de mundo (em termos thompsonianos arrisco a dizer cultura), já predominava neste núcleo de dirigentes que se auto intitulavam “autênticos”.

Talvez, aí esteja a grande lacuna na análise de Boito Jr. O que ele acaba por não destacar é que este setor dirigente que emerge como uma nova direção histórica para a classe no Brasil, já surge burocratizado, já surge cioso de preservar os espaços conquistados e preservar as benesses derivadas dos mesmos, exatamente por ter sido forjada no período de intenso autoritarismo e vigilância político-ideológica nas estruturas sindicais. E refletiu esta situação nas disputas internas com as chamadas “correntes de esquerda”, fosse dentro do PT quanto da CUT.

Ou seja, ele se forja, num universo de contradições (têm as benesses da legislação, mas sofrem o arrocho salarial e a restrição de direitos, como a própria base), mas eles constituem um **modo de vida** ao mesmo tempo diferente e vinculado às categorias que representam. Sabem que devem lhes dar respostas para conseguir manter seu nicho de vida preservado. E, percebem que podem e devem ampliar seu poder de intervenção social para além das fronteiras dos sindicatos.

⁴⁴ No bojo dos movimentos grevistas de 1978-1980, a liderança metalúrgica de São Bernardo, uma vez destituída pela ditadura da direção do sindicato oficial, colocou em pé um movimento sindical livre e alternativo ao sindicato oficial, nucleado numa associação civil conhecida como Fundo de Greve e dirigida pela diretoria cassada do sindicato oficial de São Bernardo, com Lula na presidência. O Fundo de Greve possuía diretoria, quadro de associados, estatuto e sede próprios. A partir de 1981, tendo a diretoria cassada sido reintegrada ao sindicato oficial, as funções propriamente sindicais do Fundo de Greve foram desativadas por sua direção. Na conjuntura de 1983-1984, quando sobreveio a terceira intervenção no sindicato de São Bernardo, a diretoria cassada voltou a nuclear o movimento dos metalúrgicos a partir do Fundo de Greve. (BOITO Jr. 1991, p. 77-78)

No final da década de 1970, o sindicalismo dos metalúrgicos do ABC, [...], apresentava uma concepção economicista e corporativa da ação sindical. [...] A ação e os discursos dos dirigentes desse sindicalismo traduziam basicamente a aspiração elementar pela elevação do consumo individual no mercado, apostando, para tanto, na livre negociação salarial, e rejeitando o envolvimento do sindicalismo com a política.

Quando os sindicalistas de São Bernardo iniciaram a greve metalúrgica de 1979, dois eventos os surpreenderam enormemente, conforme as suas próprias declarações. Em primeiro lugar, ficaram espantados com a reação repressiva violenta e decidida da ditadura militar [...] o segundo evento foi a iniciativa das associações e movimentos populares, dos mais variados tipos [...], que se mobilizaram para garantir material e politicamente a greve dos operários do ABC. [...] foram a repressão ditatorial, a solidariedade do movimento popular e a intervenção das correntes de esquerda que politizaram rapidamente o sindicalismo de São Bernardo e convenceram a direção sindical emergente da necessidade de criar uma ampla frente de trabalhadores assalariados e de intervir no processo político nacional.

Essa nova fase, que se estende por toda a década de 1980, foi marcada pela criação da CUT, pela construção do PT e pela gradativa formulação de uma plataforma que apontava para a construção de um Estado de Bem-Estar social no Brasil. (BOITO Jr., 2006, p. 17-18)

Como exemplo, pelo inverso, podemos usar a experiência dos servidores públicos de todas as instâncias pela busca pela legalização oficial, que é utilizada pelo mesmo para evidenciar o quanto o chamado legalismo sindical penetrou na mentalidade da classe. Ora, o próprio SEPE é um bom exemplo, pois rompe com as limitações espaciais tradicionais (por município) ao organizar tanto as redes municipais quanto a estadual; abriu e abre mão do recolhimento do imposto sindical; rompeu com a estrutura verticalista e presidencialista tradicional dos sindicatos; não tem, no geral, nenhuma legislação que garanta a liberação sindical, esta sempre é fruto de negociações com os respectivos Executivos. E nada disso impediu que pudesse vivenciar processos de afastamento das bases ou de burocratização.

A estrutura sindical oficial dificulta a livre organização dos trabalhadores? Por um lado e até certo ponto, sim com todas as suas limitações à livre organização sindical. Mas, quando houve vontade política e conjuntura favorável se rompeu parcialmente a estrutura corporativista para se construir centrais sindicais, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com a primazia. Quando houve vontade política se construiu, ao longo da década de 1980 quatro greves gerais⁴⁵. Por outro lado, também auxiliou, como bem deixa claro

⁴⁵ Ao todo foram quatro greves gerais nos anos 80. Todas foram realizadas em protesto contra a política de desenvolvimento, em resposta a alguma nova medida econômica antipopular, e todas elas agitaram a plataforma de transformações econômicas e sociais então defendidas pela CUT. A participação dos trabalhadores nessas greves foi crescendo ao longo da década. A primeira, a greve geral de julho de 1983, contou, segundo cálculos de Salvador Sandoval, com a participação de dois a três milhões de trabalhadores. A segunda greve geral, de dezembro de 1986, contou com a participação de cerca de dez milhões de grevistas, isto é, cinco vezes mais que o contingente da greve de 1983. A greve de agosto de 1987, terceira

Rodrigues (1991)⁴⁶ para acelerar os processos de luta, resistência e articulação tanto ao empresariado quanto ao regime autoritário.

Neste ponto deve-se se fazer uma ressalva, o processo de burocratização é um processo que se dá por determinações muito objetivas, sejam elas favorecidas por ações oriundas da própria burguesia (como no caso brasileiro), seja por um processo proveniente de um refluxo ou derrotas de uma determinada categoria ou da classe como todo, seja pela perda contínua ou esvaziamento de instâncias mais horizontais e democráticas. Podemos dizer que este processo se dá numa resultante de várias pressões, onde, em cada caso, alguma ou um conjunto pode ser mais influente que outros.

O fato de uma direção se forjar enquanto direção política de uma fração ou do conjunto da classe trabalhadora, já tendo constituída em sua própria existência um arcabouço de programa conscientemente contra hegemônico e emancipatório pode auxiliar como contrapressão àquelas outras determinações que atuam no sentido da acomodação. Não foi o caso do chamado núcleo duro do que viria a ser a corrente petista e cutista Articulação.

Mattos e Boito Jr, cada um lançando mão de seu arsenal teórico-metodológico (um na vertente thompsoniana e outra por uma vertente mais influenciada pelo althusserianismo) destacam um outro aspecto importante para o entendimento do comportamento desta nova direção em formação ao longo dos períodos dos finais de 1970 até o alvorecer do novo século, o quanto, de fato, ela evoluiu nos seus movimentos ao sabor das conjunturas.

Boito Jr. vai mais além e caracteriza este processo de “movimento pendular”, o que dá a compreensão que havia uma posição original de isolamento corporativo ao qual estes dirigentes e sua base social retornavam:

“Na verdade, o núcleo do novo sindicalismo tem realizado um movimento pendular ao longo de sua história. Esse movimento pendular leva essa camada remediada e mais organizada dos trabalhadores a ocupar ora uma posição de vanguarda social na luta reivindicativa, ora uma posição corporativa estreita e fechada.” (BOITO Jr., 2006, p. 16)

da série, manteve o mesmo nível de participação da greve geral de 1986. Finalmente, a quarta greve geral de protesto dos anos 80, realizada em março de 1989, deu um salto quantitativo, duplicando para 20 milhões o número de grevistas. Essa greve teve, ademais, a duração de dois dias, diferentemente das três anteriores que forma apenas de um dia. (SANDOVAL apud: BOITO Jr., 1996, p.5)

⁴⁶ Considerando os anos de calma que se seguiram à repressão das greves de Contagem e Osasco em 1968, o movimento sindical brasileiro reorganizou-se de modo surpreendentemente rápido. Para tanto contribuiu, em primeiro lugar, o fato de a estrutura sindical oficial ter permanecido intacta durante todo o período ditatorial, pois o esforço dos governos militares foi no sentido de controlá-la mas não de destruí-la. (RODRIGUES, 1991, p. 13)

Assim, das primeiras formulações avessas à participação de partidos políticos, da aproximação com o movimento estudantil e outros setores, esse grupo se desloca para o entendimento da necessidade de organização de um instrumento de caráter partidário, a necessidade de uma unificação por cima da estruturação vertical corporativa.

Coelho enfatiza que a fusão que ocorreu entre o chamado núcleo de “sindicalistas autênticos”, Lula a frente, com setores de oposições sindicais, militantes oriundos das pastorais da Igreja Católica, egressos de organizações marxistas e intelectuais independentes, combinada a necessidade por parte daquele setor de conquistar e manter a hegemonia dentro do processo de construção do PT e, posteriormente, da CUT, os levaram a assumir-se enquanto corrente tardiamente (1983) e assumir de forma reativa conceitos e categorias de origem marxista, sem, de fato, assumir-se claramente como uma corrente com tal perfil. (COELHO, 2012, p. 76-77)

Uma corrente político-sindical que tinha como um dos seus pilares discursivos na luta pela hegemonia dentro do PT e dos sindicatos o combate às outras correntes, estas de matriz claramente marxista.

Como não podia ser diferente, este discurso de combate buscava contemplar e apaziguar as diversas nuances de pensamento político e ideológico que se abrigavam internamente, numa amálgama que combinava traços do discurso contra o autoritarismo e verticalismo stalinista, combinado ao rechaço do que vulgarmente ficou entendido como sendo o princípio do centralismo democrático leninista, com uma propaganda anticomunista, de suspeição quanto as organizações deste perfil, próxima do discurso da Igreja junto aos trabalhadores e uma perspectiva vaga e nebulosa de construção do socialismo.

Também o de se criar uma falsa dicotomia entre ser um “partido de vanguarda” e ser um “partido de massas”, como se o primeiro, inevitavelmente, tivesse que significar um partido de reduzido número. (ibidem, p. 74-75)

Enquanto durante toda a década de 1980 a agora chamada Articulação buscou defender sempre em seus documentos o princípio da independência política da classe, conforme avançava-se pela década, também numa forma de ação pragmática e reativa as conjunturas que iam se sucedendo, ia-se a cada Encontro Nacional do PT alterando-se aquela concepção, da forma como ela seria exercida na sociedade brasileira e como se daria a transição de nossa sociedade do capitalismo para o socialismo.

Assim Coelho demonstra como, ao se aproximar a eleição de um presidente pelo voto direto após duas décadas e meia de processos indiretos, a Articulação lançou um projeto de governo, denominado de *Democrático e Popular*, que na verdade, sob o argumento tático de ganhar setores pequeno-burgueses também atingidos pelas políticas governamentais, apresentava a possibilidades de alianças conjunturais com setores burgueses.

Coelho nos fala que, para as correntes de esquerda dentro do PT, a proposta da Articulação perigosamente se aproximava da velha fórmula etapista defendida pelo PCB e também da tática das frentes populares, o que não é outra coisa senão a mesma política de conciliação de classes apresentada de outra forma. A história iria demonstrar que tais receios tinham fortíssimo fundamento. Mas, como ele também frisa, o entusiasmo com o retorno ao processo eleitoral para a principal instância de poder do país, combinado a um período de grande ascenso na luta, de profundo desgaste do governo de transição para a ordem democrática e a perspectiva real de ser vitorioso no processo, serviu para nublar de certa forma as críticas feitas. (COELHO, 2012, p. 87-92)

Tais reflexos também se faziam sentir por dentro do movimento sindical e das articulações do que viria a redundar na construção de um novo aparelho sindical que foi a CUT. Em termos de articulação nacional, este novo segmento de dirigentes sindicais, ao longo da primeira metade da década de 1980, a partir dos fóruns e congressos para constituição de uma organização sindical nacional, vão conformando um programa que, segundo França (2007), tem dois momentos importantes: no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) em 1981 e no Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CONCUT) de 1984.⁴⁷

⁴⁷ Quanto ao sindicalismo defendia-se, dentro outros aspectos, que os sindicatos deviam ser independentes do Estado, do patronato, das confissões religiosas, dos partidos e outras associações políticas; que os trabalhadores, inclusive na administração pública, teriam o direito de se sindicalizar; que os membros dos sindicatos deviam determinar livremente os estatutos e regulamentos destes; e que o movimento sindical devia ter como meta a sua auto-sustentação e intensificar as diversas maneiras de obter recursos próprios entre os trabalhadores e, logo, não mais necessitar dos recursos advindos do Estado, mesmo que tivessem como origem o bolso do trabalhador, como no caso o imposto sindical (1ºCONCLAT, 1981, p1-7) As propostas tornam-se mais enfáticas no congresso cutista de 1984. Dentre os pontos a serem privilegiados no plano de lutas aprovado estava novamente a defesa da “liberdade e autonomia sindical”, acrescida das exigências do “reconhecimento do direito de greve e desatrelamento da estrutura sindical do Estado, com a revogação imediata do título V da CLT”, e ainda, que o Estado reconhecesse a CUT como órgão máximo de representação dos trabalhadores brasileiros, o que demonstrava que a briga com o Estado praticamente se restringia à liberdade sindical (1ºCONCUT, 1984 apud FRANÇA, 2007, P.74)

Assim, vários autores apontam que ainda dentro da década de 1980, inclusive ainda no período do último governo militar (Figueiredo)⁴⁸ e mais fortemente a partir da transição do último governo militar para o governo da oposição conservadora da Aliança Democrática e as ações de cunho liberalizante do novo governo⁴⁹ os dirigentes do “novo sindicalismo” também vão seguidamente abrandando suas críticas e propostas de autonomia, ao ponto de se aceitar a permanência do imposto sindical.⁵⁰ Talvez o melhor exemplo seja do momento de tentar incluir na Constituição de 1988 a emenda que garantia a reformulação de toda a estrutura sindical, o que se viu foi pouco empenho das lideranças na construção da pressão necessária para tentar a mudança:

Alguns anos depois, em 1988, a CUT apresentou à Assembleia Constituinte, entre outras, uma emenda popular que dispunha sobre a liberdade e autonomia sindicais. A emenda possuía quatro eixos: autonomia perante o Estado; direito amplo de greve; livre organização nos locais de trabalho e direito à negociação coletiva. A proposta rejeitada pelo plenário da Constituinte. No entanto, avaliações internas à própria CUT diagnosticaram uma falta de empenho dos sindicalistas da Central em pressionar pela aprovação daquela emenda, o que contrastava com as grandes mobilizações para a aprovação de artigos referentes à legislação trabalhista e social. (MATTOS, 1998, p. 68)

O ano de 1989 seria um marco na história mundial, assim como da nossa história nacional. O ano que foi marcado pela simbologia da debacle do chamado “Socialismo Real” e do fim da “Guerra Fria”, e que teve tais acontecimentos exaustivamente utilizados pelos intelectuais e aparelhos hegemônicos como evidências da impossibilidade da utopia

⁴⁸ As grandes greves metalúrgicas de São Bernardo do Campo de 1979 e 1980, que ocasionaram as deposições das diretorias do sindicato, com a repercussão obtida na mídia e a solidariedade dos setores populares mostraram para os militares que era preciso avançar para o meio sindical a sua política de abertura iniciada com Geisel. O Ministro do Trabalho do governo Figueiredo, Murillo Macedo, iniciou a abertura sindical que consistia, dentre outros aspectos, em flexibilizar um pouco o controle do governo sobre os sindicatos oficiais, ampliando a margem de ação destes e se esforçando para evitar a prática de depor diretorias sindicais eleitas (FRANÇA, 2007, p. 72)

⁴⁹ O ministro do Trabalho de José Sarney extinguiu o modelo rígido e detalhado de estatuto padrão, suspendeu o controle direto e minucioso das DRTs sobre as eleições sindicais, reconheceu politicamente as centrais sindicais [...] abandonou a prática, no sem ter mudado a legislação pertinente, das deposições punitivas de sindicalistas, e, no geral, o governo Sarney estabeleceu políticas sindicais que, ainda que restringindo muito o ritmo e os índices legalmente permitidos para a reivindicação sindical, eram mais liberais do que o controle exercido pelos governos militares. (BOITO Jr. 1991, p. 72-73)

⁵⁰ A mudança na postura cutista a partir de então – aceitando, gradativamente, o Estado brasileiro como um interlocutor direto e acreditando que ele poderia até mesmo interferir a seu favor no conflito capital-trabalho – se explica por algumas razões: já controlavam muito mais sindicatos oficiais do que no momento da fundação da Central, em 1983; após o fim do regime militar a aliança ente os dois principais grupos formadores da CUT – metalúrgicos de São Bernardo do Campo e oposições sindicais – já não se mostrava tão necessária; e, por fim, a maioria da direção da Central acreditava que, com o fim do poder de intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos, o que havia de pior no bojo da estrutura sindical chegava ao fim. (FRANÇA, 2007, P.78)

socialista afirmação combinaram-se com a derrota de Lula e seu projeto de governo democrático e popular (que era colocado como um dos meios para pavimentar a construção do socialismo no Brasil) e a vitória pelas urnas de um governante que traria para o centro das decisões políticas a implementação do ideário neoliberal.

Tais acontecimentos não ficaram sem respostas e como uma primeira ação reativa aos novos elementos da realidade vimos, logo após a vitória de Collor de Melo, a Articulação Sindical defender a mudança de estilo do “meramente reativo” ou “defensivo” para o “propositivo”. Como retrata Boito Jr no texto abaixo:

Em 1990, essa concepção e essa estratégia começaram a mudar e a Articulação Sindical, sempre como representante preferencial do operariado das montadoras, de petroleiros e de bancários, iniciou um retorno parcial, e em condições históricas novas, ao economicismo e ao insulamento corporativo que tinham marcado a sua estreia na cena social brasileira.

Portanto, confrontado com a grande derrota política do movimento operário e popular na eleição presidencial de 1989, e já sob o impacto do enorme desemprego produzido pela recessão de 1990, o novo sindicalismo mudou de orientação. (BOITO JR., 2006, p. 17-18-19)

Contudo, antes de passarmos para a discussão sobre a organização dos servidores públicos, se faz importante ressaltar e nomear, pelo menos a título de informação que, da mesma forma que no período pré-64, o movimento sindical e suas lideranças se dividiam em vários agrupamentos (como já foi visto), também desde o final da década de 1970, o movimento tem se dividido em diversos agrupamentos sindicais, tendo se caracterizado este período histórico por esta diferenciação ter se materializado na conformação das diversas centrais sindicais que existem no nosso país. Para o período de nosso estudo, utilizaremos as informações que nos são prestadas por Rodrigues e Boito Jr. Seriam estas as direções que disputavam o movimento e o papel de interlocução com o Estado e a burguesia:

Assim, para todo o período em questão – ainda que variando de pauta e propósito – mas mantendo e realizando os maiores e mais frequentes embates temos a CUT: “Na CUT ficaram os sindicalistas “combativos” (do ex-bloco dos autênticos)”, junto com os militantes das oposições sindicais, da esquerda católica e dos pequenos grupos de orientação marxista, leninista ou trotskista.” (RODRIGUES, apud, BOITO Jr., 1991, p. 35)

Dos setores que não vieram conformar a CUT, redundou num primeiro momento na fundação também em 1983, em um outro CONCLAT, a Central Geral dos

Trabalhadores (CGT). Nesta central ficaram; “os dois partidos comunistas, o MR-8, os sindicalistas ligados ao PMDB e ainda os dirigentes mais próximos do sindicalismo norteamericano, liderados por Magri, presidente do Sindicato dos eletricitários de São Paulo.” (Ibidem, p. 35)

Em setembro de 1985 uma nova central foi criada a União Sindical Independente (USI), “composta basicamente por federações e confederações do setor de empregados do comércio [...] e nada tendo em comum com as tendências anteriormente mencionadas. [...] não chega a ter uma existência real como central sindical e só subsiste em função das federações e confederações que a criaram” (ibidem, p.36)

Mais à frente, entre os anos de 1988 e 1989, a partir dos conflitos internos dentro da CGT que foi polarizando os setores ligados às organizações comunistas com o grupo dirigido por Magri e pelo então novo dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio Medeiros que defendiam o que chamavam de “sindicalismo de resultados”, que se caracterizava por dar mais importância a negociação que a mobilização, preferir os acordos isolados por empresas e ter um perfil mais pragmático, resultou, por um lado, que: “Os sindicalistas do Partido comunista do Brasil e Partido Comunista brasileiro, [...] ingressaram na CUT apenas no seu IV congresso, em 1991”. (BOITO Jr., 1996, p. 4)

Por outro lado:

Em 1991, um ano após a posse de Fernando Collor de Melo na Presidência da República, um setor da direita sindical brasileira, aquela que integrava a corrente sindical autodenominada “sindicalismo de resultados”, reuniu-se para criar uma nova central sindical, a Força Sindical, cujo discurso, programa escrito e ação prática assumem a defesa aberta das principais ideias e de boa parte das propostas políticas neoliberais. (ibidem, p. 2)

No bojo desta transformação das direções sindicais e que inserimos o processo de organização dos servidores públicos das diversas instâncias de governo, em particular, daqueles ligados à saúde e a educação públicas.

II.3 – Servidores Públicos: sua emergência na luta de classes e as polêmicas quanto a sua real natureza de classe

Antes que comecemos a discorrer sobre o processo histórico da constituição deste segmento de trabalhadores em nosso país e, neste âmbito, do segmento específico dos

trabalhadores em educação⁵¹, é importante ressaltar o papel que este segmento da classe trabalhadora representou, em particular, a partir da segunda metade da década de 1980, no processo de renovação do movimento sindical⁵².

Em primeiro lugar, é nesse período histórico iniciado nos últimos anos da década de 1970, que efetivamente os servidores públicos, em particular os relacionados às áreas da saúde e da educação, de todas as instâncias destacam-se nas práticas de paralisações, greves e grandes mobilizações, utilizando-se, portanto, de métodos clássicos da classe⁵³.

E esta entrada em cena foi de fundamental importância, pois, pelo fato destes trabalhadores virem de um processo de contínuo desvalorização de seus rendimentos e de suas condições de trabalho, como fruto da política econômica e social implementada pelo regime civil-militar, as demandas salariais e funcionais reprimidas neste setor foram um elemento objetivo de mobilização e radicalização.

Outro aspecto importante é que estes trabalhadores, por sua própria natureza, são organizados pelo próprio Estado não só pelas circunscrições municipais, mas também pelos limites estaduais (e o SEPE/RJ é um excelente exemplo) e federal. Tal peculiaridade, por si só já os distinguia dos demais trabalhadores da iniciativa privada, que tiveram imposto pelo Estado o limite municipal para sua organização sindical oficial. Esta maior flexibilidade espacial – fruto da própria forma como estas categorias foram

⁵¹ Quando não estiver me referindo propriamente ao segmento de trabalhadores em educação organizados pelo SEPE/RJ, utilizarei esta categoria, por entender que ela também evidencia uma compreensão teórica quanto a que posição social estes indivíduos fazem parte, porém utilizarei a categoria profissionais da educação sempre que me referir aos trabalhadores aglutinados pelo sindicato, visto que, foi esta a autodenominação construída historicamente pela própria categoria profissional.(N.A.)

⁵² O crescimento do sindicalismo de classe média é um fenômeno dos mais característicos dos anos 80 no campo sindical. Ora, deu-se que, por força de circunstâncias históricas, uma das frações mais numerosas e ativas da classe média, o funcionalismo público, estava excluída do sistema sindical do Estado. Os funcionários públicos converteram, então, suas associações, que tinham mais um caráter cultural e de ajuda mútua, em ativos sindicatos.

No interior das greves de classe média, predomina amplamente a ação grevista do funcionalismo público federal, estadual e municipal. Em 1986, esses funcionários foram responsáveis por nada menos que 75% das jornadas não trabalhadas por motivo de greve em todo o país e para todos os setores das classes trabalhadoras. Em 1987, essa participação cresceu para a casa dos 79%. (BOITO Jr., 1991, p. 64-65)

⁵³ Porém, as greves no Brasil revelam evolução e padrões claramente diferenciados entre os setores público e privado. Elas surgiram e mantiveram-se predominantes na área privada até meados da década de 80, quando a situação se inverteu. Assim, em 1987, mais de 60% dos grevistas e 80% das jornadas perdidas correspondem ao setor público.

Alguns dados gerais comparativos dos setores público e privado permitem que se caracterize 1987 como o ano das greves dos funcionários públicos, Os servidores (federais, estaduais ou municipais) deflagraram 838 greves, o que representa não só o maior número já realizado num ano, mas a maior participação percentual no total (38,3%) desde 1978. O número de jornadas perdidas superou a casa dos 100 milhões (80% do total) – ponderado pela força de trabalho do setor (“jornadas por mil trabalhadores “), indica que seu volume de conflitos foi treze vezes superior ao da área privada. (NORONHA apud BOITO Jr. , 1991, p. 101-118)

organizadas pelo próprio Estado -, dão, potencialmente, uma maior capacidade de impacto de suas ações na sociedade brasileira.

Além disso, mobilizam grandes contingentes de trabalhadores, portanto, a realidade de um processo de luta que se vincule aos limites de uma empresa – o que, de certa maneira, é uma estratégia interessante por parte da burguesia -, como forma de controle e fragmentação da luta, se torna muito mais difícil neste setor. Em particular neste momento histórico de retomada de lutas, no final dos anos 1970 e início dos 1980, pois mais à frente passaríamos a vivenciar a reestruturação produtiva, no sentido de fortalecer a adoção de contratos temporários de trabalho e a terceirização, ações materiais que vieram e vêm dificultando as lutas no setor público.

Mas ainda neste período, período marcado pela crise, estagnação e transição de modelo econômicos (da substituição de importações para o neoliberal), todo este segmento não tinha um dispositivo restritivo como a ameaça de perda do emprego que pudesse refrear o ímpeto de luta da categoria.

Ainda, Noronha⁵⁴ (1991) destaca que neste período houve uma diferença de estratégia por parte do setor patronal privado e os diversos governos, enquanto os primeiros tenderam a buscar acordos que pusessem fim aos movimentos grevistas, movimentos estes mais marcadamente fragmentados por empresas, os servidores públicos tiveram que se bater contra os governos porta-vozes da política de austeridade e contenção de gastos explicitados desde os acordos internacionais quanto pela própria situação financeira que enfrentavam, fato por mim relatado, em particular, em minha dissertação sobre a greve de 162 dias dos municipais do Rio de Janeiro⁵⁵.

Inclusive a avaliação é que, apesar de todo o ímpeto de luta deste setor, o balanço da maioria das greves dos servidores desse período foi de maiores dificuldades e, muitas vezes, negativo, em particular no ano de 1987⁵⁶. Podemos refletir sobre isso, enquanto se

⁵⁴ Há entretanto outro elemento, e é esse que será aqui discutido, relativo à evolução da postura de cada um dos setores frente às negociações coletivas. No setor industrial, após a resistência inicial, as greves passaram a ser vistas por parcelas do empresariado como um elemento natural do conflito e das negociações coletivas, e os acordos muitas vezes abandonaram as leis salariais federais restritivas como forma de adaptação aos surtos inflacionários. Na esfera pública, a não valorização de mecanismos de negociação coletiva, a crise financeira do setor e as políticas de congelamento de preços e salários impuseram grande rigidez às negociações. (NORONHA apud: BOITO Jr., 1991, p. 101)

⁵⁵ Burgos também destaca que naquele momento um dos impeditivos para que ocorresse um auxílio financeiro ao município se materializava no então ministro da fazenda, Mailson da Nóbrega, que se encontrava bastante fortalecido no governo em função de ter conseguido fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), no qual o controle do endividamento de estados e municípios era um dos pontos mais destacados. (TEIXEIRA, 2014, P. 110)

⁵⁶ Alguns dados gerais comparativos dos setores público e privado permitem que se caracterize 1987 como o ano das greves dos funcionários públicos.

tratando de profissionais da educação do município do Rio de Janeiro especificamente em relação ao resultado da greve de 1988-1989, a de que tratei em minha dissertação⁵⁷. Só para lembrar a greve foi uma ação defensiva diante da declaração de falência do município e o não cumprimento por parte do Executivo municipal dos reajustes devidos em lei e terminou sem conseguir garantir o cumprimento dos índices atrasados e a manutenção da lei 1016/1987⁵⁸.

Tal situação de contínuo ataque as condições de trabalho e salário combinado ao ascenso de lutas sindicais e populares, resultou em um aumento estatístico tanto dos dias parados quanto dos contingentes de trabalhadores o que fez o Brasil saltar rapidamente

No setor privado, o pagamento do resíduo do gatilho (o hiato entre os 20% da escala móvel e o percentual restante da inflação acumulada) e, após o Plano Bresser, o pagamento adiantado do resíduo que seria parcelado em seis meses, foram duas das reivindicações mais facilmente atendidas pelos empresários. [...] Ao contrário, a política do governo federal para a administração direta foi seguir à risca o que definiam os planos.

Porém, se na esfera federal ao menos foi seguida a política salarial em vigor, praticamente todos os governos estaduais não pagaram, atrasaram ou pagaram apenas parcialmente os gatilhos e as URPs.

A situação dos servidores municipais não diferia muito, já que boa parte dos prefeitos seguia o exemplo de seus governadores. Indício desse fato é que 30% das greves municipais foram deflagradas contra o não cumprimento de leis e acordos coletivos – índice superior ao dos estados.

Na esfera pública, o balanço do ano indica o oposto: a não negociação, a morosidade no desfecho dos acordos ou a violência. (NORONHA apud: BOITO Jr., 1991, p. 118-119-120)

Gatilho era com foi chamado um expediente de reajuste automático dos salários assim que a inflação atingisse o percentual de 20% no Plano Cruzado I. No Plano Bresser foi realizado um congelamento de salários por três meses, no nível de 12/6, como resíduo inflacionário sendo pago em seis parcelas a partir de setembro. (N. A.)

⁵⁷ Estas experiências com resultados negativos ou obtidos a partir de um enfrentamento considerados pelos servidores como muito desgastante, refletiu no ânimo da categoria dos profissionais da educação do município do Rio de Janeiro, como fica evidente na fala de muitos entrevistados. (N.A.)

⁵⁸ A lei 1016/87 legislava sobre uma política de reajustes semestrais, com data-base nos meses de março e de setembro, com a utilização do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) acumulado no semestre, subtraído dos adiantamentos oferecidos ao longo do período (BURGOS, 1992, p. 73).

Esses adiantamentos ocorreriam nos meses de junho e de dezembro, a partir de dezembro de 1987 e seriam no valor de 25%, quando o acumulado do IPC fosse igual ou superior a 30% e, no caso do acumulado ser inferior a esse índice, seria correspondente a 70% do total.

Afora essa regra de adiantamentos, ainda ficava estabelecido no artigo 3º da respectiva lei a realização de dois reajustes no ano de 1987, um no valor de 22,46% a contar de 01 de março daquele ano e outro de 32,91% a contar de 01 de junho do mesmo ano, totalizado um reajuste total de 62,77%, a título de recomposição das verbas remuneratórias dos servidores e pensionistas da inflação acumulada pelo índice do IPC entre o período de 01 de março de 1986 a 28 de fevereiro de 1987.

Além disso, no seu artigo 4º, a nova lei salarial reajustaria os vencimentos dos servidores em dois abonos especiais de 16,45% nos meses de julho e agosto de 1987, referentes a uma recomposição parcial do poder aquisitivo até 31 de maio do mesmo ano, sobre a remuneração de maio, sem compensações nos reajustes futuros.

Essa lei vinha a substituir a anterior, lei nº 904 de 25 de setembro de 1986, que estabelecia um reajuste anual pelo acumulado do IPC em 01 de março e a realização de reajustes automáticos sempre que a inflação acumulada por tal índice atingisse o patamar de 20% (os já citados “gatilhos salariais”). (TEIXEIRA, 2014, p. 93)

na estatística mundial de países grevistas⁵⁹. Por fim, este setor foi fundamental para garantir a criação da CUT e sua massificação e inserção entre os trabalhadores.

Outro aspecto importante que devemos nos ater por um momento tem a ver com a discussão teórica sobre todo este segmento intermediário que se formou nas sociedades capitalistas e que veio a conformar o que se nomeia mais comumente de “nova classe média”.

Com características proletárias em sua constituição (massificação, relação assalariada, perda crescente da autonomia diante de suas tarefas laborativas, em particular), mas convivendo com os antigos segmentos da pequena burguesia clássica (os assim chamados profissionais liberais e/ou os proprietários de um negócio, em geral familiar, tais como, lojas, escritórios, oficinas, etc.) e deles muitas vezes sendo oriundos, estes novos setores, partilham valores comuns, como as concepções individualistas, de busca por uma carreira e ascensão profissional, valorização dos seus ofícios, as possibilidades de cargos com algum poder de chefia, etc.

Primeiramente, podemos retomar parte da discussão que fizemos no capítulo I, no qual verificamos que tanto Trotsky quanto Gramsci perceberam e buscaram entender este fenômeno enquanto uma realidade produzida pelas próprias necessidades do modo de produção capitalista no seu desenvolvimento, o que, de certa forma, colocava uma mediação no processo anteriormente vislumbrado por Marx e Engels de uma total proletarização da maioria dos indivíduos diante do processo de expansão por todas as esferas da vida social do processo de acumulação de riquezas para o capital (vide p. 45-49).

Porém, podemos avaliar que ambos os teóricos – condizente com as análises feitas nos primeiros congressos da III Internacional -, propunham que este setor deveria ser disputado com a burguesia, provavelmente, exatamente pelas determinações que os aproximavam dos setores diretamente operários, quais sejam, o fato de que a grande maioria desses trabalhadores já se encontravam em uma relação de trabalho assalariada e ameaças como de desemprego, redução de direitos e de salários também os atingiam.

Devemos também nos recordar que, no campo da teoria marxista, as leis de funcionamento da sociedade não podem ser vistas como universais e absolutas. Elas estão

⁵⁹ Até 1984 o número de greves, de grevistas ou de jornadas perdidas manteve-se em patamares médios ou baixos se comparados aos padrões internacionais. Após 1985 o Brasil passa a se situar entre os países de maiores taxas de greves, particularmente em função dos conflitos da esfera pública. (NORONHA apud: BOITO Jr., 1991, 120)

relacionadas exatamente à realidade social que as produz (recordemos da crítica feita por Marx exatamente a esta visão a-histórica dos economistas liberais burgueses, que buscavam ver as leis da oferta e da procura em todos os momentos históricos da humanidade)⁶⁰ e são leis **tendenciais**, elas amostram uma possibilidade de evolução, mas existe sempre todas as mediações possíveis para retardar ou complexificar todo o processo.

Além disso, não podemos esquecer o que já vimos sobre o conceito de hegemonia e como este trabalho é histórico, constante e cotidiano, pois sem a construção de um convencimento sobre os setores dominados, sem conseguir que eles também acreditem que os limites dados por esta sociedade são os limites possíveis, que dentro desta sociedade, a partir de seus próprios esforços, ou da utilização das ditas oportunidades apresentadas (via educacional, empreendedorismo, capital humano, e todas a infinidade de fantasias desenvolvidas pelos intelectuais orgânicos desta sociedade) é possível vislumbrar um futuro melhor, o domínio tende a caminhar para um crescente conflito aberto⁶¹.

Neste momento se torna muito interessante nos lembrarmos de um texto de Thompson, no qual ele analisa a questão, da formação de uma “consciência de classe”, particularmente para, de forma polêmica, destacar o quanto a formação desta consciência não é linear, está vinculada as próprias experiências e ações sofridas e executadas pelas diversas frações da classe e o quanto ela não é domínio de um determinado setor.⁶²

⁶⁰ Tocamos aqui em uma clivagem decisiva, que expõe a *diferença essencial* entre a economia política e Marx: “a economía política clássica/científica é burguesa sobretudo porque para ela a produção burguesa é a produção em geral. Uma forma específica, historicamente dada, da produção – o capitalismo – é considerada por eles como absoluta, eterna, a-histórica, natural, e as contradições do modo de produção capitalista são explicadas como contradições naturais da produção enquanto tal”. (LOWY, 1987, p. 103)

⁶¹ O processo de conquista e de manutenção da hegemonia pressupõe a difusão de uma determinada concepção de mundo e a consequente influência em todos os aspectos da vida e do pensamento dos diferentes grupos que integram a sociedade. Na dinâmica que dá vida a esse processo evidenciam-se confrontos entre modos de conceber tanto a realidade quanto as formas de atuar sobre ela. As disputas por poder material e simbólico, que se desenrolam, predominantemente, no plano cultural, nas formas através das quais os eixos essenciais de uma determinada concepção de mundo são produzidos, incorporados, reelaborados ou recusados pelas classes e frações de classes que constituem a totalidade social, representam, assim, plena expressão do princípio teórico-prático da hegemonia.

O permanente exercício da hegemonia, através de uma multiplicidade de formas e mediações é, em si mesmo, a evidência de que uma dada totalidade social não constitui um todo harmonioso. (RUMMERT, 2000, p. 26)

⁶² Em uma difundida tradição sociológica, geralmente de cunho positivista, classe pode ser reduzida a uma pouca e simples medida quantitativa: [...] Segundo uma tradição ligeiramente distinta, essa definição de tipo estático pode ser adotada para a crítica da noção marxista de classe. Por exemplo, os assalariados não se comportam de modo condizente com sua condição proletária, ou mesmo alguns deles, quando interrogados, não sabem definir-se ou afirmam pertencer ao “estrato médio”.

Seja como for, restou bem claro nos últimos anos que classe como categoria estática tem conquistado peso em setores muito relevantes de todo o pensamento marxista. Nos termos econômicos correntes, trata-se tão-

O seu texto, e o próprio exemplo que ele dá de autodenominação de determinados setores assalariados como “estrato médio”, nos é revelador de o quanto as concepções lançadas pela burguesia através de todos os seus aparelhos hegemônicos penetram nos entendimentos dos trabalhadores e os faz, obviamente, numa dada situação de estabilidade hegemônica, se verem não enquanto uma classe distinta e opositora da classe dominante, mas como um setor não tão mal posicionado na escala social:

Trópia, em seu artigo, *A Inserção de classe dos Assalariados Não-Manuais: um debate com a bibliografia marxista sobre a classe média* busca historicizar o processo de formulações desenvolvidas ao longo do século passado que buscaram dar conta de procurar entender e classificar todo este enorme contingente de indivíduos, iniciando pela primeira análise que levava em conta apenas o fato de serem grandes contingentes de trabalhadores assalariados não manuais⁶³, portanto, já submetidos a venda de sua força de trabalho para outrem (visão mais defendida pelos comunistas), como surgem depois, maiores complexidades de análise, como no caso de Braverman, que viu não tanto este aspecto do assalariamento, mas principalmente da perda de autonomia no trabalho (num processo que combinava a automação e o emprego de trabalhadores não-qualificados) relacionada também com a origem social proletária, com o avanço do modo de organização de trabalho taylorista.

Seguindo dentro ainda do campo de elaboração marxista, uma maior diferenciação da análise sobre esse segmento de trabalhadores veio a ser desenvolvida através da obra de Nicos Poulantzas, que se utilizando do arsenal teórico estruturalista althusseriano, fez uma distinção estes trabalhadores em relação àqueles vinculados ao operariado industrial, vislumbrando mesmo uma barreira entre os dois segmentos e uma diferenciação inclusive na forma de atuar sindicalmente – o que no Brasil, no caso, foi destacado pelas análises de Boito Jr, por exemplo.

somente de uma categoria gêmea daquela sociológica positivista. De um modelo estático de relações capitalistas de produção são extraídas as classes que lhes devem corresponder e a “consciência” que deve corresponder às classes e à sua respectiva inserção. Em uma forma comum, geralmente leninista, isso fornece uma boa justificativa para uma política de “substitutivos”, como aquele de uma “vanguarda” que saberia mais que a própria classe quais seriam tanto o interesse verdadeiro quanto a consciência mais conveniente a essa classe. (THOMPSON, 2001, p. 270-272)

⁶³ Compreendemos como não manuais os trabalhadores assalariados que realizam um trabalho investido de construídos simbólicos, rituais e de elementos culturais que os distinguem da classe operária. São símbolos não necessariamente reconhecidos por todos os segmentos sociais, mas reconhecidos pelos próprios segmentos que os secretam. Vale dizer que o conceito fisiológico de trabalho não-manual deve ser superado, pois não se trata de um trabalho de quem não se esforça, tarefas de comando, que não sua, que trabalha com a cabeça. Por outro lado, o trabalhador não-manual não se restringe àquele que possui formação escolar ou ao cientista, por isso optamos pela expressão não-manuais ao invés de intelectuais. (TRÓPIA, 2007, nota de rodapé nº2, p.1)

Poulantzas vai inclusive denominar este segmento de *nova pequena burguesia*. Em seu raciocínio para além das relações econômicas também as relações políticas e ideológicas são fundamentais para a determinação de classe. Entre as características que Poulantzas destaca como comuns entre a pequena burguesia tradicional e a nova pequena burguesia ele destacaria o individualismo pequeno-burguês, a ideologia da ascensão social, a meritocracia e o mito do Estado protetor.

Trópia assinala que a defesa mais incisiva e mais recente da defesa da proletarização dos assalariados não-manuais é feita por Olin Wright. Para Wright, tanto que faz que seja o caso do assalariado produtivo ou do assalariado improdutivo, o capitalista tudo fará para subsumi-lo aos seus interesses de apropriação da riqueza, seja através de aumentar a produtividade; estender a jornada de trabalho; rebaixar os níveis salariais; seja açambarcando cada vez mais o controle do processo de trabalho. Tal situação geraria uma coincidência de interesses e de atitudes de classe face ao socialismo. Ele faz essas afirmações tanto com base em pesquisas teóricas quanto com base em pesquisas empíricas.

Contudo, Décio Saes veio a trazer mais elementos para esta polêmica ao defender que o amplo segmento de trabalhadores assalariados não-manuais deveria ser visto enquanto uma classe específica, que tem sua grande matriz ideológica na concepção meritocrática, que se torna um dique contra a equalização social.

Outros méritos de Saes são que, partindo das elaborações de Poulantzas, o questiona em relação ao conceito de nova pequena burguesia, avalia como equivocada a tentativa de Poulantzas de unificar a antiga pequena burguesia aos novos extratos de assalariados não-manuais; admite que, apesar da unidade ideológica em torno da meritocracia, existe uma grande heterogeneidade entre estes trabalhadores e que tal segmento “pode oscilar à esquerda e à direita, sem perder por isso sua identidade”. (SAES apud: TRÓPIA, 2007, p.8-9)

Além disso, em paralelo com este debate que se dava no âmbito marxista, outras vertentes analíticas buscaram analisar e definir teoricamente este crescente e numeroso segmento social. Portanto, ela apresenta as análises não marxistas que desde Wright Mills e David Lockwood, nas décadas de 1950 e 1960, buscaram e buscam muito mais destacar as diferenças destes setores de trabalhadores não manuais em relação ao tradicional operariado e, deste distanciamento, do projeto socialista.

Wright Mills destacava o status superior que os “colarinhos brancos” se colocavam frente aos operários (qualificação, poder dos cargos, da sofisticação dos

estabelecimentos, imagem social, etc.) e Lockwood dava ênfase à situação do trabalho, o que compreendia desde as vantagens materiais (nível salarial, possibilidades de ascensão), como também melhores condições de trabalho, até a própria realidade de trabalho em escritórios, que, mais que a questão do assalariamento e do nível salarial seriam elementos fundamentais para autodeterminação da classe.

E nessa exposição ela finaliza, chegando inclusive até as análises de cunho pós-moderno, que vão se desenvolver a partir das décadas de 1970 e 1980. Os teóricos pós-modernos buscam em suas análises caracterizar que o que foi denominado de novos movimentos sociais desbordariam dos limites anteriores dados pela luta de classes.

Estes novos movimentos teriam reivindicações *transclassistas*, de caráter universalista, amplo, generalizante (direitos de setores oprimidos; questões de caráter ambiental; pelos direitos humanos, pacifistas) e que os novos atores sociais, portanto, não poderiam ser dimensionados como expressão da resistência do antigo proletariado, até porque, a sociedade que estaríamos vivendo neste momento seria uma sociedade pós-industrial, de serviços ou da informação e, quando muito, estaríamos diante das reivindicações de uma nova classe média. Por fim, Trópia ressalta os trabalhos de Klaus Eder, que baseado em Habermas, busca recolocar a análise cruzada entre relação entre classes, ação coletiva e política.

A partir dos relatos feitos por mim até aqui sobre o tema da caracterização de classe dos novos segmentos assalariados médios da sociedade, gostaria de explicar minhas considerações.

Primeiramente, acho que o que falta compreender é que este setor intermediário, exatamente por isso e por apresentar internamente grandes diferenciações não se moveu, nem move de forma homogênea, tendendo, no processo de agudização da luta de classes a se partir em, pelo menos e principalmente, dois grandes conjuntos.

Aqueles setores mais proletarizados, tanto no tocante à perda da autonomia profissional quanto do rebaixamento salarial, tenderão a se identificar com as lutas dos setores operários e populares, enquanto aqueles que por sua própria natureza (alto formação profissional técnica, funções executivas gerenciais, prestígio) tenderão a se identificar as classes dominantes.

Quero destacar aqui nesta altura do desenvolvimento desta discussão sobre a natureza social dos chamados segmentos médios ou nova classe média e de quanto sua posição na luta de classes mais geral é fruto em si de diversas pressões objetivas, históricas, de origem social, de localização espacial e outras tantas, uma parte do relato

de três das minhas entrevistadas, que mostram como o processo de construção de um posicionamento classista passa pelas experiências no campo da luta direta que pessoas de carne e osso, oriundas ou posicionadas em condições não claramente proletárias, podem vivenciar:

Denise – E aí, nesse sentido a militância sindical era fundamental pra te suprir de suporte psicológico e, é... De político, no sentido de fazer uma análise da conjuntura política nacional, internacional, porque muitos fatores dessa militância, inclusive vão buscar suporte militando em partidos políticos, justamente para se aparelhar, no sentido de poder gerir a prática profissional, mas o quê que acontece?! Eu entendo, na minha cabeça, que a gente vive no período final da ditadura até 88, um momento de construção, e de debate dessa esquerda, de vários setores sociais, que vão estar em constante discussão, elaboração da sociedade que a gente pretendia enquanto sociedade democrática. Era o momento dessa construção, dessa constituição federal garantir o que a gente tem hoje, não é a Dilma, não é o PT, o problema é a constituição federal, é ela que está sendo atacada, na minha opinião, tá?! Eu acho não, eu tenho absoluta certeza disso. Aí o quê que acontece?! A gente entra no nosso trabalho no momento dessa efervescência de construção dessa democracia...

Albano – As pautas estão sendo concluídas, tudo aquilo que foi represado pela ditadura tá explodindo e tá se construindo as pautas. As demandas estão sendo transformadas em pauta.

Falas simultâneas.

Maristela – Eu me lembro que na praça Saens Pena teve um encontro, ali onde é a UPA hoje, aquilo era um...

Albano – O espaço do metrô.

Maristela – Era um espaço. E tinham encontrões ali pra se discutir.

Mônica – Tinham nas praças. Uma característica diferente também no período, que era o seguinte, como a gente estava construindo essas pautas, inclusive a questão de profissionalização, elas surgem agora. Plano de Cargos e Salários, chegam nesse período, é um período rico disso. E aí, o quê que acontece, a gente também tinha uma CUT, e a gente também tinha... A gente não discutia só a nossa categoria, a gente discutia pautas nacionais. Então, a gente fazia greve geral, então, a gente fazia as nossas... Eu era da Baixada, da CUT Baixada. A gente unia com as empregadas domésticas, era o SEPE e as empregadas domésticas, a gente fazia junto a semana inglesa. Os bancários iam lá, o que é uma convergência inclusive, saiam lá de Caxias, prá Nilópolis, pra fazer a greve dos servidores de Nilópolis. Existia essa consciência corporativa do trabalhador, de organização sindical de classe pra além. Hoje você vê o fragmento, então você começa a ter uma leitura fragmentada da realidade tão grande, e naquela época foi o período da mão de ferro da Margaret Thatcher, do Reagan e a nível internacional a gente começa a ter a disputa internacional.

Mas, não existe, de fato, uma previsão tão direta e mecânica, visto que, todas as pessoas trazem consigo um conjunto de conceitos e ideias que compõem uma dada visão de mundo (ideologia), que, em primeiro lugar, expressa as posições dominantes, ainda que com características culturais próprias das vivências históricas acumuladas e repassadas pelo segmento particular de classe dos quais derivam, e a depender de sua oscilação, do seu lugar nas ações coletivas e sociais, das reflexões realizadas, pode levar

que determinados indivíduos ou setores explorados e oprimidos possam vir a se posicionar junto aos seus opressores e não contra eles.

Precisamos lembrar que para além do posicionamento estrutural, material, objetivo dos grupos humanos dentro dos mecanismos de produção e manutenção da existência da sociedade capitalista, existe a construção da ideia de pertencimento a uma determinada posição e projeto. Somente a localização em um dado ponto da estrutura não dá conta de explicar as movimentações dos indivíduos, ainda que seja uma determinação importante.

Daí a necessidade sempre imperiosa por parte do marxismo revolucionário de construir um programa que inclua desde as demandas de caráter mais básico e democrático até a questão da destruição da sociedade e do Estado capitalistas, num constante debate e experiência junto e com os explorados e oprimidos, em destaque todos aqueles que se encontram estruturados nas relações econômicas que dão base a sociedade.

É a necessidade de, por um lado, reafirmar o que Trotsky defendeu em toda a sua obra e ação militante – dando seguimento a tradição revolucionária que partiu de Marx e Engels -, de defender a necessidade da construção autônoma da classe trabalhadora e seu papel de arrastar consigo os demais setores subjugados ao Capital.

Por outro, é a construção da elevação moral e intelectual de que nos fala Gramsci e que precisa ser levada adiante a partir dos aparelhos contra hegemônicos e a necessidade de que tais aparelhos formem os intelectuais orgânicos (os dirigentes) que terão à frente a disputa das pessoas de carne e osso em confrontos com os intelectuais orgânicos da ordem burguesa.

É exatamente a necessidade de se unir o chamado “programa mínimo” (as questões imediatas, cotidianas, democráticas) ao “programa máximo” (a tomada do poder e a destruição da sociedade capitalista) de que nos lembra Trotsky tanto na Teoria da Revolução Permanente quanto no Programa de Transição.

Podemos avaliar que no período estudado, o que vimos foi um posicionamento diferenciado dos setores intermediários da sociedade, com aqueles mais proletarizados se identificando com os métodos do operariado (constituição de sindicatos, paralisações, greves) e, como já explicitado, todo um setor da chamada alta classe média vindo a compor uma base de apoio à burguesia na sua luta pela implantação do projeto neoliberal.

Mesmo aí, podemos diferenciar os movimentos de trabalhadores não manuais vinculados ao Estado, em especial, daqueles setores de maior número e mais desprestigiados financeiramente (das áreas da educação e da saúde), daqueles que

representam dentro da burocracia estatal, setores mais estratégicos e com algum nível de concessão (área fiscal, judiciária, legislativa), assim como também daqueles grupos da iniciativa privada (tais como bancários), que já historicamente agem dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação trabalhista e sindical.

II.4 – Um breve histórico sobre o processo de constituição da educação pública e de seus trabalhadores na formação social brasileira a partir do período monárquico

Torna-se necessário, para iniciarmos a análise do processo da organização e das mobilizações sindicais das categorias dos profissionais da educação – que se imbricam com a própria constituição e organização dos servidores públicos de todas as instâncias no período a ser estudado -, que façamos um breve relato de como se deu a evolução do contingente de trabalhadores da área da educação inclusive, sua organização com fins reivindicatórios. Para isso, temos que remontar, ainda que ligeiramente, ao início da formação do Estado brasileiro ainda no século XIX e, em seguida, ao longo do século XX.

Para tal tarefa muito nos ajuda uma série de artigos e trabalhos. Para o período monárquico, utilizaremos as contribuições de Cynthia Greve Veiga em seu artigo *Escola Pública para os Negros e Pobres no Brasil*, (2008) também de José Gonçalves Gondra e Alessandra Frota Martinez de Schueler as análises presentes no livro *“Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro”* (2008).

Para o período republicano, lançamos mão dos seguintes materiais: *“Educação Escolar na primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa”*, de Alessandra Frota Martinez de Schueler e Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi (2006); o livro *“História Social da Educação no Brasil (1926-1996)”*, dos autores Marcos Cezar de Freitas e Maurilane de Souza Biccas (2009); o texto *“CSPB – Uma história de 50 anos”*, de Sebastião Soares e João Domingos Gomes dos Santos (2007); o material do livro *“O golpe na educação”* de Luiz Antônio Cunha, e Moacyr Góes (1991) e, por fim, a tese de Kênia Miranda. *“As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT”* (2011), entre outros.

Abrangendo todo o processo de formação de nossa sociedade desde o início do processo de conquista da terra pelos portugueses até o último século, temos a obra de

Dermeval Savianni, *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*, que em muito nos ajudou a concluir algumas sínteses deste breve histórico.

Além disso, devemos nos lembrar que toda a organização de uma categoria profissional acompanha, não necessariamente de forma mecânica, a própria expansão de seus locais de trabalho na sociedade e, também a valoração que é/foi dada a esta atividade social. Alguns comentários sobre determinadas fases da expansão da educação pública em nosso país nos auxiliam em entender como se desenvolveu esta atividade e como seus profissionais se vincularam, buscaram sobreviver e realizar suas atividades e, de alguma forma, lutar por melhores condições materiais de sobrevivência

Cynthia Greve Veiga em seu artigo *Escola Pública para os Negros e Pobres no Brasil*, em particular, neste caso em Minas Gerais, nos mostra como esta escola é marcada pelo discurso da missão civilizadora, o que significou, no entendimento da autora, que a escola pública elementar do século XIX foi essencialmente destinada a crianças pobres, negras e mestiças e que na passagem do regime monárquico para o republicano a escola pública foi reconfigurada como uma escola de alunos brancos de setores sociais mais elevados, ou como ela mesma se refere “de boa procedência”.

A autora destaca os normativos legais que se construíram ao longo do século XIX: a garantia da instrução primária gratuita a todos os cidadãos, expressada no artigo 179, item 30, da Constituição imperial; a passagem da competência da instrução elementar para as províncias pelo Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, o que significa caracterizar que já nesse período inicial de estruturação do país recém-liberto de sua metrópole, a escola pública já nasce marcada pela precariedade e pelos poucos recursos, visto que conferiu a responsabilidade pelas escolas de iniciação às províncias.

Ficava sob a responsabilidade do governo imperial, a instância com mais poderes e mais recursos advindos da tributação, - como passaria a ocorrer também com o Executivo federal da república -, apenas as academias, faculdades e o colégio Pedro II.

Enfim conclui que para o insucesso ou fracasso da missão dada à educação elementar contribuíram a situação de pobreza da população a ser atingida; a precariedade de manutenção e expansão das escolas; de fornecimento de material escolar; da condição dos próprios educadores, quanto à formação, condição salarial, etc. e, também, as inconstâncias e descontinuidades na administração pública, marcada pela cultura imperial do clientelismo.

Quanto à leitura do livro *“Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro”*, de autoria de José Gonçalves Gondra e Alessandra Frota Martinez de Schueler, chama a atenção as diferenciações e contradições da rede de educação que foi se montando e como ela pode ter “auxiliado” no sentido de excluir ou limitar o acesso e a permanência dos pobres, os negros e mestiços – que em nossa sociedade, ainda mais neste período histórico, eram quase a mesma categoria -, e as mulheres e como se desenvolveu uma “herança” de nossa antiga metrópole ao construir uma categoria profissional extremamente diferenciada e hierarquizada.

Em que pese a ação paulatina do Estado no sentido de tentar sistematizar e regulamentar tanto a formação quanto a habilitação e admissão, esta realidade marcada pela pluralidade ou diversidade, se expressou na organização da categoria profissional, ou melhor, dizendo, na conformação profissional dos educadores.

A experiência das aulas régias, depois públicas, combinadas com a educação no espaço doméstico, implantação de escolas e de casas de escolas, combinava-se com a coexistência de duas modalidades diferenciadas de formação, uma focada no exercício da prática, com a constituição do mestre-escola, e outra da formação sistemática pelas Escolas Normais do professor. A diferenciação desde os que trabalhavam na educação elementar até aqueles que ministravam aulas nos ensinos superiores, demonstra que a partir deste quadro múltiplo foi se erguendo uma estrutura hierarquizada e internamente diferenciadora que, ainda que tenha ganhado outras conformações se preservou na nossa tradição escolar.

Torna-se interessante como a visão do magistério como uma missão social, que tinha como objetivos garantir a difusão de ideais de moralidade, civilidade e de pertencimento à pátria, evidencia, por um lado, o peso que a igreja e as ordens religiosas tiveram na sociedade europeia ocidental e na nossa formação colonial no tocante ao ensino e ao mesmo tempo reforça ideologicamente a atuação destas instituições religiosas em todo processo e embates relacionados à construção de um sistema educacional no Brasil.

Foi nesse período entre o início de crise do regime monárquico, que Miranda em sua tese cita a existência de organizações de caráter mutualista, sendo que o indício mais antigo que se conhece a esse respeito foi o Grêmio dos Professores Primários em 1879, na cidade do Recife, Pernambuco. Esta menção também tem o objetivo de combater a noção de que os docentes tiveram uma organização associativista tardia em comparação a outras categorias de trabalhadores.

Também Miranda nos informa, a partir da pesquisa de Daniel Cavalcanti Lemos e Angélica Borges sobre a proliferação de jornais organizados por professores públicos na Corte, na mesma década de 1870: *A Instrução Pública, A Verdadeira Instrução Publica, A Escola, O Ensino Primário, A Gazeta da Instrução Publica, A Revolução Social* (MIRANDA, 2011, p. 24). Ao mesmo tempo, também somos conscientizados do grau de retardo na constituição de uma rede de escolas para atender a população do nosso país. Um ano antes da proclamação da república, para uma população estimada de 14 milhões, existiam apenas 250.000 alunos (Ibidem, p. 25)

Quando da passagem do regime monárquico para o republicano, chamou a atenção uma característica. A noção de um “marco zero”, de uma reconstrução do passado, no qual as ações apresentadas num dado momento ganham as características de serem os marcos iniciais da construção de uma cultura e uma estrutura educacional no Brasil.

Uma espécie de prática governamental que parece ser recorrente ao longo do tempo pelos diversos períodos históricos por que passou e passa nossa sociedade. Em um dado momento, um governante, expressando um pensamento político de determinados setores/frações da classe dominante, também muitas vezes em resposta a uma demanda dos setores subalternos, implanta ou tenta implantar uma nova concepção de educação apresentando-a como a “resolução final” que garantirá não só a superação de todos os entraves ao acesso educacional de toda a população como a perspectiva de ascensão cultural e material da nação.

Foi o caso das reformas ocorridas no Brasil, quando do período da Primeira República, segundo o texto *“Educação Escolar na primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa”*, de Alessandra Frota Martinez de Schueler e Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi.

O texto em questão procura discutir a representação elaborada da Primeira República como um momento histórico da implantação de uma escolarização elementar e das políticas de institucionalização, disseminação e democratização da educação escolar.

Na representação da educação imperial estaria as marcas do atraso, da precariedade, da sujeira, escassez, de ideias e práticas pedagógicas superadas, das casas de escola comparadas a pocilgas, estalagens, “escolas de improviso”.

A própria discussão apresentada pelo livro anterior já mencionado demonstra que a historiografia da educação vem apresentando a necessidade de se rever determinados marcos que foram sendo criados ao longo do período republicano. Neste sentido, já na

década de 1960, a tese “*Educação e Sociedade na primeira República*” de Jorge Nagle destacava que o período final do Império, a partir da década de 1870, marcou-se por um intenso processo de discussão e reformulação dos temas educacionais, no bojo de outras discussões, num processo por ele denominado de “fervor ideológico”. Desse período de certa efervescência de debates de caráter pedagógico e educacional, se materializou, na Corte, a criação de uma rede de “escolas do Imperador”.

Um debate que vem sendo bastante problematizado refere-se ao processo de implantação da forma escolar moderna, seriada e graduada como *lugar* institucionalizado e legítimo de educação na sociedade brasileira.

Neste caso se destaca a reforma educacional paulista de 1893, realizada por Caetano de Campos, que criou a escola modelo na cidade de São Paulo, que foi tomada como parâmetro para as escolas públicas republicanas – o grupo escolar seriado e graduado. Neste aspecto, o texto destaca a particularidade da implantação deste tipo de escola no Rio de Janeiro, visto que este modelo de escola em muito lembrava algumas escolas criadas no Município Neutro ao final do Império (as “Escolas do Imperador” já mencionadas).

Outro aspecto destacado é o de que também a implantação do grupo escolar não se assentou como o modelo definitivo ou uniforme de toda a rede, mas uma espécie de escola “exemplar” a qual uma parcela da população tinha acesso enquanto nas regiões mais distantes e/ou periféricas continuaram a várias permanências do período anterior como escolas precárias e multisseriadas, a educação familiar e doméstica, até em função dos gastos elevados que o modelo paulista apresentava.

Se no período imperial a educação era caracterizada como um mecanismo de construção da nação e de civilização de uma sociedade multifacetada, uma busca por uma homogeneização cultural e social, na primeira fase republicana o analfabetismo foi encarado como o inimigo maior a ser vencido pela sociedade brasileira, caminho mais importante para a superação dos males do país e para a obtenção do almejado progresso. Este objetivo foi enfatizado a luz dos vários discursos nacionalistas ainda mais estimulados pelo impacto da primeira Guerra mundial. Porém, este tão almejado progresso só poderá ser vislumbrado, se estamos certos, com a transformação radical das bases estruturais de nossa sociedade.

Ainda no início do século passado, no agora Distrito Federal, em 1907, Miranda destaca que ocorreu a criação da Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de

Janeiro que aglutinava os professores do ensino superior, secundário, primário oficial e particular. (MIRANDA, 2011, p. 25).

Na década de 1920, a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), manteve a discussão acesa sobre a necessidade da erradicação do analfabetismo. Esta instituição acabou por assumir o lugar privilegiado dos debates sobre os caminhos da educação nacional e é em torno dela que se construiu mais um “marco zero” do processo de modernização da educação.

O debate travado pelos educadores identificados como “escolanovistas”, “renovadores” ou “liberais” e os “educadores católicos” centrou-se em alguns temas principais, os quais seriam os relativos a manutenção ou não do ensino religioso, a questão da coeducação, dos métodos a serem utilizados no processo de ensino-aprendizagem, com a ênfase dada ao aluno e quais seriam os papéis que caberiam ao Estado e a família e a Igreja junto a sociedade.

Tal antagonismo tão nítido e o destaque aos escolanovistas como responsáveis pela renovação educacional, em grande parte, é um produto dos próprios sujeitos, com realce para Fernando de Azevedo e sua obra “*A Cultura Brasileira*”.

Os debates realizados à época desembocaram em transformações entre as quais podemos ressaltar a cientificização progressiva das práticas pedagógicas, que fortalece, por sua vez, toda a preocupação no que toca a formação do profissional da educação, a valorização do processo de ensino-aprendizagem com centro no aluno. De qualquer forma, esta nova escola, esteve longe de ser uma total superação da tradição escolar que já vinha se construindo no nosso país, apesar dos avanços ou transformações que pode implantar.

Aliás, é quando mais adentramos no século passado e no período republicano que verificamos a multifacetada imagem da educação em nosso país, uma rede pública que se firmou como estatal, sem eliminar a permanência e ampliação de uma rede privada, mas que também, por força de várias motivações econômicas e sociais, trocou a ampliação qualitativa por uma queda na qualidade.

A passagem para a República, longe de significar um avanço nas responsabilidades do Estado em relação à oferta de educação, significou um maior descompromisso, pois não constava do texto constitucional nenhuma referência à matéria, num momento que a alfabetização passava a ser um pressuposto ao uso de direitos políticos. Tal omissão não deixaria de ter sua influência sobre a própria conformação da categoria dos trabalhadores da educação. Sem dúvida que um dos elementos que

dificultaram o processo de organização deste setor de trabalhadores, entre outros, já que foi fruto de múltiplas determinações, era a parca extensão e articulação de uma rede de educação tanto pública quanto privada.

Para se ter um exemplo, Miranda cita uma informação oriunda da tese de Erlando Reses (2008) que aponta, a partir do censo de 1906, que de cada 100 brasileiros, 48 eram analfabetos e mais ainda que no Distrito Federal, maior aglomeração urbana do país, ainda neste momento o maior polo industrial, centro político e cultural do país, para uma população de 811.413 habitantes, existiam 438 escolas municipais e 1373 docentes, o que resultava numa fração de 03 professores para cada escola. (MIRANDA, 2011, p. 26)

O livro *“História Social da Educação no Brasil (1926-1996)”*, dos autores Marcos Cezar de Freitas e Maurilane de Souza Biccas, começa sua exposição exatamente neste divisor de águas que parece ter sido a década de 1920, destacando o papel que os “inquéritos” do período organizados a partir dos reformadores de então, constituídos de literatos, políticos, médicos e outros setores da elite intelectual, tiveram para reforçar vários discursos de intervenção estatal. O jargão comum era como recuperar uma população marcada pelas doenças e pelo analfabetismo e dominada por uma estrutura de poder dominada pelas oligarquias regionais.

Destacam então duas obras coletivas produzidas em 1924 e 1926: o primeiro coordenado por Vicente Licínio Cardoso em 1924, que apresentava um balanço das ações republicanas realizadas até aquele momento e que recebeu o título de *“Às margens da História da República”* e um outro inquérito financiado pelo jornal O Estado de São Paulo de 1926. Este foi coordenado por Fernando de Azevedo e fez um chamado ao Estado para que assumisse as reformas educacionais como questão pública e à iniciativa privada para cumprir seu “dever público”.

Este tipo de investigação já apontava uma visão que colocava no Estado um papel fundamental no controle das movimentações sociais, que a partir de uma visão elitista fortemente expressiva nas classes dominantes e nas camadas médias, “orientaria” através da educação o lugar de cada segmento: o ensino secundário sendo apontado para a formação de uma classe média robusta, berço das elites pensantes e um ensino profissional dirigido às camadas subalternas.

Como o próprio texto diz “anunciava-se o Estado forte”. Este Estado que procurou normatizar as alternativas de ações educacionais e, ao fazer isso, neutralizou ou aniquilou outras formas alternativas (anarquistas, socialistas, de base étnica, das escolas estrangeiras).

Em 1927, ao se fazer um século da obrigação pública de criação de escolas elementares em todas as localidades, também foi promulgado o Código de Menores. O menor que foi posto no centro das atenções representava o segmento da infância pobre, desvalida e a educação voltada para o trabalho foi vista pelos sujeitos envolvidos com este segmento como a forma de “salvação”, uma forma de controle e autodefesa, não sem reação de setores patronais, contudo.

Destaca-se, a seguir, a importância das conferências organizadas pela ABE, que favorecem a transformação do tema “educação é um direito” para “a educação é um dever”, com a conotação de ser um instrumento para manter o equilíbrio social e combinando-se, desde 1928, com a discussão em torno da “formação de elites condutoras”.

O texto demarca então a década de 1920 como de um intenso debate em torno das discussões educacionais e que já apresentava os conflitos que ficaram esquematizados na década de 1930 na pretensa polarização entre os “escolanovistas” e os “educadores católicos”, como no bojo das diversas ações estaduais foram se implantando novos métodos e enfoques, com destaque para a psicologia da educação, o novo mobiliário escolar e para os “métodos ativos” e aí chama o destaque para a reforma implementada por Fernando de Azevedo no Distrito Federal em 1927, com seu foco na tentativa de construir um modelo de escola única voltada para o trabalho.

Com a entrada da década de 1930, o Estado viu-se cada vez mais diante de diversas demandas decorrentes das próprias transformações pelas quais a sociedade passava, com seu contínuo processo de crescimento demográfico - com destaque para a população das faixas etárias mais jovens e, em sua maioria, concentrada nas suas camadas mais subalternas-, um desenvolvimento urbano e das atividades ligadas a este ambiente, em especial a área industrial, ao que se combinavam os traços sociais e ideológicos oriundos de nosso passado como uma sociedade rural, escravocrata, baseada no mandonismo local, na arbitrariedade e autoritarismo. Como já preconizavam vários pensadores, estudiosos e políticos, havia todo um povo a ser “conduzido a bom termo”, ou seja, dentro da ordem pensada por aquelas elites.

No contexto histórico do período entre guerras, marcado pelo colapso capitalista da Depressão de 1929 por um lado e a ascensão dos discursos autoritários de vários matizes por outro, foi com a subida de Getúlio Vargas ao poder, capitaneando o processo de recomposição política do Estado brasileiro, que as ações educativas ganharam um matiz inequivocamente estatal com um caráter normativo, centralizado e construindo uma

identificação cada vez maior da escola pública como escola estatal. O lugar escolhido para estas ações a partir daí foi o Ministério da Educação e Saúde.

Por uma determinada linha de análise, a chamada “Revolução de 30” marcou a consolidação da transição do Brasil para o capitalismo com a generalização das relações capitalistas em nossa sociedade. Semelhante processo se deu por um caminho denominado como “modernização conservadora” ou “via prussiana”, o que deixa claro que este processo se realiza sobre a égide de um Estado intervencionista e através de um equilíbrio e compromisso de frações de classes diversas, nas quais os setores representantes do “atraso” ou das formas mais “arcaicas”, no caso, as frações regionais da classe latifundiária se aliam aos setores mais “modernos” ou “avançados”, no caso os setores ligados à burguesia industrial, buscando cooptar outros segmentos sociais, como os setores médios e o próprio operariado.

No caso brasileiro, tal processo foi atravessado por elementos próprios de nossa formação social, como o papel destacado das igrejas, em especial a Igreja católica e sua estrutura clerical; a ação política das Forças Armadas e sua autoimagem como fiéis depositários do destino nacional; o conservantismo e elitismo das camadas médias e superiores em relação as camadas mais subalternas, herdeiras em grande medida do grande contingente não europeu incorporado compulsoriamente em nosso período colonial, entre outros aspectos.

Os autores procuram demonstrar que neste período que abrange toda a década de 1930, marcada por uma crise institucional que só veio a se resolver com o Golpe do Estado Novo e sua vertente claramente autoritária de inspiração fascista, ocorreu um processo de elaboração das novas políticas educacionais, para o qual influíram diversos segmentos sociais e sujeitos políticos.

No bojo desta década, em que existe este clamor generalizado por mudanças e ação estatal, os autores destacam processos ocorridos nas duas principais capitais do país, Rio e São Paulo, para demonstrar um pouco das diversidades existentes neste processo.

No Rio de Janeiro, destacam a figura de Anísio Teixeira, que esteve à frente de uma série de inovações e reformas (reforma do Instituto de Educação; criação da Universidade do Distrito Federal; criação do Instituto de Pesquisas Educacionais), que expressavam a busca pela implementação de uma mentalidade e de métodos mais científicos na formação dos professores e na interação do processo escolar com a realidade social, caracterizando um pensamento reformador de caráter liberal-democrático e sensível as desigualdades sociais.

Enquanto em São Paulo um número também bastante abrangente de ações (criação do Código de Educação; criação do Instituto de Educação; criação da Universidade de São Paulo; implantação do Serviço de Classificação e Promoção de Alunos; criação da Escola Livre de Sociologia e Política) foram realizadas por um conjunto de intelectuais e homens de governo, oriundos e representantes de um conjunto de interesses que ligavam setores das camadas médias mais elevadas com a burguesia paulista.

Estes sujeitos históricos partem de um discurso aparentemente crítico e oposicionista às elites dirigentes, mas muito mais no sentido de “reformá-las” tornando-as mais aptas e esclarecidas para conduzir o processo nacional. São homens como Antônio Sampaio Dória, Mesquita filho, Lourenço Filho, Fernando Azevedo e outros.

Ficaram marcados neste processo de tensões, conflitos e negociações um primeiro “acerto” nacional em torno das definições contidas na Constituição de 1934, tais como, o entendimento da educação como um direito de todos sendo a escola pública uma obrigação do Estado, a permanência da opção da escola particular para as famílias, a permanência do ensino religioso como matéria facultativa nas escolas públicas, a destinação de parte das verbas orçamentárias das instâncias federais e estaduais para a educação e competência da União para estabelecer as diretrizes da educação nacional.

Durante este longo período que vai de 1930 a 1945, para além das diferenciações que o campo político tomou (períodos do governo revolucionário, governo constitucional e ditadura do Estado Novo), dos jogos de interesses levados pelos diversos grupos em ação e dos movimentos dos ministros em relação aos mesmos, podemos perceber que os ministros Francisco Campos e Gustavo Capanema atuaram no sentido reformular toda a estrutura educacional do país.

Francisco Campos atuou principalmente sobre o ensino secundário e superior. Estão entre suas realizações a criação do Conselho Nacional da Educação; do Estatuto das Universidades Brasileiras; a instituição do registro dos professores; as reorganizações do ensino secundário e comercial.

Com Gustavo Capanema tivemos uma reformulação global de todo o sistema educacional, inclusive para além das questões intrinsecamente escolares (como cinema educativo, criação de bibliotecas, etc.), com destaque para as leis orgânicas de Ensino (1942 a 1946); a criação da Universidade do Brasil, com a incorporação dos cursos da extinta Universidade do Distrito Federal na forma da Faculdade Nacional de Filosofia; a

criação do SENAI, depois acrescido do SENAC e do SESI, formando o chamado Sistema S.

Podemos definir que as ações destes homens foram no sentido de organizar toda uma rede educacional que “dava a cada um o seu devido lugar”, ou seja, organizava o processo educativo em marcos tais que orientava a cada segmento social, ou conjunto de classes e frações de classes um determinado destino educacional e vocacional e uma decorrente posição na sociedade. Em contrapartida, em que pese a ampliação da oferta de vagas para o ensino primário, em função de sua distribuição irregular e das dificuldades de permanência das crianças oriundas dos estratos populares na escola, continuava presente a seletividade e a evasão escolar.

Em 1933, no bojo de todo este processo de reformulação do bloco de classes e frações de classe - no qual a burguesia industrial se tornará a maior beneficiária das ações estatais -, surge no Distrito Federal o Instituto dos Professores Públicos e Particulares (IPPP) (ANDRADE apud: MIRANDA, 2011, p. 29) e além disso Andrade nos informa que : “Além disso, existiam a Liga dos Professores, a Associação dos Professores Primários do Distrito Federal e a Ordem dos Professores que, em 1937, fundiram-se, originando a União dos Educadores do Distrito Federal” (ibidem, p. 43)

Um ponto chave para a ampliação da organização associativa dos servidores públicos de uma maneira geral foi a promulgação da Constituição de 1946, quando se reconduzia o país para um novo quadro institucional, estabelecendo as bases de um regime democrático liberal, na conjuntura do pós-guerra e da derrota dos Estados e das ideologias de base fascista. Porém, a reestruturação político-jurídica do novo regime incorporou algumas concepções ou elementos do período anterior.

Um exemplo de tal contradição foi o referente ao direito de greve, que passa a ser considerado um direito legal a ser regulamentado (artigo 158 do Título V sobre a ordem econômica e social). Contudo, em que pese a introdução no texto constitucional desta reivindicação histórica da classe, na verdade, o Estado atuou baseado no Decreto-lei nº 9.070, de 15 de março daquele mesmo ano. Este decreto admitia a greve nas atividades acessórias, mantendo a vedação para as atividades fundamentais. A lei ordinária regulamentando o direito de greve só veio a entrar em vigor em 1º de junho de 1964 (Lei nº. 4.330), já no bojo da implantação do regime civil-militar.

Com relação ao servidor público, a nova carta constitucional, garantia uma série de direitos, tais como, a estabilidade (a partir de um determinado tempo de exercício), a

possibilidade do ingresso através de concurso, a aposentadoria integral após trinta anos de exercício, a revisão das aposentadorias quando houvesse revisão dos vencimentos dos servidores ativos. No caso específico dos professores, se garantia a possibilidade de acumulação em dois cargos de magistério ou de um do magistério com outro de caráter técnico (artigos 185, 186, 188, 191 e 193 do Título VIII sobre os funcionários públicos), direito inexistente na Carta de 1937. Mais tarde, pela Emenda Constitucional nº 20, de 25 de maio de 1966, também foi estendido este direito para os médicos.

No tocante a educação a nova Carta avançou no sentido de estabelecer de forma clara várias obrigações na esfera pública e privada, tanto nas atribuições quanto em percentuais do orçamento para investimento:

- O Artigo 166 definiu que:
A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola.
- O Artigo 167 completou:
O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular.
- O Artigo 168 estabeleceu os seguintes princípios “sistêmicos”:
- I. O ensino primário é obrigatório [...];
 - II. O ensino primário oficial é gratuito a todos e o ensino oficial ulterior sê-lo-á par quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;
 - III. As empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter o ensino primário gratuito para os seus servidores e seus filhos
- Recursos destináveis ao financiamento da educação pública:
- União: nunca menos que 10% de sua arrecadação;
 - Distrito Federal: nunca menos que 20% de sua arrecadação;
 - Estados: nunca menos que 20% de sua arrecadação. (FREITAS e BICCAS, 2009, P. 162-163)

Todavia, ficava impedido aos servidores públicos o direito a sindicalização e ao direito de greve, por se considerar que o servidor público servia ao público em geral e não se caracterizar o Estado enquanto empregador e, portanto, sem o estabelecimento de conflitos de interesses, como nas relações trabalhistas de âmbito privado. Na verdade, mantinha-se uma proibição que vinha desde a primeira lei de sindicalização de 1931.

Também é verdade que a lei de greve elaborada neste período de retorno aos marcos de uma democracia formal colocava tantas restrições ao seu efetivo uso a partir do conceito de “atividades essenciais” que se chegou a dizer que, se o decreto fosse obedecido, ela só permitiria “greves nas perfumarias”. De fato, durante todo o período democrático até o golpe civil-militar de 1964 nenhuma lei foi aprovada, se bem que, ao final desse período pré-golpe o direito de greve tenha sido exercido livremente. (FAUSTO, 2002, P. 221-260)

O fato de tais impedimentos serem colocados na ordem legal não impediu que os servidores públicos não buscassem formas de articulação para pressão sobre os governos e mesmo para obter a extensão do direito de greve.

O crescimento econômico do País, a influência do Partido Comunista Brasileiro, o crescimento das lutas sindicais de outras categorias foram fatores que estimularam o movimento de criação de associações de servidores públicos.

No próprio âmbito do antigo estado do Rio de Janeiro veio a se constituir no bojo do processo de redemocratização a partir da queda do Estado Novo, em 1945, na capital do estado, a cidade de Niterói, a União dos Professores Estaduais (UPE), que após a aprovação de seu Estatuto alterou sua denominação para União dos Professores Primários Estaduais (UPPE).

Esta entidade teve posteriormente um papel ativo na organização de entidade similar no antigo Distrito Federal, a União dos Professores Primários do Distrito Federal (UPPDF) em 1948. Inclusive esta última entidade, na década de 1970, veio a se unificar a outras (entre elas a SEP, Sociedade Estadual dos Professores, recém-fundada), constituindo o Centro Estadual dos Professores (CEP). A UPPE, contudo, caracterizou-se pelo alinhamento aos governos estaduais e a uma plataforma assistencialista.

Um momento importante da ação destas organizações associativas se deu na década de 1950, em particular, no ano de 1952, quando os servidores públicos federais se mobilizaram na capital da República com vistas a implantação de um primeiro plano de classificação de cargos e funções no serviço público brasileiro. Foi neste processo que:

Funda-se, em 22 de setembro de 1952, a União Nacional dos Servidores Públicos Cíveis do Brasil-UNSP que congregava diversas associações e que, junto à União dos Previdenciários do Brasil-UPB, desenvolveu grandes esforços e mobilizações na luta pelo Plano de Cargos e Carreiras que só viria a ser implantado muito tempo depois, porém, a luta deu resultados. No dia 28 de outubro de 1952, o presidente Getúlio Vargas, como fruto da pressão organizada dos servidores públicos, com destaque especial para a UNSP, sancionou a Lei 1.711/52, criando o primeiro Estatuto dos Servidores Públicos Federais do Brasil. Data que ficou marcada como o Dia Nacional do Servidor Público. (SOARES, 2007, p. 2-3)

A UNSP passou a um processo de ampliação constituindo diretorias regionais em Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e agregando outras entidades. Por sua vez a UPB também buscava fortalecer sua intervenção e, em 1958, foi realizado o I Primeiro Congresso de fundação da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB). O seu presidente eleito, Lício Hauer, também presidente da UNSP, segundo Soares, tinha

como objetivo construir uma entidade que pudesse abrigar dentro de seus limites todas as diversas linhas de pensamento e ação políticas ligadas aos servidores públicos buscando o fortalecimento da luta reivindicativa.

A CSPB teve como um de seus eixos reivindicatórios o direito a sindicalização dos servidores públicos resultando tal ação na elaboração do projeto de lei 835/63, de autoria do deputado federal Marco Antônio Coelho, na época dirigente da UNSP, que acabou sendo arquivado em 9 de março de 1967.

Em paralelo a este processo nacional de organização e mobilização dos servidores públicos tivemos, fruto do intenso debate no período populista (1945-1964) sobre a questão educacional, com a realização de vários congressos nacionais desde 1953, a criação, na década de 1960, na cidade do Recife, da Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), que, rapidamente, após o Golpe de 1964 ganhou um perfil cooperativo ao novo regime. (MIRANDA, 2011, p. 38)

Outro debate que vai polarizar as opiniões dos diversos estratos e frações da sociedade, envolvendo intelectuais, políticos, jornalistas, publicações diversas, instituições foi o que precedeu a votação da primeira lei nacional de educação do Brasil (conforme defendido por Anísio Teixeira), a LDB n. 4024/1961. Sua tramitação durou desde a apresentação do anteprojeto em 1948 até sua promulgação em 20 de dezembro de 1961, mais de uma década.

A discussão pela elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases para nosso país envolveu uma verdadeira saga que incluiu o arquivamento do anteprojeto em 1948, seu quase desaparecimento no Senado, seu desarquivamento (já com o seu teor parcialmente alterado) e restauração em 1955 e uma importante luta de propaganda e contrapropaganda e de articulações a nível da sociedade civil e no próprio parlamento (com a apresentação pelo então deputado federal Carlos Lacerda por três vezes de seu substitutivo ao anteprojeto nos anos de 1955, 1958 e 1959) até o seu desfecho final.

O primeiro obstáculo para que sua tramitação ocorresse de forma mais ágil veio do então líder do governo na Câmara, que era do PSD e o antigo ministro do período do Estado Novo, Gustavo Capanema, que entendeu no corpo da apresentação do projeto escrito pelo então ministro Marianni, membro do partido que reunia a oposição conservadora ao antigo Regime, a UDN, um ataque a uma diretriz fundamental do projeto educacional do regime recém-extinto, naquilo que ele considerava “que era aquele terreno em que, segundo os reformadores, a ditadura se tinha expressado de maneira mais viva, mais eloquente e mais durável”. (SAVIANNI, 2003, P. 283).

O resultado do parecer preliminar de Gustavo Capanema (na comissão Mista de Leis Complementares do Congresso nacional em 14 de julho de 1949) foi o seu arquivamento. Mais adiante o projeto foi usado por um outro proeminente deputado conservador, Carlos Lacerda, que o utilizou para apresentar um anteprojeto que buscava atacar o caráter público e laico da educação e privilegiar o investimento das verbas públicas no setor privatista.

Este substitutivo, apresentado em 26 de novembro de 1958, e que ficou conhecido como Substitutivo Lacerda, foi calcado nas resoluções do Terceiro Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, realizado entre os dias 17 e 25 de janeiro de 1948, em São Paulo. Este Substitutivo Lacerda provocou a mobilização de setores defensores da escola pública, pelo risco que viam de um retrocesso se o mesmo fosse aprovado e, conseqüentemente dos setores privatistas pelo outro lado. (SAVIANNI, 2003, p. 288)

Polarização de correntes de opinião, políticas e sociais que em muito expressavam a conjuntura de Guerra Fria existente no mundo naquele momento, como se expressou a suposta dicotomia entre “monopólio estatal” e “a defesa da liberdade de ensino”, como se fosse um reflexo da luta entre os blocos mundiais existentes.

Pelo lado privatista se mobilizaram a Igreja Católica e os donos dos estabelecimentos privados educacionais. Pelo lado da escola pública se alinharam um conjunto de intelectuais que Savianni identifica em três correntes básicas de pensamento:

Uma primeira corrente poderia ser denominada liberal-idealista. Tal tendência era apresentada pelo jornal O Estado de São Paulo, sob a direção de Júlio de Mesquita Filho, e por professores da área de filosofia e história da educação da USP, como Roque Spencer Maciel de Barros, Laerte Ramos de Carvalho e João Eduardo Rodrigues Villalobos. Para esta corrente o homem é entendido como um ser racional e livre. A liberdade é concebida com ausência de constrangimento, tendo por fim a autonomia ética. [...] Para ele [professor Roque Spencer Maciel de Barros] a ordem liberal é, por excelência, uma ordem moral. Nela os indivíduos têm valor pelo fato mesmo de serem indivíduos.

À segunda corrente, a liberal-pragmática, filiam-se os educadores do movimento renovador que já analisei ao tratar dos Pioneiros da Educação Nova. Entre eles destacaram-se, no conflito entre escola pública e escola particular, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Almeida Júnior e Lourenço Filho. Esta corrente abstém-se de considerar o homem como um valor absoluto. Situa-se no terreno das necessidades práticas, seguindo o princípio enunciado por William James:[...] “o único teste de verdade provável é o que trabalha melhor no sentido de conduzir-nos, o que se adapta melhor a cada parte da vida e combina com a coletividade dos reclamos da experiência” (JAMES, 1979, p.30). [...] foi também esta corrente que catalisou os movimentos em defesa da escola pública sintetizando seus aspectos principais no manifesto “mais uma vez convocados” redigido por Fernando de Azevedo em 1959 [...] divulgado 27 anos antes.

A terceira corrente, de tendência socialista, teve como seu principal líder o professor Florestan Fernandes. [...] a tendência socialista procura compreender a educação a partir de seus determinantes sociais, considerando-a um fator de transformação social provocada (FLORESTAN, 1960, p. 172-173)

Florestan Fernandes constituiu-se na liderança mais expressiva e combativa do movimento em defesa da escola pública naquele período. (SAVIANNI, 2003, p. 289-290)

Mas também imbrincado a esta determinação maior, velhas polêmicas já presentes em nossa sociedade como as tensões entre centralizar ou descentralizar a ação estatal, a permanente e poderosa influência da Igreja católica sobre a sociedade e seus interesses conjugados ao setor privado da educação de manter abertas as portas para a subvenção oficial às suas instituições.

Savianni destaca que neste momento histórico, diferentemente do período anterior da década de 1930, a polêmica não mais se centrava na questão metodológica e das concepções do ensino e da relação professor-aluno, mais exatamente na questão do financiamento. Segundo ele, isso demonstrava que as concepções escolanovistas tinham sido vencedoras no embate de ideias durante o período dessas três décadas que separavam os dois conflitos. A própria Igreja Católica havia procurado se modernizar e abranger em seus colégios novas percepções e propostas pedagógicas.

Promulgada em 20 de dezembro de 1961, a Lei nº 4.024, nossa primeira LDB, entrou em vigor em 1962. O resultado foi de certa forma um “empate”. Para Anísio Teixeira uma meia vitória, que também, pode ser lida por outros como uma meia derrota. Como destaques desta primeira Lei de Diretrizes para a Educação ressaltam-se a descentralização do poder federal com relação à execução, dando autonomia aos estados e municípios (a meia vitória de Anísio); a equiparação dos cursos de nível médio e a flexibilidade de intercâmbio entre eles e o reconhecimento da demanda pela educação das crianças de zero a seis anos de idade. Desta LDB derivou o Primeiro Plano Nacional de Educação que vigoraria de 1963 a 1970. Contudo a gratuidade do ensino ficava omissa na nova lei e o Estado subvencionaria as escolas particulares.

Como já havíamos descrito mais acima, para o conjunto da classe trabalhadora, a Lei de Greve entra em vigor já na conjuntura do regime militar. Para o conjunto dos servidores públicos de todas as instâncias ela era totalmente inócua, visto que se mantinha, na nova configuração institucional que se ia implementado no país (ainda mais quando o recurso da greve ganha claras conotações de ato de lesa-pátria), o princípio que tal direito, ainda que formal, não se estendia a essa fração de trabalhadores. Na verdade,

como já dito antes, tal dispositivo legal criava tantos empecilhos e limitações que era considerada muitos mais uma lei de restrição que de garantia do direito paredista aos trabalhadores.

A necessidade dos novos governantes de buscarem uma base legal para a existência e perpetuação do novo regime levou a outorga da Constituição de 1967, que em seu artigo 158, XXI, combinado com o art. 157, § 7º, assegurou a greve aos trabalhadores do setor privado (direito formal e não real, visto as ações repressivas do novo regime às tentativas de realização de greves, em particular no ano de 1968), proibindo-a, contudo, em relação aos serviços públicos e às atividades essenciais. A Emenda Constitucional nº. 01, de 17.10.69, manteve a mesma orientação (artigos 165, XX, e 162).

Aprofundou-se no transcorrer do regime militar o crescimento de uma demanda crescente nos centros urbanos por serviços relacionados à educação, saúde, segurança, transporte etc. A este crescimento da demanda social se combinou um crescimento quantitativo dos trabalhadores relacionados a tais serviços, também vinculado a uma política de contenção salarial e de redução nos investimentos estatais. Tal processo, no tocante à área pública, aproximou os servidores públicos às situações mais próximas das vividas pelos trabalhadores assalariados da iniciativa privada.

A articulação de tais transformações combinadas com as pressões ideológicas inerentes ao regime implantado e a imposição de práticas pedagógicas, leva também a que paulatinamente o magistério público se torne uma opção de emprego de segundo plano. Ou seja, o quadro que se apresentava na década de setenta do século passado evidencia uma aguda queda em todos os sentidos de um antigo padrão existente em décadas passadas.

Apenas para destacar alguns dos efeitos mais nefastos da política do regime sobre a educação pública, podemos destacar a retirada da vinculação constitucional de recursos para a educação (Constituição de 1967)⁶⁴, o que veio representar sérios danos para a

⁶⁴ A vinculação institucional foi restabelecida pela EC nº 24, aprovada em novembro de 1984 e teve com autor o senador João Calmon. Ela inseriu no artigo 176 da CF de 1967 o parágrafo 4º, que estipulava para a União a aplicação de, no mínimo, 13% e para os estados, DF e municípios nunca menos de 25% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. Esta Emenda só foi regulamentada em 24/07/1985 pela Lei nº 7348, que no seu artigo 4º, alínea b, previa que a aplicação deveria incluir as receitas de impostos transferidas pela União, além das arrecadadas e no artigo 5º especificava que as receitas originárias do fundo de investimento Social (FINSOCIAL) e do salário-educação não seriam computadas para efeito do cumprimento do preceito (SANTOS, 1994, p. 73-74)

qualidade do ensino ministrado para uma clientela cada vez mais numerosa e sérios danos para a sobrevivência e valorização dos educadores.

Vale destacar que no período que foi de 1964 até 1968, o novo regime buscou o apoio financeiro e logístico junto ao governo norte-americano, que ficou centrado nos acordos MEC-USAID⁶⁵, que perscrutaram todos os aspectos da educação nacional, desde o ensino primário até o superior, da formação dos professores a elaboração de materiais didáticos. Um outro passo importante para a consecução de um novo modelo educacional veio com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

Em 1971, a lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus (lei 5692/71) acabou com o exame de admissão ao ginásio, fundiu os diversos ramos do ginásio num só e o ligou, sem solução de continuidade, ao primário.

Assim, a escolaridade obrigatória dos jovens de sete a 14 anos deixava de ficar restrita ao ensino primário. Dobrava o tempo de escolaridade obrigatória: de quatro para oito anos. O Brasil deixava assim de ter uma das mais baixas exigências de escolaridade obrigatória, para ter uma das mais altas do mundo. Acabavam os cursos clássico e científico. Acabava, também, a especificidade das famosas escolas técnicas industriais e das escolas normais, pois seus cursos seriam, como o de todas as demais escolas de 2º grau, profissionalizantes, isto é, conferiam aos estudantes uma habilitação profissional como técnico ou auxiliar técnico. (CUNHA e GÓES, 1991, p. 56 e 66)

Outro aspecto foi o espaço aberto para o ensino particular em todas as modalidades e o aumento para as subvenções oficiais ao mesmo, o que levou a diversos exageros e abusos como os mencionados por Moacyr de Góes no tocante ao salário-educação e as bolsas de estudo. (CUNHA e GOES, 1991, p. 44)

Segundo a pesquisa feita pelo professor Jaílson Santos, um dos meus entrevistados, e autor da dissertação *Os Governos do Estado do Rio de Janeiro e o Financiamento do Ensino Fundamental: as mudanças sem diferenças (1980-1989)* (1994), nos apresenta a informação que e, 1971, a população brasileira entre 10 e 14 anos de idade era de aproximadamente 11,4 milhões, enquanto o número de alunos matriculados nesta faixa era de 8.098.634 alunos pelo Anuário Estatístico do Instituto

⁶⁵ Uma característica marcante do período foi a expansão da rede de ensino e da escolaridade básica, que contaram com os acordos de cooperação assinados entre o Ministério da Educação e cultura e a Agency for International Development (USAID) dos Estados Unidos.

No período de 1964 a 1968 foram assinados 12 acordos com o objetivo de produzir diagnósticos na perspectiva de resolver os problemas educacionais brasileiros. [...] A abertura consentida a tais repertórios de soluções acarretou não somente um processo de “mediocrização” como também subordinou a educação brasileira a estratégias completamente alheias aos problemas estruturais da sociedade brasileira, passando, nossa educação, a fazer parte de um cenário de crise permanente. (FREITAS e BICCAS, 2009, p. 267-268)

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1974. No período do Milagre Econômico 29% da população de 10 a 14 anos estava fora da escola. (SANTOS, 1994, p. 43)

Outro dado apresentado pela pesquisa de Santos (1994) que demonstra que entre 1972 e 1973, ocorreu uma relação de razão inversa entre a taxa de crescimento dos alunos matriculados (aumento de 1,57%, 250.535 ao todo) e a taxa da despesa realizada (queda de 1,94%). (ibidem, p. 44-45)

Um outro legado fatídico deste período foi o da dívida externa que cresceu violentamente neste período – um período em que nenhuma manifestação de questionamento às ações dos governos e do regime implantado teriam espaço ou seriam levados em consideração. Santos, (1994), acima citado, traça uma rápida síntese do que isso representou e representa até hoje, enquanto mecanismo de classe para, por um lado, limitar fortemente todos os possíveis avanços concretos na consecução das políticas sociais e, por outro lado, como um dos instrumentos institucionais de drenagem da riqueza produzida em nosso país para a burguesia interna e externa:

A dívida externa, [...] pode ser considerada como uma das principais causas da pobreza social de nosso povo, que sofreu as consequências do endividamento que cresceu enormemente na ditadura militar, [...] a ponto de chegarmos à metade da década com a média de 4,9% do PIB serem destinados ao pagamento dos juros da dívida, percentual este que representa um valor muito maior que os 3,7% do PIB que o Ministério da Educação e cultura destinava ao setor. O que agrava ainda mais a situação da dívida externa brasileira era o assalto praticado aos cofres do Estado a ponto de ter sido denunciado através do Boletim do Morgan Guaranty Trust Co, em março de 1995, que 13,2% da dívida externa brasileira (cerca de US\$ 14 bilhões) nunca entraram no país, tomando o rumo das contas remuneradas da Suíça. O próprio diretor da Área externa do Banco Central na época, Luís Paulo Gião, quando entrevistado pelo jornal O Estado de São Paulo, confirmou que entre 18 e 20% do total da dívida externa nunca chegaram ao país por “malversação de recursos”. (ibidem, p. 57-58)

O projeto do regime autoritário para toda a educação, em particular, para o que hoje é abrangido pelo que se denomina Educação Básica, mostra uma correlação de todas essas ações superestruturais (legislativas, políticas) com o expansão e hegemonia do que Savianni chama de pedagogia tecnicista. Esta pedagogia cresceu do desgaste das propostas e aplicações da pedagogia escolanovista e se caracterizava por uma pedagogia que trazia para o âmbito educacional as concepções utilizadas na organização da produção fabril, portanto a busca por uma racionalidade no uso dos meios e recursos, uma

padronização nos métodos e aplicações de técnicas no processo ensino-aprendizagem⁶⁶. Como destaca Savianni, se na pedagogia tradicional o central era o professor, na escolanovista era o aluno na tecnicista é o próprio meio de aprender.

Contudo, em suas pesquisas nas edições da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* desde o número 1 (1944) até o número 140 (1976), Savianni não só traça um processo no qual gradativamente esta concepção vai ganhando espaço sobre a crise da pedagogia nova, mas, além disso, ele faz questão de ressaltar que num artigo do número 129, de janeiro/março de 1973, (*Systems analysis e educação*), Anísio Teixeira não consegue aceitar, mas também não consegue rechaçar o novo método. Para Savianni, isso seria resultado de dois vetores: por um lado a força que a nova tendência apresentava e, por outro lado, o fato de que a base ideológica da pedagogia tecnicista era a mesma da escolanovista, o liberalismo. (SAVIANNI, 2003, p. 372)

Mas, essa pedagogia se encaixava muito bem a três objetivos: buscar responder as demandas sociais e econômicas pela universalização do acesso à educação, buscando nesta padronização e racionalidade obter “mais com menos”; difundir a ideologia de que a falta de oportunidades, desemprego ou o baixo nível salarial se dava pela baixa escolaridade e qualificação profissional (a *teoria do capital humano*, o que, diga-se de passagem, o neoliberalismo veio novamente a difundir) e a concepção de uma educação de conteúdo neutro, instrumentalizado e cientificista descarnado de uma perspectiva crítica do tempo e da sociedade que se vivia.

Alguns dos resultados desta nova orientação educacional foi o aumento da precariedade das redes de ensino diante do aumento de acesso aos diferentes níveis em face das dificuldades que as mesmas já apresentavam, a baixa qualidade e mesmo a marca de fantasia que acabou primando na esmagadora maioria dos cursos profissionalizantes criados por força da Lei 5.692/71 e, ao contrário do que objetivava o regime, o aumento da seletividade para o ingresso dos empregados nas empresas.

A evidência de todas as consequências foi que em 1974, o Brasil “ocupava o 9º lugar do mundo em termos de crescimento econômico e o 77º lugar, na escala mundial, em termos relativos, nas despesas públicas com educação. (CUNHA e GOES, 1991, apud SANTOS, 1994, p. 45)

⁶⁶ Difundiram-se, então, ideias relacionadas à organização racional do trabalho (taylorismo, fordismo), ao enfoque sistêmico e ao controle do comportamento (behaviorismo) que, no campo educacional, configuraram uma orientação pedagógica que podemos sintetizar na expressão “pedagogia tecnicista”. (SAVIANNI, 2003, p., 369)

Aumentava o clima de tensão social, que combinado com a instauração da “crise do petróleo” e os questionamentos mais generalizados ao regime civil-militar no âmbito da sociedade brasileira levaria a fortalecimento das já existentes ou formação de novas entidades representativas dos professores públicos e a eclosão das greves do magistério⁶⁷.

A construção nas décadas de 1970 e 1980 da nova linha de dirigentes e correntes sindicais correu paralela, portanto, a articulação dos servidores públicos em torno de associações ou centros por categorias, que, burlando a legislação sindical vigente, a proibição de sindicalização, constituíram-se, na prática, numa nova rede de organizações sindicais.

Importante ressaltar que, no processo pelo qual o segmento dirigente que surgiu e desenvolveu com mais intensidade as ações político-sindicais a partir de 1978 e durante toda a década seguinte, vindo a cumprir naquela conjuntura um papel dirigente para um amplo setor dos trabalhadores assalariados e mesmo de interlocutor deste setor junto aos governos e patrões⁶⁸ (que já abordamos anteriormente e que ficou conhecido como o novo sindicalismo), teve como parceiros fundamentais neste processo, as oposições sindicais, para os quais a realização do ENTOES foi de fundamental importância⁶⁹ e o dos servidores públicos, que inclusive a partir da metade da década de 1980 acabaram por se tornar o movimento com maior incremento de lutas e de expansão. Neste processo histórico se incorpora a história da organização do atual sindicato estadual dos profissionais de educação, o SEPE/RJ.

No tocante a organização nacional, a antiga CPPB transforma-se em 1973, no bojo da reforma educacional do regime civil-militar (lei 5692/1971) na Confederação dos Professores do Brasil (CPB) e um novo caráter reivindicativo começou a se fazer presente no âmbito desta entidade nacional ao longo dos congressos nacionais durante a década de 1970 e levará, inclusive, a uma discussão entre as próprias associações estaduais e, por

⁶⁷ Vide p. 116-117.

⁶⁸ A evolução do conflito trabalhista seguiu de perto as etapas da transição política. [...] e nesse sentido as greves tiveram forte conteúdo reativo. [...] Os anos de 1983 e 1985 [...] evidenciaram isso, bem como as reações opostas dos trabalhadores em 1986 e 1987 frente à esperança do Plano Cruzado e o seu fracasso. Mas a greve foi também a forma básica de ação sindical e não apenas de reação, colocando questões não previstas aos atores da transição e abrindo brechas no pacto das elites. Uma dessas questões foi justamente o alto grau de demandas expresso pelas greves, alterando a agenda da transição e criando as bases para a transformação dos sindicalistas em interlocutores válidos do governo. (NORONHA apud: BOITO Jr., 1991, p 1220)

⁶⁹ No entanto, apesar de nem sempre as opiniões serem convergentes, a aproximação entre a maior parte dos ativistas das oposições com os sindicalistas “autênticos”, ou seja, com os dirigentes dos sindicatos oficiais, acabou se efetuando. Ele se concretiza no chamado Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), realizado nos dias 13 e 14 de setembro de 1980, em Nova Iguaçu (RJ). (RODRIGUES apud: BOITO Jr., 1991, p. 24)

dentro destas, das organizações de cunho marxista que atuavam no movimentos dos professores sobre qual deveria ser a orientação política: se buscava se lutar “por dentro” da organização existente para democratizá-la ou se rompia para a construção de uma nova. Ao fim e ao cabo acabou por ser vitoriosa a primeira alternativa. (MIRANDA, 2011, p. 38-40)

Esse processo organizacional, segundo Savianni, não ficou apenas no campo da organização sindical dos trabalhadores da educação das redes públicas, aliás o fato inédito dentro da história da conformação desta fração da classe, que em muito deve ser entendido como uma consequência exatamente da política e ação dos governos sob o regime autoritário, já expostos acima, que levou a um processo de massificação, rebaixamento salarial e proletarização violentos desta categoria de trabalhadores.

Voltando a Savianni, também este processo organizacional se deu de forma acentuada no campo do debate pedagógico em si, com a criação de fóruns, entidades e publicações que marcaram, em especial, o período da década de 1980. Segundo o mesmo esse período só teve como parâmetro de ebulição a efervescência da década de 1920 e o autor supõe que esta década de 1980 foi superior àquela. (SAVIANNI, 2003, p. 402-403)

Curiosamente, mas expressando nas palavras vivas das experiências coletivas e individuais realizadas neste período, uma das minhas entrevistadas, a professora Mônica Lins, nos passa em seu relato uma nesga dessa efervescência “político-teórica-sindical” pedagógica que ocorreu neste período:

Mônica – Eu fiz cursos com grandes educadoras que hoje estão nas universidades. A universidade, ela começa a alcançar a escola com as suas teorias pedagógicas nesse período, mas isso é um fenômeno nacional, não era um fenômeno só do Rio de Janeiro, porque a gente vinha de uma saída de ditadura militar, a gente vinha num ascenso das associações nacionais, é, no campo acadêmico, e cada vez mais pessoas que eram do movimento iam pra academia e faziam, estabeleciam essa relação. O Arroyo, Miguel Arroyo fala muito isso neste período, justamente neste período que ele vai dizer que os movimentos sociais fizeram uma pressão de fora para dentro, pra modificar as teorias no campo da educação. Então muita coisa que as universidades começaram a discutir, à partir das coisas que se discutiam nos sindicatos e vice-versa, foi um período que o próprio SEPE trouxe muita gente, a gente era novinho, mas trazia as pessoas da universidade também para dentro do SEPE, então essa relação se aproximava.

Outrossim, Savianni já demarca que em contraposição a difusão e hegemonia da pedagogia tecnicista surgiram, em particular, nos novos programas de pós-graduação⁷⁰,

⁷⁰ A organização da pós-graduação baseou-se na experiência dos Estados Unidos, conforme se pode ler no Parecer CFE nº 977/65. [...] Por um novo parecer (CFE nº 77/69), aprovado em 11 de fevereiro de 1969,

novas perspectivas teóricas de crítica ao modelo educacional existente no país, Savianni esse conjunto de estudos sob a denominação de “tendência crítico-reprodutivista”, como ele mesmo explica:

Tal denominação se justifica nos seguintes termos: trata-se de uma tendência *crítica* porque as teorias que a integram postulam não ser possível compreender a educação senão a partir dos seus condicionamentos sociais. [...] Mas é *reprodutivista* porque suas análises chegam invariavelmente à conclusão que a função básica da educação é reproduzir as condições sociais vigentes. (SAVIANNI, 2003, p. 393)

As principais bases teóricas para toda esta linha de estudos foram os trabalhos de Bourdieu e Passeron; Althusser e Baudelot e Establet e, como explica Savianni, citando Luiz Antônio Cunha, tratavam-se de “teorias *sobre a* educação” e não “teorias *da* educação”. (ibidem, p. 398)

O passo seguinte, concomitante e totalmente vinculado à ebulição que se passava na luta de classes e, em particular, em todos os âmbitos inerentes à educação (meios acadêmicos, profissionais, associativos, etc.), a década de 1980 viu surgir o que Savianni chama de “pedagogias contra hegemônicas”. Em função da grande heterogeneidade das bases teóricas e ideológicas de tais ideias ele prefere adotar um termo já utilizado por Snyders, apesar de seu sentido muito amplo e vago, a expressão “pedagogias de esquerda”, o de incluindo, inclusive, uma proposta da qual ele foi um dos principais formuladores

As bases teóricas partiam de concepções libertárias e marxistas, em sua maioria, mas também abrangiam concepções liberais progressistas. Ele dividiu tais propostas naquelas que centravam “no saber do povo e na autonomia de suas organizações, preconizava uma educação autônoma [...] outra, que se pautava pela centralidade da educação escolar, valorizando o acesso das camadas populares ao conhecimento sistematizado”⁷¹. (ibidem, p. p. 414-415).

também da autoria de Newton Sucupira, regulamentou-se a implantação da pós-graduação (Brasil, MEC, CFE, 1969, p. 128-132), desencadeando-se o processo de instalação dos programas e cursos nas principais universidades do país, durante os anos de 1970.

Entretanto, se a estrutura organizacional se inspirou no modelo americano, o espírito com que se deu a implantação dos programas foi em grande parte influenciado pela experiência europeia, particularmente da Europa continental. [...] fundindo a estrutura organizacional do modelo americano com a densidade teórica resultante da influência europeia, a pós-graduação brasileira acabou por produzir um modelo novo, decerto superior àqueles que lhe deram origem. (SAVIANNI, 2003, p. 392-393)

⁷¹A primeira tendência inspirava-se principalmente na concepção libertadora formulada e difundida por Paulo Freire, estando próxima da igreja em afinidade com a “teologia de libertação” e secundariamente nas ideias libertárias constitutivas da tradição anarquista.

Correlato ao processo de formulação destas propostas no campo contra-hegemônico, à organização associativa-sindical e as consequentes greves realizadas, também *pari passum* com o início do processo de redemocratização do país, em particular a partir das eleições municipais de 1976 e da eleição de governadores em 1982, surgiram iniciativas de políticas educacionais nestas instâncias governamentais e algumas dessas ações se destacaram no país, entre elas a experiência dos CIEPs no estado e no município do Rio de Janeiro⁷². Essas propostas todas acabaram não dando resultados exitosos e foram superados ao longo da década de 1990 com a implantação das propostas baseadas no neoliberalismo e no pós-modernismo.

No tocante ao nosso trabalho, retornaremos no terceiro capítulo a este tema especificamente sobre a experiência dos CIEPs, que embora tivessem como centro formulador o governo pedetista na esfera estadual, teve sua aplicação conjunta no município, em primeiro lugar porque, ainda em 1983 as prefeituras das capitais tinham seus prefeitos indicados pelos respectivos governos estaduais e, depois de 1985, foi eleito na primeira eleição direta da cidade do Rio de Janeiro, um candidato do PDT, Saturnino Braga.

Também no bojo de toda esta fermentação de debates, elaborações críticas e questionamentos tão próprios do período que vai do final da década de 1970 a de 1980, o fracasso do projeto educacional do regime civil-militar, evidenciado nos altíssimos índices de repetência e evasão, em particular, nas primeiras séries e no primeiro segmento do ensino fundamental de conjunto, fomentou nos espaços escolares, no âmbito das

A segunda tendência encontrou na Revista da ANDE um canal de expressão e comunicação e [...] orientação teórica predominante se inspirava no marxismo, [...] uns mantinham como referência a visão liberal, interpretando o marxismo apenas pelo ângulo da crítica às desigualdades sociais e da busca de igualdade de acesso e permanência [...] outros, se empenhavam em compreender os fundamentos do materialismo histórico, buscando articular a educação com uma concepção que se contrapunha à visão liberal. (SAVIANNI, 2003, p. 414-415)

⁷²E algumas delas chegaram a ganhar destaque em âmbito nacional, como foi o caso de Boa Esperança-Es, Lages-SC e Piracicaba-SP. A experiência desses municípios tornou-se referência para a busca de um modelo de administração democrática, como se evidencia nos Encontros Nacionais de Municípios realizados anualmente, entre 1982 e 1986, com apoio do Centro Brasil Democrático (CEBRADE), entidade criada em 1978 “por intelectuais socialistas, comunistas e liberais empenhados na construção da democracia” (CUNHA, l.a., 1991, P. 123)

Em nível estadual, diversos governos de oposição ao regime militar, eleitos em 1982, ensaiaram medidas de política educacional de interesse popular, destacando-se: 1. Minas Gerais, com o Congresso Mineiro de Educação, o combate ao clientelismo e a desmontagem do privatismo, colocando a educação escolar pública no centro das discussões; 2. São Paulo, com a implantação do ciclo básico, o estatuto do magistério, a criação dos conselhos de escola e a reforma curricular; 3. Paraná, com os regimentos escolares e as eleições para diretores; 4. Rio de Janeiro, com os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), a pesar de seu caráter controverso; 5. Santa Catarina, onde a oposição não conquistou o governo do estado, mas realizou um congresso estadual da educação que permeou todas as instâncias político-administrativas da educação catarinense. (SAVIANNI, 2003, p. 406-407)

associações que surgiam ou se renovavam, na academia, nas publicações voltadas ao debate educacional, um amplo debate por alternativas e respostas.

No caso, do município do Rio de Janeiro, esse processo foi de alguma forma canalizado para dentro do aparato estatal, para dentro da secretaria Municipal de Educação, foi atravessado pelo Programa Especial de Educação (PEE) do governo Brizola-Darcy Ribeiro e culminou em 1992, no chamado “Bloco Único” e na introdução do construtivismo no âmbito da alfabetização. O qual, segundo as minhas pesquisas, na verdade, será implementado não por um governo do PDT, mas pelo governo pemedebista de César Maia (ainda que este fosse recém-saído do PDT) e da nova secretária de educação, professora Regina de Assis. Também destacaremos mais a frente este assunto sobre o Bloco Único.

Voltando, porém, ao processo organizacional de tipo associativo-sindical que se espalhou por todo o país, no tocante à organização pela base dos servidores públicos da área da educação no estado e no município do Rio de Janeiro, a criação da Sociedade Estadual de professores (SEP), numa assembleia com 150 docentes, na Casa do Estudante Universitário, em junho de 1977, expressou esta retomada da organização e mobilização desses setores sociais, no caso, um setor médio urbano assalariado e componente dos quadros mais baixos da burocracia estatal.

A título de informação, na época da fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro (1975) o magistério representava 60% de todo o funcionalismo estadual e os salários entre os antigos professores do estado da Guanabara com os do estado do Rio de Janeiro só vieram a ser nivelados em 1977, sem contemplar os aposentados⁷³. Ou seja, uma articulação estadual das diversas associações e estruturas se diziam e/ou buscavam representar este setor do funcionalismo ganharia, de imediato, uma grande expressão e, ao mesmo tempo, passaria a representar um problema para os governantes. (MIRANDA, 2011, p.53)

Para além da conjuntura macroeconômica que se desenvolvia no período, vinculasse a este processo fatores subjetivos, tais como, a mudança de postura política de organizações de esquerda (abrindo mão da via da luta armada por um retorno ao trabalho

⁷³ Tanto os aposentados, como os funcionários em atividade enfrentaram problemas com a diferença que havia entre os salários dos dois antigos estados. A equiparação do pessoal da ativa seria lenta. O magistério, que representava 60% do total do funcionalismo, foi o setor que mais esperou. Somente em 1977, os vencimentos foram nivelados. Por sua vez, os aposentados, não fazendo jus à equiparação salarial que foi sendo feita com os funcionários da ativa, ficaram com seus salários defasados, o que pode ter motivado o início da organização desse setor do funcionalismo e do magistério. (ANDRADE apud: MIRANDA, 2011, p.53-54).

no interior de sindicatos, associações) e, mais abrangente que os quadros militantes destas organizações, a propensão de setores da sociedade em buscar espaços para o debate e a participação política.

A União dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (UPERJ), que era a entidade mais estruturada das três, em consonância com a linha política apontada pela Confederação dos Professores do Brasil (CPB), deu início ao debate orientado por esta entidade nacional para a unificação pelos estados das diversas associações de docentes, mas foi a SEP que tomou a liderança do processo. A essas duas também se unificou a União dos Professores do Rio de Janeiro (UPRJ).

Foi a nova entidade fundada em 1977, no bojo da reorganização do movimento sindical brasileiro, que haveria de entrar em confronto na década de 1980 com os governantes desse período, nomeadamente aqueles que seriam oriundos do PMDB e do PDT.

II.5 – A evolução da formação social brasileira ao final do século XX: ocidentalização e consenso fraco

Para se poder adentrar na conjuntura histórica das últimas décadas do século passado, a saber, nomeadamente, as décadas de 1980 e 1990, é importante que se busque uma análise de qual sociedade se desenvolveu até aquele momento no Brasil.

Para tanto em muito nos ajuda as análises e conceitos gramscianos, que foram utilizados por diversos autores nacionais para entender tal desenvolvimento. Também entendo que fazer uma clivagem desses conceitos com os da Teoria da Dependência em muito enriquece e auxilia neste processo de analisar e caracterizar nossa sociedade e seus possíveis rumos para frente. Nesse aspecto vou procurar mostrar as sintonias entre essas duas formas de análise que partem de uma mesma matriz – a marxista.

Aí que podemos entrar na discussão sobre o que foi o desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira. Carlos Nélon Coutinho ao caracterizar este processo insere o mesmo numa variante da “*via prussiana*”, ou da “*revolução passiva*”⁷⁴, quando

⁷⁴ Lenin chamou de ‘via prussiana’ um tipo de transição ao capitalismo que conserva elementos da velha ordem e, nessa medida, tem como pressuposto e como resultado um grande fortalecimento do poder do Estado.

Conceito análogo aparece em Gramsci, ou seja, o conceito de ‘revolução passiva’ [...] o pensador italiano chama de ‘revolução passiva’ os processos de transformação em que ocorre uma conciliação entre frações modernas e atrasadas das classes dominantes, com a explícita tentativa de excluir as camadas populares de uma participação mais ampla em tais processos. Gramsci diz que as revoluções passivas provocam

as transformações de base estrutural se dão “pelo alto”, ou melhor dizendo, através do aparato estatal, representando uma confluência ou um compromisso entre os segmentos mais conservadores, ou poderíamos dizer, tomando emprestado de Fernandes (1972), “as elites nativas”, invariavelmente representados nos setores dos latifundiários ou, “as elites dos estamentos senhoriais”(que em países europeus como o antigo reino da Prússia, eram diretamente a aristocracia rural) com aqueles mais emergentes ou modernizadores, indicados pelas frações urbano-industriais.

Como bem escreve Fernandes, houve a modernização do arcaico e a arcaização do moderno, ou ainda em algumas frases ele conseguiu definir este processo de transformação dos antigos donos do poder para a nossa burguesia interna, incorporando os novos elementos:

Enquanto se desenrola esse segundo momento, o aristocrata se aburguesa e o burguês se aristocratiza: dois processos convergentes que ajudam a dissimular a realidade e a ocultar o que era a *burguesia nascente* (uma plutocracia, fundada no “poder do dinheiro” e na associação direta com os emissários e representantes estrangeiros dos interesses externos). (FERNANDES, 1975b, p. 63)

Claro está que tal processo se dá também, não só pela timidez desses setores modernizadores, ou mesmo, de sua vinculação originária naqueles setores rurais, como também expressam o temor de um processo que, ao mobilizar os setores subordinados ou dominados desta sociedade, possam pôr em risco sua direção ética-política.

Este fenômeno, da formação da sociedade capitalista dependente e subdesenvolvida, como caracteriza Fernandes (1975b), é um processo que se dá no contexto histórico da constituição da fase imperialista, e representou tanto a transformação das velhas classes senhoriais em uma classe burguesa (incorporando não só os novos elementos urbanos empresariais como também os agentes e representantes do capital internacional), quanto também implicou e implica uma contínua modernização de nossa sociedade, ainda que limitada, e este processo teve um momento singular com a “revolução institucional” (o golpe de 1964 e a instalação do regime autoritário), que representou para Fernandes a entrada definitiva da sociedade brasileira na fase do capitalismo monopolista.

_____ mudanças na organização social, mas mudanças que também conservam elementos da velha ordem.(COUTINHO, apud, LIMA, NEVES, 2008, p. 174)

Podemos entrecruzar tal análise da falta da construção de uma hegemonia clássica no país, que poderia ter se realizado no bojo de um processo revolucionário de caráter nacional-democrático, partindo das análises e conclusões que Florestan Fernandes nos aponta ao demarcar o processo pelo qual os antigos senhores de terra e escravos, constituídos ao longo de mais de três séculos de domínio direto dos homens e mulheres ao seu dispor e do desfrute das instâncias de poder como espaço privado, no contínuo processo de vinculação e troca com a burguesia internacional vão se “aburguesando”, assimilando de forma seletiva os aspectos “avançados” que lhes interessa e buscando preservar em particular o poder de mando, o controle dos espaços políticos, incorporando/absorvendo também neste processo aqueles segmentos de urbanos/modernos que passam a desenvolver no país uma incipiente, mas contínua, substituição de importações.

Até neste momento tal processo se dá combinando esta formação autóctone da burguesia brasileira (segmentos rurais ‘estamentais’ mais urbanos ‘modernos’) com uma participação do capital estrangeiro em diversos setores da economia, em particular, mas não só, nas áreas de comunicação, comércio, serviços urbanos, juntamente com o fato de que essa burguesia constituída no país tem que arrancar sobre trabalho para si e para seus parceiros estrangeiros. (FERNANDES, 1975b, p. 11-20).

Poderíamos figurativamente dizer que os senhores de engenho e barões do café escravistas construíram em sua trajetória de dominação algumas linhas estruturais de ação e pensamento no tocante ao relacionamento com os setores subalternos e que estas marcas de caráter senhorial-escravistas, marcadamente autoritárias e clientelistas, foram remodeladas/adaptadas para a implantação, ainda que lenta, das relações sociais assalariadas.

Estas formas, que combinavam o passado com o presente que se estava implantando no país, foram aquelas incorporadas pelos assim chamados capitães de indústria e os governantes da República ao se relacionar com seus empregados. As grandes dificuldades interpostas para a livre organização sindical e para a utilização do instrumento da greve na primeira fase do Estado republicano assim não deixam dúvidas.

Mas, não poderíamos deixar de mencionar que se de fato a sociedade brasileira é marcada historicamente pela disjuntiva de marginalização social, cultural e política e autoritarismo – e o passado escravista, sem dúvida, muito contribuiu para isso – devemos lembrar que mesmo na sociedade colonial e depois imperial escravocrata, existiram inúmeros mecanismos de “relaxamento” (promessas de alforrias por merecimento,

obtenção de alforrias por pagamento de pecúlios, as distinções feitas entre os escravos da “casa grande” e da senzala”, acesso a constituição de irmandades religiosas e de suas festas, a permissão para casamentos e feitura de roças, já mais para o final do período).

Estas medidas precisam ser analisadas dentro do período histórico, analisadas dentro da realidade social da época, uma sociedade escravocrata, ruralizada, na qual ainda não se tem como consagrado nem mesmo a igualdade jurídica que foi implantada no bojo das revoluções burguesas. Outro aspecto a ser considerado que tais concessões também tinham um espaço reduzido para sua realização e variava de contexto para contexto, havendo uma maior possibilidade de alcançá-las, no geral, mais no âmbito urbano que no rural, mas não deixam de mostrar que mecanismos de “alívio” da situação de opressão e exploração sempre existiram.

Não podemos demarcar tais medidas como atinentes ao que Gramsci denomina de ações de hegemonia, de busca de “consenso”, pois se trata de uma realidade social totalmente diferenciada dos pressupostos mais básicos que regem a sociedade capitalista e pelos quais o sardo buscou entender seu funcionamento.

Faço uma ponte desta análise e caracterização de Fernandes com a caracterização realizada por Coutinho de que no mesmo período destacado por Fernandes a sociedade brasileira teria se “ocidentalizado”. Uma “ocidentalização sui generis”, decorrente dos entraves e contradições próprios de um desenvolvimento de uma sociedade com economia de mercado dependente, vinculada e associada ao capitalismo imperialista.

Coutinho, baseando-se em literatura desenvolvida neste sentido, explicita que a nação brasileira avançou vigorosamente para o capitalismo a partir do processo da Revolução de 30, quando o Estado brasileiro, em grande medida em função dos efeitos da Depressão de 1929 sobre nossa economia agroexportadora, mas também para dar créditos a demandas internas, oriundas de diferentes setores, mais políticos que diretamente sociais, que reivindicavam a passagem para a modernidade, passa a sustentar e investir na via da industrialização. (COUTINHO, apud, LIMA, NEVES, 2008, p. 177-8)

Basta lembrar que, de acordo com Virgínia Fontes (2005), o período entre 1910 a 1935 é um dos primeiros momentos do Estado republicano brasileiro no qual existiu uma grande movimentação na sociedade para uma ampliação do Estado, no caso, trabalhando o conceito de Estado ampliado ou integral ou de uma nacionalização no sentido de se construir um “consenso” que garantisse, sempre de forma seletiva, parte das

reivindicações de todos os setores, frações de classes e classes da sociedade brasileira, mesmo dos dominados. Como ela mesmo expõe:

A esse processo eu chamo ‘ampliação limitada ou restrita do Estado’ no Brasil. *Constitui-se um Estado enquanto monopólio de violência legítima, mas apenas entre as diferentes frações das classes dominantes. A violência exercida por elas sobre os setores subordinados continuaria aberta e ilimitada. [...] Esse espaço ampliado deverá, sobretudo, assegurar as formas de controle social. Mas também deverá responder às reivindicações populares, que se expressam, elas também, por meio de formas associativas (sindicais, estudantis, democráticas).* (FONTES, 2005, p. 188-9)

Este processo, aprofundado pelo golpe do Estado Novo em 1937, solidificou o que Coutinho categoriza por uma “revolução passiva”, calcando uma trajetória de desenvolvimento social, no qual a classe dominante, no conjunto de suas diferentes frações “abriu mão” de “além de dominantes, fossem também dirigentes. O Estado brasileiro foi quase sempre uma ‘ditadura sem hegemonia’, [...] a burguesia brasileira renunciou a elaborar [...] uma consciência ‘ético-política’” (COUTINHO, apud, LIMA, NEVES, 2008, p. 176 E 179).

Mas, poderia uma classe ser dominante sem ser dirigente? E poderia o Estado agir de forma assim tão independente? Se todo Estado é um aparato social e historicamente construído para garantir o poder de uma classe ou um conjunto de classes sobre as outras, como isto não ocorreria no Brasil? Mesmo quando um grupo político dirigente, uma burocracia, parece se sobrepor à sociedade, pela falta de uma hegemonia política clara de uma classe ou de uma fração, aquele grupo que detém o controle do aparato governa primordialmente para as classes dominantes socialmente. (FAUSTO, 1983, p. 104-107)

Contudo, parece que Coutinho “resvala” numa característica constante nas leituras de nossa sociedade, quando sua análise do que seria a sociedade civil é vista apenas pelo viés popular ou dos aparelhos não hegemônicos, esquecendo-se que a noção de Estado ampliado ou integral gramsciana corresponde exatamente ao papel que os aparelhos hegemônicos dominantes não estatais cumprem no sentido de manter a estabilidade política através da construção do “consenso”. (COUTINHO, apud, LIMA, NEVES, 2008, p. 176-7).

Fernandes nos auxilia em entender tanto os momentos de crise de hegemonia quanto as ações restritas de que nos fala Fontes. Em primeiro lugar o processo de modernização, desejado “por dentro” e estimulado “de fora”, por mais que as classes e

frações de classes dominantes não queiram, envolvem transformações em toda a estrutura social.

E o que Fernandes destaca é que este processo de contínuas modernizações forja uma série de alterações na sociedade, não só leva a uma reorganização estrutural do que ele chama de “estratos sociais pobres”, como, em função das profundas restrições que esta sociedade tem para o pleno desenvolvimento social e cultural, além do político, acaba dando a entrada no que chama de “condição operária” um caráter específico de mobilidade social e de classificação social diante da “massa despossuída”. É o que ele chama de um “aburguesamento” dos trabalhadores assalariados, na verdade, a sua inserção, inclusão nas relações sociais assalariadas clássicas, ou o que é mais próximo disso em nossa sociedade. (FERNANDES, 1975b, p. 62-63-68-69-70-71)

Porém, vale a pergunta: com o avanço das ações de inspiração neoliberal e de reestruturação produtiva de contínua precarização das formas de trabalho e da incorporação, em particular, nos países dependentes e subdesenvolvidos, de antigas práticas de trabalho, podemos ainda afirmar que aquela “massa despossuída”, “os desvalidos da terra” estão marginais à sociedade?

Outro aspecto, vinculado a este processo de modernização condicionada é o do quanto as ideologias de caráter nacional-desenvolvimentistas serviram e ainda servem para “nublar” dos setores sociais subordinados, que acabam apoiando tais ações na ilusão de que o tão proclamado desenvolvimento implicaria a obtenção de pequenas vantagens, mas acabam por descobrir o malogro. (ibidem, p. 86-87) Mas Fernandes ao mesmo tempo coloca que a luta por reivindicações de “dentro da ordem” (basicamente democráticas) ao mobilizar estes setores pode levar a um movimento tanto “por dentro da ordem” (ibidem, p. 95) quanto por “por fora da ordem”. (ibidem, p. 36)

Essas classes, para Fernandes, têm uma posição latente contra o subdesenvolvimento e isso também as torna capazes de abraçarem movimentos realmente de classes, reformistas ou revolucionários. (ibidem, p. 88-89) Ele chega a colocar que existe um “clima de guerra civil latente”. (FERNANDES, 1975 a, p. 304)

Por outro lado, a burguesia e outros setores a ela agregados toda esta movimentação dos “de baixo” tende sempre a ser entendida como um movimento “contra a ordem”, mesmo quando estas classes ou frações lutem conscientemente apenas por aquilo que, nas nações capitalistas avançadas, é ou era visto como um direito inerente à sua condição como assalariado ou como cidadão. (ibidem, p. 330-331)

Podemos avaliar que as concessões quando feitas, até esse momento de nossa história enquanto uma formação social particular, se dão com um atraso em relação aos centros mais dinâmicos do modo de produção capitalista e de forma sempre limitada, tanto porque não é possível estender tal benefício de forma universal (implica na redução da taxa de mais valia e na conseqüente repartição entre as frações burguesas), quanto como uma forma de cooptação, muitas vezes.

Houve a necessidade do grande abalo trazido pela Grande Depressão de 1929 e a crise da República Velha para que um setor dirigente burguês, encimado por Getúlio Vargas fizesse um primeiro movimento de maior monta para – sem deixar de usar os instrumentos coercitivos a sua disposição –, o que, como já vimos, Fontes chama de nacionalização truncada ou uma expansão restrita do Estado. Ou seja, uma ação limitada de concessões, muito bem direcionadas, no sentido de buscar estabelecer um “consenso”, pelo menos para com aqueles setores que no imediato poderiam representar potencialmente uma ameaça à ordem capitalista.

Florestan Fernandes nos lembra que os setores privilegiados desta ordem capitalista implantada mesmo ao adotar sistemas políticos constitucionais e representativos, em função da impossibilidade de fazer concessões no patamar dos países hegemônicos, acabam por constituir, no limite, regimes aparentemente democráticos, mas que buscam preservar o superprivilegiamento através de constantes reformulações constitucionais. (FERNANDES, 1975b, p. 105)

Um outro aspecto que aproxima a categoria de “ampliação restrita do Estado” de Fontes com o da “autocracia burguesa” de Fernandes é o da utilização de forma sistemática e aberta da violência contra as classes subalternas. (ibidem, p. 40)

Esta situação social e política ele vai conceituar de “democracia restrita”, “democracia entre iguais”, “revolução frustrada”, entre outras denominações e assim sintetiza o aparato estatal de nossa formação social:

Em suas modalidades mais brandas e estáveis, esse Estado é autocrático e autoritário, basicamente pré-fascista. Nas modalidades mais “duras” e extremas, em que a “institucionalização da revolução” foi mais longe, esse Estado é totalitário e dissimuladamente fascista. (ibidem, p. 106)

Por mais que possamos perceber uma certa datação histórica neste texto, inclusive com um certo grau de exagero (o caráter totalitário e fascista do regime civil-militar),

ainda nos serve para ter uma noção do que esta classe burguesa pode ser capaz de fazer a depender da tensão da luta de classes.

Para Coutinho esta “ditadura sem hegemonia”, avança para uma “hegemonia seletiva” no período tradicionalmente caracterizado como populista (1951-1964), quando o projeto nacional-desenvolvimentista, em particular, no período de governo de Juscelino Kubitschek, chegou a envolver setores importantes do proletariado urbano, aquele que tinha os benefícios decorrentes das ações varguistas no campo dos direitos trabalhistas e previdenciários:

É inegável que, em grande parte da época populista, a proposta nacional-desenvolvimentista – que era claramente uma proposta voltada para a expansão do capitalismo no Brasil e, portanto, uma proposta burguesa, que interessava sobretudo à fração industrial desta classe – obteve o consenso de segmentos importantes das camadas populares, muito particularmente da classe operária urbana *com carteira assinada*. Mas é preciso insistir no caráter seletivo, isto é, limitado e excludente, dessa hegemonia. (COUTINHO, apud, LIMA, NEVES, 2008, p. 183)

Mas, podemos entender que para Virgínia Fontes esta hegemonia seletiva (e caberia a pergunta se existe alguma hegemonia que não seria seletiva naquilo que concede aos ditos subalternos) já ocorre a partir de 1930, sendo denominado tal processo de “*ampliação restrita*” e/ou “*nacionalização truncada*” por ela, visto que teve que dar uma resposta, seletiva, aos reclames dos setores subordinados, porém, esta se deu a partir da vitória de uma proposta societária de viés autoritário, centralizador e corporativista. (FONTES, 2005, p. 189-190)

Porém, Virgínia Fontes busca apresentar sempre a vinculação da sociedade ao Estado através da lógica marxista, desenvolvida por Gramsci, de que pelos menos há duas superestruturas gerais da nossa sociedade (a civil e a política) e de que aquela representa todos os segmentos sociais existentes, dominantes e dominados, hegemônicos e contra hegemônicos.

Para isso, busca o trabalho de pesquisa de Sônia Mendonça em torno das diferentes frações da classe latifundiária brasileira ainda na Primeira República, para demonstrar que, pelo menos pela classe dominante, um processo de disputa pela direção da sociedade se fez através de dois organismos de caráter nacional: a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), com sede no Rio, representando as frações “dominadas” (oligarquias regionais) da classe dominante e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), com

sede em São Paulo e representando a fração cafeeira dominante no período (FONTES, 2005, p. 222).

Este destaque foi importante, porque auxilia em **desmitificar** a concepção de um Estado autoritário, prepotente, dirigente pairando acima do conjunto dos próprios grupos sociais. E também da noção de uma sociedade extremamente fluida e gelatinosa. Na verdade, este Estado que se construiu e se constrói em nosso país, com grandes demonstrações de autoritarismo e de restrição políticas, é um Estado autoritário, elitista e restritivo a serviço de um bloco de classes que detém o controle dos principais meios de produção deste país e que governa tanto para si quanto para os interesses do capital estrangeiro.

De qualquer forma se firma a ideia de que a burguesia em nosso país só se permitiu ou conseguiu incorporar efetivamente à sociedade política os interesses e demandas daqueles aparelhos privados da sociedade civil a si correspondentes, assim como outra parte desta dinâmica não conseguiu ou consegue transformar como “nacionais” um mínimo de direitos básicos advindos da classe trabalhadora e demais setores subalternizados. De novo, vemos o paralelismo com a “democracia entre iguais, entre os poderosos” de Fernandes.

Contudo, Coutinho aventa a possibilidade de nossa formação social ter alcançado certo nível de “ocidentalização”, análise que ele aponta textualmente em 1991 num trabalho orientado para o público interno dos Partidos dos Trabalhadores (PT) ou de outra forma, se ela não teria entrado em tal processo, a partir do desenvolvimento alcançado no período do regime civil-militar e que ficaria evidenciado pelo protagonismo dos diversos segmentos sociais da sociedade civil nos processos que derivaram na saída dos militares, destacando sempre aqueles aparelhos privados contra hegemônicos. (ibidem, 2005, p. 218)

Quando entra nesta caracterização Coutinho expõe o que poderiam ser os dois caminhos possíveis que nossa sociedade poderia empreender: de um lado um modelo liberal-corporativo (norte-americano) e do outro um modelo de democracia de massas (europeu). Em ambos temos uma sociedade civil forte, “bastante desenvolvida e articulada”, porém no primeiro os partidos não se apresentam marcados por claros princípios programáticos e classistas, apresentando-se mais como uma federação de interesses de frações de classe e regionais (cita o PMDB como exemplo para o Brasil) e um sindicalismo corporativista, seria um reino da pequena política de acordo com a categorização gramsciana. O segundo, já é marcado por partidos mais fortemente

enraizados na sociedade de classes, com perfis políticos e projetos sociais mais individualizados e um movimento sindical e social classista e politizado. (COUTINHO, apud, LIMA, NEVES, 2008, p. 188-190) (FONTES, 2005, p. 218-219)⁷⁵

Todavia, podemos fazer algumas reflexões em relação as possibilidade e limitações de ampliação do Estado burguês no sentido gramsciano em países como o nosso e aventar se tais questões avançam do campo apenas conjuntural para o estrutural, tomando de empréstimo todos os aportes já apresentados sobre as limitações das demandas democráticas a partir da ação das burguesias, já exposta nas concepções da Teoria da Revolução Permanente (vide p. 49-52) e ratificadas pela obra de Fernandes.

Assim sendo, devemos levar em consideração que vivemos sob o predomínio do ideário neoliberal entre os diversos organismos e aparelhos privados das sociedades e do mundo e que tal hegemonia foi um processo histórico combinando crise do modelo keynesiano-fordista, crise do modelo soviético stalinista (tanto no campo econômico quanto no político-ideológico) e a estagflação dos anos 1970, tal fato já foi por nós exposto na página 61, a partir de Harvey.

De que esta expansão ideológica atingiu inclusive a esmagadora maioria daquelas organizações mais reconhecidas e respeitadas pelas classes e setores dominados, dificultando em muito a perpetuação, elaboração e divulgação de um caminho alternativo e rupturista em relação ao modo de produção capitalista⁷⁶.

Que, como muitos pensadores caracterizam, o projeto neoliberal em sua essência é um projeto reacionário (ANDERSON, apud, SADER, GENTILI, 1995, HARVEY, 2008), não só porque coloca como objetivo máximo a ser alcançado a defesa da liberdade absoluta de ação dos agentes econômicos individuais, do fortalecimento das

⁷⁵ Ora, se observarmos as sociedades “ocidentais”, veremos que elas apresentam dois “modelos” principais de articulação da disputa política e da representação dos interesses. Por um lado, há um modelo que poderíamos chamar de “norte-americano”, caracterizado (como ocorre em toda situação “ocidental”) pela presença de uma sociedade civil forte, bastante desenvolvida e articulada, mas em que a organização política e a representação dos interesses se dão, respectivamente, por meio de partidos frouxos, não programáticos, e através dos agrupamentos profissionais estritamente corporativos. Por outro lado, temos um modelo que poderíamos designar como “europeu”. Neste último, há uma estrutura partidária centrada em torno de partidos com base social razoavelmente homogênea e que defendem projetos de sociedade definidos e diversos entre si; e temos um sindicalismo classista, que não se limita a organizar pequenos grupos profissionais, mas que busca agregar e representar o conjunto da classe trabalhadora. (COUTINHO, Apud: LIMA, NEVES, 2008, p. 188-189)

⁷⁶ Nessa perspectiva histórica, o primeiro governo Lula da Silva, também integrante da Governança Progressista, reafirmou, atualizando, as diretrizes do Consenso de Washington. [...] criando instâncias na aparelhagem estatal para coordenar as ações dos diferentes segmentos da sociedade civil e iniciando um processo de estímulo político e financeiro à construção da nova sociedade civil ativa, a sociedade civil harmoniosa e colaboradora da nova ordem pós-tradicional do neoliberalismo de terceira Via. (MARTINS e NEVES, 2015, p. 39)

classes proprietárias em relação às despossuídas, como também, para garantir este objetivo último e principal, assume postura praticamente belicista contra os trabalhadores e seus aparelhos para conseguir aquele intento.

A partir dessas considerações ficamos a conjecturar o quanto a manutenção da hegemonia em nosso país, nos termos gramscianos, é uma aventura bastante difícil para a burguesia brasileira. Esta constatação encontra todo o respaldo dentro da caracterização que Fernandes faz das possibilidades e limites do Estado burguês nesta realidade.

Além disso, podemos lembrar Harvey quando caracteriza o chamado, por erroneamente, Estado neoliberal, e a tendência para um maior velamento das ações estatais e governamentais nesta conjuntura do neoliberalismo. Vejamos o que ele diz:

O nexos Estado-finanças funciona há muito tempo como o “sistema nervoso central” da acumulação do capital. [...] boa parte do que acontece dentro dos bancos centrais e ministérios das finanças dos Estados contemporâneos é ocultada e envolta em mistério. Não foi à toa que William Greider chamou sua investigação exaustiva de 1989 sobre como funciona o Federal Reserve de “Segredos do Templo”. Marx retratou o mundo das finanças como o “Vaticano” do capitalismo. No mundo de hoje poderia ser mais irônico chamá-lo de “Kremlin”, já que o mundo parece mais propenso a acabar sendo governado pela ditadura de seus banqueiros centrais do que pelos trabalhadores. O nexos Estado-finanças tem todas as características de uma instituição feudal, repleta de intrigas e passagens secretas. Exercendo um poder estranho totalmente antidemocrático, não apenas sobre como o capital circula e se acumula, mas sobre quase todos os aspectos da vida social. (HARVEY, 2011, p. 52)

O quanto o que poderíamos apontar neste horizonte político-ideológico seriam “lampejos” ou “lapsos” de hegemonia, naquilo que Fontes caracteriza como “*consenso fraco*” e, conforme também, Coutinho, uma *hegemonia seletiva*. Preferimos, contudo, a categorização de Fontes, pois parece que dá mais conta de tentar esclarecer como se desenvolveu e desenvolve no Brasil a sociedade capitalista e os limites da burguesia brasileira em incorporar nesta sociedade de forma mais coesa os demais segmentos sociais. Por esta limitação o recurso à violência estatizada e privada por parte dos donos do poder é mantida e reciclada a cada período histórico de nossa nação.

E sempre nos lembrando que toda hegemonia é a concessão do secundário, portanto, sob a égide dos interesses classistas primeiros dos setores dominantes, então, só pode ser seletiva em sua natureza. Mais que isso é ser receptor de uma profunda ilusão na democracia burguesa.

Outro aspecto a ser levantado em relação ao processo brasileiro é o de que a consolidação capitalista aqui se deu através de processos dirigidos pelo Estado em acordo,

no principal (manutenção da ordem burguesa; da propriedade privada dos meios de produção, de inserção na divisão internacional do trabalho, manutenção dos laços com o grande capital estrangeiro, etc.) com, aquelas classes ou frações de classes dominantes, hegemônicas no momento histórico. Ainda que, algumas vezes, a pressão por parte de mobilizações das classes e setores subordinados, tenha apressado uma “saída pelo alto”, no mínimo, autoritária.

Isso também significa que a fração historicamente favorecida por este processo – a industrial (até o advento do neoliberalismo nos anos 1990) nunca se colocou como protagonista, mas como beneficiária de um processo de modernização e desenvolvimento necessário e vinculado ao caráter dependente de nossa formação social, ou seja, não se colocou como setor dominante e dirigente clássico, não ocupou um papel radical-jacobino como designado na concepção gramsciana. Lembremo-nos também das observações de Trotsky a este respeito⁷⁷.

O fato de todo o processo de modernização ter tido a presença do Estado a sua frente e não claramente ser dirigido por nenhuma fração burguesa pode ter ajudado a fortalecer uma concepção, de base liberal, que separa a superestrutura jurídico-política da sociedade civil, como se aquela pairasse sobre esta.

A meu ver, Fernandes incorreu neste erro, quando diz que a burguesia, entre outras coisas, teve que avançar para uma “homogeneização horizontal” e guiar-se pelos setores mais conservadores em função da burocracia estatal assumir um processo que poderia redundar em uma “revolução contra da ordem”. Ele chega a falar em uma “burguesia burocrática” necessária para defender os interesses desta classe junto ao Estado. (FERNANDES, 1975 a, p. 340-341)

Para mim Florestan incorre no erro de ver o aparato estatal brasileiro como passível de uma autonomia plena. Parece resvalar na tese do “Estado Sujeito”, que age

⁷⁷ Plekhanov, Axelrod, Zassulitch, Martov, e com eles todos os mencheviques russos, partiam do ponto de vista de que o papel dirigente numa revolução burguesa só podia pertencer à burguesia liberal, na qualidade de pretendente natural ao poder. Segundo esse esquema, cabia ao partido do proletariado o papel de ala esquerda da frente democrática: a social-democracia deveria sustentar a burguesia liberal na luta contra a reação, mas defender, ao mesmo tempo, os interesses do proletariado contra a burguesia liberal. Em outras palavras, os mencheviques entendiam a revolução burguesa sobretudo como uma reforma liberal e constitucional.

A teoria da revolução permanente, renascendo em 1905, declarou guerra a essa ordem de ideias e a essa disposição de espírito. Ela demonstrava que, em nossa época, o cumprimento das tarefas democráticas impostas aos países burgueses atrasados conduzia diretamente à ditadura do proletariado, que coloca as tarefas socialistas na ordem do dia. (TROTSKY, 2010, p. 155-156-161)

por razões próprias, independente das vontades das classes⁷⁸. Não tenho como entender de outra forma as reflexões que destaquei no parágrafo acima. Por mais que no período anterior ao Golpe o **governo** estivesse nas mãos de uma **vertente política populista**, por mais que este governo mantivesse relações com a burocracia sindical existente e buscasse estabelecer e manter relações com outros movimentos sociais não estava dado que aquele governo cedesse progressivamente as reivindicações populares. Até por tudo que o próprio Florestan definiu sobre o caráter da burguesia brasileira.

O fato é que numa sociedade como a brasileira, a burguesia em todas as suas frações tem profundas dificuldades de se estabilizar sem uma participação ativa e intensa do aparato estatal. Isso, esta “fraqueza” relativa das classes dominantes, permite que a burocracia estatal, tenha uma autonomia relativa, que aparentemente parece sugerir uma total independência, os melhores momentos desta situação ilusória foram o período do Estado Novo (1937-1945) e o da Ditadura civil-militar (1964-1985). Basta ver as políticas que foram implementadas para entender a quem elas buscavam favorecer, ainda que umas frações mais que outras.

Mas, como já dito, poderíamos extrair, de uma certa forma, um traço de continuidade, o qual seria um comportamento autoritário, que entende o uso da violência estatal e privada como um recurso a ser utilizado para a contenção dos conflitos com uma liberalidade que não seria tão usual nas formações sociais capitalistas mais avançadas.

Portanto, poderíamos fazer um paralelo com o processo italiano de formação do Estado analisado por Gramsci, no qual o processo dirigente esteve nas mãos dos moderados liberais do reino do Piemonte e os setores organizados no Partido da Ação não souberam e não puderam disputar e se colocar a frente do processo, submetendo-se aos primeiros, iniciando um processo de adaptação e submissão política – caracterizado pelo pleno uso da pequena política - que ele denominou de *transformista*. Processo este que acabou inclusive por abraçar o próprio Partido Socialista italiano mais à frente. (BIANCHI, 2008, p. 259-265)

⁷⁸ Uma tendência forte do pensamento liberal seria alternar-se entre o ponto de vista da sociedade civil (os interesses privados) e o da sociedade política, ou o Estado. A rigor, a maioria da reflexão de cunho liberal toma a primeira questão como axioma (a natureza humana seria o local da sociedade civil) e se dedica a organizar as formas do governo (e do Estado), as Instituições, para que exerçam a função proposta – garantia da vida e da propriedade. Assim, os pensadores liberais dedicam-se cada vez mais a instaurar razões técnicas para o funcionamento do Estado, instaurando-se o que Nicos Poulantzas (2000) viria a denominar De maneira arguta como “Estado Sujeito”, portador de razões próprias. (FONTES, apud: LIMA, NEVES, 2008, p. 206)

Esse processo de acomodação/submissão (transformismo) dos setores politicamente mais radicais (no caso, claramente no campo do pensamento burguês) a um outro setor politicamente mais conservador, ligado mesmo a estruturas sociais pré-capitalistas (no caso clássico da Europa, este setor claramente é representado pela nobreza feudal, que ao longo de todo período moderno expressou as permanências daquela antiga ordem social em conflito com as forças de transformação capitaneadas pela burguesia urbana), mas que detém o poder do Estado e sela um compromisso entre classes de promover cuidadosamente um processo de modernização, evitando ao máximo alterar as relações de força dentro da sociedade, é exatamente o outro lado da moeda do processo de revolução passiva / via prussiana que já foi abordado.

No Brasil, em seu período mais recente, após o término do regime autoritário, que se deu, diga-se de passagem, a partir de uma transição negociada pela superestrutura política entre os militares e seus representantes políticos, por um lado, e os representantes da burguesia liberal conservadora opositora, por outro lado, podemos analisar que um processo semelhante ocorreu com o Partido dos Trabalhadores em sua escalada de participação dentro das regras do novo regime democrático-burguês implantado.

Discorreremos acerca do processo de acomodação dos novos dirigentes da classe que acabaram por se constituir mesmo como interlocutores nacionais junto à burguesia e ao Estado e, que nesse processo, entenderam a necessidade de, inclusive, para melhor acessar canais de negociação (e, ao fim e ao cabo, de conciliação) se organizarem em partido político.

Percebemos que o processo que levou a uma contínua adaptação aos limites do projeto neoliberal, também se fez presente no próprio processo que levou a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder⁷⁹, e que este processo de ascensão e ao mesmo tempo

⁷⁹ Todas essas transformações atingiram também, em cheio, as organizações representativas dos trabalhadores, em especial, os sindicatos e o Partido dos Trabalhadores. O ponto de inflexão foi a vitória de Collor nas eleições de 1989 – mesmo ano da derrocada do socialismo real –, que empurrou os movimentos sociais e trabalhistas, a partir de então, para a defensiva e foi responsável por um lento, mais permanente, movimento de transformação política-ideológica da maior parte de suas direções, no sentido de restringir a sua atuação política aos limites dos espaços que a nova ordem lhe reservava.

Com isso, gradativamente, o movimento sindical combativo – cuja expressão maior era a Central Única dos Trabalhadores (CUT) – encolheu-se e passou a adotar uma estratégia defensiva – economicista e fragmentada corporativamente – de adaptação à nova ordem. Estratégia esta denominada, eufemisticamente, de propositiva ou de resultados. Concomitantemente, o PT, com o aprofundamento de sua institucionalização – com vitórias eleitorais em municípios e estados importantes –, iniciou a escalada progressiva que o transformou num partido da ordem. [...] Agora, pode-se ver, claramente, que, de eleição em eleição (1989, 1994, 1998 e 2002), o partido foi se transformando politicamente, se configurando como um enorme aparelho burocrático [...]. Isto se refletiu diretamente no financiamento das campanhas eleitorais, nos programas de Governo apresentados, nos discursos falados, nas alianças político-eleitorais efetivadas e, mesmo, nas formas de recrutamento e de fazer as campanhas [...] enfim, as sucessivas vitórias

de acomodação/assimilação às práticas, rituais e mesmo a cultura política tradicional de nosso país e de sua elite política, teve ainda como uma das suas grandes consequências o arrastar atrás de si uma verdadeira procissão de partidos e entidades das classes e setores subalternos. Entendemos que poderíamos caracterizar um processo similar de transformismo neste caso.

Uma grande diferença resulta de que este processo envolvendo o PT ocorre em um momento que tanto a sociedade quanto o Estado em vários aspectos retroagem a situações mais atrasadas no tempo, ainda que numa nova configuração, (um recuo a uma situação de país produtor e exportador de produtos de baixo valor agregado, primários, quando desde a década de 1970, nossa pauta exportadora era dominada por produtos industrializados e semindustrializados; os ataques aos direitos sociais), em função da implantação do projeto, em essência reacionário, neoliberal, e que isso se deu por mais de uma década através de governo de um partido de origem proletária.

Precisamos lembrar todas as particularidades do caso brasileiro porque todo este processo de adesão ao neoliberalismo e de cooptação (transformismo) das principais organizações dos trabalhadores, PT à frente, se dá e deu em uma formação social marcada por sua evolução de desenvolvimento capitalista sob a circunstâncias de um subordinação decorrente de sua localização na periferia do processo mundial; de um desenvolvimento e aprofundamento das relações sociais de produção capitalista vinculado aos fluxos do desenvolvimento mundial e através da “via prussiana” ou “revolução passiva”, ou seja, pela égide autoritária de um Estado e pela construção de um compromisso entre classes proprietárias “atrasadas” e “modernas”.

Mas Fontes, baseando-se em Coutinho, aponta ainda um outro momento no qual a burguesia logrou obter uma hegemonia em nossa sociedade: o período correspondente exatamente ao processo de implantação do neoliberalismo, fundamentalmente a partir da aplicação do Plano Real e do governo FHC.

Principalmente a partir da implantação de forma intensiva e coerente do projeto neoliberal a partir do primeiro mandato de FHC, representando a nova configuração do bloco hegemônico entre as frações burguesas, - constituído pelos magnatas do setor financeiro, dos fundos de investimentos privados, das grandes corporações que se aliaram ou se ampliaram para o setor rentista e das grandes corporações multinacionais associadas

eleitorais para prefeituras de municípios e governos de estados, num momento de fragmentação e enfraquecimento político das classes trabalhadoras, o transformou, aos poucos, em mais um partido da nova ordem neoliberal. (FILGUEIRAS, 2006, p. 201)

ou não ao capital nacional -, podemos perceber como o “consenso fraco” de Fontes se faz notar no processo de nossa formação social, já que a essência da política neoliberal é atacar e restringir ainda mais os direitos sociais dos trabalhadores e dos demais setores subordinados da sociedade e o histórico anterior de nossa história demonstrava uma ação muito restrita do atendimento das demandas sociais dos setores subalternos..

Ainda cabe salientar que aquele bloco hegemônico burguês buscaram se associar os altos executivos administradores “em nome dos trabalhadores” dos fundos públicos, notadamente os de pensão de estatais ou sociedades de economia mista.

De qualquer forma, neste último período, por trás da estabilização monetária obtida e uma imediata ampliação de poder aquisitivo escondia-se um ataque violento ao pouco de bem-estar social implantado no Brasil e aos fundos públicos em favorecimento do grande capital nacional e estrangeiro. Também é importante ressaltar que o período de relativa estabilidade econômica resultante da aplicação do Plano Real foi precedido de um período de forte retração econômica com sérios efeitos estruturais para a classe trabalhadora, o que também ajuda a explicar o impacto da queda vertiginosa da inflação sobre o senso comum⁸⁰.

Podemos perceber que este período sucede a outro (além dos já citados entre 1910 a 1935 e 1960 a 1964), no qual os “de baixo” buscaram uma efetiva ampliação das políticas sociais promovidas pelo Estado – a chamada “década perdida” dos economistas burgueses, a década de 1980. Chama a atenção que a cada um desses momentos a burguesia deu uma resposta, em geral, autoritária. Nos dois primeiros períodos lançando

⁸⁰ O governo Collor, uma vez empossado, implantou uma política econômica recessiva. Em 1989, a economia crescera 3,3%. Collor assumiu o governo em 1990 e empurrou a produção para baixo -4,4%, em 1990, +1,1% em 1991 e -0,9% em 1992. Em 1993, já então sob Itamar Franco, vem a recuperação: a economia cresceu 5,0%. No triênio 1990-92, o desemprego cresceu bruscamente. A taxa de desemprego na Grande São Paulo, consideradas as médias anuais em porcentagem da PEA, estava, no ano de 1989, em 8,7%, em 1990, subiu para 10,3%; em 1991, para 11,7%; em 1992, para 15,2%. Essa taxa só sofreu uma pequena inflexão em 1993, quando teve uma pequena queda, para 14,6%. Os salários também foram para baixo na conjuntura recessiva do governo Collor. Em dólares de dezembro de 1993, o salário mínimo era de US\$88,55 em 1988 e de US\$90,93 em 1989. Em 1990, começou a queda, e ela foi brusca: US\$64,22 em 1990, US\$62,41 em 1991 e US\$65,70 em 1992. De novo o ano de 1993 indica uma recuperação ainda que inexpressiva – o salário mínimo subiu para US\$74,33. O rendimento médio mensal dos assalariados do setor privado (indústria, comércio e serviços) também apresentou curva semelhante. Portanto, em 1990, 1991 e 1992 caíram a produção, o emprego e os salários. Em 1993, todos esses três indicadores iniciaram uma pequena recuperação, sendo que o significativo crescimento do PIB em 1993 não foi acompanhado de uma redução digna de nota na taxa do desemprego – fato indicador de que as empresas aumentaram a produção sem aumentar o pessoal empregado. A recessão de 1990-92 contribuiu para que a atividade grevista diminísse muito – se em 1990 um total de 12,4 milhões de pessoas tinham participado de greves em todo o país, em 1991 esse número caiu para 8,8 milhões e, em 1992, despencou para apenas 2,9 milhões. (BOITO Jr., 1996, p. 7-8)

mão diretamente de um regime ditatorial, neste mais recente lançando mão de um projeto societário reacionário, o neoliberalismo.

Em que pese que o neoliberalismo tenha entrado claramente no cenário político brasileiro com a ascensão de Fernando Collor de Mello, a sua divulgação no seio da sociedade brasileira, já se fazia presente na década em questão.

Filgueiras (2006) chama a atenção para o fato de que durante o governo Sarney algumas iniciativas já haviam sido tomadas e que já havia uma forte massificação e propaganda da doutrina nos meios de comunicação de massa, contudo, segundo ele, havia por outro lado, uma forte resistência a mesma proveniente da ascensão dos movimentos sociais e sindical. Porém, a difusão dos ideais neoliberais através de indivíduos e instituições internacionais e brasileiras já fazia seu trabalho de construção de hegemonia buscando atrair, para além dos setores da burguesia, outros segmentos sociais.

Tanto Filgueiras (2006) quanto Boito Jr (1996), destacam que o bloco dominante conseguiu cooptar como aliados na implementação do seu projeto neoliberal a chamada classe média alta, que rejeitava o *Estado de Bem-Estar Social* (ou, mais precisamente, o que se constituiu de política social em nosso país), pois apenas o financiariam com o pagamento de impostos, sem utilizá-lo, e, que também, por outro lado, se identificava com os valores, hábitos e padrões de consumo dos países desenvolvidos.

Mas para além deste segmento social intermediário a burguesia também logrou cooptar vários segmentos dos setores marginalizados de nossa sociedade (a chamada baixa classe média, uma parte da grande massa operária, parcela dos desempregados, subempregados e trabalhadores autônomos), que nunca tiveram acesso ou o tinham de forma muito precária aos direitos sociais e trabalhistas.

Lógico está que um dos segmentos mais atingidos pela aplicação de medidas de caráter neoliberal seria dos trabalhadores em geral do setor público, um dos setores que rapidamente havia se levantado, em meio ao avanço do ascenso das lutas dos trabalhadores, ainda no final da década de 1970.

A burguesia, diante do esgotamento do MSI (Modelo de Substituição de Importações), do ascenso dos trabalhadores contra o regime, mas também contra os burgueses na luta pela garantia de direitos sociais e elevação dos níveis salariais, e, em particular, seus representantes políticos enquanto gestores do aparato estatal diante do levante dos servidores públicos, em especial, os vinculados à educação, buscaram atrair a revolta dos usuários mais desorganizados e explorados e utilizarem esta revolta para fazer a sua pregação privatizante, denunciar os gastos excessivos e mal utilizados pelo

Estado e atacar o funcionalismo público – apresentado a opinião pública como um setor de privilegiados parasitas.

No governo Collor de Mello, em que pese toda a estratégia citada acima de construção de uma ampla frente pluriclassista-técnica-política para implementar de forma mais coerente os preceitos neoliberais, houve a construção de uma resistência

A confirmar minhas observações no tocante a resistência que os setores mais organizados da classe vão fazer ao processo de implantação do neoliberalismo no Brasil, em particular, no período desta tese, minha pesquisa nos arquivos do SEPE/RJ me trouxe um farto conjunto de notícias de jornal que evidenciam estes processos contra hegemônicos, nos quais podemos, com certeza, incluir as lutas encaminhadas pelo sindicato.

Por exemplo, matérias de vários jornais entre os dias 11 a 15 de maio de 1990 (O Dia, Folha de São Paulo, O Globo) destacam o anúncio por parte do governo de demitir cerca de 300 mil servidores do serviço público federal e das estatais (a Folha fala de 360 mil). Em função de ser um sindicato da área da educação, a maior parte das matérias falam do corte de 30% de servidores nas universidades, fundações universitárias e escolas técnicas ou algo em torno de 42 mil funcionários. Também se destaca o percentual de 20% do pessoal da rede ferroviária (O Dia, 11/05/90, p. 3).

Mas, os mesmos jornais anunciam várias formas de resistência a tais processos. O Dia de 11 de maio informa sobre um showmício convocado pela CUT e pelo sindicato dos bancários do Rio, que entre outras coisas, serviria para alertar a população da entrada em greve das categorias dos bancários e dos ferroviários. Informava ainda da realização de um encontro nacional no dia 19 de maio de servidores públicos federais e trabalhadores de estatais para definir uma greve contra tais demissões.

Outra forma de resistência é demonstrada pelos reitores das universidades que informam em matéria da Folha de São Paulo de 17/05/90 sua reação as medidas governamentais. Numa matéria se coloca a posição do reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) de não fazer o corte de 30% dos servidores, pois segundo seus próprios cálculos, tais cortes representariam apenas uma queda de 11% nas despesas e que iria propor corte nas funções gratificadas e comissionadas e implantar o Regime Jurídico Único (RJU), que com o fim da arrecadação para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) produziria um corte de 8,5%. Outra matéria informava através de fala do reitor da Universidade Federal do Paraná que as instituições de ensino poderiam entrar na justiça contra os cortes.

Um clipping elaborado para a diretoria do SEPE/RJ datado de 24/05/90, nos informa da entrada em greve dos ferroviários contra a medida do governo de demitir 10.800 ferroviários da Rede Ferroviária Federal (RFFSA). O sindicato colocava como uma alternativa que as demissões começassem pelos 246 militares que ocupavam cargos de confiança com salários de mais de Cr\$ 24.600,00. Interessante é que o mesmo material informa que o presidente interino da rede, Francisco Chiesa, foi até o governo com uma proposta alternativa de enxugamento que não incluía demissões e recebeu do governo a informação de que o governo queria que as demissões ocorressem.

Tal informação nos lembra uma passagem de Sennett (2010, p.56-9) de como as demissões em empresas, a título de uma reestruturação ou “reengenharia” se tornou uma espécie de fetiche a ser seguidos pelas corporações empresariais como sinônimo de capacidade de persistência no mundo dos negócios e como, muitas vezes, apesar da lucratividade para o setor rentista, significou muitas vezes uma queda na produtividade e eficiência empresarial.

Outro clipping de 30/05/90 já anunciava que por força da greve o presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) já admitia começar as demissões pelos militares, porém queria manter 20 deles em “setores estratégicos” (órgãos de informação) e que, a essa altura, o Governo Collor também já admitia em rever a projeção inicial de demissão de 360.000 servidores.

Contudo, o discurso do “gigantismo e ineficiência estatais” combinado ao ataque sistemático aos “privilégios” dos servidores públicos continuou se mostrando um instrumento fundamental, quando, de forma coerente e continuada, no primeiro governo FHC, se buscou implementar a Reforma Administrativa do Estado, que veremos a seguir.

O processo para se garantir a aplicação e consolidação do projeto neoliberal no tocante à reforma do Estado pode se considerar iniciado a partir do final do primeiro ano do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995), quando uma série de medidas de ordem institucional e formal foram desenvolvidas. Assim, em 21 de setembro de 1995 foi aprovado pela então Câmara da Reforma do Estado o projeto de *Plano Diretor da Reforma do Estado*, posteriormente aprovado pela presidência da República em novembro do mesmo ano.

Mais à frente, o decreto nº 1.738, de 08/12/1995, instituiu, no âmbito do Ministério de Administração Federal e da Reforma do Estado o *Conselho da Reforma do Estado*, já previsto como uma das instâncias de aplicação do plano, no caso como órgão consultivo e de articulação com a sociedade civil.

Como parte do arcabouço ideológico desenvolvido para justificar a reforma neoliberal do Estado, se afunilava toda a crise econômica vivenciada ao longo da década de 1980, como resultante de uma crise do Estado, que, portanto, necessitava ser reformulado, para garantir um novo período de expansão⁸¹.

A forma pela qual se ocultaria a real intenção da privatização dos serviços públicos, (entre eles a educação, saúde, cultura e pesquisa científica), seria a transformação dos órgãos públicos em “*entidades públicas não estatais*” ou “*fundações públicas de direito privado*”, sem fins lucrativos, mas que teriam uma autonomia financeira e administrativa e que compactuariam contratos de gestão com o Estado recebendo uma dotação orçamentária pública. Seriam juridicamente falando caracterizadas como entidades semipúblicas, as Organizações Sociais (OS).

Na verdade, Sguissard e Silva Jr. (2001) buscaram demonstrar a partir de uma análise tanto dos fundamentos liberais quanto da análise crítica marxista, o quanto esta construção ideológica na verdade oculta uma transformação de entidades e órgãos públicos em entidades privadas. Outra parte da política de redução dos custos e responsabilidades do Estado, no caso, no nível federal, seria a “*descentralização*”, que significa concretamente na transferência das incumbências sociais para as instâncias estaduais e municipais. Um outro aspecto relevante desta “*contrarreforma*” era o que se volta para as relações de trabalho, conceituação e direitos dos servidores públicos.

O então ministro Bresser Pereira fez uma distinção de níveis ou campos de atuação do Estado, que passavam a ser divididos em quatro grupos distintos, tendo como consequência uma concepção administrativa diferenciada: o *núcleo estratégico* compreenderia as áreas do legislativo, judiciário, da presidência, a cúpula dos ministérios e o ministério público; o de *atividades exclusivas* compreenderia as áreas de regulamentação, fiscalização, fomento, segurança pública e seguridade social básica; o de *serviços não exclusivos* compreenderiam universidades, hospitais, centros de pesquisa e museus e, por fim, o de *produção para o mercado*, correspondente às empresas estatais. (BRASIL, 1995, p. 48)

⁸¹ O ministro considerava, então, a crise do Estado (crise fiscal, crise do modo de intervenção da economia e do social e crise do aparelho do Estado) a causa fundamental da crise econômica por que o país vinha passando nos 15 anos anteriores. Por crise fiscal, entendia a perda do crédito público e a poupança pública negativa. Por crise do modo de intervenção, o ‘esgotamento do modelo protecionista de substituição de importações, que foi bem-sucedido nos anos 1930, 1940, 1960, mas que deixou de sê-lo há muito tempo’ (Bresser Pereira, 1991: 1). Finalmente, por crise do aparelho do Estado, objeto de sua principal preocupação, o ministro entendia a ocorrência do clientelismo, da profissionalização insuficiente e que, a partir da Constituição de 88, sofreria de mal oposto: ‘enrijecimento burocrático extremo’ (SGUISSARDI & SILVA Jr., 2001, p. 29)

Por esta concepção do aparato estatal se entendeu que os direitos de estabilidade e regime jurídico estatutário só deveriam ser mantidos para o primeiro grupo, o chamado “*núcleo estratégico*”, os demais seriam então setores onde não se teria a necessidade dessas prerrogativas. Da mesma forma, a propriedade só se manteria estatal nos dois primeiros grupos, sendo o dos *serviços não exclusivos* orientados para um processo de “*publicização*”, ou como diz o texto do Plano Diretor “a descentralização para o setor público não estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado” (BRASIL, 1995, p. 12-13), um eufemismo para a privatização dos serviços públicos e o das empresas estatais, para a continuidade do processo de privatização.

Obviamente toda esta caracterização do aparato estatal acabava por se defrontar com o corpo dos funcionários públicos. O governo, através do Plano Diretor, encarava a extensão do Regime Jurídico Único (RJU) para todos os servidores civis da União, dos estados e dos municípios, assim como o direito a uma aposentadoria com proventos integrais como “a instituição de uma série de privilégios” (ibid., p. 21) que por uma lado impediria as ações do Estado em fazer a “adequação dos quadros de funcionários às reais necessidades do serviço, e dificulta a cobrança do trabalho” (ibid., p. 26) e encarecia o “custeio da máquina administrativa tanto no que se refere aos gastos com pessoal como bens e serviços” (ibid., p. 22).

Concluía que a “legislação que regula as relações de trabalho no setor público é inadequada, notadamente pelo seu caráter protecionista e inibidor do espírito empreendedor.” (Ibid., p. 27) De conjunto defendia uma reforma administrativa e uma previdência para os servidores com menor custo e maior semelhança com a do setor privado.

Em minha dissertação aponteí ações por parte do governo Marcello Alencar que evidenciavam traços deste tipo de análise sobre uma reconfiguração da estrutura e dos quadros funcionais do Estado brasileiro.⁸²

⁸² Outro informe importante tratava da denúncia dos aumentos diferenciados que seriam dados ao funcionalismo, sendo de 9% para a maioria dos funcionários municipais e 25% para os procuradores e fiscais. Aumentos que, adicionados a outros benefícios, chegariam a 150%, havendo também 138% de reajustes para todos os cargos comissionados. Nesse quesito, informava que a comissão presidida pelo vereador Guilherme Haeser faria uma emenda estendendo os 25% para todo o funcionalismo.

A assembleia seguinte realizou-se em 13 de dezembro, começando com o informe de que o plano de carreira da prefeitura já se encontrava na Câmara desde o dia 8 e que, de fato, não houve uma negociação com o governo, mas sim só esclarecimentos quanto a determinados aspectos do plano: *boletim de merecimento* e promoção por tempo de serviço. Informava-se que a paridade estava ameaçada tano no estado quanto no município. Também se informa que o SEPE tinha conseguido que seu plano fosse apresentado como substitutivo ao do governo pela Comissão de Educação. (TEIXEIRA, 2014, p. 158-166)

Todo este arcabouço legal-jurídico-ideológico iria confrontar o movimento dos servidores públicos das três instâncias e de todos os poderes e como busquei apresentar em minha dissertação, alguns governos, no caso, o do município do Rio de Janeiro, já começavam a colocar em prática algumas dessas diretrizes

Mas, a partir desta hipótese podemos levantar a suposição que o governo Marcello Alencar logrou tentar a construção de uma hegemonia dentro do município em relação ao conjunto dos servidores públicos. Bem-posto, que se tratou de uma clara hegemonia civil que combinou tanto os aspectos de coerção – bastantes reforçados, como podemos observar em nossa história recente - quanto aqueles de convencimento e que se circunscreve nesta conjuntura mais ampla já citada por Fontes de uma tentativa de hegemonia através da propaganda neoliberal.

Porém, nossas primeiras impressões é que esta tentativa não chegou ao seu resultado categórico, pois uma concessão, ainda que secundária, mas importante, pelo menos para o senso comum, para o pensamento fragmentado e imediato do grande maioria da população, precisava ser oferecida e a história hoje nos prova que esta concessão veio apenas com a implantação do Plano Real (1994) e sua aparente liquidação da curva inflacionária que assolava a maioria dos brasileiros desde o final do regime civil-militar.

Ora, de nada adiantava, concessões quase que mensais de reajustes, como procurou fazer a prefeitura do Rio de Janeiro, se a inflação corroía tais ganhos tão rapidamente, como veremos no capítulo a seguir, além do que existia o passivo da lei 1016/1987 (vide notas de rodapé nº 11, 96 e 98, páginas 61-199-200), que nunca foi efetivamente pago. A entrada do governo Marcello Alencar foi uma demonstração de coerção usando os aparelhos estatais (Executivo, Legislativo).

Afora, que, como já indicamos anteriormente (vide p. 117-118), são as instâncias governamentais as que mais fielmente vão seguir as orientações de corte e enxugamento de gastos, o que os levou invariavelmente a ter posturas muitas restritivas com o segmento dos servidores públicos por parte dos governantes e seus secretariados.

Assim sendo, mesmo quando o mandato de Marcello Alencar tentou, no período estudado, responder a alguma reivindicação (como veremos na questão do plano de carreira) procurou fazê-lo pelo seu prisma, no qual a contenção dos gastos já era uma

cláusula pétrea, o que redundou, pelo menos no caso do magistério municipal, em graves perdas funcionais.

II.6 – A tipificação de Florestan Fernandes para as possibilidades revolucionárias no Brasil

A esta altura do desenvolvimento de todo o raciocínio que venho expondo desde o primeiro capítulo, já ficou pacificado que estamos falando das limitações e contradições de nossa sociedade, com o seu desenvolvimento dependente – ainda que desejado pelas forças burguesas internas.

Tocado a partir dos interesses do capital internacional e do que Fernandes chama de “países hegemônicos” esse processo tende a chocar as aspirações mais básicas por demandas de perfil democrático da maioria da população em relação aos interesses fechados e restritos da burguesia (Fernandes chega a chamá-la de “classes altas”) e das frações mais elevadas da classe média.

Também acredito que fica pacificado o entendimento que as tensões, conflitos e contradições por si só não impelem exatamente aqueles setores alijados da obtenção mínima de seus direitos sociais a uma luta social de caráter revolucionário.

Florestan passa em seus escritos, às vezes, um certo ceticismo quanto a essas possibilidades em função do esmagamento social, cultural, econômico que essa imensa maioria vivencia, (FERNANDES, 1975 a, p. 304, 1975b, p. 82-83-84) mas em outras ele coloca de forma bastante evidente que é desses setores sociais que pode efetivamente sair a superação do desenvolvimento até então limitado de nossa sociedade. (FERNANDES, 1975b, 95)

Ele mesmo nos dá as pistas ao demonstrar que os trabalhadores e despossuídos, ora são envolvidos pelos discursos ideológicos de caráter nacionalista, desenvolvimentista ou populista (o que ele caracteriza como uma degeneração do que seria um verdadeiro impulso revolucionário burguês) e tendem a acreditar que os surtos modernizadores significam um avanço social concreto. Ora tentam alcançar um determinado patamar de ascensão social, ainda que canhestra, que a condição de operário assalariado confere.

Por outro lado, percebemos que outra armadilha para a dificuldade da superação do quadro societário capitalista em nosso país também passa pelas concessões e intervenções burguesas via Estado para ter o controle dos movimentos sociais – como

evidencia a permanência até hoje de boa parte de toda a estruturação sindical pensada no período do Estado Novo e pelas orientações emanadas pelos agrupamentos político-partidários que hegemonizaram o processo de lutas de classes, pelo dos anos 1930 até início deste novo século.

Trata-se de entender também que aquele universo pensado e refletido por Fernandes se complexificou ainda mais com o advento do ideário neoliberal e seu processo de hegemonia em todo o mundo ou pelo menos das áreas mais significativas da economia mundial. Harvey destaca como na boca dos economistas, políticos e comentaristas econômicos e políticos a cartilha de “soluções” neoliberais são recitados como quem reza um credo ou um mantra, atuando sobre as consciências da população fazendo o seu papel de coerção ideológica a serviço do status quo capitalista.

Como Harvey bem colocou o pensamento neoliberal, pós-moderno e pós-estruturalista se tornaram um pensamento hegemônico a nível da intelectualidade acadêmica e se torna mais um empecilho a ser superado

Por isso retorno, na falta de um outro instrumental pensado para nossa realidade, nas categorizações que Fernandes estabeleceu para as possibilidades revolucionárias em nosso país.

Florestan estabelece duas categorias para o processo revolucionário: a categoria “revolução dentro da ordem” e “revolução contra a ordem”. Na primeira ele circunscreve tanto as ações modernizadoras realizadas pela burguesia no âmbito do desenvolvimento capitalista dependente, assim como o que ele chama de “revolução constitucional”, que seria uma tipificação do movimento golpista civil-militar de 1964, está límpido que este tipo de revolução se dá centralmente no processo econômico, mas acaba sempre por causar impactos em outros aspectos da sociedade.

Um outro aspecto da categoria “revolução dentro da ordem”, seria a que remete ao visão clássica de uma revolução de caráter democrático-nacional, que poderia ser levada adiante, pelas próprias palavras do autor, tanto por setores burgueses e pequeno-burgueses quanto pelos trabalhadores e demais despossuídos em função de sua luta por direitos e cidadania. No caso de ser através da primeira hipótese, ele vislumbra o que deveria ser um “neocapitalismo de Estado”.

Apesar, de na maioria das vezes, Fernandes descartar a possibilidade de que tal revolução seja feita por algum setor da classe dominante, ao final, ele a mantém como uma possibilidade diante do imponderável que o futuro representa. (FERNANDES, 1975b, p. 145-149-152)

Para mim, trata-se de uma condescendência acadêmica, visto que, como apresentei e defendo, baseando-me em Lênin e Trotsky, não há possibilidade deste processo ocorrer a partir de um setor burguês. Lembrando que o próprio Florestan lembra continuamente que abrir um processo destes poderia redundar na perda de controle burguês e redundar num processo de “revolução contra a ordem”.

Outro elemento que a realidade nos apresenta para reforçar esta tese foi a transição do regime autoritário para o democrático, o quanto a burguesia buscou fazer, mais uma vez, uma *transação* de passagem do poder das mãos dos militares e seus representantes tecnocratas e políticos para os representantes políticos da burguesia liberal conservadora e todo o percurso posterior até os dias de hoje. A burguesia de conjunto sempre buscou o caminho da conciliação, da ação preventiva, da cooptação nas ações superestruturais, enquanto utilizando o poder do seu Estado implementa uma “guerra civil latente”.

Quanto a outra categoria, a “revolução contra a ordem” ela se apresentaria para Fernandes enquanto “em termos de criação de alternativas capitalistas (ou seja, de um neocapitalismo capaz de vencer, a partir de dentro, as causas e os efeitos do subdesenvolvimento”, (FERNANDES, 1975b, p. 88) , ou pela variante que acabo de apresentar ou, então, aquela que me parece que majoritariamente Fernandes defende que seria a possibilidade de uma revolução popular de caráter socialista, advinda de um processo de amadurecimento político dos setores subordinados. (ibidem, p. 145)

O que chama minha atenção em toda a tipificação que Florestan apresenta é a de que a partir de lutas reivindicatórias “por dentro da ordem”, a partir das contínuas experiências que essas lutas podem trazer, além é claro da ação consciente que organizações político-partidárias podem ter neste processo, buscando fazer a conexão dessas lutas de caráter econômico-corporativo para um projeto social alternativo, se possa avançar, para o que Fernandes classificou de “revolução contra a ordem”.

II.7 – Conclusão do segundo capítulo

Neste capítulo pudemos fazer um quadro sinótico do desenvolvimento de nossa sociedade à luz do capitalismo dependente, de como este processo de desenvolvimento construiu uma sociedade na qual, por um lado, a burguesia vive um contínuo processo de reorganização e recoesão, buscando o desenvolvimento interno de uma economia de mercado, mas sempre imbrincada com os interesses da burguesia imperialista.

Este processo implica em uma contínua não realização coerente das conquistas democráticas históricas, enquanto o próprio desenvolvimento capitalista dependente aprofunda as características de uma sociedade de classes e, em decorrência deste desenvolvimento, de um processo de demandas não alcançadas que não deixa de crescer em função da superposição das reivindicações mais antigas às novas que o próprio processo de modernização vai criando.

Nesse processo podemos entender que a “nacionalização restrita do Estado”, ou o “consenso fraco” que nos apresenta Fontes, seja a tônica de nossa sociedade, ou seja, as concessões vêm em espasmos, de forma limitada ou incompleta, como respostas atrasadas às pressões exercidas pelos “de baixo” e acabam vindo combinados, de alguma forma, a um resposta de caráter autoritário. A incorporação da violência de classe de forma estatizada ou de forma privada é uma marca constante de nossa sociedade.

O último processo, o que corresponde a transição para um regime formalmente democrático, talvez como reflexo das próprias transformações que a estrutura social passou, não vieram no bojo de um regime autoritário, mas de uma forma que se aproxima com o que Florestan fala de um Estado democrático, mas que é, na verdade, oligárquico, restrito em sua essência.

Fruto das pressões sociais a institucionalização do regime democrático veio corporificado na nova Carta Constitucional, que respondeu, ainda que de forma limitada, as demandas que eram colocadas. O que vemos é que a burguesia, nem bem a Carta completou um ano de existência passou a tramar as formas de como modifica-la, para adapta-la ao novo modelo de acumulação que foi incorporado no período.

Para isso contou a entrada em cena como solução hegemônica da burguesia para a crise que se vivia, o ideário neoliberal e a construção de um projeto neoliberal atinente às características de nossa sociedade (vide Filgueiras na página 67).

Como exposto no capítulo, a nova estratégia da burguesia para conseguir um consenso imediato foi combinar o discurso antiestatal próprio do ideário neoliberal com a conjuntura de rechaço ao regime autoritário e, por tabela, contra os serviços públicos e seus trabalhadores, apresentados como privilegiados que parasitavam os recursos públicos. Este foi um dos eixos principais da campanha eleitoral de Fernando Collor de Mello, a primeira experiência da implantação do projeto.

Depois, após essa primeira experiência burguesa, veio a estratégia de “estabilização” da economia, no período do mandato tampão de Itamar Franco, entre 1992 a 1994, com a queda brusca do processo inflacionário e a valorização da nova moeda, o

Real. Essa foi a grande “ilusão” criada para ganhar o conjunto do conjunto da população um “consenso” bem conjuntural (o que não significa unanimidade total) para se ter o tempo necessário para avançar em mais medidas e contrarreformas neoliberais.

Logo em 1995, se começa a implantar a Reforma Administrativa do Estado e, mais adiante, em 2000, se promulga a Lei da Responsabilidade Fiscal, duas medidas fundamentais dentro da lógica de se recuar a ação estatal para abrir novas áreas de ação para o capital (direitos sociais se transformando em mercadorias) e se garantir o retorno da aplicação do capital financeiro na dívida pública.

Mas também para isso também contou o processo de instauração, junto à classe trabalhadora e demais setores explorados e oprimidos de uma nova direção hegemônica que no seu processo de sua ascensão, refletindo, em parte, o próprio desenrolar das conjunturas históricas (a hegemonização do discurso neoliberal, pós-moderno, a falência do chamado “socialismo real”) em parte por opções construídas a partir de condições e pressões concretas de existência (interesses de controle e ampliação de privilégios burocráticos) acabou por aderir, como uma colateral cooptada do mesmo projeto. Um caso de “transformismo” ou da “democracia por cooptação”, de uma forma ainda mais ampliada do que nos falou Florestan.

Neste capítulo buscamos traçar, de forma sintética, a evolução concomitante com o desenvolvimento de nossa sociedade, exatamente do segmentos dos trabalhadores vinculados ao aparato estatal, dando a ênfase a formação e constituição do setor vinculado à educação pública e o seu processo contínuo de proletarização, ainda que se encontre, pelo menos nesse período, traços de ideologias pequeno-burguesas que se expressavam nos momentos de luta da categoria, como poderemos verificar melhor no próximo capítulo.

Por fim, discorreremos sobre a tipificação que Fernandes buscou construir para desenhar a possibilidades de ocorrência de processos revolucionários em uma formação social como a nossa. Procuramos fazer uma sucinta exposição e também colocar nossa própria avaliação em torno das categorias criadas.

No próximo capítulo faremos uma análise do período do governo de Marcello Alencar na prefeitura do Rio de Janeiro, na qual poderemos perceber, muito didaticamente, como em uma espécie de laboratório, no processo histórico, algo muito próximo do que Engels buscou caracterizar em sua famosa *Carta a Joseph Bloch* e Harvey com sua *Teoria da Coevolução*, quanto as interações entre diferentes

determinações objetivas, ou “paralelogramos de forças” (ENGELS) ou “esferas de atividades” (HARVEY).

Veremos como, num período de reinstalação do regime democrático burguês em nosso país, numa das principais capitais do país, no processo inicial de implantação do projeto neoliberal, sob os impactos do fim do que até então era visto como o bloco socialista e todas as consequências que isso criou a nível das direções, organizações sindicais e partidárias, a luta de um fração da classe por suas demandas fundamentalmente democráticas, ou seja “por dentro da ordem” foi tratada de forma violenta como, no dizer de Fernandes, existisse ali um “inimigo principal”.

3º CAPÍTULO: uma experiência de construção de hegemonia no Brasil

III.1 – Introdução do terceiro capítulo

Este capítulo é o que traz todo o resultado da pesquisa empírica, feita até aqui, e das conclusões resultantes das entrevistas que foram realizadas especialmente no período do mês de novembro de 2017. Em primeiro lugar, devo deixar muito claro que não consegui fazer todas as entrevistas que cheguei a planejar. Como já expus na introdução desta tese, há uma grande lacuna em relação a oportunidade que as entrevistas dão de recuperação/exposição da voz dos dominados e oprimidos, não consegui fazer nenhuma entrevista com funcionários de apoio.

Este setor tinha uma grande importância porque o período que eu cubro em minha pesquisa é muito próximo do início da incorporação deste segmento a base social do sindicato (1987), conseguir recuperar como essas pessoas de carne e osso viram esse processo seria muito interessante. Depois, este setor era claramente secundarizado em termos de política governamental e educativa. Minha pesquisa empírica comprova que tanto no estado quanto no município esse setor ganhava o salário mínimo (ainda que para alcançá-lo os governos lançassem mão de todos os artifícios legais, como adicionar ao valor gratificações, triênios e, por fim, o complemento necessário para atingir o mínimo previsto em lei).

Em segundo lugar, algumas pessoas que pensei em entrevistar não consegui o contato ou não consegui a disposição pessoal para isso. Gostaria também que ele fosse mais diverso em termos das percepções a partir também da opção político-partidária e sindical que os vários companheiros/companheiras que militavam junto ao sindicato ocupavam naquela conjuntura.

O período que eu estudei demarca o momento que as forças que se colocavam expressamente como cutistas e majoritariamente petistas passam a dirigir o sindicato. E sabemos que a CUT neste momento histórico refletia uma grande diversidade de posições, em que pese que a hegemonia da corrente Articulação avançasse cada vez mais ao longo desse período.

Essa luta renhida por garantir sua hegemonia dentro dos aparatos tanto do PT quanto da CUT incidiram para, como já expomos no segundo capítulo, através da contínua transformação de seis eixos político-programáticos, progressivamente flexionar estes organismos a uma incorporação cada vez maior aos limites da ordem democrático-

burguesa. A perspectiva socialista foi ficando cada mais diluída na discussão do resgate de uma cidadania *para todos* e de um desenvolvimento da economia nacional e ampliação do mercado interno.

Mas, acredito que o grupo com que entrei em contato me deram informações e avaliações muito significativas, inclusive preenchendo lacunas que não consegui responder no período da dissertação e, ao mesmo tempo, me apresentando incorreções de análise que cometi quando da elaboração daquela.

Para ser mais exato, das 17 entrevistas, dezesseis eram filiados ao sindicato, dez se apresentaram como filiadas a partidos e a maioria (seis) se caracterizaram como filiadas ao PT, uma ao PDT, uma ao PFS (Partido da Frente Socialista), racha do Coletivo Gregório Bezerra, que veio a confluir no processo de fusão que resultou na criação do PSTU.

Quatro se apresentaram como pertencentes à Convergência Socialista e não ao PT, apesar desta ser uma corrente interna do PT. Tal situação se explica porque nesse período os atritos políticos entre esta corrente, como já evidenciado no segundo capítulo, com a corrente hegemônica Articulação acabaram levando a sua ruptura-expulsão em 1992, portanto, no período estudado, algumas pessoas entraram na corrente, mas não se filiaram ao PT, por discordarem do mesmo.

Houve caso de trânsito de uma organização para outra, como foi o caso da professora Edna Oliveira Félix, que nesse período transitou do PDT para a CS, houve também o caso de uma outra participante, a professora Dorotéia Frota que transitou de simpatizante do PDT para simpatizante do PT.

Em termos de correntes sindicais, praticamente o grupo se dividiu ao meio, oito afirmaram participar ou estar próximos de alguma corrente sindical e nove, não. A distribuição ficou exatamente assim: três se definiram como participantes da Cut pela Base e uma como próxima a esta corrente; duas como participantes de Democracia e Luta (corrente que agregava, militantes da CS/PSTU e independentes); uma de Trabalhadores em Luta (corrente do PFS) e um como próximo da corrente Articulação Sindical. Em termos de ocuparem alguma função sindical, sete não ocuparam durante o período nenhuma função e nove sim.

Quanto a situação funcional seis tinham apenas uma matrícula, sete duas e uma matrícula e uma dupla regência. Em termos de função, dez eram professores II (C.A. e primeiro segmento do ensino fundamental); três professor I (segundo segmento do ensino fundamental); uma professora de sala de leitura em uma das matrículas e uma professora

I e II, numa matrícula, e coordenadora pedagógica e diretora em outra. Na época, 14 eram professores ativos e uma já estava aposentada em uma matrícula, os demais eram da rede estadual.

Em termos de formação acadêmica, quatro possuíam a formação de professores, sendo que uma tinha um adicional de pré-escolar e duas começaram ou já estavam cursando curso de licenciatura, nove possuíam licenciatura, tendo uma já uma especialização e outra um mestrado.

Os bairros onde moravam os entrevistados se distribuíam em sua maioria na Zona Norte da cidade (12), quatro em bairros da Zona Oeste e um no centro. Dois dos entrevistados moravam em municípios da Baixada, sendo que uma é a professora Florinda Lombardi, que nunca foi da rede municipal, mas ocupou o cargo de presidente do sindicato no período estudado.

As escolas praticamente se dividiam entre a Zona Norte (11) e Zona Oeste (9), além de uma escola no centro e duas unidades em comunidades (Jacarezinho e Cidade de Deus). Três eram CIEPs, 17 regulares.

Como já explanada na introdução desta tese, percebi como impossível buscar fazer um resgate de memória e uma análise histórica da correlação de forças e da experiência adquirida pela categoria do município, sem tocar e acompanhar, ainda que secundariamente os acontecimentos na rede estadual.

Primeiramente, porque são as duas grandes redes nas quais se apoiaram os militantes para construir a entidade e, em segundo lugar, porque havia uma interpenetração entre as duas categorias, porque muitos profissionais trabalhavam em ambas, porque a militância nos fóruns da entidade se encontravam e trocavam experiências e porque, muitas vezes desde a fundação do CEP, ambas as redes tiveram sob o mando de políticos de mesmo partido, em especial do PMDB e do PDT.

Começamos este capítulo buscando dar um quadro de todas as delimitações e restrições que envolviam os municípios brasileiros no período final do regime civil-militar, sua situação de restrição orçamentária, fruto da política concentradora de recursos sob o executivo federal – o que levava a uma contínua e profunda dependência dessas instâncias político-administrativas ao poder central -, o que muito agradava os militares e seus assessores civis, pois significava, para além e combinado ao quadro de restrições políticas mais amplo que já atuava sobre as administrações, uma forma muito direta de se garantir o controle político.

Tal situação se imbricava com a resultante de todo o processo de crescimento e desenvolvimento dependente da sociedade brasileira, que redundava numa contínua, crescente e, ao se adentrar na década de 1980, ativa cobrança por parte da população em geral e, especialmente, dos setores mais explorados, da prestação dos serviços públicos mais básicos, entre eles, o acesso à educação.

A partir de uma rápida análise sobre o processo de transição do regime civil-militar para o democrático recuperamos neste capítulo parte das análises e narrativa presentes no terceiro capítulo de minha dissertação *“Greve Geral dos Servidores Públicos Municipais do Rio de Janeiro: Luta de Classes no Processo de Implantação da Política Neoliberal no Município do Rio (entre 1987 e 1989)”* (2014), em particular, um sumário do que foi o governo do primeiro prefeito eleito pelo voto em toda a história da cidade do Rio de Janeiro, o político então pedetista e com uma trajetória de oposição ao regime autoritário, o ex-senador Francisco Saturnino Braga.

Também recolho de minha dissertação os aspectos ligados a crise política e financeira que enfrentou em seu mandato, que redundou na mais longa greve até então realizada pelos servidores do município do Rio de Janeiro, a greve de 162 dias, que se iniciou em 21 de setembro de 1988 e foi até primeiro de março de 1989.

Ainda no corpo da dissertação analisamos o primeiro ano do governo Marcello Alencar que sucedeu o de Saturnino. Como ele, Marcello também era pedetista, também foi um político com uma trajetória de oposição ao regime anterior⁸³, mas já havia assumido por indicação do governador Leonel de Moura Brizola, durante o seu primeiro mandato de governador, a administração da capital do estado.

⁸³ A trajetória política de Marcello Alencar se iniciou ainda na década de 1960, seu primeiro cargo parlamentar foi o de senador pelo antigo Estado da Guanabara, ocupando a vaga que era de Mário Martins, entre setembro a dezembro de 1967. Atuou como intermediário entre os estudantes e o governo durante as manifestações de protesto ocorridas em 1967 e 1968. Defendeu uma série de pessoas atacadas pelo regime autoritário e sua oposição ao regime acabou levando à cassação de seus direitos políticos em 07 de fevereiro de 1969 à luz do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Também perdeu o cargo na procuradoria-geral do Instituto de Administração Financeira da Previdência Social, que exercia por concurso desde 1953. Recuperou seus direitos políticos com a decretação da Lei de Anistia em agosto de 1979, filiando-se ao PDT. Em março de 1983, assumiu a presidência do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ). Em novembro, foi indicado para substituir o médico Jamil Haddad no cargo de prefeito da cidade do Rio de Janeiro, ocupando efetivamente o cargo em 5 de dezembro. Permaneceu à frente da prefeitura do rio até 31 de dezembro de 1985, passando o cargo para Roberto Saturnino Braga no dia seguinte. Foi indicado em maio de 1988 pelo ex-governador Brizola como candidato à sucessão de Saturnino, vindo a ganhar a eleição com 31,65% do total do eleitorado (998.008 votos). Após 13 anos de militância no partido, Marcello deixou o PDT, em março de 1993, filiando ao PSDB. Neste partido concorreu ao cargo de governador do estado do Rio de Janeiro, vindo a ganhar. (extraído de WWW.FGV.BR/.../VERBETE-BIOGRAFICO/MARCELLO-NUNES-DE-ALENCAR)

Minha conclusão foi a de que este novo governo de Marcello Alencar poderia ser caracterizado como *protoneoliberal*, pois deduzi que algumas das medidas que tomou ao iniciar o seu novo mandato – e que também se confirmaram agora quando da análise do restante de seu mandato –, traziam já a marca do neoliberalismo.

Em seguida, eu faço uma análise dos três restantes anos de seu mandato (1990, 1991 e 1992), buscando acompanhar sua política junto aos profissionais da educação, a saber; quais as principais estratégias políticas usadas por ele e sua equipe no trato com a categoria e seu sindicato e como os profissionais da educação, a partir da militância e da entidade sindical, buscaram se recuperar do impacto da derrota da greve de 162 dias e tentaram preservar suas principais conquistas, em especial, seu plano de carreira, alcançado pelas greves de 1986 e 1987 e a garantia de eleição para os diretores de escolas, além, obviamente, das lutas mais imediatas por recomposição salarial e melhores condições de trabalho.

O envolvimento da categoria com as duas questões acima mencionadas, em conjunção com a própria conjuntura da época de ascenso das lutas sociais e das demandas de cunho democrático, acabaram por se materializar em artigos da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, como podemos perceber nos artigos abaixo:

Art. 328 - É assegurado plano de carreira para os profissionais de educação, garantida a valorização da qualificação e da titulação profissional independentemente do nível escolar em que atue, inclusive mediante a fixação de piso salarial.

117 Parágrafo único - Na organização do sistema municipal de ensino serão considerados profissionais do magistério público os professores e os especialistas de educação.

Art. 322 - O dever do Município será efetivado assegurando:

VIII - a eleição direta para direção das unidades da rede municipal de ensino público, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, na forma da lei; (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 05 de abril de 1990)

Outras reivindicações foram incorporadas ao texto da lei, mas depois foram alteradas, em prejuízo do direito à uma educação de qualidade, como os atinentes aos percentuais a serem dispensados à rede pública municipal, como podemos perceber nos trechos destacados abaixo:

Art. 323 - O Município aplicará, anualmente, nunca menos de trinta e cinco por cento da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

• **Declarada a Inconstitucionalidade na RI n.º 61/1998.**

§ 1º - Os recursos públicos municipais destinados à educação serão dirigidos, exclusivamente, para a rede pública, assegurando prioridades ao ensino obrigatório.

§ 2º - O Município destinará à educação especial percentual de, no mínimo, dez por cento do orçamento destinado à educação.

• **Declarada a Inconstitucionalidade na RI n.º 61/1998.**

Percebo até este momento que o governo buscou derrotar e desmoralizar politicamente tanto a categoria quanto o sindicato, mas não deixou de tentar apresentar uma política de concessões, nas quais se destacam, a busca por garantir reajustes quase mensais, a concessão no tocante ao período de planejamento das atividades pedagógicas⁸⁴ e a política de convênio com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para oferecimento de cursos de qualificação acadêmica e profissional.

De qualquer forma, o prefeito não conseguiu fazer seu sucessor e, para mim, inicialmente, isso demonstraria que teria falhado ao tentar garantir uma hegemonia de seu grupo político frente tanto a sociedade carioca. Porém o resgate através das leituras e da análise do material jornalístico do período combinado com as respostas obtidas na esmagadora maioria das entrevistas apresentou outro quadro analítico.

Primeiramente, quero resgatar as características peculiares desse período histórico que se distinguiu, por um lado pela conjugação do início efetivo de aplicação do receituário neoliberal e o aprofundamento da crise econômica do país, com a consequente corte de horrores dessas duas determinações para a classe trabalhadora de conjunto, e por outro lado, até como resposta a essas mesmas determinações – ainda que por motivos diversos a depender da fração de classe envolvida no processo -, com o movimento que levou a renúncia do primeiro presidente eleito após quase três décadas.

Na verdade, mais do que qualquer outra coisa a não eleição do candidato da situação (PDT) naquele momento é uma síntese de várias determinações nas quais, como sempre ocorre, influíram determinações de caráter nacional até características pessoais e questões locais. Nas Considerações Finais exporei esta questão com mais detalhes.

De qualquer forma, posso já afirmar que a categoria recuou, a partir de uma vivência histórica para uma situação mais defensiva, sem porém abandonar totalmente a luta reivindicatória, que, talvez, devêssemos falar mais garantidora de alguns itens

⁸⁴ Nós aumentamos nosso tempo de reunião pedagógica. No Rio de Janeiro chama centro de estudos, em Caxias chama outra coisa, é grupo de estudo, GE, mas aqui no Rio nós tivemos aí uma pequena, uma “balinha”, ele deu um “dropzinho”, de 15 em 15 dias a gente se reunia duas horas e meia e passou a ser um dia. A gente dispensava as crianças naquele dia e naquele dia a gente só se reunia. (entrevista com a professora Vera Nepomuceno)

vinculados a sua existência do que propriamente reivindicatória no sentido de lutar por novos ganhos. E, como já exposto na introdução deste trabalho, recuou também em suas formas de luta, relegando o instrumento da greve geral por tempo indeterminado para as calendas gregas.

Óbvio, que nisso podemos colocar o conjunto da classe nesse período dentro de uma situação defensiva, ainda que com suas particularidades de fração a fração. Ilustro aqui o que falo com o resgate de duas falas, as das professoras Vera Nepomuceno e Maristela Abreu, respectivamente:

Maristela Abreu - Prá pá de cal, a pá de cal foi 95. Foi a derrota da greve dos petroleiros, aquilo foi uma pá de cal. A categoria, eu não sei se tu lembra, em 95 nós fizemos cesta básica, campanha financeira para os petroleiros, para que eles resistissem a mais de 30 dias. Eles tavam resistindo, né?! A 30 dias...

Vera Nepomuceno - Nós estávamos entrando na década de 90 e o que foi a década de 90 no Brasil? A década de 90 no Brasil foi o processo da política neoliberal, pou, entrando, né?
Mal conseguimos levantar a cabeça para respirar, a começamos a nos organizar nas entidades de classe, veio a onda neoliberal que, brum, solapou tudo.

A categoria refluuiu, mas com peculiaridades nesse processo que irei apontar no transcórre do capítulo e na conclusão final.

A evolução da pesquisa e dos encontros para as entrevistas acabaram por me levar a entrar no período logo seguinte ao de Marcello Alencar, o de seu sucessor, César Maia, portanto, necessitei registrar as impressões e análises que, em especial, as entrevistas trouxeram, não só para demarcar os aspectos de continuidade em contraposição as diferenças no ato de governar, quer dizer, de manter a hegemonia burguesa na cidade e indicar a trilha pela qual a pesquisa pode ser continuada.

III.2 – A realidade dos municípios brasileiros, em particular o do Rio de Janeiro, no processo da transição do regime civil-militar para o democrático (1982-1988)

O Brasil adentrou a década de 1980 num quadro de acelerado processo de aprofundamento de uma crise do modelo econômico, com grandes repercussões tanto na realidade social quanto na política. Um dos principais resultados foi a construção do maior ascenso de lutas na sociedade brasileira, aonde, com já pontuamos, vimos surgir

um novo segmento de dirigentes sindicais, a partir da região do ABC paulista, e a reverberação desse processo na constituição de organismos que pontuariam de forma cada vez mais intensa a história do país nas três décadas seguintes, citamos a constituição do Partido dos Trabalhadores (PT - 1980), a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT - 1983) e a organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST - 1984).

Todo este ascenso em nível nacional dos setores dominados contribuiu para o processo que já começava a ocorrer desde o fim do Milagre de busca tanto por uma nova configuração das diversas frações da burguesia, quanto por uma redefinição do regime político e até da atuação do Estado. Este processo de redefinição dos projetos da burguesia também foi alimentada pelo temor da perda do controle político da sociedade.

Neste processo uma primeira alternativa política majoritária foi o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que, apesar de ser um partido oriundo da estratégia política do regime passado, apresentou-se como uma alternativa legal e viável para demonstração da insatisfação de crescentes segmentos da sociedade brasileira e, portanto, surgiu como um espaço político-partidário para abrigar os interesses, senão da totalidade, dos setores mais significativos das frações burguesas brasileiras.

No processo de distensão gradual liderada pelos intelectuais orgânicos do regime civil-militar tivemos o retorno a eleição de governadores e o PMDB pontuou como o partido de oposição vitorioso (lembramos que a revisão restritiva da legislação partidária o país contava com mais três partidos além do citado e do Partido Democrático Social - PDS – nova configuração da ARENA -, a saber, o Partido trabalhista Brasileiro, PTB, o Partido Democrático Trabalhista, PDT e o Partido dos Trabalhadores, PT).

Em que pese não ter vencido em todos os estados em que tinha apostado, ganhou naqueles de maior concentração populacional e de maior importância econômica⁸⁵. Em particular, percebemos a importância que é dada a vitória de Tancredo Neves para o governo do estado de Minas Gerais, por ser visto como um político conservador, aberto ao diálogo e que teria papel importante nas negociações com o governo federal.⁸⁶

⁸⁵ Informação do caderno sobre eleições, primeira página, do Jornal do Brasil de 19/11/1982, destacava que, apesar da vitória do PDS na maioria dos estados, a oposição tinha ganho nos mais ricos (levando em consideração a vitória do PDT no Rio de Janeiro), em função dos dados da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM)

⁸⁶ Na mesma edição do dia 19 de novembro, na página do caderno sobre as eleições referente ao estado de Minas Gerais, um artigo do jornalista Villa Boas Correa destacava a importância de uma figura como a de Tancredo Neves para construir as vias de negociação e na edição do JB do dia seguinte, 20/11/1982, no Informe JB, no 1º caderno, é dito literalmente “O sr. Tancredo Neves vai para o governo de Minas para construir pontes, e não para jogar lenha na fogueira.”

No estado do Rio de Janeiro, porém o voto oposicionista ao regime foi desaguar em outro leito. Lembremo-nos que este era o único estado da federação que havia sido governado por um representante do PMDB, o político considerado “adesista”, Chagas Freitas, e seu grupo e que ocorreu uma experiência com este governo, em que não podemos deixar de avaliar a forma como tratou as greves durante seu mandato, em particular a dos professores, com o ápice da repressão evidenciado pela cassação do registro civil do Centro Estadual dos Professores do Rio de Janeiro (CEP-RJ) e o lacração de sua sala na rua Senador Dantas, após a greve de agosto de 1979. No estado do Rio de Janeiro, um dos mais importantes da federação, a vitória foi dada ao Partido Democrático Brasileiro (PDT) de Leonel de Moura Brizola.

Esta vitória em 1982 teve como consequência a escolha pelo novo governador do futuro prefeito da cidade⁸⁷, inicialmente o médico Jamil Haddad e, ainda em 1983 o ex-senador e advogado de perseguidos políticos, Marcello Alencar e, em 1985, na primeira eleição direta em toda história da cidade do Rio de Janeiro, a escolha do candidato do mesmo partido para um novo mandato à frente da prefeitura, o político de já longa trajetória política como parlamentar, Saturnino Braga, político cassado pelo regime civil-militar em 1966, que havia tido um retorno retumbante ao Congresso Nacional ao ganhar por mais de dois terços dos votos a vaga de senador pelo estado do Rio de Janeiro, reelegendo para mesmo cargo, porém, agora no PDT, em 1982.

A partir de 1985, o processo de transição entre o regime autoritário e o democrático ganhou um novo quadro visto que em janeiro daquele ano, consagrando a intenção burguesa de uma transição controlada e negociada “pelo alto”, o Colégio Eleitoral, órgão criado pelo regime civil-militar para a ratificação do nome do próximo general-presidente, dava a vitória a Tancredo Neves, que tomou posse no dia 15/03/1985, vindo a falecer 36 dias depois, sendo substituído pelo seu vice, José Sarney, que governou o país até 15/03/1989.

É também a partir de 1985, que ocorre o retorno das eleições diretas para o cargo de prefeito em todo o país e os novos prefeitos viram-se diante de uma disjuntiva de difícil resolução, pois se defrontaram com um modelo tributário e financeiro marcado pela centralização e concentração de recursos nas mãos do governo federal e, ao mesmo tempo, com as consequências de uma desaceleração do processo de crescimento

⁸⁷ Pelo Ato Institucional nº 3, de 05/02/1966, pelo artigo nº 4, passou aos governadores nomearem, com o assentimento prévio da Assembleia Legislativa do estado, o prefeito da capital.

econômico, agravada por uma crescente taxa inflacionária⁸⁸ e, sobretudo, pela aguda recessão que se abateu no país entre os anos de 1981 a 1983, impactando fortemente o ingresso dos recursos monetários advindos de impostos e taxas.

Particularmente em relação ao estado do Rio de Janeiro, a dissertação do professor Jaílson dos Santos evidencia que na década de 1980, o estado do Rio de Janeiro transita da posição de segundo estado da federação para o de terceiro, tendo como parâmetro a participação na produção do Produto Interno Bruto (PIB) e não saiu dessa posição independente dos governos e partidos que ocuparam a cadeira de governador, fosse o “adesista” pemedebista Chagas Freitas, fossem os eleitos diretamente Leonel Brizola do PDT e Moreira Franco do PMDB. Para Santos nenhum desses governos teve uma política consequente de recuperação econômica para o estado. (SANTOS, 1994, p.61 a 65)

No caso específico desta tese, este não deixa de ser um dado importante para auxiliar a reconstruir o quadro econômico da cidade do Rio de Janeiro. Embora a cidade do Rio de Janeiro detenha suas particularidades neste caso, um quadro geral regressivo estadual acaba por ter alguma influência, ainda mais quando estamos vivenciando um momento no qual tanto o governador quanto o prefeito, em algum momento, eram vinculados ao mesmo partido, o PDT (1983 a 1986).

Além desta conjuntura econômico-financeira de difícil resolução, o país já experimentava um processo de ascenso social nunca antes visto na sua história, fruto do desenvolvimento acelerado do período do conhecido como o do milagre econômico brasileiro, nos marcos de uma conjuntura internacional favorável, com sua forte combinação de urbanização e crescimento industrial. Os novos prefeitos que assumem neste período veem-se diante de uma crescente demanda por serviços públicos e direitos sociais a serem respondidos.

Tal situação levou a que os governos municipais das grandes cidades passassem a depender das transferências não tributárias e/ou de operações de crédito negociadas com o governo federal. Outros elementos que contribuíram para esse processo de dependência financeira e subordinação política dos municípios ao governo federal foram a falta de transparência nos critérios de análise nos pedidos de empréstimos quanto também na imprecisão das atribuições de cada instância governamental nas prestações dos serviços públicos (BURGOS, 1992, p.9).

⁸⁸ As taxas de inflação passaram de **77,2%** em **1979** para **1782,9%** em **1989**, segundos dados da FGV. (negrito nosso) (SANTOS, 1994, p. 56)

Com relação aos recursos não tributários, eles chegaram a representar, em 1987, 87,4% da receita municipal do país, sendo que um terço destes valores entre 1980 e 1987 correspondia aos repasses relativos à área da saúde (BURGOS, 1992, p. 21).

Em minha dissertação pontuei que o mandato de Saturnino a frente da cidade do Rio de Janeiro, foi marcada por uma política zigzagueante, na qual podemos perceber a busca por criar uma identidade própria, por construir uma autonomia política se afastando da visão populista que caracterizava o governo estadual de Brizola (a denominação de seu mandato como de uma “prefeitura socialista” é um dos muitos exemplos), o que o levou a construir um isolamento com o próprio partido (PDT), com a Câmara de Vereadores e a bancada pedetista (a maior daquela instituição), com o próprio governo estadual e também com o federal. Tal situação isso combinou-se com uma política de investimento na área da saúde, da urbanização em comunidades, ainda que em detrimento de manutenção do frágil equilíbrio orçamentário da cidade. (TEIXEIRA, 2014, p. 83; 86; 95; 109; 140-1 e 169)

Ao mesmo tempo, também aproximei este governo Saturnino Braga dos últimos governos que tentaram manter o modelo keynesiano-fordista na Europa, diante da crise desse modelo e que acabaram, inclusive, até exacerbando “as tentativas de controle e regulação estatais da economia, inclusive, como ele mesmo cita, impondo sobre os trabalhadores e movimentos populares “medidas de austeridade, políticas de renda e mesmo controle de salários e preços” (HARVEY apud TEIXEIRA, 2014, p. 38). Exatamente por não conseguirem dar conta de manter o que existia estabelecido dentro das políticas de proteção social e as contínuas demandas sociais que eram colocadas.

Contudo, ao mesmo tempo que construía esta situação bastante delicada no campo institucional político e partidário – o que redundaria em sua saída do PDT e na tentativa de construir uma espécie de frente suprapartidária com um perfil de “esquerda”, que acabou também malogrando -, o mandato Saturnino Braga acabou por ir acumulando gradativamente uma situação financeira cada vez mais fragilizada, que desembocou na opção por decretar a falência da prefeitura⁸⁹ – que empurrou o movimento dos servidores municipais a deflagrar a greve de 162 dias que foi objeto de minha dissertação.

⁸⁹ Em entrevista a nós concedida, o secretário de Planejamento municipal na época da “falência”, João Maia, admitiria que, apesar das dificuldades, Saturnino Braga poderia ter “barrigado a situação”. Nesse sentido, de acordo com João Maia, a decisão de Saturnino Braga, admitindo oficialmente a “falência”, foi em parte uma decisão política e que tinha como um de seus objetivos denunciar o tratamento populista que vinha sendo dispensado pela Câmara dos Vereadores e mesmo pela imprensa ao problema do aumento dos impostos municipais. Além disso, a administração municipal também acreditava que a declaração de

Um dos aspectos que destaquei em minha dissertação para demonstrar que Saturnino se incluía nos limites da ordem burguesa, foi o da sua não opção por buscar uma unidade ou frente com os servidores públicos (lembremo-nos dos receios atávicos desenvolvidos pela classe dominante e seus representantes diante dos trabalhadores assalariados, operários e massa despossuída, como destacou Fernandes). Ficou, de certa forma, novamente ziguezagueante quanto ao tipo de linha de ação deveria adotar⁹⁰, ainda que, no período tenha sofrido uma situação de profundo isolamento institucional.

Este quadro por mim desenhado, parece ser confirmado, a meu ver, em uma das informações passadas pela professora Florinda Lombardi, uma das fundadoras da SEP e do CEP, então, pelo seu próprio informe, presidente do sindicato:

Florinda - É, eu não consigo falar da greve de 88, com a entrada de Marcello Alencar em 89, sem ter que fazer um destaque do que foi o governo de Saturnino Braga, posto que o grande motivo da greve era a incapacidade do governo Saturnino fazer frente, né?! Pagar ao que devia, por conta da lei, da lei 1016. Foi uma lei conquistada no governo dele, que ele homologou, e que depois no percurso, ele mesmo não conseguiu fazer frente a ela, né?! A categoria não só da educação, mas de todo funcionalismo, acabou entrando em greve por incapacidade de comparecer ao trabalho, porque não estava recebendo. O Saturnino não estava querendo desmontar a lei, ele queria fazer com que ela funcionasse. Ocorre que nesse período ele já tinha problema com o PDT, então ele não tinha o apoio do governo do estado, na época era o Brizola, [na verdade, já era o Moreira Franco, mas as relações com o ex-

“falência” pudesse ser interpretada como um corajoso ato de esclarecimento à opinião pública sobre a real situação financeira do município. (BURGOS, 1992, p. 81, nota de rodapé nº 52)

⁹⁰ Tanto na segunda página do primeiro caderno quanto na página 7 do caderno Cidade da edição do dia 16, somos informados de que o então vice de Saturnino e já naquele momento ex-candidato a prefeito, Jó Rezende, participou da assembleia dos servidores municipais para informar sobre a impossibilidade de pagar seus salários no dia 19, com o adiamento da data para 14 de outubro, e chamá-los a se unirem em defesa do Rio, sendo então brindado com uma sonora vaia que, segundo o jornal, durou cerca de 5 minutos. Também segundo o jornal, a assembleia contava com 500 servidores e no momento das deliberações estava reduzida a 200 que, contudo, acataram a proposta do vice de montar uma comissão para uma audiência no dia seguinte (16/09) no Palácio da Cidade para tratar de formas para garantir o recebimento dos salários. Antes, mais cedo, numa reunião com empresários solidários ao prefeito Saturnino Braga, no restaurante Sol e Mar, ele teria anunciado sua renúncia à disputa pelo cargo e também convocado todos os presentes a se unirem contra o que chamou de “uma indignidade com o povo carioca”.

O prefeito não ficou paralisado diante da situação colocada. Burgos nos informa que ele tratou de criar um Conselho de Emergência com representação do governo estadual e municipal e de diversos setores da sociedade carioca e fluminense. A estratégia era conseguir pressionar para conseguir negociar com o governo federal uma proposta de “salvação” financeira para o município, mas na primeira tentativa de encontro o Conselho não foi recebido (BURGOS, 1992, p. 83).

A assembleia seguinte [dos profissionais da educação municipal], no dia 23 de setembro, traz um informe muito especial em relação à extensão do movimento, ao ser divulgado que a assembleia unificada do dia 21 compreendia representantes de 16 entidades de trabalhadores. Infelizmente não houve um registro especificado de quais seriam essas entidades.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito à bandeira de defesa do patrimônio público, haja vista a tentativa de Saturnino de resolver parte dos problemas financeiros do município com a ameaça de fechamento de empresas (no caso a Fábrica de Escolas, o que, segundo Burgos, não se efetivou) e a demissão de funcionários. (TEIXEIRA, 2014, p. 107 e 111)

governador não eram boas], e ele era um governante de oposição. Era um deputado antigo, bem votado, que era de oposição ao governo federal, que por sua vez o deixou completamente ilhado, ele era absolutamente isolado. E fizemos greve, um grande comando municipal, foi talvez a primeira greve unificada verdadeiramente.

 Florinda - Os títulos das dívidas do município tinha direito, mas que, nem o governo do estado se manifestava para intervir, para ajudar, e nem o governo federal, liberava.

Albano – Teriam que liberar o lançamento, né?!

Florinda – Teria que liberar. E acabou, ele tava isolado. O comando de greve começou a trabalhar com ele uma proposta, que era de revidar: Vamos pra rua Saturnino. Organize sua tropa, vamos juntos, nós daremos os braços e vamos prá Brasília. Se o problema são as carioquinhas, vamos juntos”. Chegamos a construir isso, numa primeira, numa segunda, numa terceira reunião, até que ele falou: “Tá bom, vamos prá Brasília.” E aquilo para nós foi um alento. Só que no dia, ele resolve mandar o seu vice, que não era a mesma coisa, na época era o Jó Resende.”

Porém, devemos abrir um parêntesis para situar de forma mais próxima da realidade como se davam as greves da rede municipal, ou melhor dizendo, quais eram as disposições reais da categoria por adotar esta tática mais extrema de luta.

Pelas entrevistas feitas percebemos que a categoria municipal apresentava maiores resistências/dificuldades a assumir a realização de uma greve, lógico que esta resistência se alterava de acordo com a conjuntura e, no caso específico, da greve de 162 dias, a pressão objetiva de não ter os pagamentos dos salários em dia e de não receber o reajuste devido, combinados a um governo extremamente isolado politicamente, em muito auxiliou para a intempestividade da greve. Vejamos a fala das professoras Eliane Ramos da Rocha e Vera Lúcia da Costa Nepomuceno:

Eliane – Mas, agora você estava falando dessa greve do Saturnino. Essa greve do Saturnino ainda teve um adendo. Foi setembro. Começou porque não pagou setembro.

Vera – A gente ficou sem salário.

Eliane – Isso, não pagou setembro. E aí que começou: não pago num dia e no dia seguinte ninguém mais estava na escola, mas teve no final do ano a pressão para aprovar.

Mas, não era sempre assim o próprio professor Jaílson, que na época foi presidente do CEP, durante a comissão provisória, lembra muito bem que naquele ano de 1988 a proposta da direção do sindicato era uma greve conjunta das duas redes (municipal e estadual) e, no momento da votação, a representação da rede municipal na assembleia recuou da proposta:

Jailson – Bom, eu diria a você que nessa construção o município passou a ficar sempre fora da greve, se você pensar, se você fazer essa construção histórica de 1979 até mais ou menos, porque eu estava no CEP até mais ou menos 1987,88, digo 88, então, 88 foi uma luta para você fazer a greve com as duas, a greve com o Moreira Franco, a greve, colocando a categoria do município e a categoria do estado, não conseguimos. A direção veio com uma proposta de fazer uma greve unificada, ela não passou, nós tivemos que votar em separado na UERJ. [...] Então, há um determinado momento que o município não fazia greve. Quem fazia greve era o estado.

Durante as entrevistas, em algumas delas alguns dos entrevistados corroboraram esta observação, o da dificuldade de mobilizar a categoria para a greve e colocaram algumas suposições:

Professora Mônica Regina Ferreira Lins – Agora, depois eu acho que se caberia a gente discutir, você tá discutindo a greve, que eu acho que a gente faz um debate meio simplista sobre a greve, bem simplista sobre a greve. Porque às vezes a gente faz um debate sobre a greve, a partir da lógica sindicalista, a gente tem uma massa na categoria que desde todo o sempre, sempre teve medo de fazer greve, por vários motivos. Ser descontentado, porque ia ter que repor, porque exerce, tinha uma pressão conservadora...

É que a categoria, ela... Além desses embates que ela tinha no cotidiano dela, além dessas questões que ela tinha, do ... Desse embate que a gente tinha dentro das escolas... Porque a gente visitava escola, e nessa época a gente já ouvia os receios das pessoas sobre essa questão: “Mas, não ganha nada”, desde todo o sempre a gente escuta isso desde que a gente visita escola.

Professora Genésia Santos Vasconcellos – Bem, veja bem, acho que a análise está interessante e eu me lembro muito bem do seguinte. Nós costumávamos fazer greves, nossas assembleias votavam inclusive que as greves deveriam ser sem assinatura de ponto. Havia, às vezes, problemas dentro da escola e a gente sempre convencia e conseguia arrastar por um bom tempo de greve os companheiros, os colegas.

Voltaremos mais a frente sobre este tema, pois me parece que este receio da categoria no município em assumir, realizar uma greve evidencia um conjunto de pressões das mais diversas, desde as concepções ideológicas quanto as pressões muito objetivas, tais como, uma ação repressiva mais constante e mais próxima por parte da burocracia governamental. De qualquer forma este parêntesis serve para demonstrar a importância dessa greve no processo de formação coletiva da categoria enquanto fração da classe trabalhadora.

No bojo daquela greve, em especial, no período que se aproximou ao final do ano de 1988, uma questão ganhou uma importância tão grande quanto a defesa dos

pagamentos dos reajustes passados e da manutenção da lei 1016. A questão sobre a promoção automática⁹¹ dos alunos que compunham as séries da rede municipal. Esta questão tinha sido polêmica no próprio movimento, mas representava tanto o desejo, pelo menos, da militância do sindicato, de não se submeter a reposições baixadas burocraticamente pela secretaria municipal e realizadas de forma também burocrática, sem garantir na verdade um processo pedagógico relevante, como também uma forma da categoria se colocar a testa do controle do processo pedagógico, cada vez mais usurpada pelo aparato estatal.

A discussão atravessou a sociedade e foi amplamente trabalhada pelos meios de comunicação de forma superficial e, na maior parte das vezes, distorcida, como depoimentos em assembleias podem constatar no relato de algumas falas na assembleia de 04 de janeiro, assim como também na de 25 do mesmo mês⁹².

⁹¹ No Brasil a discussão sobre a promoção automática ganha força depois da realização da Conferência Regional Latino Americana, realizada em Lima, no Peru, promovida pela UNESCO e pela OEA, em 1956 e foi recebida e absorvida por vários políticos e gestores. O sistema de aprovação automática era entendido como uma forma de se alcançar uma escola menos seletiva e que superasse os altos índices de repetência e evasão. Entre os educadores, tanto Leite quanto Almeida Júnior defenderam tal sistema, porém colocando uma série de ressalvas e exigências para que tal mecanismo não fosse mal-empregado.

A repetência como um dado estrutural do sistema acarretava: a) a limitação e o atraso significativo no acesso de novos alunos; b) aumento contínuo da evasão; c) aumento da despesa financeira com o ensino; d) produção de uma distorção permanente entre idade e série.

A discussão levou à realização de experiências com ciclos e progressões continuadas em várias redes estaduais entre 1960 a 1984 (SP, MG, SC e RJ), em um período que na maioria dos casos coincidiu com a implantação do regime militar, o que se ajusta com a política mais geral levada por este regime em relação à educação. (FREITAS & BICCAS, 2009.).

O fato de que tal proposta seja votada no bojo de uma greve de trabalhadores da educação demonstra que uma proposta pode ter sua essência transmutada em função da conjuntura em que é inserida, deixando de ser uma orientação dentro da ordem, para resultar em contestação a ela. (N.A.)

⁹² A próxima assembleia da categoria ocorre no dia 4 de janeiro [...]. Contudo, a greve passa agora pelo seu momento mais agudo e decisivo, pois veremos que tanto os aparelhos de hegemonia estatais quanto os privados passam a trabalhar com o intuito de pôr fim ao movimento, sem o atendimento pleno das reivindicações. Nessa assembleia, tanto na parte dos informes quanto no das avaliações e de deliberações podemos denotar todas as medidas que surgem no sentido de enfraquecer o movimento. Para tanto, utilizou-se de todos os mecanismos legais à disposição e da ascendência do PDT, agora de novo no poder, sobre as direções das várias associações de servidores.

Indo diretamente para a parte das avaliações temos em primeiro lugar uma avaliação sobre os decretos assinados pelo novo prefeito, que segundo a militante “*atêm unicamente a questão legalista do cumprimento dos 180 dias letivos sem se preocupar com a posição dos profissionais da educação e da comunidade*” (verso da p.2 do livro de atas). Em outra avaliação retruca-se contra a atitude do governo defendendo que “*queremos reposição sim, mas de prédios escolares, de material, de salário e principalmente de dignidade profissional*” (idem e p.3)

A assembleia [...] no dia 25 daquele mês e coincidiu com o dia da passeata no centro da cidade contra o Plano Verão. Porém nas questões intrínsecas ao movimento os sinais das adversidades decorrentes das ações dos adversários da greve continuavam a se fazer sentir, inclusive para estabelecer uma inflexão da opinião pública em relação ao movimento específico dos profissionais da educação.

Assim sendo, já na parte dos informes tal quadro começa a se desenhar. Fica claro que o mote da reposição das aulas e a disposição contrária à proposta de promoção automática vão se tornando eixos importantes para desmontar a greve. Ainda no período dos informes foi feita uma fala para justificar uma série de medidas que o sindicato estava apontando para fazer a disputa das consciências junto à população. A fala dizia literalmente “*que a população vem entendendo a proposta como inconsequente, já que a imprensa*

O governo eleito não demorou a deixar claro que tinha dois objetivos principais, imediatamente buscar melhorar as condições financeiras da cidade, inclusive, aproveitando as mudanças tributárias e fiscais recém-criadas pela nova constituição, e contando com o apoio do prefeito em final de mandato, Saturnino Braga:

Paralelamente aos movimentos da categoria e do conjunto dos servidores, o novo prefeito também se movimentava na superestrutura política municipal, contando, inclusive, com a ajuda do ainda prefeito Saturnino Braga.

O futuro secretário municipal da fazenda, Eduardo Chuay, menciona a ajuda de Saturnino Braga em duas questões: o encaminhamento à Câmara dos Vereadores de uma mensagem de reajuste tributário e de entregar ao novo prefeito o IPLAN-Rio totalmente reestruturado como a empresa de processamento de dados do município. (BURGOS, 1992, p. 88-89)

O novo prefeito ainda não empossado Marcello Alencar interferiu com solicitações à prefeitura e à Câmara dos Vereadores para aprovarem ainda no mês de dezembro uma série de leis que visavam a reforçar o caixa do município (ibid., p. 85).

São as seguintes leis: nº 1.363 (que instituiu o IVVC – imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, excetuando o óleo diesel); a de nº 1.364 (que criava a taxa de inspeção sanitária, a contribuição de melhoria e o ITBI – imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direito a eles relativos, que deixava de ser da esfera estadual para a municipal), além disso, esta mesma lei, no seu artigo 257, autorizava o prefeito a fixar mensalmente a UNIF (unidade de valor que balizava o IPTU e o ISS) e a lei nº 1.369 (que instituía pagamento de taxas de licenciamento e fiscalização de obras realizadas em logradouros públicos). Todas essas leis derivam do novo modelo tributário estabelecido pela Constituição de 1988. (BURGOS, 1992, p. 25 e 85) (TEIXEIRA, 2014, p.133)

A outra questão fundamental foi acabar com a greve dos municipais e, ao meu ver, debelar, controlar, impedir novas greves, em particular dos setores mais expressivos, de impacto social e massivos, como a educação (o outro seria a área da saúde) se tornou uma preocupação constante no decorrer do mandato. O relato da professora Florinda deixa que a intenção foi explicitada com todas as letras:

Florinda – Mas, na casa dele, nós fomos, né?! Eu acho que nem a mulher dele, dada a expressão de surpresa que ela manifestou, ela sabia o que ele ia nos dizer. Praticamente nem sentamos. Ele sentado de frente de nós, de pernas cruzadas, disse assim, “eu só chamei vocês aqui prá dizer que essa greve tem que acabar”.

Albano – Isso quinze dias depois?

tem abordado mal a proposta. As entidades presentes ao Fórum acharam a proposta consequente” (p.12 do livro de atas).

O Fórum em questão era o Fórum da Educação que tinha se reunido no dia anterior ao da assembleia e que tirou uma série de propostas: ir às assembleias das diferentes categorias para expor a promoção automática; comparecer à passeata que ocorreria naquele dia; enviar documento aos parlamentares explicitando a proposta do SEPE; que as entidades fizessem materiais explicitando a proposta; que o Fórum se tornasse permanente. (TEIXEIRA, 2014, p. 135 e 142)

Florinda – Isso, ele ainda não tinha tomado posse. Tava, ainda ia tomar posse, porque a eleição tinha sido antecipada, né?!

Albano – Mas, isso que eu não entendi. Vocês foram lá, e é nesse primeiro encontro que ele já diz isso, “a greve tem que acabar”...

Florinda – No primeiro encontro. Ele chamou pra dizer isso, “ou vocês acabam com a greve ou eu acabo com ela, entendeu?!”. E aí, foi um choque, um levanta daqui, outro levanta dali. Nosso comando era assim, ele tinha presença de todas essas secretarias, e tinha representantes de pais, de estudantes, né?! Na época funcionava a PAPA, PAEP, não me lembro o nome...

Albano – A PAE⁹³, não, era...

Florinda – É, não lembro o nome. E era até um uruguaio que participava, que era o presidente. Tinha também os meninos do movimento da UBES, todo mundo lá, associação de moradores, todo mundo se fazia representar no nosso comando. E todos ficaram muito chocados quando ele falou isso e acabou a reunião. “Não, mas prefeito, prefeito”, “não quero falar com vocês, podem ir embora. Acabem com essa greve ou eu acabo com ela”. E nós saímos dali tão revoltados, porque paralelo a isso, esse movimento que ele fez de nos chamar pra impor essa decisão, ele já estava planejando mandar uma série de projetos pra Câmara, pra Câmara dos Vereadores.

A postura de Marcello Alencar me parece emblemática de quando uma pessoa de carne e osso encarna em si mesmo toda uma construção histórica. Sua postura representa uma síntese da relação deste Estado burguês de fortes traços autoritários, da “ampliação restrita” que nos fala Fontes, absorveu para si as tensões próprias das diversas frações burguesas, mas mantém uma postura violenta, coercitiva sobre as demandas e mobilizações das classe dominadas.

Daquele Estado, que nos fala Fernandes, de aparência democrática, mas que existe para garantir a superexploração e os privilégios da burguesia plutocrática que se formou nesse país, que existe para garantir a “democracia dos iguais”, a democracia dos poderosos.

Lógico que nessa conjuntura histórica estava se transitando de um regime mais claramente autoritário para um institucionalmente democrático, a “mão de ferro” teve seus limites na ação.

Esta greve se encerrou já no ano de 1989, com uma derrota por parte dos servidores municipais, em especial, para os profissionais das áreas da saúde e da educação que foram os que permaneceram até o fim do processo, inclusive nos momentos de embate que ocorreram nos recintos da Câmara de Vereadores na virada do dia 28 de fevereiro para 01 de março. Mas, como se fosse uma novela de literatura, a virada de um ano para o outro traria novos desafios e elementos na realidade.

⁹³ Na verdade, a sigla correta é APAERJ: Associação de Pais e Alunos do Rio de Janeiro.

III.3 – Uma nova conjuntura se abre no município do Rio de Janeiro: o governo protoneoliberal de Marcello Alencar

A greve geral dos municipais por ter começado no segundo semestre do ano de 1988, um ano de eleições municipais, acabou por enfrentar uma mudança da conjuntura política no município. Foi eleito para governar a cidade por um mandato de 4 anos (1989-1992) novamente o ex-prefeito Marcello Alencar, que havia antecedido o prefeito Saturnino Braga e aquele, fortalecido pela eleição rapidamente passou a agir diante dos problemas colocados para sua gestão, em particular, a greve dos servidores municipais.

Já no dia primeiro de janeiro de 1989, o agora empossado prefeito Marcello Alencar promulgou os Decretos nº 8.329 e 8.330, que declaravam nulos os atos de admissão, contratação, nomeação e criação de estabilidade aos servidores admitidos sem concurso público a partir de dois de fevereiro de 1987. Por meio dos Decretos nº 8.332 e 8.338, também datados de primeiro de janeiro, estabelecia, respectivamente, que nenhuma nomeação, admissão e contratação para os quadros de pessoal da administração direta e indireta se daria sem prévio concurso público e exigia o retorno à repartição de origem de todos os servidores municipais. (BURGOS, 1992, p. 85)

Tais medidas tinham um caráter evidente de apresentar à opinião pública da cidade a imagem de um governo marcado pela probidade e moralidade administrativas e com isso se distanciar das denúncias de “trem da alegria” decorrentes da mensagem enviada pelo ex-prefeito Saturnino Braga no 1º semestre de 1988 e de todas as intervenções políticas feitas ao longo da administração anterior caracterizando-a como incompetente e irresponsável.

A temperatura na relação entre o novo prefeito e o movimento grevista foi ficando cada vez maior e mesmo questões que, num primeiro momento, o governo não fechou posição, como a discussão sobre a promoção automática, gradativamente foi ficando cada vez mais com um tom mais beligerante. O prefeito contava com um já certo desmonte da greve em função da influência política do PDT junto aos sindicatos e associações dos municipais, assim como buscava sedimentar um perfil confiável junto a burguesia e setores mais conservadores da sociedade.

A fala seguinte [na assembleia do dia 25 de janeiro] deixa claro um processo de esvaziamento que tinha começado a ocorrer na greve, pois “*Companheiros que até bem pouco tempo estavam nas assembleias atacando Saturnino, hoje não aparecem, ou estão na SME*” (p.13 do livro de atas). A

última avaliação nesse sentido observava que “na 2ª feira estivemos no Centro Administrativo e ficou perplexa ao ver tanta gente trabalhando” (verso da p.13 do livro de atas). (TEIXEIRA, 2014, p. 143)

Antes da realização da assembleia do dia 18 de janeiro, encontramos um resumo da audiência do CEPE com a nova secretária municipal de educação, Professora Mariléa da Cruz, onde destacamos a parte referente à questão da não reposição, terminalidade e promoção automática:

Muita discussão para concluirmos que: a questão da promoção automática está sendo compreendida, embora o impasse resida na compreensão de que o ano letivo terminou em 30/12 e eles acham que deve haver uma “complementação” – para não ficarem vulneráveis à opinião pública – É preciso discutir num foro maior. Decidimos na próxima semana envolver Entidades, partidos, parlamentares, etc., nesta discussão para se posicionarem (cotidiano, verso da p.77). (TEIXEIRA, 2014, p. 139)

A assembleia do dia 18 de janeiro ocorreu sob o impacto de novas circunstâncias na conjuntura nacional, com a decretação do Plano Verão⁹⁴, que injetou um novo ímpeto no movimento, visto que a CUT e os sindicatos a ela filiados se lançariam ao movimento nacional mais bem-sucedido de toda a década, a greve geral contra aquele plano e contra o governo federal.

Ainda é necessário ressaltar que o ano de 1989 pontuava o final do mandato do presidente José Sarney e a realização do processo eleitoral para eleger diretamente, depois de quase três décadas, o novo presidente da república do país.

Outro informe importante relativo à greve municipal referia-se a um Ato Público no bairro de Jardim América contra o fechamento de 25 postos de saúde (segundo levantamento do Jornal do Brasil de 02 de março de 1989, a prefeitura do Rio de Janeiro contava com 70 postos ao todo, sendo 30 deles criados na gestão Saturnino Braga).

No Cotidiano⁹⁵ da entidade encontramos uma nota datada de 19 de janeiro relatando sumariamente a reunião que deveria ser o fórum exigido pela Secretaria Municipal de Educação para aprofundar o debate sobre a questão da promoção automática:

⁹⁴ O chamado “Plano Verão” foi instituído em 16 de janeiro de 1989. O plano econômico consistia em uma lei que modificava o índice de rendimento da caderneta de poupança e promovia o congelamento de preços e de salários, sem estabelecer nenhuma regra para futuros reajustes salariais. Foi criada uma nova moeda, o Cruzado Novo, inicialmente atrelada em paridade com o dólar e extinta a Ordem do Tesouro Nacional, a OTN.

⁹⁵ O cotidiano era uma espécie de agenda do sindicato, no qual se anotam informes para a categoria e para a direção do sindicato.

Essa reunião se faria com a presença, além da SME e do SEPE, da APAC, FAMERJ e APAERJ. Essas duas últimas entidades não se fizeram presentes e o impasse permaneceu. Continuou-se a orientar a discussão em fóruns mais amplos e um comprometimento da secretaria de pesquisar na legislação as possibilidades de se garantir matrícula para os alunos de 4ª e 8ª séries e transferência.

Mas nesse mesmo dia, temos um relato de um encontro do sindicato com a secretária de estado de educação, Prof.^a Fátima Cunha, no qual ela, segundo suas palavras, “*se dispõe a resolver politicamente a questão. [...] que o município deveria solicitar ao ministro da Educação um decreto de promoção automática com o argumento do estado de calamidade por que viveu o Rio de Janeiro*” (verso da p. 82).

Este relato se torna importante porque ele nos oferece uma pista de que não havia por parte do novo governo municipal a real intenção de garantir um pleito que provinha do movimento dos servidores em greve, a qual o governo queria debelar. (TEIXEIRA, 2014, p. 141)

Enquanto a categoria se armava para manter sua luta, o prefeito continuava trabalhando no sentido de reorganizar as finanças do município, conseguindo aprovar, por meio do poder legislativo municipal uma série de leis, entre elas, as leis nº 1.372 e nº 1.373 (Diário Oficial , 26/01/1989), que autorizavam o Poder Executivo a emitir e colocar no mercado Letras do Tesouro Municipal, com vistas ao atendimento das operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, ao giro da dívida municipal e ao financiamento de planos e programas de ação (BURGOS, 1992, p.87).

Em sua faina de “sanear” as finanças do município, o prefeito ainda conseguiria aprovar na Câmara a lei nº 1.374 (D.O., 03/02/1989), na qual se assegurava, que após o período de congelamento de preços e salários devido ao Plano Verão, o valor da UNIF (UNIDADE FISCAL, índice que balizava tanto o IPTU quanto o ISS) poderia ser revisto mensalmente por ato do poder Executivo, segundo a variação do Índice de Preços ao Consumidor, IPC. (ibidem, p. 87-88)

A assembleia do dia 10 de fevereiro apontou claramente para o desfecho que ocorreria no início do mês de março. Já no momento dos informes percebemos que o cerco se fechava sobre os grevistas. Ao mesmo tempo em que o sindicato tentava por vários caminhos fortalecer o movimento e dar sequência as suas principais deliberações (defender a promoção automática e o cumprimento da lei 1016/1987), o governo atacava em duas frentes.

Por um lado, anunciava um reajuste de 69,42%⁹⁶ para os servidores a título de ser o índice possível a ser realizado naquele momento pela prefeitura e, por outro, anunciava sua proposta de calendário defendendo a terminalidade do ano letivo de 1988, ou seja, de garantir os 180 dias letivos a título de defesa da escola pública.

No que se refere à questão da promoção automática, existe uma nota no Cotidiano datada de primeiro de fevereiro, que relata a reunião de uma comissão do sindicato com um assessor da secretária municipal. Foi este o pronunciamento:

- A secretaria não pedirá que o governo federal garanta o decreto de promoção automática;
- A própria secretaria não soltará qualquer documento fazendo a defesa pedagógica da promoção geral dos alunos;
- Por último, a secretaria apresentará em poucos dias uma proposta ao SEPE, que deverá incluir: recuperação com aulas em março e abril, avaliação e terminalidade, via conselho de classe;

A secretaria também não concorda com a intervenção de pais e responsáveis nesta decisão de promoção/não promoção; portanto, assumem uma posição contrária ao nosso encaminhamento realizado no momento da terminalidade, quando foi aberta a brecha aos responsáveis que desejassem manter seus filhos nas séries atuais. (Verso da p.89 e p.90) (TEIXEIRA, 2014, p. 146)

No dia 18 de fevereiro foi realizada uma nova assembleia unificada das redes públicas. Nessa assembleia a data da greve geral já tinha sido alterada para os dias 14 e 15 de março e a princípio não fazia parte da pauta a discussão dos desdobramentos da campanha salarial unificada, mas o tema foi retomado no transcorrer dos trabalhos.

Contudo, existiram falas que abordavam outro aspecto da realidade: o de um possível enfraquecimento do movimento, ressaltando que “*grevistas foram se retirando do movimento*” (verso da p.21 do livro de atas), ou “*temos enfrentado a barreira dos nossos próprios colegas que no momento mais duro fraquejam*” (idem). Mas houve aqueles que colocavam como uma tarefa “*o dever de convencer os companheiros que abandonaram a luta que retornem*” (idem).

Segundo matéria do Jornal do Brasil de 02 de março de 1989, a partir do dia 13 de fevereiro, 40% das 1016 escolas da rede municipal estariam funcionando. Apesar de a informação não definir claramente a qualidade desse retorno, ou seja, se as escolas

⁹⁶ Matéria paga do SEPE/RJ divulgada pelo jornal O Dia, de 21 de fevereiro de 1989, denunciava que o IPC acumulado de setembro de 1988 a janeiro de 1989, sem incluir obviamente o índice de fevereiro, já alcançava o percentual de 250%. Esta mesma nota indica que o reajuste dado pelo novo prefeito (69,42%) reajustava os salários dos profissionais da educação ao que deveriam ser em setembro de 1988.

estavam funcionando de forma plena ou improvisada, tal tipo de informação não deixa de evidenciar que estava ocorrendo um processo de refluxo no movimento.

A assembleia do dia 27 de fevereiro evidenciava um momento no qual a categoria enfrentava um forte ataque do governo, já que este já havia exonerado um conjunto de diretores eleitos⁹⁷, tinha enviado para a Câmara o projeto que extinguiu a Lei 1016/1987 e, dando sequência ao ataque aos serviços públicos e às condições de vida e trabalho dos servidores, cancelava o convênio com o Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (IASERJ), fechando as portas daquela instituição de saúde aos servidores municipais e seus dependentes.

Nas deliberações se delineia quais seriam as últimas intenções e ações da categoria: lutar contra a revogação da Lei 1016; pela rejeição política da mensagem enviada pelo prefeito à Câmara dos Vereadores com a nova política salarial; e um conjunto de orientações aos vereadores para subverter a emenda do executivo municipal em todos os seus sentidos e garantir as reivindicações dos servidores.

No momento que seria o confronto final entre os servidores em greve e o novo governo municipal, na figura de seu principal representante e gestor, prefeito Marcello Alencar, este se utilizou de todos os instrumentos em suas mãos.

Além de - como bem evidenciado na assembleia de 27 de fevereiro - ter postergado a votação de seu projeto de lei que revogava a Lei 1016 para a véspera da data-base do reajuste semestral da categoria, evitando o ônus de arcar com mais atrasados acumulados⁹⁸, utilizou-se de seu trânsito com a Câmara de Vereadores, em particular a bancada de seu partido, o PDT, que de novo se firmava como a bancada majoritária, para garantir apoio às suas demandas. Por fim, buscou elaborar uma longa e cuidadosa mensagem àquela instituição, explicando os motivos para a alteração da lei salarial.

O governo municipal, ao fim e ao cabo, conseguiu aprovar a Lei 1.376, revogando a antiga Lei 1016, mas tal vitória não se deu de forma tranquila. A sessão que havia sido marcada para o dia 28 de fevereiro, em função da ação dos dirigentes e servidores municipais, que ocuparam os espaços interiores da Câmara, teve que ser prorrogada às

⁹⁷ Segundo o professor Mário da Silveira, um dos membros do Comando de Greve, em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* em 02 de março, o total seria de 24 diretores exonerados da função. Já conforme pôde ser constatado na nota do cotidiano de 20 de março, esse total seria de onze diretoras exoneradas.

Também é digno de nota registrar que, na mesma entrevista, o professor Mário da Silveira informa sobre a demissão de 60 fiscais concursados da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos (SMTU) no processo da greve.

⁹⁸ Lembremo-nos, que pelos cálculos do sindicato, o percentual para o período entre setembro de 1988 até janeiro de 1989 já alcançara a marca de 250% (IPC).

pressas em uma sessão secreta, que só se encerrou já no dia primeiro de março, num processo objeto de várias denúncias de irregularidades⁹⁹.

Vera – às vezes, eu falo, eu brinco assim, gente, será que o Thales é tão nervosinho porque eu tava barriguda, com uma barriga enorme e no meio o Guilherme Haeser entrando naquela sala inglesa dizendo que não ia ter votação nenhuma e eu assim naquele vuco-vuco e o Paulo: “Vai embora, pelo amor de Deus, que essa criança vai nascer aqui”. E eu com aquele barrigão, isso foi o Thales nasceu em 8 de junho e foi março, não foi uma coisa assim.

Florinda – Antes da virada, que foi 28 de fevereiro, exatamente. E aí, foi tão incrível aquilo, a briga, a luta, física mesmo, de seguranças. Foi horrível. Não foi nem no plenário, foi na sala inglesa, com a presença d, não... Depois apareceu assinatura de vereadores que não estavam lá, não estavam...

A nova lei estabelecia uma condicionante entre os futuros reajustes dos vencimentos com o resultado da arrecadação tributária do município. Contudo, não estabelecia nenhuma data-base e nenhum índice de percentual¹⁰⁰. Afora essa questão, o artigo 7º desta lei obrigava o Poder Executivo a encaminhar à Câmara dos Vereadores projeto de lei dispondo sobre um plano de carreira, cargos e remuneração do funcionalismo, assim como um regime jurídico único (BURGOS, 1992, p.87).

Este novo Plano seria o que ficaria conhecido como o “Plano da Pirâmide” e que viria representar uma série de perdas em relação ao Plano que até então vigia para os professores. Fundamentalmente, iria estabelecer os limites de progressão por tempo de serviço dentro do funcionalismo municipal, que se tornaram vigentes, com algumas poucas alterações, a partir daí e representaram uma compressão nos níveis dos salários e um excedente a ser utilizado pela prefeitura em outras ações.

⁹⁹ Segundo matéria apresentada no Jornal do Brasil do dia 01 de março, os vereadores do PT, Guilherme Haeser e Chico Alencar, denunciaram que não havia o quórum exigido pelo regimento interno da Câmara para ocorrer a sessão secreta. O regimento solicitava que houvesse 22 vereadores e, apesar da lista de presença contar com 23 assinaturas, só 21 teriam votado.

Segundo os parlamentares do PT, o vereador Aarão Steinbruch (Pasart) não compareceu à sessão e o vereador Américo Camargo (PL) se retirou. A sessão secreta foi transferida para a sala da liderança do PDT, porque os servidores presentes na Câmara invadiram o Salão Nobre impedindo que sessão ali se instalasse. Afora esse questionamento, os parlamentares petistas, junto a outros de oposição, denunciaram que a presidente Regina Gordilho convocara a sessão para analisar vetos do prefeito Saturnino Braga e não para votar a mensagem do prefeito Marcello Alencar. (TEIXEIRA, 2014, p. 150)

¹⁰⁰ A relação estabelecida entre os possíveis reajustes dos vencimentos dos servidores com a arrecadação dos impostos evidenciam um embrião do que viria a ser estabelecido no governo FHC como a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000). (vide p. 226-227) (N.A.)

Além dos aspectos realçados nos parágrafos acima sobre a nova lei, também é importante frisar que a mesma estabelecia “um reajuste de 40% aos vencimentos dos servidores a partir de 1º de março” (BURGOS, 1992, p. 87) e, no seu artigo nº 8 estabelecia que haveria uma transformação de “eventuais diferenças remuneratórias para com os servidores, decorrentes da Lei nº 1.016/1987, em dias de exercício efetivo para efeito de percepção, no que couber, de triênios, enquadramento, incorporação, licença especial e aposentadoria”. (ibidem, p. 87)

Essa transformação ocorreu, mas manteve-se a divergência de cálculo entre o governo e o sindicato, como nos lembra a Professora A:

Professora A – O cálculo do SEPE para repor perdas com a não aplicação da lei 1016 era de um acréscimo de 1.095 dias que correspondia a 3 anos e a 5% de triênio. O Marcello só deu 317 e nenhum outro governo se propôs a rever a questão.

317 dias deu para ganhar um triênio a mais, mas com a reforma da previdência isto se perdeu. Hoje o foco é melhorar o plano de carreira.

Professora B – Na realidade, não se deu nada com os 317 dias, já que se sabia que a aposentadoria dos professores iria mudar. Já sabia que haveria mudanças na aposentadoria e com isso os dias não iam servir para nada.

Aquela votação da derrubada da lei 1016 representou um golpe muito forte para o movimento, já cambaleante, para a categoria e, já para um setor de ativistas, uma avaliação que alimentaria o que eu chamarei de “quebra de confiança interna” na categoria. Um setor já sai dessa greve resignado ou tendente a não mais fazer outro movimento de tal envergadura. Isso se expressou principalmente no período final desta greve e também da de 1992. Ouçamos suas vozes:

Vera Nepomuceno - Então, foi uma greve, eu lembro da saída do final dessa greve. Eu tava grávida do Thales, eu lembro da votação da 1016 e é eu era casada com Paulo. Paulo também era militante, de vanguarda, tanto que assim eu tenho uma lembrança bonita e quando nós saímos de greve o Paulo dizia: “Eu nunca mais faço greve no mundo porque a greve foi uma derrota”. E nunca mais fez.

Foi muito forte e foi assim, eu era muito base, senti diferente do que você colocou [para Eliane Ramos] a derrota porque eu ouvia nas escolas, eu ouvia em casa do Paulo: “Eu nunca mais faço greve.”

Professora B - Só voltou quando o SEPE determinou, em 1992 é que perdeu a crença na categoria. Lembra que estava na Câmara no dia da votação da lei que

iria substituir a 1016 e teve a sensação que tinha feito uma greve por nada. Chorou muito.
Depois da greve de 1988/1989 todas as escolas ficaram muito divididas.

Professora C – A greve da falência foi um dos únicos momentos de existir um grupo coeso na escola. Por que voltamos? Porque descobrimos que um grupo mínimo voltou sem comunicar, quando todos sabem disso resolveram voltar. Para minha escola esta greve [da falência] deixou um trauma.

Como esta fração da classe trabalhadora, não tem sua relação social de trabalho diretamente relacionada com o capital, na produção material da sociedade, mas sim, é requisitada para trabalhar dentro do aparato estatal, numa função que tem uma vinculação mediada com a reprodução do capitalismo, também sofre de forma mediada a exploração de classe e acaba por expressar essa relação particular em suas concepções de vida e de valores. Como por exemplo, encontrarmos trabalhadores de carne e osso que preservam e buscam reproduzir elementos básicos e clássicos da ideologia burguesa dominante, um dos principais, a falácia da opção individual.

O Estado burguês, habilmente, trabalha a partir do conceito ideologizado de indivíduo e de individualidade, para minar e quebrar as frentes de luta coletivas das categorias. No caso das áreas vinculadas aos serviços públicos estatais, isso é ainda mais facilitado, pois não existe o impedimento à entrada no local de trabalho, seja pelos chefes e diretores, seja pelos próprios trabalhadores do setor ou unidade, em geral, em particular na educação, não foi absorvido de forma plena o uso de piquetes de greve, a não ser em situações especiais ou de acirramento muito elevado.

Ao funcionário público é dada a possibilidade de realizar um arremedo de trabalho, mesmo diante da realidade de um movimento paredista e assim explicar-se como um trabalhador que está exercendo sua opção por não entrar em greve e realizar seu trabalho cotidiano. O que é mais difícil de ser nos setores fabris ou produtivos.

Quando um setor se sente derrotado após uma luta encarniçada, a existência desse tipo de compreensão da relação daquele trabalhador com sua categoria, com seu local de trabalho, com sua chefia, imediata ou mais distante, pavimenta um caminho para o recuo ou a exclusão do próprio movimento coletivo reivindicatório, sem que, necessariamente, esses trabalhadores tenham aderido completamente a uma defesa do governo em curso ou da burguesia em seu todo. Apenas, não acreditam mais no caminho do conflito como o adequado para a luta pela sobrevivência. Mas, fortes sequelas podem ficar criadas entre os trabalhadores.

Como coloca o professor Alcebíades Souza Teixeira Filho, o Bid, em sua entrevista, podemos entender a categoria subdivida em vários setores expressando toda esta situação social mediada na sociedade e a disputa político-ideológica que deve ter curso junto a mesma para ganhá-la ou convencê-la de aderir à proposta do confronto. Vejamos como ele coloca esta questão, quando se refere ao posicionamento da categoria diante das eleições municipais de 1992:

Essa era uma razão, agora uma razão muito forte, que bom, que eu acho forte, eu acho que a maioria da categoria acompanhou a sociedade, no sentido de que, na verdade, a Cidinha não foi para o segundo turno, porque ela ficou espremida entre duas grandes linhas que encarnam a categoria: um setor da categoria que é progressista e um setor da categoria que é conservador.

Para além disso, é importante lembrar uma parte do depoimento dos professores Fátima Pacheco e Jaílson dos Santos que destacam mais uma vez o quanto já era mais difícil trazer a greve em função de uma presença opressora muito mais forte da burocracia municipal sobre a categoria:

Fátima Pacheco - Porque administrativamente a prefeitura já tem um controle maior sobre o pessoal. Mesmo essa coisa do ponto é tudo muito, eu não sei se o estado é assim, eu não tive matrícula no estado, mas eu vejo que as pessoas comentam exatamente isso todo mês levar o ponto para conferência. E se você esquece de assinar, não assinou o ponto um dia, leva falta e no mês seguinte vai receber. Já aconteceu isso na minha escola. Chegar a fiscalização lá e encontrar um ponto em branco e aí o fiscal dá falta e a pessoa depois tem que recorrer dessa falta no município, eu sempre ouço isso.

Jaílson - Tem um detalhe, os professores do município, eles são bem mais pressionados dentro das escolas do que o professor do estado por questão de cumprimento de carga horária, muito rígida a questão do município, né? O município tem uma relação ortodoxa com a categoria.

Isso se refletiu para o que chamo de “quebra de confiança interna” dentro da categoria, com uma parte da mesma se sentindo como que “traída” pelo setor mais recuado, em particular, pela forma como, muitas vezes, a saída da greve se deu pelas escolas, como podemos perceber no depoimento da professora Professora A abaixo:

Percebe-se quando estava chegando ao final da greve porque passavam a ter assembleias dia sim e dia não. Em 1989 os colegas assumiram na reunião na escola em fevereiro continuar em greve e depois se justificaram que não queriam criar um clima ruim na reunião e voltavam. Voltaram porque

Marcello iria suspender os salários, que ele já tinha anunciado que não ia tolerar mais a greve e que já tinha dado o que podia, esse foi o medo de 1989.

Naquele mesmo dia 1º de março, mais tarde, 1.500 servidores municipais reunidos na Concha Acústica da UERJ decidiram encerrar a greve. Segundo matéria no caderno Cidade do Jornal do Brasil do dia 2 de março, em 2ª edição, o que motivou o final do movimento foi o receio de que o novo prefeito avançasse para a demissão de servidores por abandono de emprego, já que naquela data se completariam 30 dias desde o corte de ponto efetivado a partir de 1º de fevereiro. A decisão do dia, hora e lugar para a assembleia se deu poucos minutos ou horas depois da votação na Câmara:

Florinda - Já tarde, não tão de madrugada, mas, por ali, 22 horas, talvez. Foi assim que eles aprovaram esses projetos do prefeito, né?! E aí, fomos para as escadarias, vai todo mundo arrasado, arrasado, cansado, machucado, querendo chorar, querendo... E sabíamos que ali a gente ia acabar com a greve, e foi muito interessante, porque eu cheguei pro Roberto Abreu, que era da UERJ, falei: “será que a gente consegue ligar pra lá e arranjar amanhã, pra fazer uma assembleia lá amanhã”? Na mesma hora, “agora vou propor aqui pro pessoal, achava que ninguém ia aceitar”. “Gente, nós sabemos o que vamos decidir, vocês acham que a gente vai decidir aqui na frente dessa Câmara de Vereadores, deputados, depois de uma cacetada dessas?! Aí todo mundo: “Há, que sabe...”. Amanhã, 10 horas na URTJ”? A UERJ encheu cara, foi muito lindo, foi todo mundo pra lá. E todo mundo sabia que ia pra lá pra votar o fim da greve, não tinha mais o que fazer, era mesmo jogar a toalha, e foi uma derrota. Um menino lá que levantou o braço e falou: “Olha, eu sei qual vai ser o resultado aqui, mas eu posso defender a continuidade da greve”? Foi assim, de arrepiar. Ofendeu, foi aplaudido, mas a gente votou o fim da greve.

Localizamos também uma nota endereçada aos profissionais da educação da rede municipal¹⁰¹, sem uma referência clara de data, que achamos interessante reproduzir em parte:

Após impor aos servidores municipais o maior arrocho salarial dos últimos anos (281% IPG [IPC?] – fevereiro) e manter o calendário de pagamento de 89 com um mês de atraso (serão pagos 11 meses), não abonar os dias de greve a partir de 13 de fevereiro, apenas para a educação e exonerar diretores eleitos, o governo “democrático” de Marcello Alencar (PDT) ataca a categoria com medidas que, como produto imediato, reforçam a incompetência e a má qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas.

Assim, a SME impôs aos professores que atuavam em salas de leitura, biblioteca e atividades complementares, o retorno à regência de classe, ao mesmo tempo em que amplia em diversas UEs o número de turmas. Esta medida visa atender um número maior de alunos sem a preocupação com a qualidade e sem convocação dos aprovados em concurso para preenchimento das vagas existentes (s/d). (TEIXEIRA, 2014, p. 151)

¹⁰¹ A partir deste momento do texto, toda vez que a expressão “rede municipal” aparecer, a mesma esta se referindo a rede municipal de educação do Rio de Janeiro. (N.A.)

Além disso, obstinava-se a manter uma série de sanções que nos levam a refletir que, na verdade, o governo sentia-se muito ameaçado perante aquela categoria de maior peso quantitativo entre o funcionalismo público municipal, que efetivamente manteve a greve em pé (junto com os servidores da saúde) e que, possivelmente, era o que tinha maior capacidade de contato e debate com o restante da população, especialmente, com outros setores da classe trabalhadora.

E o texto continua:

De uma rede de 1016 escolas municipais, pelo menos 120 delas exigem reformas imediatas e em 30% destas, os prédios deteriorados ameaçam a integridade dos usuários. A maioria não é atendida em suas necessidades mínimas, como: material de limpeza, material didático, merenda de qualidade (principalmente as de horário integral), profissionais e verba própria. Um funcionário que vai ao Dec buscar o expediente, o faz com o dinheiro oriundo das “extintas” caixas-escolares, cantinas ou doações de pais e professores.

Até mesmo para negociar pequenas reivindicações, como a concessão de vales-transporte [sic], material didático e de limpeza, isonomia de carga horária entre contratados e efetivos, a Secretaria de Educação tem se mostrado irredutível. (TEIXEIRA, 2014, p. 152)

Ou seja, o quadro que vai sendo delineado demonstra a continuidade de oferecimento de um serviço precário e uma política por parte do governo de não abertura para negociação. Paralelamente, como deixa claro Burgos (1992), o centro de intervenção do governo municipal no mandato de Marcello Alencar deslocou-se para o de obras, buscando com isso ganhar notoriedade e o apoio político junto à população.

Burgos (1992) em sua pesquisa destaca que o setor de Obras e Urbanismo era um setor que diferentemente dos setores da educação e da saúde, tinha um número muito reduzido de servidores efetivos e trabalhava muito mais através da contratação de empresas particulares. Este elemento da prefeitura centrar seus gastos de forma mais enfática em obras, que mesmo que tivessem um significado social (saneamento, pavimentação, etc.), significava um afluxo maior dos recursos dos fundos públicos para a fração burguesa vinculada à construção civil e ter este setor numericamente um peso muito menor na folha de pagamentos do município, a meu ver, não pode deixar de ser caracterizado como uma ação de essência neoliberal.

Ocorre uma mudança importante no perfil dos gastos da prefeitura, pois o item de educação e cultura perde sua posição de principal consumidora dos recursos para o de habitação e urbanismo, cujas atividades-fim são quase

todas realizadas por empresas e autarquias de administração indireta ou por empreiteiras contratadas pela Prefeitura (ibid., p. 58).

Outro dado é que os itens administração e planejamento e educação e cultura têm uma queda de 16,7% e 16%, respectivamente, o item saúde e saneamento tem um crescimento de apenas 7,4%, enquanto o item habitação e urbanismo cresce 91%. Houve um crescimento notável no item investimentos, elevando-se de um montante de Cr\$ 9.702 em 1988 para Cr\$ 23.806 em 1989, sendo que 67,2% deste total foram consumidos no subitem “investimentos em obras e instalações” (ibid., p. 49 e 56). (TEIXEIRA, 2014, p. 171)

A realização das entrevistas individuais e em grupo auxiliou-me na oportunidade de corrigir um equívoco que cometi quando da feitura de minha dissertação, mas que se explica pela política adotada pelo governo de buscar não conceder nenhuma vitória política ao sindicato. Tal atitude seria evidenciada inclusive em relação aos abonos de dias de paralisação e de greve, como veremos mais adiante, quando esta questão for citada. Como diria em sua entrevista a professora Adriana Maria Almeida de Freitas, repetindo uma fala ouvida entre a categoria, o governo não queria “dar uma moral” para o sindicato. Vejam o que ela diz:

Adriana – Inclusive, havia nas escolas esse discurso: “Espera ele sair, ele deve abonar, ele não abona agora para não dar moral ao SEPE”. Então, essa coisa assim de “dar moral” para o SEPE. É uma pequena vitória, uma pequena vitória que não deixa de ser o reconhecimento das ações sindicais.

Uma outra vitória política que o novo governo não quis conceder e buscou alterar de forma a apresentar como uma resolução da SME foi a relativa a promoção dos alunos. Pelos relatos obtidos, ele acabou acontecendo (ao contrário do que acabei afirmando em minha dissertação, em função da documentação ao meu alcance na época), levando em consideração as deliberações da categoria, mas não em sua totalidade e em sua integridade, como podemos verificar nos relatos feitos pelas professoras Florinda e Eliane;

Florinda – Depois de tentado dar um desfecho na greve, a gente ainda conseguiu negociar com a secretária de educação, o que era com a Mariléa da Cruz, nobre fundadora do SEPE junto com a gente, e já pedetista, né?! Quer dizer, ainda pedetistas, né?! E eles tiveram que fazer duas com o SEPE. Uma foi negociar de que maneira, depois de cem dias de greve, iria ter um desfecho razoável no processo educativo dos alunos, né?! Foi aí que aproveitaram o nosso projeto, muito rico, muito trabalhoso, porque lá no finalzinho, no meio de novembro nós demos uma pausa de uma semana pra categoria da educação comparecer a escola, pra tentar fechar o ano. Fechar o ano significa assim, aproveitar aquilo que o aluno manifestou de desenvolvimento, por exemplo, tinha aluno que primeiro, segundo, terceiro bimestre, no caso setembro pegaria já, né?! O final do terceiro, ele tinha demonstrado um desempenho. Aquilo ele

ia aproveitar e os alunos seriam promovidos, e com essa anotação, “aluno talvez tenha uma deficiência nisso, nisso, mas tava promovido”.

Albano – Mas, a secretaria aceitou fazer isso?

Florinda – Sim, trabalhou isso.

Albano – Porque o que eu descobri na minha documentação, é que no final a secretaria teria se colocado contra a promoção.

Florinda – Aí que tá, eles não podiam dizer que era, que estavam aceitando o projeto do SEPE, né?! Eles tentaram dourar a pílula, trabalhando com os termos deles. Inclusive, não usava essa expressão, é... Como é que a gente fala? Promoção automática, né?!

Então, não assumiam que tava tendo uma promoção, mas vamos dizer assim, administrativamente abriram, orientaram pra isso...

Eliane – Não lembro também se teve, se eu fiz, eu sei que a discussão mais séria foi de aprovar ou não e eu não aprovei. Eu lembro que na reunião final aí aquela pressão de pai, aluno, todo mundo muvucado e a direção pressionando junto com o pai, que o pai queria ver o aluno aprovado e a gente lá se defendendo. Não, não vamos aprovar.

Me lembro que a minha diretora era do PDT, caxiona, ela pressionava, ela não pressionava mais porque a gente era um bloco uma força dentro do CIEP. Ela batia na gente e voltava. Então...

No final da greve do Saturnino, no final do ano, tinha que aprovar porque ficou três meses sem aula.

De qualquer forma, o restante do ano de 1989, pela análise feita dos documentos obtidos nos arquivos da categoria, passa tanto no âmbito municipal quanto no estadual por um forte refluxo decorrente das derrotas e das greves encarniçadas que a categoria havia enfrentado.

No final do mês de maio, nos dias 26, 27 e 28, realizou-se o IV Congresso de Educação do SEPE-RJ, foi denominado de Congresso Chico Mendes em homenagem ao líder seringueiro e ambientalista recentemente assassinado. Não encontramos as deliberações do mesmo, mas conseguimos um exemplar do caderno de teses e informações sobre parte do temário (palestra sobre sindicalização e palestra sobre “SOS – Educação Pública”), graças ao livro de frequência dos eventos do sindicato.

O caderno de teses constou de nove ao todo: uma da diretoria do SEPE/RJ; duas assinadas por correntes cutistas (uma da Força socialista e outra de Democracia e Luta, corrente sindical organizada em torno da corrente petista de matriz trotsquista Convergência Socialista); outras duas que pela análise das assinaturas compreendemos

que eram vinculadas as correntes Articulação e O Trabalho (corrente também trotskista), tanto do PT quanto da CUT; duas assinadas por uma única pessoa respectivamente e, por fim, duas outras assinadas respectivamente por militantes e dirigentes do núcleo de Barra Mansa e outra pelo núcleo da Regional II da capital. Constava ao final o Plano de Lutas aprovado pelo último congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).¹⁰²

A assembleia seguinte realizou-se no dia 10 de junho e se iniciou com informes em função da problemática sobre o desconto de dias parados e outras decorrências em relação a esta questão. Houve informes sobre uma discussão no dia 13 de junho na Câmara sobre eleições de diretores, em função dos vários projetos em discussão e sobre a organização do sindicato para discutir os temas vinculados à elaboração da Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal e a nova LDB¹⁰³.

Há uma fala da presidente do sindicato, professora Florinda Lombardi, sobre os desafios que se apresentavam para a categoria naquele momento (discussão de plano de carreira, estatuto, carga horária, salário, eleições nas escolas). As propostas apresentadas na assembleia foram encaminhadas para as escolas e uma nova assembleia foi marcada para o dia 24.

Com relação a garantia de eleições para diretores das escolas, o processo se deu de forma bastante emperrada, tendo o espaço da casa legislativa como palco de debates e também do uso deliberado dos procedimentos regimentais para empurrar a discussão para um futuro distante.

Pelas pesquisas feitas na Biblioteca da Câmara Municipal, o processo já relatado sobre o trâmite do projeto de lei 52/89 foi bastante acidentado, entrando e saindo de pauta, sendo encaminhado para arquivamento e desarquivamento, com apresentação de substitutivos. O processo todo se iniciou a partir da apresentação do projeto de lei nº 52/89 da autoria do vereador do PT Chico Alencar e pela leitura do parecer da Comissão de Justiça e Redação, visava avançar no sentido de garantir uma maior autonomia do

¹⁰² Ao mesmo tempo, no XXII Congresso da CPB, realizado em janeiro de 1989, em Campinas, o Plano de Lutas do movimento apontava além da Greve Geral dos Trabalhadores, para uma Greve Geral dos Trabalhadores do Ensino, através da Campanha Nacional Unificada (CNU), a ser deflagrada em abril de 1989. Nesse congresso, houve a ampliação da base para todos os profissionais da educação e a entidade passou a ser a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE). (MIRANDA, 2011, P. 99)

¹⁰³ Com a redefinição constitucional do novo regime político que sucedia ao regime autoritário e sua respectiva constituição, tornava-se necessária, por prolongamento, a prefeitura tanto das constituições estaduais quanto das Leis Orgânicas dos respectivos estados e municípios, assim como também, um novo alinhamento legal que sustentasse, à luz dos novos princípios constitucionais, as ações dos entes federativos e da sociedade na área educacional. (N. A.)

processo e da gestão das unidades escolares tanto da intervenção governamental quanto da pressão da burocracia da secretaria.

Pelo início da exposição do parecer subentende-se que o vereador Chico Alencar buscou avançar para além do que a lei anterior (nº 504, de 12 de janeiro de 1984, de autoria do vereador Aloísio Oliveira do PDT) havia determinado.

O parecer, em sua redação, na qual garante a constitucionalidade mediante a apresentação de um substitutivo se torna uma peça evidenciadora dos limites estreitos da concepção burguesa de democracia – ainda mais nos aparelhos vinculados ao arcabouço estatal -, e é um primor expressivo daquilo que Fontes chama de “consenso fraco” e Florestan de “democracia restritiva”.

O parecer ataca todos os aspectos que buscavam garantir uma maior possibilidade de inscrição de candidatos, um maior distanciamento tanto da secretaria propriamente dita e da intervenção do governo. Vejamos como esses elementos são tratados e valorados no texto do parecer pelo seu relator, vereador Maurício Azedo do PDT.

A Comissão de justiça e Redação considerou indispensável uma ampla reformulação do Projeto de Lei nº 52/89 [...] como ao dispor que os cargos de Diretor, de Diretor-adjunto e de Encarregado de Secretaria [...] serão preenchidos mediante eleições diretas, formulação que incorre em visível inadequação, porquanto a Constituição defere ao Chefe do Poder Executivo o poder de nomear e exonerar, impondo-o como agente desses atos de administração pública

Pesaram também para a decisão da Comissão de Justiça e Redação de elaborar um substitutivo a impropriedade e a inconveniência de disposições estabelecidas [...] como ao dispor que podem concorrer às eleições para Diretor de Escola, assim como aos demais cargos comissionados na proposição, professores com apenas dois anos de magistério e um ano – um solitário ano – de exercício de regência de turma.

O servidor com dois anos de serviço, salvo os gênios – que não são fabricados em série -, é ainda um aprendiz, um iniciante, um calouro. Não se pode entregar a um recém-chegado ao serviço público, carente de conhecimentos, alheio às complexidades da administração, o encargo de dirigir, de comandar, de inovar, de criar.

A reversão desse quadro não se dará sob o comando de frangotes mal saídos dos cueiros das escolas normais e das faculdades de Educação, cuja qualidade reflete a deterioração geral do ensino no País.

Essa tendência anarcóide [...] manifesta-se também na enunciação dos casos em que é possível a exoneração do Diretor, do Diretor-adjunto e do Encarregado de Secretaria eleitos [...] a requerimento próprio, isto é, por iniciativa do próprio detentor do cargo, por fadiga, por fastio ou por qualquer outro motivo, e por indicição em inquérito administrativo.

Por tais disposições, concede-se a esses eleitos um grau de imunidade que não se confere nem mesmo ao Prefeito, [...] Pois esse governante, na concepção anarcóide da proposição, não pode afastar do cargo, por incompatibilidade com a orientação político-administrativa que desenvolve, o Encarregado de Secretaria da Escola Municipal Joaquim dos Anzóis Carapuça, ainda que este tenha sido eleito pelo macérrimo contingente de 200 pessoas, entre os quais um contingente de duas a três dezenas de eleitores impúberes!

Uma proposta destas não é séria. (Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 04/05/1989, ano XIII, nº 70, p. 7-8)

O substitutivo nº 1 (pelas minhas pesquisa haveria pelo menos ainda mais dois) aprovado na mesma reunião de 02 de maio de 1989, determinava que o provimento dos cargos em questão eram da competência do prefeito; que o processo de escolha resultaria da apresentação de uma lista tríplice a serem escolhidos “em eleições diretas, livres e secretas realizadas no âmbito de cada unidade.” (sic). Determinava ainda que os candidatos (professores e especialistas de educação) teriam que ter dez anos de magistério público e pelo menos cinco de regência de turma e deveriam estar em exercício na unidade escolar em que concorreriam pelos menos há mais de dois anos.

No ato de inscrição a chapa teria que apresentar seu Programa de Trabalho, que deveria ser condizente com as diretrizes estabelecidas pela SME e competiria a mesma referendar o pleito em ato formal.

Os substitutivos foram, pela ordem, o já relatado apresentado pela Comissão de Justiça e Redação, o nº 2 e 3, de autoria do vereador Chico Alencar. O terceiro teve parecer favorável em todas as comissões por que passou. Houve também a apresentação de uma série de emendas modificativas. A discussão atravessou anos, com grandes intervalos de 1989 a 1998 e por fim, em 14 de janeiro de 2009, finalmente arquivado como projeto não aprovado pela Câmara.

Foi localizado o boletim informativo do SEPE, datado de julho de 1989, específico para a rede municipal. No interior desse boletim-cartaz, o destaque era para a chamada “Marcello ainda te mata de fome!” e havia uma comparação entre o salário mínimo da época (NCz\$150,00) e os pisos dos funcionários de apoio (NCz\$112,00) e do magistério (NCz\$214,00).

Nas páginas externas do boletim-cartaz, na primeira página havia uma coluna específica sobre o processo de discussão da nova lei de regulamentação das eleições para diretores de escolas e outra com informes sobre as ações jurídicas e uma chamada à filiação ao SEPE.

No tocante às eleições para as direções de escolas, o boletim denunciava que tinha havido um “acordão” entre os três proponentes da nova regulamentação. Havia se mantido na essência o projeto do vereador Fernando Willian (PDT) (que criava os Conselhos Escola Comunidade – CECs - deliberativos) com inclusão de alguns aspectos dos outros dois substitutivos, respectivamente o do vereador Maurício Azedo (PDT) (que

previa uma lista tríplice) e o do vereador Américo Camargo (PL) (que previa o concurso público para o cargo de diretor). Este projeto de lei vinha se contrapor ao projeto de lei 52/1989 já apresentado.

Pelas entrevistas, neste aspecto particular a entrevista com a professora Florinda Lombardi (vide página 302-303), somos informados que as eleições acabaram acontecendo, em grande medida, porque o governo não queria passar uma impressão de retrocesso nesse quesito, por outro lado, pela análise dos documentos obtidos, porque o processo via o legislativo se mostrava mais dificultoso ou lento (a tentativa de tentar chegar a um denominador comum, inclusive entre vereadores do partido no governo) e também pela ação deliberada em assembleia da categoria de realizar o projeto à revelia do governo. Podemos supor que, pelo menos em parte delas, a pressão existiu e chegou aos ouvidos do governo.

Na leitura da ata da assembleia do dia 24 de junho percebemos que boa parte dos impasses entre as demandas apresentadas pelo sindicato e o governo ainda persistia e que, em paralelo, devido em parte ao sucesso das ações repressivas do governo municipal, os participantes da assembleia constataram o grau de desmobilização da categoria.

Um informe importante tratava da denúncia dos aumentos diferenciados que seriam dados ao funcionalismo, sendo de 9% para a maioria dos funcionários municipais e 25% para os procuradores e fiscais. Aumentos que, adicionados a outros benefícios, chegariam a 150%, havendo também 138% de reajustes para todos os cargos comissionados. Nesse quesito, informava que a comissão presidida pelo vereador Guilherme Haeser do Partido dos Trabalhadores (PT) faria uma emenda estendendo os 25% para todo o funcionalismo.

Podemos perceber nestes informes sobre a política de vencimentos e gratificações do novo prefeito uma vinculação, ainda que embrionária, com aquela visão defendida por Bresser Pereira em relação ao *núcleo estratégico* do Estado, que seria o único a manter os direitos até então comuns a todos os servidores¹⁰⁴.

E por último foi feita uma fala ressaltando como, por intermédio da imprensa se noticiava o aumento da arrecadação de imposto em contrapartida aos reajustes propostos pelo governo.

¹⁰⁴ Em que pese que a política de diferenciações entre os servidores públicos existente no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, ainda reza o inciso XII, do artigo 7º da Constituição Federal que: “os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo”, o que expressa uma preocupação com uma isonomia entre os servidores de todo o aparato estatal. (N.A.)

No verso do boletim-cartaz de julho de 1989, já destacado, é importante ressaltar um quadro chamado “SOS EDUCAÇÃO”, que apresentava uma tabulação a partir de dossiês elaborados em 30% das escolas municipais entre dezembro de 1988 e janeiro de 1989, que era o seguinte:

Apenas 7% das escolas consultadas possuem bons sanitários.
Apenas 6% das escolas consultadas possuem boas instalações hidráulicas.
Apenas 9% das escolas consultadas possuem boas instalações elétricas.
Apenas 18% das escolas consultadas possuem boa iluminação.
Apenas 26% das escolas consultadas possuem uma boa construção

Podemos perceber que, apesar de todo o mal-estar e desânimo que as últimas atas evidenciavam, houve a iniciativa de se buscar dar conta de uma série de demandas acumuladas no sindicato, como, por exemplo, a divulgação dos dossiês, que tinham sido tão debatidos e propostos durante a greve.

O boletim-cartaz torna-se um documento importante, pois corrobora a constatação de que, apesar da suposta boa saúde financeira que passou a gozar a prefeitura, serviços públicos como a educação continuavam relegados a uma situação subalterna em termos de prioridades, enquanto o governo se voltava para a realização de obras, o que lhe garantia grande visibilidade. Mais uma vez se resalta uma característica típica das sociedades capitalistas dependentes, a dificuldade, se não a incapacidade de garantir direitos básicos para o conjunto da população e ter o aparato estatal focado em atender em primeiro lugar os interesses da burguesia plutocrática.

Temos o acesso ao material para debate no I Seminário estadual de Educação do SEPE/RJ (anexo I). Não temos a data certa do seu acontecimento, porém, sabemos pelo material que havia textos de vários educadores discutindo a politecnia (Regina Vanisson, Lucília Machado, Míriam Jorge Warde e Gaudêncio Frigotto), a reprodução do capítulo III da constituição (da Educação, da Cultura e do Desporto) e o texto-base para o I Seminário Nacional de Educação sobre a Lei de diretrizes e Bases assinado pelo Andes, pela Fasubra, pela CNTE, pela UBES e pela UNE¹⁰⁵.

Ainda no mês de setembro o sindicato encaminhava a ambos os governos uma proposta de plano de Carreira Unificado (unindo em um mesmo plano de carreira os

¹⁰⁵ Respectivamente, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN); Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA); Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE); União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e União Nacional dos Estudantes (UNE).

segmentos de funcionários de apoio e o magistério), que partia como base dos elementos centrais que regiam as propostas dos planos do magistério municipal e estadual: mudança de nível de cinco em cinco anos; ingresso apenas por concurso público; direito a triênios; direito a gratificação de difícil acesso; garantia de paridade; data-base em primeiro de maio e uma política de reajuste mensal e de piso; combinação do enquadramento por formação com o de tempo de serviço numa única linha ascensional (Anexo II).

Esta é uma das reivindicações mais constantes da categoria, que como veremos foi atendida parcialmente pela prefeitura do Rio de Janeiro, no último ano do mandato do prefeito Marcello Alencar (1992), após muita luta, ainda que o elemento que garantia o aumento progressivo dos salários – a combinação do enquadramento por formação e de tempo de serviço numa única linha de ascensão com steps de 12% não tenha sido recuperado.

A partir da proximidade do final do ano de 1989, as assembleias das redes estadual e municipal do Rio de Janeiro passaram a ser unificadas, provavelmente fruto do desgaste dos processos grevistas vividos naqueles dois anos, que se expressava em assembleias setoriais mais esvaziadas e pelo fato de muitas questões se afunilarem (planos de carreira, eleições para diretores).

A primeira dessas assembleias cujo registro dá a entender que deve ter sido uma assembleia unificada das duas redes, ocorreu em 28 de outubro. Nessa assembleia se denunciava a postura do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro (SINPRO) de discutir uma alteração estatutária que abria seu quadro social para os professores de todas as redes e graus de ensino e também da União dos Professores Primários Estaduais (UPPE) de penetrar na rede municipal para encaminhar um requerimento referente à Lei 1016.

Naquele momento começava a ganhar importância a questão do Plano de Carreira tanto para os profissionais da educação da rede municipal quanto da rede estadual, visto que ambos os governos começavam a propagandar suas propostas e foi feita uma denúncia de que a proposta do governo municipal passaria a mudança de nível para um intervalo de dez anos e reduziria o percentual entre níveis para 10%.

Podemos, inclusive, aventar que a ação dos governos em relação à carreira pode ter sido uma resposta das demandas já materializadas pela categoria na proposta encaminhada pelo sindicato e que ambos tentam responder a partir de suas premissas e determinações. E, inclusive, seriam respostas não só as demandas dos profissionais de educação, mas também das outras categorias em seu processo de organização e

mobilização diante das perdas consecutivas oriundas em particular do processo ascensional da inflação vivida na conjuntura histórica.

Surge então a proposta de que os profissionais da educação, em função da derrota em três greves (duas estaduais e uma municipal), deveriam “*procurar frente ampla*¹⁰⁶, *o funcionalismo e encaminharmos juntos, sem corporativismo*”. (p. 71 do livro de atas) e se decide que o sindicato encaminharia tanto à Assembleia legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) quanto à Câmara de Vereadores sua proposta de plano para pressionar os parlamentares a assumi-lo.

Outro tema que foi ganhando centralidade foi o referente à eleição de diretores escolares tanto na rede estadual quanto na municipal e naquela assembleia se deliberou de chamar a categoria a realizar o processo eleitoral em ambas as redes à revelia dos governos.

Uma nova assembleia unificada ocorreu no dia 18 de novembro de 1989; nela, a mesa foi composta com representantes da Associação dos Supervisores Educacionais do Estado do Rio de Janeiro (ASSEERJ) e da Associação dos Orientadores Educacionais do Estado do Rio de Janeiro (AOERJ), o que indica o processo de aproximação daquelas entidades com o sindicato com vistas a sua unificação.

A assembleia teve como eixo principal a discussão e aprovação dos respectivos planos de carreira nas casas legislativas. Surge então, no período de avaliação, a denúncia de que o projeto da prefeitura trazia embutido a possibilidade de ampliação da carga horária (que se confirmou, tendo os aprovados tido suas cargas reduzidas de 30 e 40 horas para 22:30 e 16 hs pelo próximo prefeito César Maia, conforme depoimento de Professora A¹⁰⁷) e também que ambos os planos não trariam efetivamente um ganho real salarial para os professores.

Primou-se nessa assembleia pelos dilemas que a categoria enfrentava: a ameaça crescente de aprovação de planos de carreira danosos à categoria, a desmobilização nas escolas e a proximidade do final do ano, que no caso do poder legislativo, tinha seu recesso se iniciado a partir de 05 de dezembro, o que deixava um período muito curto de ação para a categoria.

¹⁰⁶ Refere-se a articulação de sindicatos e associações representativas de categorias do serviço público estadual.

¹⁰⁷ Teve concurso para 30 e 40 horas, quem fez o concurso em 1992 foi o Marcello. Todo ano tinha concurso. Quem convocou os concursados foi o César Maia, mas ele reverteu os professores deste concurso para as cargas de 16 e 22:30 horas. Em 2012 ou 2013 a justiça mandou reverter as cargas destes concursados para aquelas originais (30/40 horas). O salário triplicou. Os concursos agora vão ficar reduzidos por causa da expansão das cargas de 30 e 40 horas. (entrevista da Professora A)

Ainda ocorrem intervenções em relação ao processo de eleição de diretores na rede municipal, em que se conclama a categoria a encaminhar as eleições como forma de pressão para tentar se colocar tal questão em pauta na Câmara e também o chamado à participação popular na discussão da Lei Orgânica Municipal.

Ao final se aprova um indicativo de paralisação para o dia 29 de novembro, para ser ratificado ou não em uma nova assembleia no dia 25. Outro tema levantado na assembleia foi o debate sobre a participação ou não do sindicato no Conselho Estadual de Educação (CEE). Na verdade, a discussão foi reaberta, visto que havia decisão congressual pela não participação; convocou-se a categoria para um seminário que ocorreria no dia 9 de dezembro.

O registro da assembleia unificada dos profissionais da educação que foi realizada em 25 de novembro evidencia que a tônica da assembleia girou sobre particularmente dois eixos que, apesar das especificidades, envolviam ambas as redes: as questões do processo de eleição de diretores de escolas e dos planos de carreira.

Foi aprovada uma paralisação no dia 29 de novembro das duas redes públicas, a estadual e a do município do Rio de Janeiro, com reuniões nos núcleos regionais e municipais pela manhã e concentração na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Vereadores, às 13 e 15 horas respectivamente.

Também foi aprovada uma nova paralisação no dia 5 de dezembro, com assembleia às 12 horas para definir se as manifestações seriam sobre os respectivos executivos ou os legislativos.

A assembleia realizada em 13 de dezembro, começou com o informe do envio do plano de carreira da prefeitura¹⁰⁸ desde o dia 8 e sobre a existência no mesmo de um *boletim de merecimento*¹⁰⁹. Um claro sinal do pensamento meritocrático muito utilizado pelos governos neoliberais para obter uma limitação nos gastos com folha de pagamentos, por exemplo. Informava-se que a paridade para os aposentados estava ameaçada tanto no estado quanto no município. Também se informa que o SEPE tinha conseguido que seu plano fosse apresentado como substitutivo ao do governo pela Comissão de Educação.

¹⁰⁸ Na verdade era uma proposta que englobava todos os servidores da Prefeitura do Rio de Janeiro.

¹⁰⁹ A ideia principal para a existência de um boletim de merecimento é a de criar uma espécie de dique ou filtro legalmente instituído no sentido de diminuir o fluxo da ascensão salarial e funcional do conjunto dos servidores e, no caso do município do Rio de Janeiro, este instrumento não se tratava de uma novidade. Ficamos sabendo por dois documentos, datados de 12 e 18 de dezembro 1990, respectivamente com uma proposta alternativa de plano de carreira, cargos e vencimentos para os servidores da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, enviado por um conjunto de entidades (17 ao todo), que esta proposta de boletim de merecimento já havia existido no plano anterior (não o do magistério) e que havia sido abolido. (N.A.)

Por fim, temos o registro da ata de assembleia unificada dos profissionais da educação datada de 19 de dezembro. Em relação à rede estadual a centralidade estava na votação na ALERJ do plano de carreira, tanto que os profissionais da educação foram chamados a seguirem para a Assembleia Legislativa.

A ênfase se deu principalmente em relação a demandas da rede municipal; em particular, a discussão sobre o processo de eleição das escolas. No Diário Oficial de 14 de dezembro, o governo havia prorrogado os mandatos de todos os diretores eleitos em 1987. Foi aprovada a indicação de que se realizassem assembleias nas escolas, norteadas com um documento elaborado pelo sindicato, com vistas a organizar as eleições no ano de 1990 e decidir pela prorrogação ou não dos mandatos. A direção solicitava que as escolas que tivessem realizado eleição para diretor o enviassem para o sindicato, para que ele encaminhasse à Secretaria Municipal de Educação.

Por fim, se informou que, quanto ao plano de carreira da rede municipal, não havia ainda nenhum cronograma de discussão. Foi aprovada a realização de uma assembleia para 3 de fevereiro de 1990.

III.4 – 1990 – a organização da resistência e da preservação das principais conquistas da categoria

A primeira informação de monta que obtenho para o ano de 1990 trata-se de uma matéria do Jornal do Brasil dia 01 de janeiro de 1990, no Caderno Cidade, que nos informa que os carnês do IPTU tinham sofrido um reajuste de até 3.200 %, sendo o menor aumento de 1.800%. Este imposto tinha seu valor aumentado de 5% a 84% acima da inflação. A inflação do ano anterior tinha fechado em 1.764%. Também se instituía a Unidade Fiscal do Município (Unif) diário.

Também neste jornal havia uma matéria na qual se informava que a Secretaria Municipal de Administração (SMA) estudava um meio de controlar o ponto dos 111.669 servidores da administração direta buscando aumentar a produtividade dos serviços prestados à população. A prefeitura consumiria 77% de sua receita com o funcionalismo e teria um piso salarial menor 62% ao de São Paulo. Ao final de 1989 a SMA havia descoberto 3.818 funcionários fantasmas. Em dezembro de 1989 o menor salário do município era de NCr\$788,18, o salário mínimo nacional.

Ainda na mesma edição do Jornal do Brasil, a prefeitura informava que havia dado 30% de reajustes acima da inflação, e que incluiria critério de promoção por merecimento no plano de cargos e salários que devia enviar em janeiro de 1990 para a Câmara.

A assembleia do dia 3 de fevereiro foi realizada em caráter conjunto com a rede estadual que já havia realizado uma primeira assembleia em 02 de janeiro na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para tratar da proposta do governo Moreira Franco em relação à votação do Plano de Carreira do Magistério Estadual que ocorreria naquele dia e seus desdobramentos em relação ao parcelamento do índice proposto pelo governo (40% em janeiro, 40% em fevereiro e 20% em março) e a volta dos 12% entre os níveis (que ficariam para julho do novo ano).

A preocupação presente entre várias falas era em relação a necessidade de unificação: unificar a rede estadual com a rede municipal; unificar os diversos segmentos do funcionalismo, construir a greve nacional das redes públicas a partir da CNTE; construir a greve geral dos trabalhadores. A necessidade de unificar era percebida por várias determinações: porque os principais ataques à categoria no Rio de Janeiro eram semelhantes (Planos de Carreira, gestão democrática, por exemplo); porque ambas as redes – as mais importantes do sindicato -, vinham de processos extremamente desgastantes de enfrentamentos isolados com os respectivos governos; porque a resistência dos trabalhadores da educação a nível nacional se evidenciava a cada momento e porque havia um ataque global aos trabalhadores no tocante ao poder aquisitivo de seus salários, ao respeito aos seus direitos trabalhistas e aos direitos sociais de forma mais ampla e ainda se percebia na CUT e na CNTE um caminho organizativo para tentar resolver estas demandas.

Ao final se votou um plano de mobilização unificado para estado e município que preenchia o período que se iniciava em 7 de fevereiro (assembleias locais) até 03 de março (assembleia geral) e que passava por reuniões com as comunidades escolares.

Em termos de se buscar evidências da construção de um processo de hegemonia no município do Rio de Janeiro – além das provas de uma política de reajustes maiores ou senão mais constantes para esta rede do que, por exemplo, aquela levada a cabo pelo governo estadual -, temos a informação da assinatura em oito de fevereiro de 1990 de um convênio entre a UERJ e o SME, de nº 07/054719/89 que estabelecia uma Cooperação Mútua destinada ao oferecimento de cursos de graduação, pós-graduação, de extensão universitária, de pesquisa e estágios educacionais voltados ao aperfeiçoamento da

educação municipal. Este convênio tinha validade de dois anos e poderia ser renovado por igual período.

Na prática, representou a formação de turmas especiais na Faculdade de Educação da universidade. Este convênio vinha dar uma resposta a uma das demandas da categoria que reivindicava investimentos do governo no sentido de se garantir uma contínua formação para os profissionais da educação. Mas, também representava uma forma de atender aos interesses mais imediatos do governo de desenvolver o projeto do CIEP, como veremos no quarto capítulo.

Entre a assembleia de 3 de fevereiro e a próxima marcada para o dia 03 de março, ocorreram dois conselhos Deliberativos, um primeiro no dia 3 de fevereiro e outro no dia 17 do mesmo mês.

No primeiro destes conselhos a primeira constatação foi a da disparidade entre os calendários das duas redes: o Estado estava convocando os professores para retornarem às salas de aula no dia 05 de março e o município os professores foram convocados para se apresentarem no dia 01 de fevereiro e começarem as aulas em 05 de fevereiro. Outro informe importante é de que enquanto já existia um plano de carreira para a rede estadual, isso ainda não era uma realidade para a rede municipal.

Na discussão referente à rede da capital houve fala criticando, por exemplo, a perda de origem nas escolas, ao mesmo tempo, que ainda fazendo um balanço da greve de 162 dias, denunciava o que era visto como uma participação muito reduzida da CUT em apoio a mesma (Beth, p. 91 do livro de atas dos Conselhos Deliberativos).

Outra fala (Talita, Regional V, p.91 verso do livro de Atas) expõe a falta de comunicação do sindicato com a categoria, que se encontrava, segundo ela, desmobilizada e que a comunidade não se mobiliza porque não vê a categoria mobilizada. Já outros presentes destacam a tendência da categoria em tirar decisões por escola e não acatar decisões de assembleia (Nilton, regional II), mas que haveria uma disposição para a greve na categoria municipal em função dos baixos salários (p.91 verso), outra fala destacava o autoritarismo do prefeito e a necessidade de denunciá-lo por isso (Cremilda)

Uma outra fala aponta que o sindicato deveria cobrar da prefeitura uma posição em relação às eleições de diretores e a “Educação 90”. Por fim, decidiu-se por reafirmar o calendário votado na assembleia do dia 03 de fevereiro, incluindo um dia para colagens e um novo Conselho para 17 de fevereiro.

Com relação as dificuldades de estreitamento de contato entre a categoria e aqueles trabalhadores que representavam o sindicato, os eleitos para os cargos da Direção

Geral e os das regionais, alguns elementos bem concretos reforçavam essas dificuldades. Devemos lembrar que o sindicato vinha se construindo à revelia de toda a forma já estabelecida há décadas em nosso país.

Tratava-se, com já exposto no segundo capítulo de uma construção à margem da política do período varguista de atrelamento da estrutura sindical ao aparato estatal, que tanto favorecia a manutenção do controle social. Estrutura que estabelecia os parâmetros espaciais, organizacionais, financeiros e que tinham auxiliado em tantos períodos a manutenção da hegemonia burguesa, era totalmente alheia a um sindicato como o SEPE. O SEPE se propunha a organizar todas as redes públicas do estado do Rio de Janeiro, sem uma legislação que garantisse a liberação sindical, contando com a contribuição dos que se filiavam ao sindicato (que veremos, vai ser manipulada pela administração estatal para dificultar as ações do sindicato) e com uma parca infraestrutura para dar suporte a estas ações. Isso fica bem claro na fala da professora Mônica Lins:

Mônica – Essa categoria tava aprendendo muita coisa, aprendendo a fazer greve, e a gente entendendo greve como movimento de formação política da categoria. Muitas vezes, em alguns municípios, em alguns lugares, na Zona Oeste, nas escolas, era o único período em que a gente entrava nas escolas. E a gente recebia muito essa crítica: “Há, o SEPE só entra aqui quando tá em greve”. Porque é claro, nós éramos trabalhadores, não tínhamos tempo de entrar nas escolas, organizar as escolas. Então a greve sim, era o momento em que você discutia política com a categoria, não existia internet como tem hoje, abrangência. Então a campanha da banana [greve de 1992] vem, ela é incrível poxa, vai pra televisão. Estende até aquele cara que nunca foi atingido... Tem escola em Bangu, eu vou falar bastante de Bangu, porque foi que a gente só subia em época de eleição e greve, porque era escola que não dava nem pra entrar, porque era fechada pelo tráfego, então tinha que pedir autorização pra entrar. Então não entrava, era inacessível, tinha que entrar de kombi, prá você entrar de kombi você tinha ... Ou então você entrava a pé, a gente fazia isso e ia a pé. Era uma militância muito aguerrida, a gente não usava carro, a gente sobrevivia no sindicato vendendo bolsa e porta caneta, a gente ia a pé em Bangu, a gente ia no sol de 40 graus, subindo favela, entrando em favela pra... Denise – Tinha uma ou outra que tinha um carro.

Mônica – Então, a gente ia a pé. O nosso carro era o carro da Neila, que hoje é dirigente lá do sindicato, do Pedro II, era ela que... [...] Naquela época a gente não tinha isso, a gente ia pros congressos e dormia em colchonete no chão de escola pública. [...] Comando de greve, a concepção de comando de greve, que a gente foi construindo o quê que era uma concepção de comando de greve, que muitas greves o comando era o quê? Nas regionais era assim, quem você juntava no final da assembleia. Você não burocratizava essa instância, ela tinha vida, ela era vida militante, e de quem tava lá, esse pessoal...

E a própria forma como foi acertada a liberação de diretores do sindicato pela rede municipal, em função da omissão legal, chegava a gerar mal estar em algumas pessoas, como me relatou a professora Fátima Pacheco:

Fátima Pacheco – A gente fica lotado no gabinete da secretária. Como assim? Como se eu fosse uma assessora da secretária? Isso é uma coisa que não tá legal, esse tempo que você fica como assessora. Você não está na regência.

Fica uma dúvida se esta era a forma como se podia fazer um acerto para se garantir legalmente a liberação ou se, maquiavelicamente, colocar os liberados no gabinete da secretária não seria uma forma de causar confusões e mal entendidos junto à categoria.

Esse limite concreto que tolhia a ação dos diretores e ativistas no sentido de socializar as informações, buscar construir sínteses e consensos e organizar a categoria e a resistência, a meu ver, a partir de algumas análises que também foram levantadas em algumas entrevistas, auxiliou para determinar determinadas conclusões das experiências com as greves ocorridas durante o governo Marcello Alencar e gerou um determinado comportamento na hora de lutar e resistir. Em particular a partir dos desdobramentos da greve de 1992.

No Conselho do dia 17, foi proposto e aprovado que se fizesse uma avaliação das greves passadas e as várias falas registradas mostraram percepções diferentes em relação aos motivos dos resultados das greves mais recentes, (1988 até o momento) serem considerados limitados.

A decisão que foi tirada ao final foi de se levar todas as propostas apresentadas para a categoria e que cada grupo que atuava no sindicato fizesse para o próximo conselho um documento com sua síntese do balanço das greves passadas e propostas de superação dos problemas apresentados para que um fosse votado e apresentado à categoria. Os documentos seriam entregues até o dia 10 de março e um Conselho Deliberativo em 31 do mesmo mês os discutiria.

Na nova assembleia do dia 03 de março de 1990, também realizada na UERJ, foram dados os informes das audiências com a secretária de estado de educação, Prof.^a Fátima Cunha e com o prefeito do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, que tinham ocorrido, respectivamente, nos dias 01 e 02 de março.

Em relação ao município do Rio, o Conselho Deliberativo realizado pela manhã do mesmo dia da assembleia havia indicado não se votar nada sobre a possibilidade de greve visto que haveria uma audiência com o Prefeito em 09 daquele mês. Houve ainda a fala do representante da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (AMES), Cláudio, que convocou a categoria para a manifestação no dia 15 próximo, dia da posse do presidente eleito, Fernando Collor de Mello.

Entre as deliberações houve um entendimento geral de que a pauta de reivindicações deveria ser unificada entre as redes estadual e municipal; em seguida se definiu como reivindicação econômica a formulação do piso salarial para os funcionários administrativos seria o piso do DIEESE e de 1,3 deste piso para o dos professores, indexado pelo ICV/DIEESE e pago semanalmente em BTN's fiscais¹¹⁰; reposição das perdas salariais, das perdas referentes à Lei 1016 do município do Rio e da diferença entre os níveis de 12% tanto para a rede estadual quanto para a rede municipal a partir de 01 de janeiro do ano corrente.

Quanto a decretação do Estado de Greve, apesar de ter sido aprovado majoritariamente numa primeira votação para ambas as redes, em função de um recurso levantado por dois servidores da rede estadual, que ponderaram que a composição da assembleia era majoritariamente composta por trabalhadores da rede municipal foi realizada nova votação desmembrada para a rede estadual, que não aprovou a entrada no Estado de Greve, quanto ao município, entendeu-se que a decisão anterior estava mantida.

Ainda se votou, entre outras coisas, uma paralisação de 24 horas para o dia 29 de março, Dia Nacional de Luta, articulado com a CUT e outros sindicatos, além de mobilizações no dia da audiência com o prefeito, no dia da posse do novo presidente, além de se ressaltar a busca por uma articulação com outros segmentos do funcionalismo e a organização de comitês de mobilização pela base. Por fim nova assembleia foi deliberada para o dia 10 de março.

Esta se realizou no Club Municipal e também foi conjunta. E um dos primeiros registros se refere à carta aberta redigida pela professora Ângela Caetano da Escola Narcisa Amália, de Guaratiba, que reclamava dos baixos salários e da má situação das escolas e que foi publicada no Jornal do Brasil ¹¹¹(JB, 08/03/1990), a mesma em sua fala incentivou o plenário a buscar formas de luta alternativas. Em seguida, houve a exposição em relação aos informes do Estado e do Município do Rio de Janeiro.

As falas referentes à proposta de reajuste do prefeito ¹¹² para o mês de março foram em unanimidade de repúdio e a polêmica que se estabeleceu foi em relação a manutenção

¹¹⁰ Com a edição da Lei 7.777/89 extinguíram-se as OTN's e em substituição foram criados os BTN's (Bônus do Tesouro Nacional). Cada 1000 BTN's eram equivalentes a 7,95 OTN's.

Através da Lei 7.799/89 foram criados os BTNF's que vigoram até 01/02/91 (Lei 8.177/91). A partir daí os BTNF's, como eram indexadores de grande parte dos contratos celebrados entre pessoas, passaram, informalmente a ser corrigidos de acordo com a variação da TR (Taxa Referencial).

¹¹¹ Trata-se de uma carta que foi publicada no caderno Cidade, do Jornal do Brasil em 08/03/1990 e que teve uma visita pessoal e uma carta de resposta do prefeito, publicada no mesmo caderno no dia seguinte

¹¹² Segundo o jornal do sindicato, o Conselho de Classe, edição extra de agosto de 1990, o índice foi 162%, mas não incluía o pessoal de apoio. Por matéria do jornal O Dia, de 12/03/1990, com o reajuste o piso dos

ou não do Estado de Greve ou a imediata entrada em greve. Ao fim do debate foi aprovada a orientação vinda do Conselho Deliberativo de se prorrogar o Estado de Greve por mais 7 dias com o objetivo de garantir a discussão e análise da categoria sobre a proposta da Prefeitura. Também foi informado pela presidente do sindicato, a professora Florinda Lombardi, sobre o encontro do sindicato com o prefeito para o dia 15 seguinte com vistas a discutir a proposta da Prefeitura para o pessoal de apoio.

Contudo, possivelmente em função das diferenciações que iam surgindo entre as situações dos profissionais da educação da rede estadual para a municipal foram propostas e aprovadas assembleias separadas: dia 17 de março para rede municipal e 24 de março para a estadual.

Ainda para a rede municipal foi votado um calendário de mobilização, com prioridade para a formação do Fundo de Greve e de uma comissão de negociação, que foi integralmente aprovada. Nesta comissão de negociação já se aglutinava a participação de um representante da Associação dos Supervisores Educacionais do Estado do Rio de Janeiro (ASSEERJ) e da Associação dos Orientadores Educacionais do Estado do Rio de Janeiro (AOERJ) respectivamente, apontando a linha política de buscar a unificação de todas as entidades representativas de setores da educação¹¹³. Obviamente a UPPE, com sua trajetória de organismo apêndice dos governos estaduais não participava deste processo orientado pela CNTE.

A assembleia do dia 17 de março ocorreu no Club Municipal e se inicia com uma primeira avaliação das primeiras medidas do governo Collor¹¹⁴. Foi denunciada a posição contrária da Secretaria Municipal de Educação (SME) de inclusão dos serventes no Plano de Carreira dos Profissionais da Educação. O entendimento da administração era de que a função poderia ser exercida em outros setores, no que foi contestado pelos representantes do SEPE/RJ, AOERJ E ASSERJ presentes no encontro.

professores nível I passava de NCz\$5.003,00 para NCz\$13.165,00 (aproximadamente 3,6 salários mínimos já que o valor do salário mínimo no momento era de NCz\$3.674,05, JB, 12/03/1990). Ainda segundo O Dia a reivindicação da categoria de um piso do DIEESE para o pessoal de apoio (NCz\$13.423,24 – fev. /1990) e de 1,3 do DIEESE (NCz\$17.450,38) para o magistério.

¹¹³ Segundo o boletim do sindicato, Conselho de Classe, nº 2, de julho de 1990, a categoria era informada sobre o Congresso de Unificação ocorrido em janeiro na cidade de Aracaju e que unificou a CNTE à Federação Nacional das Associações de Supervisores Educacionais (FENASE), a Comissão Nacional dos Funcionários de Escolas Públicas (CONAEP) e à Federação Nacional dos Orientadores Educacionais (FENOE).

¹¹⁴ O novo governo aplicou o que ficou conhecido como Plano Collor I que bloqueou todos os depósitos bancários por 18 meses, acima do valor de 50 mil cruzeiros. Também estabeleceu o congelamento de preços, o corte de despesas públicas e a elevação de alguns impostos. Simultaneamente, o governo iniciou o processo de privatização de empresas estatais, uma abertura ao comércio exterior e a redução de números de funcionários públicos (FAUSTO, 2002, p. 291).

Entre as avaliações se destacou a crescente insatisfação da categoria com a proposta de reajuste do prefeito; a necessidade de envolvimento numa luta unificada com a rede estadual; críticas ao Plano Collor e seu caráter de aprofundamento da compressão salarial; denúncia da situação de penúria das escolas em termos de custeio e manutenção.

Foi mantido o Estado de Greve em votação, com aprovação, em segunda votação, de uma meia paralisação no dia 22 de março para discussão do Plano de Carreira¹¹⁵ nas escolas (encontramos um material sem data que orientava a discussão sobre a proposta do governo – anexos III e IV, de uma possível entrada em greve caso se verificasse a não implementação do reajuste emergencial nos primeiros grupos de pagamento, o que ocorreria em 02 de abril. Por fim, se deliberou por uma nova assembleia no dia 29 de março, Dia Nacional de Luta, em conjunto com a rede Estadual e posterior participação em passeata no centro da cidade.

Ainda se votou uma cobrança para que a SME convocasse todos os especialistas aprovados no último concurso e a utilização do DIEESE para fazer uma avaliação do Plano estabelecido pelo novo governo.

A assembleia do dia 29 de março teve parte do seu debate na discussão da correção ou não de se fazer a assinatura do ponto em dia de paralisação para a rede municipal, havendo uma clara ascendência entre as falas de se assinar o ponto como forma de expor os governos em sua ação repressiva, visto que o entendimento de um setor da categoria e da militância era de que o ponto não assinado facilitaria a colocação de um código de falta injustificada para aqueles servidores que houvessem aderido ao movimento. Houve, inclusive falas neste sentido por parte de militantes da rede estadual.

Após votações se aprovou uma nova assembleia no dia 07 de abril da rede municipal para discussão do Plano de Carreira (esta assembleia seria realizada no dia seguinte imediato ao último dia de pagamento dos salários dos funcionários municipais, 06/4). Caso viesse a ter suspensão de pagamento se entraria em paralisação com assinatura de ponto. Tal perspectiva era percebida em função da retenção, decorrente da aplicação das medidas de confisco do Plano Collor, por parte do Banco Central de Cr\$10 bilhões pertencentes à Prefeitura e que estavam investidas em aplicações financeiras – JB, 30/03/1990, caderno Cidade.

¹¹⁵ Conseguimos entre os materiais do sindicato um material impresso em tinta azul de duas páginas que seria a minuta do projeto de lei da proposta de plano de cargos, carreira e vencimentos do poder Executivo do Município do Rio de Janeiro que pode ser o material elaborado para a discussão que foi deliberada nesta assembleia.

Neste ano de 1990, tivemos o início de uma política de comunicação do sindicato com sua base, a publicação do jornal do sindicato chamado de “Conselho de Classe”. O primeiro número saiu em abril deste ano (houve a publicação de uma edição especial já com esta denominação em 1989 com foco no segundo turno das eleições presidenciais). A meta original era fazê-lo mensal, mas não foi o que se conseguiu realizar. De qualquer forma, percebemos que o sindicato buscava construir uma forma de conseguir chegar aos filiados e às escolas e, através desse mecanismo, propiciar uma maior homogeneização ideológica (no sentido de forjar e sedimentar uma percepção mais coletiva)

Matérias de fontes diversas nos dão algumas informações importantes sobre aspectos da realidade que cercavam a educação pública no estado e no município do Rio de Janeiro. Encontrei duas matérias do mês de maio deste ano, uma do jornal O Dia, de 12/05/90, e outra do jornal Última Hora, datado do dia 15 do mesmo mês que evidenciam pressões objetivas que o novo governo sofria por parte de diversos setores da sociedade.

O tema comum aos dois era a situação do serviço público municipal no geral e especificamente na educação. A primeira matéria reproduzia uma resposta da secretaria municipal de educação quanto ao problema de falta de professores na escola Castro Rebello em Campo Grande. A resposta era que tal problema ocorria por falta de verbas (a contratação tinha sido suspensa por falta de verbas) e pela burocracia. O jornal terminava a matéria afirmando que uma prefeitura que não tinha recursos para educar deveria fechar.

A segunda cobrava uma resposta do prefeito em relação ao reajuste dos servidores comparando a inação do prefeito do Rio com a ação da prefeita de São Paulo, Maria Luíza Erundira, do PT, que havia dado um reajuste de 22%, que era o índice de inflação divulgado pelo DIEESE. Enquanto o prefeito não tinha dado o reajuste de março (84,32%), embora a arrecadação da prefeitura fosse excelente. A matéria, em seu final, divulgava que um boato havia circulado no Centro Administrativo afirmando que o governo municipal deveria dar um reajuste de 42%.

Não temos como confirmar que tais matérias pudessem ter sido encomendadas ou articuladas com o próprio governo, mas exatamente no dia 15 de maio uma matéria no Jornal do Brasil anunciava um programa de 12 itens para atacar os grandes problemas da cidade. Segundo o então secretário municipal de Obras e Urbanismos, Luiz Paulo Corrêa da Rocha, “seria o maior programa de obras municipais desde 1966”.

Entre as obras relacionavam-se a criação de corredores de transportes coletivos e estudos de viabilidade de “tramways” (que fazia a conexão do bairro da Penha com o

centro da cidade passando pela Avenida Brasil) e, também, a recuperação das 998 escolas, incluindo os 64 CIEPs¹¹⁶ e a conclusão de mais 39, e reforma e reaparelhamento dos 16 hospitais municipais.

No mesmo jornal, no caderno Cidade, havia uma matéria com o título “O Rio Nada em Dinheiro” explicando que a prefeitura tinha Cr\$8 bilhões para gastar na cidade e que preparava o Programa de Obras, se afirmava que “nunca, na história recente da cidade, a prefeitura desfrutou de situação financeira tão confortável.” Este era o primeiro programa de governo elaborado por esta gestão. Veremos no quarto capítulo, com mais detalhes, o quanto esta opção política do governo, ao contrário do discurso de investimento na educação, tão próprio dos governos do PDT, não correspondia a verdade, com a denúncia da falta de materiais escolares básicos nas escolas, inclusive nos CIEPs.

Mas a matéria ressaltava que de cada Cr\$100,00 arrecadados através do IPTU, ISS e ICM Cr\$68,70 eram destinados ao pagamento de salários dos servidores que perfaziam, à época, 116 mil servidores. E concluía que o ideal era ficar em 65% da arrecadação.

Estas matérias trazem em si muitas informações e constatações: primeiro, demonstravam claramente o que Burgos (1992) tinha revelado em sua dissertação, que da administração Saturnino Braga para a administração Marcello Alencar a prefeitura fez uma inflexão de gastos das áreas sociais para a área de urbanismo; segundo, que havia um processo de contenção de gastos exatamente na máquina pública para poder fazer o caixa que era exibido de forma tão destacada pela imprensa e, em terceiro, uma intencionalidade de construir algum tipo de limite para os gastos com a folha de pagamentos, o que viria a ser efetivamente regulamentado no período dos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) através da apresentação e aprovação da Lei de

¹¹⁶ Os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) fizeram parte do chamado Programa Especial de Educação (PEE) empreendido nos dois períodos de governo de Leonel de Moura Brizola (PDT), a saber de 1983 a 1987 e de 1991 a 1994. Tendo à frente do projeto, em seus dois momentos, o antropólogo e educador Darcy Ribeiro, (vice-governador de Brizola durante o primeiro governo), o programa buscava proporcionar educação, atividades esportivas, atividades culturais variadas, alimentação e assistência médico-odontológica num período de oito horas letivas. Fazia parte do programa receber crianças consideradas em situação de vulnerabilidade social, que ficariam residindo no CIEP sob a guarda dos chamados “pais sociais”, funcionários públicos que moravam nas unidades e se responsabilizavam pelas crianças. No governo Collor de Mello (1990-1992), novas unidades passaram a ser chamadas de CIACs (Centros Integrados de Atendimento à Criança). A partir de 1992, estes passaram a ser chamados de CAICs (Centros de Atenção Integral à Criança). Ao todo foram construídos cerca de 500 CIEPs e 400 CAICs. Atualmente existem 284 CIEPs de responsabilidade da SEEDUC (Secretaria de Estado de Educação), sendo que 30 estão na capital, e mais 101 sob responsabilidade da SME (secretaria Municipal de Educação, computando ao todo 383 CIEPs. (Informações extraídas respectivamente dos sites educabrasil.com.br, oglobo.globo.com; educação.uol.com; cartaeducação.com.br; histedbr.fe.unicamp.br e ensayistas.org)

Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000) (vide nota de rodapé nº 70, na página 201).

Esta inflexão da ação político-administrativa da prefeitura demarcaria mais uma evidência da absorção pelas organizações políticas do ideário neoliberal, de como organizações e/ou figuras proeminentes e políticos foram desbastando as suas arestas e conformando um modus operandi similar, como nos relata a professora Adriana em uma das suas falas:

Adriana – Me lembro, em parte disso, [da dificuldade de se organizar greves na rede municipal] também uma recordação muito forte de que de alguma maneira as pessoas começavam a dissociar o Marcello Alencar da política do Brizola, populista que de alguma maneira tinha um olhar diferenciado para a educação, então, acho que essa coisa assim, que o Marcello quando entrou com o discurso da competência, de livrar o município da falência e coisa e tal, ele de alguma maneira, colocou esse discurso na frente de outro discurso, que era o discurso brizolista que era dos CIEPs, que era da educação em primeiro lugar. Então, eu acho que ele colocou esse discurso da competência como carro chefe. Bom, isso isto está associado com as políticas neoliberais e eu acho que o César Maia veio depois neste lastro aí. No lastro da competência técnica, como se tudo fosse técnico. Como se existisse o apenas técnico ou apenas neutro. Então, tenho uma lembrança forte disso, do discurso da competência que vinha acompanhado da repressão, me lembro de muitos episódios, a gente vivia eternamente na direção pedindo abono de falta de greve, quando vieram anos depois. Quantas pessoas ficaram aguardando, inclusive, para tirar licença especial prá se aposentar por conta disso, porque de fato havia esse jogo muito duro.

E eu me lembro bastante de não ter essa diferenciação tão clara entre as ações do Moreira Franco e as do Marcello Alencar. Quer dizer, a gente não conseguia fazer esta distinção, né? Então, a gente vinha de uma tradição de confronto do Brizola com o Moreira Franco, então, entra o Marcello Alencar e isso não fica tão nítido. Acho que de alguma maneira eles afinam em algum ponto e é claro que são as políticas gerais que eles defendem.

Uma matéria do Jornal do Brasil, caderno Cidade, de 23/05/90, página 3 e um clipping elaborado para o sindicato do mesmo dia destacam a realização de uma meia paralisação tanto na rede estadual quanto na rede municipal para discutir com a comunidade formas da mesma auxiliar a categoria na luta por melhores condições de ensino. As reivindicações salariais da categoria eram um piso salarial de Cz\$25 mil para os funcionários de apoio (na verdade, Cz\$25.086,52) e Cz\$50.000,00 para os professores (na verdade, Cz\$50.457,95).

Tanto o jornal O Dia de 28/05/1990, quanto o Jornal dos Sports do dia 31/05/1990 e também o jornal O Dia da mesma data anunciavam a paralisação de 24 horas tanto da rede estadual quanto da rede municipal. Neste dia haveria uma concentração a partir das 11 horas na Cinelândia de onde partiriam duas comissões: uma para seguir até o Palácio

Guanabara e outra até o Centro Administrativo. Estas comissões seriam formadas por parlamentares, intelectuais e artistas e também seriam convidados a visitar algumas escolas. Às 15 horas haveria assembleia para decidir se a greve continuaria ou não.

A categoria recolocava a proposta de um Plano de Carreira Unificado da Educação com 16 níveis, com 15% de step entre os níveis. O nível inicial de todo o Plano seria o dos funcionários de apoio, o nível que corresponderia ao primeiro dos professores II (C.A. e primeiro segmento, com formação correspondente ao 2º Grau) seria o sexto e aquele que seria o inicial dos professores I (2º segmento e 2º grau, formação superior) seria o nono. Assim, cruzando-se tempo de serviço com escolaridade e titulação se conseguia harmonizar numa única tabela todos os segmentos da educação pública municipal e estadual Segundo a diretora do SEPE central, Daise Calazans, a um mês e meio ambos os governantes não recebiam o sindicato.

O sindicato também exigia imediata reforma e construção de escolas, garantia de material mínimo para o trabalho e que nenhum aluno ficasse sem professor.

Uma matéria do jornal Última Hora, de 29/06/1990, nos informa sobre o que parece ter sido uma política deliberada de ambas as secretarias de educação (municipal e estadual), de ataque à entidade sindical buscando negar sua legitimidade em relação a categoria, nesta matéria a então secretária de estado de educação professora Fátima Cunha ataca a direção do SEPE (questionamento à representação; a origem dos recursos para anúncios pagos na TV; ao fato de estarem liberados para a ação sindical, suspeição de que estariam atuando no movimento para “alpinismo eleitoral”).

Pelo Conselho de Classe nº 2 (07/1990) temos as seguintes informações: a informação de que a base de filiados do SEPE cresceu de 12 para 30 mil e de que colocou 8 mil pessoas entre servidores e comunidade no dia 26 de junho em defesa da escola pública.

Esta informação sobre o crescimento tanto da base de filiados do sindicato quanto do contingente que participou na Segunda Grande Marcha da Educação Pública¹¹⁷ tanto se dirigia à secretária de estado de educação, prof.ª Fátima Cunha, quanto à secretária

¹¹⁷ Matéria do Jornal do Brasil de 26/06/1990, 3ª feira, ao informar sobre a segunda Grande Marcha em Defesa do Ensino Público, explicita que a reivindicação era de Cr\$29.940,00 de piso para o apoio (merendeiras, inspetores e serventes) (aproximadamente 6,10 salários mínimos) e Cr\$56.000,00 para professores (aproximadamente 11,4 salários mínimos).

Matéria do jornal Tribuna da Imprensa, de 27/06/1990, informando que o piso do professor tanto do estado quanto do município estaria em CR\$14.500,00 (aproximadamente 3 salários mínimos) e dos funcionários de apoio seria o salário mínimo (CR\$4.904,76, JB, 25/07/1990).

municipal de educação, prof. ^a Mariléa Cruz, em resposta ao ataque acima mencionado, exatamente no dia em que o sindicato havia convocado a Marcha. Fazia parte de uma estratégia dos governos de buscar desqualificar o sindicato enquanto representação legal da categoria e, no caso, do município, até mesmo os próprios servidores, qualificados pela secretária como “paus mandados” do sindicato.

Obviamente, o número dos participantes não era um assunto pacificado entre os governos, o sindicato e a imprensa. Para o jornal O Povo de 27/06/1990 seriam mais ou menos 3 mil pessoas, para o jornal O Dia, do mesmo dia, seriam em torno de 5 mil pessoas. Já o jornal Tribuna da Imprensa de 27/06/1990 avaliava que em torno de 3 mil pessoas participaram da manifestação.

Enquanto o sindicato e suas instâncias de deliberação buscavam dar uma saída organizada e de luta para os graves problemas que as redes passavam, outras estratégias mais individualizadas eram também assumidas, como, por exemplo, a alternativa de exoneração. Nesse tocante, os jornais da grande imprensa nos auxiliam na montagem deste aspecto da realidade. Matéria do Jornal do Brasil de 10/07/1990, indicava que em seis meses 3 mil professores haviam abandonado as redes estadual e municipal do Rio de Janeiro (MIRANDA, 2011, p. 108)

Porém uma matéria do D.O.M. de 05/07/1990, nos avisa que o ensino na Zona Oeste seria a prioridade da prefeitura. Dos 1043 professores concursados, 400 (o que segundo a Prefeitura, ia além do necessário) teriam que cumprir prazo para sair da região. Isto pode significar a busca por parte do governo municipal não só de resolver um problema perene da rede escolar nesta região do município quanto de, com isso, atrair e garantir o apoio ao governo por parte da população daquela região.

Também a edição do Jornal do Brasil de 26/06/1990, nos informa que o Tribunal de Contas do Município (TCM) indicava que os setores da saúde e da educação não tinham tido investimentos significativos, que a prioridade foi a pavimentação, conservação de ruas, drenagem e contenção de encostas. Que o setor de habitação e urbanismo tinham gasto NCr\$580 milhões e a educação e cultura NCr\$545 milhões. O orçamento da prefeitura tinha estimado em 0,64% de gastos para equipamento das unidades escolares, mas só tinha gasto de fato o correspondente a 0,02%. A prefeitura havia fechado com um superávit de NCr\$599 milhões.

Através do Conselho de Classe de agosto (edição extra) temos o anúncio de uma próxima assembleia no dia 11 de agosto, no Sambódromo, para decidir sobre a greve. Também havia a denúncia de que não haviam conseguido marcar uma audiência com o

prefeito. Neste boletim também existia um texto de polêmica em relação a desmarcação por parte da CUT da greve geral marcada no Conselho Deliberativo realizado em 23 de junho (30 votos a favor, 1 contra e 1 abstenção)¹¹⁸.

Também encontramos um aviso de que as eleições nas unidades escolares municipais haviam sido publicadas no D.O.M. de 26/06 e seriam realizadas nos 25, 26 e 27 de agosto, maior peso para os professores (50%) demais setores (funcionários, alunos e comunidade) teriam os outros 50%. Critério para poder participar no pleito era o de ter regência de pelo menos cinco anos, quando anteriormente era de apenas dois anos, e exclusão do cargo de secretário da chapa. Havia também um anúncio de encontro dos Funcionários realizado em 07 de julho.

Matéria do jornal O Fluminense de 04/07/1990, informa, em entrevista concedida por Alcebiades Teixeira, o Bid, vice-presidente do sindicato, que estava sendo feito um levantamento dos professores que saíam da rede total ou parcialmente. O total inicial estaria em torno de 20 por mês.

O Conselho de Classe edição extra de agosto de 1990 nos informa com as seguintes denúncias: redução dos 12% entre os níveis dos planos de carreira tanto dos professores da rede municipal quanto da rede estadual (respectivamente, de 12% para 9% e de 12% para 6%); de que ambos os governos não haviam dado reajuste em abril, não recebiam a entidade e, ainda no caso de Moreira, implementava a municipalização de parte da rede de escolas do estado. Mais uma vez, percebemos que os governos buscam estratégias de redução dos gastos, em particular, naqueles setores que concentravam um maior contingente de servidores, como a educação – o maior contingente de todos.

¹¹⁸ A consagração eleitoral da plataforma neoliberal e as demais mudanças ocorridas na conjuntura nacional e internacional em 1989-91 colocaram a iniciativa política nas mãos da frente conservadora. A conjuntura impunha um recuo ao movimento sindical, isto é, a concentração da luta na defesa de posições que, se até então pareciam consolidadas, se encontravam agora ameaçadas. Não que fosse necessário o sindicalismo abandonar as palavras de ordem contra o modelo econômico capitalista dependente. Porém, tais palavras de ordem poderiam ser deslocadas, fundamentalmente, para o terreno da propaganda e da agitação. [...] Era necessário resistir, ponto por ponto, à plataforma neoliberal e à política recessiva a ela associada: assumir, acima de tudo, a defesa dos direitos sociais ameaçados, a defesa do emprego, das empresas públicas e dos setores da economia nacional ameaçados pela desnacionalização. E nesse recuo o sindicalismo deveria procurar ampliar suas alianças, explorando as contradições que viessem a surgir no seio das classes dominantes.

Em vez disso, a corrente hegemônica na CUT, a Articulação Sindical, passou, surpreendentemente, a apregoar que seria necessário abandonar o “sindicalismo defensivo” e “meramente reativo” dos anos 80. E passou, desde então, a defender o que ela denominou “sindicalismo propositivo” (ofensivo?), aquele que, em vez de “apenas se opor e ser contra”, deveria propor “alternativas concretas” para todos os problemas importantes da política de desenvolvimento. Essa nova estratégia, que começou a ser esboçada na Plenária Nacional da CUT de agosto de 1990 em Belo Horizonte, saiu consolidada do IV Congresso da CUT, realizado em São Paulo, em setembro de 1991. Na plenária de Belo Horizonte, criticou-se a estratégia sindical vigente na central chamada de “sindicalismo reativo” ou “defensivo”. A nova estratégia, para Jair Meneguelli, então presidente da central, deveria ser propositiva e participativa. (BOITO JR., 1996, P. 8-9)

O prefeito Marcello Alencar tinha se comprometido a enviar um Plano de Carreira para o funcionalismo municipal para a Câmara (segundo vimos o envio fazia parte da lei salarial 1376/1989 que havia substituído a lei 1016/1987, em 01/03/1989, logo o governo municipal se encontrava atrasado com este compromisso legal a um ano e meio) e até então não havia cumprido a promessa.

A categoria, através de sua entidade de classe, buscava mais uma vez fazer a propaganda daquela que seria a sua principal reivindicação a ambos os governos: a criação de um Plano de Carreira Unificado, além desta ainda haviam as seguintes reivindicações: reajuste mensal pelo ICV-DIEESE, paridade para os inativos, contratação imediata dos concursados, cumprimento imediato da sentença judicial da lei 1016/1987, data-base em primeiro de maio no município e abono das faltas dos anos de 1989 e 1990.

Conselho de Classe Extra¹¹⁹ ainda destaca que Marcello Alencar deixou os aposentados de fora do novo Plano de Carreira, assim como na minuta do novo Plano de Carreira de Moreira Franco.

Como vemos, ambas as instâncias do Estado burguês buscavam, quase que em uníssono, implantar certas medidas que pudessem resultar em redução dos gastos, ainda que infringindo preceitos legais ou institucionais, não só como o flagrante caso de não garantir a paridade entre ativos e inativos da educação, como, por exemplo, excluir os professores de formação superior da equiparação dos salários das diversas categoria de servidores de nível superior com os engenheiros do estado (caderno Cidade do JB, p. 3, 11/08/1990). Ao mesmo tempo que o governo estadual anunciava um reajuste de 73%, dividido em 4 vezes, o mesmo governo havia deixado o magistério de fora da equiparação.

A principal decisão da assembleia que havia sido convocada pelo sindicato para o Sambódromo, no dia 11 de agosto, foi a da aprovação da greve de advertência por 1.200 servidores presentes. Esta paralisação de uma semana seria desde a segunda-feira, 13/08/90, até sábado, 18/08. (JB, 12/08/1990).

¹¹⁹ Este boletim também denunciava de que o piso do pessoal de apoio ficava em torno do mínimo (Cr\$5.203,46 – JB, 01/08/1990) e o inicial do magistério em Cr\$15.000,00 no município do Rio e Cr\$17.000,00 no estado (em torno de 3 salários mínimos, para menos e para mais), porém, através de matéria do JB, do dia 11/08/1990, somos informados que os pisos do magistério municipal e estadual, respectivamente, seriam CR\$18.200,00 e Cr\$14.300,00. A título de comparação o piso dos engenheiros do estado era de CR\$27.000,00 naquela conjuntura.

O Jornal da Greve de agosto de 1990 traz as seguintes informações: 80% da categoria aderiu ao movimento, com maior adesão na rede estadual, denúncias de ameaças e repressão por parte da prefeitura. Nova assembleia geral em 25/08/1990, às 14 horas na UERJ. Havia também uma denúncia da campanha do governo estadual de defender a UPPE como representante legal da categoria e o SISEP¹²⁰ em relação à Prefeitura, neste caso, em relação aos funcionários de apoio.

Esse boletim parece vir fazer uma defesa tanto do movimento realizado quanto do próprio sindicato, que haviam sido muito atacados pela grande imprensa (como nos informa um clipping de 14/08/90, 2º dia da greve de seis dias que faz referência a matérias do Jornal do Brasil, O Globo, O Dia e Jornal dos Sports), assim como os governos.

O caráter desta greve era de ser uma greve dentro das escolas e estava se reivindicando uma reposição de 153,34% para os professores do município e 223,77% para os do estado.

Dentro desta conjuntura de resistência por parte do sindicato aos ataques do governo municipal, encontramos um material de quatro páginas, datado de 15 de setembro de 1990, assinado pela diretoria do sindicato, que procura fazer uma avaliação da postura do governo, em particular da SME e de sua mandatária, prof. ^a Mariléa da Cruz, na relação como sindicato e com a categoria, através de um quadro comparativo, de suas falas e de seu real comportamento e refere-se em particular a carta de 12/08/1990,

¹²⁰ Segue o histórico do SISEP, como se encontra em sua página na internet. Lembremos que tal entidade sindical buscou reivindicar para si a cobrança de imposto sindical sobre todos os municípiários do Rio de Janeiro, gerando uma luta no campo jurídico com o SEPE/RJ, que tinha e tem posição contrária ao dito imposto:

“O SISEP-Rio é o Sindicato dos Servidores Públicos mais antigo do Brasil. O surgimento do SISEP-Rio se deu a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, especialmente em seu artigo 37, onde os servidores públicos conquistaram o direito de sindicalização.

O SISEP-Rio foi fundado a partir da aglutinação de várias associações de servidores públicos do município do Rio de Janeiro, que eram filiadas à antiga FAS-Rio presidida por Fernando Sanches Cascavel

A época, o então presidente Gastão Pinto Pires Filho conseguiu registrar junto ao RCPJ, bem como perante ao Ministério do Trabalho e Emprego o inalienável registro sindical, que até a presente data permanece vigente e ativo, sem qualquer tipo de vício ou impugnação, eis que elaborado dentro da mais estrita legalidade e sob o pálio e chancela do M.T.E, bem como ratificado pelo Poder Judiciário ao longo dos anos quando da cassação dos registros sindicais de outras entidades que se diziam representantes dos servidores públicos do município do Rio de Janeiro.

O Registro Sindical do SISEP-Rio foi assinado pelo Ministro do Trabalho em 1º de março de 1990, e se encontra catalogado no livro 01 às folhas 20 da pasta ministerial do Cadastro Nacional de Entidade Sindicais (CNES), conforme documentos abaixo.

[SISEP REGISTRO ATIVO](#)

O cadastro ativo do SISEP-Rio pode ser encontrado no portal eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego. www.mte.gov.br/REGISTRO_SISEP_RIO_CONCEDIDO_1990

O Sindicato dos servidores públicos do Município do Rio de Janeiro após as decisões judiciais comprova cada vez mais a sua representação de que foi, é, e sempre permanecerá sendo o único representante legal dos servidores públicos do município do Rio de Janeiro.” (siseprio.org.br)

na qual, pelo visto, a secretaria já atacava o Plano de Carreira do Magistério, até então existente para defender a proposta apresentada pelo governo.

Entre outras coisas, denuncia a tentativa do governo de estabelecer uma relação direta com a categoria em detrimento da representação sindical; das várias medidas coercitivas tomadas em quase dois anos de governo. Neste momento nos informa que a prefeitura tinha uma política de dar reajustes nos vencimentos quase mensais, mas sem repor totalmente as perdas acumuladas no período de vigência da lei 1016, que como já vimos, segundo cálculos do sindicato, em fevereiro de 1989 orçavam a 250%, e de desqualificar o plano de carreira vigente, que havia sido fruto das greves de 1986 e 1987.¹²¹

Neste documento já se denuncia o caráter restritivo do novo plano¹²² a ser implementado, que ficará conhecido como o “Plano da Pirâmide”, que entre outras coisas acabava com a paridade entre ativos e inativos.

Em setembro deste ano é publicado um Conselho de Classe extra para divulgar a eleição para a diretoria do sindicato. A eleição ocorreria entre 18 e 21 de setembro e duas chapas concorreriam. A Chapa 1 Sepe Que Quero te Forte e a Chapa 2 – Oposição – Unir e Lutar. Podemos pontuar enquanto diferenças entre as duas chapas as seguintes questões: a Chapa 1 questiona que o discurso contra o “partidarismo” do sindicato feito pela chapa de oposição era apoiado pelo prefeito Marcello Alencar e, além disso, defendia avançar em políticas de organização e estruturação do sindicato tanto nas temáticas relacionadas a categoria quanto aos diversos segmentos da mesma, se colocava na oposição à política do governo Collor de Mello e defendia a CUT.

A Chapa 2, além de questionar a partidarização da entidade, interrogava os métodos da direção (negociação de cúpula, reformismo, utilização do movimento para projeção eleitoral, descolamento da base e oportunismo)

¹²¹ O artigo de Junqueira e Muls, *O Processo de pauperização docente* (1997), deixa bem claro, através de suas tabelas estatísticas, o contínuo processo de rebaixamento dos salários dos professores tanto do município quanto do estado. Só para se ter um exemplo a média anual da menor remuneração dos professores-regentes do município do Rio de Janeiro em 1989 era, em Reais de dezembro de 1996, de R\$397,29, enquanto em 1992 foi de R\$337,90. Em relação a maior remuneração, em 1987 ela era de R\$1.317,19 e em 1992 de 731,27.

¹²² Obtivemos no centro de memória do sindicato um substitutivo nº1 ao projeto de lei 1330/1990 (mensagem 390/90) sem data, que parece ter sido fruto da ação dos sindicatos dos municipais junto aos vereadores no sentido de impor ao Executivo municipal a sua lógica. Neste projeto se estabeleciam 7 níveis intercalados de cinco em cinco anos para progressão por tempo de serviço, a resolução do desvio de função, a criação de um adicional de qualificação com uma tabela de 150 horas até 1200 horas, a garantia de paridade com os aposentados, um percentual de 12% entre os níveis e a data-base em primeiro de maio. Percebe-se que vários componentes desta proposta absorviam elementos do Plano de Carreira do magistério municipal Anexo V.

O Conselho de Classe nº 3, de outubro de 1990, traz as seguintes informações: informava que haveria um novo calendário para as eleições para renovar a direção do sindicato (23, 24, 25 e 26/10), em função de liminar obtida pela chapa de oposição. Ainda informa que o governo Moreira Franco encaminhava uma mensagem para a ALERJ com um aumento de 100% para os funcionários e excluía o magistério. E o sindicato com apoio técnico do “Imagens da Terra” começava a fazer um levantamento do patrimônio, iniciando tal ação por depoimentos de suas lideranças e militantes.

III.5 – 1991: A contínua construção da resistência e da contrapropaganda

Segundo Miranda (2011, p. 112-3) as lutas pelo Plano de Carreira e pela gestão democrática seriam as principais reivindicações dos anos 1991 e 1992 na rede municipal, dando sequência ao que já havíamos demarcado em relação ao ano de 1989 e 1990.

O Conselho de Classe nº 4, de 03/1991 nos informa que em 15/03/1991 ocorreria a posse em 2º mandato do governador Leonel Brizola (1º mandato de 1982 a 1986). Este mandato seria de 1991 a 1994. Editorial já evidenciava o clima político e econômico que o país vivia com um processo de crise econômica, marcado por queda do poder aquisitivo dos salários, desemprego, processos de concordata e falências de empresas, combinado com escândalos de corrupção e fisiologismo para obtenção de vitórias no legislativo. Também aproveitava para denunciar privatizações de estatais e serviços públicos e de aumento de impostos para financiar o pagamento do déficit público.

Também trazia uma matéria que buscava abrir uma discussão com os setores do magistério que resistiam à unificação sindical com os funcionários de apoio. Anunciava o I Encontro Estadual de Pessoal de Apoio e também sobre o XXII Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação, que apontava, entre outras coisas, a possibilidade da construção de uma greve nacional dos trabalhadores em educação e o engajamento da CNTE na campanha nacional contra a recessão, o desemprego e o arrocho salarial e pela retomada do desenvolvimento econômico com distribuição de renda (de 12 a 16/01/1991, em Olinda). Fazia ainda a divulgação do dia 15/03/1991 como Dia Nacional de Luta.

Esta matéria nos sinaliza que a inflexão da corrente majoritária Articulação Sindical para o que foi denominado de “sindicalismo propositivo” já se espraiava para as demais entidades vinculadas a CUT. Ou seja, avançava o processo adaptativo aos limites

possíveis e imagináveis (diria Fernandes, totalmente ilusórios) do desenvolvimento “por dentro da ordem”. (vídeo nota de rodapé 118)

Havia também uma importante denúncia relativa a sanção pelo prefeito Marcello Alencar em 22/02/1991 do novo Plano de Carreira do Funcionalismo Municipal (Lei nº 1680/91)¹²³, o “Plano da Pirâmide” (vide Anexo VI). O Plano representava, na realidade, um achatamento, em termos de progressão por tempo de serviço e por formação, ao desmembrar o plano em vários grupos por escolaridade com pequeno índice diferencial entre cada piso (em torno de 2,9%), ao invés de manter a lógica de um única tabela de progressão, como defendia o SEPE/RJ, além de achatar, em relação aos funcionários de apoio o índice percentual entre os níveis, diminuir a quantidade de níveis e criar uma “pirâmide” ascensional que não abrangeria toda a categoria (no máximo 80%, a depender da disponibilidade da prefeitura), com critérios meritocráticos (títulos, assiduidade e antiguidade).

Cada padrão desta “pirâmide ascensional” (denominados P1, P2 e P3, que seriam preenchidos a partir de processo seletivo interno dos servidores que houvessem chegado a 10 anos ou mais em cada tabela por formação) receberia além do vencimento base e do adicional de tempo de serviço um adicional de qualificação e desempenho proporcional ao vencimento base, equivalente a 50% para o P3; 80% para o P2 e até 100% para o P1.

Contudo se estabelecia uma ordem inversamente proporcional entre os percentuais dos adicionais com os percentuais dos quantitativos das vagas a serem preenchidas pelos servidores (até 50% das vagas para o P3; 20% para o P2 e 10% para o P1) e a existência ou não de vagas para a ascensão dependiam da vontade da prefeitura.

Ainda denunciava que os salários em média representavam, em 1991, 50% dos de 1985¹²⁴. Denunciava também que entidades do funcionalismo haviam rompido com a proposta de plano de carreira elaborada por 18 sindicatos e associações. Podemos inferir

¹²³ Este Plano foi aprovado em 15/01/1991, no período de férias da categoria, em um dia marcado por uma greve de rodoviários e em paralelo com a realização do Congresso da CNTE que desviou para Olinda 120 pessoas, incluindo a maioria da direção (Conselho de Classe nº 6 – 09/1991).

Contudo, apesar de todos estes empecilhos, o sindicato e a militância fez o possível para se manifestar, com registrou em seu depoimento a professora Mônica Lins:

E aí, a gente conseguiu mobilizar em janeiro a categoria para ir na direção. E lembro que só muito poucas pessoas, que a maioria tinha, ou tava, eu fui com a Florinda, eu lembro muito da Florinda que tava no Rio de Janeiro. Que a maioria dos dirigentes tava no congresso, mas mesmo assim a categoria tava atenta, porque a categoria foi em massa, a categoria tinha noção.

¹²⁴ De novo, Junqueira e Muls (1997), nos dão mais sinais e uma parcial confirmação da fala do sindicato. Em valores deflacionados, a média anual da menor remuneração no município era de R\$504,76 em 1985 e em 1991 foi de 442,49 (queda em torno de 12%), enquanto que na maior remuneração, em 1985 o valor médio anual era de R\$1.621,19 e em 1991, de 988,42 (uma queda de praticamente 40%), ou seja, as perdas eram maiores conforme se avançava nos níveis Plano de Carreira.

que a mesma influência partidária que havia atuado no momento final do processo grevista de 1989 poderia ter atuado novamente neste momento. Esta influência partidária se fazia fortemente presente na rede municipal de educação e também era uma das pressões concretas para dificultar a mobilização da categoria, como veremos mais adiante.

Outra denúncia era sobre o Plano Collor II, que estabelecia salários congelados pela média dos últimos 12 meses e preços tabelados 30% mais caros. Em junho a inflação oficial (IRVF) atingiu 20,21% e o PIB caiu mais de 4% no ano de 1990. Também denunciava o aumento para 200 dias letivos, numa matéria cujo o título era “A Farsa” defendendo que melhorar a educação envolvia a “adoção de estratégias combinadas” e, que na verdade, era uma forma muito canhestra de tentar incorporar parte da pauta dos trabalhadores.

Documento datado de 12 de março de 1991 buscava dar conta de atualizar a categoria tanto do estado quanto do município dos encaminhamentos das suas reivindicações. No caso dos profissionais da rede estadual, estes se encontravam em greve reivindicando a regularização dos pagamentos devidos pelo governo e a efetivação dos estagiários (neste momento, faltavam três dias para a posse do novo governador, Leonel de Moura Brizola, que ocorreria em 15 de março, sendo que haveria um encontro com o mesmo ainda no dia 13 e uma nova assembleia no mesmo dia da posse).

Quanto à rede municipal se percebe que a disposição da categoria era recuada, visto que a assembleia do dia 9 de março tinha reunido apenas 70 profissionais e a linha de ação envolvia o estímulo à discussão do novo Plano de Carreira em escolas, nos DEC's, em grupos de escolas, nas regionais. No dia 2 de abril haveria um novo conselho Deliberativo.

Somos informados que a Câmara dos Vereadores havia devolvido o Plano da Prefeitura (lei 1680/1991) alegando a inconstitucionalidade dos vetos estabelecidos pelo prefeito. O sindicato mantinha discussão com os vereadores e tinha uma audiência marcada para o dia 13 com o prefeito para discutir a derrubada do veto à pirâmide para os aposentados

A derrota da aprovação do plano de carreira 1680/1991, o famoso “Plano da Pirâmide” teve um impacto muito forte sobre a categoria, mas, da mesma forma que outras questões, em função das dificuldades de acesso ao conjunto da rede, aos obstáculos interpostos pela burocracia estatal, não devemos supor que este entendimento se deu

simultaneamente em toda a categoria, mas a ação do sindicato buscando criar formas para levar os esclarecimentos possíveis foi de fundamental importância.

Lógico que para o conjunto da direção (Direção Geral mais as direções das regionais) e da militância mais próxima, o choque foi imediato. Embora, essa já fosse uma tragédia anunciada, pois quando da votação da nossa lei salarial do município, já se colocava a implantação de um plano de carreira geral para todos os servidores. (vide página 201)

Recolhi muitas falas dos entrevistados que demonstram o impacto da perda do antigo plano de carreira, cujos eixos centrais vinham das propostas da categoria:

Edna – Isso, isso. Dá uma pancada, e assim, plano de carreira foi uma, nossa... Me arrepiava, me arrepiava só de lembrar, o aplastamento que foi, o que significou aquilo ali. Eu ia pra escola e fazia colagens, tipo assim, inventando coisas pra ver se as pessoas vinham para as discussões, né?! Porque era muito complicado falar com a categoria naquele momento, era muito difícil. Eu lembro que Vera Guedes veio trabalhar comigo na escola também e me ajudou muito nessa, a gente acabou fazendo uma parceriazinha, mas a categoria não queria saber de greve e paralisação. Acho que foi exatamente aí, que foi exatamente fruto dessa experiência anterior [trata-se da derrota de 1989]...

Dorotea – Foi tirando o enquadramento, todos aqueles pontos que nós conquistamos [...], ele tirou, então, pra gente ficou valendo mesmo aquele plano que pra gente foi um absurdo...ininteligível... Eu lembro que a categoria ficava assim: “Nossa, não adianta eu fazer um pós porque eu não vou receber nada”. Nada! Praticamente nada! É, a gente só conseguiu de fato em 2013, ali, uma mexida, que é muito pouco.

Eliane – Dos 12% entre os níveis. Hoje em dia o último [nível] do município, são os dez anos. Você pode ter o que for de dez anos em diante você não ganha nada.

Vera – Mas, logo depois, por isso o plano de carreira [antigo] ele representava um avanço, porque ele permitiu o avanço na carreira mesmo sem o concurso interno. Eu lembro que eu fui logo enquadrada depois que eu fiz a faculdade.

Eliane – Eu também, fui logo enquadrada juntei lá os documentos. Mesmo sendo P2 recebia como P1, o que já era um ganho.

Vera – era, já foi uma conquista.

Eliane – Nisso o plano de carreira jogava a gente para cima.

Como se verá mais adiante a política de fazer polos de esclarecimento para a categoria e seus possíveis resultados levou a SME a proibir o uso do espaço das unidades escolares para tanto. Por um lado havia a precariedade do sindicato, mas por outro lado,

havia o temor do governo pelo o que essa ação no chão da escola poderia resultar. O governo também tentou fazer sua propaganda, conforme podemos ver nos anexos VIII, IX e X. Nos encontrávamos neste momento no meio do mandato de Marcello Alencar.

Através de um documento com as deliberações da diretoria do sindicato, datado de 14/04/1991, somos informados da realização de uma assembleia da rede municipal que aconteceu no dia 27 para aprovar a pauta de reivindicações a ser entregue ao prefeito. Haveria audiência no dia 15/05/1991 e a assembleia seguinte seria no dia 18/05.

Entre os pontos da pauta aprovada destacamos, para além das questões salariais, pontos de caráter democrático como o que reivindicavam “fim das repressões por parte da SME. Direito de defesa para os atingidos. Retorno imediato dos punidos. Liberdade de expressão e de organização dentro das escolas. Participação da categoria nas decisões de ensino.” (respectivamente os pontos 13, 14 e 15 da pauta que fechavam a mesma, informação obtida no boletim Conselho de classe nº 5). Podemos notar qual era a política implementada a partir da SME para a categoria: utilizar seus mecanismos burocráticos para reprimir e acuar a categoria, buscando, através destes expedientes, impedir que a mesma se mobilizasse.

Esta questão da ação da burocracia no sentido de obstaculizar a sua organização e ação se tornava ainda mais agravada pelo fato de que a maioria da militância da categoria, que já podíamos dizer que nesse período é majoritariamente petista e cutista, se defrontava com uma outra militância bastante aguerrida, a do PDT, que se encontrava ora revestida de cargos de mando, a começar pela militante que veio a ocupar, no período em questão o posto de secretária; a professora fundadora do CEP, Mariléa da Cruz:

Jailson – Agora, há uma questão que você estava falando lá de trás da professora Mariléa. Mariléa foi dirigente do CEP. A Mariléa, antes de ser, a Mariléa da Cruz, até conheci ela, ela foi dirigente do CEP na época da fundação do CEP. Ela era dirigente de regional, tá?! Então, ela evidentemente, ela pegou todo o traquejo aqui do movimento social e levou para dentro do Estado. Ela aprendeu como fazer para tentar domesticar a categoria. A regional dela era a de Madureira.

Mas não parou aí, outros cargos foram ocupados porque havia pessoas de carne e osso para tanto. Cargos como o de direção escolar, além dos cargos dos DECs. Para além dos cargos dentro da burocracia da prefeitura, o PDT também trabalhou no sentido de cooptar dirigentes e militantes dos movimentos de bairros e favelas (FAMERJ e FAFERJ) e essa base militante que fechava com uma militância que tinha um pé dentro do movimento social e outra de forma aderente a ele (como o célebre fenômeno da

“brizolândia” que se organiza em frente ao prédio da Câmara dos Vereadores, na Cinelândia).

Este fenômeno que foi o brizolismo no Rio de Janeiro em muito se encaixa para mim no que Fernandes destaca como, na busca de ter atendidas as suas demandas sem o entendimento da necessidade de se avançar para uma ruptura com o modelo estabelecido, setores despossuídos e populares aderem às frações burguesas e pequeno burguesas de discurso populista. (vide página 173). Vejamos os relatos:

Dorotea – Não, Marcello Alencar foi muito autoritário, ele não tinha conversa, as perseguições (ininteligível) era bem claro e eu lembro que eles pegavam muita gente da FAMERJ, da antiga FAMERJ, eles começaram a fazer aquelas reuniões nas entidades, postos de saúde, uma grande reunião para colocar todo mundo contra o movimento social, me lembro que a gente brigou muito com o Silas, que era do movimento social e, de repente, tava lá no governo, sedento. Eles começaram a minar as áreas aonde tinha ali alguma resistência de movimento.

Mônica – Pode ser?! O governo Marcello Alencar, esse período, eu acho que ele tem essa, a Regina de Assis, ela vem depois, ela era uma intelectual, da academia, ela tinha uma qualidade, a ...A Mariléa era uma pessoa mais bruta, né?! Era um brucutu, era muito bom imitar a Marilea, ela chegava a ser folclórica, mas ela era um quadro do partido. E, eu acho que o PDT, ele introduziu nas escolas seu quadro partidário e eles fizeram disputa ideológica. Era muito diferente do que a gente tem hoje na prefeitura do Rio de Janeiro, a gente tinha, quando a gente fazia qualquer manifestação contra o Brizola, a gente apanhava de pau da militância, a gente não tomava bomba de gás lacrimogêneo...

Denise – A gente apanhava de pau dos pares que eram vinculados ao governo. Mônica – E que eram militantes, a gente apanhava de pau mesmo. Na inauguração dos CAICs, dos [...] a Brizolândia, então a gente apanhava da Brizolândia nas manifestações. Tinha uma característica de disputa física, inclusive internamente, tanto no sindicato, quanto nas escolas, e tem uma lógica também, que eles instituíam que era muito cruel e ela precisa ser considerada na hora que a gente avalia esse período dessa disputa, que era feita via direções de escola, é, ocupar...

Na época a gente discutia muito, o quanto era mais difícil você combater um governo que era de um campo em que você... Era mais difícil combater um governo do PDT ou do PT que seja, depois mais a frente, do que combater um governo do PFL, organizar uma categoria pra isso era muito difícil, porque a gente tinha os debates dentro, tinha os brizolistas na época, dentro.

Denise – Sim, isso que a Mônica falou...

Mônica – Na Zona Oeste e na Baixada Fluminense, Jesus amado, a gente quase apanhava.

Dentro das práticas de procurar eliminar a atuação autônoma do sindicato o governo não se importou de buscar partidizar as ações do mesmo, como nos relata a professora Dorotea Frota:

Dorotea – Marcelo Alencar era tão duro, que eu lembro, que ele foi fazer, aquela parte que a gente tinha de ciências, nas escolas, era a entidade que era responsável, SBPC Ciências, enfim, ele foi, nós fizemos uma feira linda e quando ele chegou a gente foi entregar a pauta de reivindicações, a primeira coisa que ele falou: “Do SEPE, né? E o PT, vai bem”? Aí, os professores ficaram assim, mas a gente nem é ligado a partido, como é que é... Então, era assim, não tinha conversa com ele, o sindicato aparelhado por um partido, então, não tinha mesmo conversa, era muito duro mesmo.

Mas em paralelo às tensas e dificultosas relações entre a categoria e o governo municipal, iniciava-se no âmbito governamental e partidário o processo de indicações para o sucessor de Marcello Alencar e este processo também não seria tranquilo e evidenciar-se-ia nas páginas da imprensa burguesa.

Assim sendo, a edição do Jornal do Brasil, do dia 30/03/1991, em sua primeira página, já mencionava que a disputa interna dentro do PDT para a sucessão do prefeito atrasava a montagem do secretariado do governador Leonel Brizola quinze dias depois de sua posse. A disputa passava por quem ocuparia a Secretaria de Obras e Serviços Públicos, considerada estratégica. Estavam envolvidos na disputa os deputados federais Luiz Alfredo Salomão e Bocayuva Cunha. O jornal ainda indicava com “candidatáveis” o já empossados secretários de transportes e de meio ambiente, Brandão Monteiro, e Roberto D’Ávila, respectivamente.

A edição do Jornal do Brasil de 05/04/1991, no caderno Cidade anunciava as últimas nomeações para o secretariado estadual: o deputado federal Luiz Alfredo Salomão ficou com a Secretaria de Indústria, Comércio, ciência e Tecnologia; Bocayuva Cunha com a de obras e Serviços Públicos (incluindo a CEDAE e EMOP) e o advogado e professor de filosofia Edmundo Moniz par a Secretaria de Cultura.

Neste mesmo mês, o deputado federal César Maia¹²⁵, eleito pela sigla PDT, assumia informalmente sua entrada no PMDB e viria, mais a frente, ser o candidato pelo

¹²⁵ César Epitácio Maia nasceu em 18 de junho de 1945 em Copacabana, Rio de Janeiro. Após o golpe de 1964, tornou-se militante do partido comunista Brasileiro, participando de congressos estudantis. Perseguido pela ditadura exilou-se no Chile. Estudou na Escola de Economia da universidade do Chile. Retornou ao Brasil em 1973 e em 1981 ingressou no PDT e, no ano seguinte, participou da campanha de Leonel Brizola ao governo do estado do Rio de Janeiro. Com a eleição de Brizola foi nomeado Secretário de Fazenda. Em 1986 foi eleito deputado-constituente, sendo reeleito em 1990. Assina filiação com o PMDB em 1991, que o lançou como candidato a prefeito do Rio de Janeiro em 1992. Foi eleito prefeito após vencer a candidata Benedita da Silva no segundo turno. Sua administração foi focada em intervenções urbanas na

partido à sucessão de Marcello Alencar, vindo a ganhar o pleito afinal e inaugurando o primeiro de seus três mandatos à frente da Prefeitura. (JB, 25/04/1991, 1º caderno, p. 2)

O novo boletim do sindicato foi o Conselho de Classe nº 5 de maio de 1991. Nele podemos destacar a denúncia sobre a exoneração coletiva da direção do CIEP José Pedro Varela, o CIEP do Lavradio (professoras Rosely Borges Gullo, Juliana de Moraes Paiva, Luciana Borgeth Correa e Maria Lúcia Gerson Alo), em função da direção ter se recusado a matricular um menino encaminhado pela SME, já que a unidade se encontrava com capacidade esgotada, com uma fila de 34 alunos no aguardo de vaga e também pelo fato de que o menino não se encaixava no perfil necessário para a matrícula.

A exoneração foi percebida como uma retaliação por não se ter realizado a vontade do governo, visto que o menino em questão havia subido no carro do prefeito e desfilado com o mesmo no dia posse do novo governador. Tal violência gerou uma mobilização da comunidade escolar e não seria a única vez em que a burocracia da secretaria interviria de forma autoritária em escolas para exonerar direções eleitas, sem direito de ampla defesa e processo administrativo.

Inclusive foi localizado no centro de memória do sindicato um documento sem data mais que trata exatamente da questão da exoneração acima. O documento foi impresso pelo sindicato, mas está assinada pela comunidade escolar do CIEP. Nesta carta ao final ficamos sabendo que, após a exoneração dos diretores, o projeto de alunos residentes foi desativado no CIEP, que os servidores envolvidos no projeto (a professora responsável pelo projeto de alunos residentes, o bombeiro residente e uma merendeira, que integrou uma comissão que buscou reverter a exoneração) foram afastados do CIEP e, no caso desta última, proibida de trabalhar em qualquer outro CIEP.

Simultaneamente, continuava a disputa “nas alturas” para ser “candidato a candidato” do partido do governo e somos informados pelo Jornal do Brasil que a deputada federal Regina Gordilho também se colocava na disputa¹²⁶. (JB, 07/05/1991, p. 3, coluna do Zózimo)

cidade e na recuperação de posturas municipais. O apoio popular foi grande a ponto de César Maia conseguir eleger seu sucesor e ser eleito novamente prefeito em 2000, desta vez pelo PTB. Em outubro de 2004 foi reeleito para um terceiro mandato no primeiro turno. Se tornou o governante a dirigir mais tempo a cidade. Seu terceiro mandato (2005-2008) foi marcado por grandes obras de equipamentos esportivos visando à realização dos Jogos Panamericanos e Parapanamericanos em 2007. Foi eleito vereador no Rio de Janeiro, assumindo uma cadeira na Câmara de Vereadores desde 2013.(extraído de www.cesarmaia.com.br/biografia/)

¹²⁶ Na edição do Jornal do Brasil de 19/07/1991, 1º caderno, p.3, na Coluna do Castelo, dava-se a seguinte informação: sucessão municipal carioca parece passar pelas deputadas Cidinha Campos, Regina Gordilho, pelo deputado Vivaldo Barbosa, pelo vice-prefeito e secretário de meio ambiente Roberto D’Ávila, pelo secretário Bocayuva Cunha....Por uma fieira de notáveis dos quadros brizolistas que, todos, radicados no

Torna-se importante destacar que nos dias 15 e 16 de maio (quarta e quinta feiras) os profissionais de educação do estado fizeram uma paralisação de 48 horas para analisar o projeto de lei que seria enviado no dia 16 (projeto de lei nº 202) e que daria um reajuste de 92,52%, dividido em três parcelas referentes as datas de 01 de maio, primeiro de junho e primeiro de julho com a perspectiva de corrigir a defasagem entre os salários dos professores estaduais com os do município do Rio de Janeiro e um aumento de Cr\$1.000,00 para os funcionários de apoio (o que elevava o menor salário de Cr\$20.000,00 para Cr\$21.000,000, quando o salário mínimo compunha-se de Cr\$17.000,00 mais um abono de 3.000,00).

No corpo do texto desta mensagem o governador anunciava o envio de uma mensagem para garantir a mesma coisa para os funcionários de apoio (JB, caderno Cidade, p. 5, 13/05/91). Esta ação do governo pode muito bem ser visto e entendida como um sinal do resultado das pressões que o sindicato e a categoria conseguiam exercer, trabalhando as contradições do discurso do governo, que desde o seu primeiro mandato havia escolhido a educação como carro-chefe de suas ações materiais e propagandísticas, para buscar atender parte importante de suas demandas. Em contrapartida, também poderia representar a concessão material imediata para apaziguar uma situação e dar melhores condições para o governo de contra-atacar o seu adversário, o sindicato, logo em seguida.

Todos estes fatos ocorreram após o evento acontecido na quinta-feira anterior, 09/05, quando um debate marcado para ser realizado entre o governador e o sindicato no Teatrão da UERJ, na presença de quase cinco mil pessoas entre servidores, alunos e pais e responsáveis (conforme Anexo III do relatório da reunião do Departamento dos aposentados, datado de 13/05/91), não chegou a acontecer porque, quando da chegada com atraso de quase uma hora no palco do governador Leonel Brizola, acompanhado do prefeito Marcello Alencar e mais integrantes do governo, ao ouvir e ver parte do auditório vaiando, deu meia volta e se retirou do espaço (anexo VII ao final desta tese).

Este mesmo anexo afirma que nos últimos seis meses o país tinha acumulado uma inflação de quase 150% e que os profissionais de educação do estado no mesmo período só tinham recebido um reajuste de 17%.

Rio, tentarão lutar pela prioridade assegurada pelo domicílio político e eleitoral. Brizola também chegou a lançar publicamente a sugestão de Jaime Lerner, prefeito de Curitiba, pelo PDT, à disputa pela candidatura no Rio de Janeiro.(JB, 24/07/1991, p.3) Em outubro, Lerner declinará publicamente da candidatura para a prefeitura do Rio de Janeiro (JB, 03/10/1991, p.4)

Interessante que o mesmo documento aventou a hipótese de que a vaia teria começado quando se viu a figura do prefeito adentrar o palco e ressalta entre aspas “(sabemos o quanto Marcello Alencar está desgastado frente aos colegas da rede municipal)”.

Destaque-se que nos dias 22 e 23 de maio deste ano foi chamada uma greve geral de 48 horas convocada pela CUT e pelas duas CGT's (a Central Geral dos Trabalhadores e a Confederação Geral dos Trabalhadores) e a rede estadual realizou uma paralisação que durou toda a semana, o que levou o governador Leonel Brizola a declarar que passaria a negociar com a UPPE, reconhecendo nesta entidade a representação da categoria e só voltaria a conversar com o SEPE quando este “criar juízo” (JB, 21, 22 e 23/05/1991).

Houve também neste período, a divulgação de uma carta denúncia impressa pelo sindicato em agosto deste ano no I Encontro Latino-Americano de Educação sobre os pisos salariais dos trabalhadores de educação. O piso do apoio correspondia a 70 dólares e do magistério estadual, 126 dólares, e do magistério municipal, 181, respectivamente.

Através do boletim Conselho de Classe nº 6, de setembro de 1991, somos informados sobre outra exoneração de direção escolar, desta vez da direção da Escola Municipal Pedro Aleixo na cidade de Deus, ocorrida em 01/08/1991 e que foi substituída por uma equipe interventora. Outras denúncias apresentadas no informativo são os referentes ao protelamento a receber o sindicato e de que a prefeitura, através de mecanismos administrativos, estaria fazendo uma desfiliação compulsória da categoria. Este método também estava sendo realizado por outros prefeitos e também havia a denúncia que outros municípios estavam implantando Planos de Carreira similares ao que havia sido implantando na capital.

Pelo visto, podemos inferir que o governo municipal da capital do estado não só servia de exemplo como de polo difusor para uma mesma política. Havia também a primeira denúncia quanto a qualidade de atendimento na Biometria do Município do Rio. Uma matéria mais abrangente seria publicada mais à frente.

Outra denúncia importante refere-se a que no mês de abril, em várias escolas que estavam se organizando para fazer discussões sobre o Plano de Carreira, por orientação do sindicato, foram proibidas pela SME. Fica claro que era uma forma de esvaziar uma linha de ação do sindicato para buscar esclarecer a categoria os meandros do novo Plano de Carreira visto que o próprio sindicato não possuía estrutura material necessária para garantir espaços próprios para organizar e debater com a categoria em todo o território do município.

No Boletim nº 6 também havia o anúncio da publicação do edital de privatização da USIMINAS, em 29/06/1991. Esta seria a primeira de uma série de 26 empresas escolhidas pela Comissão Nacional de Privatização. A empresa em questão era das que apresentava melhores condições produtiva e financeira. Isso era mais uma demonstração que havia uma preocupação em informar de forma crítica as ações que vinham sendo realizadas pelo governo,

Outro dado importante que revela a ação do sindicato para garantir uma inserção efetiva dos setores não docentes nas ações sindicais é a matéria de divulgação do II Encontro do Pessoal de Apoio para 15/06/1991. Este encontro reuniria 800 pessoas. Há Informe de que se conseguiu inserir os aposentados no novo Plano, um ganho pontual diante da perda maior que o Plano representava.

Também presente no material informativo havia uma comparação de percentuais de perdas entre os segmentos da rede estadual e da rede municipal da capital em relação a março: magistério (rede estadual) – 366%; magistério (rede municipal) – 185%. Apoio (rede estadual) – 558%; apoio (rede municipal) – 175%.¹²⁷

Podemos perceber que se mantinha uma diferença bastante significativa entre os valores pagos pelos respectivos governos, ficando o estado com uma defasagem pelo menos de cem por cento em relação ao magistério e mais de 300 por cento com os funcionários de apoio.

Se combinarmos com a informação do panfleto de 15 de setembro de 1990, de que a prefeitura vinha realizando reajustes quase mensais, podemos inferir que tal prática (representando o aspecto da concessão necessária para a construção da hegemonia) combinava-se com as ações coercitivas da SME e do próprio governo e, com isso, criavam um processo de recuo/acomodação da categoria, ou de uma parcela cada vez maior da mesma, em relação a do estado, por exemplo, que se via compelido a lutar contra a corrosão extremada de seus vencimentos.

Também estão presentes duas denúncias de não comparecimento do prefeito em audiências com o sindicato. No primeiro caso, a audiência do dia 15 de maio de 1991, foi desmarcada e uma reunião com a secretária se realizou no dia anterior, 14/05. Em

¹²⁷ Novamente utilizando os dados do artigo de Junqueira e Muls, eles nos informam que no período de 1990 a 1996, para o grupo de menor remuneração no município e no estado, a perda foi muito maior no segundo (84,9%) em relação ao primeiro (37%), em especial nos anos 1990, 1991, 1995 e 1996. (JUNQUEIRA e MULS, 1997, p. 138)

decorrência da péssima recepção realizada pela secretária foi marcado um dia de paralisação com Ato Público em frente a SME.

A outra se trata da marcação da audiência com o prefeito no dia 01 de junho e quem recebeu a comissão foi a secretária a qual informou que o prefeito não receberia e que ela não tinha autorização para discutir os pontos de nossa pauta de reivindicações.

Também somos informados de um calendário de mobilização que compreendia a realização de assembleias da rede municipal nos dias 6 e 22/06, paralisação parcial em 19/06 e paralisação e ato público em 25/06.

No boletim também se denuncia que o boicote por parte dos governos estadual e municipais ao sindicato (o não repasse pelo governo estadual do desconto para o sindicato de fevereiro, a contínua desfiliação de servidores realizada por várias administrações municipais), levou o mesmo a contrair um empréstimo para garantir a campanha salarial e o V Congresso. Este congresso se realizou entre os dias 27 e 30/06/1991 e foi o maior da história do sindicato, com quase mil delegados.

Contudo, a construção da hegemonia, como tinha que ser, se dava de forma ampla, em toda a sociedade, portanto, sabemos pela edição do Jornal do Brasil de 27/07/1991, no caderno Cidade, página 3, do lançamento de um programa de saneamento que previa a construção de 300 quilômetros de rede de esgoto a partir de agosto (Plano Especial de Saneamento para a Zona Oeste), região na qual, o prefeito tinha recebido 60% dos votos na sua eleição. E a discussão pela sucessão voltava a aparecer, pois na mesma matéria o prefeito dizia ainda não ter se decidido por quem iria apoiar, mas afirmava que ser sucedido por um secretário permitiria dar continuidade ao trabalho.

E essa fala do prefeito não era gratuita, pois aproximadamente dois meses depois, também durante o discurso de inauguração de uma obra na Zona Oeste, mais precisamente em Padre Miguel, Marcello Alencar, teria lançado o nome de seu secretário de obras e serviços públicos, Luiz Paulo Corrêa da Rocha¹²⁸. A mesma edição do jornal informa que o governador Brizola condenou publicamente este lançamento e teve coro

¹²⁸ Luiz Paulo Corrêa da Rocha é engenheiro civil formado pela UFRJ, com mestrado em transporte pelo COPPE, um curso de aperfeiçoamento em construção de estradas no Japão e outro curso de projetos de estradas por computador no Instituto Militar de Engenharia (IME). foi professor de topografia e de engenharia civil. Na prefeitura do Rio de Janeiro, assumiu três pastas: a Secretaria de Obras, a de Urbanismo e Meio Ambiente e a de Transportes. Entre 1995 e 1998, foi vice-governador, na gestão Marcello Alencar, pelo PSDB. Nesse período respondeu pela Secretaria de Obras, Chefia da Casa Civil e pela Coordenadoria de Infraestrutura. Em diversos períodos foi governador em exercício. Em 1998 foi candidato ao Governo do Estado. Hoje se encontra em seu quarto mandato consecutivo como deputado estadual (eleito para o 1º mandato em 2002; para o 2º mandato em 2006; para o 3º mandato em 2010 e para o 4º mandato em 2014). (www.luizpaulo.com.br/linha-do-tempo/ - QUEM É LUIZ PAULO)

de outros “candidatáveis”: Regina Gordilho repudiou a indicação. O secretário estadual Luiz Alfredo Salomão comparou Marcello Alencar a um príncipe-eleitor feudal e o secretário estadual Bocayuva cunha chamou tal lançamento de um golpe do prefeito. (JB, 14/09/1991, p. 3)

Esta beligerância entre os notáveis do PDT acabaria por se refletir na campanha eleitoral de 1992, como uma das determinantes para a derrota de Cidinha Campos. O partido, na verdade, foi para a eleição se não totalmente rachado (fratura que pode ter aumentado conforme se aproximou a eleição), com já algumas rachaduras, como por exemplo, essa que é mencionada pelo professor Alcebiades, o Bid:

Alcebiades – Marcello dizia e todos os jornais diziam. O Marcello dizia assim: “Eu sou o único prefeito de capital nesse país que não estou tendo o direito de interferir na minha sucessão”. Eu lembro de ler isso nos jornais, Marcelo magoado frente ao governador.

O Conselho de Classe nº 7, de outubro de 1991¹²⁹, que teve os temas elaborados em torno da data de 15 de outubro, tem uma matéria denunciando as condições de atendimento na Biometria do Município. A reclamação era do atendimento moroso (perdia-se, no mínimo, duas horas, inclusive em relação a mães para prova de amamentação), denúncias de às vezes se precisar voltar em outros dias, da falta de atenção parecendo muito mais uma entrevista.

Encontramos um material do Departamento de Assuntos Educacionais (DAE) do sindicato informa sobre o Decreto nº 240, de 25/10/91 da Presidência da República. Este decreto revogava o Decreto nº 13 de 23/01/91, que definia o aumento dos dias letivos para 200 dias letivos, mas mantinha para a partir do ano letivo de 1992, a garantia de 800 horas/aula para as atividades escolares. Um material sem identificação de data se reportava ao repúdio que o XXIII Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Educação (CNTE) a tal medida do governo Collor, caracterizando como um ato demagógico, oportunista e autoritário.

Não podemos deixar de notar que esta era uma das primeiras investidas por parte dos representantes da burguesia, já no âmbito da doutrina neoliberal, no sentido de

¹²⁹ Encontramos um material impresso pela prefeitura de propaganda dos benefícios que o novo Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos trazia para os servidores. O decreto que regulamentava a ascensão por promoção só foi publicado neste mês (Dec. nº 10.566, de 30/10/1991, publicado no D.O. nº 160, de 31/10/1991), isto nos mostra que o governo buscou disputar as consciências dos servidores em relação ao posicionamento de suas entidades, no caso o SEPE/RJ.

também buscar dar uma resposta, bastante superficial, ao reclame nacional por uma educação de qualidade. Outras urdiduras seriam elaboradas no sentido de aparentar investimento e preocupação com a educação, porém evitando ao máximo aumentar o real investimento material e pedagógico necessários. Como dizem Harvey, Neves e outros as formas de trabalho precarizado e as ONGs seriam a partir daí de grande utilidade para fazer “mais com menos”.

Nota de reunião da Coordenação da capital, de 19/11/1991, informava entre outras coisas que a prefeitura estava procurando mecanismos legais para manter o desconto de 11 dias de vários servidores, em função da greve de advertência de 72 horas¹³⁰. No documento, se aviam várias táticas para se conseguir melhorar e agilizar a comunicação do sindicato com a categoria, entre elas: utilização de kombis para ajudar a distribuição de material, organização das sedes regionais e de algumas escolas como polos para convergência de ativistas em cada regional, que as regionais com disponibilidade de caixa pudessem ajudar aquelas com maiores limitações financeiras e a realização de uma mini campanha de filiação a partir da assembleia de 20 de dezembro.

Obtivemos um documento datado de novembro de 1991 que se tratava de um texto-base e um roteiro orientando como se fazer o levantamento dos problemas das escolas e como organizar sua distribuição para as respectivas comunidades escolares (Anexo XI). Possivelmente, já se enquadrava na estratégia votadas nas últimas assembleias do ano de não se iniciar o ano letivo de 1992 tanto na rede municipal da capital quanto na estadual.

Pelo que podemos entender, a estratégia que vai sendo construída junto com a categoria era a do não início do ano letivo de 1992 em ambas as redes como forma de pressionar de forma mais vigorosa os governos e para isso, se buscou fazer uma campanha publicitária de impacto sobre a população, através da aprovação de um desconto extra para o sindicato. Mas, da mesma forma, como o sindicato e a categoria se articulam, também não ficaram inertes os governos estadual e municipal, como veremos a seguir.

¹³⁰ Conseguimos, na pesquisa no Centro de Memória do sindicato, um levantamento de paralisações e meia paralisações com as respectivas datas de abono por parte dos governos, que perfaz o período de 1991 até 2001. Em relação à rede do município do Rio de Janeiro, para o ano de 1991, estão destacados até o mês de novembro um total de 9 dias de paralisação integral (incluindo os dias 22 e 23 de maio da greve geral). Além dos dias já citados, temos, ainda os dias 25/06; 12/09; 02, 25, 30 e 31/10 e 01/11. Todos esses dias discriminados, mas os da greve de 1992, só foram abonados no dia 30/12/1992.(N.A.)

III.6 – 1992: final do mandato de Marcelo Alencar e um novo choque vigoroso: a greve “da banana” de 1992. Uma nova derrota de gosto amargo.

No ano de 1992 só foram lançados 3 números do boletim Conselho de Classe: 8, 9 e 10. Além disso, temos como material de pesquisa, além das entrevistas, as atas das reuniões da Diretoria do SEPE central que perpassam todo o ano de 1992.

O Conselho de Classe nº 8 foi referente ao mês de janeiro de 1992 e trazia um editorial problematizando a conjuntura econômica e política nacional e que política o sindicato deveria tomar a respeito. Por outro lado, havia a denúncia de que o índice de reprovação na rede dos CIEPs era o mesmo das escolas ditas tradicionais e que tanto o governo estadual quanto o governo do município do Rio de Janeiro estudavam a medida de aprovar por decreto até a 8ª série.

No quarto capítulo, ao analisarmos o Programa Estadual de Educação (PEE), veremos que todo o investimento material feito neste projeto não rendeu grandes resultados e também falaremos mais aprofundadamente da política do Bloco Único no município.

Havia neste Boletim o informe de uma ação ganha em 1ª instância para garantir posse da diretoria eleita pelo CIEP Yuri Gagarin. Elas foram impedidas pelo Diretor geral do Departamento de Ação comunitária da SME que entendeu que os cinco anos de efetivo exercício na regência teriam que ser na rede municipal, apesar da omissão deste aspecto na lei que regulamentava a eleição (leis 5041/84 e 12131/88).

Anunciava-se a realização do XIII Encontro dos Aposentados do SEPE. Mais de 500 participantes no Encontro. Nesta matéria se destacava, logo no início, as ações apontadas para os aposentados no sentido de garantir a paridade com os profissionais ativos nas três esferas de poder (federal, estadual e municipal). Em termos da ação na esfera federal a luta era para impedir a mudança no artigo 40, inciso III, parágrafo 4, da Constituição Federal. Esse parágrafo consistia no direito à paridade entre professores da ativa e aposentados e a aposentadoria especial. Quanto ao estado, a revolta era pelo não recebimento da gratificação adicional que foi concedida aos professores da ativa. No tocante a estas duas esferas, a política apontada consistia em mandar aerogramas para os deputados federais e para o governador Leonel Brizola e a secretária de educação Maria Yedda Linhares. No caso do estado, também se faziam telefonemas.

No caso da esfera municipal, a questão era a imposição por parte do governo de que os aposentados teriam que provar através de documentação as escolas onde haviam

trabalhado, para fazer jus aos níveis da pirâmide, o que se apresentava como uma grande dificuldade. A proposta formulada pelo encontro para garantir a inserção dos aposentados na pirâmide usando os critérios de idade e tempo de serviço.

A ata da primeira reunião da diretoria do ano de 1992, é do dia 15 de janeiro. Traz o informa de que a SME tinha conseguido barrar a posse dos diretores do CIEP Yuri Gagarin. Informava também que, do ponto de vista financeiro, o sindicato estava em crise e com problemas estruturais em sua sede (instalações elétricas, grades externas, urbanização do terreno). O sindicato tinha um repasse de Cr\$30 milhões unificando as duas principais fontes de recursos, as que provinham do estado e do município do Rio, e tinha em dívidas consolidadas num total de Cr\$26.474.963,00.

Denúncias feitas pelo diretor do sindicato Robson (funcionário de apoio) davam conta que os prestadores de serviços contratados pelo município recebiam abaixo do salário-mínimo. Outra diretora Bluma Salomão informa que a promoção automática já estava sendo implementada nos CIEPs e a discussão sobre a promoção havia ocorrido no ano anterior nos CIEPs que haviam implementado o método construtivista, porém a ordem foi dada para todos. Informe de implementação, em 92, do Bloco Único (que trataremos no próximo capítulo) em 16 escolas, para depois repassar a experiência para todas as escolas¹³¹.

A mesma diretora do sindicato denuncia o remanejamento entre o final do ano de 1991 e o início de 1992 dos professores considerados indesejáveis nos CIEPs, lembrar que a indicação de uma possível greve no início do ano letivo já existia na categoria desde o ano anterior o que nos leva avaliar se esta não foi uma ação preventiva do governo municipal para desarticular ou dificultar uma possível greve naquele conjunto de escolas que eram a projeto de governo. Veremos como este deslocamento se deu e que argumentos foram utilizados nos depoimentos apresentados no quarto capítulo.

Uma discussão que se destaca no relato da reunião é o entendimento de que a direção deveria ter “competência” no enfrentamento com os governos e no desgaste das greves do ensino público. A impressão que se obtém pela leitura do restante do parágrafo dá a entender que o termo competência era usado no sentido de não secundarizar uma

¹³¹Segundo matéria na página 2 do caderno Cidade do JB, de 25/10/1991, o Bloco Único significava o fim das séries no 1º segmento (CA até a 4ª série). O objetivo seria impedir que o aluno no processo de alfabetização tivesse seu processo barrado por reprovações neste período. Esta proposta seria implementada em 15 ou 20 escolas que apresentassem melhores rendimentos com a aplicação do método construtivista. Já na edição do JB de 21/08/1992 somos informados que tal projeto, que estava sendo implementado experimentalmente nos 71 CIEPS, e 9 escolas de horário integral, seria estendido para toda a rede.

rede em detrimento da outra (rede estadual e rede municipal da capital), de se saber trazer a opinião pública, pelo menos, a maioria da sociedade, para se posicionar a favor da luta dos profissionais da educação. Também no bojo desta discussão se informa a realização de uma assembleia geral em 05/02, que discutira o que fazer. A diretora Bia (Beatriz) Lugão, do município de São Gonçalo, indica a necessidade de se propor o não início do ano letivo.

Esta discussão dos desgastes causados pelas greves nos evidenciava que, de uma certa forma, a categoria e parte de seus dirigentes cobrava do sindicato que ele conseguisse uma solução mais rápida para o conflito, sem perceber que em se tratando de uma luta aberta entre dois oponentes, a evolução do processo não depende apenas de um dos lados. Evidenciava-se que os governos utilizavam da intransigência e da não abertura de negociações exatamente para tentar debelar o movimento e também jogar a opinião pública contra os grevistas. E parece que este pensamento retorna sempre que um movimento não resulta em vitória. É mais ou menos o que nos fala a professora Fátima Pacheco:

Fátima – Especialmente greve por tempo indeterminado isso parecia um fantasma. **Indeterminado quer dizer não acaba nunca, super longa e derrotada.** (negrito nosso)

Eu percebo até na saída agora desta greve; “há, nós temos de procurar outras formas de luta”, “mas não somos como os garis”, “a gente não dá prejuízo”. No caso de 2013 tinha acabado de ocorrer a greve dos garis, que tiveram vitórias e aí as pessoas meio que usaram este instrumento de comparação: o gari deixa lixo acumulado na rua e a gente não, a nossa greve dá lucro para o governo porque ele para de pagar merenda, a luz. É recorrente.

A ata da reunião do dia 16 de janeiro nos informa que foram aprovados os eixos para a produção do material de propaganda publicitária que seria utilizada para denunciar a situação da educação no estado e no município e convocar a categoria para a luta. Se tem o informe que os recursos viriam de um desconto extra que deveria somar em torno de Cr\$ 50 milhões. Também havia uma grande discussão de como se usaria o dinheiro, quais seriam os materiais e os veículos a serem utilizados (outdoors, camisetas, adesivos, red3es de TV e rádio, etc.). O alvo essencial seria o mês de fevereiro e a assembleia de 05/02.

A ata da reunião da diretoria de 28 de janeiro nos informa sobre o caso de três servidores do CIEP Pedro Varella que foram colocados à disposição pelo Governo

municipal. Nesta reunião a diretoria é comunicada que os calendários de retorno dos profissionais de educação seriam os seguintes: rede municipal - apresentação em 03 de fevereiro e início das aulas em 06 do mesmo mês; rede estadual - apresentação em 24 de fevereiro e início com aulas no dia 09 de março.

Há um entendimento que os governos, como estratégia contra um possível não início de ano letivo nas duas redes, acertaram entre si distanciar o retorno de duas redes, para dificultar a entrada em greve conjuntamente e, por prolongamento, enfraquecer o impacto político da ação da categoria sobre a sociedade e os respectivos governos. Esta reunião da diretoria tirou a política da diretoria a ser levada para ao conselho Deliberativo que ocorreria no dia seguinte, 29 de janeiro.

É nesta reunião de diretoria que se aceita de forma consensual a proposta publicitária apresentada pela empresa Terra Nova de se fazer a comparação dos salários dos profissionais da educação com o valor de bananas. Esta campanha salarial passará a história do sindicato e da categoria como a “Greve da Banana” e, apesar de sua derrota, tem um impacto sobre a sociedade carioca e fluminense enorme e entra no imaginário da categoria. A próxima reunião da Diretoria ocorreu no dia 12 de fevereiro

Para se ter uma ideia de como esta greve impactou toda uma geração da categoria, como essa campanha conseguiu colocar de forma muito clara a real situação da categoria de conjunto, derrubando, com poucas palavras, o discurso oficial de ambos os governos de resgate e valorização da educação, basta ler os relatos abaixo:

Denise – Não, mas uma greve com um plano moral muito grande. Foi uma greve de grande repercussão dentro da comunidade e entre os profissionais de educação foi um momento de reavivamento da força da categoria enquanto seu papel de mobilização e de luta por interesses, e assim, a gente via em toda aquele aparato promocional, é... Uma estratégia de alcançar o nosso público-alvo.

Nós ganhávamos um salário mínimo e meio, nós éramos motivo de chacota e escárnio, prá população na rua, amigos, “você professor”? Era “Hahaha, Deus me livre”. [...] A gente vivia numa situação de profunda penúria, daí a importância da greve da banana pra categoria.

Vera – A “greve da banana”, ela teve uma penetração muito grande, ela teve uma empatia muito grande. A história de que o que eu trabalho paga uma banana isso...

Albano – Isso o que? Pegou a categoria?

Eliane e Vera – Pegou.

Albano – A categoria abraçou a ideia.

Vera – Eu acho que a campanha, ela conseguiu fazer com que a categoria se identificasse. Ela usou de uma simbologia.

Eliane – A categoria queria este investimento, o sindicato está gastando para poder levantar...

Vera – E lá... Pelo menos é a avaliação que eu tenho, a forma que foi dada da história da banana conseguiu traduzir aquilo que a categoria estava sentindo e se comunicar com a população.

Eliane – Eu filiei quase toda a Ordem e Progresso.

Vera – Houve ali, né, então, ali no curto período de tempo, houve um processo de um setor que dizia que não ia fazer, mas fez, se organizou, foi a luta de novo.

Eliane – A base veio para o sindicato.

Vera – E, aí, pum, outra porrada.

Eliane – Mas a base veio para o sindicato.

Vera – Veio, veio.

Eliane – A gente sindicalizou muita gente.

Vera – Mas, de novo, teve outra derrota. Isso é que eu quero falar...

Somos informados na primeira página do caderno Cidade do Jornal do Brasil de 06 de fevereiro, que em assembleia com cerca de 3 mil profissionais da educação, foi decidido o não início do ano letivo. A greve na rede municipal foi deliberada na assembleia de 05 de fevereiro e marcada para se iniciar na 2ª feira, dia 10 de fevereiro, o dia em que oficialmente as aulas se iniciariam nesta rede. A nova assembleia do município seria no dia 24 do referido mês. A data para a entrada em greve do estado ficou para o dia 25 do mesmo mês.

Pela edição do Jornal do Brasil de 08/02/1992, a secretária municipal de educação Mariléa da Cruz convoca os pais a levarem seus filhos e caracterizava que o movimento havia sido deflagrado por uma minoria radical. (JB, 08/02/1992, caderno Cidade, p.3) Mas, não foi isto que foi visto em quase 40 dias.

O movimento foi tão forte que impactou escolas que até então não tinham feito greve e que a partir daí viraram escolas de ponta, como no caso da Ordem e Progresso e outras. Mas, parece que ter a presença decidida de dirigentes e militantes foi fundamental para se conseguir o resultado positivo nas escolas. Vejamos o relato:

Eliane – Então, eu fui para a Ordem e nessa greve a escola parou toda, nunca tinha parado, a escola para e vamos a todas as assembleias, a escola em peso nas assembleias votando, votando, votando e parada [...] Não que eu estava em duas: na Ordem e na Guanabara e nas duas... a Ordem foi melhor que a Guanabara, a Ordem parava toda, a Guanabara, que era de CA a oitava, já era mais difícil. Eu não encontrava todo mundo como eu encontrava na Ordem, mas teve um bom número de paralisação.

Edna – Eu lembro perfeitamente disso. A Ordem, algumas escolas, por a Dom João VI, que depois, inclusive, saiu uma vanguarda dali, a Dom João VI a gente ocupou, é... Com Dayse Calazans, Dayse Calazans partiu pra cima. Não sei se você estava nessa.

Isso, isso. A gente tava ocupando a escola, era uma escola que ficou, virou de vanguarda, né?! [...] Então, as escolas onde teve de fato, intervenção do sindicato, viraram meio que escolas de ponta, então a escola da Eliane foi fruto disso aí. Agora, certamente, não foi o que aconteceu no restante, não foi, não foi. A Dom João saiu uma escola de vanguarda, uma escola onde se produziu muita vanguarda ali, que foi polo, acabou indo pra Cairú [escola estadual Visconde de Cairú, no Méier], pra um monte de gente,, pra um monte de lugares, né?! Levando. Como o CIEP Vinícius de Moraes também, Vinícius também teve essa ... Bom, é... Mas, no geral...

Podemos dizer que esta foi uma greve que representou um “tour de force”, uma verdadeira “queda de braço” entre as forças do governo municipal e as da categoria e do sindicato. A quantidade de materiais que obtivemos na nossa pesquisa nos arquivos do sindicato, mostra que de dois a três dias novos materiais eram colocados na rua. Ora uma chamada para assembleia que iria decretar a greve, ora uma filipeta imitando uma nota de mil cruzeiros e coma seguinte pergunta, “onde você gastaria este dinheiro? Na construção de ciclovias nas praias ou na educação?”¹³²

Temos materiais celebrando o início da greve com uma participação segundo o sindicato de mais de 70% da categoria – inclusive com a situação do prefeito de chegar para uma aula inaugural do início do ano e encontrar a mesma vazia; materiais para os funcionários de apoio; para pais e responsáveis; do departamento jurídico da entidade buscando desfazer as ameaças da administração quanto a legalidade da greve, da situação dos novos servidores.

Houve uma verdadeira “guerra de liminares” entre a prefeitura e o sindicato, com este ganhando a suspensão da ação do governo de sustar o pagamento, porém, ao fim e ao cabo, a justiça acatou o procedimento do governo municipal de suspender o pagamento referente ao mês de fevereiro e que, ao final, levou a suspensão do pagamento para quase seis mil servidores, entre professores e funcionários, no mês de março.

Nesse processo de cabo de guerra entre a prefeitura e a categoria, mas uma vez, vemos a ação da burocracia no sentido de coagir, por dentro das escolas, os trabalhadores, com a visita de representantes dos DECs para levantar o contingente de profissionais em greve e dar-lhes falta. Uma determinada fratura que já vinha do período final da greve anterior de 1988/1989, começou a ficar mais exposta, e esta experiência, teve

¹³² Refere-se ao projeto de reurbanização de toda a faixa costeira da cidade desde Copacabana até a Barra da Tijuca, chamado “Rio Orla” e que era vendido como um dos carros-chefes da administração Marcello Alencar.

consequências marcantes para o movimento dos profissionais da educação do município.

O relato da professora Dorotea Frota é muito esclarecedor:

Dorotea- Isso que você colocou, a ameaça de ser exonerado... E naquela época, a história do estágio probatório, que até então ninguém falava, então, eram muitas punições. Eu lembro que eles visitaram a minha escola e aí, a minha diretora falou assim: “Dorotea, você vai ficar assim sozinha”? Aí, eu falei: “Não, eu não vou ficar. Vou continuar”. Aí, ela: “Há, não porquê o DEC, a representante do DEC, ela esteve lá para pegar o cartão de ponto e dar falta”. Coisa assim, a gente nunca tinha visto: “Mas, eles estão realmente visitando as escolas e jogando pesado”. Então, realmente isso intimidou bastante. Muita gente ficava preocupado o que que ia acontecer e eu lembro que na minha escola todo mundo paralisava, fazia greve...

Albano – Coloco o que estou chamando de “quebra da confiança interna” na categoria.

Dorotea – É aquela velha história, eu confirmo isso. A prova foi a minha própria escola que todo mundo aderiu e, de repente, né, “não, não vou, porque vai dar nisso”... e aí vem a velha frase: “O fulano vai para a praia e a gente tá aqui, não, eu não quero mais”; “eu faço greve desde 1979 e as criaturas não chegam junto”, então, realmente, ali ficou muito grande na categoria e uma outra situação que as pessoas a tal da “greve branca”, segurar conceito, não entregar boletim, as alternativas, né.

E, também, com uma estrutura administrativa municipal mais bem azeitada, organizada e estruturada foi um diferencial importante para atacar a categoria naquilo que lhe é mais premente, os seus salários. E como este ataque, diferente da ação do estado, teve um corte quase cirúrgico de atingir a vanguarda da categoria e aprofundar a “quebra de confiança interna”:

Bid – Nessa relação com a eficácia da greve, não esquecer assim, o período imediatamente anterior ao Marcelo, estado com Moreira, Moreira já era governo desde 87 e o Saturnino era um prefeito que não reprimia, então, a rede tinha vivido experiências no município pré-Marcello e no estado com greves com salários pagos. A greve de 88 foi assim no estado. No estado em 89 foi a primeira vez que a Fátima Cunha recebeu ordem de Moreira Franco de descontar salário.

O estado não tinha um esquema azeitado sobre isso e foi quando virou piada, saiu descontando meio a galega.

Adriana – Descontou de um pessoal que não estava fazendo greve.

Bid – A gente se aproveitava dessa situação. Escola fura-greve não recebia salário e escola grevista recebia.

Adriana – Ele coesionou a greve.

Bid – Na verdade, o estado só resolveu este problema, já no Brizola [2º mandato], quando a Maria Yedda Linhares caiu e entrou o Noel de Carvalho. Foi Noel de Carvalho que resolveu este problema. Me parece que na prefeitura Marcello Alencar e Mariléa já tinham mais eficácia para descontar salário, então, isso começa, eu acho que isso é prioritário.

Albano – Que foi em torno de seis mil pessoas que tiveram o salário suspenso, não era a categoria toda.

Maristela – Isso, isso. Por quê? Porque a vanguarda levou até o final, entendeu?! **A greve teve a suspensão do salário, a grande massa que recuou antes, teve o seu salário pago integralmente, e aí arreventou a vanguarda.** (negrito nosso) Esse é o elemento, que eu acho que ele é central, a vanguarda saiu destruída da greve, a vanguarda saiu revoltada, a vanguarda saiu p...com a massa, a vanguarda saiu discriminando as pessoas: “Bando de covardes, nunca mais faço greve”!, não é assim, Denise?
Denise – Exatamente, é.

Houve inclusive a ocupação por algumas horas do andar da SME no prédio do Centro Administrativo na busca de pressionar o governo para encetar negociações no dia 10 de março, quando a greve já perfazia 33 dias. Leiamos um relato de duas professoras que participaram deste evento e onde se expressa uma certa contrariedade que existiu entre a direção do movimento com relação aos encaminhamentos assumidos naquela noite:

Vera – Eu lembro dessa assembleia, da Mônica [Lins] fazendo a Mariléa, da gente ocupando a prefeitura [Centro Administrativo São Sebastião] e ali já havia um tensionamento muito grande, ali eu já estava no comando de greve, em 92 eu tava no comando de greve e a gente se questionava se nós permaneceríamos na ocupação, porque as ameaças chegavam, né, de que nós teríamos que sair porque eles iriam desligar a luz, iriam desligar a água, tava ouvindo isso, tava ouvindo aquilo e no dia seguinte teria a vinda do Collor para inaugurar o CAIC no Caju.

As pessoas procuram apagar, mas a gente se lembra muito bem. Eu lembro que tinha inauguração de um trecho da Linha Vermelha que foi construída com verba federal, que foi o Collor; a aliança do Brizola com o Collor e a inauguração do CAIC e o comando de greve apontava, a base do comando de greve apontava que a gente não tinha que sair e ficar e a direção do sindicato, aquela dicotomia da direção e da base, dizia, não, tem que sair porque senão vai ter um problema blá blá blá blá e a gente tem que ainda amanhã tá lá porque vai ter o Ato.

Professora A – Sobre a ocupação do andar da SME em 1992, saímos de lá entre as 4 e as 5 horas da manhã do dia seguinte e os parlamentares (Godofredo Pinto, Chico Alencar e Guilherme Haeser) mais policiais militares fizeram toda a vistoria do andar, confirmando que nada havia sido destruído. No dia seguinte teve a notícia de vandalismo, de vidros quebrados. Nós nem entramos nas salas, ficamos no corredor.

Encontramos uma carta dirigida à população onde se busca responder as ações do governo sobre possíveis depredações ocorridas no interior do prédio por parte dos ocupantes e afirmar que os dirigentes e os servidores ao se retirar do espaço haviam deixado todas as dependências em perfeito estado, como puderam confirmar a comissão de parlamentares e de seguranças que fizeram uma vistoria após a saída dos manifestantes.

Encontramos no centro de memória do sindicato um conjunto de reproduções de matéria publicadas em jornais que perfazem o período de 1987 a 1992 organizados como anexos de uma carta datada de 16 de março de 1992 de um professor da Zona Oeste que busca fazer a defesa do sindicato e da sua presidente, professora Florinda Lombardi, e denuncia a falta de investimentos nesta região da cidade em contraponto ao discurso oficial tanto do prefeito quanto da secretária de que, pelo menos, na questão educacional, os problemas da região estavam sanados.

As matérias vão desde a falta de saneamento básico, urbanização, telefone até a crônica falta de professores, em particular de disciplinas tais como, matemática, geografia, ciências, artes plásticas e cênicas, música e línguas estrangeiras. Este é um exemplo de como nesta greve tivemos o empenho de um setor da categoria que acreditou e enfrentou uma prefeitura que procurava passar a imagem de invulnerabilidade.

Notícia de folha da capa e da 3ª página do caderno Cidade do Jornal do Brasil de 19 de março de 1992 nos informa que no dia anterior, 18 de março, em assembleia na UERJ, foi suspensa a greve da rede municipal, greve que se prolongou por 38 dias e que não iniciou o ano letivo, que teria seu primeiro dia de aula no dia 10 de fevereiro. A princípio, a suspensão da greve seria por 15 dias e as aulas se iniciariam no dia seguinte ao da assembleia, ou seja, o dia 19. A greve foi considerada pela direção do movimento como sendo derrotada em função de ameaças de corte de ponto, exoneração e bloqueio de pagamentos. O estado tinha entrado em greve no dia 09 do mês de março.

O Jornal do Brasil informa que os profissionais de educação eram em número de 80 mil sendo 50 mil professores. E que uma nova assembleia ocorreria com paralisação em 02 de abril. As reivindicações salariais eram: piso de CR\$387 mil (aproximadamente 4 salários mínimos) para os professores (o piso estava em CR\$222 mil, 2,3 salários mínimos) e piso de CR\$208 mil para o apoio (o piso era o salário mínimo: em fevereiro CR\$96.037,33. O piso do professor estadual era, à época, Cr\$141 mil – aproximadamente 1,5 salários mínimos).

Através dos relatos abaixo podemos precisar o quanto o governo municipal buscou não só derrotar o movimento, mas eliminar as possibilidades de um novo movimento grevista ou contestatório, pelo menos, no restante do ano, o ano da eleição para o próximo mandato municipal. Reforça também esta análise a moção da Câmara dos Vereadores solicitando abertura de negociações e fim das perseguições (AnexoXII):

Professora B – Em 1992 me incomodava quando colegas iam para a casa de praia e ficavam ligando para saber da greve. O grupo inteiro não participando, desmotivava. Na greve de 1992, na minha escola, a primeira semana foi forte.

Professora A – Duas a três semanas a escola ficou bem em 1992, com cerca de 50% de paralisação.

Professora D – Na Rosa Bentiato era um grupo muito pequeno de 5 a 6 pessoas que fizeram a greve, havia entre aspas, muitas ameaças, como de devolver para o DEC. Vinte por cento, no máximo, fazia a greve.

Professora B – Na Vitor em 1992 começou forte, mas com duas semanas começou a ter retorno

Maristela – Agora, vamos na lógica defensivista. Primeiro, lá na questão de 92, tem uma coisa que eu me lembro muito bem da Denise, nessa greve que foi... De 92. Que foi a marretada, foi a marretada. Eu me lembro, não sei se você se lembra, lá na Lauro Sodré, que eu fui na Lauro Sodré, que a gente foi depois da greve fazendo um balanço, conversando com a vanguarda e tal. Aí conversando com a Denise numa sala de professores, aí entra uma professora toda feliz, isso marcou assim... Entra uma professora feliz da vida, depois da greve, depois que nós tínhamos sido descontados, depois que tava marcadas as reposições no sábado, etc. e tal.

E a professora entra feliz da vida porque ela tinha recebido um aumento, que o salário dela tinha ido pra não sei quanto, entendeu?! Porque naquele momento, quê que o Marcello Alencar fez?! Ele fez o primeiro desconto da greve, foi o primeiro desconto da greve nós tivemos ali, foi desconto de salário. Primeiro desconto da greve de servidores públicos da educação, foi o município do Rio de Janeiro em 92, ano que tivemos o salário assim ó, arrebatado, não veio nada no salário.

Denise tava chorando, com dois filhos, e entra a menina tipo, é duas semanas depois do fim da greve, e a menina entra, não sei se tu lembra, Denise, se eu não me engano era M.. Entrou feliz na sala dos professores, com o seu contracheque, com uma merreca lá de 5%, 6 % de reajuste, e ela ter furado a greve o tempo todo. Que quem fez a greve...

Esse resultado, o de fortalecer a “quebra de confiança interna”, pelo que as falas indicam, saiu fortalecido, gerou, talvez pela ordem temporal, num primeiro momento um estranhamento entre os dois setores, a vanguarda, que resistiu até o final e o restante da categoria que refluíu antes. Parece que rompeu determinados setores e escolas da possibilidade de novas ações coletivas. Por algumas falas entendemos que em um determinado número de escolas a divisão se cristalizou. Várias falas remarcam que não se teve a categoria mais tão unificada nas lutas seguintes, pelo menos até 2013.

Professora A – o retorno em 1992 foi horrível, pois um grupo que saiu, fingiu que nada havia acontecido, não houve diálogo. Clima muito pesado na escola. Você também tem que fazer cara de paisagem, ninguém tem coragem de falar nada com quem fez a greve até o fim. Em 1992, voltei na escola em que eu era PI para pegar minhas turmas e os horários e todo mundo com cara de paisagem. Fui preparada para que ninguém abrisse a boca para reclamar do prefeito. **Perdemos a greve por razões individuais.** (negrito nosso) Sabendo que eu era grevista evitavam falar sobre a greve na minha presença.

Professora B – Mas era todo mundo com cara de paisagem, como se nada tivesse acontecido. **Nunca é fácil fazer a greve, acho que não se conversava pelo constrangimento.** (negrito nosso)

Professora D – Sempre dava a resposta de que “a situação deve estar boa”.

Denise – **Eu sai perdendo, eu sai perdendo, a minha família é atingida por causa de um bando de pessoas que não se mobilizam, né?! (negrito nosso)** Inclusive, isso ainda é eixo de discussão, porque o que você mais tem, é... E eu, por exemplo, hoje eu trabalho numa escola ultra desmobilizada e assim, num processo de alienação, absurdo, [...] Enquanto que essa militância de 88 é uma militância que entra na participação sindical, né?! Que na verdade são professores de sala de aula, eram mães de família, eram donas de casa, que vão entrar na militância sindical.

Outro agravamento do resultado de todas as ações coercitivas e punitivas do governo foi o descrédito que para uma franja da categoria se estabeleceu em relação a categoria de conjunto, à direção da entidade sindical e o próprio sindicato:

Professora B – Depois de 1996 passou a ter que se garantir os 200 dias letivos e isso prejudicou mais ainda. [...] Na época, o controle era mais difícil e a própria LDB cristalizou demais.

Professora A – Depois de 1992, não se acreditava em movimento grande, não acreditava no sindicato como unificador da categoria. Perdeu-se a perspectiva de uma greve unificada de todos. Categoria traumatizou. Foram vários traumas que foram acontecendo (1989, 1992, 1996). **Surgiu um discurso dos professores serem muito desunidos, ficou este entendimento, mas são exatamente os que sustentam este discurso que não fazem a greve e que fazem férias na greve.** (negrito nosso) Depois de 1992 esfacelou mesmo. Paralisações alguns professores fazem, não existe mais um movimento unificado, escolas fechando inteiras. Acusavam o sindicato, não acreditavam no sindicato.

Professora B – **Ficou mais difícil acreditar na greve. Não fiz mais greve.** (negrito nosso) Não acreditavam no sindicato como uma liderança e a classe dos professores é desunida. **Criou-se um perfil de escolas, as escolas que param, as que não param. Escolas ficaram marcadas.** (negrito nosso)

Professora C – 1992 já foi difícil. Acho que depois de 1992 não fez mais greve, depois de 1992 não houve uma greve marcante.

Essa questão que eu chamo a atenção para o fracionamento interno, gerou por um lado um respeito muito grande pela direção e pela entidade por parte de um setor vanguarda que foi até o final – possivelmente a que não se desmoralizou de forma tão profunda -, e um rechaço bastante forte com relação ao restante da categoria. Este setor mais destacado da categoria volta suas baterias para o setor mais recuado, mais atrasado.

Numa avaliação muito internista, que a meu ver, poupa o governo, que atuou o tempo todo para exatamente obter o fim do movimento:

Maristela – Denise era uma que “nunca mais greve”...

Denise – Não, eu sempre fiz greve...

Maristela – Eu sei disso, mas olha só, naquele momento foi isso. Eu acho, que as pessoas falavam “não faço nunca mais”, a vanguarda saiu destruída, é... Isso foi um elemento, quando a vanguarda, as lideranças das escolas são destruídas, aí começou...

Denise – Mas a partir daí, o papel crítico da ... Como é que se diz. O papel crítico com relação a direção do sindicato, na condução dos processos de greve, a categoria. Não a categoria, mas principalmente essa militância, é essa militância que começa a ficar muito...

Albano – receosa, vamos dizer assim?

Denise – Não, muito... Cobrar demais da direção do sindicato, n?! Um grupo passou...

(fala inteligível)

Denise – Sim, todo mundo sempre cobrou, mas assim, um grupo, esse grupo militante sempre cobrou do restante da categoria, que não, “é arrimo de família, não pode isso, não pode aquilo”, e não participa. E ao mesmo tempo, cobrava da direção também, essa condução do movimento, e eu acho que aí, como a Maristela falou, um grupo, um setor desse ficou de pé atrás sim.

Maristela – Tem alguns elementos, é... Assim, primeiro, é uma vanguarda, que ela não responsabiliza a direção, né?! Por aquilo. Até porque teve a greve da banana, o sindicato tava em tudo quanto era lugar. A massa participava das ações, a massa que ia para dentro das escolas, pra parar a escola. Eu lembro muito da minha comadre que nunca fez greve, nunca, né?! Entrando nas escolas lá, naquela escola de ... Ai meu Deus! Da Pavuna, aquela grande que tem lá, esqueci o nome. A principal, a principal naquela rua, depois eu vou lembrar. Ela entrando na escola, pra parar uma escola enorme, que é a principal da Pavuna, e conseguindo parar. Então, assim, ela não responsabiliza a direção pela derrota, mas ela no final, ela vai responsabilizar quem? A categoria, a categoria, por exemplo, a fala da minha comadre: “Que não parou, que é covarde”.

Maristela – Dentro da força da coisa, entendeu?! “que é uma categoria covarde, que é uma categoria... Eu não vou mais lutar por ninguém”, essa era a fala: “Eu não vou botar mais minha cabeça”...

Mas, em que pese todo o mal estar instalado na categoria do município, a realidade não era assim tão homogênea, como veremos num dos relatos abaixo, mesmo a maioria da escola não aderindo mais a greve, os professores grevistas eram respeitados e o diálogo acontecia.

Professora C – Na minha escola, não ocorria esta situação, havia um respeito muito legal. Sempre havia duas ou três que até hoje fazem a greve e quando elas voltavam o grupo perguntava e elas se colocavam e numa boa.

Outro aspecto importante, era o que se referia ao alcance dos diretores e militantes junto às escolas da rede e o acompanhamento que era realizado nas unidades escolares. Os relatos indicam que aonde isso ocorreu os danos da ruptura interna, dos estranhamentos e até do próprio balanço da greve foram diferenciados. Em particular, quando se mantinha uma lógica de resistência diante dos ataques:

Eliane – Porque mesmo depois da gente voltando nós ainda voltamos com o espírito de luta acirrado [escola Ordem e Progresso], nós tínhamos esse espírito de luta dentro da escola de bancar. Eu lembro porque nós tínhamos problemas com a direção da CRE, que queria interferir na eleição da direção da escola e nós queríamos bancar um elemento da escola e nós: “Vamos bancar, nós vamos bancar, a gente vai para CRE”. E nós bancamos. Então a escola saiu com sentimento de força. A gente era um grupo unido, um grupo coeso, veio bem ainda depois da greve de 92. Pelo menos na minha escola foi assim.

Um elemento punitivo e preventivo – além da suspensão de salários e da ameaça de abertura de processos administrativos -, ia se consolidando nas práticas dos governos (aí não só do da prefeitura do Rio de Janeiro) a imposição da reposição e nas consciências da categoria, o temor de ter que realizá-la:

Fátima Pacheco – Agora eu acho que outro elemento que eu acho na greve de 88-89 e que retorna agora nessa greve de 2013/14 foi essa questão mesmo da reposição de aulas. Eu acho que isso é um elemento que acaba também, que naquela ocasião foi aquela proposta de promoção automática que naquela época foi muito mal conversada.

As pessoas, digo assim, a categoria de maneira geral fica sempre ressentida, porque acha que faz greve, mas lá na frente vai ser penalizada por um calendário de cima para baixo que acha um absurdo.

Bid – Eu acho, é minha opinião pessoal, eu acho, aquele estudo (?) central nas duas redes sobre começar a ficar difícil fazer greve se chama desconto, não é uma análise política de quanto teve de vitória, ou seja, o que eu quero dizer é o seguinte, se o Moreira Franco não me deve nada em 88, mas as greves do estado continuassem sendo greves, aquela greve que você para, para, para e você não é punido salarialmente, você sai inteiro, você sai sem machucado.

Adriana – Eu acho que não, é a combinação das duas coisas, porque também a greve mesmo recebendo, ela tem um desgaste grande, ela tem uma desorganização do seu trabalho, de sua vida pessoal, então você tem um calendário...

Bid – (ininteligível) ... da comunidade.

Adriana – Claro, e tem até uma discussão pedagógica que as pessoas já começam a colocar, então, acho que é a combinação das duas coisas, porque mesmo, mas, o fato da greve não ter dado o resultado que as pessoas

esperavam, as expectativas mínimas que fossem, eu acho que isso também é um fator que desagrega. É um fator que joga contra a greve.

Depois, como fruto da maturação dessas duas experiências negativas ocorridas no intervalo de quatro anos, e pela necessidade objetiva de se buscar continuar resistindo e lutando contra os ataques, a categoria, organizada em torno de seu sindicato, como fórum, espaço de debate, de se expor os conflitos e também de busca por formulações e política para a ação, acabou por construir outras formas de luta, que não a greve por tempo indeterminado. Veremos melhor como se construiu uma reflexão e táticas para reunificar a categoria quando fizermos uma rápida análise do governo César Maia.

A ata da reunião da Diretoria em 28 de março tem como tônica a avaliação de que o movimento no estado não tinha muito folego para continuar e há uma preocupação com o atraso do Departamento Jurídico do SEPE em entrar com ação pedindo legalidade da greve.

A ata da reunião da diretoria de 30 de março destaca a importância da participação do sindicato e da categoria nas ações referentes a ECO 92¹³³ e também as ações no sentido de impedir as ameaças relacionadas aos inquéritos administrativos abertos pelo governo municipal, além da do terceiro desconto consecutivo do imposto sindical pelo SISEP.

A ata da reunião de 22 de abril destaca que a diretoria parte do entendimento que ação do sindicato em diante deveria ser de buscar uma forma de luta de intervenção política e mais abrangente envolvendo CUT, CNTE e a ECO 92. Buscando envolver outras categorias como a saúde, a justiça, BANERJ, educação, etc.

Debelada a greve que não iniciou o ano letivo, as discussões sobre quem seria indicado para “herdar” a prefeitura e garantir o domínio político do PDT na capital do estado retomavam sua importância e pela edição do Jornal do Brasil de 05/04/1992, divulgava-se uma pesquisa qualitativa feita pela professora universitária Maria Teresa

¹³³ A Eco-92, Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, foi realizada no ano de 1992, na cidade do Rio de Janeiro. [...] realizada entre os dias 3 e 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. O evento, que ficou conhecido como ECO-92 ou Rio-92, fez um balanço tanto dos problemas existentes quanto dos progressos realizados, e elaborou documentos importantes que continuam sendo referência para as discussões ambientais.

Diferentemente da Conferência de Estocolmo, a Eco-92 teve um caráter especial em razão da presença maciça de inúmeros chefes de Estado, demonstrando assim a importância da questão ambiental no início dos anos 90. Durante o evento, o presidente Fernando Collor de Mello transferiu temporariamente a capital federal para o Rio de Janeiro. As forças armadas foram convocadas para fazer uma intensa proteção da cidade, sendo responsáveis também pela segurança de todo o evento.

A ECO-92 contou também com um grande número de Organizações Não Governamentais (ONGs), que realizaram de forma paralela o Fórum Global, que aprovou a Declaração do Rio (ou Carta da Terra). Conforme esse documento, os países ricos têm maior responsabilidade na preservação do planeta.

Monteiro, socióloga com mestrado em psicologia social e dona do Instituto de Pesquisa e Opinião Pública Retrato, junto com o Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística - IBOPE, que a então deputada federal e radio locutora Cidinha Campos¹³⁴ aparecia com 38% de aprovação. Segundo a pesquisa Cidinha era aprovada por sua ação como parlamentar (até então uma das mais radicais na oposição parlamentar ao então presidente Collor de Mello), mas não era a preferida do “povão”. (JB, 05/04/92, 1º caderno, p. 9)

Em final de maio o governador Brizola declararia publicamente sua preferência pelo nome de Cidinha Campos à sucessão na prefeitura e em matéria no Jornal do Brasil se afirma que o governador, desde o início do ano já tinha sepultado as pretensões do prefeito e de seu secretário. O mesmo jornal informa que a reunião das Comissões Executivas Nacional e regional haviam decidido cancelar as convenções dos diretórios zonais, em função da constatação de que a máquina municipal estava sendo usada para beneficiar o candidato apoiado pelo prefeito. (JB, 27/05/1992, 1º caderno, p. 9)

Ata da reunião do dia 18 de maio assinala uma assembleia em 16 do mesmo mês. A ata da reunião do dia 25 de maio assinala uma assembleia em 30/05 e outra em 20/06. Nela se informa a realização de uma passeata no dia 1º de junho como parte das ações paralelas à ECO 92, que recebeu a denominação de “Eco dos Oprimidos em Defesa da vida”.

Nesta reunião se fecharam as seis propostas de emendas emergenciais para o Plano de Carreira dos servidores da SME, que havia sido enviado pelo prefeito como projeto de lei nº 1868 (mensagem 422/92), no dia 18 de maio. Tal projeto de lei vinha responder à demanda pela constituição de um plano de carreira específico para os profissionais da educação, contudo, ele não isentava a categoria dos acessos a chamada “pirâmide” com

¹³⁴ Cidinha Campos começou a trabalhar aos sete anos de idade, atuando em várias novelas e programas nas rádios Tupi e Jovem Pan, atuou também na TV Record, em São Paulo. No Rio de Janeiro trabalhou na TV Tupi, foi colunista do Jornal dos Sports, trabalhou como repórter na Rede Globo. Após sua demissão da Globo vez um enorme sucesso no teatro com a peça “Homem não Entra”, primeira peça de teatro que vetou a entrada de pessoas do sexo masculino. Em seguida montou a peça “Agora Traga o seu Homem”. Com o Programa Cidinha Livre passou pelos microfones da Rádio Nacional, Tupi e Manchete no Rio de Janeiro.

Em 1982 conheceu Leonel Brizola, declarou seu voto ao mesmo, participando da campanha que o elegeu a governador do estado do Rio de Janeiro. Participou do movimento das Diretas Já. Filiou-se ao PDT em 1990, sendo eleita pela sigla do PDT para seu primeiro mandato em 1990 com quase 300.000 votos, sendo reeleita para mais um mandato em 1994. Na Câmara dos Deputados destacou-se em sua oposição ao presidente Collor de Mello e deu prioridade ao combate às fraudes na Previdência Social. Em 1992 foi a candidata do PDT para a sucessão de Marcello Alencar, mais foi superada pelos candidatos Benedita da Silva e César Maia.

Em 1998 candidatou-se a uma cadeira na ALERJ, iniciando um período de mandatos consecutivos na Assembleia Legislativa até este ano de 2017. (extraído de blogcidinalivre.blogspot.com.br/p/biografia.html; Jornal do Brasil edições de 31/03/1990 e 05/10/1990)

seus três padrões (P1, P2 e P3) e seus respectivos adicionais de qualificação e desempenho.

As propostas seriam as seguintes: Classe especial B para todos (correspondia aos professores II¹³⁵ que tivessem mais de 11 anos de carreira); 12% entre os níveis e entre as classes para todos; 30 horas de jornada para o pessoal de apoio; enquadramento por formação com equivalência salarial; paridade com aposentados em relação a jornada de 40 horas e criação do cargo de agente educador especial para os funcionários das casas da criança.

Conselho de Classe nº 9, de junho de 1992 informa sobre a realização do I Congresso de Educação e Unificação, realizado entre os dias 20 e 22/08. Esse congresso também seria o Congresso de Unificação com a AOERJ (Associação dos Orientadores Educacionais do Estado do Rio de Janeiro) e ASSERJ (Associação dos Supervisores Educacionais do Estado do Rio de Janeiro). Foi produzida uma apostila com as resoluções políticas do Congresso

Nesta apostila com as resoluções tivemos acesso a uma pesquisa realizada com os participantes do evento. Pelos dados da pesquisa que foi respondida por 71% dos participantes (256 pessoas) sabemos que este congresso contou com a participação de 362 delegados, sendo, pelos dados colhidos, 82% delegados pela base do SEPE/RJ, sendo o maior contingente relativamente jovem (44% entre os 26 e 35 anos), majoritariamente feminino (86%) e solteiro (45%). A participação foi majoritariamente de professores (84%), com uma leve maioria de professores I (formação superior - 48%) em relação a professores II (formação de 2º grau - 36%), funcionários eram 11% e especialistas 7%.

Um outro dado importante é que em relação a pergunta de qual o motivo principal para a opção profissional, 61% responderam que foi por uma preferência pessoal, sendo a segunda opção mais apresentada, a necessidade de trabalhar (16%). Apenas 7% compartilhavam a rede pública com a rede privada e a maioria tinha sua renda familiar concentrada em duas faixas: 32% entre 2 e 5 salários mínimos e 37% entre 5 e 10 salários mínimos. 70% compunham a sua renda familiar com seu salário e os dos demais membros da família, 53% entendiam que seu salário era de menor valor que os demais da família e 78% admitiam ter alguma experiência partidária, sendo 66% com o PT.

Interessante destacar o quadro de que o que se descortina a partir destes dados é de uma militância ou de um setor mais próximo aos acontecimentos sindicais, jovem,

¹³⁵ Professores com formação Normal. (Brasil Escola)

majoritariamente feminino, em um contingente bastante expressivo, solteiro (o que no caso da participação das mulheres no movimento indica uma menor pressão da chamada dupla jornada como freio para sua participação), com alguma experiência partidária, já hegemonizada pelo PT, e com uma escolaridade elevada para a média nacional.

Também neste boletim (Conselho de Classe nº 9) foi feita a denúncia do arquivamento do projeto de lei com emenda que garantia o enquadramento automático dos aposentados na pirâmide pelo critério de idade, sem prejuízo para aqueles que quisessem preencher o Boletim de Qualificação e Desempenho (BQD). Segundo o periódico, tal ação foi liderada por um pequeno grupo de aposentados aliados aos vereadores Maurício Azedo e Bambina Bucci.

O mesmo Boletim informa sobre o andamento de várias ações judiciais, entre elas destacamos as sobre a lei 1016/1987 (eram 11 ações ao todo, englobando cinco mil servidores da SME), que tinha como prazo final a data de 01/07/92 para entrar na justiça e avisava a categoria de que quem estivesse em alguma das ações não poderia solicitar 13º nem terço de férias correspondentes aos 317 dias que haviam sido dados pela prefeitura.

Outro informe tratava de liminar ganha no mandado de segurança para reintegrar diretor do CIEP Olga Benário Prestes, na Ilha. O motivo foi a direção ter participado da greve da categoria e os argumentos que levaram a vitória da liminar é que não foi garantido o direito à ampla defesa nem aberto processo administrativo. Denunciava-se também a intenção da SME de excluir CIEPs do processo de eleição de diretores.

Por matéria do jornal O Dia de 08 de junho de 1992 sabemos que o projeto original do prefeito foi aprovado em primeira votação e que apenas o vereador Guilherme Haeser (na ocasião já fora do PT e compondo a Frente Revolucionária que daria origem ao Partido Socialista Unificado dos Trabalhadores - PSTU¹³⁶) dos 39 vereadores presentes votou contra, seguindo a orientação do sindicato.

Inclusive, nesta matéria o jornal indicava que um dos pontos mais polêmicos era o que tratava do artigo 13 que impunha a volta ao trabalho para os aposentados no regime de 30 ou 40 horas, por no mínimo, 5 anos para poderem ver acrescidas monetariamente

¹³⁶ O PSTU foi fundado em 1994, unificando diferentes organizações, grupos e ativistas independentes. A maioria dos que fundaram o PSTU vinha de uma ruptura com o PT, em particular os militantes da corrente trotskista Convergência Socialista, ao considerar que este partido não era uma alternativa estratégica para a construção de uma direção revolucionária para o país. Durante dois anos foi discutido um programa e um estatuto para o novo partido. Quando se elaborou uma proposta comum, foi feito o congresso de unificação em 94. (adaptado de Página do PSTU no Facebook)

suas aposentadorias. Os vereadores iriam decidir em seguida quais das 22 emendas elaboradas pelo sindicato iriam ser incluídas no projeto.

Matéria do jornal O Dia de 17 de junho de 1992 informava que a Câmara havia adiado a votação das emendas para aquele dia a partir das 16 horas e que um dos pontos de estrangulamento era o que se referia as novas cargas horárias de 30 e 40 horas. Matéria do jornal O Globo do dia 25 informa que a votação foi adiada tanto por recomendação do sindicato quanto por recomendação do prefeito em função de ambos temerem serem derrotados em suas proposições.

Além disso havia divergências entre a proposta da prefeitura para o piso dos professores. A prefeitura estabelecia o piso em Cr\$525 mil enquanto o sindicato reivindicava Cr\$901 mil, com garantia de data-base e reajuste mensal pelo IRSM¹³⁷ (salário mínimo: Cr\$230.000,00) (MIRANDA, 2011, p.113)

Encontramos uma cópia do substitutivo ao plano de carreira para os servidores da SME que foi aprovado na Câmara e publicado no D.O. da Câmara Municipal em 01 de julho e enviado ao prefeito (projeto de lei 1868-A/92).

Ele unificava todos os profissionais de educação (magistério e apoio administrativo); mantinha como no plano anterior quatro classes a serem ocupadas por tempo de serviço e que se encerrava ao se chegar aos 10 anos de carreira (apenas para os professores II¹³⁸ abria mais uma classe para quem tinha mais de 11 anos, já mencionada); mantinha as cargas horárias de 22:30 e 16 horas-aula já existentes acrescidas das de 30 e 40 (Dedicação Exclusiva) horas para os professores (estas duas últimas jornadas seriam utilizadas em escolas de tempo integral, em disciplinas de português, matemática e ciências e nas unidades escolares da Zona Oeste, da Zona Norte e áreas consideradas de

¹³⁷ Antes da Emenda Constitucional 20, de 1998, e da Lei 9.876, de 1999, que instituiu o fator previdenciário, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), administrado pelo INSS, calculava o valor dos benefícios a serem concedidos com base na média dos últimos 36 salários-de-contribuição do segurado, corrigidos monetariamente.

O Índice usado para fazer a correção dessas remunerações variou ao longo dos anos 90, tendo sido aplicados o INPC, IPC-r, IGP-DI dentre outros.

No período compreendido entre janeiro de 1993 a julho de 1994, vigorou o Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM), de acordo com a Lei 8.542 de 1992.

No caso dos benefícios concedidos no período compreendido entre fevereiro de 1994 e março de 1997, o INSS utilizou a variação do IRSM para atualização dos salários de contribuição apenas **até janeiro de 1994** e converteu, em seguida, os valores então atualizados, para a Unidade de Referência de Valor (URV), instituída em 28 de fevereiro daquele ano.

No entendimento da Justiça, o procedimento adotado pelo INSS teria reduzido a renda mensal destes benefícios, em razão de não ter sido utilizado o IRSM de **fevereiro de 1994**, cujo índice é de 39,67%, na composição do cálculo. A Lei nº 10.999 teve por objetivo reparar esse erro (página da Previdência Social)

¹³⁸ Professores de C.A. até a 4ª série do 1º grau.

difícil acesso); previa que os próximos concursos fossem de provimento para estas duas novas jornadas.

Os aposentados do magistério receberiam pela jornada de 30 horas semanais e, no caso de duas matrículas, receberiam o equivalente à jornada de 30 horas na mais antiga; seus proventos seriam revistos no mesmo percentual e na mesma data que os dos ativos. Os vencimentos seriam revistos nos meses de maio e novembro. Percebemos aí mais algumas concessões às pressões da categoria e do sindicato, ainda que não retornando aos seis níveis anteriores e também os percentuais de 12% (na verdade ficaram em 4%).

A ata da reunião do dia 29 de junho possui informações dadas pelo diretor Emílio sobre a votação do Plano de Carreira, que entraria em pauta no dia 30 de junho, o que, pelo visto, de fato ocorreu. Nesta reunião a diretoria do SEPE/RJ recebeu a visita do então presidente da UNE, Lindberg Farias que veio convidar o sindicato para um ato que se realizaria em 9 de julho em defesa da educação e buscava convidar o máximo possível de entidades para estarem presentes.

Neste ínterim, no tocante à sucessão de Marcello Alencar, nuvens fechadas descortinavam-se no horizonte, pois em matéria do Jornal do Brasil de 25/06/1992, Brizola expunha publicamente que o prefeito não havia aderido à campanha de Cidinha e o mesmo não havia participado da Convenção que havia homologado a candidatura da deputada federal.

Todo este processo de disputa interna pelo candidato teria sido o início das divergências com o governador Brizola, segundo a biografia de Marcello Alencar existente no CPDOC/GFV. Inclusive o mesmo material acrescenta que este não foi o único ponto de divergência. O governador Leonel Brizola “não aceitava as críticas e denúncias endereçadas ao presidente Collor, que estaria, [...], sendo vítima de um ‘sindicato do golpe’ como o haviam sido Getúlio Vargas e João Goulart.” E segue:

A recusa de Marcello em apoiar Cidinha fez com que Brizola ameaçasse encaminhar o caso à comissão de ética do PDT, que alegou ter preparado um dossiê capaz de expulsá-lo da agremiação. Em julho, em reunião na sede fluminense do partido, Marcello voltou atrás e, surpreendendo a todos, declarou apoio a Cidinha. Ao justificar o gesto, afirmou que o bom político era aquele que sabia ‘engolir alguns sapos’ e que tinha ‘sensibilidade para atender as manifestações das bases’.

Em outubro, às vésperas do primeiro turno da eleição para a prefeitura, já se delineavam duas correntes distintas no PDT carioca: **os ‘brizolistas’ e os ‘marcelistas’, contra os quais pesava a acusação de apoiar veladamente a candidatura de César Maia, que por anos afora fora filiado ao PDT e ao deixar a legenda tornara-se desafeto de Brizola.** (negrito nosso)

Marcello recebia, segundo pesquisas de opinião, a aprovação de 76% da população carioca, contra 57% de Brizola, que cumpria o segundo ano de mandato. [...] **O balanço final das eleições mostrava o fortalecimento de Marcello no PDT: dos oito vereadores eleitos pelo partido, sete eram ligados ao prefeito.** (negrito nosso) O bom desempenho dos 'marcelistas' foi explicado por alguns analistas pelo fato de Marcello vincular as obras pela prefeitura aos candidatos eleitos. (extraído de www.fgv.br/.../verbete-biográfico-/Marcelo-Nunes-de-Alencar)

Através da ata da reunião da diretoria no dia 13 de julho somos informados de que o executivo municipal vetou as duas únicas emendas que tinham passado: a que garantia data base e a equiparação dos aposentados com os vencimentos dos professores de 30 horas. Nesta reunião se tirou a proposta de assembleia unificada em 15 de agosto.

Na ata da reunião do dia 27 de julho em relação ao processo eleitoral nas escolas, segue a orientação de tentar inscrever as chapas que não tenham docentes com o curso de administração escolar e ou “notório saber”, eu mesmo, na época um dos diretores do sindicato, faço uma intervenção lembrando que a FAMERJ ou FAPERJ já tinham uma ação contra o requisito da administração escolar. Quanto aos vetos do prefeito foi definida a luta pela derrubada dos vetos.

A ata da reunião da diretoria de 24 de agosto revela que nesta reunião da diretoria assumiu o chamado pelo fim do governo Collor, sem maiores esclarecimentos. Na ata da reunião da diretoria do dia 31 de agosto sabemos que o governo municipal continuava a não abonar dias de greve.¹³⁹ Como já vimos, o não abono dos dias fazia parte do conjunto de ações para fustigar a categoria e não dar nenhuma vitória política para o sindicato.

Ainda neste mês de setembro pesquisa divulgada pelo IBOPE dava a probabilidade de disputa para o segundo turno ser entre Cidinha Campos, com 27% de preferência, contra Benedita da Silva ou César Maia, ambos em empate técnico com 12% de preferência. (JB, 17/90/1992, p. 7).

Mas, a conjuntura nacional, que avançava resolutamente para um fortíssimo movimento de rejeição e de impedimento do presidente Collor de Mello iria atuar fortemente para mudar esta situação na disputa local pela prefeitura do Rio de Janeiro.

Em 01 de setembro o documento pelo impeachment do presidente seria entregue às 16 horas ao presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro do PMDB, pelos presidentes da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, e pelo presidente da OAB, Marcello

¹³⁹ De fato, pelo levantamento de dias de paralisação integral e de meia paralisação já mencionados, os 38 dias da greve de 1992, mais os dias de paralisação em 1991 já listados, com o adendo do dia 4 de dezembro e excluindo os dias da greve geral, só foram abonados pelo governo municipal ao apagar das luzes do seu mandato em 30/12/1992. (N.A.)

Lavenère, ao final de uma manifestação que reuniria em torno de duas mil pessoas que se dirigiriam até o Congresso em passeata.

Naquela conjuntura, em pesquisa realizada em 110 municípios e divulgada pelo IBOPE, apenas 31% da população apoiava a permanência de Collor, 69% não confiavam mais no presidente 59% desejavam a sua saída. A pesquisa ainda indicava que o governo federal tinha a desaprovação de 59% da população. (JB, 01/09/1992, 1ª página)

Enquanto isso algumas medidas eram tomadas, provavelmente, com forte interesse político-eleitoral e o governo municipal anunciava um reajuste de 20% nos salários a partir de 01 de setembro.

Com esse reajuste o piso passava a ser o salário mínimo (Cr\$522.186,94) e o maior salário ia para Cr\$1.772.333,74, algo em torno de 3,4 salários mínimos. O reajuste acumulado até ali chegava a 339,06%. Os aumentos seriam para os níveis Elementar, Elementar especializado, Médio II 1º grau, Médio I 2º grau e Médio especializado 2º grau. Os três primeiros níveis, em todas as suas categorias (3ª, 2ª, 1ª, especial) ficavam iguais pelo valor do salário mínimo. Apenas os servidores da área da educação e da saúde tinham os seus salários mais altos excluídos deste aumento por terem planos específicos. (JB, 23/09/1992, 1ª página e p. 15, caderno Cidade)

Contudo, este acumulado de reajustes na prefeitura ficava bastante aquém do acumulado da inflação até o mês agosto como podemos verificar na própria exposição dos cálculos da inflação acumulados dos diversos índices usados para medir a inflação na edição do Jornal do Brasil de 28 de setembro daquele ano: IGPM/FGV – 1038,08; FIPE/IPC – 1050,29; INPEC/IBGE – 1038,28 e DIEESE/ICV – 1045,10. Ou seja, o governo municipal garantia algo em torno a um terço de reposição das perdas decorrentes da espiral inflacionária.

Num período considerado pelo DIEESE que apresentava o salário mínimo mais rebaixado desde o ano de 1980, tendo como referência o salário mínimo em 1940. Considerando este como 100, o salário mínimo mensal em 1992, chegava a 24,28, enquanto em 1989, último ano do governo Sarney, tinha chegado a 40,70. (JB, 28/09/1992, p.17 e 18)

Em 24/09/1992, o IBOPE já apresentava as candidatas Cidinha Campos e Benedita da Silva como empatadas tecnicamente. Cidinha tinha entrado em setembro com 27% e havia caído para 18%, enquanto que Benedita tinha subido para 17%. Em uma simulação de segundo turno, Benedita ganhava de 33% a 28% de Cidinha Campos. César

Maia aparecia em terceiro com 9% empatado com Albano Reis (PRN) que estava com 8%. Pela pesquisa 37% dos votos seriam brancos ou nulos. (JB, 24/09/1992, 1ª página)

A reação do governo estadual viria no dia seguinte, em 25 de setembro, o governador Leonel Brizola anunciava que iria se licenciar do governo para se envolver integralmente com a campanha de Cidinha Campos. Parte do secretariado também seria o exemplo do governador para auxiliar na campanha de candidatos pelo interior do estado. Mas, oficialmente o governo se recusava a admitir que este fato tivesse a ver com a queda nas previsões e Brizola chegou a ameaçar o diretor-executivo do IBOPE, Carlos Augusto Montenegro, com uma representação judicial caso as urnas desmentissem as pesquisas. (JB, 25/09/1992, p. 1, 6 e 7)

O Informe JB, na página seis da edição do dia 25 de setembro colocava que estava indefinida a decisão para a prefeitura. Poderiam ser os possíveis vencedores: Cidinha Campos, Benedita da Silva, César Maia, Albano Reis e Amaral Neto (PDS). Haveria quase que 20% de indecisos naquela altura, mas ao mesmo tempo destacava o crescimento da candidatura de Benedita da Silva por todas as zonas eleitorais do Rio, inclusive na Zona Oeste e que era sério o risco de Cidinha ser derrotada.

Na página sete da mesma edição se informava que no PDT vários fatores explicariam a situação de queda da até então favorita no certame. Além do problema do envolvimento do governador na defesa até o último momento do presidente Collor, ainda teriam contribuído para a situação os conflitos entre a candidata e o prefeito da cidade no início da campanha, a suspensão das convenções locais por Brizola e a percepção por parte da militância do partido de que Cidinha tinha um comportamento impaciente e autoritário.

O peso de ter apoiado até quase o final do governo federal cobrava seu preço. O mesmo jornal do dia 25 informava que o impeachment seria votado em 29 de setembro, quatro dias antes apenas da eleição para a renovação dos executivos e legislativos municipais. A dinâmica da saída do primeiro presidente eleito após o regime civil-militar se cruzava de forma determinante à tentativa do PDT de garantir em suas mãos a capital do estado.

A edição do Jornal do Brasil de 27 de setembro na primeira página anunciava que Collor era rejeitado por 80% da população. Este seria o resultado da pesquisa realizada pelo Instituto Gallup. Por essa pesquisa 80% da população dos brasileiros viam Collor como um mal governante; 69,9% o queriam fora do governo e 50% rejeitavam o vice Itamar par a presidência. Cinquenta por cento concordavam com uma nova eleição.

Ata da reunião da diretoria do dia 28 de setembro indica uma assembleia para o dia 24 do mesmo mês, um indicativo de paralisação pelo menos na parte da tarde para acompanhar a sessão da Câmara que iria votar o impeachment de Collor de Mello. Também aponta uma proposta de paralisação para ao dia 5 de novembro (pelo levantamento obtido no Centro de Memória seria o dia 01).

Passado o impacto imediato da abertura do processo de impeachment e a posterior renúncia do presidente, na conjuntura municipal às vésperas da eleição a prefeitura anunciava o orçamento para o ano de 1993 e que de um total de Cr\$97,5 trilhões, investiria Cr\$41 trilhões, com os maiores gastos em saneamento, educação e saúde. Estes investimentos perfariam 41,02% do total. A segunda maior despesa seria com pessoal e encargos que ficaria com 38,58%. O orçamento apresentaria um crescimento real de 7,11%.

As maiores fontes seriam o IPTU e o ISS (37,93% do total da receita), em segundo viriam as aplicações financeiras (32,47%); depois a transferência de recursos do ICMS (13,47%) e por fim as operações de crédito (16,92%). O setor que mais ganhava recursos – como já havia sido uma marca do mandato Marcello Alencar – era o de habitação e urbanismo com Cr\$24,9 trilhões, educação e cultura ficavam com Cr\$13,8 trilhões (não incluindo obras, por exemplo). Marcello havia reservado Cr\$2,5 trilhões para a construção de 48 novas unidades e reforma em 384 escolas. (JB, 02/10/1992, caderno Cidade, p. 17)

A edição do Jornal do Brasil de 3 de outubro, dia da eleição municipal dava como matéria da primeira página que Benedita da Silva liderando e Cidinha Campos em segundo. Benedita havia subido de 17% para 26%, em pesquisa do IBOPE divulgada na noite da véspera. Cidinha havia subido de 18% para 19%. César Maia aparecia com 12% (teria crescido 3 pontos percentuais).

Já na edição do mesmo jornal no dia 5 de outubro a primeira página já apresentava o quadro que acabaria se confirmando nos próximos dias: com 3,6% das urnas apuradas Benedita aparecia com 33,29%, portanto em primeiro lugar, César Maia com 24,42%, ultrapassando Cidinha que ficava com 16,6%.

A tese que eu havia levantado ao longo do período de estudos de que a categoria teria tido uma espécie de revanche ao rejeitar o candidato do governo, tinha um equívoco bastante acentuado, a de que em processos como esse, não podemos indicar apenas uma única causa para todo o processo. Na verdade, ele é em si uma totalidade, uma síntese de várias determinações e pressões.

Acredito, como a maioria das falas, assim coloca que a questão nacional pesou com grande força. O fato que levou ao isolamento político de Collor de Mello e o processo de construção e ampliação do movimento nacional pró-impeachment, com certeza, atuou sobre toda a sociedade. Vários relatos pontuam que esta questão entrou pelos espaços escolares:

Edna – Não. Não, acho que teve mesmo essa coisa da sociedade como um todo, né?! De vincular, de tentar vincular o Brizola ao Collor e afundar todo mundo junto, né? Acho que é isso...

Eliane – Eu acho que era o movimento que estava na época, tinha muito movimento de rua, a esquerda estava polarizada, estava polarizado por conta do Collor, o movimento veio à esquerda na verdade e com isso eu acho que deu essa lambada no PDT.

Vera – Era o movimento popular, Benedita.

Genésia – É, eu acredito, que a coisa ficou um pouco meio a meio, entendeu? Eu não vi, eu não consegui ver essa consciência na categoria [fazer uma campanha consciente contra o candidato do PDT], mas, sim, o grande movimento do Fora Collor. É claro que impregnou, impregnou um pouco, mas eu diria que a categoria nunca foi e não era naquele momento politizada. É, acredito que ela não votou no candidato do prefeito foi uma espécie de “vamos ver em que a gente pode apostar”. Mas, acho que não houve grande consciência, não, “vamos tirar para ver como é que fica”, é “tem uma coisa nova aí, vamos ver o que acontece”. Não foi uma consciência realmente, foi um pouco acompanhar a onda e procurar novas possibilidades.

O fato de que o governo Brizola se desgastou com sua aliança política com o governo em questão e o fato de que este demorou muito a se afastar do mesmo, também influenciou, como podemos verificar na fala da professora Dorotea:

Dorotea – Assim, tinha muito preconceito naquele período. Com a Benedita era a questão do PT, mulher, negra, assim. Com Brizola eu lembro que a ideia: “A gente vai apoiar agora um governo que passa a mão na cabeça de bandido? Se lembra que a campanha foi disputada em relação ao Brizola? E para o César Maia, para a categoria vinha aquela ideia do grande administrador por conta daquela situação vivida pelo Saturnino. Ele era um grande administrador, um cara que tinha sido secretário de fazenda, um cara que sabe organizar...

Para além disso, houve toda uma experiência da categoria com os governos do PDT, com as contradições entre seu discurso oficial de valorização da educação e a realidade de suas ações e, para um setor, talvez mais de vanguarda, uma caracterização mais bem acabada do governo Marcello Alencar como um governo de “direita”, a partir

de suas experiências dolorosas nos confrontos políticos, também deve ter se feito presente:

Denise – Então isso, é óbvio que ninguém ia ficar bacana com isso, tá! [a política diferenciada na educação] e aí, assim, dando a minha visão ingênua. Eu não vejo que você esteja errado, porque dentro da sistemática da queda do Collor, isso foi um clamor popular, né?! Construído inclusive pela mídia, né?! Pessoal pintar a carinha de verde-amarelo, a gente vai nas ondas da Globo, então, né?! A Globo tava feliz, “vamos pintar a carinha. Bota o homi lá, tira o homi de lá”, essa coisa. Então, eu não vejo que você esteja errado, mas assim, eu acho que grande parte da categoria tinha essa crítica ao , assim, o PDT tinha deixado a desejar naquilo que foi...

Maristela – Bom, uma política de experiência com o PDT, mas também uma polarização, né?! Da categoria, PT que era o setor mais avançado, mais né?! Era a categoria assim... Lembro que a gente votava, lembra?! Verba de campanha pra candidato do PT, é... E o setor mais conservador ali com César Maia e tal, a polarização.

Mônica – E assim, a categoria, eu acho que todas essas três hipóteses aí, e eu acho que mais, ela lembra a história do PT, a vanguarda era petista, né? Tinha a candidatura da Benedita, que era uma candidatura forte, teve um percentual de votação importante, né? E a conjuntura da época, eu acho que quando a gente pensa aquele período, a gente pensa também nas aprendizagens, né?!

Discutiremos mais a experiência mais restrita com as políticas educacionais encaminhadas pelos governos do PDT no próximo capítulo.

Mas, algumas falas colocam que um setor, talvez bastante amplo, tenha se voltado para o candidato César Maia exatamente por um viés conservador, vendo em César um candidato alternativo, recém-rompido com o PDT, com fama de ser um técnico qualificado, que já havia ocupado a secretaria de estado de fazenda no primeiro mandato de Leonel Brizola:

Mônica – É bom não esquecer que o César Maia vem do PDT e ele tem uma base que ele rouba do Brizola nas disputas internas. O PDT vai se esfacelando e aí a Cidinha Campos também perde território...

Dorotea – Então, eu acho que a categoria também foi muito por essa linha, né, da segurança, mais técnica, mais segurança, né, que não teriam os salários atrasados, pensa bem, por esses governos anteriores. Olha a situação, mal ou bem, Brizola, ele iria continuar mais ou menos na mesma linha.

Pois é... é. Até hoje! Se a gente começar a discutir nas escolas os candidatos, as pessoas ficam caladas, mas se cutucar um pouquinho você começa a ver um pouquinho do conservadorismo

Isso, levando em consideração que o fato de Cidinha Campos não ter sido a candidata da escolha do prefeito obviamente também atuou na realidade, seja por quem apoiava e conceituava o governo como positivo, fosse pela campanha “por baixo do pano” que a ala marcelista pode e deve ter realizado.

Mônica - e na época, o PDT, o racha do PDT também contribuiu pra Cidinha Campos sair derrotada, além de ser uma péssima candidata.

O pessoal que vai com o César Maia, é o pessoal que tenta se salvar das brigas internas do PDT, já que o Marcelo não tinha se descolado ainda, né?! Então tem muita...

Então, muitas determinações, delimitações atuaram no processo de desembocou na derrota de Cidinha Campos e esses vetores também atravessaram a categoria:

Bid – É, eu até imagino, mas é só um raciocínio, é uma hipótese, imagino que tenha tido um setor bem pequeno na rede que tenha se recusado a votar na Cidinha, por isso, como uma resposta ao Marcelo, mas imagino que um setor muito pequeno, imaginando duas coisas: 1 – ficou muito exposto que a Cidinha era muito pouco candidata de Marcello, isso que a Adriana acabou de falar era muito evidente [a não distinção entre os governos de Moreira Franco e Marcello Alencar], porque o conflito dele com o Brizola; que ele queria emplacar o Luiz Paulo Corrêa da Rocha e o Marcelo dizia e todos os jornais diziam. [...] Num determinando momento nenhum dos dois [o setor mais progressista e o mais conservador da categoria] tinha muitas razões para votar na Cidinha. Quem era militante progressista a Benedita era o futuro, o PT atropelando o PDT.

Adriana – Quanto mais atacava Benedita, mais ele se fortalecia para esse setor.
Bid – É, era o crescimento nacional do petismo. E quem era conservador, o setor conservador enorme, antisindicato, antiesquerda, o César Maia entrou muito bem, né?

Enfim, como coloquei a princípio, não podemos entregar a derrota do candidato oficial do governo apenas em função de uma ação da categoria e por uma única inflexão ideológica, mas para um setor não majoritário, confundindo-se com a vanguarda que vivenciou os embates com o governo, não votar em Cidinha Campos teve mais este caráter de rechaço.

O Conselho de Classe nº 10, de outubro de 1992 chamava para as eleições do sindicato nos dias 26,27,28,29 e 30/10. Informava inclusive, que por deliberação do I

congresso de Educação e Unificação, a diretoria deixava de ter uma estrutura vertical e presidencialista, para passar para a forma colegiada, com coordenadores. A diretoria passou a ser composta por 48 membros

Também se deliberou pela eleição de representantes pela base a cada 50 profissionais e cada núcleo municipal e regional deveria ter um conselho de representantes. Também deliberou participar do Conselho Estadual da Educação. Neste congresso se votou a definição de Escola Unitária como modelo a ser defendido em contraposição aos projetos governamentais e burgueses (MIRANDA, 2011, p.120)

Havia uma matéria sobre I Seminário Nacional de Aposentados da Educação pela CNTE. Neste boletim também se informava que o prefeito havia vetado o artigo 19 da lei 1881/92¹⁴⁰, que garantia aos aposentados proventos correspondentes a 30 horas semanais e também vetou parcialmente o artigo 7. Este artigo se referia a classificação dos servidores em níveis, de acordo com a formação escolar.

O boletim ainda informava que o veto a este artigo era inconstitucional e, portanto, os vetos voltaram ao prefeito para correção. Tal fato tinha ocorrido no dia 05 de agosto e passados dois meses, quando da publicação do boletim do sindicato no mês de outubro, o prefeito ainda não tinha devolvido o projeto à Câmara, alegando necessitar de um parecer da Procuradoria do Município. O boletim alertava sobre a dúvida quanto à possibilidade de derrubada dos vetos já que com o processo eleitoral municipal muitos vereadores não haviam sido reeleitos.

Também se informava sobre um próximo Conselho de Classe para cientificar as deliberações da I Conferência sobre questões Específicas dos Funcionários Administrativos e sobre o I Congresso da Educação e Unificação.

Pela ata da reunião da diretoria do dia 13 de outubro ficamos informado da realização de uma assembleia no dia 24 com proposta de paralisação no dia 27 do mesmo mês. O que temos pelo levantamento do próprio sindicato foi a realização de uma paralisação no dia 25 e mais duas nos dias 30 e 31 deste mês.

III.7 – Governo César Maia; continuidades e discontinuidades

¹⁴⁰ Na verdade o executivo municipal, além dos vetos já declarados, vetou uma série de artigos e parágrafos, os quais, no geral, buscavam garantir mais vantagens e facilidades para que os servidores da educação (funcionários e professores) pudessem obter uma maior remuneração ao longo de sua vida funcional e, no caso específico dos professores, os dispositivos que permitiriam aos que fizessem a opção por majorar sua carga de trabalho para 30 ou 40 hs, poder retornar ao padrão antigo. O projeto de lei com os vetos do prefeito foram publicados no D.O. M. de 28 de julho de 1992.

Quando o projeto desta tese foi pensado, não se aventava a hipótese de ter que se adentrar pelo período logo subsequente do governo César Maia (1993-1996), porém, durante a própria pesquisa documental, seja nos arquivos do sindicato, seja no centro de memória, seja em alguns materiais de meu próprio arquivo pessoal, as diferenças e as similaridades na forma de atuar junto a categoria no primeiro mandato de César Maia iam se apresentando. Também essa questão foi pontuada em várias discussões nos Seminários Permanentes de Produção de Conhecimento.

Quando da realização das entrevistas individuais e em grupo, essas questões ganharam ainda mais relevância. Por isso, compreendi que cabia fazer pelo menos uma rápida análise do período, que volto a dizer não é central nesta tese, mas serve até para deixar uma porta aberta para mais à frente.

O que eu pude perceber é que, em grande medida, César Maia se favoreceu de toda a política implementada por Marcello, seja nas ações coercitivas seja nas concessões. De que forma?

Quando César Maia entra ele se depara com uma categoria que se encontra “fraturada” internamente, com uma visão, arrego a dizer, quase unânime, senão totalmente unânime, contrária ou precavida quanto a possibilidade de realização tão cedo de uma nova greve com a característica clássica de ser por tempo indeterminado. Uma parte por total receio das represálias outra por não confiar na totalidade da categoria. A categoria experimentou por duas vezes contra o mesmo governante a alternativa da greve e o resultado não foi positivo. Para além de não ter sido positivo, o resultado veio combinado com uma política bastante truculenta contra a categoria.

Ouso dizer que um desvão bastante profundo se formou dentro da categoria – como colocado em várias falas registradas -, e superá-lo demandaria bastantes esforços. Para tanto, havia a necessidade de um tempo de reflexão, de diálogo intenso e horizontalizado, com destaque para a ação das direções do sindicato e da militância mais próxima aquelas. Mesmo que isso signifique que, como ocorre em qualquer categoria ou fração da classe, ainda mais em uma tão massiva, uma total unanimidade não seria alcançada. Vimos que as fragilidades da entidade em termos estruturais e de recursos humanos, dificultou em muito tal processo:

Edna – No geral foi aplastamento, com certeza, foi pá de cal, foi pá de cal. A partir daí, a gente leva anos sem condições de levantar uma greve. É engraçado quando a gente conta, a memória flui...

Genésia – É, foi assim um choque com os colegas, mas os colegas até, embora recuando, entenderam. Então, ficou muito claro realmente que essa truculência, esse modo de agir contra a categoria, esse desprezo que começava, que a gente ia sentindo no sindicato e aos sindicalizados foi realmente muito sério.

As pessoas começaram a dar, inclusive, é, razões, motivos para não fazer a greve: “Há, eu não vou fazer porque senão eu vou perder minha LE” [licença especial], “eu estou para me aposentar” e muitas ficavam com suas desculpas, muito, muito tempo.

Para além disso, não podemos nos esquecer que num sindicato tão amplo e com uma direção com tantas posições diferenciadas, umas mais próximas, outras menos, o próprio balanço a ser construído, ou que foi precisamente construído, naquelas escolas que tinham algum contato direto e constante com as direções, também deve ter tido avaliações diferenciadas, em maior ou menor grau.

Contudo, creio que aquelas que ficaram a sua própria sorte para realizar este balanço, este pode ter se caracterizado por uma avaliação mais recuada, mais desmoralizada, mais destrutiva em relação a própria categoria e ao sindicato. Também não podemos esquecer que o período de César Maia já se confundiu com o período pré-Plano Real e pré-governo FHC e o início do mesmo, isso também teve seu peso.

Para iniciar este breve balanço do primeiro mandato de César Maia, precisamos ressaltar que os ataques continuaram tanto na questão que envolvia os quantitativos de profissionais por escola, quanto no processo de escolha dos diretores (neste quesito o processo se aprofundou muito mais, como demarco no próximo capítulo), seja na permanência, em linhas gerais dos mesmos parâmetros para o Plano de Carreira da categoria (conseguiu-se impedir a aplicação da pirâmide pelo boletim de merecimento), seja na falta de diálogo com o sindicato:

Dorotea – O Marcello Alencar veio quebrando bem a categoria e o César Maia foi nessa linha fazendo as concessões, enfim. Mas, eu lembro que a gente procurava o César Maia e ele não queria conversa nenhuma com o SEPE e uma vez nós entramos e ele recebeu todo mundo de pé, nunca vi isso: “o que vocês desejam? Dez minutos prá vocês”. E todo mundo de pé e ele muito objetivo.

Mas, houve um avanço na política de concessões e uma mudança na forma de ganhar, convencer a categoria para a política do Bloco Único. Quanto a este segundo ponto, o analisaremos com mais detalhes no próximo capítulo. No tocante a política de concessões, além de manter a regra de reajustes mensais, de manter o CPM-UERJ

(também desenvolveremos no próximo capítulo), houve uma concessão que calou fundo na consciência da categoria – a liberação da carta de crédito para obtenção da casa própria:

Eliane – Hiiiiii! Acabou, não sentiu. Ele mandou carta de crédito para todo mundo comprar. Gente na Ordem todo mundo comprou apartamento.

Vera – Nós somos de uma geração que isso não existia, isso não existia para comprar uma casa, um apartamento financiado você tinha um saldo devedor que não era só aquela questão da dívida que você pagava durante 20, 30 anos, era para a vida inteira porque depois de 30 anos de você pagar, você ainda tinha o saldo devedor que era o valor de um ou dois apartamentos.

Albano – Você também acha que é com César Maia, com a carta de crédito, porque alguém já tinha falado isso.

Vera – Eu acho.

Eliane – A carta de crédito foi...

Vera – Foi a pá de cal.

Eliane – Mas eu lembro que muita gente dentro da escola gostava do César Maia.

Vera – Sim, eu tô falando eram essas concessões que ele fazia.

Eliane – Gostava, gostava.

Vera – Têm muita “viúva do César Maia” na categoria.

Eliane – Têm, têm muita “viúva do César Maia”.

Mas, como ocorreu com a criação do CPM-UERJ, por trás desta concessão tão pródiga havia dois interesses muito claros: primeiro, conseguir, a partir de um acordo suprapartidário, obter a aquiescência para subtrair valores do PREVI-RIO para investimentos urbanísticos na cidade, o que, pelo que parece, veio a se tornar uma rotina até o penúltimo prefeito, Eduardo Paes:

Maristela – Pera aí, só um instantinho. Aí os cem milhões da carta de crédito, né? Veio numa negociata, tipo, “nós pegamos dinheiro do PREVI-RIO”, entendeu?! O seu lá César Maia. Essa é uma discussão que até hoje tem na escola: “Há não, porque o César Maia deu casa própria, o César Maia” ..., não. Ele pegou cem milhões da educação, aliás cem milhões da educação, pegou uma grana do PREVI-RIO, botou na Linha Amarela e, em contrapartida, foi feita uma negociação, inclusive com a galera do PT, que ia abrir a carta de crédito para os funcionários. Se eu não me engano, eu não me lembro, é... Assim, da votação, que teve o único que votou contra na época foi o Guilherme e teve uma discussão depois...

Mônica – Porque ele tava dentro da lógica do mercado financeiro.

Maristela – Era isso...

Mônica – Tá dentro da lógica do mercado financeiro, é um empréstimo...

Denise – Pra capitalizar o PREVI-RIO. O argumento dele era esse, que na verdade a carta de crédito era um mecanismo de capitalização do PREVI-RIO: “A gente vai dar recursos para a compra, mas o pagamento da casa irá capitalizar o PREVI-RIO”, e de fato, ao longo da gestão dele o PREVI-RIO não tinha problema, o problema que tá vendo agora.

Maristela – O César Maia? O César Maia tirou mais de um bilhão e meio da caixa... O César Maia que começou os grandes saques, os grandes saques na PREVI-RIO.

Denise – Mas quando ele sai tem caixa...

Maristela – Que caixa? Tem mais de um bilhão de rombo, isso foi denunciado o tempo todo.

O outro, criar uma situação de apreensão para a categoria. Como a mesma já internalizara que qualquer greve implicava na possibilidade de corte ou suspensão de salários e da reposição eventual dos dias parados (utilizando inclusive os sábados), a parte da categoria que conseguia a carta de crédito se via na possibilidade de não ter como honrar essa dívida caso fosse descontada:

Vera – Inviabiliza na prática você por que é isso, vamos combinar, você ficar com suspensão de pagamento e aí você já não é mais aquela pessoa que não tem um compromisso, que não tem o compromisso da casa própria, você está preso a uma estrutura financeira que você vai pensar 567 vezes se você vai entrar ou não no movimento que pode tirar o seu salário com desconto de uma greve.

Dorotea – É, isso também, o receio, a insegurança de ficar com uma dívida, ainda tinha aquele histórico das greves anteriores com desconto, com as faltas, então, isso aí foi uma artimanha. Agora a categoria falava: “Nossa vou ter minha casa própria. Né, isso realmente eu não posso perder”. Foi aí que perdeu bonito.

Fora esta concessão, que vimos que foi também uma forma de poder lançar mão dos recursos acumulados para garantir as aposentadorias e as pensões da categoria, houve ainda a possibilidade da venda em pecúnia das LEs (licenças especiais), a criação do bônus cultura e para compras em supermercado no final de ano. Isso explica a formação de um setor que passa a ter em César Maia uma referência de bom governante:

Dorotea – É, nossa a venda de LE, nossa, as pessoas entraram: “Não, quero vender”. Conseguiram, recebiam dinheiro, foi o período do César Maia, sim.

Jáilson – O César Maia não fez diferente, porque o César Maia foi fazendo a questão que você fala muito bem, da casa própria, aqueles tickets para comprar livros, aqueles tickets de cesta básica no final do ano.

Entretanto, do ponto de vista salarial, se a gente for fazer uma curva de salário, o salário decresceu, o que deu em 2013.

Fátima Pacheco – Mas uma coisa é fato que eu não consigo explicar, as pessoas têm uma coisa com o César Maia, isso é até inexplicável, não consigo ver como a administração dele foi tão maravilhosa assim, mas é impressionante, hoje, as “viúvas do César Maia”.

Não podemos nos esquecer, ainda que a comparação com a situação da rede estadual continua a se fazer sentir na análise da categoria da rede municipal e as pequenas concessões que eram dadas criavam um abismo entre as duas redes:

Edna – Exatamente [no período do César Maia, o governador, pelo PSDB foi o Marcello Alencar]. No governo do estado, é.... O governador era pancadaria com o estado. O estado tinha que fazer greve, greve, greve e não arrancava coisíssima nenhuma. E o município, enquanto isso, não fazia greve e ia ganhando

Por outro lado, essa nova situação levou a uma nova síntese que resultou na busca por parte da categoria de mecanismos que garantissem, por um lado, se pôr em ação quando se sentisse ameaçada de uma forma que garantisse a maior participação possível com o menor desgaste possível também:

Maristela – A gente teve campanhas salariais...

Albano – Campanha salarial é uma coisa, greve por tempo indeterminado é outra.

Maristela – Greve de campanhas salariais, mas elas eram... Eu me lembro de uma greve, não sei se tu vai lembrar Mônica, que foi de sete dias, lembra? A greve foi de sete dias, que foi uma, não lembro agora o nome, mas foi depois de 92.

Mônica – A greve pipoca, maravilhosa, eu acho. Que foi a categoria tentando sobreviver, isso lembra? Não sei qual foi o período que a gente fez mais pipoca...

Maristela – Foi, teve uma greve pipoca.

Albano – O que é greve pipoca mesmo?

Mônica – Você parava dois dias, depois parava uma...

Maristela – Um dia ... E a gente fazia o debate com a categoria, assim, aquele tipo de greve não avançava, acho que foi 96, eu acho. Acho que foi 96...

Mônica – Isso foi tentando respirar cara...

Albano – Tentando fazer algo...

No que podemos concluir que a categoria se esquivou por muitos anos de entrar na greve (pelos relatos houve uma greve em 1996, mas já bem mais esvaziada), mas construiu neste interregno, novos mecanismos de luta buscando resistir e não perder ainda mais. Um elemento também precioso foi o de que a tentativa do governo Marcello Alencar de destruir o sindicato, esvaziá-lo enquanto representação da categoria, ainda que tenha tido algum sucesso em termos de desgaste em um setor, não foi conseguida.

III.8 – Conclusão do terceiro capítulo

Este capítulo é o centro desta tese, pois relata, resgata e analisa o processo de experiência que o sindicato, seus dirigentes, sua vanguarda e a categoria de conjunto sofreu no período do mandato Marcello Alencar, ainda que para isso tenhamos que ter recuado até o início da década de 1980 e tenhamos avançado até meados da década de 1990. Pela minha pesquisa este período do mandato de Marcello Alencar foi fundamental para construir toda uma nova relação da categoria com o sindicato e suas formas de luta mais frequentes por um período de mais de uma década.

O pano de fundo de todo esse processo é o período que coincide com a transição do modelo de substituição de importações, utilizado desde a década de 1930, ainda que com importantes inflexões na forma como foi implementado, para a adoção do modelo flexível, vinculado ao início da implantação do projeto neoliberal no Brasil.

Nesse processo o PDT se apresentou, especialmente no estado e no município do Rio de Janeiro, como uma alternativa político-partidária diante da crise de hegemonia que o país enfrentava, diante do ascenso dos diversos movimentos sociais, movimento sindical à frente. Nesse processo, o discurso de prioridade na educação tornou-se o carro-chefe do partido e de suas principais lideranças. O processo, ao mesmo tempo, que fortaleceu num primeiro momento, os debates e a construção de demandas reprimidas pelo regime civil-militar, com o passar dos anos, acabou avançando para a abertura de um conflito aberto entre a categoria e os governos estadual e municipal.

Os conflitos incorporaram a insatisfação pela diferença de tratamento entre a rede de CIEPs e a que ficou conhecida como rede convencional ou tradicional (veremos mais sobre esta diferenciação no próximo capítulo), avançando para a questão da remuneração, da gestão das escolas e as referentes à carreira.

Nesses conflitos, em particular, os que vieram a ocorrer durante a segunda gestão de Marcello Alencar (1989-1992), o mesmo se caracterizou como um governo extremamente autoritário na forma como lidava com as manifestações da categoria, em especial, nas greves que ocorreram no período. Podemos caracterizar como um governo caracterizado como um governo com um Executivo forte, que avançava e ultrapassava os limites considerados normais dentro da concepção clássica liberal.

Ele avançou sobre a área legislativa no sentido de não respeitá-la quando, por exemplo, utilizou da prática de exonerações de diretores eleitos, sem dar-lhes o direito a abertura de um processo administrativo e a livre-defesa, ele avançou sobre o poder legislativo ao interpretar a própria legislação criada sobre o processo de eleição de diretores ao impedir, por exemplo, a posse da diretoria eleita para o CIEP Yuri Gagarin

(vide página 248-249). Por fim, eles tentaram restringir o processo de escolha democrática ao tentar impedir que a mesma ocorresse nos CIEPs.

O executivo avançou sobre o judiciário, quando, não só se tornou executor de ações como nos casos relatados de exoneração sumária de diretores quanto quando ele decide punir grevistas com a suspensão de salários, ameaças de retirada das escolas à revelia e de abertura de processos administrativos com vista à exoneração dos cargos.

Nesses momentos o governo Marcello Alencar, a meu ver, encaixou-se com toda a propriedade, naquilo que Fernandes chama de aparência democrática, mas que esconde uma essência oligárquica, em mais um governante da “democracia dos iguais”, com arroubos resgatados da “demagogia populista”, tão própria do período entre as décadas de 1930 até a década de 1960.

É também um exemplo do que Fontes chama de “ampliação restrita do Estado”. Um Estado que só buscou e busca resolver com profundidade as tensões e fricções entre as diversas frações da burguesia, mas que manteve e, digo, busca fortalecer, criando os dispositivos legais para tanto, a violência institucionalizada, estatal contra as classes subalternas, dominadas, enquanto permite que a violência de classe se mantenha livre do cerceamento ético-legal.

Do ponto de vista do sindicato, o mesmo, como a fala da professora Vera Nepomuceno, estava ainda em seu nascedouro, visto que foi criado como uma associação de professores em 1979 e no mesmo ano protagonizou duas greves e seu fechamento. Ficou inerte praticamente até 1982, tem uma nova greve realizada só em 1986.

Um sindicato com uma grande ambição, congregar em si todas as redes públicas do estado do Rio de Janeiro, à margem das facilidades e limitações da legislação sindical oficial, tendo que se construir com os recursos obtidos a partir da expansão da filiação da base ao sindicato, em um momento de inflação acelerada e forte compressão salarial. A situação relatada do sindicato ter que pegar um empréstimo bancário (ainda que tenha sofrido o boicote do aparato administrativo de várias redes municipais) e de estar praticamente falido no ano em que realizou a “greve da banana”, são situações exemplares da difícil situação da entidade.

A meu ver, esta fragilidade estrutural do sindicato, esses “tempos heroicos”, em muito explica os problemas que se refletiram na categoria no sentido de construção, a partir das experiências sofridas, de uma compreensão mais homogênea e menos cheio de fraturas internas como o que acabou se operando, em particular, a partir do momento que o sindicato conseguiu galvanizar a categoria, pelo menos em sua maioria, para tentar uma

nova greve por tempo indeterminado e a mesma acabou como uma derrota econômica, política e, me parece que para um grande setor, moral.

Reproduzo partes da entrevista com a ex-presidente do SEPE, Florinda, onde a mesma se cobra e cobra a todos nós que formávamos a vanguarda do sindicato de não ter se dedicado a tal tarefa:

É o que acontece quando uma categoria não analisa o que aconteceu, o quadro, ela fica sem perspectivas. Ela não via mais o sindicato como uma alternativa, né?! A gente não, até hoje não se fez uma mesa redonda pra... [sobre o processo da greve de 1988/1989].

Aprovou que agora é proporcionalidade e tal [I Congresso de Educação e Unificação, realizado em 20 e 22/08/92], fiquei nessa gestão até 94, mas aí já sem licença, sem nada, e comecei a ficar angustiada, mas só fiquei muito angustiada depois que eu saí, que eu não via, ninguém fazia ponte daquilo. Tinha que chamar essa parcela aqui, que entendeu, que acompanhou, pra elaborar em cima daquilo. Tinha que chamar aqueles que não sabiam de nada, não tinha uma nota, nada. E aí, eu olho prum lado, pro outro, cadê as pessoas?! Não tinha mais as pessoas. Por isso que eu digo assim, eu também tenho uma responsabilidade, eu podia ter produzido, escrito, feito a minha análise.

O que chamo de “quebra da confiança interna”, deitou raízes e, diga-se de passagem, a conjuntura da época acabou por favorecer o sentimento de se postergar a tática da greve por tempo indeterminado para as calendas gregas. A categoria vivenciaria a realidade do avanço do projeto neoliberal com seu “teatro de horrores” de privatizações, ataques a direitos trabalhistas e previdenciários, ação contumaz para derrotar categorias de peso nacional, como no caso dos petroleiros em 1995.

Por outro lado, o governo municipal estabeleceu uma política de concessões, rebaixadas, que de uma certa forma, ao se comparar com o que sofria a rede estadual, garantia um pequeno ganho, além de algumas pequenas concessões no campo pedagógico e profissional. Com o governo César Maia essa política se amplia e traz como grande trunfo a possibilidade da aquisição da casa própria, ainda que isso servisse para camuflar o ataque aos recursos da caixa de previdência dos servidores para os projetos urbanísticos do prefeito.

Mas, exatamente porque o projeto neoliberal continuou avançando, a categoria teve que elaborar em conjunto com sua entidade, alguma forma de ação coletiva, que não a expusesse tanto às traumáticas experiências sofridas e vivenciadas nas greves de 1988/1989 e 1992. Daí ter surgido a tática de greves por tempo determinado, que não passavam, no máximo de uma semana. Uma economia doméstica do que a categoria, pelo

menos em sua maioria, poderia aguentar de perda em seus vencimentos e outras represálias.

4º capítulo – Políticas educacionais: transição entre regimes, ascenso e demandas sociais e busca por uma nova configuração hegemônica

IV.1 – Introdução do quarto capítulo

A princípio entendi que a discussão sobre as políticas educacionais da prefeitura no período estudado deveria ser colocada ao longo do texto, acompanhando a própria evolução das ações do governo ao longo do seu mandato. Porém, logo percebi que a este tema em si era bastante denso e complexo para ganhar um tratamento à parte, para que assim possamos fazer uma análise mais coesa, buscando perceber todos os interesses, todas as determinações objetivas e sociais que atuaram nesta área.

A partir da leitura dos materiais obtidos evidenciamos não só um conjunto de tentativas de respostas, de instâncias ou aparelhos da sociedade política para as diversas demandas sociais que estavam expostas naquele momento, como o quanto, em particular, no caso restrito da SME, a proposta que acabou sendo apresentada, a publicação Fundamentos para a Elaboração do Currículo Básico (vulgarmente conhecido como o “Livro Azul”) evidencia uma tentativa de síntese de sujeitos diversos e de abordagens pedagógicas e concepções do mundo também diversas. Talvez não consiga traduzir em palavras o impacto que esse texto me causou, mas busquei expressá-lo da melhor forma.

Acho que de uma forma ainda mais rica do que o Programa Especial de Educação (PEE), o chamado “Livro Azul” expressa em suas páginas um retrato de uma época, dos seus debates específicos no campo educacional, históricos, portanto datados e também daqueles debates neste campo que têm, em função das características históricas de nossa formação social, um caráter “perene” – o problema do acesso, da permanência e da repetência em nossas redes escolares e, vinculado a este quadro, a dificuldade, por parte de maioria de nossa população ao domínio da língua escrita. Procurarei demonstrá-lo nas páginas seguintes.

Na verdade, para alcançarmos de forma mais límpida, todo esse processo, precisaremos recuar até o início da década de 1980. Para entender um processo que imbricava, por um lado, toda a efervescência do renascer dos debates sobre a educação no país – no bojo do fracasso da política educacional do regime civil militar combinado com o ascenso das lutas sociais e sindicais – e, por outro lado, no bojo da crise de hegemonia vivida, a disputa das diversas alternativas políticas que se apresentavam naquele momento, como alternativa mais condizente para alcançar a estabilidade social.

Consigo mais informações a respeito de toda essa conjuntura no município do Rio de Janeiro, através dos relatos obtidos nas entrevistas com os professores Cecília Goulart, Luiz Antônio Senna e da professora do município Edna Félix. Os dois primeiros relatam como por dentro da rede municipal, chegando até as faculdades de educação da UFRJ e UERJ, ocorria todo um processo de tensão, discussão e busca de alternativas ao que denomino de fracasso da educação escolar, em particular, nas primeiras séries, que apresentavam índices de evasão e repetência altíssimos, o que auxiliava na permanência em nossa sociedade de um contingente de analfabetos, principalmente jovens em nossa sociedade.¹⁴¹

Os relatos da professora Cecília Goulart e do professor Luiz Antônio Senna, professores das respectivas Faculdades de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e ambos com um histórico de passagem pela rede municipal do Rio, me levam a inferir que tal processo de debate se conjugava aos demais debates nos quais a categoria se entregava.

Certamente, o que se vivia era a falência do modelo educacional implementado pelo regime autoritário e pela hegemonia da pedagogia tecnicista, como já apresentado no segundo capítulo.

Uma ampliação da oferta de vagas combinada com a não obrigatoriedade de índices determinados para investimentos; a censura dos conteúdos e dos materiais didáticos; a imposição de um ensino profissionalizante inexistente no mais das vezes; o esmagamento salarial dos trabalhadores da educação fruto da política de contenção salarial aplicada pela ditadura; um processo crescente de elevação da inflação; imbrincados com a crise do Milagre Brasileiro, numa categoria com uma função social específica, que contrastava com o discurso oficial dos governos de exceção, levavam, com certeza, a uma ebulição por dentro de, se não da totalidade, de muitos segmentos importantes da categoria.

¹⁴¹ Eram 56,2% os analfabetos maiores de 15 anos em 1940, somando 13 milhões. Os analfabetos de 1950 eram 50,5% e montavam 15 milhões. Caíram para 39,3% em 1960, mas seu número elevou-se para 16 milhões. Em 1970, a porcentagem desceu para 33% mas o número absoluto de analfabetos alçou-se a 18 milhões.

O mesmo Censo de 1970 nos revela que entre os jovens de 14 anos de idade, 24,3%, o que equivale a uma quarta parte, não sabia ler e escrever. Esta juventude analfabeta era de 42% nas zonas rurais e 10% na cidade. Finalmente, no último Censo, em 1980, a porcentagem subiu para 25,9% e o número absoluto elevou-se para 19 milhões. São esses os números censitários dos analfabetos do Brasil. Eles nos estão a dizer que toda a zuaba do Mobral sobre a extinção do analfabetismo era outro milagre estatístico. (RIBEIRO, 1986, p. 11-12)

Tão importantes que o CEP já nasceu com essa marca dupla: discutir a condição salarial e funcional da categoria e discutir a educação em si¹⁴². De novo podemos nos lembrar da citação de Savianni (2003) sobre o que representou a década de 1980 (vide a página 147). Se nessa década o ascenso foi tão grande, talvez o maior em toda a nossa história, podemos concluir que a semente começou a germinar na década anterior

A professora Cecília Goulart relata, a partir de suas memórias, de várias atividades, nas quais a SME já se fazia presente:

Lembra, no processo de redemocratização do país, no final da década de 1970 e na década de 1980, ter participado de palestras tanto nas escolas quanto na UERJ, promovidas pela SME, com professores, em geral universitários, da UERJ e da UFRJ, mas também de outros estados, São Paulo principalmente.

Lembra também de que houve um convênio da SME com a Faculdade da UFRJ, que envolveu a equipe de alfabetização da SME e professores da rede em geral, um curso de extensão muito bem organizado e planejado, envolvendo professores da UFRJ de diferentes unidades, mas principalmente da Educação e da Linguística que aconteceu no campus da praia Vermelha, sob a coordenação da professora Marlene Carvalho.

A professora Edna Félix, que estava entrando na rede no início da década de 1980, e que continua ainda hoje na rede, em uma de suas matrículas, também ajuda a pintar este quadro da conjuntura da época. A professora em seu relato deixa bem evidente que quando de sua entrada na rede municipal, encontrou um ambiente de muito debate acerca da questão da educação, de seus modelos, enfim de todo o processo, já evidenciando a intervenção do novo partido no poder:

Edna – O que que eu vejo, como é que eu vejo. Quando eu entrei pra prefeitura...Vou um pouquinho anterior. Quando eu entrei pra prefeitura, é, tava começando um período de muita discussão política. Eu tava na Zona Oeste, né?! É...

Albano – Isso é?

Edna – Oitenta, década de 80. E assim, logo em 80 foi quando o Brizola entrou, eu não lembro.

Edna - 82, então foi isso. Brizola entra e leva pra Zona Oeste, onde eu estava, uma, assim, uma série de discussões. Revolucionaria, entre aspas, né?! Os DECs Na época eram como eram chamados as CREs, né?! E a gente vai a grandes discussões, encontrões. Era aquela secretária de educação, a professora...Como era mesmo o nome daquela senhora? Yedda! Maria Yedda Linhares, exatamente, Maria Yedda Linhares. E bom, ou seja, o que eu quero dizer. Que nesse período havia um efervescer de discussões políticas, havia muita

¹⁴² Sempre teve no SEPE uma perspectiva do SEPE ter um projeto pedagógico, isso vem lá detrás, vamos botar o SEPE para discutir educação, educação é importante porque a educação é um elemento central na categoria e tal. Sempre teve isso dentro do SEPE. Alguns grupos se inclinavam mais para um lado, outros grupos já não se inclinavam muito para isso. (entrevista de Jaílson Santos)

discussão, né?! Quando eu venho pra o CIEP... Eu to me localizando no tempo, pra poder me lembrar de toda a situação. Quando eu venho para o CIEP, a gente continua nessas discussões. Dentro do CIEP era discussão semanal, uma coisa assim, impressionante. A gente fazia reuniões pra discutir absolutamente tudo, inclusive meio que a política educacional mesmo, entendeu?! E dava, dava um caráter meio de democracia, né?! E como a discussão traz também a politização da categoria, era muito bom pra gente, a gente se fazia ali, né?! Quando eu saí do CIEP, que aí foi o período mais, é. Que começam os ataques maiores. Que aí já é a segunda gestão do...

O professor Luiz Antônio, em sua entrevista sobre o CPM-UERJ, a partir de suas informações me permitiu traçar um painel no qual se interpenetraram ações, pressões, determinações dos mais diversos setores. Podemos perceber que havia uma demanda represada dentro das escolas em relação, em especial, ao processo de alfabetização. Posso inferir que esta demanda chegava até a Faculdade de Educação da UERJ por dois caminhos. Um a partir das aflições dos próprios estudantes da Faculdade que já eram servidores do município e por uma parte significativa dos próprios professores da Faculdade, que pelas características das formas de contratação da universidade à época, acumulavam ou já tinham acumulado matrículas na rede e na universidade. Apresento parte do diálogo realizado entre mim e o professor:

Professor – Vamos começar pela primeira, demanda da secretaria. No início dos anos 1990, chegaram às secretarias as primeiras iniciativas de transformação do processo de alfabetização; havia historicamente um processo de evasão muito grande, sobretudo pelo fracasso no processo de alfabetização. Índices alarmantes.

Ao final dos anos 80 começaram a chegar as primeiras iniciativas do construtivismo e a SME criou o famoso Bloco Único de Estudos, pela primeira vez, que era quebrar a alfabetização de um semestre e fazer dois anos consecutivos. [...] Uma demanda muito grande de uma formação de uma nova geração de alfabetizadores em função daquilo que prescindia fazer, para de fato garantir o livre acesso e direito de permanência dos alunos nas redes públicas de educação fundamental.

A primeira iniciativa seria a capacitação em serviço nas unidades que a secretaria fez. Mas, então, surgiu a possibilidade de fazer isso a partir de uma nova habilitação, alguma coisa que desse corpo, portanto, a um novo modelo de formação do professor dos anos iniciais, não mais da educação normal, mas a partir de uma educação superior.

Isso naturalmente era muito complicado, porque estava na questão da titulação, [...] À época, somente e tão somente, as universidades tinham esta primazia [...] - isso deve se deixar bem registrado – havia um grupo grande nesta faculdade que tinha como história e memória o exercício no magistério.

Todos eles eram egressos da rede municipal ou davam aula na rede municipal ou já tinham dado aula na rede municipal e esse grupo de professores que se tornou, digamos assim, o núcleo que pensaria como se daria esta formação.

Albano – Pelo que você me falou, no início, foi uma demanda que surgiu de vários setores da sociedade...

Professor – Isso!

Albano – Uma demanda dentro das escolas, do corpo de professores que verificavam que aqueles métodos que eles utilizavam..

Professor – Não funcionavam!

Albano – a própria secretaria preocupada porque vai mostrando um quadro de evasão e repetência..

Professor – Isso!

Albano – E também os professores que estavam aqui nesta faculdade, muito deles egressos..

Professor – Exato!

Albano – Dessa experiência...que também acaba para academia este debate, então!

Professor – A maioria eram professores que atuavam como coordenadores e supervisores pedagógicos, então, eles continuavam com o mesmo olhar sendo que formavam aqui, entendeu? Foi uma experiência muito bonita, uma memória que a gente guarda com muito carinho, que foi prá nós, importantíssimo.

Porém, havia também um imbrincamento com as políticas governamentais na área de educação empreendidas, no caso, pelos governos pedetistas, que se bem que podiam utilizar de forma mais eleitoral partidária a questão educacional, não deixavam de expressar, ainda que distorcida por uma lógica que não fugia as limites da ordem burguesa instalada, a pressão de uma demanda social de fortíssimo apelo.

Entendo que todo esse processo relatado pelos professores demonstram algumas questões. A primeira que desde o princípio temos a presença do estado no processo de debates, provavelmente na conjugação de duas determinações. Uma muito presente é da necessidade do próprio aparato estatal, sua burocracia e o setor político dirigente de ter que apresentar à sociedade de conjunto um resultado de suas ações e outra, a de que participar de todo o processo, significa tentar controlá-lo e dar uma orientação que esvazie a possibilidade de intensificação do conflito.

Entendo, por fim, que ao estudarmos mais detidamente o PEE (que teve parte de suas ações realizadas no município do Rio de Janeiro), o “Livro Azul” e o CPM-UERJ, poderemos reconstruir todo esse caminho no qual se entrecruzam anseios da classe trabalhadora da cidade do Rio de Janeiro, os anseios específicos de sua fração vinculada a rede pública de ensino, os interesses imediatos dos governantes, a pauta política do PDT entre outros aspectos.

IV.2 – O Livro dos CIEPS: uma resposta salvacionista a demanda por uma educação pública de qualidade

No caso do município e do estado do Rio de Janeiro, ascendia como uma das alternativas que se apresentavam diante da crise do regime, a partir da eleição para

governador de 1982, o PDT, cuja principal figura era Leonel de Moura Brizola, que havia construído sua trajetória política no Rio Grande do Sul (foi seguidamente deputado estadual, deputado federal, prefeito de Porto Alegre e governador do estado durante a década de 1950), e havia se destacado início da década de 1960 com a campanha para garantir a posse de João Goulart em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, e tinha tido uma breve passagem como deputado federal pelo antigo estado da Guanabara (1963-1964).¹⁴³

Esta interação entre a premência de alternativas que os profissionais da educação e demais setores da sociedade – em particular aqueles mais dependentes da educação pública –, para a crise da educação e a necessidade por parte dos governantes e partidos em apresentar uma resposta desembocou, a meu ver, em duas políticas, que possuíam vasos comunicantes.

Por iniciativa do governo estadual tivemos a apresentação do Programa Especial de Educação (PEE), cujo principal carro-chefe foi a concepção do Centro Integrado de Educação Integral (CIEP), que ficou popularmente conhecido como *Brizolão* e no município, veremos, em paralelo com o programa já mencionado, a implantação de uma proposta de rearticulação curricular, expresso no documento *Fundamentos para Elaboração do Currículo Básico*, ou mais comumente conhecido como o *Livro Azul*, que vai fundamentar a proposta do *Bloco Único*, a partir do ano de 1992. No bojo desta proposta do Bloco Único, na questão da alfabetização, se colocou a proposta do construtivismo.¹⁴⁴

Trataremos inicialmente do PEE, utilizando para isso tanto a dissertação já mencionada do professor Jailson Alves dos Santos (1994) como também o *Livro dos CIEPs* (1986), organizado pelo então vice-governador, secretário de estado de ciência e tecnologia e coordenador do Programa Especial de Educação, professor Darcy Ribeiro.

¹⁴³ www.fgv.br/acervo/verbete-geografico.

¹⁴⁴ O construtivismo, desde sua fonte originária e matriz teórica identificadas com a obra de Piaget, mantém forte afinidade com o escolanovismo. Podemos, mesmo, considerar que se encontra aí a teoria que veio a dar base científica para o lema pedagógico “aprender a aprender”.

Partindo da biologia, Piaget, respaldado num “kantismo evolutivo” (RAMOZZI-CHIAROTTINO, 1984, pp. 29-39), desenvolve uma teoria do conhecimento cuja ideia central é a ação como ponto de partida do conhecimento cuja ideia central é a ação como ponto de partida do conhecimento. A inteligência é concebida não como um órgão contemplativo, mas como um mecanismo operatório.

O entendimento de que a fonte do conhecimento não está na percepção, mas na ação, conduz à conclusão de que a inteligência não é um órgão que imprime, que reproduz os dados da sensibilidade, mas que constrói os conhecimentos. Está aí a origem da denominação “construtivismo”, que acabou tendo grande fortuna no campo da pedagogia e, na década de 1990, se tornou referência seja para as reformas de ensino em vários países, seja para a orientação da prática escolar. (SAVIANNI, 2003, p. 434-435)

O PEE estava subordinado à Comissão Coordenadora da Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro tendo a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), como órgão responsável pela gerência do PEE em termos de recursos financeiros.

Segundo o próprio texto do *Livro dos CIEPS*, o PEE surgiu como alternativa após uma série de discussões do staff do governo Brizola sobre como seria a política para reverter o quadro de ineficiência da educação pública.

Tinha-se pensado em reproduzir a ação de construção de escolas como quando Brizola tinha sido governador do Rio Grande do Sul (1959-1963) ou na construção de Centros Culturais Comunitários ou ainda Escolas Parques semelhantes às que Anísio Teixeira e Darcy ribeiro implantaram em Brasília, mas se entendeu que nada disso alteraria a situação geral que se concentrava, entre outras coisas, na reduzida carga horária e no grande estrangulamento nas duas primeiras séries escolares, o que levava a 50% de evasão escolar na primeira série e apenas 40% chegar a concluir a quarta série, ferindo concretamente um direito básico a um grande número de brasileiros.

O texto, muitas vezes rebarbativo ao longo da publicação, não deixa de apresentar uma série de análises e críticas ao processo de formação e desenvolvimento de nossa sociedade, apresentando-a como cruelmente elitista, constituída sobre as bases do escravismo longuíssimo que vivemos, numa escola que é feita para um aluno idealmente pensado (e configurado nos filhos da classe média e da burguesia), no baixo investimento na educação e no resultado final que nos colocava numa situação muito pior que a de outros países de formação histórica similar, como a Argentina, Costa Rica, Cuba e Uruguai¹⁴⁵.

No texto de apresentação da publicação, o então governador do estado, Leonel Brizola, chega a exemplificar que se o país deixasse de pagar a dívida externa por dois anos, se conseguiria estender uma escola como o CIEP para todas as crianças. Ficou no exemplo, não ocorreu nenhum movimento sério que buscasse inflar as “massas populares” para um movimento concreto de ruptura com os acordos e contratos com o capital financeiro. Só esta pequena contradição entre o discurso e a inação dizem bem os limites que mesmo um setor representativo da burguesia está apto a realizar.

¹⁴⁵ Enquanto o Brasil de 1980 conta com 19 milhões de analfabetos adultos e com a porcentagem de 26%, na Argentina essa porcentagem é de 6% em 1976 e, em Cuba, já em 1961, era de 3%. (RIBEIRO, 1986, p. 12)

Os CIEPs seriam escolas que atenderiam a 1000 crianças da 1ª a 4ª séries ou de 5ª a 8ª séries, separadamente, das 8 às 17 horas. Ao longo desse período, os alunos realizariam diversas atividades que envolviam sala de aula, recreações, esportes e atividades culturais, todos os membros das escolas eram incluídos no processo educacional, que partia de uma visão interdisciplinar. Sempre se levaria em consideração o universo cultural dos alunos e das comunidades aonde o CIEP fosse implantando e a partir desse reconhecimento buscar propiciar a entrada dos alunos no domínio do código culto e, para isso, entendia-se que ao “estudo da língua deve ser atribuída ênfase especial, transformando-o no *elo integrador* das diferentes áreas do currículo, pretende-se que o CIEP seja visto como um *grande curso de alfabetização*, da 1ª a 8ª série.” (RIBEIRO, 1986, p. 42)

Os alunos das turmas de alfabetização eram agrupados em três categorias: novos, repetentes e renitentes (os que estariam, a pelo menos, pela 3ª vez em classes de alfabetização). As duas primeiras categorias de turmas teriam, no máximo, 25 alunos. As formadas pelos alunos renitentes teriam no máximo 20 alunos e se subdividiriam em grupos de até 10 alunos para atividades de reforço de escolarização.

À noite os CIEPs receberiam até 400 jovens entre 14 a 20 anos, analfabetos ou insuficientemente instruídos e, além disso, poderiam abrigar até 24 alunos residentes (12 meninos e 12 meninas).

Entre as várias metas do PEE se destacavam, entre outras, o fim do 3º turno (esta colocada como a primeira meta); garantir aos alunos suporte nutricional, médico e odontológico; fornecer material didático aos que necessitassem (o conteúdo dos mesmos também seria revisto); a perspectiva de estabelecer as eleições de diretores das escolas (em consideração às reivindicações feitas pela categoria e, a princípio, o processo se restringiria aos profissionais de educação) e todo um conjunto de ações focadas nos professores, entre elas a necessidade de um constante aprimoramento da atuação do magistério fosse nos próprios CIEPs, fosse através das Escolas de Demonstração, através de programas de Treinamento em Serviço e de Seminários de Ativação Pedagógica.

A proposta era então “instituir progressivamente uma nova rede de escolas de dia completo – os Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs”. Simultaneamente se criariam mil Casas da Criança para acolher crianças dos 3 aos 6 anos. (ibidem, p. 17)

O governo se comprometia em deixar em março de 1987, o primeiro ano após o mandato de Leonel Brizola, uma rede de 500 CIEPs concluída (o que não ocorreu, como veremos mais à frente), além da conversão de mais de cem escolas convencionais em

escolas de horário integral, perfazendo 20% da população estudantil. Ainda se anunciava na publicação, na apresentação feita pelo governador, que os alunos dos CIEPs vinham apresentando 90% de aprovação (RIBEIRO, 1986, p. 7). Mas, não foi efetivamente tudo isto que ocorreu, como também evidencia a dissertação de Santos.

Na dissertação já nomeada do professor Jáilson (1994), em que pese que o corte temporal da mesma seja de 1980 até 1989, portanto, terminando no ano em que começo a minha e tenha como centro os governos estaduais da década, acredito que ela nos ajuda a entender como este programa não alcançou os fins desejados e acabou por ser abandonado.

Para além disso, ainda temos que levar em consideração que os resultados aos quais ele chegou partiram de uma análise por ele realizada a partir das informações financeiras obtidas oficialmente, pois não havia a discriminação clara dos gastos para o PEE e para a rede regular.

Mas entendo que seu trabalho foi muito revelador para perceber os limites que este programa teve e seus limitados sucessos. Ainda que possamos destacar, elementos importantes no bojo do mesmo, que não seriam invalidados numa outra conformação.

É bom lembrar que o PEE e toda a destinação financeira que recebeu (US\$ 400 milhões, especialmente para a construção de CIEPs) ocorre em um momento, como evidencia Santos (1994), em que o estado se encontra num processo de regressão econômica, através da análise que ele fez a partir dos incrementos decorrentes do ICM¹⁴⁶. A conjunção desta situação financeira concreta com o empenho do governo estadual em garantir o projeto, visto que ele era utilizado com vistas a resultados eleitorais, levou a determinadas consequências.

Precisamos captar que a rede pública de ensino estadual, centro da pesquisa de Santos, já vinha de um processo no qual o ensino de primeiro grau regular, no âmbito da Educação e a Cultura, não foi a prioridade e sofria com a redução de investimentos. Assim, o período do mandato de Chagas Freitas (PMDB) os recursos destinados ao ensino fundamental apresentaram uma queda ao longo do governo (o ensino fundamental que

¹⁴⁶ O que podemos observar, a partir do **gráfico 1** (negrito do autor), [em anexo] é que o desempenho do ICM, no período estudado, não andou bem das pernas, com exceção do ano de 1986 onde o plano Cruzado regulou a economia brasileira, sendo o dispositivo do congelamento de preços um dos princípios básicos. Com o fracasso do plano Cruzado [...] o que assistimos foi o descontrole da economia e a subida dos preços com os salários congelados, o que se constituiu num dos fatores de queda do ICM, além da falta de uma política local que viabilizasse o investimento industrial no Rio de Janeiro. (SANTOS, 1994, p. 63-64)

em 1980 representou 9,5% do total dos gastos da Educação e Cultura, chegou em 1982 a apenas 5,9% do total). (vide gráfico 6, SANTOS, 1994, p. 99)

Outro dado para elucidar a questão foi o que compara a evolução dos gastos com o ensino fundamental em relação a evolução da inflação, portanto para o período de 1980 a 1981 os gastos com este quesito variaram 33,5%, a inflação evoluiu em 95,2%. Para o período entre 1981 e 1982, as despesas evoluíram em 85,6% enquanto a inflação sofreu uma evolução em 99,7%. (SANTOS, 1994, p. 100) O descalabro foi tão grande que o governo Chagas Freitas se deu ao luxo de manter escolas fechadas por falta de professores (em 1980 eram 24, em 1981 chegaram a 37 e em 1982 um total de 45 escolas fechadas). (ibidem, p. 106)

Retomando então a discussão sobre o PEE, primeiramente a informação dada pelo *Livro dos CIEPs*, não se confirmou, pois ao final do primeiro mandato só havia em funcionamento 117 centros, sendo 66 na rede estadual e 51 na municipal. Na rede estadual a rede de CIEPs atendiam a 1,8% dos alunos do primeiro grau. (ibidem, p. 112). Também, pela pesquisa de Santos, levando em consideração que além desses 117 CIEPs, haviam outros em fase final de construção e outros ainda com as suas estruturas já prontas, a sua pesquisa indica que os gastos com a construção dos CIEPs foram superiores a 50% do custo total do PEE (ibidem, p. 116)

Confrontando os gastos do PEE com as despesas do Ensino Fundamental, o PEE representou 87,72% dos gastos com o ensino fundamental mantido pela Secretaria de Estado de Educação, que possuía 2350 escolas. (ibidem, p. 115)

Outro aspecto que Santos destaca é que as taxas de reprovação nos anos de 1984 e 1986, os anos inicial e final do PEE, apresentavam o resultado de 34,5 % e 34,6%, portanto, o programa não alterou estruturalmente as deficiências da rede no seu conjunto. (ibidem, p. 116)

Durante a realização das entrevistas, obtive algumas informações importantes para traçar, a nível do município, o quanto este programa significou de partição desequilibrada dos recursos financeiros entre a rede dos CIEPs e a chamada rede regular ou tradicional e o quanto era uma repartição da carência, em particular, no segundo mandato de Marcello Alencar, pois não devemos nos esquecer que a prefeitura tinha saído do quadro grave de insolvência financeira¹⁴⁷, mas isso não significa que a mesma não mantivesse um quadro de endividamento financeiro. Vejam o que dizem os relatos:

¹⁴⁷ A crescente asfixia financeira do município, entretanto, forçava Saturnino Braga a cumprir seguidamente o ritual de ir à Brasília com o “pires na mão” cobrar do governo federal a ajuda financeira prometida. Não

Florinda – [...] Eles tinham, a Marilea, ela expressava a opção deles dos CIEPs, que ainda tinha aquela carga pedetista, quando ela dizia assim, quando a gente reclamava, né?! “Vocês tem que trabalhar todas as escolas, não só os CIEPs”. “Olha só, se nós tivermos três régua, duas vão pro CIEP, e uma vai pra rede convencional”.

Dorotea – Marcello Alencar, na época, começou também a reduzir os quantitativos dos professores dentro das escolas, na sala de leitura e foi na gestão dele, a sala de leitura que era a grande menina dos olhos da época de Darcy Ribeiro, Brizola, enfim, porque por ali se fazia todo um elo dos projetos dentro da escola, o Marcello Alencar reduz o quadro dos professores da sala de leitura. Aí, eu vou destacar mais os CIEPs, né, que no CIEP éramos cinco e aí ele reduziu e ficaram, o que? Na verdade, ficou uma pessoa, um absurdo. Ficou a coordenadora nossa e dali a gente teve que trabalhar em outras escolas. Olha só gente?!

Fora que outras medidas, como a da extinção do 3º turno não foi alcançada, como inclusive, nos dá testemunho, a entrevista da professora Fátima Pacheco:

Fátima Pacheco – Fiquei na categoria até 2015. Tenho duas matrículas na prefeitura: uma matrícula eu fui na direção do SEPE. Não me lembro se fui da comissão provisória. Fiz um outro concurso, acho que 88, e fui chamada em 90.

Fátima Pacheco - Quando assumi a segunda matrícula... Porque na primeira matrícula eu fiz concurso por localização e eu fiz concurso para que ela, CRE, não sei nem... Na segunda matrícula no segundo concurso, não foi assim, aí, curiosamente, quando fui chamada tinha vaga em Madureira, aonde eu morava. Aí eu fui trabalhar na Edgar Romero e era uma coisa estranha, porque na minha matrícula antiga eu estava trabalhando em Santa Cruz e na matrícula nova trabalhava do lado de casa.

Fátima Pacheco - Eu realmente não lembro mas essa coisa de carência de escola eu me lembro assim que a minha escola de Madureira já era em dois

obstante, tanto a utilização do adiantamento de receita orçamentária (tradicionalmente realizada junto ao Banco do Brasil) como a emissão de títulos de dívida pública seriam igualmente rejeitadas pelo governo federal, **levando Saturnino Braga a decidir-se pela alternativa mais arriscada, qual seja, a de contrair empréstimos de curto prazo, junto a bancos privados (com juros pós-fixados), avalizados pela receita futura do município.** (negrito nosso) O valor do empréstimo a ser contratado pelo Prefeito deveria alcançar Cz\$3 bilhões e serviria para cobrir as despesas de custeio do mês de maio (JB, 12/05/88). O agudo crescimento dos encargos relativos às dívidas de curto prazo sobrecarregam dramaticamente as finanças do município. (BURGOS, 1992, p. 79)

No dia 3 de julho de 1989, Marcello Alencar anuncia o fim do estado de “falência” da Prefeitura. De acordo com o Prefeito, **toda a dívida de curto prazo havia sido paga.** (negrito nosso) E em relação às dívidas de longo prazo, o Prefeito diria que somavam US\$350 milhões (NCz\$6-2 milhões), sendo US\$150 milhões relativos à dívida externa e US\$200 milhões de dívida interna. Em relação às dívidas com os servidores, o Prefeito salientaria que sua administração já havia estabelecido um reajuste de 260% dos salários, que já estavam sendo pagos em dia, inclusive com o pagamento da primeira parcela do 13º salário de 1989 (O GLOBO, 4/07/89) (BURGOS, 1992, p. 88)

turnos e a minha escola de Santa Cruz ainda era em três turnos. Para você ver como ainda tinha...poucas escolas ainda tinham três turnos, lá em Santa Cruz ainda tinha. [...] É André Vidal, a escola que eu trabalhei. É bem na rua principal em Santa Cruz e era uma escola de três turnos. Isso em 90/92. Não sei quando isso acabou porque em 91 me casei e aí vim morar aqui e aí eu pedi a remoção.

A discriminação entre a rede tradicional e a rede dos CIEPs também calou fundo na própria categoria e pode ter sido uma das determinantes inclusive para que, no processo eleitoral seguinte, se explica-se a derrota da candidata, senão do governo municipal, do governo estadual para a sucessão, com vemos nas seguintes falas:

Jaílson – A categoria já vinha com um sentimento muito ruim dos governos do Brizola, né, do PDT de modo geral aqui no Rio de Janeiro, principalmente porque, na época do CEP, eu já escrevi sobre isso, inclusive, houve a criação de duas redes, na realidade, uma rede que tinha de tudo (material, professores e etc.), aquela era a rede que funcionava em horário integral em detrimento da rede que já existia aqui.

Então, quando o Darcy Ribeiro vem com a proposta dos CIEPs, ele, na verdade, ele cria no município e no estado duas redes distintas: os CIEPs e, no caso, a rede que já era pré-existente. Então, isso dava um sentimento muito ruim para a categoria em relação aos governos do PDT.

Denise – Olha, eu vou dizer assim, por mim, depois de ...Eu tinha ojeriza ao CIEP, ojeriza, porque eu achava aquilo um tremendo engodo, uma falácia. Era, aquilo era um projeto eivado de muita coisa legal, de ponta, mas eivado de absurdos. Então, o magistério, e assim, eu acho que quem não era do CIEP, que nessa época eu trabalhava em CIEP, eu não trabalhei em escola regular. E eu acho que quem era da escola regular, se sentia ainda mais peixe fora d'água, entendeu?! Porque era nítido uma política diferenciada.

Como vemos, a categoria, no seu processo próprio de “fazer-se”, a partir das experiências históricas que vivencia, se não como um todo homogêneo, visto que na época ainda existia um setor expressivo polarizado pelas propostas pedetistas, pode ter construído uma percepção negativa em relação ao projeto de governo e ter criado fortes ressalvas a apoiar o mesmo, o que significava a continuidade da atenção diferenciada e da carência de recursos para o seu fazer profissional por mais alguns anos.

Outros aspectos que ainda chamam a atenção para Santos foi a relação que ele faz entre a prioridade com os CIEPs e o quanto isso pode ter afetado os ensinos de 2º grau e o superior. No ensino de 2º grau, Santos não percebeu nenhuma mudança substancial, mesmo no curso normal, o que seria uma contradição já que no Encontro de Mendes¹⁴⁸,

¹⁴⁸ O Congresso de Mendes, realizado em 25 e 26 de novembro de 1983, foi a finalização de um processo de debates promovido pelo governo Leonel Brizola, a partir de um conjunto de teses elaborado pelo professor Darcy Ribeiro, que envolveu 52 mil professores, os quais elegeram mil representantes para

várias teses apontavam para a necessidade de reformulação do curso. (SANTOS, 1994, p. 118)

Quanto a UERJ, o destaque foi o da redução na obtenção de recursos pela FAPERJ, alternativa mais atraente para a instituição visto que, à época, a mesma tinha muitas dificuldades de obter recursos de agências de fomento, em função de seu baixo nível docente instalado nos centros de tecnologia, de educação, humanidades e ciências sociais. (SANTOS, 1994, p. 117)

Podemos chegar à conclusão que o PEE se tornou um programa extremamente caro e de ação limitada, em relação ao tamanho físico e dos problemas e deficiências que a rede estadual (e, provavelmente, também a municipal da capital) sofriam, além de fomentar um discurso *salvacionista* da educação, ou seja, de alimentar a ilusão de que o acesso à uma educação de qualidade, em si, poderia transformar todo um curso social, classista e histórico que nosso país tomou. O que não significa dizer que a luta por uma educação de qualidade não é uma das lutas importantes da classe trabalhadora.

Outro aspecto a ser evidenciado é o de que este projeto foi uma resposta burguesa e com forte caráter político-eleitoral a um clamor que se encontrava forte no período – que as greves dos profissionais da educação, como as dirigidas pela SEP em 1979, fortaleceram – e que, em muito me remete à análise de Fernandes sobre os arroubos de setores burgueses e pequeno-burgueses, que sem ir ao âmago dos problemas do país, a dependência ao capital internacional, acabam se limitando a um discurso ou a questões secundárias sem atingir o centro e acabam por desenvolver o que ele chamou de *demagogia populista*. (FERNANDES, 1975 a, p.314)

IV.3 – “O Livro Azul”: um retrato histórico de um longo processo de tentativas de acomodações e acordos

Vou discorrer agora em relação ao processo que redundou com a apresentação em 1991 do que ficou conhecido vulgarmente conhecido como o Livro Azul do município e que teve um fôlego para além do governo Marcello Alencar, visto que, pelo menos, o governo que o sucedeu o manteve como referência nas escolas do município, juntamente com a política do Bloco Único. Como coloquei no início deste subcapítulo, o processo

encontros regionais e, por fim, 100 representantes que discutiram a redação final das bases do PEE junto com a Comissão Coordenadora. (RIBEIRO, 1986, p. 16-17-31-32)

que redundou na apresentação desta proposta curricular para a rede municipal se imbrica com o clima favorável ao debate sobre os rumos da educação pública; a chegada ao governo estadual e municipal do PDT, ao PEE, como nos lembra o relato da professora Cecília Goulart:

Professora Cecília Goulart - Em 1985, foi convidada para compor a equipe de alfabetização da Consultoria Pedagógica dos CIEPs, que estava se formando (era uma equipe pluripartidária). A equipe compreendia profissionais tanto do município do Rio quanto do estado, da área da saúde, da cultura, professores do Colégio Pedro II. Era uma equipe muito vibrante todos muito juntos para construir o projeto, um espaço importante de discussão sobre o Brasil, a educação brasileira e suas especificidades.

Essa equipe participa da elaboração das primeiras propostas para a organização e funcionamento dos CIEPs, tudo isso consta do chamado “livro preto dos CIEPs”, organizado por Darcy Ribeiro e equipe.

Com a saída de Roberto Saturnino Braga da Prefeitura e mudanças políticas em nível municipal e estadual, a Consultoria se desfez e seus profissionais foram incorporados nas equipes da SME-RJ, em momento em que se estava discutindo uma nova proposta curricular para a rede municipal.

A proposta dos CIEPs acabou por influenciar a nova proposta do Rio de Janeiro, com a integração das equipes. A proposta curricular foi divulgada em 1989/1990 para a discussão dos professores, e foi consolidada em sua versão final, em 1991, no chamado “livro azul”.

Nessa época o secretário de Educação era Moacyr de Góes. O processo de elaboração da proposta envolveu muitas e muitas reuniões e discussões, ricas, muitas vezes girando em torno de questões polêmicas, trazendo à tona divergências políticas/teóricas no grupo. De um modo geral, vivíamos fazendo um esforço democrático para a proposta expressar as diferenças também.

Na própria apresentação do livro se ressalta que processo de elaboração da proposta foi iniciado na gestão da professora Maria Yedda Leite Linhares e atravessou as gestões dos secretários professores Maria Lúcia Couto Kamache e Moacyr de Góes e foi finalizado já na gestão da professora Mariléa da Cruz, ou seja, no segundo mandato de Marcello Alencar na prefeitura do Rio de Janeiro.

Foi apresentado como “um projeto educacional comprometido com uma escola pública realmente democrática e de qualidade” e da “possibilidade de se construir um projeto educacional articulado da necessária unidade do sistema educacional municipal com a diversidade nacional, regional, local e individual” no texto intitulado “Aos Profissionais da Educação”, assinado pela então secretaria municipal de educação, professora Mariléa da Cruz.

Já na apresentação começam a ficar evidentes para mim os limites reais nos quais o documento foi pensado, discutido, disputado e finalizado. Salta aos meus olhos o texto de apresentação que deixa transparecer, assinados pelos então Diretores do Departamento Geral de Ensino, Geral de Ação Comunitária e Geral de Administração Escolar, uma série

de diretrizes que evidenciavam as pressões objetivas que vinham se colocando no debate da sociedade com o anseio expressado por aquelas pessoas de carne e osso que representavam o aparato estatal de se buscar construir um possível consenso, da mesma forma que colocava a perspectiva de permitir uma reflexão crítica da realidade, para questioná-la, mas veremos que este questionamento tem um limite. Este limite é dado pela ordem burguesa.

Não deixa de ser um documento oficial de uma instância do estado burguês sob o comando de um partido da ordem e, portanto, acaba tendo os limites das suas aspirações muito claros.

O texto da página três, “Fundamentos Filosóficos e Metodológicos” é basicamente de conteúdo marxista, apesar de que só vai relacionar a condição humana vinculada ao trabalho no oitavo parágrafo, mas isso pode ter sido uma tática de poder introduzir a formulação de uma maneira menos taxativa. Vejamos os parágrafos que eu destaco:

O homem, na busca de sua sobrevivência, começou a viver em sociedade, estabelecendo relações com a natureza e com os indivíduos de seu grupo e de outros, problematizando, assim, a existência individual e coletiva.

O homem é, portanto, um ser social e histórico.

A sua história reflete o modo de agir do seu grupo no processo de construção, manutenção e recriação das condições materiais e simbólicas (sistemas de representação, regras de convívio social, padrões de valores) necessárias à sua sobrevivência.

O homem, passou, então, a atuar na natureza, a ser um produtor.

Os homens produzem por meio do trabalho e, através dele, se relacionam com a natureza e com seus semelhantes. Desta forma, ele se faz homem, modifica a natureza, transforma suas condições de vida. Entretanto, é pelo mesmo trabalho que ele também é alienado, subjugado, dominado.

Porque as relações que se formam entre os homens na produção, na troca e na distribuição dos bens materiais e simbólicos – as chamadas relações de produção – podem ser estruturadas em dois tipos básicos: relações de cooperação (entre indivíduos que não se exploram); relações de exploração (do homem pelo homem).

Da apropriação privada dos meios de produção e da complexa e crescente divisão social do trabalho surgem as relações de exploração, gerando as classes sociais.

Quando isto acontece, a sociedade se organiza de forma injusta, com diferenciação interna dos seus membros. Daí, atividade intelectual e material, prazer e trabalho passam a caber, em partilha, a indivíduos diferentes e determinam, entre outras consequências, as oposições: riqueza e pobreza, saber e trabalho, trabalho manual e intelectual. (FUNDAMENTOS PARA ELABORAÇÃO DO CURRÍCULO BÁSICO, 1991, p.2)

Em síntese, estes parágrafos demarcam claramente o ser humano e o transcorrer de nossa espécie até agora sobre o planeta enquanto uma síntese das situações concretas, objetivas, vinculadas a sua existência material, a partir de suas necessidades. O trabalho

humano, enquanto se forma, transforma e atua sobre a natureza, por sua vez, é também em si uma síntese orgânica das nossas funções neuromotoras próprias de nossa organização biológica, que foi e é fruto de um processo de mutação e seleção biológica (faz e pensa, pensa e faz).

Por outro aspecto, se são através das relações de produção que os seres humanos estabeleceram as relações de convivência básicas entre si e estas se transformam ao longo do tempo e do espaço, estas mesmas relações evoluíram no sentido de estabelecer relações de exploração, pelas quais o trabalho se tornou um peso, algo apartado da satisfação pessoal, alienado.

Inclusive faz todo um debate muito preciso da tendência na sociedade capitalista de se criar condições injustas e desiguais:

Em nossa sociedade, caracterizada pela existência de uma estratificação, as classes são resultantes de um modo de produzir – o capitalismo – e nela predominam relações de injustiça social. [...] O resultado é a existência de injustiças e desigualdades, e a marginalização de grande parte da população trabalhadora – as chamadas “classes populares” – desprovidas dos meios de produção, afastadas dos centros decisórios e sem acesso aos bens materiais que produzem com o seu trabalho. (FUNDAMENTOS PARA ELABORAÇÃO DO CURRÍCULO BÁSICO, 1991, p.4)

Mas o limite a ser conquistado e que é explicitado no texto fica nas fronteiras do que a burguesia construiu historicamente, a ordem democrática burguesa e a concepção do que a mesma construiu do que seria uma pessoa ativa e com plenitude de seus direitos nesta sociedade, a conquista de uma *cidadania*, como podemos verificar nos seguinte parágrafos:

Por isso, enquanto educadores, devemos fazer algumas indagações:

[...]

- Como se pode reavaliar criticamente a escola, de maneira que se torne, seriamente, o objetivo de educar a todos para o exercício da **cidadania**. (destaque nosso)

Por isso, a proposta de política educacional aqui apresentada, após o debate com o magistério, tem, nos seus fundamentos filosóficos e metodológicos, o compromisso da construção coletiva de **uma sociedade justa**, (destaque nosso) representando uma opção política em prol de uma educação democrática e de qualidade para a grande maioria da população, que é quem, frequenta a escola pública.

Uma proposta de educação que aponta para tais objetivos integradores – que propiciam condições para uma **cidadania consciente** (destaque nosso) – não pode ignorar a existência de alunos que necessitam de recursos diferentes, incluindo-se aí aqueles portadores de deficiência ou com características de superdotação, para poder desenvolver suas possibilidades de aprendizagem efetivando a sua **cidadania**. (destaque nosso)

Ela deve ser um instrumento para diagnosticar a qualidade do trabalho realizado pela escola, caso a prática escolar esteja realmente comprometida com a transformação social e com o exercício da cidadania. (FUNDAMENTOS PARA ELABORAÇÃO DO CURRÍCULO BÁSICO, 1991, p.4-6-7))

Este documento teve seu processo de elaboração e maturação envolvendo um longo período, período este dos mais movimentados de nossa história recente. Ele teve o seu início ainda nos estertores do regime autoritário, na chamada “Abertura”, passou pelo período de transição para o regime democrático, ou seja, pelo período do governo José Sarney e, por fim, foi publicado e distribuído ainda no governo Collor de Mello. Esta pode ser uma das explicações para que o documento, que conduz a análise da evolução histórica das sociedades humanas e da nossa em particular, de forma bem crítica acabe tendo como horizonte social e político a ser alcançado, o da ordem burguesa.

Por outro lado, também não podemos ignorar que o mesmo foi sendo construído sob as determinações de um governo burguês, por dentro de uma de suas instâncias, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e na secretaria de educação, e que as pessoas vinculadas a estas instâncias do Estado burguês não deixassem de atuar forçosamente para estabelecer o horizonte político que se desejaria alcançar. Isso em nada significa dizer que haveria um consenso total sob tal perspectiva, mas que as pressões institucionais concretas tiveram seu papel. Por fim, este poderia ser obviamente o limite extremo de parte das pessoas que compuseram as equipes de discussão.

Ora, na realidade do capitalismo dependente a cidadania, como pensada para um modelo clássico do regime democrático burguês, é muito mais uma fantasia do que um objetivo realmente alcançável, por tudo que já foi discorrido nos capítulos anteriores, com relação ao nosso tipo de formação social.

E, nos dias que correm, as ações que vão sendo implementadas pelo modo de produção capitalista mundial, sob a égide da doutrina neoliberal, das novas engenharias de produção e de um fortalecimento estratégico de um Estado cada vez mais conectado às finanças e às grandes corporações, ou seja, um Estado mínimo no campo das políticas

sociais e máximo na busca da garantia da acumulação de riqueza por poucos, creio que este anseio via se tornando, na prática, cada vez mais, um ideal distante.

Porém, o texto coloca explicitamente que o espaço da escola é um espaço de conflito social, de confrontos de saberes, declaradamente entre “o saber escolar - representante do patrimônio cultural da humanidade – e o saber popular – representado pelo aluno.” (FUNDAMENTOS PARA ELABORAÇÃO DO CURRÍCULO BÁSICO, 1991, p.4) Coloca, inclusive, indagações que remetem exatamente a um questionamento sério da função conservadora da escola e da educação.

A perspectiva metodológica exposta baseava-se na compreensão que os componentes do currículo tinham uma concepção integradora tanto vertical quanto horizontal (ibidem, p. 6)

O desdobramento vertical dos componentes iam do CA até a 8ª série e se fundamentava em “conceitos-chaves, conteúdos e tratamento metodológico, seguindo um quadro de sistematização, que apresenta uma listagem de objetivos aos conteúdos, seguindo-se um quadro de sistematização, que apresenta uma listagem de objetivos aos conteúdos, em nível de complexidade crescente”. (ibidem, p.6)

Em relação à integração horizontal, o texto afirmava que:

Numa integração horizontal, os componentes devem ser vistos em sua intercomplementaridade, ou seja, as especificidades de cada um devem ser encaradas num contexto mais amplo do saber sistematizado. Onde diferentes enfoques de um mesmo conceito não significam uma fragmentação do conhecimento, mas preferentemente, propiciam maior mobilidade ao raciocínio, que se adequa a diferentes situações (ibidem, p. 6).

E também esta integração se daria através de outro procedimento metodológico a “partir da prática social da criança, ou seja, daquilo que ela vive, reconhece, constata, sente e expressa”. (ibidem, p. 6)

Abre a perspectiva de uma autonomia pedagógica ao indicar que as unidades escolares deveriam elaborar, desenvolver e avaliar seu currículo:

Ressalta-se, desta forma, a responsabilidade de cada Unidade Escolar na elaboração, desenvolvimento e avaliação do seu currículo, devendo ser considerada, em todas as etapas, a diversidade do corpo discente. (ibidem, p. 6)

Mas, qual seria o limite para essa autonomia pedagógica? Esta evidenciado que deveria ter que se usar a metodologia dos eixos vertical e horizontal, o respeito aos

elementos vivenciais e culturais que os alunos trouxessem, mas ao mesmo tempo que, abria essa possibilidade, o que vimos, foi que ao longo do mandato Marcello Alencar e o de César Maia, para ficarmos no limite desta tese, um elemento fundamental para o exercício dessa autonomia, sofreu ameaças e reais limitações: a escolha dos diretores das escolas.

Ou seja, o Estado brasileiro, com toda a sua tradição de restrições políticas a grande maioria da população, tinha e tem uma enorme dificuldade em pensar em estabelecer uma relação mais democrática em seus diversos aparelhos estatais vinculados às políticas sociais.

Porém, acredito que este foi um dos parágrafos que talvez mais reflitam o pensamento muito presente entre os profissionais de educação de desejarem e reivindicarem relações mais democráticas nas unidades escolares. Este anseio, conjunturalmente, deveria estar muito ligado aos próprios anseios pela redemocratização do Estado.

Mas, como podemos perceber no terceiro capítulo, essa presumível autonomia pedagógica vai se chocar cada vez mais com a busca por enquadramento político-administrativo pedagógico das escolas às diretrizes do governo. O texto do substitutivo nº 1 (vide página 210-211) e a tentativa de excluir os CIEPs do processo eleitoral (vide página 309), demonstram isso inequivocamente. Em seguida, no governo César Maia, essa inflexão no sentido de cercear o direito de escolha dos diretores avançou:

Florinda – Eles entraram com mão de ferro, né?! Eles queriam detonar com a gente [governo Marcello Alencar]. O outro processo que nós participamos também na discussão e foi sobre a eleição para a direção da escola. Eles queriam entrar garantindo a eleição, né?! Que já tinha na lei, que num período passado foi bem avançada, essa Saturnino Braga e tal, e o que fazer pra não ficarem com a pecha que estavam detonando. [...] Então eles vieram conversar com a gente, pra encontrar uma alternativa para o caso das pessoas que não tinham, porque a lei municipal exigia o curso de pedagogia, se eu não me engano era de administração mesmo.

Albano – era, administração escolar.

Florinda – Eu acho até que era uma coisa do Maurício Azedo, não me lembro bem.

Albano – Eu acho também que é do Maurício Azedo.

Florinda – E daí, bom, nós dizíamos o seguinte: “Nós somos contra. Nós achamos que o educador...”, achávamos até que o funcionário podia, mas ficamos, “o educador deve concorrer com a história que ele tem, professor, n’?! Com a formação que ele tem”. A democracia não passa exatamente pra você ter pedagogia, matemática, isso ou aquilo. Eles diziam que não, que queriam respeitar a lei, e foi aí que se construiu sair deles e a gente aceito, o tal do “notório saber”.

Florinda – É claro que em alguns casos eles vetaram algumas escolas, entendeu?!

Albano – Eles não queriam que fossem feitos [processo eleitoral] nos CIEPs.

Florinda – O notório saber não era tão notório saber como eles queriam, eles tinham o olho grande no CIEP.

Dorotea – Nesse período, eles começam a diminuir a questão da eleição, essa bandeira, é, mas no César Maia foi nítido. É sabe o que aconteceu? O Marcello Alencar, mal ou bem, ele tinha uma guarita nos movimentos sociais, nas comunidades. A FAMERJ tava ali é, já não era aquela FAMERJ, né, dos anos 80. Ele tinha ali uma certa guarita, um certo abraço. E quando os pais chegavam numa de questionar, as associações chegavam junto, já resolviam pontualmente. O César Maia não, ele era uma figura muito mais elitista, né, muito mais, com ele não tinha conversa, foi aí que ele começou a interferir diretamente na eleição.

Logo após este título sobre fundamentos vem o sobre alfabetização, ao qual vou dar uma atenção em função da importância que percebemos que este tema teve neste período, num momento que o PEE era um elemento presente nos debates e disputas político-ideológicas, como mínimo no âmbito de nosso estado. Tal constatação é tão forte que o capítulo se inicia com o título “Alfabetização – Uma Prioridade”.

O texto destacava a prioridade da alfabetização para que as crianças pudessem entrar e aprofundar o contato com o conhecimento universal acumulado e ressalta o grave gargalo da educação neste ponto, em função dos altos índices de repetência e evasão – como já amplamente apresentado ao longo desta tese e, como mínimo, como o grande desafio posto pelo governo pedetista a ser combatido pelo PEE. O texto ainda evidenciava que os índices não eram tão elevados entre os alunos “de classe social privilegiada, onde um contato maior com o texto escrito se faz muito cedo, e as crianças são estimuladas, pela família e por todos que a cercam, a irem descobrindo, aos poucos, as convenções e a função social da língua escrita” (FUNDAMENTOS PARA ELABORAÇÃO DO CURRÍCULO BÁSICO, 1991, p. 9) e questiona se houve, de fato, até hoje, o real desejo, de educar o conjunto de nossa população.

Ressalta, então, as preocupações que o professor deve ter com o universo cultural dos alunos (o que já era destacado no PEE), partindo de sua experiência de vida, de que ela deve ser ouvida, estimular sua oralidade, pois “ela fala e compreende o que lhe dizem. Demonstra, portanto, um conhecimento intuitivo de 'gramática' da língua”.(ibidem, p. 9) e cita Emília Ferreiro, que expõe as expectativas da criança quando chega ao ambiente escolar, que a mesma não é uma folha em branco.

Então, a aprendizagem só se dará se fizer sentido para a criança. O professor deveria propor atividades que permitam estabelecer relações grupais e sempre estimular a autonomia dos alunos, mesmo que os textos construídos por eles não estejam dentro dos padrões convencionais. Exortava que os professores deveriam ser estimulados no estreitamento da teoria, linguística, do desenvolvimento cognitivo da criança e na psicogênese da língua escrita. E qual deveria ser o resultado a ser alcançado:

Ao final do processo, essa criança, deverá ser capaz de ler, interpretar e discutir o que lê e criar textos que comuniquem o que pensa, dentro de um repertório condizente com esse primeiro momento de utilização da língua escrita. [...] Cabe um alerta ao professor da 2ª série, para que aceite como alfabetizado o aluno, cujos textos, apesar dos erros ortográficos, comunicam sua mensagem. (FUNDAMENTOS PARA ELABORAÇÃO DO CURRÍCULO BÁSICO, 1991, p. 10)

A construção dessa proposta de organização curricular não deixava de evidenciar as correlações de forças gerais não só por dentro da própria composição das equipes organizadas dentro da SME, como também demonstrava vários aspectos ou traços da cultura dominante. Um deles, talvez o mais evidente, foi o referente ao ensino religioso.

A discussão sobre a inclusão ou não do ensino religioso já era em si uma tradicional pauta de debates quanto à composição dos currículos escolares. Debate esse sempre perdido pelos defensores de uma educação pública laica, evidenciando o peso da igreja católica junto as classes dominantes e seus representantes políticos.

A proposta que foi apresentada pela publicação ainda trai com mais clareza um dos traços mais fortes de nossa formação histórica, ou seja, a da negação ou desvalorização dos contributos de origem não europeia em nossa formação social. O currículo proposto centra somente em parte das religiões de matriz abraâmica (especificamente a judaico-cristão). Tal opção refletia de forma muito óbvia a nossa formação histórica advinda de um processo de conquista territorial europeia e de imposição do seu universo religioso como dominante. O peso dado a tradição judaica pode ser entendido como decorrente da posição social ocupada pela maioria dos pertencentes a esta religião, que basicamente se situa nos estratos médios e superiores de nossa sociedade.

O que se percebe neste texto é a preocupação em buscar superar o que seria alguns dos entraves ao processo de alfabetização dos alunos das primeiras séries, a partir da análise crítica tanto dos reais interesses históricos para que esse processo se universalizasse em nosso país, quanto nas dificuldades que os alunos oriundos dos setores

proletarizados e marginalizados (sempre denominados nos textos como provenientes das “classes populares”) de nossa sociedade sofriam ao adentrarem uma escola que foi pensada em torno de um aluno ideal, muito mais condizente com as características das classes dominantes e médias (apresentados como “classes privilegiadas”).

Chama-se a uma responsabilização e conscientização dos professores com relação a esse quadro e a superar as suas próprias barreiras sociais e culturais de origem e formação. Porém, acredito que se essas medidas são importantes elas, por si só, não garantem a superação, pois o processo da educação é um todo bastante complexo, entre os quais, a questão do financiamento também tem uma dimensão muito importante, pois envolve uma série de aspectos concretos (construção e expansão de espaços escolares, contratação de profissionais, valorização salarial, aquisição de equipamentos e materiais escolares e didáticos, etc.) que, no geral, não foram ou são feitos pelos governantes, como as denúncias feitas pelo SEPE expuseram, como vimos, ao longo desses anos.

O advento do “Livro Azul” esteve conjugado com a aplicação da política do Bloco Único e até onde pude perceber e no bojo desta proposta, pelo menos para o primeiro segmento, a proposta do construtivismo estava colocada. Segundo a entrevista com o professor Luiz Antônio Senna, a proposta do Bloco Único também teve como suporte experiências realizadas em um conjunto de escolas, com destaque para aquelas que estavam presentes em áreas tradicionalmente marcadas por baixos resultados escolares. E ele ressaltou uma experiência realizada com crianças em situação de risco social que teria servido de embrião para todo o projeto:

Albano – destaque que foi um processo longuíssimo de gestação do mesmo [o Livro Azul].

Professor Luiz Antônio Senna – Muito. Só foi colocado em 1991. Porque aquilo era alguma coisa inimaginável no contexto da educação tradicional, você tira o poder de reprovação do professor.

Imagina um ano, só criava o bloco de aproveitamento do primeiro para o segundo ano, a alfabetização para outro. Isto sofria uma pressão enorme, enorme. Como você vai aprovar esses alunos pelo ensino? Foi muito, muito difícil.

Albano – Observo que por uma informação obtida pelo Jornal do Brasil fiquei informado que o Bloco Único foi usado experimentalmente em 1990 e em 1992 foi expandido para toda a rede. Se isso não teria gerado o pânico. E se não era uma implantação muito acelerada do construtivismo.

Professor Luiz Antônio Senna – Não, não era tão só o construtivismo, não. Teve uma iniciativa anterior ao Bloco Único no final dos anos 1980, entre 1988 e 1989, por aí, que era um projeto da UFRJ desenvolvido na rede, o qual era chamado Projeto Tia Ciata. Funcionava onde tem a escola Tia Ciata, lá no Centro.

Esse era um projeto para atender crianças menores de rua. Era uma escola aberta, funcionava 24 horas por dia e atendia os alunos. Aquele foi o projeto piloto, entendeu?! Porque era o conceito de uma escola que foi muito bem

sucedida, os alunos acorriam à escola sistematicamente e criou a expectativa que as pessoas se perguntassem: que escola é essa que não tem início, não tem meio e não tem fim? É uma escola, entende? Uma escola que acolhe e que está educando os alunos e se reinventando. Esse foi o projeto piloto.

Depois o construtivismo trouxe, digamos assim, a confirmação. Na verdade, o que o construtivismo nos traz é a desconstrução daquela ideia fechada, mecanicista, de que eu possa planejar a alfabetização no período de um ciclo fechado.

Ele traz a ideia que eu tenho que respeitar o tempo de cada um. Esses tempos não são simplesmente cognitivos, eles também são históricos e sociais, portanto, crianças, sujeitos históricos e sociais diferentes eu tenho que ter prazos flexíveis e diferentes, entendeu? Então, esse o que motivou o BU (Bloco Único).

É um crime reprovar uma criança, de uma comunidade pelo fato de que ela não teria conseguido se alfabetizar no mesmo tempo que a outra que já traz a escrita no seu dia a dia.

Ela foi a convicção maior, mas o piloto foi a Tia Ciata.

Albano – Depois veio o BU experimentalmente...

Professor Luiz Antônio Senna – Que era uma tentativa, nem tanto de testar a teoria, mas para verificar a aceitabilidade da comunidade dos pais, entendeu?! Se haveria a possibilidade de implementar aquilo com o mínimo de diálogo, porque a secretaria não pode tomar nenhum tipo de medida que possa provocar a perda da legitimidade dos pais. Não é uma escola privada, que o pai troque, então ela tem que dialogar este tempo todo.

Então, a maneira como eles tiveram de dialogar com o processo, foi trazer este núcleo de escolas, este grupo de escolas de controle e depois levar adiante. E não eram escolas quaisquer, não. Eram escolas que significativamente tinham um sinal de escolas de fracasso, escolas que serviam a comunidades, escolas que tinham características bem similares ao que eles queriam atingir.

Sem deixar de levar em consideração que uma parcela dos professores podia se ressentir do fato de se sentir perdendo o tal poder de reprovação e que isso pudesse ter a conotação de uma visão tradicional, elitista, conservadora, as entrevistas vislumbraram outro tipo de contestação à forma como, pelo menos, no mandato de Marcello Alencar, o projeto foi aplicado.

Quando da entrevista com as professoras Denise Pôncio, Mônica Lins e Maristela Abreu, percebemos que, apesar das boas intenções e propostas bastante honestas e provocadoras para a construção de um outro fazer pedagógico, que levasse em consideração as questões sociais, ambientais, culturais em torno dos alunos usuários da escola pública e o direito político daqueles em conseguir permanecer e se desenvolver no domínio da cultura socialmente construída, na prática, pelo menos, nos CIEPs, o que acabava sendo privilegiado era uma lógica de resultados muito mais de ordem estatística do que educacional:

Maristela – Não, assim, o que eu acho importante. Primeiro, porque que nós fomos, nós fomos afastadas do CIEP [Vinícius de Moraes], que nós ganhamos depois na justiça, o direito de retornar dois anos depois, mas aí...
(fala inaudível)

Maristela – Isso, isso, essa era a fala que eu ia colocar. Por quê que nós fomos? Qual era o motivo? Que o motivo alegado era incompatibilidade com a filosofia pedagógica da escola. Qual era? A aprovação automática na época, o bloco que eles chamavam de bloco único, né?! Como nós reprovamos crianças, porque as crianças não tavam alfabetizadas, não tavam em condição de prosseguir prá próxima série, nós avaliamos da maneira que nós achamos correta de avaliar, e isso desmontava, né?! A propaganda do CIEP, que, na verdade, nada mais era, já lá naquela época, já tava tudo preparado, a história de se gastar menos com a educação e aprovar, na história da aprovação automática, era isso e... Não, era isso, aquilo ali já era um ensaio daquilo.

Albano – É, o que eu descobri do Bloco Único, é que o Bloco Único, ele em 1991 ou 1990 [pelo levantamento em edições do Jornal do Brasil, ele começou a ser implementado experimentalmente a partir de 1991], ele pega os CIEPs e algumas escolas de horário integral, e começam a fazer um processo de aplicação do que vai ser chamado de Bloco Único. A criança não seria mais aprovada da primeira para a segunda série, ela iria direto até a segunda série para se alfabetizar. No início de 1992...

Denise – O processo de alfabetização que pegava desde, vamos dizer assim, desde daquele antigo CA até chegar ao segundo ano, então não podia ser interrompido.

Maristela – Não era essa a discussão, porque não tinha nenhuma, como é que se diz? Finalização de reprovação, bloco Único era para o primeiro pra o segundo, segundo pro terceiro, entendeu?! Tanto é que a Edna era da quarta série, a Eliane era da série mais alta.

Denise – Uma grande briga do grupo é que não se criava estratégias para suprir dificuldades, o projeto em si é lindo, é maravilhoso, a educação é um processo, cada um tem o seu tempo, é... Não vai se forçar, mas a questão é que não vai se, o governo já na época não sinalizava nenhuma estratégia para atender aos que não alcançavam, eles iam...

Para este quadro em muito deve ter contribuído a redução dos recursos para o investimento na rede da educação pública de conjunto, no período do governo Marcello Alencar, lembrando que a dissertação de Burgos (1992) nos evidencia que houve uma inflexão no ordenamento orçamentário da prefeitura, com destaque para obras e urbanismo. Vejam o que nos fala a entrevistada Denise Pôncio sobre a situação do CIEP Vinícius de Moraes, no Jacarezinho, onde trabalhava:

Denise – Do PDT. E essa era a minha grande birra dentro da escola, porque, por exemplo, a nossa diretora do CIEP Vinícius de Moraes, que eu trabalhava, eu e Maristela. Ela era um elemento do partido, era mão de ferro do partido, e qual o problema disso? É que qualquer crítica a qualquer falha, a qualquer carência, era tudo muito relativizado e tomado de forma pessoal contra o partido. Então você vivia o tempo todo contra a máquina burocrática, entendeu?! Assim, o teu embate com toda essa penúria que a gente tinha em termos de trabalho, isso porque nós fazíamos parte do projeto mestre do governo do partido, (falas simultâneas) a vitrine. Essa vitrine não tinha papel, mas tinha a escola de dia inteiro, mas era uma escola com ladrilho no banheiro, a criança... As outras escolas, a escola que eu fui trabalhar depois, foi ter ladrilho no banheiro quase agora em 2000. As crianças deitavam no banheiro, tamanha a felicidade de ver o mármore e o ladrilho.

Mônica – Era muito bonito.

Denise - Mas não havia papel pra você fazer o material. Então essas críticas que nós tínhamos, inclusive a maior crítica era essa, entendeu?! Eu aqui não tô defendendo partido político, mas uma vez eu tive essa discussão dentro da

escola, né?! Eu não sou mastro de bandeira do PDT, você pode ser, eu não sou, entende?! Isso aí era uma coisa muito intensa ao longo do governo do Marcello Alencar.

Contudo, o projeto do Bloco Único não se encerrou com o governo Marcello Alencar. Ele teve prosseguimento no mandato seguinte, o do prefeito eleito César Maia, e podemos aventar que entre os motivos para que isso acontecesse, estaria o fato de que o mesmo era recém-egresso do PDT, não tinha sido o favorito em todo o período da campanha eleitoral e, portanto, não teria se preparado com quadros de sua maior confiança para ocupar o governo, o que explicaria a escolha por uma intelectual, professora da Faculdade de Educação da UERJ para ser sua secretária de educação.

Outro motivo seria que as demandas por respostas eficazes em relação a educação continuavam a existir e a exigir soluções e todo o debate causado em torno das propostas pedagógicas sinalizadas e iniciadas pelos governos do PDT ainda contavam com audiência. Afora isto, devemos lembrar o mal estar, digamos assim, que o abandono imediato dos antigos projetos educacionais poderiam causar na sociedade de conjunto. Pode ainda ter havido algum tipo de acordo entre o novo prefeito e o setor dos “marcelistas”, que lhe teriam dado apoio no segundo turno da eleição.

A escolha da professora Regina de Assis por si só já muito nos revela, pois entendo que a mesma, como uma intelectual da área da educação deveria estar envolvida em todo o debate conjuntural sobre o tema educacional e deveria olhar com simpatia as propostas relacionadas ao Livro Azul. Dois fatos me levam a ter esta noção, o primeiro é que ela chamou para compor seu gabinete a professora Iza Locatelli, que havia participado do PEE, na equipe referente aos alunos-renitentes, e a outra foi seu apoio a continuação do CPM-UERJ, como veremos a seguir no próximo subcapítulo.

O problema citado pela professora Denise de falta de material veio a ser contornado durante a gestão César Maia (um dos elementos que pode ter ajudado a construir sua base social de apoio dentro da categoria até hoje) e nos serve para mostrar o quanto um governo burguês lança mão de uma nova conformação política e legal mais geral para repassar a mesma como se fosse uma benesse, fruto de sua iniciativa. Vejamos o debate:

Denise – Há uma melhoria da estrutura de trabalho do César Maia porque, veja bem, antes do César Maia, era comum não se ter papel para trabalhar. No CIEP nós não tínhamos resma de papel pra trabalhar, ganhava-se uma caixa de giz quase que ao ano, tá?! Ou duas, e não havia material algum pra se trabalhar. Com a entrada do César Maia, essa situação funcional modifica-se radicalmente. O César Maia foi paulatinamente oferecendo todo material básico necessário para trabalho...

Maristela – Na verdade são conquistas, que não são conquistas nem do Marcello Alencar, nem do César Maia...

Denise – Sim, mas é no governo dele que isso ocorre...

Maristela – A gente conseguiu impor pelas lutas, pelas greves, a questão dos índices, dos 35% da receita municipal, na Lei Orgânica...

Denise – Isso.

Maristela – Isso foi fruto da luta, os 35%, né?! Exclusivo para a educação, e aí ele foi cumprindo. A própria carta de crédito foi uma vitória e foi uma derrota, porque assim, a carta de crédito veio quando ele tirou cem milhões, lembra disso, Mônica? Cem milhões, que nós fizemos também uma greve na época, cem milhões da educação, dinheiro da educação que era pra educação, e botou na construção da Linha Amarela. E aí...

Mônica – Porque podia, tinha uma margem, isso era uma luta da nossa, contra essa margem de... Que a prefeitura tinha, de remanejamento orçamentário, que aí era 35, mas não era 35, porque o governo tinha e ainda tem até hoje, por isso que a Lei Orgânica nunca caiu. Então os 35% é uma quimera, na verdade, de fato ela nunca existiu...

Maristela – Na verdade não é assim...

Mônica – Porque eles remanejaram.

Maristela – Mas eles não botavam os 35, mas ele colocava aquele percentual 25, 21...

Em muitos depoimentos obtidos durante as entrevistas, se destacou a mudança na estratégia do governo para continuar com a implantação do construtivismo na rede. Depois de um governo caracterizado como “mão de ferro”, “truculento”, no aspecto de discussão das políticas educacionais, a relação foi bastante diferente, com a secretária e a prefeitura, realizando grandes encontros para debater as questões educacionais e mesmo abrindo espaço para a apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelos professores, por exemplo, a nível de pós-graduação. Se criava um ambiente mais “relaxado”, mas não se alterava as diretrizes do governo ou isso significou mudanças estruturais na rede:

Edna – O governo Marcello Alencar implantou uma espécie de uma ditadura política dentro das escolas. Então, a discussão era praticamente proibida, é uma coisa, entendeu? De não se questionar absolutamente nada. No governo César Maia, eles retomam a discussão, por exemplo, pra implantar o construtivismo foi uma luta, o governo entrou na luta com a categoria. A categoria que estava extremamente atrasada, fruto do governo de Marcello Alencar, que Marcello Alencar não permitia nenhum tipo de discussão, né? Não permitia questionar a política educacional, não permitia, não permitia. Então, César Maia vem, e faz uma briga com a categoria. A Regina de Assis vem politicamente com o sindicato e abarca o sindicato para os encontros com os representantes. O sindicato embarca, teve um erro também aí, o sindicato embarca nessa, nessa cooptação da Regina. No final foi isso, ficaram encantados com a Regina...

Jáilson – Ela [Regina de Assis] fez todo aquele projeto pedagógico, né, na época, levava os professores para as reuniões, isso um pouco que seduziu a parte despolitizada da categoria. Isso era uma sedução, porque, na verdade, já que eu não tinha um salário, mas tinha condições de trabalho, abriu um pouco a questão da possibilidade de você fazer um curso com licença, no caso, mestrado com licença.

Jailson – Sem dúvida, sem dúvida. Eu, inclusive, tinha alguns encontros, alguns encontros que o município fazia até com a possibilidade de professores apresentarem trabalhos. Veja bem, faziam seminários e fóruns. Os professores iam lá e apresentavam os seus trabalhos, professores que estavam fazendo, alguns fazendo doutorado. Estavam na rede, isso foi um processo de sedução, só que se nós analisarmos bem do ponto de vista da situação salarial do professor, isso não somou absolutamente nada, né?

Dorotea – A Iza vem com a equipe da Regina. A Iza Locatelli, não sei se ela é da UERJ ou da UFF, sei que era assim, a pessoa bam bam bam mesmo, o quadro, uma figura de competência e ela é que vem com os ciclos, com os livros e aí a Regina seguiu o passo.

Genésia – É, cada governo sabe muito bem o que fazer para cooptar e depois do sopro, né, jogar um pouquinho de veneno. Eu acho que a gente teve isso um pouco com a Regina de Assis. Ela era bastante respeitada como secretária, havia esse respeito colocado como secretária, havia um respeito colocado e esse jogo de dar um pouco, mas tirar dali. Acho que a gente custou a perceber, nós custamos muito a perceber essa troca, depois se foi tornando maldosa. É, gradativamente a pedagoga parece que deu mais lugar a técnica e as perdas realmente foram acontecendo.

Albano – Implementou a política silenciosamente...

Genésia – Exatamente. Foi assim muito ruim, porque havia realmente muitas esperanças, nossa, houve assim: “Poxa, finalmente uma pessoa que chama, chama o sindicato, que dialoga”. Mas o diálogo parava exatamente no diálogo. Na conversa, na troca de palavras e muitas coisas aí continuaram se perdendo.

Nesse processo houve um empenho por parte da secretaria na elaboração de material didático de apoio aos professores e, pelas entrevistas, me parece que bastante focado nas atividades do primeiro segmento, mas que no segundo. E o próprio sindicato foi envolvido nessa forma de relacionamento, vindo a cumprir uma espécie de consultoria técnica em relação ao material produzido:

Eliane – Ela teve pedagogicamente uma mudança muito forte na gestão dela. Ela insere o construtivismo para a alfabetização e foi um salto de qualidade pedagógica. A gente fazia o que era chamado de reciclagem, a gente fazia curso, isso tudo César Maia, a gente fazia cursos é. Em 1979 quando eu entrei fazia antes de entrar.

Vera – Sim. Fazia, mas ficou um tempo sem fazer depois com ele que voltou.
Albano – Falo com elas sobre o Livro Azul. A proposta curricular do município.

Eliane – Era aquele grossão, era o tijolão. Eu tenho o tijolão, lembra que teve e tinha os livretos também pro pessoal de quinta a oitava série. Isso era Regina

de Assis. Eu tinha um tijolão e esses livretinhos. Isso foi Regina de Assis, proposta pedagógica.

Dorotea – Ela, a equipe, a Iza Locatelli, eu lembro que eu tinha até um manual, Bloco Único, e aí vinha as atividades todas, depois do Marcello Alencar. Era um bloco azul e ela colocava sempre da autoria da Iza Locatelli, vários textos, foco na alfabetização, o foco delas era sempre na alfabetização. Foi uma equipe grande e eles chamavam sempre a gente para as consultorias, a gente tinha sempre consultoria e eram consultorias de análise de material mesmo, da escola, da produção do aluno.

Edna – Foi, foram vários encontros. É, com ela, tô te falando, foi uma coisa grandiosa, entendeu?! E o sindicato ficou encantado, ficou encantado com a Regina, entende?! E também aplasta por isso, né?! P., Regina é o grande líder, quando vem com o construtivismo, ferrou. Quando vem com o construtivismo, que aí vem os governos petistas fora daqui do Rio, Rio Grande do Sul, né?! Angra, Angra também, que já estava sendo aplicado lá, e o pessoal querendo aplicar aqui na mesma política. Então, obviamente que esse governo tá correto, né? Então também ajuda que o sindicato, pelo menos no início do governo César Maia também é... Meio que cooptado, né? Pelo canto de sereia...

Todavia, se no período do governo César Maia o problema com a aquisição de material didático foi contornada, outros problemas persistiram e até mesmo se agravaram. Por exemplo, as críticas que foram a mim apresentadas ao processo da aplicação do construtivismo e do Bloco Único, baseiam-se muito na forma pouco aprofundada com que essa teoria foi apresentada e absorvida pelo conjunto da categoria, que a aplicação de tal teoria e os métodos relacionados esbarraram com a falta de uma infraestrutura que desse melhores condições para seu desenvolvimento e, além disso, que a aplicação desta política se esbarrou, por outro lado, com a continuidade da redução de quantitativos de profissionais por unidade escolar:

Dorotea – Eu lembro da Iza Locatelli, a Regina de Assis, eu acho, acho não, tenho certeza, ela seguia muito as falas da Iza Locatelli, que era a grande mentora do projeto da alfabetização ali no município e com a Regina ela começa a diminuir cada vez mais ainda os quantitativos de pessoal dentro das escolas. Pelo contrário, não vi, eu lembro que a gente fez um debate grande com a Regina e a Iza Locatelli, meu diretor foi, jogou na cara que elas estavam nivelando por baixo e começou aquele debate de escola regular e CIEP: “então, eu tenho que atender duas escolas”. Na verdade, ela não atendeu ninguém, era mais uma justificativa, né, de reduzir mais ainda.

Genésia - Eu tive muitas esperanças naquelas chamadas dela, muita esperança, mas, no chão da escola, parece que as coisas não conseguiam se concretizar, porque aos poucos a gente ia tendo é, é, as equipes iam diminuindo, número de pessoas, né, inspetores, a gente começava a procurar inspetores, agentes

educadores depois, e então, parece que esse jogo não ficou muito claro pra gente não. Custamos a perceber.

Genésia – Me lembro que as discussões que a gente tinha em cima disso [o construtivismo] nas reuniões promovidas, isso não ia fundo, não ia e aí, mais uma vez, como isso repercutia no chão da escola? E cada um ia tirando conforme entendia e sem...

O construtivismo, eu acho que ele supõe estudo constante, ele impõe muita troca, muita avaliação, modificações de como avaliar e um estudo profundo disso. O domínio do espaço, a integração de várias atividades e isso infelizmente não aconteceu. Ficava nas conversas e as reuniões, eu me lembro, eram reuniões belíssimas, muitas vezes, mas que a aplicabilidade e a possibilidade de realização lá, na escola, aí eram muito limitadas, inclusive as próprias direções.

As direções não foram conquistadas para assumir que a sua escola e até uma movimentação diferente. Não tendo pessoal e não tendo feito essa conquista, a coisa se perdeu.

Genésia – [...] Eu acho que, me parece, que o trabalho nesse nível de promoção automática demanda uma avaliação, um tipo de avaliação muito mais elaborada e aí eu me pergunto, esse é um grande problema que persiste até hoje, parece que cada vez isso se esgarça mais! Onde estão as equipes multidisciplinares que trabalhariam, que teriam um momento, uma palavra, um olhar sobre cada aluno, cada grupo? O que se deveria saber com determinados alunos, por que aquilo acontecia? Por que era necessário para serem promovidos automaticamente? Porque eu acredito até que a gente pode fazer isso, mas isso não é trabalho apenas do professor de sala de aula, isso demanda a montagem de uma equipe que tem que ter um olhar multiprofissional e cada vez mais, talvez eu não sei quando, as escolas chegaram a ter isso.

A gente podia ter salas de recursos, como havia muitas vezes, mas eram escolas esparsas, mas o atendimento, olhar a demanda, mais ainda, eu diria, inclusive, que a capacidade de se perceber que cada aluno traz em seu currículo mais oculto é, o que o aluno, que dificuldades tem com determinados assuntos. Isso não é só o professor de sala que pode assinalar, mas ele precisa de uma equipe e a gente foi cada vez mais morrendo uma equipe que sustentasse isso.

O professor Jaílson dos Santos tem uma avaliação particular sobre esse momento em que o construtivismo foi colocado como o processo “por excelência” na rede municipal do Rio de Janeiro, que gostaria de compartilhar e debater:

Jaílson – Eu acho que o construtivismo, ele funcionou na época como um certo modismo, porque, quer dizer, era uma perspectiva que estava colocada de envolver o professor, aqueles textos, mas, isso num setor da categoria ele teve um impacto muito grande, no outro não. Eu acho que havia ali uma diferenciação, o professor que estava alfabetizando, o professor do primeiro segmento do ensino fundamental e mesmo da educação infantil, esse discurso, ele é forte. Ele não é tão forte no professor do segundo segmento, que já tem uma outra visão

O aluno você hoje, por exemplo, a questão do construtivismo na época as pessoas acreditavam, muitos nem sabiam quem era o pai do construtivismo. Quem era o pai? Não leram. Não leram a concepção do construtivismo. Esse projeto pedagógico e aí nessa época eu estava na escola. Tinha um livro de capa amarela e azul, aquele livro grosso que tinha todas as concepções pedagógicas ali, eu sei, que nessa época eu estava acabando o mestrado. O livro azul, exatamente. “Uma escola do tamanho do mundo”. Nessa época tinha isso, a escola do tamanho do mundo. Então, nessa época, os professores se reuniam, pelo menos, nas escolas onde eu trabalhava, os professores se reuniam, faziam seus trabalhos, etc.

Mas, era aquilo, fazia, entregava aqueles relatórios, os professores do primeiro segmento, às vezes, talvez, pela sua própria formação, não se aprofundavam dentro daquilo, então, o construtivismo, era tudo, então, se perguntassem: “Estou alfabetizando dentro do construtivismo”, o que significa “alfabetizar dentro do construtivismo”? Quer dizer, uma proposta que chegou e não ficou. Não teve consistência e aí eu digo que isso faz parte, a gente pode ter até o construtivismo, pode até botar o Makarenko, pode colocar qualquer deles, pode colocar qualquer concepção pedagógica, você vai ter que ter um projeto claro de sociedade.

Parece-me que Santos tem razão no sentido de que qualquer teoria ou metodologia no campo da educação tem a sua aplicabilidade expandida quando inserida num projeto de sociedade e, nos nossos tempos, o caminho para construir uma inflexão em nosso processo educativo, de superação de seus entraves quase que atávicos, passa pela mudança radical nas estruturas de nossa formação social. Mas, isso não impede que, em dadas situações, por um conjunto de determinantes sociais e históricas, ainda que com um resultado diferenciado, algumas iniciativas, como as testadas no campo da educação popular nas décadas de 1950 e 1960, possam ter um resultado positivo.

Para isso, creio que a ambiência política, cultural, as movimentações das frações e classes proletárias e populares, em muito contribuem. E, também, em muitas vezes, a partir de um compromisso individual com um propósito e com o método escolhido. Digo isso porque duas das entrevistadas, a saber as professoras Eliane Ramos da Rocha e Edna Oliveira Félix, ambas retiradas do CIEP Vinícius de Moraes, por “incompatibilidade com a filosofia pedagógica da escola”, assumiram o desafio de continuar a utilizar o método construtivista em suas novas escolas, apesar da oposição inicial que sofreram, e acabaram por serem exitosas em sua empreitada e expandiram o método para outros professores.

O fato de as duas terem tido um período de formação e preparação dentro do próprio CIEP, como se colocava no projeto a questão da constante formação em serviço e discussões e seminários, deve ter dado uma base mais substancial no sentido da apropriação de teorias e de métodos, por elas e todas as que foram retiradas em relação aos demais professores da rede.

Além disso, a saída das duas para a rede tradicional, pelo menos da professora Eliane, ocorreu a partir do final do mandato de Marcello Alencar (quando o construtivismo já era imposto como o método de trabalho para a alfabetização) e, logo em seguida, de uma certa forma, a situação concreta no campo das concepções pedagógicas dentro da rede ficou ainda mais favorável pelas novas estratégias de convencimento realizadas pela nova secretária, professora Regina de Assis. Mas, vejamos os testemunhos de ambas:

Eliane – Mas a proposta pedagógica no CIEP era diferenciada. Eu me lembro que na Ordem essa coisa de construtivismo se chocou com o professorado antigo que era silábico. Teve uma reação forte, achava que aquilo não podia dar resultado. E aí a gente consegue entrar e aprovar. E aí foi uma grande vitória na Ordem o construtivismo, porque professores tinham que pegar no chifre. Era eu, Jaqueline, Maristela chegou depois na Ordem. Jaqueline aplicava o construtivismo. Edna aplicava aonde ela estava, que não era comigo, e a escola não acreditava, achava que a gente era louca.

Edna – Nossa, é. E associado a isso a política de derrotar mesmo, a política de, vamos dizer assim, um “fechamento democrático”, né?! Antes, se antes havia uma certa abertura para as discussões e tudo mais, naquele período vinha o fechamento. Tanto assim que eu comecei a trabalhar com o construtivismo, eu não vou lembrar a época, pera aí...Daqui a pouco eu vou lembrar o período. E foi massacre, um massacre para mim, porque as pessoas não aceitavam. Da direção da escola, a merendeira, as pessoas diziam que eu era maluca. Eu fui fazer um curso, [...] Por cauda do...Entender melhor o construtivismo, foi no CAP¹⁴⁹ da UERJ que eu fui, né?! E era assim uma tristeza. Eu saí, na prática, eu saí daquela escola por causa do construtivismo. Eu queria aprovar alunos, que estavam caminhando dentro das etapas que a gente entende, né?! Dentro do processo de alfabetização, e as pessoas diziam que era um absurdo: “que não sei o que, não sei o que”.

Edna – Não, não, comigo não. Eu tava sozinha nessa história, né?! Fazendo o trabalho sozinha, [...] Por que, o que aconteceu?! Quando eu entrei em crise, eu queria rasgar o meu diploma e dizia: “Eu não sei p. nenhuma mais. Eu não sei o que eu estava fazendo até agora aqui”. Não, agora que eu estou entendendo melhor como é a construção do conhecimento, é... Eu senti muita necessidade de fazer esse curso. Eu fui fazer o curso no CAP da UERJ, uma vez por semana, [...] E aí, obviamente que no final, eu comecei em meados do ano, no final não teve o resultado esperado, teria no ano seguinte. Tanto que eu fui pra outra escola e consegui provar, e logo depois... Depois de ver a onda do construtivismo, o próprio governo obrigando as pessoas que não concordavam.

Parece-me que neste processo histórico que envolveu, não necessariamente de forma simultânea, o PEE, o Bloco Único e o construtivismo na rede municipal, atuaram várias pressões concretas e várias limitações e delimitações.

¹⁴⁹ Colégio de Aplicação.

Em primeiro lugar, pelo menos na sua primeira aplicação, os métodos de ensino e o envolvimento teórico-metodológico dos profissionais da educação nos CIEPs se diferenciavam bastante do restante da rede. Percebemos pelas falas das professoras Eliane e Edna, que uma parte da categoria se encontrava arraigada a uma determinada forma de alfabetização e reagia a aplicação de novos métodos. Podemos entender isso como uma espécie de “terror reflexo” da categoria as práticas e ações governamentais, usualmente impostas verticalmente de cima para baixo combinado com uma inércia própria do que já está consagrado pelo uso por décadas e até gerações. Poderíamos até falar de uma “cultura tradicional” no âmbito dos processos voltados para a alfabetização.

Em segundo lugar, a fala da professora Edna Félix ao explicar o porquê do sindicato - que havia estado de forma tão beligerante contra os ditames do governo Marcello Alencar - praticamente se viu enredado, por algum tempo, nas estratégias de convencimento da SME, a ponto de se tornar uma espécie de consultoria técnica, nos reporta a discussão do segundo capítulo quanto aos rumos que gradativamente o PT, a partir de sua corrente majoritária, foi tomando, a ponto de diluir os limites de classe e de vislumbre de ruptura que existiam no seu programa original e adotar cada vez mais um papel de “agente modernizador” da sociedade brasileira nos limites da ordem burguesa.

Outrossim, várias falas expressam que, se no governo César Maia, se mudou as estratégias para convencer a categoria pela aplicação das novas propostas, elas se deram de forma pouco aprofundada, sem um incentivo maior para o enraizamento dos estudos e formação.

Isso se combina ao fato de que, se o novo governo diferenciou-se do anterior em termos de abastecer as escolas de material escolar, continuou e aprofundou uma política de redução do quadro dos profissionais nas escolas e de um não investimento na reorganização e reestruturação dos espaços escolares (salas de recursos, etc.).

Podemos concluir que este processo histórico que redundou na divulgação do Livro Azul, da aplicação do Bloco Único e do construtivismo como método principal para a alfabetização teve seus resultados limitados por ter sido realizado sobre algumas determinações sociais e históricas enraizadas em nossa formação social, quais sejam, que as ações de caráter social são limitadas, incompletas e não coerentes.

Ou seja, as demandas de origem proletária e popular não são assumidas em sua inteireza, nem recebem todos os incentivos e recursos necessários. Se se investe por um lado, se poupa, limita ou reduz por outro. E, não raro, até estas respostas às demandas sociais acabam por vir envolvidas de alguma forma autoritária, impositiva. Acho que

podemos qualificar esta experiência dentro daquilo que Fontes denomina de “nacionalização truncada do Estado”, no sentido de que os governos burgueses não absorvem como “naturais” e “universais” alguns direitos já consagrados em sociedades capitalistas avançadas ou hegemônicas assim como as expressões organizadas das classes dominadas que defendem tais direitos na sociedade.

Para mim, conjugando-se a este conceito, tal processo não deixa de corroborar o que Fernandes defendia: o processo de desenvolvimento de uma sociedade capitalista dependente se dá de uma forma limitada no tocante a garantir as amplas massas o acesso aqueles direitos básicos consagrados na sociedade capitalista. Isso porque o fruto de um desenvolvimento voltado para garantir a repartição da riqueza produzida entre a burguesia interna e a sua representação externa, imperialista, impede, a fundo um desenvolvimento social do conjunto da sociedade e das classes similar ao das nações hegemônicas.

IV.4 – O CPM-UERJ: um ponto de contato entre a política governamental e uma reivindicação dos profissionais da educação

Gostaria agora de me ater no aspecto relacionado à formação dos professores, de forma continuada, em serviço ou a parte, que se encontravam como uma das metas do PEE e que teve uma série de desdobramentos que persistiram para além da existência do próprio projeto.

Com certeza, um dos motivos para que essa preocupação com a formação perseverasse seja exatamente o fato de que ela não é obra apenas da vontade política de um governo ou de um partido, mas a forma concreta, por “dentro da ordem”, com um desenho conjuntural e partidário, de uma demanda instaurada na sociedade, em particular, a partir das classes sociais necessitadas da atuação estatal para tanto. Logo vinculado a isso, todo o discurso crítico e propositivo burguês, pela lógica da ideologia neoliberal também criticava e critica a situação da educação do país. Pressões internacionais das mais diversas também podem ser arroladas, entre outras.

Aqui o governo pedetista tomava para si uma reivindicação muito sentida pelos profissionais da educação, o da promoção de formas para a atualização ou melhor formação dos professores, principalmente porque estes governos queriam mostrar à opinião pública uma inflexão nas estatísticas educacionais e, em particular, nos CIEPs. É nesse quadro que se inseriu, a meu ver, a criação do convênio com a UERJ, ou seja, o

governo de Marcello Alencar apresentou como um ganho para a categoria a possibilidade de acesso ao nível superior, mas na perspectiva de sua política de governo.

Esse curso foi realizado sem ônus para a prefeitura. A UERJ utilizou seus espaços e seus profissionais. O único ônus financeiro da prefeitura foi com os participantes, pois a prefeitura reduzia o tempo de regência de turma, para o correspondente a carga horária de trabalho de uma matrícula, deslocando o professor para outras atividades, além de liberá-lo em outra parte. Quem já tinha duas matrículas ou fazia uma dupla regência ou tinha uma matrícula de 40 horas ficava liberado da regência em uma dessas situações¹⁵⁰:

Resolução SME Nº 461 de 09 de outubro de 1992

Art. 1º - O professor da Rede Pública de Ensino do Município do Rio de Janeiro aprovado no Concurso de seleção para o Curso de Pedagogia – habilitação Magistério das Séries Iniciais do 1º Grau, poderá exercer suas atividades nas seguintes condições:

I – Professor detentor de uma matrícula exercendo a Dupla Regência:

- a) atuará com carga horária completa na regência da turma correspondente à Dupla Regência e
- b) desempenhará as atividades de Apoio à Alfabetização ou estudo dirigido ou Atividades Extraclasse, com carga horária de 1h e 15 min. semanais das quais 1 h será destinada à complementação pedagógica.

II – Professor detentor de duas matrículas:

- a) atuará com carga horária completa na regência de turma correspondente a uma das matrículas e
- b) desempenhará as atividades de Apoio à Alfabetização ou Estudo dirigido ou Atividades Extraclasse, com carga horária de 1h e 15 min. semanais das quais 1 h será destinada à complementação pedagógica.

III – Professor regente com carga horária de 40 h:

- a) atuará com regência de turma com carga horária de 22h e 30 min. e
- b) desempenhará as atividades de Apoio à Alfabetização ou estudo dirigido ou Atividades Extraclasse, com carga horária de 1h e 15 min. semanais das quais 1 h será destinada à complementação

¹⁵⁰ Encontrei documentos em forma de um abaixo-assinado, datado de 29 de outubro de 1992, por parte de alunos deste curso, logo após a publicação da Resolução SME Nº 461 de 09 de outubro de 1992, solicitando o adiamento do prazo da assinatura do termo de compromisso devido a realização de uma audiência marcada para o dia 03 de novembro de 1992. Em outro documento, datado de 03 de novembro, se solicita um novo adiamento para a assinatura e se sistematizam as dúvidas. Por esse documento somos informados que o tempo de liberação que estava sendo subsidiado pela prefeitura era de 5 horas e 45 minutos (3:30 do curso propriamente dito e 2:15 cumpridas na escola). Essa era uma das questões levantadas, pois se argumentava que o tempo de 2:15 horas liberadas na escola, totalizariam dois anos ao final do curso e a SME cobrava a permanência por cinco anos após a conclusão. Não consegui mais informações de como evoluiu a discussão. (N.A.)

pedagógica. (D.O.RIO, Ano VI, Nº 143, Rio de Janeiro, Terça-feira, 13 de outubro de 1992)

Na entrevista com as professoras Denise Pôncio, Mônica Lins e Maristela Abreu, quando elas comentam sobre este curso, as professoras Mônica e Maristela recordam:

Mônica – Em 89 uma das grandes modificações que a gente tem no chão da escola são os cursos de formação, que acontecem antes do CPM. Eu fui formada, eu tive cursos de formação...

Albano – Começa com Saturnino ou com o Marcello?

Mônica – Começaram com, os que eu fiz foi basicamente no Marcello, porque eu entrei já tava no finalzinho do Saturnino. Então a prefeitura já tava...

Maristela – Começa com o Marcello, mas era aquela linha pedagógica que já vinha se desenhando com o PMDB, com os CIEPs, com a questão da vanguarda pedagógica...

Mônica – [...] E aí vem, o que pra mim foi a melhor e a única grande proposta de formação, que foi o CPM, se oferecer a formação em serviço para os sujeitos, que era pra virarem pedagogos dos anos iniciais e aí não era só focado na... O plano do, programa do CPM, ele era voltado para todas as áreas dos anos iniciais. Eu fui professora do CPM no final dele no finalzinho dele em 2001, trabalhando com ensino de história para os anos iniciais como um todo.

Mônica – E era incrível, porque era o seguinte. Porque que eu digo que era muito bom?! As pessoas recebiam uma dupla regência logo no início.

Mônica – E ganhavam dupla regência prá tá lá. Você imagina você receber pra se formar, e o ganho que você tem... Isso traz pra dentro das escolas, um outro, uma outra qualidade na discussão, porque quando eu entro em 88, ainda ouvia as professoras zombando das crianças livremente, “Ah, esse aqui é um pós-graduado em primeira série, tem 13 anos”, ainda acontecia isso. Com esse movimento da militância e o SEPE também começa a discutir a educação com outro patamar, né?!

Maristela – Só um instantinho. Até essa formação aqui, por exemplo, essa coisa de formação da Marilea, essa coisa do CPM, era pro pessoal do ensino médio, que eram aqueles profissionais que não tinham curso superior, e era nos CIEPs. Era a tal discussão que a gente fazia na época das escolas de excelência, muito reduzido...

Mônica – A coisa ampliou...

(Falas simultâneas)

Maristela – Muito reduzidamente, por que? Os CIEPs eram escolas de horário integral, as crianças ficavam o dia todo. Então o professor recebia a dupla pra poder fazer o curso, e outros que não faziam o curso porque já tinham, por exemplo, o nosso caso, que a gente já tinha curso superior, eu, Edna, Eliane. O nosso curso era outro, toda sexta-feira a gente era liberado pra fazer um curso de aperfeiçoamento, não era o CPM, mas toda sexta-feira à tarde.

Albano – Isso dentro do Marcello Alencar.

Maristela – No CIEP.

Quando da entrevista com o professor Luiz Antônio Senna, também fica evidente, que, apesar da iniciativa do convênio ter partido da faculdade de Educação da UERJ, ela se encaixava já numa proposta utilizada nos CIEPs e veio para aprofundar esta proposta de formação continuada dos professores. É o que deduzi da fala do professor, vejamos:

Professor – Bom, essa é uma outra conversa, tal como o estado, os CIEPs, eles eram um programa separado. Eu esqueci de falar, isso, a ideia do CPM surgiu no CIEP.

Foi porque uma das características do próprio CIEP, é de deslocar estes núcleos de formação da secretaria para as escolas, para as chamadas equipes tecno pedagógicas. Não falava mais em supervisor escolar, falava de uma equipe de professores que estava lá para dinamizar o projeto curricular a partir da sensibilização do professor. Então, a ideia de você formar o professor na escola surgiu ali, era o projeto da ETP. Eu fui para o CPM justamente porque eu tinha uma experiência longa como membro de uma ETP de um dos CIEPs da agora chamada 8ª CRE, na época era o 8º DEC.

Então, várias coisinhas, entendeu? Que vieram trazendo o CPM. A ideia que veio ao CPM era de pegar as pessoas que na sua maioria eram das ETPs e implementar a formação na universidade, tá?

No Parecer nº 260/93, de 06 de julho de 1993, do Conselho Estadual de Educação, temos mais detalhes sobre este convênio. Ficamos sabendo por, exemplo, que ele se tratava da implantação na Faculdade de Educação da UERJ de um dispositivo legal incluído na Portaria nº 339/MEC, de 28 de junho de 1989, o qual facultava a “habilitação do magistério das séries iniciais de 1º Grau: magistério de 1ª a 4ª séries, no 1º grau”.

A execução deste curso foi precedida por um grupo de trabalho, que promoveu uma sondagem através da análise de 248 questionários entre os professores das escolas da rede municipal a partir do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Permanente – NEPEP, da faculdade de Educação. Tal análise apontou a necessidade do currículo do curso contemplar “equilibradamente, além das disciplinas que fundamentam a formação do educador das primeiras séries, aquelas, cujo conteúdo e metodologia, segundo os professores, mais beneficiariam seu trabalho em comunidades de baixa renda.”

O curso atingiria o quantitativo de 150 vagas/ano, seria realizado em regime seriado, totalizando 2.490 horas/aula, correspondentes a 166 créditos, em oito períodos, e a seleção se daria através de um concurso vestibular específico para “professores em efetivo exercício em turmas de pré-escolar, de classes de alfabetização (C.A.) à 4ª série, bem como professores orientadores das Unidades Escolares de horário integral da rede Pública do Município do Rio de Janeiro.”

Foi o curso realizado na Faculdade de Educação do Campus do Maracanã, nos turnos de manhã, tarde e noite. Iniciou-se em 1991, em caráter experimental, já com 150

alunos matriculados. Pelas informações obtidas na entrevista com o professor Luiz Antônio a última turma a se formar foi no ano de 2010, portanto, com a admissão dos estudantes em 2007. Mas, nesse ínterim, o curso já não abarcava tão somente os professores da rede municipal, também já se admitiam professores oriundos da rede privada.

Segundo mais informações obtidas na entrevista com o professor Luiz Antônio Senna, o curso tinha uma carga horária menor, porque o objetivo era não retirar o professor de sala, “afim de que ele pudesse o tempo todo, trazer para a universidade a demanda de sala de aula e levar de volta a experiência adquirida aqui dentro.” (Luiz Antônio Senna) Segundo o mesmo, o curso “na prática ele era um curso de licenciatura com cara de educação continuada, ele era híbrido sabe?” Contudo, conforme a passagem dos anos acabou caindo a obrigatoriedade de se estar em sala de aula. O professor acha que o processo de transição da obrigatoriedade de ser especificamente professor da rede pública para permitir a participação da rede privada nas séries iniciais ou nem isso já aparece nas últimas três turmas, 2008, 2009 e 2010, portanto deve ter se iniciado em 2005.

Esse curso, em que pese todas as suas vinculações a um programa de governo, parece ter tido um papel muito importante no âmbito da discussão teórica e metodológica da educação, como nos relatou o professor Luiz Antônio Senna:

Professor Luiz Antônio – O curso tinha duração menor que o regular, o curso não podia durar as quatro horas de duração, o horário do curso regular não atenderia aqueles professores, porque uma das exigências é que o professor estivesse em sala de aula, não havia expectativa que ele se licenciasse para o curso.

Ele tinha a vantagem de ter uma redução de carga pequena ou se ele tinha duas matrículas, ele ficava com uma matrícula no curso e a outra em sala de aula, tá?

Na realidade, isso foi uma estratégia de formação, não foi uma questão de tapar buraco na rede não, porque rede não precisava.

Foi a ideia de que a gente não retirasse o professor de sala, afim de que ele pudesse o tempo todo, trazer para a universidade a demanda de sala de aula e levar de volta a experiência adquirida aqui dentro.

Então, isso foi revolucionário para todos nós, que atuávamos no curso. Porque a gente tinha uma ideia de pesquisa ação muito interventora, aquela ideia de pesquisador que vai fazer a pesquisa ação leva o seu saber e vai embora.

A gente não tinha essa ideia de pesquisa ação como o professor que traz sua demanda, o seu próprio saber, do cotidiano, vem para a universidade, dialoga conosco e retorna para a escola fazendo esse movimento de ventilação muito mais para nós do que para eles.

O CPM se constituiu no período em que ele aconteceu, nesse período de execução com o convênio, ele foi extremamente importante para que nós da área de educação como um todo, especialmente, o pessoal do campo do aletramento, pudéssemos construir este conceito de formação do professor em serviço na educação inicial, entendeu?! Portanto, o meu grupo de pesquisa, por exemplo, desenvolveu modelos de pesquisa ação específicos para a

alfabetização, que tem esse diálogo na sala de aula, daí derivaram também estudos do cotidiano, com a professora Nilza, que era egressa da UFF, por exemplo, que traz este olhar de que o cotidiano é o próprio locus de produção do conhecimento.

Então, essas vozes do campo específico da área de epistemologia do conhecimento, elas cresceram muito com o CPM. A gente deve muito a esse processo. Então, o curso constituiu-se assim e funcionou sempre com essa perspectiva.

Além de toda esta contribuição para a própria pesquisa em educação dentro da UERJ, o professor também destaca o que foi uma influência de âmbito nacional deste curso para a elaboração dos cursos de pedagogia:

Albano – você está me falando muito do impacto que esse curso teve na própria rede, nas pessoas de carne e osso que o fizeram, etc. Mas, para além do nível local, ele teve impacto?

Professor Luiz Antônio Senna – Impacto nacional? Eu acho que sim, porque o modelo que as pessoas passaram a adotar como licenciatura foi o da UERJ, porque a UERJ foi a primeira universidade que criou uma licenciatura com essa finalidade.

Primeiro, de cara se construiu a ideia que é sim, é possível o professor primário se formar como tal. Só o fato de se provar que existe uma modalidade de nível superior para formar professor primário já foi revolucionária, viu?

Repara que esse curso, que ele é anterior a LDB, que é de 1996, boa parte do que inspirou a obrigação de curso superior veio desse curso. Até porque à época, Darcy Ribeiro era muito próximo da universidade. E ele via esse curso com muito carinho, sabe, ele falava muito “Nossa, finalmente um curso que vai ao campo, que privilegia a criança!” [...] Acho que, prá mais do que isso, a consubstancialização desse conceito de formação em serviço e de pesquisa ação, o curso teve um papel fundamental, porque a gente saiu defendendo isso, a gente criou correntes teóricas que defendem esta ideia de pesquisa ação, não interventiva, como modalidade de produção de conhecimento e não de extensão, né?

Quando, mais ao final da entrevista, uso a figura de linguagem de que o CPM “morreu por inanição”, o professor Luiz Antônio concorda, ou seja, o curso começou a ter problemas aproximadamente por volta de 2005, para isso concorreu uma série de determinantes, em primeiro lugar, acredito eu, o fato de que o projeto dos CIEPs, que, como já vimos, foi uma das raízes do convênio, a essa altura já se não ser um projeto de governo.

Além disso, outras determinantes atuaram: a influência da professora Regina de Assis (professora egressa da UERJ), secretária municipal de educação no primeiro mandato de César Maia (1993-1997), também foi se diluindo com o tempo; a relação com os custos decorrentes do pagamento e/ou liberação dos professores e as próprias pressões a partir do MEC para revisão dos cursos de pedagogia, já no período da Frente Popular

(2003-2015), como me relatou o professor Luiz Antônio, ao fim e ao cabo o CPM se fundiu as outras habilitações em um novo curso:

Albano – Pergunto se a saída da professora Regina de Assis da secretaria tinha marcado o início do fim.

Professor Luiz Antônio Senna – Não, não, enquanto ela estava com o grupo dela na secretaria isso aconteceu normalmente, depois naturalmente aquilo foi ficando mais difícil e, enfim, ela foi se tornando uma pessoa menos central na secretaria, então, aí outras vozes começaram a entrar. E aí o curso começou a sofrer seu primeiro revés. Porque ele continuou acontecendo com a mesma perspectiva, só que não mais a gente [impunha] a obrigatoriedade de professor da rede.

Num primeiro momento, a gente passou a ter a obrigatoriedade do professor, fosse ele da rede privada ou da rede pública, ele tinha que estar na sala de aula. O problema é que quando você tem um professor da rede pública que é amparado pelo convênio, esse movimento de ir e vir é garantido, não é?! E você têm como levar o diálogo da universidade para a sala de aula, o professor tem autonomia para isso.

Na rede privada isso não acontece. [...] Era ainda assim uma experiência muito rica, porque ele trazia a sala de aula para nós, ele trazia o problema, a gente podia apresentar para ele a formação.

Professor Luiz Antônio Senna – Pouco tempo depois a gente compreendeu que como já estava meio descaracterizada a questão da pesquisa ação, o CPM começou a receber alunos indistintamente, fossem eles atuando em sala ou não. Aí o curso já estava bem descaracterizado, porque você já tinha um professor que não tinha experiência, não podia fazer o mesmo tipo de discurso em sala porque ele não tinha o aluno. Você tinha que construir a ideia de aluno, ao mesmo tempo, que construía a teoria e vai ficando cada vez um pouquinho mais abstrato, abstrato, abstrato, entendeu?!

Nesse ínterim, surgem as pressões, isso já no final dos anos 1990, início dos anos 2000, né? 2005, 2006, a gente já estava vivendo a pressão para a reforma drástica nos cursos de pedagogia, ou seja, o governo força a extinção dos cursos de pedagogia e cria as licenciaturas em pedagogia. Isso foi um processo muito difícil, muito difícil, que deixou evidente o fato de que o CPM, apesar do fato de ter um papel importantíssimo no desenvolvimento da produção do conhecimento na área, era tratado como um objeto separado.

Albano – Pergunto se o novo curso é o que aparece primeiro num organograma que consegui obter.

Professor Luiz Antônio Senna – Essa pedagogia EAD é a licenciatura à distância, que forma a licenciatura para os anos iniciais. Tem um outro curso que é presencial, que é o curso regular.

Pois é, eles só te passaram... Pois é, aqui você tem. Aqui, esse de pedagogia lá [o que é de 2012] que está, que já está em reforma, em processo de renovação. Este curso aqui, ele foi criado da dissolução de alguns cursos que existiam antes. Você tinha antes, habilitação, era uma licenciatura em educação especial, uma licenciatura em educação infantil e uma licenciatura em educação de jovens e adultos.

Albano – Confirmando então que este curso já é o da fusão.

Professor Luiz Antônio Senna – Já é a fusão, esse de pedagogia, ele inclui o CPM. Ele passou a ser uma das licenciaturas, mas já fora do modelo inicial. É outro formato.

Albano – o que você está me dizendo, então, é que o curso morreu de inanição?

Professor Luiz Antônio Senna – Inanição? Acho que sim! Não houve mais interesse público.

Albano – A prefeitura também não quis...

Professor Luiz Antônio Senna – A prefeitura não quis dar prosseguimento, porque ele acaba sendo caro. Porque você tem um contingente de professores que tem carga horária, mesmo no início do curso, a Reitoria assumiu que não era um curso à parte, era um curso da universidade. Portanto, era minha carga horária de professor, eu aplicava no CPM. Eu era remunerado para dar aula nele. E os custos eram todos absorvidos pela gestão da universidade, tanto que se você reparar aí, não tem previsão de transferências de recursos.

Um outro aspecto ressaltado, inclusive, pelo professor Luiz Antônio Senna, sobre os efeitos do CPM-UERJ, foi o de que, em que pese que a priori não seria esse um dos objetivos do curso e também sem invalidar a importância que o mesmo teve para o avanço da pesquisa acadêmica sobre educação, foi o de que muitos dos alunos deste curso hoje ocupam cargos administrativos e pedagógicos na rede municipal e, também, muitos começam um caminho de retorno a UERJ para preencher o quadro docente:

Professor Luiz Antônio Senna – É. Você sabe que a maioria deles não só permaneceu, como fez carreira. Eu acho isso legal, entendeu? Se você passar nas escolas hoje, a maioria dos diretores, coordenadores pedagógicos, assessores de CRE, etc., são egressos do CPM.

E agora já começamos a ter alunos que estão voltando como professores do programa. Fantástico, né! Fizeram mestrado, doutorado, fizeram concurso para a UERJ e já tão entrando no programa para atuar como continuadores.

Sabemos, com certeza, que as turmas começaram em 1991 e pelo que podemos colher das falas do professor Luiz Antônio Senna e da professora Mônica Lins (vide páginas 318 e 320), este curso deve ter tido um funcionamento por dentro dos critérios originais, ou seja, de ser um curso restrito a professores da rede municipal, talvez em torno de uma década. Conseguimos junto a UERJ uma publicação com a evolução histórica (no período de 1992 a 1998) de todos os seus cursos em termos de entrada, inscrição, conclusão, desistência.

Esse período abrange o final do mandato de Marcello Alencar, o mandato seguinte de César Maia e ainda metade do mandato de Luiz Paulo Conde, o que nos aproxima, provavelmente do período que estamos aventando para o funcionamento dentro dos critérios originais deste curso. Pelo levantamento por mim realizado teríamos no período entre 1991 a 1998 a entrada de 863 estudantes, e para o período entre 1995 a 1998 (lembrando que o curso durava quatro anos, portanto 1995 é o ano da conclusão de quem

entrou em 1992, não conseguimos o dado para a turma de 1991) a conclusão do curso por 320, como podem perceber abaixo:

Ano de entrada	Por vestibular	Rematrícula	Conclusão no curso
1991 ¹⁵¹	150		
1992	150		
1993	100		
1994	140		
1995	70		100
1996	102	1	98
1997	75	3	61
1998	70	2	61
Total	857	6	320

Por mais que esses dados sejam incompletos, eles não deixam de demonstrar que o curso com a importância que o mesmo tinha ficou muito aquém do que deveria ser as necessidades concretas por uma melhor formação dos professores das séries de alfabetização da maior rede de escolas públicas da América Latina. O que nos confirma o quanto as ações por parte dos governos burgueses, em particular no capitalismo dependente, são extremamente limitadas diante das necessidades da sociedade de conjunto.

IV.5 – Conclusão do quarto capítulo

O que podemos concluir dos aspectos mais destacados da política governamental para a educação do município do Rio de Janeiro foi que, em primeiro lugar, ainda no período de gestão peemedebista (governo Chagas Freitas/Faria Lima), a prefeitura (no caso através da SME) buscou se fazer presente, no tocante, a canalizar e por aí tentar controlar todo o processo de debate, ou a ânsia de, que foi se formando na categoria dos professores.

¹⁵¹ Obtivemos este dado através do documento do Conselho Estadual da Educação, Parecer nº 260/93 que reconheceu a criação do curso.

Esta busca por discutir e buscar alternativas surgem, em grande medida, em função dos resultados que a política educacional do regime civil militar impôs ao país e ao quadro de fracasso escolar que marca este período (a não erradicação do analfabetismo, o quadro de evasão e repetência nas primeiras séries, a não universalização de acesso à educação, o sucateamento das redes, etc.).

A chegada ao governo do estado e do município do PDT, atraiu, num primeiro momento, esperanças por uma nova orientação e essa foi apresentada efetivamente pelo PEE, que galvanizou muito a atenção de grande parte da população fluminense e carioca e desde o seu início estimulou um forte debate a favor e contra o mesmo.

Infelizmente não contei com uma pesquisa sobre as consequências do PEE para a rede do município do Rio de Janeiro, mas a pesquisa realizada por Santos (1994) sobre o mesmo em relação à rede pública estadual nos ajuda a compreender o quanto este programa não conseguiu representar concretamente uma proposta eficiente, duradoura e universalizante para a superação dos problemas crônicos da educação pública no estado (e, possivelmente, no município).

A análise do Livro Azul, evidencia a busca por parte da SME de avançar em termos de uma renovação nos conteúdos curriculares, nos métodos de ensino (destaque para a influência do construtivismo em relação principalmente a questão da alfabetização) e no enfoque da relação dos educadores com os alunos das unidades escolares municipais, oriundos das chamadas “classes populares”.

Mas este material também se viu prisioneiro dos limites políticos e culturais dominantes da sociedade capitalista e esboçava uma contradição: ao mesmo tempo que apresentava a necessidade de uma certa autonomia pedagógica para um avanço nas práticas e resultados escolares, na prática, ao meu ver, esta possibilidade, ainda que limitada pelos cânones estabelecidos pela proposta, vai se esbarrar com a necessidade por parte da administração municipal de buscar controlar ou limitar a escolha por parte da comunidade escolar dos diretores, como podemos perceber ao longo do terceiro capítulo.

O CPM-UERJ, que podemos definir como uma síntese de uma série de pressões sociais que iam desde os interesses da política governamental, plasmados no PEE, na discussão posta na sociedade dos rumos da educação brasileira, como nos anseios do corpo de professores da academia e da rede, no tocante, a uma melhor eficiência nos resultados escolares, marcou, pelo visto, um momento importante para a discussão, reformulação e expansão em torno dos processos de formação de professores e dos métodos para a alfabetização dos alunos, porém, como já explicitado ao final do próprio

subcapítulo, teve ao que tudo indica, uma ação limitada para o conjunto da rede, evidenciando os limites estreitos das políticas governamentais em nosso país, pela sua conformação capitalista dependente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão a partir dos materiais e entrevistas analisados, percebemos que o que mais primou na relação entre o novo governo municipal iniciado em 1989 e findo em 1992 com o sindicato da categoria e a mesma foi muito mais o aspecto da coerção, ou seja, dos instrumentos legais e até que extrapolavam a legalidade (vide a questão dos diretores exonerados sem processo administrativo e sem o direito à ampla defesa, por exemplo).

Prevalece, portanto, o entendimento que o governo buscou primeiramente desmoralizar e derrotar politicamente a categoria para, em melhores situações, apresentar a sua versão das demandas provenientes dos setores. A isso se combinava uma política salarial, ao menos nos pisos dos docentes (visto que, a partir da lei 1680/1991, com a nova lógica de estrutura dos Planos de Carreira houve uma contração de níveis – de 6 para 4, em cada categoria funcional-, e steps – de 12% para em torno de 4%), que garantia sempre uma situação de menor corrosão diante da inflação do que o que padeciam os salários dos professores da rede estadual.

A proximidade das duas redes por uma série de motivos (serem redes que conviviam espacialmente na geografia do município; de serem historicamente as duas redes que sustentaram a construção das associações e depois do sindicato; de não ser incomum a realidade de trabalhadores que possuíam matrículas nas duas redes e traziam a vivência das duas, a própria convivência e troca de experiência nos diversos fóruns da entidade) levava a uma comparação constante e pode ter atuado para acomodar paulatinamente o segmento docente da base do município do Rio de Janeiro.

Vale destacar que para os funcionários administrativos de apoio tal diferença, pelo o que vimos até agora, não existiu, mas se pensarmos que sua incorporação formal às bases do sindicato era ainda muito recente (a ampliação do quadro social ocorreu em 1987, portanto dois anos antes do período que estamos estudando); que, como podemos perceber por uma série de materiais, a incorporação real do segmento ao sindicato era uma tarefa política a ser realizada e cumprida e que os governos burgueses expressavam também sua visão sobre este segmento da classe, podemos compreender porque a política diferenciada.

Além disso, elevar de forma mais substancial o piso dos funcionários significava ter que elevar de forma ainda mais substancial a dos professores. Contudo, podemos destacar que houve, por parte do sindicato, uma política constante e crescente de buscar

incorporar este segmento à vida sindical, fosse desde a incorporação de representantes deste segmento na diretoria, fosse pela realização de vários encontros para debater e elaborar políticas específicas, fosse incorporando suas demandas e discussões nos materiais sindicais.

Quanto essas análises que imbricam a curva salarial com a questão da carreira funcional, que se expressava fundamentalmente na luta por um plano de carreira unificado da educação municipal, o trabalho de Junqueira e Muls (1997) é muito revelador.

Trabalhando com os valores salariais das pontas da carreira, na série histórica de 1979 a 1996 (do ano da primeira greve da categoria até o último ano da gestão César Maia, o sucessor de Marcello Alencar na prefeitura) ou seja, do professor-regente com formação somente no curso normal em início de carreira e com o professor-regente com licenciatura plena e 30 anos de trabalho, corrigindo todos os salários pelo valor em real em dezembro de 1996 e fazendo uma comparação entre os salários pagos na rede municipal do Rio de Janeiro e estadual (anexo XV), tal levantamento estatístico nos mostram dados reveladores

O primeiro deles, de que nesta série histórica, em que pese elevações conjunturais, na sequência, os professores municipais tiveram seus ganhos irremediavelmente rebaixados quase pela metade para o professor em início de carreira e a quase dois terços para o em final de carreira. Esta revelação demonstra o quanto o eixo dos gastos governamentais buscou se deslocar das políticas sociais para aquelas que abriam mais oportunidades de investimento para setores da burguesia.

Outra questão que esta vinculada a essa compreensão salarial através do plano de carreira – que se manteve sem grandes diferenças até, pelo menos, a greve de 2013 – é exatamente a compreensão que se tirou da crise da falência da cidade do Rio de Janeiro: uma das principais obrigações do governante é garantir os contratos já estabelecidos (em particular e principalmente com o setor financeiro), como nos fala a professora Adriana e como nos aparece, como espelho, a situação falimentar da cidade de Nova York que nos apresentou Harvey (2008).

Outro aspecto relevante é que ao sair em 1992, ao contrário do discurso oficial, a gestão Marcello Alencar deixou o segmento docente municipal com seus salários mais aviltados do que quando iniciou, mesmo levando em consideração o achatamento que sofreu no final do mandato Saturnino Braga, no auge da crise financeira do município (em 1992, menor remuneração no valor de R\$337,90 e maior remuneração no valor de

R\$731,27, enquanto em 1988 os valores corrigidos seriam, respectivamente, R\$407,37 e R\$1350,93) (anexo XVI).

Outro dado, que pode nos ajudar a referendar o prejuízo que significou na perspectiva da carreira a perda do plano de carreira alcançado em 1986 e reformulado em 1987, a relação entre a menor e a maior remuneração dos professores municipais se tornou muito menor do que a dos professores estaduais, exatamente a partir do ano em que o “Plano da Pirâmide” (Lei nº 1680/91) passou a vigor e mesmo após sua substituição pelo novo plano, agora específico para a educação municipal (Em 1992, a relação entre a menor e a maior remuneração entre os professores no município era de 2,16, enquanto que no estado era de 2,49; em 1989 – último ano de vigência do antigo plano de carreira -, era de 3,32 no município).

Nos anos seguintes, pela pesquisa de Junqueira e Muls a relação entre a remuneração inicial e a final só fez se comprimir ainda mais: 1993 – 1,94; 1994 – 1,85; 1995 – 1,49 e 1996 – 1,39. Este período corresponde ao primeiro mandato do César Maia, o que vem corroborar, diferentemente do que um setor da categoria acabou incorporando como memória, que este governante aprofundou o ataque aos salários dos professores. Em comparação com o estado, onde a estrutura do plano não foi fundamentalmente alterada, as relações foram, respectivamente: 1993 – 2,39; 1994 – 2,38; 1995 – 2,17 e 1996 – 2,07. (anexo XVII)

No tocante a esta discussão sobre a luta da categoria por buscar garantir melhores condições salariais a partir da aprovação de projetos de leis versados sobre a carreira, podemos avaliar que ao final, os prejuízos foram maiores que os ganhos, posto que, em que pese que tenha conseguido impedir a execução da lógica de elevação de ganhos a partir de uma avaliação de cunho meritocrático e excludente, não conseguiu restituir a lógica do plano anterior (o construído a partir das greves de 1986/1987) que arrumava em uma única série não só a progressão por qualificação quanto por tempo de serviço.

Preservou-se a divisão em categorias separadas, com um percentual bastante reduzido de um piso para o outro e entre os níveis por tempo de serviço (cerca de 4%, ao invés dos 12% anteriores) e limitou-se a quantidade desses níveis para apenas quatro ao invés dos seis anteriores, ou seja, os professores só mudavam de nível até o décimo primeiro ano. Esta situação veio a gerar algo até então inédito, municípios do interior do estado passaram a pagar melhor que o da capital do estado (Angra, Caxias, por exemplo, com podemos ver no Anexo XVIII).

Para além das questões funcionais e salariais, temos a luta pela gestão democrática nas unidades escolares e o que percebemos de novo foi uma “queda de braço” entre a categoria e o sindicato, por um lado, e o executivo municipal, pelo outro. Este buscou, num primeiro momento retardar as eleições, prorrogando o mandato dos diretores (vide p. 217), depois buscou alterar o processo colocando critérios mais restritivos aos candidatos e mesmo interferindo em processos eleitorais, como no caso do veto a chapa cujos integrantes não tinham cinco anos de magistério no município, mas os tinham no total da experiência profissional, numa interpretação da própria lei, que era omissa neste ponto, obrigando a se buscar a justiça para garantir a posse (vide p. 248-249).

Por fim, chegamos ao caso das ameaças de exoneração dos diretores que se colocassem publicamente e diante da SME a favor dos movimentos, fossem paralisações, fossem greves. A greve de 1992, foi emblemática neste sentido da pluralidade de ataques e ameaças à categoria, até porque representou, após a derrota da greve de 1988-89 um novo ápice da luta da categoria no município.

O governo utilizou de todas as formas para derrotar a greve, desde uma articulação com o governo estadual – a época ocupada pelo mesmo partido, o PDT, para separar o início do ano letivo da rede municipal da rede estadual (vide p. 251), impedindo uma greve conjunta, fosse chegando ao limite da abertura de processos para exoneração do serviço público para participantes da greve, fosse ganhando na justiça o direito a suspensão do pagamento dos salários (vide p. 254).

No entanto, o governo, ainda que tenha expressado claramente uma postura de truculência no trato com a categoria arrogando-se o direito de legislar e julgar, inclusive, naqueles momentos em que a mesma buscava lutar de forma coletiva, não coagiu apenas. Houve a construção de uma política limitada de concessões, não só nas questões salariais.

Por um lado, em termos econômicos, tivemos a conjugação por parte da prefeitura de buscar manter, pelo menos no piso da categoria docente, uma situação menos corroída do que no estado, ao mesmo tempo, que impôs e manteve sua lógica de plano de carreira, comprimindo a tabela dos vencimentos.

As concessões de ordem não financeira foram muito limitadas, basicamente, percebemos duas: a concessão de se garantir de 15 em 15 dias um dia para as reuniões pedagógicas dentro das escolas e a realização do convênio entre a UERJ e o SME, de nº 07/054719/89, que redundou na criação do CPM-UERJ, curso que trouxe, segundo relato, uma grande renovação na área da pesquisa e da teoria pedagógicas, mas que, ao nosso ver, teve um alcance limitado e não deixou de atender, em primeiro lugar, ao interesse do

governo em relação a busca de melhores resultados de sua política educacional, em particular, a relacionada com o PEE, lançado em 1984 pelo governo Leonel Brizola.

Mas, a sua existência, o fato de que o ingresso se dava por um vestibular específico e a qualidade que o curso ganhou ajudavam a construir o aspecto ilusório das oportunidades “por dentro da ordem”, sem a necessidade de lutar para garantir melhorias nas condições de vida e trabalho.

Não poderíamos passar pela questão pedagógica sem também avaliar aquela que acabou sendo a matriz curricular e metodológica para a rede municipal, que foi o Bloco Único. Pudemos avaliar que o documento que o fundamentava, vulgarmente conhecido como o “Livro Azul”, em que pese apresentasse uma série de possibilidades e modernizações no sentido de avaliar o processo de aquisição por parte dos alunos da rede municipal da cultura elaborada pela humanidade, em especial, o domínio da escrita e o domínio das regras cultas da língua, não poderia deixar de ter uma série de limitações objetivas e ideológicas.

Primeiramente, o processo, ainda que rico e diverso no sentido dos diferentes setores e lugares de onde as pessoas participantes eram oriundas, de fato foi um documento elaborado a partir do patrocínio de uma instância do Estado burguês, a SME, sob a égide de um específico aparato político-partidário burguês então no poder da estrutura política. Daí que a preocupação dos representantes da burocracia era de uma escola aberta a realidade, mas que conseguisse culminar todas as questões provenientes dessa realidade num todo harmônico. Daí que seu horizonte político era a obtenção de uma cidadania consciente e a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Ou seja, seu horizonte político era o da ordem burguesa e era do apaziguamento. Outro aspecto importante é o que ratificava o ensino religioso e por um visão extremamente estreita, limitada aquelas de matriz judaico-cristã.

No entanto, podemos compreender que os limites políticos impostos seriam uma decorrência da forma como o documento foi construído e que os mesmos poderia ser contornados pelos profissionais da educação, a partir do momento que o documento, em sua apresentação, se baseava profundamente na análise histórica marxista da humanidade e da formação das comunidades e sociedades, portanto crítica, chamava a uma postura consciente e crítica dos profissionais, de que os mesmos deveriam estar mais abertos a receber a fala e as representações culturais dos alunos, que se devia construir uma consciência crítica dos mesmos e que o currículo escolar deveria ser continuamente repensado.

O problema que a educação não é feita apenas de belos projetos, ou de projetos honestos e bem intencionados, o processo educativo envolve além da abertura para a experiência de novas teorias, métodos e estratégias, uma inflexão fundamental na questão do seu financiamento (que envolverá contratação, nível salarial, incentivo a contínua formação, manutenção e ampliação da rede escolar, aquisição e contínua ampliação de materiais e recursos didáticos e pedagógicos e etc.) e da construção de um espaço verdadeiramente democrático, para que o debate sobre o fazer pedagógico possa ser realizado em sua plenitude.

O que vemos é que tanto no aspecto do financiamento quanto no da democracia interna tanto o governo Marcello Alencar quanto o seu sucessor César Maia¹⁵² (com uma diferença na primeira questão em relação a César Maia) não deram essa prioridade, visto que o orçamento municipal tinha duas prioridades: pagar em dia suas dívidas com o setor financeiro (e fazer novas) e investir em grandes obras de impacto urbanístico na cidade, em particular, esse aspecto foi o que marcou os mandatos de César Maia. Tal situação lembra muito, com as devidas especificidades, a inflexão de prioridades que ocorreu na cidade de Nova York, que nos relata Harvey. Tudo a serviço do capital.

No momento em que apresentava o projeto para o exame de qualificação terminava o mesmo com as seguintes indagações:

Até que ponto a vitória sobre a categoria em 1992 foi uma “vitória de Pirro” para o governo? Até que ponto as contradições entre a propaganda ufanista do governo em cima de seu Programa de Obras, Rio Orla à frente, e a experiência real da população nas questões mais básicas, tais como a educação municipal, e o contínuo trabalho ao longo de todo o mandato Marcello Alencar de mobilizações e busca de debates e denúncias junto a população combinado à truculência das medidas tomadas pelo governo para derrotar o movimento não auxiliaram a sua derrota eleitoral ao não conseguir fazer seu sucessor?

As pesquisas mostraram que, perante a opinião pública o prefeito Marcello Alencar chegou ao final do mandato com um percentual de boa avaliação em torno de 76%, em muito superior ao do governador Brizola que apresentava uma apreciação favorável de 57% (vide página 267), portanto minha análise para a derrota da deputada federal Cidinha Campos teve que se complexificar e acabei por compreender que essa

¹⁵² Em um documento apresentado no ano de 1993 (primeiro ano do mandato de César Maia) a então nova secretária municipal de educação, professora Regina de Assis, informa que a rede de 1033 escolas, não recebia há dez anos o repasse do salário educação pelo governo estadual, que nos últimos quatro anos (que corresponde ao período do segundo mandato de Marcello Alencar) chegava ao valor de US\$100 milhões. (www.emaberto.inep.gov.br, jul/set. 1993, p. 69-70)

derrota apresentou em si uma totalidade social, uma síntese de várias e diversas pressões, nas quais o envolvimento do governo estadual com o governo Collor de Mello e retardo em se desvencilhar do mesmo pesaram com grande força. Mas não só.

Outras pressões pesaram, tais como o fato da candidata não ser a favorita do prefeito e do seu grupo interno ao PDT e essa discussão ter se tornado pública; o fato da ascensão do PT como galvanizador (magneto) de um sentimento por renovação, calcado num discurso visto por um setor como progressista, ético e com preocupação social e, por outro lado, do surgimento do deputado federal César Maia como uma alternativa de viés conservador ao que o PT cada vez mais vinha a representar e que acabou recebendo apoio do grupo marcelista. Mas ambas as alternativas eleitorais, a meu ver, já se apresentavam como derivações à esquerda e à direita “por dentro da ordem”.

E também teve, segundo alguns relatos, um setor da categoria, que tendia a se confundir com a própria vanguarda, que ela sim, votou contra Cidinha como forma de rechaço as suas experiências vividas ao longo de seu mandato. Deve ter sido um setor pequeno, ainda que muito importante para a resistência.

No conflagrar das armas da prefeitura e do sindicato, consequências existiram. Primeiramente, como explanado na conclusão do terceiro capítulo, diante dos limites curtos que o sindicato tinha em termos estruturais, financeiros e humanos, ele muito conseguiu realizar, em particular, quando do confronto representado pela “greve da banana”. Todos os recursos foram utilizados, mas não foram suficientes para derrotar o governo.

Ao fato da categoria ter demorado três anos para, graças em grande medida pela ação da direção e da militância sindical, ter conseguido se reerguer para construir uma nova greve por tempo indeterminado e ter, de novo, uma nova derrota, agregou-se as dificuldades por parte da entidade e das pessoas de carne e osso que a representavam ter conseguido alcançar a categoria em sua inteireza ou pelo menos em sua maioria, para conseguir construir, ainda que com diversas inflexões na mesma, um processo de balanço das experiências que evitassem a construção de um trauma coletivo, uma fissura interna na categoria bastante profunda e a perda concreta de uma parte da categoria para a perspectiva de luta coletiva, qualquer que fosse.

A “quebra da confiança interna”, foi fruto de uma experiência muito concreta da categoria. Os que se envolveram nas duas greves e, em particular, na de 1992, quando os militantes aguentaram até o final e sofreram as consequências por isso, tiraram suas conclusões acertadas ou não. Por falta de uma discussão mais articulada, o entendimento

de um amplo setor da vanguarda foi de que a greve foi derrotada “de dentro” pelo setor “covarde, sem pulso” e não pelas ações violentas construídas desde 1989 sobre a categoria que o governo utilizou a exaustão. A frase “nunca mais faço greve”, pelo que parece, tornou-se um bordão.

Porém, o governo não conseguiu uma coisa, ele não conseguiu destruir o sindicato, que conseguiu sobreviver ao vendaval que foi o governo Marcello Alencar e que também foi o segundo mandato do governo Leonel Brizola. Ainda que tecendo críticas a entidade e a sua direção, o grosso da vanguarda que sofreu os golpes das greves teve um entendimento de que o sindicato cumpriu o seu papel e se manteve, ainda que golpeada e traumatizada, em sua defesa e ao seu lado.

Em função da necessidade de continuar a resistir ao vendaval neoliberal que assolou e assola nosso país, a categoria e o sindicato tiveram que encontrar um ponto de chegada e de partida e o que acabou se constituindo como uma síntese de todo este processo foi a postergação por parte da categoria da utilização da tática da greve por tempo indeterminado (que teve que esperar quase duas décadas, uma nova conjuntura nacional e uma renovação geracional para voltar a ser utilizada) e a utilização do recurso a paralisações e greves de, no máximo, sete dias. Este foi o novo limite que a experiência e a vivência da categoria conseguiu construir para todo um período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARCARY, Valério. Os trotskistas e o PT, 35 anos atrás. *Blog Esquerdaonline: pensamento socialista em movimento*. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br>. Acesso em: 01 jul. 2017.
- ANTUNES, Ricardo. *O novo Sindicalismo no Brasil*. 2. ed. Campinas, Editora Pontes, 1995.
- ARQUIVO JORNAL DO BRASIL. <http://hemerotecadigital.bn.br/jornal-do-brasil/030015>.
- AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999
- BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci*. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2008.
- BOITO JR, Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. *Crítica marxista*. São Paulo, n. 3. Brasiliense, 1996.
- BOITO JR, Armando. A Hegemonia neoliberal no Governo Lula. *Crítica marxista*. São Paulo, n. 17. Brasiliense, 2006.
- BOITO JR, Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, 683.
- BRASIL, Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, Brasília, DF, nov. 1995.
- BURGOS, Marcello Tadeu Baumann. *A “Falência” da prefeitura do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1992. 94 p. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CORRÊA, Hugo Figueira de Souza. *Teorias do imperialismo no século XXI: (in) adequações do debate no marxismo*. Rio de Janeiro, 2012. 247 p. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense.
- CROUZET, Maurice. *A época contemporânea: o mundo dividido*. 3ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973. ‘248 p. 3 volumes.
- CRUZ, Hélvia Leite. *Condições de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica*. Brasília, 2008. Tese (doutorado em sociologia) – Universidade de Brasília.
- CUNHA, Luiz Antônio e GÓES, Moacyr. *O golpe na educação*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim*. 1ªed. São Paulo: Xamã, 2000.
- COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã, 2012.
- ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. <http://www.socialismo.cjb.net>.
- FAUSTO, Bóris. *A revolução de 1930*. 19 ed.. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1983.

- FAUSTO, Bóris. *História concisa do Brasil*. 1ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1972.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução burguesa: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975a.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro Zahar editores, 1975b.
- FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto, 2006.
- FRANÇA, Teones Pimenta de. Sindicalismo no Brasil e estrutura sindical (1978-1997): rupturas e continuidades. *Lutas e Resistências*. Londrina, n. 2, 1º sem. 2007.
- FREITAS, Marcos Cezar e BICCAS, Maurilane de Souza. *Biblioteca básica da história da educação brasileira: história social da educação no Brasil (1926 – 1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- FONTES, Virgínia. *Reflexões impertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Bom Texto Editora e Produtora de Arte Ltda., 2005.
- GONDRA, José Gonçalves Ives e SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. 320.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. (v.2: Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo). 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. (v.3: Maquiavel. *Notas sobre o Estado e a política*). 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Edições Loyola, 2008.
- HARVEY, David. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos; o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.
- JUNQUEIRA, Célia e MULS, Leonardo. O Processo de pauperização docente. *Revista Semestral Temática de Ciências Sociais e Educação*, Rio de Janeiro IEC, nº 2, set/1997.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 9. reimpr.. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1984.

- LIMA, Júlio César França & NEVES, Ilúcia Maria Wanderley (orgs.) *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, 2ª reimpr.
- LOWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- MACEDO, Edmar. A. de. *Esquerda e política no Brasil (1978-1980): a organização socialista internacionalista e o surgimento do Partido dos Trabalhadores*. Disponível em: < <https://www.historia.ufpr.br/monografias/2008/resumo>>. Acesso em: 01 jul. 2017.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.
- MARX, Karl. *Para a Crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. 1ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARTINS, André S. e NEVES, Lúcia M. W. (org). *Educação Básica: tragédia anunciada?*. São Paulo: Xamã, 2015.
- MASSON, Máximo A. Santos. *Magistério e Sindicalismo. a trajetória do centro dos professores do rio de janeiro*. Rio de janeiro, 1988. Dissertação (mestrado em sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MATTOS, Marcello Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos. Rio de janeiro (1985/1988)*. Rio de Janeiro: Vício da leitura, 1998.
- MONTENEGRO, Darlan. *A esquerda cotnra a política: organizações guerrilheirase a renúncia à estratégia no período da luta armada*. Disponível em: < *Revista Estudos Políticos*, ISSN 2177-2851, n. 2 – 2011/01>. Acesso em : 01 jul. 2017.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal. 1988.
- MENDONÇA, Sonia Regina & FONTES, Virgínia Maria, *História do Brasil Recente 1964 – 19*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- MIRANDA, Kênia. *A organização dos trabalhadores em educação sob a forma-sindicato no capitalismo neoliberal: o pensamento pedagógico e o projeto sindical do SINPRO-Rio, da UPPES e do SEPE-RJ*. Niterói, 2005, dissertação (mestrado em educação) – Universidade Federal Fluminense.
- MIRANDA, Kênia. *As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT*. Niterói, 2011, tese (doutorado em história) – Universidade Federal Fluminense.
- NOVACK, George. *O desenvolvimento desigual e combinado na história*. São Paulo: Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Fundamentos para Elaboração do Currículo Básico*. Rio de Janeiro, 1991.
- PREOBRAZHENSKI, E. *Anarquismo e comunismo*. São Paulo: Sudermann, 2013
- RIBEIRO, Darcy. *O Livro dos CIEPs*. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.
- RUMMERT, Sonia Maria. *Educação e identidade dos trabalhadores; as concepções do capital e do trabalho*. São Paulo / Niterói: Intertexto, 2000.

- SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, 11ª reimpr.
- SAVIANI, Demerval. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003
- SCHUELER, Alessandra Frota Martinez e MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Revista Tempo*. Niterói, EDUFF, n. 26, p. 32-55, jan. 2006.
- SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter*. 15ª ed. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2010
- SGUISSARDI, Valdemar & SILVA JR., João dos Reis. *Novas Faces da Educação Superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- SOARES, Sebastião (redação) & SANTOS, João Domingos Gomes dos. (coordenação editorial). *CSPB – Uma história de 50 anos*. Porto Alegre: Editora CSPB, 2007. Disponível em <<http://www.cspb.org.br>> Acesso em: 08 jul.2010.
- SANTOS, Jailson A. *Os governos do estado do Rio de Janeiro e o financiamento do ensino fundamental: as mudanças sem diferença (1980-1989)*, Rio de Janeiro, 1994. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 1994.
- SOUZA, Mário Luiz de. *Imprensa e hegemonia: como a Folha de São Paulo trabalhou a reforma educacional do primeiro governo FHC*. Niterói. 2002. 241 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense.
- SOUZA, Mário Luiz de. *As letras e o consenso: burguesia, educação, imprensa e hegemonia*. Niterói. 2010. 361 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense.
- III internacional: manifesto, teses e resoluções do 1º congresso*. São Paulo: Brasil Debates, 1988. Volume 1.
- III internacional: manifesto, teses e resoluções do 2º congresso*. São Paulo: Brasil Debates, 1989. Volume 2.
- III Internacional: manifestos, teses e resoluções do 3º Congresso*. São Paulo: Brasil Debates, 1989. Volume 3.
- TEIXEIRA, Albano Luiz Francisco. *Greve geral dos servidores públicos municipais do Rio de Janeiro: luta de classes no processo de implantação da política neoliberal no município do Rio (entre 1987 e 1989)*. 186f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986 (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria, ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- THOMPSON, E. P. *A Peculiaridade dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas. Unicamp, 2001.

TRÓPIA, Patrícia. A inserção de classe dos assalariados não-manuais: um debate com a bibliografia marxista sobre a classe média. In: ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social. *Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED*, Caxambu, 2007.

TROSTKY, L. *A Teoria da Revolução Permanente*. 1ª ed. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010.

TROSTKY, L. *Em Defesa do Marxismo*. 1ª ed. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

VEIGA, Cynthia Greive. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n.39, set/dez. 2008.

VIANNA, Carlos. Brevíssimas reflexões sobre as esquerdas brasileiras, nos 21 anos da ditadura militar (1964-1985). *Esquerda.net*. Disponível em: <<https://www.esquerda.net>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

ANEXOS

Anexo I - Material para o I Seminário Estadual de Educação do SEPE. (p. 213)

I SEMINÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO SEPE



SUBSÍDIOS PARA DISCUSSÃO

SUMÁRIO

PAG

POLITECNIA : Um conceito que gera polêmicas	1
Educação na Constituição	2
Texto-base do I Seminário Nacional de Educação	3 a 9

Anexo II – Proposta de Plano de Carreira Unificado encaminhado aos governos estadual e municipal. (p. 214)

ESTAS SÃO AS PROPOSTAS PARA O

PLANO

DE

CARREIRA
(UNIFICADO)

SEPE-RJ
ENTREGUES AOS GOVERNOS EM 25/09/89

93
604
SEPE-RJ
8/9/89

Anexo III – Material para discussão nas escolas sobre a proposta do governo Marcello Alencar para os servidores municipais. (p. 224)

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

MINUTA

PROJETO DE LEI Nº _____, DE _____ DE _____ DE 1990

D I S P Ő E sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

RESOLVE

Art. 1º - A estrutura básica do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro e os quantitativos de cargos nas Categorias Funcionais do seu Quadro de Pessoal passam a ser os constantes dos ANEXOS I a

Art. 2º - Mediante regulamentação desta lei, a ser expedida pelo Poder Executivo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, os atuais recursos humanos da administração direta, autárquica e funcional serão reunidos segundo a natureza da respectiva ocupação, distribuindo-se em Grupos Ocupacionais Básicos, Grupos Ocupacionais de Suporte Comum e Grupo Ocupacional de Suportes Diferenciados.

§ 1º - Grupos Ocupacionais Básicos são os que reúnem categorias funcionais de atividades afins e específicas, que se desenvolvem, geralmente, mediante execução direta, guardando relação exclusiva com a finalidade do respectivo órgão de lotação prioritária.

§ 2º - Grupos Ocupacionais de Suporte Comum são os que reúnem, respectivamente, categorias funcionais de atividades afins e comuns a diversos órgãos, caracterizando-se por sua finalidade de apoio interno.

§ 3º - Grupo Ocupacional de Suportes Diferenciados é o que reúne categorias funcionais de atividades especializadas, que se caracterizam por sua finalidade de apoio técnico interno, próprio de determinados órgãos.

Art. 3º - Cada Categoria Funcional terá Sistema próprio de carreira, conforme estabelecer a regulamentação desta lei, observando-se o seguinte:

- a) O sistema de progressão horizontal por antiguidade será igual para todos os servidores sob regime jurídico único e o total do seu tempo de interstício será reduzido para 10 (dez) anos, enquadrando-se na 3ª categoria os que tiverem até 5 (cinco) anos, na 2ª categoria os que tiverem mais de 5 (cinco) até 8 (oito) anos, na 1ª categoria os que tiverem mais de 8 (oito) até 10 (dez) anos, estabelecendo-se variação por ano de permanência nas 1ª, 2ª e 3ª categorias.
- b) Criar-se-ão, progressivamente, em cada Categoria Funcional, com número de vagas limitado no total a 80% (oitenta por cento) das existentes na mesma, 3 (três) padrões para ascensão por promoção, atribuindo-se ao primeiro (P-3) até 50% (cinquenta por cento) das vagas; ao segundo (P-2) até 20% (vinte por cento) e ao mais elevado (P-1) até 10% (dez por cento).
- c) O acesso a cada um dos Padrões dar-se-á exclusivamente por promoção e dependerá, sempre, da existência de vagas, obedecendo-se, rigorosamente, aos limites dos quantitativos indicados para as Categorias Funcionais nos respectivos Anexos.
- d) Quando da implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, a totalidade das vagas liberadas para promoção na Categoria Funcional será atribuída, gradativamente, ao Padrão 3, destacando-se dela os percentuais do Padrão 2 e do Padrão 1 somente quando completada, caso em que se dispensará, para a promoção, o prazo de permanência previsto na letra "f".
- e) O preenchimento das vagas do Padrão 3 far-se-á mediante promoção dos que se classificarem em processo seletivo interno que leve em conta, além de outros requisitos, a formação adequada, os títulos, o aproveitamento demonstrado nos cursos internos de treinamento e aperfeiçoamento, o efetivo desempenho do cargo, a assiduidade, a antiguidade e o tempo mínimo de 10 (dez) anos no exercício do cargo.
- f) A passagem de um Padrão para o seguinte será permitida aos que completarem 5 (cinco) anos no anterior e dar-se-á, sempre, mediante concurso seletivo interno, sendo condicionada à existência de vaga.
- g) Sempre que o número de cargos existentes em uma Categoria Funcional for superior ao fixado no respectivo Anexo como necessário, considerar-se-ão extintos, automaticamente, os que se vagarem, até atingir-se o limite estabelecido.

Art. 4º - A remuneração do servidor no Padrão 3 constituir-se-á: a) do respectivo vencimento básico; b) de adicional de qualificação e desempenho equivalente a até 50% (cinquenta por cento) do seu vencimento básico; c) do adicional de tempo de serviço e dos direitos pessoais.

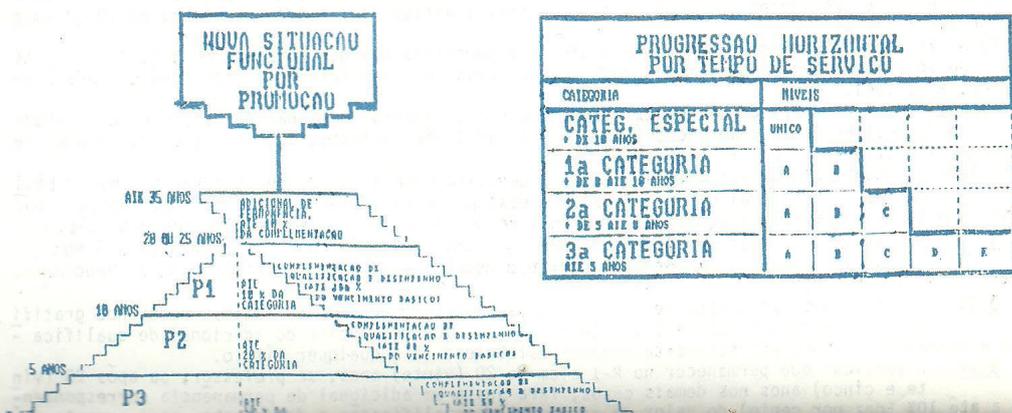
§ 1º - No Padrão 2, o percentual do adicional de qualificação e desempenho será de até 80% (oitenta por cento) e, no Padrão 1, corresponderá a até 100% (cem por cento) do vencimento básico referido no caput.

§ 2º - Excetuando-se os cargos de confiança, se o servidor promovido estiver recebendo gratificação de encargos especiais, esta será absorvida pelo valor do adicional de qualificação e desempenho, sendo expressamente vedado restabelecê-la a qualquer título.

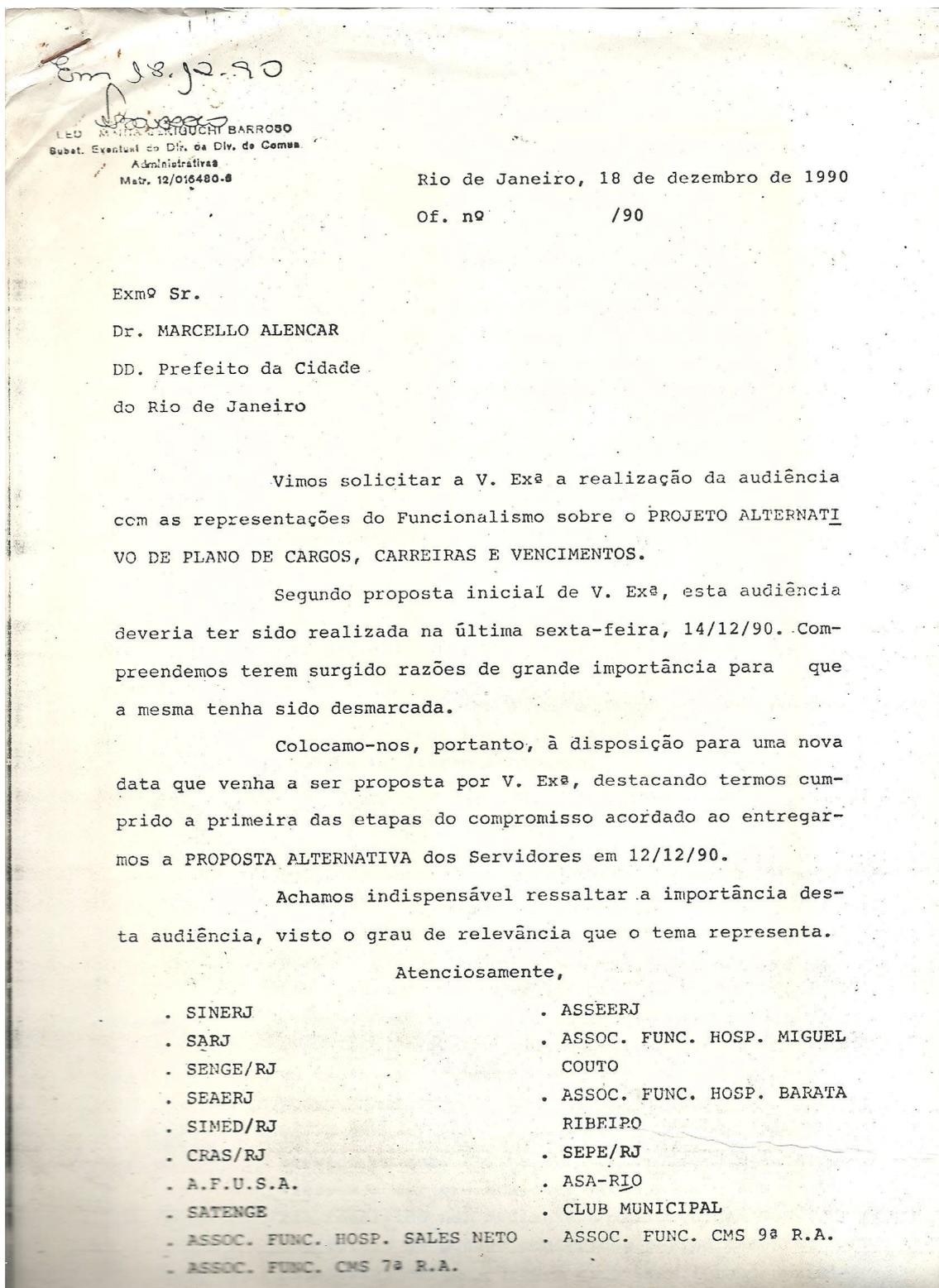
§ 3º - O servidor que permanecer no P-1 além de 20 (vinte) anos, se professor, ou após 25 (vinte e cinco) anos nos demais casos, fará jus a um adicional de permanência correspondente

Anexo IV – continuação do material para discussão nas escolas. (p.224)

- ...no, os riscos da tarefa e os recursos disponíveis para remunerá-la, bem como a hierarquia sala-
rial.
- Art. 59** - Não receberá o adicional de qualificação e desempenho o servidor que estiver fora da res-
pectiva função, salvo se o afastamento for para exercer cargo de confiança em ativida-
de própria da sua Categoria Funcional.
- Parágrafo Único** - O servidor fará jus ao adicional de qualificação e desempenho nos períodos
de afastamento considerados como de efetivo exercício, pela legislação em
vigor e nas licenças para tratamento de saúde, até o prazo máximo de 90 (noventa) dias.
- Art. 60** - O adicional de qualificação e desempenho será incorporável na aposentadoria:
- a) integralmente, após 8 (oito) anos consecutivos, ou 12 (doze) anos intercalados, de efetivo
desempenho qualificado, computados nos cálculos os dias sem expediente.
 - b) proporcionalmente, se o tempo de efetivo desempenho for inferior aos referidos limites.
- Parágrafo Único** - Ao se aposentarem, os atuais servidores que forem promovidos ficarão dispen-
sados dos prazos para incorporação do adicional de qualificação e desem-
penho.
- Art. 70** - O posicionamento devido pelos inativos, na data da respectiva aposentadoria, será revis-
to para que, obedecidas as mesmas condições impostas aos servidores ativos, inclusive
quanto ao limite de vagas na Categoria Funcional para os Padrões 3, 2 e 1, lhes sejam assegurados
os benefícios a serem alcançados por estes, quando promovidos.
- Parágrafo Único** - O servidor ativo que não lograr classificação para a promoção ou a esta não
se candidatar, se tiver tempo para aposentar-se e o fizer, no prazo de 60
(sessenta) dias após conhecido o resultado do processo seletivo interno, terá seus proventos cal-
culados na forma do caput.
- Art. 80** - Para o exercício de cargo de direção e assessoramento superior, DAS, exigir-se-á, obri-
gatoriamente, escolaridade de nível universitário compatível com as atribuições do mes-
mo, além de comprovada habilitação em curso de direção.
- Art. 90** - Em estudo. (desviados de função)
- Art. 10** - Mediante decreto do Poder Executivo, serão estabelecidas carreiras em cada Categoria
Funcional, inclusive com modificação na sua designação e nos Quadros de Pessoal, obser-
vadas as diretrizes desta lei e respeitados os limites dos quantitativos estabelecidos nos Anexos
que a integram.
- Art. 11** - As normas estabelecidas nesta lei aplicar-se-ão ao processo classificatório dos cargos
das Autarquias e Fundações, bem como da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, e do Tribu-
nal de Contas do Município do Rio de Janeiro, observadas as respectivas peculiaridades.
- Art. 12** - Caberá à Secretaria Municipal de Administração:
- I - gerenciar a aplicação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Poder Executivo, nos
termos desta lei, com a colaboração das demais Secretarias, bem como das Autarquias e Fun-
dações;
 - II - elaborar as normas relativas ao processo classificatório, fixando critérios seletivos pa-
ra a aplicação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, bem como administrar os pro-
gramas de treinamento que tiverem de ser realizados.
- Art. 13** - Ficam criados, com as respectivas atribuições, os cargos constantes dos Anexos _____.
- Art. 14** - As despesas decorrentes desta lei serão atendidas pelas dotações orçamentárias pró-
prias, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos suplementares necessá-
rios.
- Art. 15** - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Fundação Escola dos Servidores Municipais -
FESM - e a Empresa Municipal de Artes Gráficas - GRÁFICA-RIO.
- Art. 16** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrá-
rio.



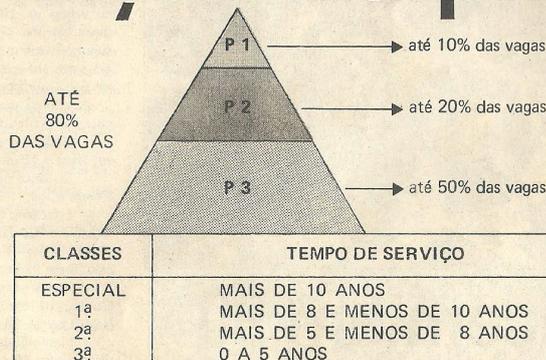
Anexo V – contraproposta ao projeto de plano de carreira para os servidores municipais apresentado ao governo. (p.233)



Anexo VI – Denúncia no boletim do sindicato sobre a sanção do projeto de 'plano do governo. (p. 235)

Sancionada por Marcello a maldição da pirâmide

Dia 22 de fevereiro o Prefeito Marcello Alencar publicou no Diário da Câmara Municipal o Plano de Cargos, Salários e Carreira aprovado pela Câmara dos Vereadores no mês de janeiro. O Plano sancionado pelo Prefeito derruba muitos artigos votados pelos vereadores, dentre eles a possibilidade de revisão dos salários a cada seis meses e o acesso dos aposentados à pirâmide, que os permitiria passar da classe especial (onde serão concentrados todos os funcionários com mais de 10 anos de serviço) para a pirâmide, como previsto para o pessoal ativo. Mas o Plano preserva a estrutura já rejeitada pelos profissionais da educação e dá uma nova atribuição aos professores e funcionários das escolas: brigarem entre si para ocupar as vagas que serão abertas nesta maldita pirâmide. Entretanto, o Plano do Prefeito ainda será submetido à apreciação dos vereadores, que analisarão os vetos.



Plano do Prefeito estabelece que o tempo de "exercício no cargo" e "no serviço público municipal" serão considera-

vagas, que terão seu número determinado pela Prefeitura. Os servidores municipais deverão comprovar títulos, assiduidade

Juntar forças para revogar Plano de Carreira

O Plano de Carreira que caiu sobre a cabeça dos servidores municipais no mês de janeiro, representou mais um ataque aos professores e funcionários das escolas municipais. Depois da revogação arbitrária da Lei 1.016 e de uma série de ações autoritárias por parte da Secretaria Municipal de Educação, a nova Lei, que revogou um Plano de Carreira conquistado na greve de 86 e que garantia aos educadores o controle da sua vida funcional, trará novas dificuldades à luta por melhores condições salariais para os profissionais da educação.

A própria mobilização da categoria, no processo de votação do Projeto na Câmara,

Anexo VII – material de esclarecimento à categoria sobre a saída do governador Brizola ao debate público com a comunidade escolar e o sindicato. (p.243)

O SEPE / RJ

E S C L A R E C E :

Por que o debate entre o Governador e os Profissionais da Educação não aconteceu? De quem é a culpa?

OS FATOS

Nos últimos seis meses, a inflação neste país acumulou quase 150%. No mesmo período, os profissionais da Educação tiveram seus salários reajustados em 17% apenas. Resultado? O piso do magistério é de 28 mil e setecentos cruzeiros, enquanto os funcionários de apoio precisam ter seus vencimentos completados por um abono para "chegar" até o salário mínimo.

Com esta situação desesperadora, nossa Assembléia decidiu propor um Debate Público com o Governador, para que este nos apresentasse uma proposta salarial concreta e suas reais intenções para com a educação do Estado.

Imaginávamos que o Governador não aceitaria participar do debate, caso estivesse decidido a nada oferecer. No entanto, o Governador aceitou, fazendo nosso otimismo crescer: "teríamos então uma proposta"!

Quase cinco mil profissionais de educação, alunos e pais de alunos se acotovelaram no Teatrão da UERJ e esperaram por mais de uma hora o início do debate. Quando o Governador pisou o palco, vieram muitos aplausos. Alguns chegaram a aplaudir de pé. Apareceram algumas vaías também, protestando ou pela recepção calorosa ao Governador - que naquele momento era nosso adversário na discussão salarial - ou pelo surgimento da figura do Prefeito Marcello Alencar logo atrás do Governador (saibamos o quanto Marcello Alencar está desgastado frente aos colegas da rede municipal da Capital).

A Diretoria do SEPE teria conquistado silêncio no plenário num piscar de olhos, mas o Governador nem sequer nos deu este tempo. Nem terminou de cumprimentar a Mesa. O Governador não ficou mais do que 15 ou 20 segundos no palco da UERJ!

É necessário fazer cortesia frente a uma autoridade convidada? Sem dúvida! Mas por que só se lembram de que somos educadores na hora de cobrar etiqueta, enquanto o salário que recebemos é o do boia-fria mais sofrido?

NOSSA OPINIÃO

Ingênuos não podemos ser. Temos memória. Em 1985, o Governador chegou em nossa Assembléia debaixo de vaías e lá permaneceu. Por que permaneceu? Porque estava seguro da proposta que em seguida apresentaria, como de fato apresentou. Apresentou e saiu da Assembléia carregado nos ombros. Por que o Governador não fez o mesmo desta vez?

É o Governador que, com suas declarações, partidariza as relações do governo com a categoria. O Governador não deve fazer coro aos discursos do passado, falando em "infiltrados", gente do partido A ou B, etc, etc. Estava no debate a Comunidade Escolar deste Estado (professores, funcionários de apoio, aposentados, alunos e pais de alunos) e o Governador sabe disso.

Lamentamos o que aconteceu. Mas não vamos permitir que se passe a idéia (como a televisão e os jornais vêm fazendo) de que foram os profissionais da educação que colocaram a perder algo de seu próprio interesse. Não somos ingênuos a esse ponto. E cobramos do Sr. Governador, que tanto já sofreu nas mãos dos monopólios dos senhores Roberto Marinho, Adolfo Bloch e Nascimento e Brito, que não se utilize agora deste mesmo expediente, contra trabalhadores. Nem que use sua inegável autoridade popular para colocar a população contra aqueles trabalhadores que, mesmo ganhando salários indecentes, insistem em seu ideal e compromisso de manter de pé a Escola Pública.

Que esta autoridade popular seja utilizada em favor da mobilização popular contra o cerco de verbas federais a este Estado. Que esta autoridade popular seja utilizada para fortalecer as jornadas de 22 e 23 de maio, onde o sucesso da Greve Geral proposta pelas centrais sindicais para estes dias pode dar um "chega pra lá" na política perversa de recessão e arrocho do Governo Collor.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1991

A DIRETORIA DO SEPE/RJ

Anexos VIII, IX e X – propaganda do governo municipal sobre a progressão à pirâmide.
(p. 238)

ESPECIAL

Conheça as normas para ascensão por promoção

Etapas necessárias

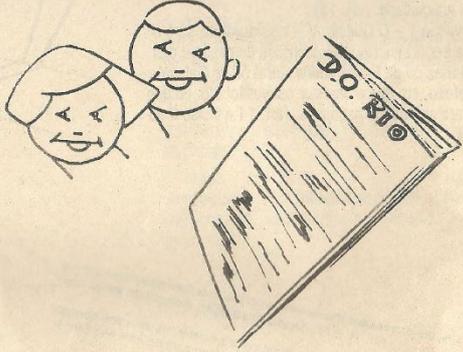
Ao servidor do Município do Rio de Janeiro da Administração Direta ou à disposição da Administração Indireta (em atividade ou aposentado) para ingresso na Pirâmide.

1ª Etapa

Ler com atenção o Decreto nº 10.566, de 30/10/91, publicado no D.O. Rio nº 160, de 31/10/91, que regulamenta a ascensão por promoção de que trata a Lei nº 1680/91.

2ª Etapa

Estar **posicionado** há mais de 1 (um) ano na classe especial (mais de 10 anos) de sua categoria funcional. (art. 4º do Decreto nº 10.566/91 e 8º da Lei nº 1680/91)



Art. 4º – Os interstícios para ascensão por promoção serão:

I – de classe especial para o padrão 3 – tempo mínimo de 10 anos no exercício do cargo eletivo, além de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de permanência obrigatória na classe especial.

II – de um padrão para o seguinte – 1825 (um mil, oitocentos e vinte e cinco) dias de efetivo exercício no padrão.

ESPECIAL

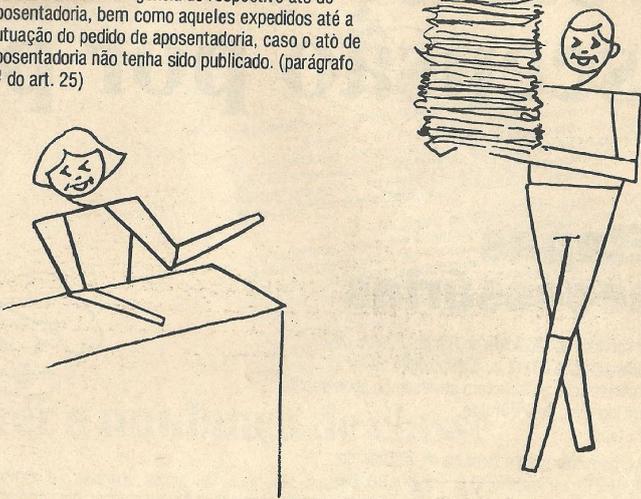
3ª Etapa

Reunir a documentação que comprove o assinalado no BQD (Boletim de Qualificação e Desempenho), assim como: xerox de **diplomas, certificados, certidões, decretos, portarias, recortes de diário oficial** etc. referente aos quesitos:

- I – A formação adequada. (art. 10)
- II – Os títulos. (art. 11)
- III – O aproveitamento demonstrado nos cursos internos de treinamento e aperfeiçoamento. (art. 12)
- IV – O efetivo desempenho do cargo. (art. 13)
- V – A assiduidade. (art. 14)
- VI – A antiguidade. (art. 15)

Observação 1 – O Quesito V – **assiduidade** será o único a ser preenchido pelos órgãos de pessoal das secretarias ou da Procuradoria Geral ou do Gabinete do Prefeito, em que o servidor estiver lotado, no que se refere aos dados negativos. (art. 14 e inciso II do art. 18)

Observação 2 – **aposentados**: somente será considerado o documento que possua data de validade anterior à vigência do respectivo ato de aposentadoria, bem como aqueles expedidos até a autuação do pedido de aposentadoria, caso o ato de aposentadoria não tenha sido publicado. (parágrafo 1º do art. 25)



Art. 10 – No quesito **Formação Adequada** serão considerados:

I – a escolaridade complementar, na área relacionada com as atribuições do cargo ocupado, desprezando-se a escolaridade exigida para este;

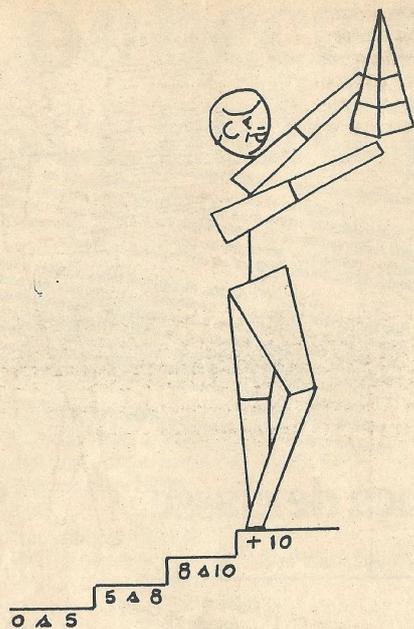
II – outros cursos relacionados com as atribuições do cargo ocupado, desde que o curso exigido para este. (Anexo II, pontuar-se-á de acordo com o Anexo II)

Art. 13 – No quesito **Efetivo Desempenho do Cargo**, considerar-se-ão:

I – o exercício de função de confiança, abrangendo as seguintes situações:

a) de cargo em comissão ou função gratificada no âmbito do Município do Rio de Janeiro, desde que o exercício seja considerado pelo somatório dos anos completos de exercício em função de confiança ou função gratificada em ato

ESPECIAL



4ª Etapa

Observar com atenção o que diz o art. 17.

5ª Etapa

Aguardar a publicação da resolução do Secretário Municipal de Administração fixando prazo para apresentação do BQD. (art. 26)

6ª Etapa

Aguardar as vagas disponíveis para as categorias funcionais que concorrerão à **pirâmide** em ato próprio da Secretaria Municipal de Administração. (art. 16)

7ª Etapa

Verificar se a sua categoria funcional concorre à **pirâmide**

8ª Etapa

Preencher o BQD (Boletim de Qualificação e Desempenho) se afirmativa a verificação. (Anexo II)

Anexo XI – Material elaborado como roteiro e texto-base para trabalho com as comunidades preparatório para o não início do ano letivo em 1992. (p. 247)

Filiado à CNTE e à CUT
Rua Parafba, 19, Praça da Bandeira - CEP 20271 - Tel. 293-6778 - Telex 214-0859

**UM RETRATO DA ESCOLA
PARA A COMUNIDADE**

Cada escola deve reproduzir o texto abaixo e complementá-lo com a descrição das suas reais condições de funcionamento. Posteriormente, a nota deverá ser distribuída para os responsáveis e alunos de sua escola.

Para você ter uma idéia do que denunciar no texto, eis alguns pontos que podem ser analisados: 1) instalações (banheiros, salas de aula, telhados, portas e janelas, paredes, espaço para educação física, cozinha, refeitório, número e estado das carteiras etc); 2) falta de professores, por série e disciplina, assim como de funcionários de apoio; e c) quantos alunos estão em casa por falta de professores.

"A situação da Escola Pública é motivo de preocupações por parte de todos aqueles que nela trabalham e estudam. Nunca tivemos tantos motivos para dizer que a Escola Pública está mal. Os governos dizem que são os professores e funcionários que, com as greves, estão acabando com as escolas. É verdade que fizemos greves nos últimos seis anos que, certamente, têm causado prejuízos ao aprendizado dos alunos. Foi assim que evitamos uma situação salarial ainda pior do que a que vivemos hoje. Por que então esses mesmos governos não fazem nada para resolver os problemas enfrentados pelos alunos, pelos profissionais da educação e pela comunidade de cada escola? Faltam professores, funcionários, banheiros, salas de aula, refeitórios, as cozinhas caem aos pedaços. Não tem iluminação, falta água e o telhado é cheio de vazamentos. Os alunos não têm carteiras para sentar ou então elas estão quebradas. Não tem merenda e o material didático é insuficiente. A maioria das escolas cobra taxa dos alunos, têm cantina e fazem festas para impedir que as coisas fiquem ainda piores. São os governos que definem o quanto vão pagar de salários e nos obrigam a uma romaria de uma escola para outra atrás de sobrevivência. Condições de trabalho que nos impedem de preparar trabalhos e criar as atividades pedagógicas. Chegar ao final do ano letivo nas escolas é um ato de heroísmo, só explicado pelo compromisso dos professores e funcionários e pela solidariedade da comunidade escolar.

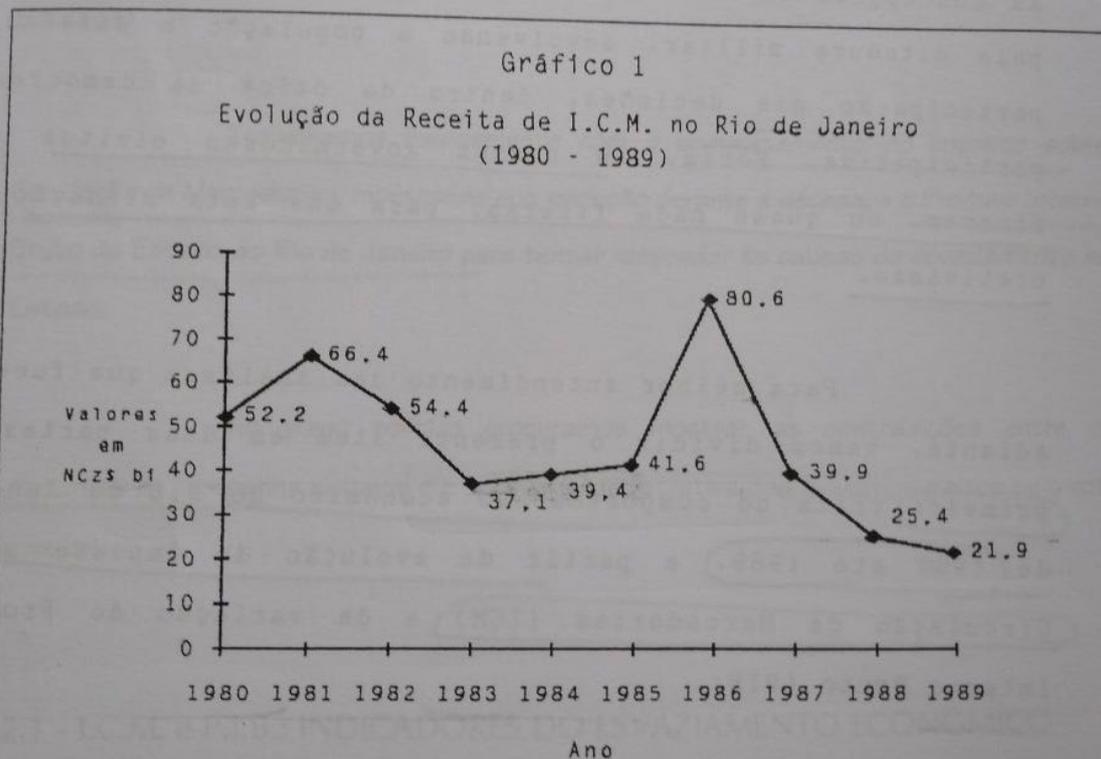
Depois de dizer tudo isso, só podemos perguntar:

DE QUEM É A CULPA PELA DESTRUIÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA ? "

Rio, novembro de 1991

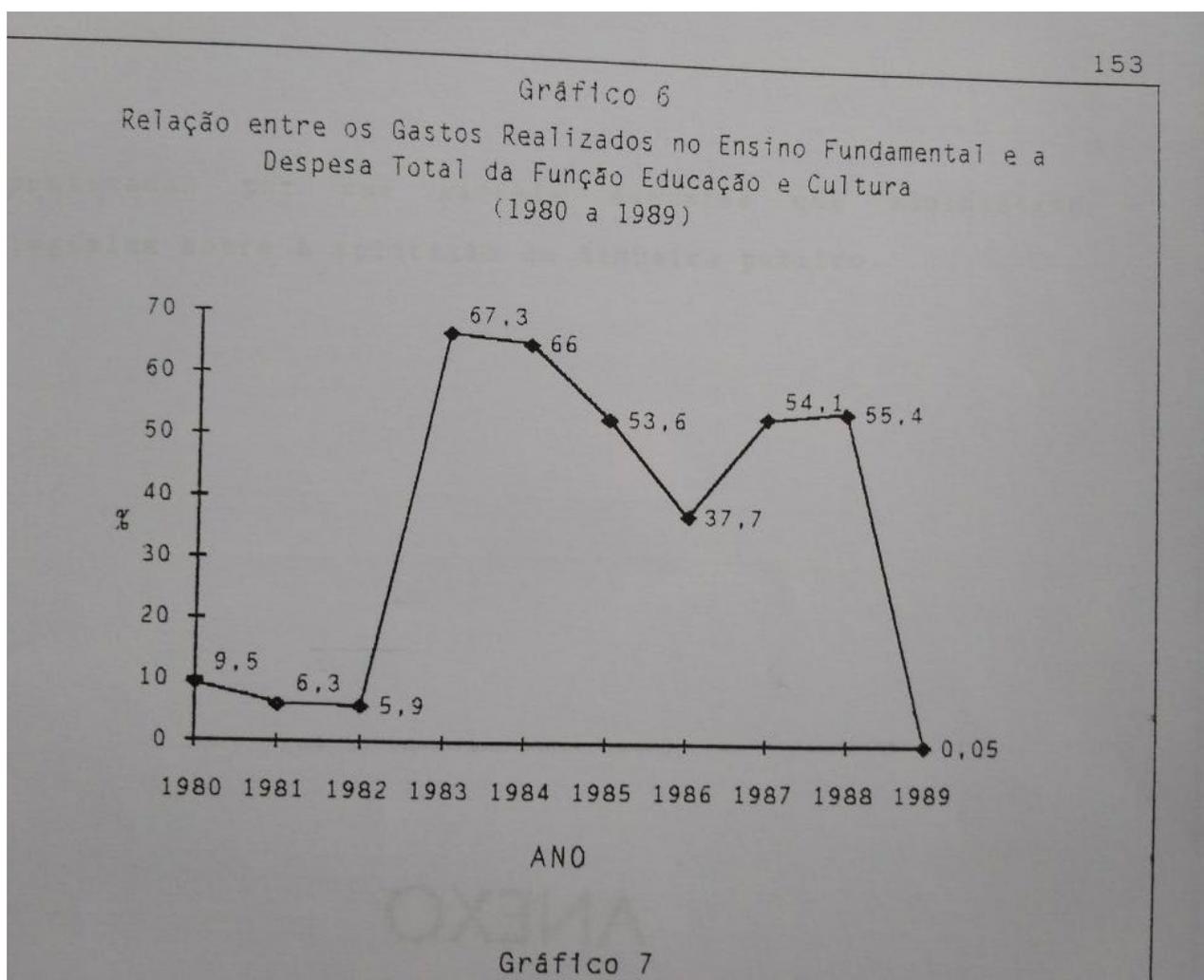
Anexo XIII – Gráfico 1 (dissertação de Jaílson A. Santos). (p. 292)

Partiremos do gráfico 1 para verificar a evolução do ICM.



OBS.: Valores a preço de 1980, usado como deflator o IGP-DI.

Anexo XIV – Gráfico 6 (dissertação de Jaílson A. Santos). (p.293)



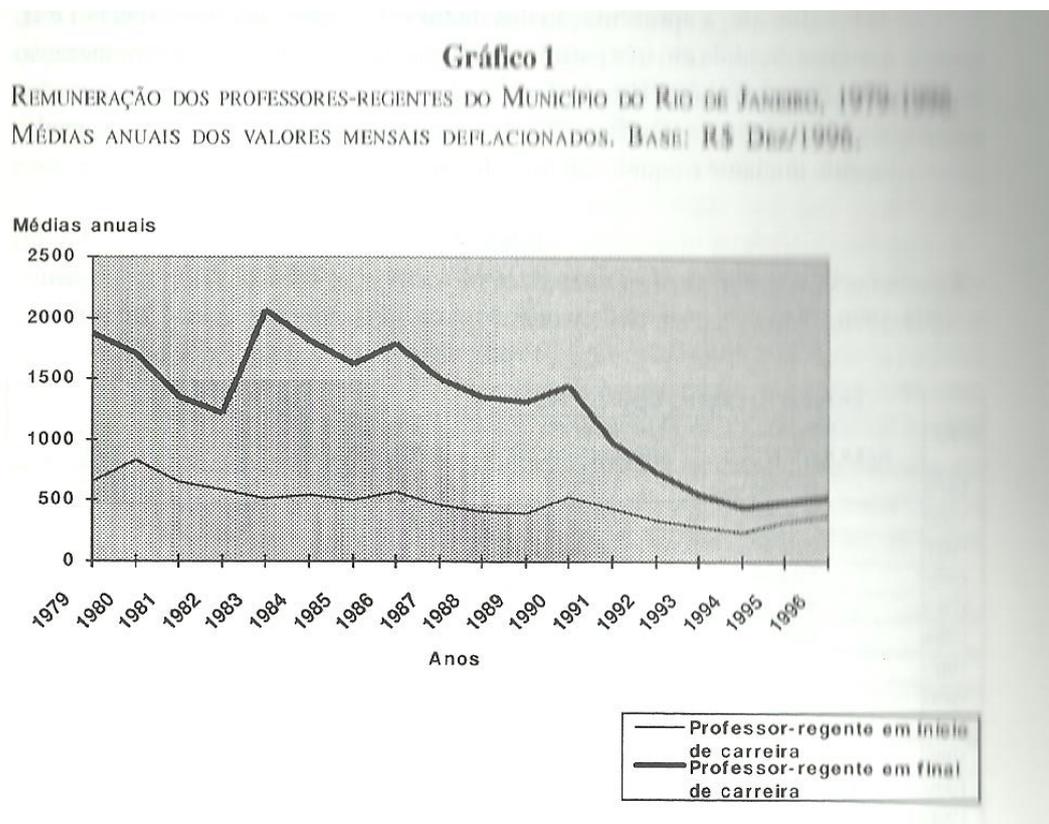
Anexo XV – Tabela comparativa da remuneração média anual dos professores regentes do município e do estado – 1979-1996. (p. 328)

Tabela I

REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES-REGENTES, DO MUNICÍPIO E DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1979-1996. MÉDIAS ANUAIS DOS VALORES MENSAIS DEFLACIONADOS. BASE: DEZ/1996.

ANO	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO		ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
	MENOR REMUNERAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO
1979	657,09	1875,47	678,24	1.961,96
1980	831,84	1709,45	831,84	1.709,45
1981	660,84	1355,43	660,84	1.355,43
1982	590,04	1210,22	590,04	1.210,22
1983	515,38	2068,29	515,38	2.068,29
1984	548,91	1815,86	505,82	1.614,56
1985	504,76	1621,19	524,42	1.621,19
1986	578,90	1784,08	568,29	1.720,43
1987	469,93	1498,40	587,55	1.691,06
1988	407,37	1350,93	379,80	1.181,27
1989	397,29	1317,19	448,99	1.282,37
1990	529,01	1450,58	410,58	1.361,48
1991	442,49	988,42	324,71	1.025,62
1992	337,90	731,27	325,74	811,23
1993	290,23	562,28	265,06	634,22
1994	247,16	456,63	239,28	570,17
1995	326,83	487,43	219,61	475,94
1996	386,10	538,36	222,04	460,18

Anexo XVI – Gráfico com a curva das médias anuais dos professores regentes do município – 1979-1996. (p. 329)



Anexo XVII – Tabela com a razão entre o maior e a menor remuneração dos professores regentes do município e do estado – 1979-1996. (p. 329)

140 • Contemporaneidade e Educação • Ano II, nº 2, 1. Semestre/2011

Tabela 2

RELAÇÃO ENTRE A MAIOR E A MENOR REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES REGENTES DO MUNICÍPIO E DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1979-1996)

Ano	MUNICÍPIO	ESTADO
1979	2,85	2,80
1980	2,06	2,06
1981	2,05	2,05
1982	2,05	2,05
1983	4,01	4,01
1984	3,31	3,19
1985	3,21	3,09
1986	3,08	3,03
1987	3,19	2,88
1988	3,32	3,11
1989	3,32	2,86
1990	2,74	3,32
1991	2,23	3,16
1992	2,16	2,49
1993	1,94	2,39
1994	1,85	2,38
1995	1,49	2,17
1996	1,39	2,07

Anexo XVIII – Tabela comparativa de vencimentos dos profissionais de educação de diversos municípios do Rio de Janeiro. (p. 330)

UM JORNAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO  Conselho de Classe - Nº8 - Janeiro/92 **5**

QUADRO SALARIAL – OUTUBRO/91

MUNICÍPIOS	APOIO		PROFESSOR						OBSERVAÇÕES
	Cr\$	CH	1ª A 4ª SÉRIES		5ª A 8ª SÉRIES		2º GRAU		
			Cr\$	CH	Cr\$	CH	Cr\$	CH	
ANGRA DOS REIS	72.800,00		161.779,10 com adicionais: 177.956,80		249.139,80 com pós graduação: 274.053,50				
ARRAJAL DO CABO	Elementar: 42.000,00 1º grau: 50.000,00		84.000,00	20	94.000,00	16	104.000,00	16	
CABO FRIO	42.000,00	30	67.663,99	20	76.330,28	18	86.996,58	16	
DUQUE DE CAXIAS	Elementar: 46.725,90 1º grau: 78.182,07 2º grau: 117.556,84		127.650,00 com adicionais: 142.968,00	22 22	160.124,16	16	179.339,06	16	Regência de turma: 20% p/alfabetização e 10% os demais Auxílio transporte: Cr\$ 10.000,00 Tênis: 10% o primeiro e 6% os outros
LAJE DO MURIAÉ	42.000,00	30	42.000,00 + 10%	(A)	2,5% do salário mínimo a hora/aula	(B)	2,5% do salário mínimo a hora/aula	(B)	(A) Não tem carga horária fixa (B) Não tem carga horária definida
MACAÉ			150.000,00	20	190.000,00	20	215.000,00	20	Regência de Turma: 50%
NILÓPOLIS	42.000,00		42.000,00		42.000,00		42.000,00		Regência de Turma: 50%
SÃO GONÇALO			59.290,19	22 e 1,2	73.734,83	16	73.734,83	16	Regência de Turma: 30% Produtividade: 10% Difícil acesso: 10% Abono: Cr\$ 3.884,46 Adicional de alfabetizador: 10%
BARRA DO PIRAÍ	42.688,00	40	89.399,82	22	112.143,00	16			
RIO DE JANEIRO	42.000,00	40	98.320,93	22,30	101.270,17	16	104.168,67	16	
NATIVIDADE	42.000,00	40	58.868,64	22,30	68.147,00	16	68.147,00	16	
NOVA IGUAÇU	46.500,00	30	50.763,34	20	50.763,34	15	50.763,34	15	Regência 30% e abono de Cr\$ 5.609,35
SÃO JOÃO DE MERITI	49.110,92	30	49.110,92	22	57.768,13	16			Adicional de Nível Superior: Cr\$ 11.553,62 Auxílio Transporte: Cr\$ 4.000,00 Regência 1ª a 4ª série: Cr\$ 24.535,66 Regência 5ª a 8ª série: Cr\$ 26.994,06
BARRA MANSA	Apoio: 46.666,18 mais de 2 anos: 70.873,44		70.873,44						Regência de Turma: Alfabetização e 1ª série - 35%; 2ª e 4ª séries - 25%; classe especial - 50%; multi-série e escola rural - 45% Estudo Adicional 4º Ano Normal: 5% Extra-classe: 10% Difícil acesso: 10% só magistério